ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLV Nº 239 Brasília - DF, quinta-feira, 13 de dezembro de 2018 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Congresso Nacional 7
Atos do Senado Federal 7
Atos do Poder Executivo 7
Presidência da República 14
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 14
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 16
Ministério da Cultura 19
Ministério da Defesa 32
Ministério da Educação 35
Ministério da Fazenda 38
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 65
Ministério da Integração Nacional 71
Ministério da Justiça 71
Ministério da Saúde 75
Ministério da Segurança Pública 80
Ministério das Cidades 85
Ministério das Relações Exteriores 90
Ministério de Minas e Energia 91
Ministério do Esporte 95
Ministério do Meio Ambiente 96
Ministério do Trabalho 106
Ministério do Turismo 109
Ministério dos Direitos Humanos 109
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 112
Ministério Público da União 113
Tribunal de Contas da União 113
Poder Judiciário 113
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 119

..... Esta edição completa do DOU é composta de 127 páginas .....

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.756, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.615, de 24 março de 1998, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.675, de 11 de junho de 2018; e revoga dispositivos das Leis nºs 6.168, de 9 de dezembro de 1974, 6.717, de 12 de novembro de 1979, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.649, de 27 de maio de 1998, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 13.155, de 4 de agosto de 2015, da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e dos Decretos-Leis nºs 204, de 27 de fevereiro de 1967, e 594, de 27 de maio de 1969, as Leis nºs 6.905, de 11 de maio de 1981, 9.092, de 12 de setembro de 1995, 9.999, de 30 de agosto de 2000, 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e 10.746, de 10 de outubro de 2003, e os Decretos-Leis nºs 1.405, de 20 de junho de 1975, e 1.923, de 20 de janeiro de 1982.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias, com o objetivo de promover:

I - as alterações necessárias ao funcionamento do FNSP, para conferir efetividade às ações do Ministério da Segurança Pública quanto à execução de sua competência de coordenar e promover a integração da segurança pública em cooperação com os entes federativos; e

II - a consolidação dos dispositivos legais relacionados com a destinação do produto da arrecadação das loterias, para proporcionar clareza e transparência ao sistema de rateio e, por meio de alterações pontuais, garantir recursos às ações de segurança pública.

CAPÍTULO II

DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FNSP)

Seção I

Disposições Gerais

Art. 2º O Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), fundo especial de natureza contábil, instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, tem por objetivo garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

Parágrafo único. A gestão do FNSP caberá ao Ministério da Segurança Pública.

Art. 3o Constituem recursos do FNSP:

I - as doações e os auxílios de pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

II - as receitas decorrentes:

a) da exploração de loterias, nos termos da legislação; e

b) das aplicações de recursos orçamentários do FNSP, observada a legislação aplicável;

III - as dotações consignadas na lei orçamentária anual e nos créditos adicionais; e

IV - as demais receitas destinadas ao FNSP.

Art. 4º O Conselho Gestor do FNSP será composto pelos seguintes representantes, titular e suplente:

I - 3 (três) do Ministério da Segurança Pública;

II - 1 (um) da Casa Civil da Presidência da República;

III - 1 (um) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

IV - 1 (um) do Ministério dos Direitos Humanos;

V - 1 (um) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e

VI - 2 (dois) do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública (Consesp), de regiões geográficas distintas.

§ 1º Os representantes a que se referem os incisos I a V do **caput** deste artigo serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 2º Os representantes a que se refere o inciso VI do **caput** deste artigo serão indicados pelo Consesp e designados em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 3º O Conselho Gestor do FNSP será presidido por um dos representantes do Ministério da Segurança Pública, a ser designado no ato do Ministro de Estado da Segurança Pública a que se refere o § 1º deste artigo.

§ 4º As decisões do Conselho Gestor serão homologadas pelo Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 5º Caberá ao Conselho Gestor zelar pela aplicação dos recursos do FNSP em consonância com o disposto na Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

§ 6º O Conselho Gestor poderá instituir comissão para monitorar a prestação de contas e a análise do relatório de gestão apresentados pelos entes federativos beneficiários dos recursos do FNSP.

Art. 5º Os recursos do FNSP serão destinados a:

I - construção, reforma, ampliação e modernização de unidades policiais, periciais, de corpos de bombeiros militares e de guardas municipais;

II - aquisição de materiais, de equipamentos e de veículos imprescindíveis ao funcionamento da segurança pública;

III - tecnologia e sistemas de informações e de estatísticas de segurança pública;

IV - inteligência, investigação, perícia e policiamento;

V - programas e projetos de prevenção ao delito e à violência, incluídos os programas de polícia comunitária e de perícia móvel;

VI - capacitação de profissionais da segurança pública e de perícia técnico-científica;

VII - integração de sistemas, base de dados, pesquisa, monitoramento e avaliação de programas de segurança pública;

VIII - atividades preventivas destinadas à redução dos índices de criminalidade;

IX - serviço de recebimento de denúncias, com garantia de sigilo para o usuário;

X - premiação em dinheiro por informações que auxiliem na elucidação de crimes, a ser regulamentada em ato do Poder Executivo federal; e

XI - ações de custeio relacionadas com a cooperação federativa de que trata a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007.

§ 1º Entre 10% (dez por cento) e 15% (quinze por cento) dos recursos do FNSP devem ser destinados a aplicação em programas:

I - habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública; e

II - de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública.

§ 2º É vedado o contingenciamento de recursos do FNSP.

§ 3º É vedada a utilização de recursos do FNSP em:

I - despesas e encargos sociais de qualquer natureza, relacionados com pessoal civil ou militar, ativo, inativo ou pensionista; e

II - unidades de órgãos e de entidades destinadas exclusivamente à realização de atividades administrativas.

Art. 6º Os recursos do FNSP serão aplicados diretamente pela União ou transferidos aos Estados ou ao Distrito Federal na hipótese de estes entes federativos terem instituído fundo estadual ou distrital de segurança pública, observado o limite previsto no inciso I do **caput** do art. 7º desta Lei.

§ 1º É admitida a transferência de recursos aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios, por meio de convênios ou de contratos de repasse, nos termos do inciso II do **caput** do art. 7º desta Lei.

§ 2º A responsabilidade pela execução dos recursos e pelo alcance dos objetivos do FNSP é comum à União e aos entes federativos.

§ 3º Os entes federativos zelarão pela consistência técnica dos projetos, das atividades e das ações e estabelecerão regime de acompanhamento da execução com vistas a viabilizar a prestação de contas aos órgãos competentes.

Seção II
Da Transferência dos Recursos

Art. 7º As transferências dos recursos do FNSP destinadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios serão repassadas aos entes federativos, nos termos da legislação em vigor, observadas as seguintes proporções e condições:

I - a título de transferência obrigatória, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos de que trata a alínea *a* do inciso II do **caput** do art. 3º desta Lei para o fundo estadual ou distrital, independentemente da celebração de convênio, de contrato de repasse ou de instrumento congênere; e

II - por meio da celebração de convênio, de contrato de repasse ou de instrumento congênere, as demais receitas destinadas ao FNSP e os recursos de que trata *a* alínea a do inciso II do **caput** do art. 3º desta Lei não transferidos nos termos do disposto no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. As despesas de que trata este artigo correrão à conta das dotações orçamentárias destinadas ao FNSP.

Art. 8º O repasse dos recursos de que trata o inciso I do **caput** do art. 7º desta Lei ficará condicionado:

I - à instituição e ao funcionamento de:

a) Conselho Estadual ou Distrital de Segurança Pública e Defesa Social; e

b) Fundo Estadual ou Distrital de Segurança Pública, cujas gestão e movimentação financeira ocorrerão por meio de conta bancária específica, aberta pelo Ministério da Segurança Pública em nome dos destinatários, mantida em instituição financeira pública federal;

II - à existência de:

a) plano de segurança e de aplicação dos recursos no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; e

b) conjunto de critérios para a promoção e a progressão funcional, por antiguidade e merecimento, de peritos, de policiais civis e militares e de integrantes dos corpos de bombeiros militares;

III - à integração aos sistemas nacionais e ao fornecimento e à atualização de dados e informações de segurança pública ao Ministério da Segurança Pública, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública; e

IV - ao cumprimento de percentual máximo de profissionais da área de segurança que atuem fora das corporações de segurança pública, nos termos estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 1º A instituição financeira pública federal de que trata a alínea *b* do inciso I do **caput** deste artigo disponibilizará as informações relacionadas com as movimentações financeiras ao Ministério da Segurança Pública por meio de aplicativo que identifique o destinatário do recurso.

§ 2º Os recursos do FNSP liberados para os Estados e o Distrito Federal não poderão ser transferidos para outras contas do próprio ente federativo.

§ 3º Enquanto não forem destinados às finalidades previstas no art. 5º desta Lei, os recursos serão automaticamente aplicados em fundos de investimento lastreados em títulos públicos federais de curto prazo.

§ 4º Os rendimentos das aplicações de que trata o § 3º deste artigo serão obrigatoriamente destinados às ações de segurança pública, observadas as finalidades, as regras e as condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 5º A conta-corrente recebedora dos recursos será movimentada por meio eletrônico.

§ 6º O ente federativo enviará, anualmente, relatório de gestão referente à aplicação dos recursos de que trata o art. 6º desta Lei.

§ 7º O Ministério da Segurança Pública fica autorizado a realizar o bloqueio dos recursos repassados de que trata o inciso I do **caput** do art. 7º desta Lei quando identificada a ocorrência de desvio ou de irregularidade que possa resultar em dano ao erário ou em comprometimento da aplicação regular dos recursos.

Seção III
Da Execução Direta pela União e da Transferência por Convênios e Contratos de Repasse

Art. 9º Os recursos a que se refere o art. 3º desta Lei que não forem destinados na forma prevista no inciso I do **caput** do art. 7º desta Lei serão executados diretamente pela União ou transferidos por meio de convênios ou contratos de repasse.

Parágrafo único. A transferência de recursos de que trata o **caput** deste artigo ficará condicionada aos seguintes critérios:

I - existência de plano de segurança nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios; e

II - integração aos sistemas nacionais e fornecimento e atualização de dados e informações de segurança pública ao Ministério da Segurança Pública, estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

Art. 10. Os projetos habilitados a receber recursos do FNSP, por meio de convênios ou contratos de repasse, não poderão ter prazo superior a 2 (dois) anos, admitida uma prorrogação por até igual período.

Art. 11. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão contas ao Ministério da Segurança Pública e darão publicidade e transparência durante o período de aplicação dos recursos de que trata o art. 3º desta Lei.

Seção IV
Dos Critérios para a Aplicação dos Recursos

Art. 12. Ato do Ministro de Estado da Segurança Pública estabelecerá:

I - os critérios para a execução do disposto nos incisos III e IV do **caput** do art. 8º e no inciso II do parágrafo único do art. 9º desta Lei;

II - a sistemática de liberação de recursos prevista no inciso I do **caput** do art. 7º desta Lei;

III - o prazo de utilização dos recursos transferidos;

IV - os critérios para a mensuração da eficácia da utilização dos recursos transferidos;

V - a periodicidade da apresentação pelos Estados e pelo Distrito Federal da prestação de contas relacionada com o uso dos recursos recebidos;

VI - a organização, o conteúdo mínimo, a forma e os elementos constantes do relatório de gestão e de prestação de contas apresentados pelos entes federativos; e

VII - a forma e os critérios para a integração de sistemas e de dados relacionados com a segurança pública.

Parágrafo único. A não utilização dos recursos transferidos no prazo a que se refere o inciso III do **caput** deste artigo ensejará a devolução do saldo remanescente atualizado.

Art. 13. As vedações temporárias, de qualquer natureza, constantes de lei, não incidirão na transferência voluntária de recursos da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como dos Estados aos Municípios, destinados a garantir a segurança pública, a execução da lei penal e a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Parágrafo único. O disposto no **caput** deste artigo não se aplica às vedações de transferências decorrentes da não implementação ou do não fornecimento de informações ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp).

CAPÍTULO III
DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DAS LOTERIAS

Art. 14. O produto da arrecadação total obtida por meio da captação de apostas ou da venda de bilhetes de loterias, em meio físico ou em meio virtual, será destinado na forma prevista neste Capítulo, ressalvado o disposto no Capítulo V desta Lei.

§ 1º Consideram-se modalidades lotéricas:

I - loteria federal (espécie passiva): loteria em que o apostador adquire bilhete já numerado, em meio físico (impresso) ou virtual (eletrônico);

II - loteria de prognósticos numéricos: loteria em que o apostador tenta prever quais serão os números sorteados no concurso;

III - loteria de prognóstico específico: loteria instituída pela Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006;

IV - loteria de prognósticos esportivos: loteria em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos; e

V - loteria instantânea exclusiva (Lotex): loteria que apresenta, de imediato, se o apostador foi ou não agraciado com alguma premiação.

§ 2º Os valores dos prêmios relativos às modalidades lotéricas a que se referem os incisos I a IV do § 1º deste artigo não reclamados pelos apostadores contemplados no prazo de prescrição serão revertidos ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), observada a programação financeira e orçamentária do Poder Executivo federal.

§ 3º Os recursos de que trata o § 2º deste artigo serão depositados na conta única do Tesouro Nacional e transferidos ao Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies) até que seja alcançado o valor-limite da participação global da União, na forma estabelecida no art. 6º-G da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

§ 4o Eventual discrepância positiva entre o valor esperado da premiação homologado pelo Ministério da Fazenda e o valor de premiação efetivamente pago na modalidade lotérica de que trata o inciso V do § 1º deste artigo, entre séries de uma mesma emissão, será equalizada por meio de promoção comercial, em favor dos apostadores, em séries subsequentes no prazo de 1 (um) ano após o fim do período definido para a emissão, de forma que a totalidade da arrecadação de cada emissão cumpra o disposto no art. 20 desta Lei.

§ 5º O Ministério da Fazenda editará as normas complementares para o cumprimento do disposto neste artigo.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • CASA CIVIL • IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

§ 6º A destinação de recursos de que trata este Capítulo somente produzirá efeitos:

I - a partir da data da homologação pelo Ministério da Fazenda dos planos de premiação apresentados pelo agente operador da modalidade a que se refere o inciso I do § 1º deste artigo, observado o disposto no art. 15 desta Lei; e

II - na forma prevista nos arts. 16, 17 e 18 desta Lei, nas modalidades lotéricas de que tratam, respectivamente, os incisos II, III e IV do § 1º deste artigo.

§ 7º O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, relacionado com as receitas lotéricas recolhidas à conta única do Tesouro Nacional, será utilizado na amortização e no pagamento do serviço da dívida pública federal.

Art. 15. O produto da arrecadação da loteria federal será destinado da seguinte forma:

I - a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) 17,04% (dezessete inteiros e quatro centésimos por cento) para a seguridade social;

b) 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) para o Fundo Nacional da Cultura (FNC);

c) 0,81% (oitenta e um centésimos por cento) para o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen);

d) 5% (cinco por cento) para o FNSP;

e) 1,48% (um inteiro e quarenta e oito centésimos por cento) para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB);

f) 0,87% (oitenta e sete centésimos por cento) para o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB);

g) 17,39% (dezessete inteiros e trinta e nove centésimos por cento) para a cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria federal; e

h) 55,91% (cinquenta e cinco inteiros e noventa e um centésimos por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II - a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) 17,04% (dezessete inteiros e quatro centésimos por cento) para a seguridade social;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) para o FNC;

c) 0,5% (cinco décimos por cento) para o Funpen;

d) 2,22% (dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento) para o FNSP;

e) 1,48% (um inteiro e quarenta e oito centésimos por cento) para o COB;

f) 0,87% (oitenta e sete centésimos por cento) para o CPB;

g) 17,39% (dezessete inteiros e trinta e nove centésimos por cento) para a cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador da loteria federal; e

h) 60% (sessenta por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 16. O produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos será destinado da seguinte forma:

I - a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) 17,32% (dezessete inteiros e trinta e dois centésimos por cento) para a seguridade social;

b) 2,92% (dois inteiros e noventa e dois centésimos por cento) para o FNC;

c) 1% (um por cento) para o Funpen;

d) 9,26% (nove inteiros e vinte e seis centésimos por cento) para o FNSP;

e) 4,33% (quatro inteiros e trinta e três centésimos por cento) para a área do desporto, por meio da seguinte decomposição:

1. 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para o Ministério do Esporte;

2. 0,5% (cinco décimos por cento) para o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC);

3. 0,22% (vinte e dois centésimos por cento) para a Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE); e

4. 0,11% (onze centésimos por cento) para a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU);

f) 1,73% (um inteiro e setenta e três centésimos por cento) para o COB;

g) 0,96% (noventa e seis centésimos por cento) para o CPB;

h) 19,13% (dezenove inteiros e treze centésimos por cento) para a cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de prognósticos numéricos; e

i) 43,35% (quarenta e três inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II - a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) 17,32% (dezessete inteiros e trinta e dois centésimos por cento) para a seguridade social;

b) 2,91% (dois inteiros e noventa e um centésimos por cento) para o FNC;

c) 3% (três por cento) para o Funpen;

d) 6,8% (seis inteiros e oito décimos por cento) para o FNSP;

e) 4,36% (quatro inteiros e trinta e seis centésimos por cento) para a área do desporto, por meio da seguinte decomposição:

1. 3,53% (três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) para o Ministério do Esporte;

2. 0,5% (cinco décimos por cento) para o CBC;

3. 0,22% (vinte e dois centésimos por cento) para a CBDE; e

4. 0,11% (onze centésimos por cento) para a CBDU;

f) 1,73% (um inteiro e setenta e três centésimos por cento) para o COB;

g) 0,96% (noventa e seis centésimos por cento) para o CPB;

h) 19,13%(dezenove inteiros e treze centésimos por cento) para a cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de prognósticos numéricos; e

i) 43,79% (quarenta e três inteiros e setenta e nove centésimos por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

§ 1o O CBC aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) dos recursos a que se referem o item 2 da alínea *e* do inciso I e o item 2 da alínea *e* do inciso II do **caput** deste artigo em atividades paradesportivas:

I - diretamente, sem possibilidade de restringir a participação nos editais de chamamento público em função de filiação das entidades de práticas desportivas; ou

II - por meio de repasses ao CPB.

§ 2o Os percentuais destinados ao Ministério do Esporte serão decompostos da seguinte forma:

I - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), previstos no item 1 da alínea *e* do inciso I do **caput** deste artigo:

a) 2,46% (dois inteiros e quarenta e seis centésimos por cento) para o Ministério do Esporte;

b) 1% (um por cento) para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paralímpicos, admitida sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do **caput** do art. 7º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; e

c) 0,04% (quatro centésimos por cento) para a Federação Nacional dos Clubes Esportivos (Fenaclubes); e

II - 3,53% (três inteiros e cinquenta e três centésimos por cento), previstos no item 1 da alínea *e* do inciso II do **caput** deste artigo:

a) 2,49% (dois inteiros e quarenta e nove centésimos por cento) para o Ministério do Esporte;

b) 1% (um por cento) para as secretarias de esporte, ou órgãos equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade federativa, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paralímpicos, admitida sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do **caput** do art. 7º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; e

c) 0,04% (quatro centésimos por cento) para a Fenaclubes.

Art. 17. O produto da arrecadação da loteria de prognóstico específico será destinado da seguinte forma:

I - a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) 1% (um por cento) para a seguridade social;

b) 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) para o Fundo Nacional de Saúde (FNS);

c) 1% (um por cento) para o Funpen;

d) 5% (cinco por cento) para o FNSP;

e) 0,5% (cinco décimos por cento) para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA);

f) 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) para o Ministério do Esporte;

g) 1,26% (um inteiro e vinte e seis centésimos por cento) para o COB;

h) 0,74% (setenta e quatro centésimos por cento) para o CPB;

i) 22% (vinte e dois por cento) para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico;

j) 20% (vinte por cento) para a cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de prognóstico específico; e

k) 46% (quarenta e seis por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II - a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) 1% (um por cento) para a seguridade social;

b) 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) para o FNS;

c) 0,5% (cinco décimos por cento) para o Funpen;

d) 3% (três por cento) para o FNSP;

e) 0,5% (cinco décimos por cento) para o FNCA;

f) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) para o Ministério do Esporte;

g) 1,26% (um inteiro e vinte e seis centésimos por cento) para o COB;

h) 0,74% (setenta e quatro centésimos por cento) para o CPB;

i) 22% (vinte e dois por cento) para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico;

j) 20% (vinte por cento) para a cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de prognóstico específico; e

k) 50% (cinquenta por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 18. O produto da arrecadação da loteria de prognósticos esportivos será destinado da seguinte forma:

I - a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2018:

a) 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) para a seguridade social;

b) 1% (um por cento) para o FNC;

c) 1% (um por cento) para o Funpen;

d) 11,49% (onze inteiros e quarenta e nove centésimos por cento) para o FNSP;

e) 10% (dez por cento) para o Ministério do Esporte;

f) 1,63% (um inteiro e sessenta e três centésimos por cento) para o COB;

g) 0,96% (noventa e seis centésimos por cento) para o CPB;

h) 9,57% (nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) para as entidades desportivas e para as entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos;

i) 19,13% (dezenove inteiros e treze centésimos por cento) para a cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de prognósticos esportivos; e

j) 37,61% (trinta e sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação; e

II - a partir de 1º de janeiro de 2019:

a) 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) para a seguridade social;

b) 1% (um por cento) para o FNC;

c) 2% (dois por cento) para o FNSP;

d) 3,1% (três inteiros e um décimo por cento) para o Ministério do Esporte;

e) 1,63% (um inteiro e sessenta e três centésimos por cento) para o COB;

f) 0,96% (noventa e seis centésimos por cento) para o CPB;

g) 9,57% (nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) para entidades desportivas e para entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos;

h) 19,13% (dezenove inteiros e treze centésimos por cento) para a cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de prognósticos esportivos; e

i) 55% (cinquenta e cinco por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 19. A renda líquida de 3 (três) concursos por ano da loteria de prognósticos esportivos será destinada, alternadamente, para as seguintes entidades da sociedade civil:

I - Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes);

II - Cruz Vermelha Brasileira; e

III - Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenapestalozzi).

§ 1º As entidades da sociedade civil a que se refere o **caput** deste artigo ficam obrigadas a prestar contas públicas, na forma da lei, do dinheiro que receberem na forma do disposto neste artigo.

§ 2º As datas de realização dos concursos de que trata este artigo, a cada ano, serão estabelecidas pelo agente operador da loteria de prognósticos esportivos, dentre os concursos programados.

§ 3º Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se renda líquida a resultante da arrecadação do concurso, deduzidos as parcelas destinadas à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de prognósticos esportivos e ao pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

§ 4º O agente operador da loteria de prognósticos esportivos repassará diretamente às entidades da sociedade civil a que se refere o **caput** deste artigo a renda líquida de cada concurso realizado nos termos deste artigo, as quais redistribuirão os recursos equitativamente entre o seu órgão central e suas filiais estaduais e municipais.

Art. 20. O produto da arrecadação de cada emissão da Lotex será destinado da seguinte forma:

I - 0,4% (quatro décimos por cento) para a seguridade social;

II - 13% (treze por cento) para o FNSP;

III - 0,9% (nove décimos por cento) para o Ministério do Esporte;

IV - 0,9% (nove décimos por cento) para o FNC;

V - 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da Lotex;

VI - 18,3% (dezoito inteiros e três décimos por cento) para as despesas de custeio e manutenção do agente operador da Lotex; e

VII - 65% (sessenta e cinco por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 21. Os agentes operadores depositarão na conta única do Tesouro Nacional os valores destinados à seguridade social, ao imposto de renda incidente sobre a premiação e aos demais beneficiários legais, exceto os valores previstos no art. 22 desta Lei.

§ 1º O disposto no inciso II do **caput** do art. 15, no inciso II do caput do art. 16, no inciso II do caput do art. 17 e no inciso II do caput do art. 18 desta Lei somente se aplica a partir do início do ingresso dos recursos de arrecadação da Lotex na conta única do Tesouro Nacional.

§ 2º Ficam mantidas as destinações previstas no inciso I do **caput** do art. 15, no inciso I do caput do art. 16, no inciso I do caput do art. 17 e no inciso I do caput do art. 18 desta Lei enquanto não for constatado o início do ingresso dos recursos de arrecadação da Lotex na conta única do Tesouro Nacional.

§ 3º A parcela de recursos do agente operador será definida com base no percentual destinado à cobertura de despesas de custeio e manutenção das modalidades previstas nos arts. 15, 16, 17, 18 e 20 desta Lei, após a dedução dos valores destinados à Comissão de Revendedores e das demais despesas com os serviços lotéricos.

§ 4º O Ministério da Fazenda disciplinará a forma da entrega dos recursos de que trata este artigo.

Art. 22. Os agentes operadores repassarão as arrecadações das loterias diretamente aos seguintes beneficiários legais:

I - o COB;

II - o CPB;

III - o CBC;

IV - a CBDE;

V - a CBDU;

VI - a Fenaclubes;

VII - as secretarias estaduais de esporte ou órgãos equivalentes;

VIII - as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico e da Lotex; e

IX - as entidades desportivas e entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognósticos esportivos pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos.

Parágrafo único. O repasse dos recursos aos beneficiários de que trata o inciso VIII do **caput** deste artigo observará o disposto no art. 3º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, no tocante ao concurso de prognóstico específico.

Art. 23. Os recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE e à CBDU serão aplicados, exclusiva e integralmente, em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, de participação em eventos desportivos e no custeio de despesas administrativas, conforme regulamentação do Ministério do Esporte.

§ 1º As entidades a que se refere o **caput** darão ciência ao Ministério da Educação e ao Ministério do Esporte dos programas e projetos de que trata o caput deste artigo.

§ 2º O Ministério do Esporte acompanhará os programas e projetos a que refere o **caput** deste artigo e apresentará, anualmente, relatório acerca da aplicação dos recursos, que será objeto de deliberação do Conselho Nacional do Esporte (CNE), para fins de aprovação.

§ 3º Na hipótese de o relatório de que trata o § 2º deste artigo não ser aprovado pelo CNE, as entidades beneficiárias a que se refere o **caput** deste artigo não receberão recursos do ano subsequente.

§ 4º O relatório de que trata o § 2º deste artigo será divulgado no sítio eletrônico do Ministério do Esporte, com a discriminação, dentre outras informações consideradas pertinentes, dos:

I - programas e projetos desenvolvidos, por entidade beneficiada com destinação de recursos;

II - valores gastos; e

III - critérios de escolha ou seleção de cada entidade beneficiada e a respectiva prestação de contas acerca da utilização dos recursos recebidos.

§ 5º Os recursos de que trata o **caput** deste artigo serão geridos de forma direta pela entidade beneficiada ou de forma descentralizada, em conjunto com as entidades nacionais de administração ou prática de desporto.

§ 6º Além das hipóteses de aplicação de recursos referidas no **caput** deste artigo, o COB e o CPB deverão aplicar, no mínimo, 10% (dez por cento) dos recursos recebidos para fomento de eventos e competições esportivas, realização de treinamentos, manutenção, custeio, adequação e aperfeiçoamento de infraestrutura física nas instalações esportivas olímpicas e paralímpicas, inclusive naquelas sob sua gestão.

§ 7º A administração pública federal poderá dispensar o chamamento público de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para permitir a utilização das instalações esportivas olímpicas e paralímpicas mencionadas no § 6º deste artigo.

Art. 24. Os recursos destinados à Fenaclubes serão utilizados em capacitação, formação e treinamento de gestores de clubes sociais.

Art. 25. O Tribunal de Contas da União, sem prejuízo da análise das contas anuais de gestores de recursos públicos, fiscalizará a aplicação dos recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE, à CBDU e à Fenaclubes.

CAPÍTULO IV
DA PROMOÇÃO COMERCIAL

Art. 26. Ressalvadas as competências do Conselho Monetário Nacional, são de responsabilidade do Ministério da Fazenda as atribuições inerentes ao poder público estabelecidas na Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.

§ 1º Em razão do disposto no **caput** deste artigo, ficam sob responsabilidade do Ministério da Fazenda a análise dos pedidos de autorização, a emissão das autorizações e a fiscalização das operações de que trata a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.

§ 2º As autorizações serão concedidas a título precário e por evento promocional, o qual não poderá exceder o prazo de 12 (doze) meses.

§ 3º A partir da data de publicação desta Lei, os pedidos de autorização que estiverem em tramitação na Caixa Econômica Federal deverão ser repassados ao Ministério da Fazenda, para fins do disposto neste artigo.

Art. 27. A taxa de fiscalização de que trata o art. 50 da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, será atualizada monetariamente, desde que o valor da atualização não exceda a variação do índice oficial de inflação apurado no período desde a última correção, em periodicidade não inferior a 1 (um) ano, na forma do regulamento.

Art. 28. As infrações à Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e respectivas regulamentações, não alcançadas pelo disposto nos arts. 12, 13 e 14 da referida Lei sujeitam o infrator, de modo isolado ou cumulativo, às seguintes sanções:

I - cassação da autorização;

II - proibição de realizar as operações regidas pela Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, por período estabelecido pelo Ministério da Fazenda, que não poderá exceder 2 (dois) anos; e

III - multa de até 100% (cem por cento) da soma dos valores dos bens prometidos como prêmios, a ser estabelecida pelo Ministério da Fazenda.

CAPÍTULO V
DAS APOSTAS DE QUOTA FIXA

Art. 29. Fica criada a modalidade lotérica, sob a forma de serviço público exclusivo da União, denominada apostas de quota fixa, cuja exploração comercial ocorrerá em todo o território nacional.

§ 1º A modalidade lotérica de que trata o **caput** deste artigo consiste em sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva, em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico.

§ 2º A loteria de apostas de quota fixa será autorizada ou concedida pelo Ministério da Fazenda e será explorada, exclusivamente, em ambiente concorrencial, com possibilidade de ser comercializada em quaisquer canais de distribuição comercial, físicos e em meios virtuais.

§ 3º O Ministério da Fazenda regulamentará no prazo de até 2 (dois) anos, prorrogável por até igual período, a contar da data de publicação desta Lei, o disposto neste artigo.

Art. 30. O produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa será destinado da seguinte forma:

I - em meio físico:

a) 80% (oitenta por cento), no mínimo, para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) para a seguridade social;

c) 1% (um por cento) para as entidades executoras e unidades executoras próprias das unidades escolares públicas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio que tiverem alcançado as metas estabelecidas para os resultados das avaliações nacionais da educação básica, conforme ato do Ministério da Educação;

d) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o FNSP;

e) 2% (dois por cento) para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da loteria de apostas de quota fixa;

f) 14% (quatorze por cento), no máximo, para a cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa; e

II - em meio virtual:

a) 89% (oitenta e nove por cento), no mínimo, para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;

b) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) para a seguridade social;

c) 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) para as entidades executoras e unidades executoras próprias das unidades escolares públicas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio que tiverem alcançado as metas estabelecidas para os resultados das avaliações nacionais da educação básica, conforme ato do Ministério da Educação;

d) 1% (um por cento) para o FNSP;

e) 1% (um por cento) para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da loteria de apostas de quota fixa;

f) 8% (oito por cento), no máximo, para a cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa.

§ 1º Os percentuais destinados à premiação e às despesas de custeio e manutenção previstos nas alíneas *a* e *f* dos incisos I e II do **caput** deste artigo poderão variar, desde que a média anual atenda aos percentuais mínimos e máximos estabelecidos nas referidas alíneas.

§ 2º Os agentes operadores repassarão as arrecadações das loterias diretamente aos beneficiários legais de que tratam as alíneas *c* e *e* dos incisos I e II do **caput** deste artigo.

§ 3º Os recursos de que tratam a alínea *c* dos incisos I e II do **caput** deste artigo deverão ser aplicados em custeio e investimentos que concorram para a garantia do funcionamento e a melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

§ 4º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - entidades executoras: as secretarias distrital, estaduais e municipais responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento e execução de recursos destinados às escolas de suas redes de ensino que não apresentam unidades executoras próprias;

II - unidades executoras próprias: as entidades privadas sem fins lucrativos, representativas das escolas públicas e integradas por membros da comunidade escolar, comumente denominadas caixas escolares, conselhos escolares, colegiados escolares, associações de pais e mestres, entre outras denominações, responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento de repasses, bem como pela execução desses recursos.

Art. 31. Sobre os ganhos obtidos com prêmios decorrentes de apostas na loteria de apostas de quota fixa incidirá imposto de renda na forma prevista no art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, observado para cada ganho o disposto no art. 56 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Art. 32. Fica instituída a Taxa de Fiscalização devida pela exploração comercial da loteria de apostas de quota fixa, que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia de que trata o § 2º do art. 29 desta Lei, e incide sobre o total destinado à premiação distribuída mensalmente.

§ 1º A Taxa de Fiscalização abrange todos os atos do regular poder de polícia inerentes à atividade e será aplicada de acordo com as faixas de prêmios ofertados mensalmente, na forma do Anexo desta Lei.

§ 2º A Taxa de Fiscalização será recolhida até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da distribuição da premiação.

§ 3º A Taxa de Fiscalização não paga no prazo previsto na legislação será acrescida de multa de mora e juros de mora, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 4º Os débitos referentes à Taxa de Fiscalização serão inscritos em dívida ativa da União.

§ 5º O valor decorrente da cobrança da Taxa de Fiscalização será repassado para a unidade do Ministério da Fazenda responsável pela fiscalização da exploração comercial da loteria de apostas de quota fixa.

§ 6º A taxa de que trata o **caput** deste artigo será atualizada monetariamente, desde que o valor da atualização não exceda a variação do índice oficial de inflação apurado no período desde a instituição da taxa, para a primeira atualização, e a partir da última correção, para as atualizações subsequentes, em periodicidade não inferior a 1 (um) ano, na forma de regulamento.

§ 7º São contribuintes da Taxa de Fiscalização as pessoas jurídicas que, nos termos do art. 29 desta Lei, explorarem a loteria de apostas de quota fixa.

Art. 33. As ações de comunicação, publicidade e **marketing** da loteria de apostas de quota fixa deverão ser pautadas pelas melhores práticas de responsabilidade social corporativa direcionadas à exploração de loterias, conforme regulamento.

Art. 34. Os apostadores perdem o direito de receber seus prêmios ou de solicitar reembolsos se o pagamento não for reclamado em até 90 (noventa) dias, contados da data da primeira divulgação do resultado do último evento real objeto da aposta.

Art. 35. Em observância à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a pessoa jurídica detentora da autorização remeterá ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), na forma das normas expedidas pelo Poder Executivo, informações sobre os apostadores relativas à prevenção de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 26. Constitui receita da Seguridade Social a contribuição social sobre a receita de concursos de prognósticos a que se refere o inciso III do **caput** do art. 195 da Constituição Federal.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º O produto da arrecadação da contribuição será destinado ao financiamento da Seguridade Social.

§ 5º A base de cálculo da contribuição equivale à receita auferida nos concursos de prognósticos, sorteios e loterias.

§ 6º A alíquota da contribuição corresponde ao percentual vinculado à Seguridade Social em cada modalidade lotérica, conforme previsto em lei." (NR)

"Art. 28. .....
.....

§ 9º .....
.....

aa) os valores recebidos a título de bolsa-atleta, em conformidade com a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004.
....." (NR)

Art. 37. A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º .....

I - receitas oriundas de exploração de loteria destinadas ao cumprimento do disposto no art. 7º desta Lei;

II - (revogado);

III - (revogado);

IV - (revogado);

.....

VI - (revogado);

.....

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado)." (NR)

"Art. 18-A. .....
.....

V - garantam a representação da categoria de atletas das respectivas modalidades no âmbito dos órgãos da entidade incumbidos diretamente de assuntos esportivos e dos órgãos e conselhos técnicos responsáveis pela aprovação de regulamentos das competições;

.....

VII - .....
.....

d) mecanismos de controle interno;

.....

h) colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, observado que a categoria de atleta deverá possuir o equivalente a, no mínimo, 1/3 (um terço) dos votos, já computada a eventual diferenciação de valor de que trata o inciso I do **caput** do art. 22 desta Lei;

i) possibilidade de apresentação de candidatura ao cargo de presidente ou dirigente máximo da entidade com exigência de apoiamento limitada a, no máximo, 5% (cinco por cento) do colégio eleitoral;

j) publicação prévia do calendário de reuniões da assembleia geral e posterior publicação sequencial das atas das reuniões realizadas durante o ano; e

k) participação de atletas nos colegiados de direção e no colégio eleitoral por meio de representantes de atletas eleitos diretamente e de forma independente pelos atletas filiados da entidade; e

.....

§ 1º .....

.....

II - na alínea *g* do inciso VII do **caput** deste artigo, no que se refere à eleição para os cargos de direção da entidade, nas alíneas *h*, *i*, *j* e *k* do inciso VII do caput deste artigo, no que se refere à escolha de atletas para participação no colégio eleitoral; e

.....

§ 5o Ressalvado o disposto no inciso II do § 1º deste artigo, as exigências previstas nas alíneas *g*, *h*, *i*, *j* e *k* do inciso VII do **caput** deste artigo são exclusivas das entidades nacionais de administração do desporto." (NR)

"Art. 22. .....

I - colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, admitida a diferenciação de valor dos seus votos, observado o disposto no § 1º deste artigo;

....." (NR)

"Art. 56. .....

.....

II - receitas oriundas de exploração de loteria;

.....

IV - (revogado);

.....

VI - (revogado);

.....

VIII - (revogado).

.....

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

I - (revogado);

II - (revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).

§ 5º (Revogado).

§ 6º (Revogado).

§ 7º (Revogado).

§ 8º (Revogado).

I - (revogado);

II - (revogado);

III - (revogado).

§ 9º (Revogado).

§ 10. (Revogado).

....." (NR)

"Art. 82-B. .....

.....

§ 3º As despesas com seguro a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo serão custeadas, conforme a hipótese, com recursos oriundos da exploração de loteria destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDE e à CBDU." (NR)

Art. 38. A Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

§ 6º O beneficiário do Bolsa-Atleta com idade igual ou superior a 16 (dezesseis) anos que não seja filiado a regime próprio de previdência social ou que não esteja enquadrado em uma das hipóteses do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, poderá filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social como segurado facultativo.

§ 7º (Revogado)." (NR)

"Art. 4º-A. A Bolsa-Atleta será concedida pelo prazo de 1 (um) ano, a ser paga em até 12 (doze) parcelas mensais.

....." (NR)

Art. 39. O art. 3º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações, numerando-se o parágrafo único, revogado pela Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017, como § 1º:

"Art. 3º .....

.....

IX - a coordenação de ações e operações integradas de segurança pública;

X - o auxílio na ocorrência de catástrofes ou desastres coletivos, inclusive para reconhecimento de vitimados; e

XI - o apoio às atividades de conservação e policiamento ambiental.

§ 1º .....

§ 2º A cooperação federativa no âmbito do Ministério da Segurança Pública também ocorrerá para fins de desenvolvimento de atividades de apoio administrativo e de projetos na área de segurança pública." (NR)

Art. 40. O art. 8º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º .....

.....

II - .....

.....

b) o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp);

....." (NR)

Art. 41. Ficam dispensados a constituição de créditos da Fazenda Nacional, a inscrição como dívida ativa da União e o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem como cancelados o lançamento e a inscrição, relativamente à contribuição previdenciária prevista nos §§ 6º e 7º do art. 1º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, com a redação que lhes foi conferida pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015.

Art. 42. Ato do Ministro de Estado da Segurança Pública estabelecerá o cronograma de aplicação das condicionantes previstas nos incisos II, III e IV do **caput** do art. 8º e nos incisos I e II do parágrafo único do art. 9º desta Lei.

Art. 43. Os instrumentos de transferência de recursos do FNSP celebrados com fundamento na Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, serão por ela regidos até o fim de sua vigência.

Parágrafo único. A previsão constante do **caput** deste artigo não será observada se a aplicação do disposto nesta Lei beneficiar a consecução do objeto do instrumento, no todo ou em parte.

Art. 44. Os saldos remanescentes à disposição do COB, do CPB e do CBC na data de publicação desta Lei somente poderão ser utilizados na forma e com a finalidade previstas no art. 23 desta Lei.

Art. 45. O Poder Executivo federal, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do **caput** do art. 5º e no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará os montantes das renúncias fiscais decorrentes do disposto no inciso III do art. 19 e nos arts. 36 e 41 desta Lei e inclui-los-á no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal que acompanhar o projeto de lei orçamentária e fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos às renúncias.

Parágrafo único. Os benefícios fiscais previstos nesta Lei somente serão concedidos se atendido o disposto no **caput** deste artigo, inclusive com a demonstração pelo Poder Executivo federal de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 46. Ficam revogados:

I - os seguintes dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967:

a) inciso I do **caput** do art. 3º;

b) art. 4º; e

c) art. 5º;

II - os seguintes dispositivos do Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969:

a) art. 3º; e

b) art. 5º;

III - os incisos I e III do **caput** e os §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974;

IV - o Decreto-Lei nº 1.405, de 20 de junho de 1975;

V - o art. 2º da Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979;

VI - a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981;

VII - o Decreto-Lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982;

VIII - o inciso VIII do **caput** do art. 5º da Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

IX - o inciso VIII do **caput** do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994;

X - a Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995;

XI - os seguintes dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998:

a) incisos II, III, IV e VI do **caput** e os §§ 1º a 4º do art. 6o;

b) arts. 8º a 10; e

c) incisos IV, VI e VIII do **caput** e os §§ 1º a 10 do art. 56;

XII - os §§ 1º a 3ºo do art. 18-B da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998;

XIII - a Lei nº 9.999, de 30 de agosto de 2000;

XIV - a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001;

XV - o inciso II do **caput** do art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001;

XVI - a Lei nº 10.746, de 10 de outubro de 2003;

XVII - o § 7º do art. 1º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004;

XVIII - o art. 2º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; e

XIX - os §§ 4º e 5º do art. 28 da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor:

I - após decorridos 180 (cento e oitenta dias) da data de sua publicação oficial, em relação à alteração do art. 18-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, constante do art. 37 desta Lei; e

II - na data de sua publicação, em relação aos demais dispositivos.

Brasília, 12 de dezembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo Refinetti Guardia
Esteves Pedro Colnago Junior
Cláudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo
Leandro Cruz Fróes da Silva
Juvenal Araújo Júnior
Raul Jungmann

ANEXO

Faixa de Valor da Premiação mensal	Valor da Taxa de Fiscalização mensal
Até R$ 30.837.749,76	R$ 54.419,56
De R$ 30.837.749,77 a R$ 51.396.249,60	R$ 90.699,26
De R$ 51.396.249,61 a R$ 85.660.416,00	R$ 151.165,44
De R$ 85.660.416,01 a R$ 142.767.360,00	R$ 251.942,40
De R$ 142.767.360,01 a R$ 237.945.600,00	R$ 419.904,00
De R$ 237.945.600,01 a R$ 396.576.000,00	R$ 699.840,00
De R$ 396.576.000,01 a R$ 660.960.000,00	R$ 1.166.400,00
Acima de R$ 660.960.000,01	R$ 1.944.000,00

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 174, DE 2018

Aprova o Decreto nº 9.602, de 8 de dezembro de 2018, que "Decreta intervenção federal no Estado de Roraima com o objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública".

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica aprovado o texto do Decreto nº 9.602, de 8 de dezembro de 2018, que "Decreta intervenção federal no Estado de Roraima com o objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública".
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de dezembro de 2018
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 35, DE 2018

Autoriza o Estado do Piauí a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 44.935.000,00 (quarenta e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:
Art. 1º É o Estado do Piauí autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 44.935.000,00 (quarenta e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), observada a vedação expressa no art. 15 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se a financiar parcialmente o "Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí (Prodaf)".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Estado do Piauí;

II - credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até US$ 44.935.000,00 (quarenta e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América);

V - prazo de desembolso: 60 (sessenta) meses;

VI - cronograma estimativo de desembolsos: US$ 5.010.000,00 (cinco milhões e dez mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2018; US$ 12.130.000,00 (doze milhões, cento e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019; US$ 7.570.000,00 (sete milhões, quinhentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2020; US$ 11.985.000,00 (onze milhões, novecentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2021; e US$ 8.240.000,00 (oito milhões, duzentos e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2022;

VII - amortização: em 234 (duzentos e trinta e quatro) meses;

VIII - juros: exigidos sobre os saldos devedores diários a uma taxa de juros anual baseada na **Libor** para cada trimestre, mais a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do credor, enquanto o empréstimo não tiver sido objeto de conversão;

IX - conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda ou de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato de empréstimo, desde que haja anuência prévia do garantidor, que será manifestada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;

X - comissão de crédito: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, com incidência a partir de 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura do contrato de empréstimo;

XI - despesas com inspeção e supervisão gerais: em determinado semestre, até 1% (um por cento) do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolso.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, e os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Estado do Piauí na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** é condicionada:

I - ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II - à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais;

III - à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Estado do Piauí e a União, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de dezembro de 2018
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.607, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Institui a Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I
DO OBJETIVO E DOS PRESSUPOSTOS

Art. 1º Este Decreto institui a Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa - Pnei-Prode.

Art. 2º A Pnei-Prode tem por objetivo contribuir para:

I - o controle das exportações e das importações de Produto de Defesa - Prode;

II - o fomento às exportações de Prode;

III - o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa - BID; e

IV - a prevenção e a eliminação do tráfico ilícito de armas convencionais e a prevenção do seu desvio.

Art. 3º Os agentes envolvidos com as atividades de exportação e importação de Prode, no exercício de suas atribuições, observarão os seguintes pressupostos:

I - os imperativos da defesa nacional;

II - os objetivos da política externa do País;

III - a capacidade de desenvolvimento tecnológico e inovação da BID, o seu poder dissuasório e a sua relevância para a soberania nacional;

IV - os tratados internacionais de que a República Federativa do Brasil seja parte e os compromissos internacionais assumidos pelo País;

V - a existência de embargos aplicados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas;

VI - a possibilidade de que os armamentos sejam utilizados em atos de genocídio, crimes contra a humanidade ou crimes de guerra;

VII - a possibilidade de que as armas sejam utilizadas para facilitar violações de direitos humanos ou do que preconiza o direito internacional dos conflitos armados;

VIII - a possibilidade de que as armas sejam empregadas em atos de terrorismo ou sejam utilizadas pelo crime organizado transnacional;

IX - o risco de que as armas sejam desviadas no curso corretamente estabelecido da operação comercial correspondente;

X - a operacionalidade das Forças Armadas do Brasil;

XI - a mobilização nacional; e

XII - a salvaguarda de tecnologias autóctones.

Parágrafo único. A importação e a exportação de itens constantes da Lista de Produtos de Defesa - Liprode ficam sujeitas à anuência do Ministério da Defesa, ouvido o Ministério das Relações Exteriores.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - anuência - ato administrativo de autorização de operação de exportação ou de importação concedida por meio do Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex;

II - atividade finalística de defesa - atividade necessária para desenvolver, obter, industrializar, produzir, operar, manter ou desativar a capacidade de defesa das Forças Armadas do Brasil no cumprimento de sua missão constitucional;

III - certificado internacional de importação - CII - documento exigido pelo governo do país do exportador, que deve ser preenchido, assinado e timbrado por autoridade competente do governo do país do importador, no qual assume o compromisso de que:

a) admite a importação;

b) possui sistemas de rastreabilidade do produto importado; e

c) a reexportação do produto somente ocorrerá mediante a autorização de autoridade competente do governo do país do importador.

IV - certificado de uso/usuário final - CUF ou **end user** - documento oficial exigido pelo governo do país do exportador, que deve ser preenchido, assinado e timbrado por autoridade competente do governo do país do importador e para o qual poderá ser exigida a consularização ou o apostilamento com base na Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada pelo Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, quando for o caso, no qual assume o compromisso de que será o último usuário do produto e que o item não será transferido sem a prévia autorização do governo do país do exportador;

V - ciclo de vida - CV - evolução de sistema, produto, serviço ou projeto desenvolvido, considerado desde a sua concepção até a sua desativação;

VI - código de empresa - Codemp/Ncage - código formado por cinco caracteres alfanuméricos, por meio do qual cada país participante do Sistema da Organização do Tratado do Atlântico Norte - SOC identifica suas empresas ou seus órgãos oficiais na qualidade de fabricante, fornecedor, especificador ou padronizador, dentre outros;

VII - desativação - retirada do apoio ativo pela organização que opera ou faz a manutenção, a substituição parcial ou total por um sistema novo ou a instalação de um sistema com nova versão;

VIII - desfazimento - retirada do patrimônio do órgão possuidor;

IX - exportação temporária - saída de Prode do território aduaneiro brasileiro, condicionada ao seu retorno (reimportação) no prazo e nas condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda;

X - licença de importação - LI - documento eletrônico processado por meio do Siscomex, utilizado para licenciar as importações de produtos cuja natureza ou cujo tipo de operação está sujeito ao controle de órgãos governamentais;

XI - lista de produtos de defesa - Liprode - relação de Prode que está sujeita aos efeitos da Pnei-Prode e que será elaborada e autorizada pelo Ministério da Defesa, ouvido o Ministério das Relações Exteriores, para a exportação e a importação, incluídas as armas de fogo e as munições, que poderá abranger os insumos e as tecnologias utilizadas na cadeia produtiva de Prode;

XII - negociação preliminar - NegPrel - solicitação direcionada ao Ministério das Relações Exteriores para iniciação da negociação de exportação de Prode com país ou com comprador estrangeiro;

XIII - níveis de controle - parâmetros que indicam se há necessidade de procedimentos preliminares nas operações de exportação;

XIV - número OTAN de catalogação - NSN - código do item, identificado conforme as regras de negócio do SOC;

XV - operação de exportação - operação que corresponde às etapas para o envio ou a remessa dos itens constantes da Liprode do território aduaneiro brasileiro para o exterior, que engloba desde as NegPrel até a última remessa;

XVI - operação de importação - operação que corresponde às etapas para a entrada dos itens constantes da Liprode no território aduaneiro brasileiro;

XVII - pedido de exportação - PEx - solicitação encaminhada por meio do Exprodef sobre a intenção de exportar itens constantes da Liprode, decorrente de NegPrel aprovada;

XVIII - produto de defesa - Prode - bens, serviços, obras ou informações, inclusive armamentos, munições, meios de transporte e de comunicações, fardamentos e materiais de uso individual e coletivo utilizados nas atividades finalísticas de defesa, com exceção daqueles de uso administrativo;

XIX - registro de exportação - RE - conjunto de informações de natureza comercial, financeira, cambial e fiscal que caracteriza a operação de exportação de mercadoria e define seu enquadramento no Siscomex;

XX - sistema de defesa - SD - conjunto inter-relacionado ou interativo de Prode que atende a finalidade específica;

XXI - Sistema de Catalogação de Defesa - Siscade - sistema de catalogação de produtos de acordo com o SOC;

XXII - Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa - SisCaPED - sistema criado pelo Ministério da Defesa, acessível por meio de sítio eletrônico, que permite realizar o cadastro, acompanhar o andamento do processo de credenciamento de empresas e de classificação de produtos de defesa, mantido o registro histórico de suas operações;

XXIII - Sistema de Exportação de Produtos de Defesa - Exprodef - sistema informatizado de exportação de Prode do Ministério das Relações Exteriores; e

XXIV - Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex - sistema informatizado responsável por integrar as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, por meio de fluxo único e automatizado de informações, instituído pelo Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS

Seção I
Do Ministério da Defesa

Art. 5º Compete ao Ministério da Defesa:

I - analisar as operações de exportação e de importação de itens constantes da Liprode sob a ótica da defesa e da segurança nacional, da preservação ou da transferência de tecnologia autóctone e do fomento à BID;

II - analisar as operações de exportação e de importação de itens constantes da Liprode sob a ótica de compromissos assumidos decorrentes da assinatura de **end user** ou CII;

III - elaborar e manter atualizada a Liprode, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores, por meio de Portaria do Secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa;

IV - prestar informações aos exportadores e aos importadores sobre os requisitos a serem atendidos nas operações de exportação e de importação de itens constantes da Liprode;

V - coordenar as atividades relacionadas com a exportação e a importação de itens constantes da Liprode na esfera governamental;

VI - articular-se com o Ministério das Relações Exteriores nas hipóteses em que a exportação de itens constantes da Liprode dependa de autorização ou de notificação prévia do Conselho de Segurança das Nações Unidas;

VII - deliberar sobre as operações de exportação e de importação de itens constantes da Liprode, observados os prazos estabelecidos neste Decreto;

VIII - autorizar, mediante a aprovação de desativação e a decisão de desfazimento do sistema, para o início da fase de desfazimento proposta pelas Forças Armadas do Brasil, o desfazimento de Prode de seus inventários para exportação quando for do interesse público do Estado brasileiro, de acordo com o estabelecido na Doutrina para a Gestão do Ciclo de Vida de Sistemas de Defesa, observadas as cláusulas constantes nos CUF firmados pela República Federativa do Brasil;

IX - analisar, manter sob a sua guarda e preservar o sigilo dos dados e dos documentos referentes às operações de exportação e de importação de sua competência e encaminhar cópia do CII e do CUF, quando expedidos, para o Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa do Ministério da Defesa, a fim de compor os processos das empresas ou dos produtos de defesa;

X - orientar os adidos militares brasileiros para que atuem com vistas à promoção da BID e à assistência aos exportadores no exterior, em coordenação com os setores de promoção comercial das Embaixadas do Brasil;

XI - controlar o retorno de material constante da Liprode exportado na modalidade de exportação temporária;

XII - definir em portaria os parâmetros, as normas e os modelos a serem adotados quanto às exigências de CII e de CUF para os itens constantes da Liprode; e

XIII - dar ciência ao exportador ou ao importador de sua decisão quanto ao seu PEx, RE ou à sua LI.

Seção II
Do Ministério das Relações Exteriores

Art. 6º Compete ao Ministério das Relações Exteriores:

I - receber e autorizar os pedidos de NegPrel;

II - disponibilizar ao Ministério da Defesa o resultado da apreciação de NegPrel, observados os prazos estabelecidos neste Decreto;

III - pronunciar-se quanto à conveniência de cada PEx, do ponto de vista das relações exteriores da República Federativa Brasil, e transmitir ao Ministério da Defesa seu parecer, observados os prazos estabelecidos neste Decreto;

IV - transmitir ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, em coordenação com o Ministério da Defesa, as informações ou as solicitações relevantes ao Conselho, caso a exportação pretendida dependa de sua autorização ou de sua notificação prévia ou caso as solicite no exercício de suas atribuições de supervisionar o cumprimento das sanções por ele;

V - identificar as oportunidades comerciais existentes e divulgá-las aos exportadores;

VI - prestar aos exportadores o apoio nos contatos que se fizerem necessários no exterior e informá-los quanto ao andamento das operações autorizadas;

VII - administrar o Exprodef;

VIII - disponibilizar ao Ministério da Defesa as informações de interesse sobre o comércio internacional de Prode;

IX - coordenar a divulgação no exterior da oferta brasileira de Prode; e

X - participar da coordenação das visitas de autoridades estrangeiras relacionadas com o desenvolvimento, a produção ou a comercialização de Prode.

CAPÍTULO IV
DAS OPERAÇÕES DE EXPORTAÇÃO E DE IMPORTAÇÃO

Art. 7º As ações previstas na Pnei-Prode abrangem os aspectos relativos aos procedimentos preliminares e ao tratamento administrativo das operações de exportação e de importação, excluído o tratamento aduaneiro ou tributário.

Seção I
Das operações de exportação

Art. 8º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se operações de exportação:

I - remessa de Prode referente a contratos de compra e venda internacionais;

II - operações de compensação tecnológica, industrial ou comercial;

III - doações;

IV - envio de amostras para testes, demonstrações e participação em feiras ou exposições internacionais;

V - envio de Prode para manutenção ou reparo;

VI - envio de suprimento e de equipamentos para as Forças Armadas do Brasil em operações no exterior; e

VII - envio de amostras de material consumível.

§ 1º As atividades de que tratam os incisos IV e V do **caput** serão enquadradas como exportações temporárias.

§ 2º As atividades de que trata o inciso VI do **caput** serão enquadradas como exportações temporárias, à exceção de suprimento e de materiais consumíveis.

§ 3º Outras operações ou ações não relacionadas no **caput** que guardem afinidade com remessas, transferência de tecnologia ou prestação de serviços técnicos diretamente relacionadas a Prode também serão consideradas operações de exportação e ficarão submetidas ao disposto neste Decreto.

Art. 9º São fases do processo de exportação:

I - procedimentos preliminares:

a) pedidos de NegPrel; e

b) PEx;

II - tratamento administrativo; e

III - tratamento aduaneiro ou tributário.

Subseção I
Dos procedimentos preliminares

Art. 10. Os níveis de controle de exportação serão definidos em ato do Ministério da Defesa, ouvido o Ministério das Relações Exteriores, consideradas as características técnicas do produto ou do tipo de operação de exportação.

Art. 11. Quanto aos produtos, as operações de exportação de itens constantes da Liprode são classificadas nas seguintes graduações:

I - nível 1 - produtos que dispensam a fase de procedimentos preliminares; e

II - nível 2 - produtos que requeiram a fase de procedimentos preliminares.

Parágrafo único. A Liprode estabelecerá os níveis de controle de cada item.

Art. 12. Quanto ao tipo de operação, as exportações temporárias dispensarão a fase de procedimentos preliminares, observado o disposto no inciso V do **caput** do art. 3º, e o exportador especificará e comprovará no RE o tipo de atividade da exportação e informará a data da reimportação dos itens.

Art. 13. Somente serão admitidas operações de exportação para organizações particulares no exterior quando estas oferecerem garantias consideradas legais e satisfatórias pelo Governo brasileiro sobre a finalidade da importação, as quais deverão incluir, no mínimo, CUF e CII assinados por autoridade competente do país de destino.

Art. 14. A reexportação de Prode para um terceiro país, seja como produto final, seja como integrante da cadeia produtiva de um outro produto, demandará autorização prévia do Ministério da Defesa, ouvido o Ministério das Relações Exteriores, observado o disposto no inciso V do **caput** do art. 3º.

Art. 15. Os pedidos de NegPrel serão encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores e o início das negociações ficará condicionado à autorização do referido Ministério.

Art. 16. A NegPrel e o PEx serão solicitados por meio do Exprodef.

Art. 17. Os procedimentos preliminares para as operações de exportação obedecerão ao disposto neste Decreto.

§ 1º O Ministério das Relações Exteriores, a partir do registro da NegPrel no Exprodef, terá prazo de quinze dias, admitida uma prorrogação por igual período, para deliberar sobre o pedido.

§ 2º Na hipótese de parecer negativo do Ministério das Relações Exteriores sobre a NegPrel, o processo será encerrado.

§ 3º A NegPrel terá validade de dois anos, contados da data de emissão pelo Ministério das Relações Exteriores.

§ 4º Concluída a negociação com o importador, o exportador registrará o PEx no Exprodef.

§ 5º O Ministério das Relações Exteriores, a partir do registro do PEx no Exprodef, emitirá o seu parecer e informará ao Ministério da Defesa no prazo de quinze dias, admitida uma prorrogação por igual período.

§ 6º O Ministério da Defesa terá o prazo de quinze dias, contado da data de emissão do parecer do Ministério das Relações Exteriores sobre o PEx, admitida uma prorrogação por igual período, para deferir ou indeferir o PEx e informar ao exportador sobre a sua decisão.

§ 7º O PEx terá validade de dois anos, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, até o limite previsto para a execução do contrato celebrado.

§ 8º A prorrogação da validade do PEx de que trata o § 7º ocorrerá por meio de solicitação do exportador ao Ministério da Defesa, que deverá ser formulada no prazo mínimo de trinta dias antes da data de vencimento.

Art. 18. O Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores poderão exigir do exportador, por iniciativa própria ou dos órgãos envolvidos, cópias dos contratos de exportação firmados ou de outros documentos pertinentes para subsidiar as suas análises.

Parágrafo único. A solicitação de documentos adicionais interromperá a contagem dos prazos previstos no art. 17 até que os documentos sejam apresentados.

Art. 19. A autorização para NegPrel e o deferimento do PEx concedidos durante a fase de procedimentos preliminares poderão ser cancelados a qualquer tempo, na hipótese de modificação das condições que permitiram as suas concessões ou diante de fatos novos identificados pelos órgãos envolvidos.

Art. 20. Modificações quanto aos itens e às quantidades constantes dos PEx deferidos exigirão a abertura de novo PEx.

Subseção II
Do tratamento administrativo

Art. 21. A competência do Ministério da Defesa para deferir PEx e anuir RE, atribuída ao Ministério da Defesa, poderá ser delegada, com vistas a conferir celeridade ao processo de exportação.

§ 1º Para delegar a competência a que se refere o **caput**, o valor do contrato de exportação será considerado como critério para designar a autoridade para a qual será delegada.

§ 2º Ato do Ministério da Defesa disporá sobre as hipóteses de delegação, as autoridades para as quais a competência a que se refere o **caput** poderá ser delegada e os valores correspondentes a cada autoridade.

Art. 22. Ato do Ministério da Defesa definirá os parâmetros, as normas e os modelos a serem adotados de CUF e de CII para as exportações de Prode brasileiros, ouvido o Ministério das Relações Exteriores.

Art. 23. O descumprimento dos termos estabelecidos no CUF ou no CII pelo importador o sujeitará às sanções e às penalidades estabelecidas na legislação brasileira.

Subseção III
Dos exportadores

Art. 24. Os exportadores privados de Prode, constantes da Liprode, além de observar os pressupostos a que se refere o art. 3º, deverão cadastrar-se previamente no Siscade, e catalogar os Prode e os seus itens componentes de acordo com as normas e os procedimentos do Sistema, atendidas as seguintes condições:

I - na hipótese de ser fabricante, somente poderá exportar produto de fabricação própria; e

II - na hipótese de ser empresa de comércio exterior, somente poderá realizar a operação de exportação se credenciada pelo fabricante para a sua realização.

Parágrafo único. O exportador fabricante poderá servir de agente de exportação a outras empresas do setor, desde que seja devidamente credenciado por estas.

Seção II
Das operações de importação

Art. 25. Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se operações de importação:

I - entrada ou internalização de Prode referentes a contratos de compra e venda internacionais;

II - operações de compensação tecnológica, industrial ou comercial;

III - recebimento de doações;

IV - recebimento de amostras para testes, demonstrações e participação em feiras ou exposições nacionais;

V - recebimento de Prode para manutenção ou reparo;

VI - ingresso de Prode a ser aplicado a serviço de segurança de dignitários estrangeiros em visita oficial ao País;

VII - recebimento de amostras de material consumível; e

VIII - ingresso de materiais e equipamentos adquiridos pelas Forças Armadas do Brasil em operações no exterior.

§ 1º As atividades descritas no inciso IV ao inciso VI do **caput** serão enquadradas como importações de admissão temporária.

§ 2º Na hipótese de Prode consumível enquadrado no disposto no inciso VII do **caput,** será encaminhado à Secretaria de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa laudo comprobatório relativo ao consumo, emitido pelo importador.

§ 3º Outras operações ou ações relacionadas no **caput** que guardem afinidade com entrada ou internalização para o território brasileiro, transferência de tecnologia ou prestação de serviços técnicos diretamente relacionadas a Prode também serão consideradas operações de importação e ficarão submetidas ao disposto neste Decreto.

Art. 26. Após o importador registrar o pedido de LI no Siscomex, o Ministério da Defesa terá o prazo de quinze dias, admitida uma prorrogação por igual período, para se manifestar quanto à liberação da importação, observado o disposto no inciso V do **caput** do art. 3º.

Art. 27. A LI concedida no Siscomex será considerada a autorização do Governo brasileiro para importação de Prode.

Art. 28. A inobservância aos procedimentos para tratamento administrativo previsto para cada processo de importação poderá, a critério do Ministério da Defesa, obrigar o importador a reexportar o produto.

Art. 29. O pedido da licença para importação de Prode será instruído com a descrição detalhada do produto que será objeto de importação e com a justificativa devida.

Art. 30. É vedada a importação de Prode por meio de remessa postal ou expressa.

Art. 31. Os Prode importados em regime de admissão temporária serão reexportados no prazo e nas condições determinadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

Art. 32. O Ministério da Defesa é o órgão competente para assinar o CUF ou CII de Prode importado por pessoa jurídica, na hipótese de solicitação pelo país exportador.

§ 1º Os CUF e CII que compõem o processo de obtenção das Forças Armadas do Brasil serão assinados pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

§ 2º Excetuada a hipótese de importação realizada pelas Forças Armadas do Brasil, para assinatura do CUF, o importador declarará ao Ministério da Defesa ser o usuário final do produto, o que o sujeitará à fiscalização do referido Ministério.

§3º As competências de que tratam os parágrafos 1º e 2º poderão ser delegadas e subdelegadas.

§ 4º Os procedimentos para assinatura de CUF e CII para pessoas jurídicas serão disciplinados em ato do Ministério da Defesa.

§ 5º Os procedimentos para a assinatura de CUF e CII para pessoas físicas observarão o disposto no Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados, aprovado pelo Decreto nº 9.493, de 5 de setembro de 2018.

Subseção I
Dos importadores

Art. 33. A importação de Prode realizada pelas Forças Armadas do Brasil será autorizada automaticamente, observado disposto no inciso V do **caput** do art. 3º.

Art. 34. A autorização para importação de Prode, conforme definido em ato do Ministério da Defesa, poderá ser concedida:

I - aos órgãos e às entidades da administração pública;

II - aos fabricantes de Prode em quantidade necessária à realização de pesquisa, estudos, testes, composição de sistemas de Prode ou fabricação de Prode;

III - aos representantes de empresas estrangeiras, em regime de admissão temporária, para fim de experiências, testes ou demonstração, junto às Forças Armadas do Brasil ou aos órgãos e às entidades públicas, desde que comprovem exercer a representação comercial do fabricante estrangeiro no território nacional e apresentem documento comprobatório do interesse das instituições envolvidas;

IV - aos expositores para participação em feiras, mostras, exposições e eventos, por período determinado;

V - aos agentes de segurança de dignitários estrangeiros em visita ao País, em caráter temporário;

VI - às representações diplomáticas;

VII - aos integrantes de Forças Armadas do Brasil ou de órgãos de segurança estrangeiros, em caráter temporário, para:

a) participação em exercícios combinados; ou

b) participação, na qualidade de instrutor, aluno ou competidor, em cursos e eventos profissionais das Forças Armadas do Brasil e de órgãos de segurança nacionais, desde que o Prode seja essencial para o curso ou o evento; e

VIII - aos colecionadores, aos atiradores desportivos, aos caçadores e às pessoas físicas cujas armas de fogo devam ser registradas pelo Comando do Exército, nas condições estabelecidas no Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados.

§ 1º Nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VII do **caput**, a importação será limitada às amostras necessárias ao evento, vedada a importação do produto para outros fins, e os Prode deverão ser reexportados após o término do evento motivador da importação ou, a critério do importador e com autorização do Ministério da Defesa, doados.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso III do **caput**, os Prode não serão entregues aos seus importadores e ficarão diretamente sob a guarda das instituições envolvidas.

§ 3º A importação de armas e munições que forem fabricados no País por empresa credenciada como Empresa Estratégica de Defesa, nos termos da Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, será negada ou restringida pelo Ministério da Defesa, ressalvado o disposto no inciso VIII do **caput**.

§ 4º O Ministério da Defesa poderá conceder autorização especial para a importação de que trata o §3º, de acordo com o julgamento de sua conveniência.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Na hipótese de identificação de barreiras de qualquer natureza às exportações de Prode brasileiras, o Ministério da Defesa, em articulação com outros órgãos, poderá propor atos de reciprocidade em relação às importações de bens e serviços de defesa do país embargante.

Art. 36. Nas operações de exportação de Prode em que o adquirente seja pessoa jurídica de direito público externo, as empresas estatais vinculadas ao Ministério da Defesa, desde que por este autorizadas, ficam aptas a atuarem como intervenientes técnicas nas operações de exportação na modalidade de governo-a-governo.

Parágrafo único. O apoio ao comprador no período de execução do contrato e após a venda será definido nos contratos de exportação e será acompanhado pela empresa interveniente em coordenação com a Secretaria de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa.

Art. 37. Caberá aos exportadores e aos importadores verificar a veracidade e a legalidade dos documentos apresentados nos processos de exportação e de importação, a legitimidade dos intermediadores das negociações e as autoridades dos países com os quais negociar, sujeitos à fiscalização pelo Ministério da Defesa, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores.

Art. 38. As informações referentes aos processos de exportação e de importação de Prode são consideradas de acesso restrito, na forma prevista em legislação específica.

Art. 39. Ato do Ministério da Defesa estabelecerá as sanções e as penalidades administrativas a serem aplicadas às hipóteses de descumprimento das disposições previstas na Pnei-Prode pelos exportadores e pelos importadores de Prode, ouvido o Ministério das Relações Exteriores.

Art. 40. As diretrizes estabelecidas na Pnei-Prode em relação aos Prode não revogam outras disposições legais específicas.

Art. 41. Os Ministros de Estado da Defesa e das Relações Exteriores, no âmbito de suas competências, poderão editar normas complementares para estabelecer diretrizes e procedimentos para o cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 42. Fica revogado o § 4º do art. 25 do Anexo I ao Decreto nº 9.493, de 2018.

Art. 43. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna
Aloysio Nunes Ferreira Filho

DECRETO Nº 9.608, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Promulga o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, firmado em Brasília, em 11 de março de 2013.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia foi firmado em Brasília, em 11 de março de 2013;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 152, de 10 de setembro de 2018; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para o Governo da República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 24 de novembro de 2018, nos termos do seu Artigo 25;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, firmado em Brasília, em 11 de março de 2013, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho

ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA NOVA ZELÂNDIA

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da Nova Zelândia, doravante denominados "Partes";

Sendo Partes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944;

Desejando contribuir para o desenvolvimento da aviação civil internacional;

Desejando concluir um acordo com o propósito de estabelecer e explorar serviços aéreos entre e além seus respectivos territórios;

Acordam o que se segue:

Artigo 1
Definições

Para aplicação do presente Acordo, salvo disposições em contrário, o termo:

a) "autoridade aeronáutica" significa, no caso do Brasil, a autoridade de aviação civil representada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e, no caso da Nova Zelândia, o Ministro responsável pelos assuntos relativos à Aviação Civil, ou em ambos os casos, qualquer outra autoridade ou pessoa autorizada a executar as funções exercidas pelas autoridades acima mencionadas;

b) "Acordo" significa este Acordo, qualquer anexo a ele, e quaisquer emendas decorrentes;

c) "capacidade" significa a quantidade de serviços estabelecidos pelo Acordo, medida normalmente pelo número de voos (frequências) ou de assentos, ou toneladas de carga oferecidas em um mercado (par de cidades ou país a país) ou em uma rota, durante um determinado período, tal como diariamente, semanalmente, por temporada ou anualmente;

d) "Convenção" significa a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta para assinatura em Chicago no dia 7 de dezembro de 1944, e inclui qualquer Anexo adotado de acordo com o Artigo 90 daquela Convenção e qualquer emenda aos Anexos ou à Convenção, de acordo com os Artigos 90 e 94, na medida em que esses Anexos e emendas tenham entrado em vigor para ambas as Partes;

e) "empresa aérea designada" significa uma empresa aérea que tenha sido designada e autorizada em conformidade com o Artigo 3 (Designação e Autorização) deste Acordo;

f) "preço" significa qualquer preço, tarifa ou encargo para o transporte de passageiros, bagagem e/ou carga, excluindo mala postal, no transporte aéreo, incluindo qualquer outro modal de transporte em conexão com aquele, cobrados pelas empresas aéreas, incluindo seus agentes, e as condições segundo as quais se aplicam estes preços, tarifas e encargos;

g) "território", em relação a um Estado, tem o significado a ele atribuído no Artigo 2 da Convenção no entendimento de que, no caso da Nova Zelândia, o termo "território" excluirá Toquelau;

h) "tarifa aeronáutica" significa o valor cobrado às empresas aéreas, pelas autoridades competentes, ou por estas autorizado a ser cobrado, pelo uso do aeroporto, ou de suas instalações e serviços, ou de instalações de navegação aérea, ou de instalações de segurança da aviação, incluindo as instalações e os serviços relacionados, por aeronaves, suas tripulações, passageiros e carga; e

i) "serviço aéreo", "serviço aéreo internacional", "empresa aérea" e "escala para fins não comerciais", têm os significados a eles atribuídos no Artigo 96 da Convenção.

Artigo 2
Concessão de Direitos

1. Cada Parte concede à outra Parte os direitos especificados neste Acordo, com a finalidade de operar serviços aéreos internacionais nas rotas especificadas no Anexo deste Acordo.

2. Sujeito às disposições deste Acordo, as empresas aéreas designadas por cada uma das Partes gozarão dos seguintes direitos:

a) sobrevoar o território da outra Parte sem pousar;

b) fazer escalas no território da outra Parte, para fins não comerciais;

c) fazer escalas nos pontos das rotas especificadas no Anexo deste Acordo, para embarcar e desembarcar tráfego internacional de passageiros, bagagem, carga ou mala postal separadamente ou em combinação; e

d) os demais direitos especificados no presente Acordo.

3 As empresas aéreas de cada Parte, outras que não as designadas com base no Artigo 3 (Designação e Autorização) deste Acordo, também gozarão dos direitos especificados nas letras "a" e "b" do parágrafo 2 deste Artigo.

4 Nenhum dispositivo deste Acordo será considerado como concessão a uma empresa aérea designada de uma Parte do direito de embarcar, no território da outra Parte, passageiros, bagagem, carga e mala postal mediante remuneração e destinados a outro ponto no território dessa outra Parte.

Artigo 3
Designação e Autorização

1. Cada Parte terá o direito de designar por escrito à outra Parte, uma ou mais empresas aéreas para operar os serviços acordados e de revogar ou alterar tal designação. Essas notificações serão feitas por via diplomática.

2. Ao receber tal designação e o pedido de autorização de operação de uma empresa aérea designada, na forma e no modo prescritos, cada Parte concederá à empresa aérea a autorização de operação apropriada com a mínima demora de trâmites, desde que:

a) a empresa aérea seja constituída e tenha seu escritório principal no território da Parte que a designa;

b) o efetivo controle regulatório da empresa aérea designada seja exercido e mantido pela Parte que a designa;

c) a Parte que designa a empresa aérea cumpra as disposições estabelecidas no Artigo 7 (Segurança Operacional) e no Artigo 9 (Segurança da Aviação); e

d) a empresa aérea designada esteja qualificada para satisfazer outras condições determinadas segundo as leis e regulamentos normalmente aplicados à operação de serviços aéreos internacionais pela Parte que recebe a designação.

3. Ao receber a autorização de operação constante do parágrafo 2, uma empresa aérea designada pode, a qualquer tempo, começar a operar os serviços acordados para os quais tenha sido designada, desde que ela cumpra as disposições aplicáveis deste Acordo.

Artigo 4
Negação, Revogação e Limitação de Autorização

1. As autoridades aeronáuticas de cada Parte terão o direito de negar as autorizações mencionadas no Artigo 3 (Designação e Autorização) deste Acordo à empresa aérea designada pela outra Parte e de revogar, suspender ou impor condições a tais autorizações, temporária ou permanentemente nos casos em que:

a) elas não estejam convencidas de que a empresa aérea designada seja constituída e tenha seu escritório principal no território da Parte que a designa; ou

b) o efetivo controle regulatório da empresa aérea designada não seja exercido e mantido pela Parte que a designa; ou

c) a Parte que designa a empresa aérea não cumpra as disposições estabelecidas no Artigo 7 (Segurança Operacional) e no Artigo 8 (Segurança da Aviação); ou

d) a empresa aérea designada não satisfaça outras condições determinadas segundo as leis e regulamentos normalmente aplicados à operação de serviços aéreos internacionais pela Parte que recebe a designação.

2. A menos que a imediata revogação, suspensão ou imposição das condições previstas no parágrafo 1 do presente Artigo seja essencial para impedir novas infrações a leis e regulamentos, ou às disposições deste Acordo, esse direito somente será exercido após a realização de reunião de consulta com a outra Parte. Tal consulta deverá ocorrer antes de expirar o prazo de trinta (30) dias, contados a partir da data da solicitação por uma Parte, salvo entendimento diverso entre as Partes.

Artigo 5
Aplicação de Leis

1. As leis e regulamentos de uma Parte relativos à entrada e saída de seu território de aeronaves engajadas em serviços aéreos internacionais, ou à operação e navegação de tais aeronaves enquanto em seu território, serão aplicados às aeronaves das empresas aéreas da outra Parte.

2. As leis e regulamentos de uma Parte, relativos à entrada, permanência e saída de seu território, de passageiros, tripulantes e carga, incluindo mala postal, tais como os relativos à imigração, alfândega, moeda, saúde e quarentena serão aplicados aos passageiros, tripulantes, carga e mala postal transportados por aeronaves das empresas aéreas da outra Parte enquanto permanecerem no referido território.

3. Nenhuma Parte dará preferência às suas próprias empresas aéreas ou a qualquer outra empresa aérea em relação às empresas aéreas da outra Parte engajadas em serviços aéreos internacionais similares, na aplicação de seus regulamentos de imigração, alfândega, quarentena e regulamentos similares.

4. Passageiros, bagagem, carga e mala postal em trânsito direto serão sujeitos apenas a um controle simplificado. Bagagem e carga em trânsito direto deverão ser isentas de taxas alfandegárias e outras taxas similares.

Artigo 6
Reconhecimento de Certificados e Licenças

1. Certificados de aeronavegabilidade, certificados de habilitação e licenças, emitidos ou convalidados por uma Parte e ainda em vigor, serão reconhecidos como válidos pela outra Parte para o objetivo de operar os serviços acordados, desde que os requisitos sob os quais tais certificados e licenças foram emitidos ou convalidados sejam iguais ou superiores aos requisitos mínimos estabelecidos segundo a Convenção.

2. Se os privilégios ou as condições das licenças ou certificados mencionados no parágrafo 1 anterior, emitidos pelas autoridades aeronáuticas de uma Parte para qualquer pessoa ou empresa aérea designada, ou relativos a uma aeronave utilizada na operação dos serviços acordados, permitirem uma diferença dos requisitos mínimos estabelecidos pela Convenção, e que tal diferença tenha sido notificada à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), a outra Parte pode pedir que se realizem consultas entre as autoridades aeronáuticas a fim de esclarecer a prática em questão.

3. Cada Parte, todavia, reserva-se o direito de recusar-se a reconhecer, para o objetivo de sobrevoo ou pouso em seu próprio território, certificados de habilitação e licenças concedidas aos seus próprios nacionais pela outra Parte.

Artigo 7
Segurança Operacional

1. Cada Parte poderá solicitar a qualquer momento a realização de consultas sobre as normas de segurança operacional aplicadas pela outra Parte nos aspectos relacionados com as instalações aeronáuticas, tripulações de voo, aeronaves e operações de aeronaves. Tais consultas serão realizadas dentro dos 30 (trinta) dias subsequentes à apresentação da referida solicitação.

2. Se, depois de realizadas tais consultas, uma Parte chega à conclusão de que a outra não mantém e administra de maneira efetiva os requisitos de segurança, nos aspectos mencionados no parágrafo 1, que satisfaçam as normas estabelecidas à época em conformidade com a Convenção, a outra Parte será informada de tais conclusões e das medidas que se considerem necessárias para cumprir as normas da OACI. A outra Parte deverá, então, tomar as medidas corretivas para o caso, dentro de um prazo acordado.

3. De acordo com o Artigo 16 da Convenção, fica também acordado que qualquer aeronave operada por ou em nome de uma empresa aérea de uma Parte, que preste serviço para ou do território da outra Parte poderá, quando se encontrar no território desta última, ser objeto de uma inspeção pelos representantes autorizados da outra Parte, desde que isto não cause atrasos injustificados à operação da aeronave. Não obstante as obrigações mencionadas no Artigo 33 da Convenção, o objetivo desta inspeção é verificar a validade da documentação pertinente da aeronave, as licenças de sua tripulação, e se o equipamento da aeronave e as condições da mesma conformam-se às normas estabelecidas à época em conformidade com a Convenção.

4. Quando uma ação urgente for essencial para assegurar a segurança da operação de uma empresa aérea, cada Parte reserva-se o direito de imediatamente suspender ou modificar a autorização de operação de uma ou mais empresas aéreas da outra Parte.

5. Qualquer medida tomada por uma Parte de acordo com o parágrafo 4 acima será suspensa tão logo deixem de existir os motivos que levaram à adoção de tal medida.

6. Com referência ao parágrafo 2, se for constatado que uma Parte continua a não cumprir as normas da OACI depois de transcorrido o prazo acordado, o Secretário Geral da OACI será disto notificado. O mesmo também será notificado após a solução satisfatória de tal situação.

Artigo 8
Cooperação em Segurança Operacional da Aviação Civil

As Partes promoverão a cooperação entre suas autoridades reguladoras com o propósito de estabelecer acordos técnicos ou operacionais que facilitem:

a) a troca de informações em matéria de segurança operacional da aviação civil e de meio ambiente;

b) o reconhecimento mútuo de certificação e/ou processos regulatórios de segurança operacional; e

c) o comércio de bens e serviços relacionados à aviação civil.

Artigo 9
Segurança da Aviação

1. Em conformidade com seus direitos e obrigações segundo o Direito Internacional, as Partes reafirmam que sua obrigação mútua de proteger a segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita constitui parte integrante do presente Acordo. Sem limitar a validade geral de seus direitos e obrigações resultantes do Direito Internacional, as Partes atuarão, em particular, segundo as disposições da Convenção sobre Infrações e Certos Outros Atos Praticados a Bordo de Aeronaves, assinada em Tóquio em 14 de setembro de 1963, da Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves, assinada na Haia em 16 de dezembro de 1970 e da Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal em 23 de setembro de 1971 e seu Protocolo Suplementar para Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos Utilizados pela Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal em 24 de fevereiro de 1988, da Convenção para a Marcação de Explosivos Plásticos para o Propósito de Detecção, assinada em Montreal em 1 de março de 1991, bem como qualquer outra convenção ou protocolo sobre segurança da aviação civil, aos quais ambas as Partes venham a aderir.

2. As Partes fornecerão, mediante solicitação, toda a assistência mútua necessária para a prevenção contra atos de apoderamento ilícito de aeronaves civis e outros atos ilícitos contra a segurança dessas aeronaves, seus passageiros e tripulações, aeroportos e instalações de navegação aérea, e qualquer outra ameaça à segurança da aviação civil.

3. As Partes agirão, em suas relações mútuas, segundo as disposições sobre segurança da aviação estabelecidas pela OACI e designadas como Anexos à Convenção; exigirão que operadores de aeronaves por elas registradas, ou operadores de aeronaves estabelecidos em seu território e os operadores de aeroportos situados em seu território ajam em conformidade com as referidas disposições sobre a segurança da aviação. Cada Parte notificará a outra Parte de qualquer diferença entre seus regulamentos e métodos nacionais e as normas de segurança da aviação dos Anexos. Qualquer das Partes poderá solicitar a qualquer momento a imediata realização de consultas com a outra Parte sobre tais diferenças.

4. Cada Parte concorda que a tais operadores de aeronaves pode ser exigido que observem as disposições sobre a segurança da aviação mencionadas no parágrafo 3 deste Artigo e exigidas pela outra Parte para a entrada, saída, ou permanência no território da outra Parte. Cada Parte assegurará que medidas adequadas sejam efetivamente aplicadas em seu território para proteger as aeronaves e para inspecionar passageiros, tripulações, bagagens de mão, bagagens, carga e provisões de bordo, antes e durante o embarque ou carregamento. Cada Parte também considerará de modo favorável qualquer solicitação da outra Parte, com vistas a adotar medidas especiais e razoáveis de segurança para combater uma ameaça específica.

5. Quando ocorrer um incidente, ou ameaça de incidente de apoderamento ilícito de aeronave civil, ou outros atos ilícitos contra a segurança de tal aeronave, de seus passageiros e tripulações, de aeroportos ou instalações de navegação aérea, as Partes assistir-se-ão mutuamente, facilitando as comunicações e outras medidas apropriadas, destinadas a pôr termo, de forma rápida e segura, a tal incidente ou ameaça.

6. Cada Parte terá o direito, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes à notificação, de que suas autoridades aeronáuticas efetuem uma avaliação no território da outra Parte das medidas de segurança sendo aplicadas ou que planejem aplicar, pelos operadores de aeronaves, com respeito aos voos que chegam procedentes do território da primeira Parte ou que sigam para o mesmo. Os entendimentos administrativos para a realização de tais avaliações serão feitos entre as autoridades aeronáuticas e implementados sem demora a fim de se assegurar que as avaliações se realizem de maneira expedita. Todas as avaliações estarão cobertas por um acordo específico sobre a proteção de informação entre as autoridades competentes de ambas as Partes.

7. Quando uma Parte tiver motivos razoáveis para acreditar que a outra Parte não cumpre as disposições deste Artigo, a primeira Parte poderá solicitar a realização de consultas. Tais consultas começarão dentro dos 15 (quinze) dias seguintes ao recebimento de tal solicitação de qualquer das Partes. No caso de não se chegar a um acordo satisfatório dentro dos 15 (quinze) dias a partir do começo das consultas, isto constituirá motivo para negar, revogar, suspender ou impor condições sobre as autorizações da empresa aérea ou empresas aéreas designadas pela outra Parte. Quando justificada por uma emergência ou para prevenir o ulterior descumprimento das disposições deste Artigo, a primeira Parte poderá adotar medidas temporárias a qualquer momento.

Artigo 10
Tarifas Aeronáuticas

1. As tarifas aeronáuticas que possam ser impostas pelas autoridades ou órgãos competentes de cada Parte sobre as empresas aéreas da outra Parte serão justas, razoáveis, não injustamente discriminatórias, e repartidas equitativamente entre categorias de usuários. Em qualquer caso, tais tarifas aeronáuticas impostas sobre as empresas aéreas da outra Parte serão estabelecidas em condições não menos favoráveis ??do que as condições mais favoráveis ??disponíveis a qualquer outra empresa aérea no momento em que as tarifas sejam estabelecidas.

2. Cada Parte estimulará a realização de consultas entre as autoridades ou órgãos competentes em seu território e as empresas aéreas que utilizam as instalações e os serviços, e estimulará as autoridades ou órgãos competentes e as empresas aéreas a trocarem informações que possam ser necessárias para permitir uma análise precisa sobre a razoabilidade das tarifas, de acordo com os princípios dos parágrafos 1 e 2 deste Artigo. Cada Parte estimulará o fornecimento pelas autoridades ou órgãos competentes aos usuários, com razoável antecedência, de qualquer proposta de alteração nas tarifas aeronáuticas, a fim de permitir que os usuários expressem suas opiniões antes que qualquer alteração seja feita.

3. Em procedimentos de solução de controvérsias, nos termos do Artigo 20 deste Acordo, nenhuma das Partes será considerada em violação de uma provisão deste Artigo, a menos que:

a) não proceda à revisão da tarifa ou prática que seja objeto de reclamação pela outra Parte dentro de um período de tempo razoável; ou

b) após tal revisão, não tome todas as medidas a seu alcance para corrigir qualquer tarifa ou prática incompatível com este Artigo.

Artigo 11
Direitos Alfandegários

1. Cada Parte, com base na reciprocidade, isentará uma empresa aérea designada da outra Parte, no maior grau possível em conformidade com sua legislação nacional, de restrições sobre importações, direitos alfandegários, impostos indiretos, taxas de inspeção e outras taxas e gravames nacionais que não se baseiem no custo dos serviços proporcionados na chegada, sobre aeronaves, combustíveis, óleos lubrificantes, suprimentos técnicos de consumo, peças sobressalentes incluindo motores, equipamento de uso normal dessas aeronaves, provisões de bordo e outros itens, tais como bilhetes e conhecimentos aéreos, destinados ou usados exclusivamente na operação ou manutenção das aeronaves da empresa aérea designada da outra Parte que esteja operando os serviços acordados.

2. As isenções previstas neste Artigo serão aplicadas aos itens referidos no parágrafo 1:

a) introduzidos no território de uma Parte por ou sob a responsabilidade da empresa aérea designada pela outra Parte;

b) mantidos a bordo das aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte, na chegada ou na saída do território da outra Parte; ou

c) embarcados nas aeronaves da empresa aérea designada de uma Parte no território da outra Parte e com o objetivo de serem usados na operação dos serviços acordados, sejam ou não tais produtos utilizados ou consumidos totalmente dentro do território da Parte que outorga a isenção, sob a condição de que sua propriedade não seja transferida no território de tal Parte.

3. O equipamento de bordo de uso regular, bem como os materiais e suprimentos normalmente mantidos a bordo das aeronaves de uma empresa aérea designada de qualquer das Partes, somente poderão ser descarregados no território da outra Parte com a autorização das autoridades alfandegárias de tal território. Nesse caso, tais itens poderão ser colocados sob a supervisão das mencionadas autoridades até que sejam reexportados ou se lhes dê outro destino, conforme os regulamentos alfandegários.

Artigo 12
Capacidade

1. Cada Parte permitirá que cada empresa aérea designada determine a frequência e a capacidade dos serviços aéreos internacionais a ser ofertada, baseando-se em considerações comerciais próprias do mercado.

2. Nenhuma Parte limitará unilateralmente o volume de tráfego, frequência ou regularidade dos serviços, ou o tipo ou tipos de aeronaves operadas pelas empresas aéreas designadas da outra Parte, exceto por exigências de natureza alfandegária, técnica, operacional ou razões ambientais sob condições uniformes consistentes com o Artigo 15 da Convenção.

Artigo 13
Preços

1 .Os preços cobrados pelos serviços operados com base neste Acordo poderão ser estabelecidos livremente pelas empresas aéreas, sem estar sujeitos a aprovação.

2. Cada Parte pode requerer notificação ou registro junto às autoridades, pelas empresas aéreas designadas, dos preços do transporte de e para o seu território.

Artigo 14
Concorrência

1. As Partes deverão, a pedido, informar-se mutuamente sobre suas leis, políticas e práticas sobre a concorrência ou modificações das mesmas, bem como quaisquer objetivos concretos a elas relacionados, que poderiam afetar a operação de serviços aéreos cobertos por este Acordo e deverão identificar as autoridades responsáveis por sua aplicação.

2. As Partes deverão notificar-se mutuamente sempre que considerarem que pode haver incompatibilidade entre a aplicação de suas leis, políticas e práticas sobre a concorrência e as matérias relacionadas à aplicação deste Acordo.

Artigo 15
Conversão de Divisas e Remessa de Receitas

1. Cada Parte permitirá às empresas aéreas designadas da outra Parte converter e remeter para o exterior, a pedido, todas as receitas locais provenientes da venda de serviços aéreos e de atividades conexas diretamente vinculadas ao transporte aéreo que excedam as somas localmente desembolsadas, permitindo-se sua rápida conversão e remessa à taxa de câmbio do dia do pedido para a conversão e remessa.

2. A conversão e a remessa de tais receitas serão permitidas em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, e não estarão sujeitas a quaisquer encargos administrativos ou cambiais, exceto aqueles normalmente cobrados pelos bancos para a execução de tais conversão e remessa.

3. O disposto neste Artigo não desobriga as empresas aéreas de ambas as Partes do pagamento dos impostos, taxas e contribuições a que estejam sujeitas.

4. Caso exista um acordo especial entre as Partes para evitar a dupla tributação, ou caso um acordo especial regule a transferência de fundos entre as Partes, tais acordos prevalecerão.

Artigo 16
Atividades Comerciais

1. Cada Parte concederá às empresas aéreas da outra Parte o direito de vender e comercializar em seu território, serviços aéreos internacionais, diretamente ou por meio de agentes ou outros intermediários à escolha da empresa aérea, incluindo o direito de estabelecer seus próprios escritórios, tanto como empresa operadora como não operadora.

2. Cada empresa aérea terá o direito de vender tais serviços aéreos na moeda desse território ou, sujeito às leis e regulamentos nacionais, em moedas livremente conversíveis de outros países, e qualquer pessoa poderá adquirir tais serviços aéreos em moedas aceitas por essa empresa aérea.

3. As empresas aéreas designadas de uma Parte poderão, com base na reciprocidade, trazer e manter no território da outra Parte seus representantes e o pessoal comercial, operacional e técnico necessário à operação dos serviços acordados.

4. Essas necessidades de pessoal podem, a critério das empresas aéreas designadas de uma Parte, ser satisfeitas com pessoal próprio ou usando os serviços de qualquer outra organização, companhia ou empresa aérea que opere no território da outra Parte, autorizada a prestar esses serviços para outras empresas aéreas.

5. Os representantes e os auxiliares estarão sujeitos às leis e regulamentos em vigor da outra Parte e de acordo com tais leis e regulamentos:

a) cada Parte concederá, com base na reciprocidade e com o mínimo de demora, as autorizações de emprego, os vistos de visitantes ou outros documentos similares necessários para os representantes e os auxiliares mencionados no parágrafo 3 deste Artigo; e

b) ambas as Partes facilitarão e acelerarão as autorizações de emprego necessárias ao pessoal que desempenhe certos serviços temporários que não excedam 90 (noventa) dias.

6. Ao operar ou oferecer os serviços aéreos internacionais nos termos do presente Acordo, qualquer empresa aérea designada de uma Parte poderá, sujeita às leis e regulamentos de cada Parte, celebrar acordos de cooperação, incluindo, mas não limitados a, acordos de código compartilhado, arrendamento e arrendamento com tripulação, seguro e manutenção ("*wet-leasing*"), com qualquer outra empresa aérea, incluindo empresas aéreas de terceiros países que possuam as necessárias autorizações de operação para o acordo de cooperação em questão.

7. Cada empresa aérea designada terá o direito de executar seu próprio serviço de apoio em solo ("serviço próprio") no território da outra Parte ou, a seu critério, o direito de escolher dentre agentes concorrentes para a realização de tais serviços, no todo ou em parte. Os direitos estarão sujeitos apenas a restrições físicas resultantes de considerações da segurança aeroportuária. Nos casos em que tais considerações excluam a possibilidade de serviço próprio, os serviços de apoio em solo estarão disponíveis de forma não discriminatória a todas as empresas aéreas; as tarifas basear-se-ão nos custos dos serviços prestados, e tais serviços serão comparáveis em tipo e qualidade aos serviços que estariam disponíveis se o serviço próprio fosse possível.

8. Não obstante qualquer outra disposição deste Acordo, empresas aéreas e provedores indiretos de transporte de carga das Partes serão autorizados, sem restrições, a empregar em conexão com o transporte aéreo internacional, qualquer transporte de carga por superfície de ou para quaisquer pontos nos territórios das Partes ou em terceiros países, inclusive de e para todos os aeroportos com instalações alfandegárias, e incluindo, quando aplicável, o direito de transportar carga alfandegada sob leis e regulamentos aplicáveis??. Será providenciado o acesso de tal carga às instalações e procedimentos alfandegários, quer seja transportada por superfície ou por meio aéreo. As empresas aéreas poderão optar por executar seu próprio transporte de superfície ou fazê-lo por meio de acordos com outros transportadores de superfície, incluindo o transporte de superfície operado por outras empresas aéreas e provedores indiretos de transporte aéreo de carga. Tais serviços intermodais de carga poderão ser oferecidos a um preço único para o transporte aéreo e de superfície combinados, desde que os expedidores de carga não sejam induzidos a erro quanto aos fatos relativos a tal transporte.

Artigo 17
Estatísticas

As autoridades aeronáuticas de cada Parte proporcionarão ou farão com que suas empresas aéreas designadas proporcionem às autoridades aeronáuticas da outra Parte, a pedido, as estatísticas periódicas ou eventuais que possam ser razoavelmente requeridas.

Artigo 18
Aprovação de Horários

1. As empresas aéreas designadas de cada Parte submeterão sua previsão de horários de voos à aprovação das autoridades aeronáuticas da outra Parte, pelo menos 30 (trinta) dias antes do início de operação dos serviços acordados. O mesmo procedimento será aplicado para qualquer modificação dos horários.

2. Para os voos de reforço que a empresa aérea designada de uma Parte deseje operar nos serviços acordados fora do quadro horário aprovado, essa empresa aérea solicitará autorização prévia das autoridades aeronáuticas da outra Parte. Tais solicitações serão submetidas pelo menos 5 (cinco) dias úteis antes da operação de tais voos.

Artigo 19
Consultas

1. Qualquer das Partes pode, a qualquer tempo, solicitar a realização de consultas sobre a interpretação, aplicação, implementação ou emenda deste Acordo ou seu satisfatório cumprimento.

2. Tais consultas, que podem ser feitas mediante reuniões ou por correspondência, serão iniciadas dentro de um período de 60 (sessenta) dias a partir da data do recebimento da solicitação por escrito pela outra Parte, a menos que de outra forma acordado por ambas as Partes.

Artigo 20
Solução de Controvérsias

1. No caso de qualquer controvérsia que possa surgir entre as Partes, relativa à interpretação ou aplicação deste Acordo, com exceção das que possam surgir decorrentes dos Artigos 7 (Segurança Operacional) e 9 (Segurança da Aviação), as autoridades aeronáuticas das Partes buscarão, em primeiro lugar, resolvê-las por meio de consultas e negociações.

2. Caso as Partes não cheguem a um acordo por meio de negociação, a controvérsia será solucionada por via diplomática.

Artigo 21
Emendas

Qualquer emenda a este Acordo, acordada entre as Partes, entrará em vigor em data a ser determinada por troca de notas diplomáticas, indicando que todos os procedimentos internos necessários foram completados por ambas as Partes.

Artigo 22
Acordos Multilaterais

Se um acordo multilateral relativo a transporte aéreo entrar em vigor em relação a ambas as Partes, o presente Acordo será emendado para conformar-se às disposições de tal acordo multilateral.

Artigo 23
Denúncia

Qualquer das Partes pode, a qualquer tempo, notificar a outra Parte por escrito, por via diplomática, de sua decisão de denunciar este Acordo. Tal notificação será feita simultaneamente à OACI. Este Acordo expirará à meia noite, hora local da Parte notificada, imediatamente antes do primeiro aniversário da data de recebimento da notificação pela outra Parte, a menos que se retire tal notificação mediante acordo, antes de concluído tal prazo. Se a outra Parte não acusar recebimento, será considerado que a notificação foi recebida 14 (quatorze) dias depois de seu recebimento pela OACI.

Artigo 24
Registro na OACI

Este Acordo, bem como qualquer emenda ao mesmo, será registrado na OACI, depois de assinado, pela Parte em cujo território haja ocorrido a assinatura, ou conforme acordado pelas Partes.

Artigo 25
Entrada em Vigor

Este Acordo entrará em vigor sessenta (60) dias após o recebimento da segunda nota diplomática indicando que todos os procedimentos internos necessários foram completados por ambas as Partes.

Após sua entrada em vigor, o presente Acordo substituirá o *Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia*, assinado em Brasília, em 18 de junho de 1996.

Em testemunho do que os abaixo assinados, estando devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Feito em Brasília, no dia 11 do mês de março, do ano de 2013, em duplicata, em português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Wagner Bittencourt
Ministro Chefe da Secretária de Aviação Civil

PELO GOVERNO DA NOVA ZELÂNDIA

Jeffrey Hugh MCAllister
Embaixador pela Nova Zelândia

ANEXO

Serviços Aéreos Regulares

Rotas

As empresas aéreas de cada Parte, designadas ao abrigo do presente Acordo para operar no âmbito deste Anexo, em conformidade com os termos de sua designação, terão o direito de realizar serviços aéreos internacionais regulares, como segue:

A. Rotas para a(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) pelo Governo da República Federativa do Brasil

De pontos aquém Brasil, via Brasil e pontos intermediários, para um ponto ou pontos na Nova Zelândia e além.

B. Rotas para a(s) empresa(s) aérea(s) designada(s) pelo Governo da Nova Zelândia

De pontos aquém Nova Zelândia, via Nova Zelândia e pontos intermediários, para um ponto ou pontos no Brasil e além.

Notas

As empresas aéreas designadas de cada Parte poderão, em qualquer ou em todos os voos e à sua opção:

1. efetuar voos em uma ou ambas as direções;

2. combinar diferentes números de voo na operação de uma aeronave;

3. servir, nas rotas, pontos aquém, intermediários e além e pontos nos territórios das Partes, em qualquer combinação e em qualquer ordem;

4. omitir escalas em qualquer ponto ou pontos;

5. transferir tráfego de quaisquer de suas aeronaves para quaisquer de suas outras aeronaves em qualquer ponto das rotas;

6. servir pontos anteriores a qualquer ponto em seu território, com ou sem mudança de aeronave ou número de voo, e oferecer e anunciar tais serviços ao público como serviços diretos; e

7. exercer direitos de tráfego de parada co-terminais, incluindo o transporte de passageiros com bilhetes emitidos internacionalmente, sem limitação de direção ou geográfica, e sem perda de qualquer direito de transportar tráfego de outra forma permitido sob este Acordo, desde que o ponto de origem ou de destino esteja no território da Parte que designa a empresa aérea.

DECRETO Nº 9.609, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Regulamenta a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para dispor sobre o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública e a gestão dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, fundo especial de natureza contábil, instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e regulado pela Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, tem por objetivo garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSP.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Seção I
Da composição do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública

Art. 2º O Conselho Gestor do FNSP será composto pelos seguintes representantes, titular e suplente:

I - três do Ministério da Segurança Pública, um dos quais o presidirá;

II - um da Casa Civil da Presidência da República;

III - um do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

IV - um do Ministério dos Direitos Humanos;

V - um do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e

VI - dois do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública - Consesp, de regiões geográficas distintas.

§ 1º Os representantes de que tratam os incisos I a V do **caput** serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e designados em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 2º Os representantes de que trata o inciso VI do **caput** serão indicados pelo Consesp e designados em ato do Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 3º A participação no Conselho Gestor será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Seção II
Do funcionamento do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública

Art. 3º O Ministro de Estado da Segurança Pública editará regimento interno, que estabelecerá a organização e o funcionamento do Conselho Gestor do FNSP.

Art. 4º O Conselho Gestor do FNSP se reunirá, ordinariamente, mensalmente, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, pelo Ministro de Estado da Segurança Pública ou mediante requerimento de dois terços de seus membros, no mínimo.

§ 1º O quórum de reunião do Conselho Gestor do FNSP será o de maioria absoluta de seus representantes.

§ 2º O quórum de deliberação do Conselho Gestor do FNSP será o de maioria simples dos representantes presentes e, na hipótese de empate, caberá ao seu Presidente, além do voto ordinário, o voto de qualidade.

§ 3º As decisões do Conselho Gestor do FNSP serão homologadas pelo Ministro de Estado da Segurança Pública.

§ 4º O Conselho Gestor do FNSP poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicos ou privados, profissionais de segurança pública e especialistas, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

Art. 5º O Conselho Gestor do FNSP poderá instituir comissão para monitorar a prestação de contas e analisar o relatório de gestão dos recursos do FNSP apresentado pelos entes federativos, observado o disposto no regimento interno.

Art. 6º A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Segurança Pública fornecerá o suporte administrativo necessário ao Conselho Gestor do FNSP, nos termos do disposto no inciso IV do **caput** do art. 13 do Anexo III do Decreto nº 9.360, de 7 de maio de 2018.

Seção III
Das competências do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública

Art. 7º Ao Conselho Gestor do FNSP compete:

I - zelar pela aplicação dos recursos do FNSP em consonância com o disposto na PNSP, mediante:

a) aprovação da programação orçamentária e financeira dos recursos do FNSP, a cada exercício, observados os objetivos, as prioridades, os critérios e as metas estabelecidos no PNSP, ou na ausência do PNSP, aqueles estabelecidos para o Ministério da Segurança Pública no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual;

b) análise das prestações de contas, dos relatórios de gestão, dos balanços e dos demonstrativos da execução orçamentária e financeira do FNSP e recomendação de medidas aperfeiçoadoras para os exercícios seguintes e a disseminação de boas práticas, caso necessário;

c) avaliação da execução orçamentária e financeira do FNSP e recomendação dos procedimentos necessários à correção das eventuais imperfeições; e

d) monitoramento da execução e os resultados dos programas, das ações, dos projetos e das atividades beneficiários dos recursos do FNSP;

II - examinar e aprovar os projetos nas áreas de segurança pública e prevenção à violência que serão financiados com recursos do FNSP, observados os objetivos, as prioridades e os critérios do PNSP;

III - solicitar esclarecimentos e informações à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Segurança Pública e aos demais órgãos responsáveis pela gestão, pela execução e pelo acompanhamento dos resultados dos projetos e das ações financiados com recursos do FNSP; e

IV - formular consultas e dirimir dúvidas relacionadas com os projetos e as ações do FNSP junto aos órgãos e às unidades do Ministério da Segurança Pública.

§ 1º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se programação orçamentária a distribuição dos recursos do FNSP, a cada exercício, observado o limite fixado pelo órgão central de orçamento, nas categorias de programação específicas definidas em lei.

§ 2º Após aprovação pelo Conselho Gestor do FNSP, a programação orçamentária dos recursos do FNSP integrará, a cada exercício, a proposta orçamentária do Ministério da Segurança Pública a ser encaminhada para o órgão central de orçamento para fins de elaboração do projeto de lei orçamentária anual.

§ 3º O Conselho Gestor do FNSP aprovará as reprogramações orçamentárias entre ações programáticas do FNSP.

CAPÍTULO III
DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Seção I
Da Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública

Art. 8º Caberá ao Ministério da Segurança Pública a gestão do FNSP, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, nos termos do disposto no inciso I do **caput** do art. 13 do Anexo III ao Decreto nº 9.360, de 2018.

Art. 9º Compete à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Segurança Pública, na qualidade de gestora do FNSP:

I - gerir os recursos, as transferências voluntárias e os instrumentos congêneres oriundos do FNSP;

II - submeter ao Conselho Gestor proposta de programação orçamentária e financeira dos recursos do Fundo, a cada exercício;

III - subsidiar o Conselho Gestor com informações relativas à execução orçamentária e financeira do FNSP;

IV - realizar, diretamente ou por meio de terceiros, estudos e pesquisas recomendados pelo Ministério da Segurança Pública e pelo Conselho Gestor;

V - deliberar sobre a aprovação de projetos, de atividades e de ações a serem beneficiadas com recursos do FNSP, observadas as proporções e as condições estabelecidas nos incisos I e II do **caput** do art. 7º da Lei nº 13.756, de 2018, e os objetivos, as prioridades e os critérios do PNSP;

VI - firmar contratos, convênios e acordos com vistas à realização de estudos, avaliações e projetos nas áreas de interesse da segurança pública e defesa social a serem beneficiados com recursos do FNSP;

VII - prestar contas da execução orçamentária e financeira dos recursos do FNSP ao Conselho Gestor anualmente e indicar os resultados alcançados, observados os objetivos e metas estabelecidos para o exercício e as medidas corretivas e aperfeiçoadoras necessárias para melhorar o desempenho e os resultados, quanto a sua eficiência e efetividade;

VIII - acompanhar e controlar a aplicação dos recursos pelos beneficiários finais;

IX - bloquear ou cancelar os repasses de recursos e adotar as medidas necessárias à recuperação dos recursos aplicados, acrescidos das penalidades legais, na hipótese de identificação de desvios ou outras irregularidades que possam comprometer a sua regular aplicação e os resultados esperados, com adoção das medidas necessárias para resguardar o erário, sob pena de responsabilidade solidária;

X - elaborar relatório anual de avaliação dos resultados alcançados em relação aos objetivos e às metas estabelecidos para o exercício e aos recursos executados do FNSP, a ser submetido ao Conselho Gestor do FNSP; e

XI - disponibilizar informações para a realização de avaliação periódica de impacto e efetividade das políticas empreendidas.

Seção II
Dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública

Art. 10. Observados os objetivos, as prioridades e os critérios do PNSP, os recursos do FNSP serão destinados a:

I - construção, reforma, ampliação e modernização de unidades policiais, periciais, de corpos de bombeiros militares e de guardas municipais;

II - aquisição de materiais, equipamentos e veículos necessários ao funcionamento da segurança pública;

III - tecnologia e sistemas de informações e de estatísticas de segurança pública;

IV - inteligência, investigação, perícia e policiamento;

V - programas e projetos de prevenção ao delito e à violência;

VI - capacitação de profissionais da segurança pública e de perícia técnico-científica;

VII - integração de sistemas, base de dados, pesquisa, monitoramento e avaliação de programas de segurança pública;

VIII - atividades preventivas destinadas à redução dos índices de criminalidade;

IX - serviço de recebimento de denúncias, com garantia de sigilo para o usuário;

X - premiação, em dinheiro, para informações que levem à elucidação de crimes, a ser regulamentada em ato do Poder Executivo federal; e

XI - ações de custeio relacionadas com a cooperação federativa de que trata a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007.

§ 1º É vedada a utilização de recursos do FNSP:

I - em despesas e encargos sociais, de qualquer natureza, relacionados com pessoal civil ou militar, ativo, inativo ou pensionista; e

II - em unidades de órgãos e de entidades destinadas, exclusivamente, à realização de atividades administrativas.

§ 2º A utilização dos recursos do FNSP nos termos do disposto no inciso I do **caput** do art. 7º da Lei nº 13.756, de 2018, observará os planos estaduais e distrital de que trata o § 5º do art. 22 da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, elaborados em consonância com os critérios, os parâmetros e as diretrizes do PNSP.

Art. 11. Na hipótese de os entes federativos terem instituído os respectivos conselhos de segurança pública e defesa social, nos termos do disposto na Lei nº 13.675, de 2018, e o respectivo fundo estadual ou distrital de segurança pública, os recursos do FNSP serão aplicados diretamente pela União ou transferidos aos Estados ou ao Distrito Federal, observado o mínimo previsto no inciso I do **caput** do art. 7º da Lei nº 13.756, de 2018.

§ 1º É admitida a transferência de recursos aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios, por meio de convênios, de contratos de repasse ou de instrumentos congêneres, nos termos do disposto no inciso II do **caput** do art. 7º da Lei nº 13.756, de 2018.

§ 2º A responsabilidade pela execução dos recursos e pelo alcance dos objetivos do FNSP é de competência comum da União e dos entes federativos.

§ 3º Os entes federativos zelarão pela consistência técnica e pela compatibilidade dos projetos, das atividades e das ações com o seu plano de segurança pública e defesa social e o PNSP e estabelecerão regime de acompanhamento da execução com vistas a viabilizar a prestação de contas aos órgãos competentes.

§ 4º Os entes federativos manterão os documentos relacionados à execução dos projetos, das atividades e das ações beneficiadas com recursos do FNSP pelo prazo mínimo de dez anos, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas, sem prejuízo do previsto na Lei nº 12.527, 18 de novembro de 2011.

§ 5º Para a consecução dos projetos, das atividades e das ações a serem beneficiados com recursos do FNSP, os entes federativos encaminharão à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Segurança Pública, anualmente, plano de trabalho, com o respectivo projeto básico ou termo de referência, conforme o caso, com indicação:

I - dos objetivos e das metas a serem alcançados;

II - da estratégia de implementação;

III - dos indicadores para monitoramento da implementação;

IV - do cronograma físico-financeiro para sua implementação;

V - das fontes de recursos orçamentários, com especificação das ações orçamentárias e de seus respectivos planos orçamentários e com detalhamento dos produtos e dos serviços a serem entregues; e

VI - dos órgãos responsáveis pela execução e sua contribuição para o alcance do objetivo.

§ 6º Para a sua execução, os planos de trabalho relativos aos projetos, às atividades e às ações aprovados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Segurança Pública constarão da programação financeira e orçamentária submetida, anualmente, ao Conselho Gestor.

§ 7º As transferências de recursos de que trata o inciso I do **caput** do art. 7º da Lei nº 13.756, de 2018, serão realizadas de forma parcelada, observado o cronograma físico-financeiro constante do plano de trabalho e seu respectivo projeto básico ou termo de referência, encaminhados pelos entes federativos, aprovados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Segurança Pública e constantes da programação orçamentária e financeira aprovada pelo Conselho Gestor.

§ 8º O beneficiário dos recursos a que se refere o § 7º atestará o cumprimento de cada etapa do cronograma para recebimento dos recursos destinados a próxima etapa.

Art. 12. As vedações temporárias, de qualquer natureza, constantes de lei não incidirão na transferência voluntária de recursos da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e dos Estados aos Municípios destinados a garantir a segurança pública, a execução da lei penal e a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica às vedações de transferências decorrentes da não implementação ou do não fornecimento de informações ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Até que seja instituído e aprovado o PNSP, bem como elaborados e implementados os planos estaduais, distrital e municipais, não será exigida dos entes federativos a comprovação da condicionante prevista na alínea "a" do inciso II do **caput** do art. 8º da Lei nº 13.756, de 2018.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Raul Jungmann

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 711, de 12 de dezembro de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIAS DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria n° 1.756, de 10/08/2017, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal- GTA, resolve:

N°424 - Habilitar o médico veterinário, ALEXSANDRO ALVES, inscrito no CRMV/SC Nº 8733, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.007009/2018-63 no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 164491 do Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N°427 - Habilitar a médica veterinária, MARILIA GRIS, inscrita no CRMV/SC Nº 7600, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.007012/2018-87 no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 164492 do Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N°428 - Habilitar a médica veterinária, DIANA FELDHAUS RECH DOS SANTOS, inscrita no CRMV/SC Nº 8115, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.007013/2018-21 no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 164493 do Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIAS DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria n° 1.756, de 10/08/2017, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal- GTA, resolve:

N°430 - Habilitar o médico veterinário, FÁBIO ANDRÉ FACHINELLO, inscrito no CRMV/SC Nº 3720, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.004790/2017-33no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 164461 do Estado de Santa Catarina.

Fica revogada a Portaria 442, de 26/09/2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N°431 - Habilitar o médico veterinário, RODERJAN ANDRINO DE SOUZA, inscrito no CRMV/SC Nº 4000, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.006406/2017-37 no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 164250 do Estado de Santa Catarina.

Fica revogada a Portaria nº 171 de 24/04/2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 54, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 18 e 53 do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.001192/2017-06, resolve:

Art. 1º Cancelar o credenciamento do LABORATÓRIO RAÇA MEDICINA VETERINÁRIA , nome empresarial CLEMENTE & ALMEIDA LTDA ME, CNPJ 00.108.907/0001-79, localizado na Rua Hilda Bergo Duarte, nº 695, bairro Centro, CEP. 79.806-020, cidade Dourados/MS, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as Portarias nº 381, de 30 de dezembro de 2014, D.O.U: nº 3, de 06 de janeiro de 2015, Seção 1, pág.: 1. e nº 33, de 13 de Março de 2017, D.O.U: nº 53, de 17 de Março de 2017, Seção 1, pág.: 4.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 55, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 18 e 53 do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº21000.000849/2017-18, resolve:

Art. 1º Cancelar o credenciamento do laboratório CLÍNICA VETERINÁRIA SÃO GERALDO, nome empresarial MARCOS ANTÔNIO DE ALMEIDA-ME, CNPJ 01.005.565/0001-24, localizado na Rua General Osório, nº 59-B. Bairro: São Geraldo, CEP: 36.200-370, na cidade de Barbacena-MG, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as Portarias nº 288, de 20 de agosto de 2014, D.O.U: nº 160, de 21 de agosto de 2014, Seção 1, pág.: 4 e nº 18, de 17 de fevereiro de 2017, D.O.U: nº 44, de 06 de Março de 2017, Seção 1, pág.: 49.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 56, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 18 e 53 do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.001848/2017-82, resolve:

Art.1º Cancelar o credenciamento do LABORATÓRIO DE ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS, DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ - CODAPAR , nome empresarial CIA. DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ - CODAPAR, CNPJ 76.494.459/0037-61, localizado na Rua Marginal Rubens Sebastião Marim, nº 1346. Bairro Parque Industrial I, CEP: 87.045-020, na cidade de Maringá/PR, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as Portarias nº 170, de 23 de julho de 2014, D.O.U nº 141, de 25 de julho de 2014, Seção 1, pág.: 10. e nº 46, de 29 de março de 2017, D.O.U: nº 64, de 03 de abril de 2017, Seção 1, pág.: 19.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 57, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 18 e 53 do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.001006/2017-21, resolve:

Art. 1º Cancelar o credenciamento do LABORATÓRIO ANIMAL ADAPEC DE GURUPÍ , nome empresarial AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, CNPJ 02.903.682/0001-78 , localizado na Avenida Goiás, nº 1368, Bairro Centro, CEP: 77.400-000, Cidade Gurupí/TO, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as Portarias nº 188, de 28 de julho de 2014, D.O.U: nº 143, de 29 de julho de 2014, Seção 1, pág.: 4 e nº 22, de 17 de fevereiro de 2017, D.O.U nº 37, de 21 de fevereiro de 2017, Seção 1, pág.: 9.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 58, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 18 e 53 do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.006222/2016-81, resolve:

Art. 1º Cancelar o credenciamento do Laboratório DETECTA MELHORAMENTO GENÉTICO ANIMAL LTDA, CNPJ 10.928.724/0001-53, localizado à Rua General Neto, nº 1035, Bairro Centro, CEP: 96.015-280 na Cidade de Pelotas/RS, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as Portarias nº 114, de 09 de julho de 2014, D.O.U: nº 130, de 10 de julho de 2014, Seção 1, pág.:11 e nº 34, de 13 de março de 2017, D.O.U nº 52, de 16 de março de 2017, seção 1, pág: 7.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 59, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 18 e 53 do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.038181/2016-92 , resolve:

Art. 1º Cancelar o credenciamento do LABORATÓRIO VETERINÁRIO DR. ADRIANO PIRES, nome empresarial A PIRES ME, CNPJ 07.703.668/0001-44, localizado na Rua Sergipe, nº 294 N, Bairro Centro, CEP. 78.575-000, Cidade Juara - MT, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as Portarias nº 278, de 19 de agosto de 2014, D.O.U: nº 159, de 20 de agosto de 2014, Seção 1, pág.: 7 e nº 87, de 25 de agosto de 2016, D.O.U: nº 165, de 26 de agosto de 2016, Seção 1, pág.: 6.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 60, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 18 e 53 do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.024748/2016-43, resolve:

Art. 1º Cancelar o credenciamento do LABORATÓRIO VETCENTER , nome empresarial S.Y. SHINIKE WACHHOLZ - ME, CNPJ 09.625.804/0001-50, localizado na Avenida Brasil, nº 312, Caixa Postal 11, Bairro Centro, CEP: 78.530-000, Cidade Peixoto de Azevedo - MT, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as Portarias nº 312, de 27 de agosto de 2014, D.O.U: nº 165, de 28 de agosto de 2014, Seção 1, pág.: 32 e nº 55, de 15 de junho de 2016, D.O.U: nº 118, de 22 de junho de 2016, Seção 1, pág.:3.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 61, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 18 e 53 do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.050229/2016-31, resolve:

Art. 1º Cancelar o credenciamento do LABORATÓRIO VETERINÁRIO 4 PATAS, nome empresarial LICINIO CARLOS DA COSTA-ME, CNPJ 07.591.339/0001-59, localizado na Avenida Araguaia, nº 191, bairro Centro, CEP. 78.635-000, cidade de Água Boa - MT, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as Portarias nº 330, de 08 de setembro de 2014, D.O.U: nº 173, de 09 de setembro de 2014, Seção 1, pág.: 2 e nº 120, de 10 de novembro de 2016, D.O.U: nº 217, de 11 de novembro de 2016, Seção 1, pág.: 21.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

PORTARIA Nº 170, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Arts. 18 e 53 do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21052.003797/2016-37, resolve:

Art. 1º Cancelar a suspensão do credenciamento do LACI - Laboratório de Análises Químicas, Microbiológicas e Controle Industrial, nome empresarial Fundação Paulista de Tecnologia e Educação, CNPJ nº 51.665.727/0001-29, localizado na Avenida Nicolau Zarvos, nº 1925, Bairro Jardim Aeroporto, CEP: 16.401-371, Lins/SP, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), na área de Microbiologia em alimentos e água.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 122, de 19 de novembro de 2018, publicada no D.O.U nº 222, de 20 de novembro de 2018, seção 1, pág.: 11.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.924/SEI, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.025363/2011-85, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 24.092/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 1.164/2018 da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 2 de setembro de 2011, a permissão outorgada originalmente à Rede Comunitária de Comunicações Ltda., nos termos da Portaria n.º 160, de 28 de agosto de 1981, publicada no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 1981, posteriormente transferida para a Rede Comunitária de Comunicações de Rio Grande Ltda.(atualmente denominada Rádio Oceano do Rio Grande Ltda.), nos termos da Portaria n.º 109, de 26 de julho de 1989, publicada no Diário Oficial da União de 4 de agosto de 1989, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.416/SEI, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, IV, da Constituição da República de 1988, a Lei Federal n.º 13.341/2016, art. 6º, III, o Decreto n.º 5.371/2005, art. 38, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.068562/2018-17, invocando as razões da Nota Técnica nº 26688/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 1276/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, resolve:

Art. 1º Transferir à TVCI TV Comunicações Interativas Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Paranaguá, estado do Paraná, a autorização para executar o serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, visando a retransmissão de seus próprios sinais, mediante utilização do canal 20 (vinte), em tecnologia digital, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, autorização essa outorgada inicialmente à Sul Brasil - Rádio e Televisão Ltda., nos termos da Portaria nº 1.246, publicada no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 2010.

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja transferência está sendo autorizada por esta Portaria, reger-se-á pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018

Nº 679 - Processo nº 53508.008675/2011-13
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 189/2018/SEI/EC (SEI nº 3454844), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 681 - Processo nº 53524.000579/2014-71
Recorrente/Interessado: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS CNPJ/MF nº 17.516.113/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 240/2018/SEI/OR (SEI nº 3509553), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) reformar, de ofício, a multa aplicada.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Nº 685 - Processo nº 53508.013673/2010-65
Recorrente/Interessado: TECH CABLE DO BRASIL SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. CNPJ/MF nº 02.239.104/0001-89

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 234/2018/SEI/OR (SEI nº 3489885), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; b) reformar, de ofício, o Despacho nº 9.673/2015/AFFO/SAF, de 13 de outubro de 2015.

Nº 686 - Processo nº 53500.018297/2016-61
Recorrente/Interessado: TELEFÔNICA BRASIL S.A. CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 237/2018/SEI/OR (SEI nº 3491842), integrante deste acórdão, atestar o cumprimento dos condicionamentos previstos no art. 1º, incisos I e III, do Ato nº 448, de 22 de janeiro de 2015, e no art. 1º, §§ 1º ao 4º, e art. 2º, §§ 1º e 2º, do Ato nº 50.169, de 22 de janeiro de 2016.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Nº 689 - Processo nº 53500.026274/2013-87
Recorrente/Interessado: SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA. CNPJ/MF nº 72.820.822/0001-20

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 197/2018/SEI/EC (SEI nº 3487473), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial.

Nº 690 - Processo nº 53524.004957/2012-24
Recorrente/Interessado: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS - DETEL. CNPJ/MF nº 17.327.289/0001-50

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 192/2018/SEI/EC (SEI nº 3485363), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) rever, de ofício, o valor da sanção de multa aplicada.

Nº 691 - Processo nº 53566.000588/2013-95. Recorrente/Interessado: TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S.A. CNPJ/MF nº 06.847.495/0001-75

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 202/2018/SEI/EC (SEI nº 3502020), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 692 - Processo nº 53566.000135/2014-40
Recorrente/Interessado: TELEVISÃO PIONEIRA LTDA. CNPJ/MF nº 09.590.480/0001-62

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 199/2018/SEI/EC (SEI nº 3491069), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 693 - Processo nº 53566.000225/2014-31
Recorrente/Interessado: TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S.A. CNPJ/MF nº 06.847.495/0001-75

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 204/2018/SEI/EC (SEI nº 3509441), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 694 - Processo nº 53539.000596/2013-69
Recorrente/Interessado: TELEVISÃO PARAÍBA LTDA. (08.584.526/0001-78). CNPJ/MF nº 08.584.526/0001-78

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 209/2018/SEI/EC (SEI nº 3515895), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 695 - Processo nº 53516.006094/2014-91
Recorrente/Interessado: MURBACH & MUCHELIN LTDA.-ME CNPJ/MF nº 08.954.264/0001-96

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 203/2018/SEI/EC (SEI nº 3509211), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) reformar, de ofício, o Despacho Decisório nº 10.621, de 30 de novembro de 2015,

Nº 696 - Processo nº 53524.007127/2013-30
Recorrente/Interessado: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. CNPJ/MF nº 17.516.113/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 208/2018/SEI/EC (SEI nº 3515564), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 698 - Processo nº 53524.003050/2013-29
Recorrente/Interessado: MUNICÍPIO DE LAVRAS. CNPJ/MF nº 18.244.376/0001-07

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 184/2018/SEI/AD (SEI nº 2956184), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 699 - Processo nº 53508.007449/2012-04
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 316/2018/SEI/AD (SEI nº 3524086), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) receber o pedido de suspensão do trâmite deste Pado e declarar prejudicada sua análise.

Nº 700 - Processo nº 53500.009966/2010-18
Recorrente/Interessado: OI MÓVEL S.A. CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 189/2018/SEI/AD (SEI nº 2983842), integrante deste acórdão, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Nº 701 - Processo nº 53557.000583/2012-91
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 191/2018/SEI/EC (SEI nº 3485136), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 702 - Processo nº 53504.019036/2008-18
Recorrente/Interessado: NEXCHANGE - TELECOMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA. CNPJ/MF nº 64.926.850/0001-06

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 179/2018/SEI/EC (SEI nº 3408564), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 703 - Processo nº 53512.000090/2007-18
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0002-50

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 198/2018/SEI/EC (SEI nº 3490707), integrante deste acórdão: a) receber o pedido de suspensão do trâmite deste Pado e declarar prejudicada sua análise; b) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, c) reformar, de ofício, o valor da multa aplicada.

Nº 704 - Processo nº 53500.009598/2011-99
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ/MF nº 76.535.764/0001-43

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 200/2018/SEI/EC (SEI nº 3495791), integrante deste acórdão: a) receber o pedido de suspensão do trâmite deste Pado e declarar prejudicada sua análise; e, b) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 9.703 - AELCIO ARRUDA MORAES, CNPJ nº 98468553891, Processo nº 53504.017159/2018-96;

Nº 9.704 - UBATUBA IATE CLUBE, CNPJ nº 43830405000160, Processo nº 53504.011392/2018-65;

Nº 9.705 - MINERACAO FRONTEIRA LTDA, CNPJ nº 61155883000101, Processo nº 53504.011526/2018-48

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 9.722, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Autoriza FOLE FURADO PRODUCOES EIRELI - ME, CNPJ nº 21.834.527/0001-91, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Natal/RN, no período de 13/12/2018 a 16/12/2018.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

GERÊNCIA DE ESPECTRO, ÓRBITA E RADIODIFUSÃO

ATO Nº 9.642, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera o Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital - PBTVD. Proc. 53500.055474/2018-51. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU. Sua íntegra estará disponível no portal: http://www.anatel.gov.br

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATO Nº 9.762, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera os Planos Básicos de Distribuição de Canais de TV, RTV e TVD. Proc. 53500.055359/2018-87. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU. Sua íntegra estará disponível no portal: http://www.anatel.gov.br

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

ATO Nº 9.763, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera os Planos Básicos de Distribuição de Canais de TV, RTV e TVD. Proc. 53500.055358/2018-32. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU. Sua íntegra estará disponível no portal: http://www.anatel.gov.br

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.193/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da Instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Requerente: Instituto Carlos Chagas-ICC / Fiocruz-PR
CQB: 313/10
Processo SEI nº: 01250.014781/2018-78
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 6096/2017 publicado em 09/07/2018
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta s/n, de 23 de fevereiro de 2018, nomeando Augusto Sávio Peixoto Ramos (Presidente), Camila Maria Oliveira de Azeredo, Daisy Maria Strottmann, Gabriel de Moura Minarini e Marco Augusto Stimamiglio para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.194/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Requerente: Dow AgroSciences Sementes & Biotecnologia Brasil Ltda.
CQB: 107/99
Processo SEI nº: 01250.014792/2018-58
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 6097/2017 publicado em 09/07/2018
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da Instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta DAS-088/2018, de 21 de fevereiro de 2018, nomeando Luis Henrique Telies (Presidente), Ana Cristina Pinheiro, André Humberto de Brito, Antônio César Serrantola Santos, Felipe Ridolfo Lúcio, Karisa Barros Vinhas Ávila, Luiz Ricardo Hanai e William José da Silva para comporem a CIBio local e excluíndo Otávio Balderrama Pinto.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.195/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Requerente: Universidade Federal de Alfenas- UNIFAL
CQB: 316/10
Processo SEI nº: 01250.014807/2018-88
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 6098/2017 publicado em 09/07/2018
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria nº 420, de 05 de março de 2018, nomeando Ana Carolina Barbosa Padovan (Presidente), Fábio Antônio Colombo, Gentil Cândido da Silva, Marcelo Lourenço da Silva, Marília Gabriela Alves Goulart Pereira, Pollyanna Francielii de Oliveira, Thiago Corrêa de Souza e Vanessa Roma Moreno Cotúlio para comporem a CIBio local e excluíndo Raquel Maria Lima Lemes e Tereza Cristina Orlando.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

MARIA SUELI SOARES FELIPE

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 68/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01250.062473/2018-59 (609)
CNPJ: 34.362.558/0001-39 - MATRIZ
Razão Social: LABOVET PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA.
Nome da Instituição: ********
Endereço da Instituição: Avenida Banco do Nordeste, n° 22 - CIS - Tomba - CEP: 44.010-665 - Feira do Santana/BA
Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0544.2018

O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 69/2018/CONCEA/MCTIC.

A Instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, além de comprovar constituição de Ceua nos termos do art. 8° da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O Concea esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 69/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01250.062467/2018-00 (607)
CNPJ: 07.397.220/0001-40 - MATRIZ
Razão Social: IBGM - INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO & MARKETING LTDA.
Nome da Instituição: UNIBRA
Endereço da Instituição: Rua Joaquim Felipe, n° 250 - CEP: 50.050-340 - Boa Vista, Recife/PE
Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0545.2018
CNPJs filiais credenciados sob o CIAEP:
CNPJ: 07.397.220/0003-01 - FILIAL - HEVU - Hospital Veterinário Unibra
Razão Social: IBGM - INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO & MARKETING LTDA.
Nome da Instituição: HEVU - HOSPITAL ESCOLA VETERINÁRIO UNIBRA
Endereço: Rua João Fernandes Vieira, n° 308 - Soledade - CEP: 50.050-215 - Recife/PE

O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº70/2018/CONCEA/MCTIC.

A Instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, além de comprovar constituição de Ceua nos termos do art. 8° da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O Concea esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 70/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.002432/2016-37 (491)
CNPJ: 00.348.003/0100-00 - FILIAL
Razão Social: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA
Nome da Instituição: CENTRO DE PESQUISA AGROFLORESTAL DO AMAPÁ CPAF AMAPA
Endereço da Instituição: Rodovia Juscelino Kubitschek, 2600, Bairro Universidade CEP 68.903-419, Macapá/AP.
Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0546.2018

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 71/2018/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O CONCEA esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 71/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e art. 7º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer para o seguinte pedido de extensão do Credenciamento Institucional para Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa Científica - CIAEP:

Processo nº: 01200.000821/2014-66 (263)
CIAEP: 01.0184.2014
CNPJ detentor do CIAEP: 32.479.123/0001-43 - MATRIZ
Razão Social: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Nome da Instituição: UFES
Endereço da Instituição: Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, CEP: 29.075-910, Vitória/ES.

Modalidade de solicitação: Extensão do Credenciamento Institucional para Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa Científica - CIAEP.
Decisão: DEFERIDO
CNPJ(s) incluído(s) no CIAEP:
09.094.142/0001-30 - MATRIZ - CENTRO UNIVERSITARIO NORTE DO ESPIRITO SANTO - CEUNES

O Concea, após análise do pedido de extensão do Credenciamento Institucional para Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa Científica - CIAEP da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 72/2018/ CONCEA.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade ao recurso da entidade abaixo relacionada:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53000.052496/2010	EMPRESA METROPOLITANA DE RADIODIFUSÃO LTDA	FM	Salvador	BA	Conhece e nega	2390

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 6356, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pela Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, alterada pela Portaria nº 5.774, de 16 de dezembro de 2016, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.064042/2015	Associação Comunitária Dos Moradadores Dos Bairros Teixeirinha E Centro De Teixeira De Freitas	RADCOM	Teixeira de Freitas	BA	Multa	3.606,68	Art. 40, V, VII, X, XVII e XXIX, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 6356 de 11/12/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

RODRIGO CRUZ GEBRIM

RETIFICAÇÃO

Nas Portarias de 9 de dezembro de 2018, do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, publicadas no D.O.U de 11 de dezembro de 2018, seção 1, página 60, onde se lê: 26.653,46, Leia-se: 29.653,46.

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 6.015/SEI, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.048233/2018-41, resolve:

Art. 1º Consignar à PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Dourado/SP, o canal 42 (quarenta e dois), correspondente à faixa de frequência de 638 a 644 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 6.019/SEI, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº01250.057381/2018-57, resolve:

Art. 1º Consignar ao INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA - IRDEB, autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de SÃO GONÇALO DOS CAMPOS/BA, o canal 24 (vinte e quatro), correspondente à faixa de frequência de 530 a 536 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 6.020/SEI, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº01250.057299/2018-22, resolve:

Art. 1º Consignar ao INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA - IRDEB, autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de OURIÇANGAS/BA, o canal 24 (vinte e quatro), correspondente à faixa de frequência de 530 a 536 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 6.405/SEI, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº01250.072493/2018-38, resolve:

Art. 1º Consignar à SCC-SISTEMA CANAÃ DE COMUNICAÇÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de CANAÃ DOS CARAJÁS/PA, o canal 23 (vinte e três), correspondente à faixa de frequência de 524 a 530MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 2.361/SEI, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 01250.071584/2018-56, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 27082/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de mudança de canal e aumento de potência interposto pela FUNDACAO ANTENA AZUL, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Jeremoabo, estado da Bahia.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 2.374/SEI, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 53500.000142/2015-97, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 27243/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pela RÁDIO ATIVA FM LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Gaspar, estado de Santa Catarina.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 2.385/SEI, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 01250.069638/2018-13, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 27337/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de aumento de potência e de mudança do sistema irradiante para coordenadas fora da localidade de outorga interposto pela RADIO CHARQUEADENSE FM LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Charqueada, estado de São Paulo.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 2.062/SEI, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.023819/2018-01, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de CORNÉLIO PROCÓPIO, estado do PARANÁ, utilizando o canal digital nº 27 (vinte e sete), nos termos da Nota Técnica nº 24556/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 2.116/SEI, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.049244/2018-49, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO RAPHAEL MONTORO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de MATÃO, estado de São Paulo, com possibilidade de utilização do canal digital 20 (vinte), a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 24851/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 2.191/SEI, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.049247/2018-82, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO TAROBÁ LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de MEDIANEIRA, estado do PARANÁ, utilizando o canal digital nº 36 (trinta e seis), a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 25355/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 2.196/SEI, DE 7 DE DEZEMBO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.048914/2018-18, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO TAROBÁ LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de MATELÂNDIA, estado do PARANÁ, utilizando o canal digital nº 36 (trinta e seis), nos termos da Nota Técnica nº 25392/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 2.225/SEI, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.044109/2018-15, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO RAPHAEL MONTORO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de BOA ESPERANÇA DO SUL, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 20 (vinte), nos termos da Nota Técnica nº 25787/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 2.277/SEI, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.053922/2018-78, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO CACHOEIRA DO SUL LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de RIO DAS FLORES, estado do Rio de Janeiro, utilizando o canal digital nº 50 (cinquenta), nos termos da Nota Técnica nº 26139/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 2.282/SEI, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.057265/2018-38, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO SETORIAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DE SONS E IMAGENS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de IRARÁ, estado da Bahia, utilizando o canal digital nº 44 (quarenta e quatro), nos termos da Nota Técnica nº 26193/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS,

DESPACHO Nº 2.283/SEI, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.048693/2018-70, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO SETORIAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DE SONS E IMAGENS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de MANDAGUARI, estado do Paraná, com possibilidade de utilização do canal digital 31 (trinta e um) a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 26191/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 2.305/SEI, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.060954/2017-49, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO SETORIAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DE SONS E IMAGENS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de ASTORGA, estado do Paraná, com possibilidade de utilização do canal digital 44 (quarenta e quatro) a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 26494/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS,

DESPACHO Nº 2.310/SEI, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.010189/2017-16, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO MIRANTE LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de ARAIOSES, estado do Maranhão, com possibilidade de utilização do canal digital nº 31 (trinta e um) a partir do desligamento do sinal analógico na localidade nos termos da Nota Técnica nº 26525/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DIGITAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DIGITAL

PORTARIA Nº 6.390, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o cadastramento de firmas ou organizações de auditoria independentes para o exercício de atividades previstas na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DIGITAL DA SECRETARIA DE POLÍTICAS DIGITAIS - SEPOD, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da Portaria MCTIC nº 3.118, de 12 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no inciso II do § 9º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e considerando o que consta no Processo MCTIC n° 01250.072279/2018-81, de 05/12/2018, resolve:

Art. 1º Cadastrar a empresa ou firma de auditoria independente RIOS & VIANA AUDITORES INDEPENDENTES S/S inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.026.445/0001-71 e registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sob o nº 12793, para fins de realização das atividades de elaboração de relatório consolidado e emissão de parecer conclusivo acerca de relatórios apresentados pelas empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, descritivos das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação previstas no projeto elaborado e dos resultados alcançados (RDAs), conforme o disposto no inciso II do § 9º do art. 11 da referida Lei.

Art. 2º A empresa ou firma de auditoria cadastrada nos termos do art. 1º deverá atender a todas as condições estabelecidas na Portaria MCTIC nº 3.118, de 12 de junho de 2018, bem como atuar conforme nela disposto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 3.524-E, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Autorizar a alteração de agência bancária e publicar as contas de captação dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

14-0496 POLTERGAY.
Processo: 01580.083012/2014-54
Proponente: MOVI & ART PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 46.397.220/0001-00
Valor total aprovado: R$ 7.928.258,88
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.531.845,93
Banco: 001 - agência: 3320-0 conta corrente: 82033-4
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3320-0 conta corrente: 82032-6
Prazo de captação: até 31/12/2018.

16-0075 NOITE PERDIDA.
Processo: 01580.004582/2016-58
Proponente: ALFA FILMES & PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.936.522/0001-16
Valor total aprovado: R$ 4.016.100,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.083.695,00
Banco: 001 - agência: 4306-0 conta corrente: 15720-1
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 2º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais, para o qual as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0391 DE NOVO, NÃO!
Processo: 01416.022269/2017-84
Proponente: DAMASCO FILMES S S LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.626.923/0001-77
Valor total aprovado: R$ 7.004.179,80
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 500.000,00 para R$ 280.167,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 2542-9
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 380.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 2543-7
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 2.687.724,73
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 3493-2
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 312.275,27
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2544-5
Prazo de captação: 31/12/2019.

18-0725 O SEQUESTRO.
Processo: 01416.010584/2018-40
Proponente: WRITE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.627.467/0001-05
Valor total aprovado: de R$ 10.000.000,00 para R$ 9.938.663,38
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3324-3 conta corrente: 25977-2

Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 600.000,00 para R$ 100.000,00
Banco: 001 - agência: 3324-3 conta corrente: 25976-4
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 600.000,00 para R$ 41.730,21
Banco: 001 - agência: 3324-3 conta corrente: 25978-0
Prazo de captação: 31/12/2019.
18-0307 PAIDEIA UMA JANELA PARA A VIDA.
Processo: 01416.004502/2018-28
Proponente: SCREEN SP FILME E VÍDEO LTDA ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 08.215.198/0001-32
Valor total aprovado: de R$ 242.167,00 para R$ 207.918,36
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 222.167,00 para R$ 195.918,36
Banco: 001 - agência: 1817-1 conta corrente: 24421-X
Prazo de captação: 31/12/2019.
18-0620 O DONO DO LAR.
Processo: 01416.008737/2018-99
Proponente: RG PRODUÇÕES EIRELI EPP.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 03.816.467/0001-00
Valor total aprovado: de R$ 2.942.060,00 para R$ 2.889.800,59
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.794.957,00 para R$ 2.745.310,56
Banco: 001 - agência: 1191-6 conta corrente: 42067-0
Prazo de captação: 31/12/2021.
Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, mantidos os mecanismos já aprovados. Prazo de captação até 31/12/2018.
14-0039 BALEIA (VERLUST).
Processo: 01580.001239/2014-90
Proponente: CASA DE CINEMA DE PORTO ALEGRE LTDA.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 94.625.829/0001-23
Art. 4º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

RETIFICAÇÃO

No Despacho Decisório nº 41-E de 06/12/2018, publicada no DOU nº. 236 de 10/12/2018, Seção 1, página 73, para considerar o seguinte:
Onde se lê:
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO.
Leia-se:
COORDENAÇÃO DE GESTÃO FINANCEIRA.
Onde se lê:
A COORDENADORA DE GESTÃO SUBSTITUTA
Leia-se:
A COORDENADORA DE GESTÃO FINANCEIRA SUBSTITUTA

RETIFICAÇÃO

No Despacho Decisório nº 3464-E de 04/12/2018, publicada no DOU nº. 234 de 06/12/2018, Seção 1, página 13, em relação ao projeto BRASIL, UM EMPREENDIMENTO, para considerar o seguinte:
Onde se lê:
Valor total aprovado: R$ 4.630.325,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00
Leia-se:
Valor total aprovado: R$ 4.505.125,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.748.000,00

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS

DESPACHO Nº 3542-E, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:
Art. 1º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, mantidos os mecanismos já aprovados para cada projeto. Prazo de captação até 31/12/2018.
13-0325 TORRE DAS DONZELAS.
Processo: 01580.019574/2013-63
Proponente: MODO OPERANTE PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA ME.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ.
CNPJ: 06.992.833/0001-62
14-0194 MINHA FAMÍLIA PERFEITA.
Processo: 01580.047995/2013-84
Proponente: TOTAL ENTERTAINMENT LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ.
CNPJ: 02.863.008/0001-07
Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS FELIPE TEIXEIRA DELFINO

COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE DIREITOS

DESPACHO Nº 3.540-E, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

A COORDENADORA DE ANÁLISE DE DIREITOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:
Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2018.
18-0857 EMÍLIO E AS SETE AQUARELAS
Processo: 01416.012739/2018-82
Proponente: DOCC VIDEO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 03.493.825/0001-83
Valor total aprovado: R$ 1.406.300,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001 - agência: 2909-2 conta corrente: 51194-3
Valor aprovado no Art. 18 da Lei nº. 8.313/91: R$ 1.135.985,00
Banco: 001 - agência: 2909-2 conta corrente: 51196-X
Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.
18-0931 AS AVENTURAS DE LANA E TIMBU - LANA E TIMBU
Processo: 01416.018421/2018-13
Proponente: KAMPAI ANIMACOES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 31.625.669/0001-00
Valor total aprovado: R$ 4.290.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.400.000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 24588-7
18-0950 ESTADO DE CAFÉ - STATE OF COFFEE
Processo: 01416.018386/2018-24
Proponente: FINORDIA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA - ME
Cidade/UF: Vitória / ES
CNPJ: 18.589.962/0001-93
Valor total aprovado: R$ 600.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 170.000,00
Banco: 001 - agência: 3084-8 conta corrente: 33326-3
18-0953 ATENUANTES - 2 TEMPORADA
Processo: 01416.018306/2018-31
Proponente: CONSPIRAÇÃO FILMES ENTRETENIMENTO 3º MILÊNIO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total aprovado: R$ 3.996.193,53
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Banco: 001 - agência: 1769-8 conta corrente: 9459-5
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1769-8 conta corrente: 9460-9
18-0954 ENCONTRANDO O CORPO: O FIM EM SI MESMO
Processo: 01416.018406/2018-67
Proponente: MEIO CONSULTORIA AUDIOVISUAL LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 11.419.908/0001-50
Valor total aprovado: R$ 880.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 836.000,00
Banco: 001 - agência: 1572-5 conta corrente: 25566-1
18-0955 IMPÉRIO DA REDENÇÃO
Processo: 01416.018475/2018-71
Proponente: RAROMA FILMES E PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS EIRELI
Cidade/UF: Brasília / DF
CNPJ: 31.260.488/0001-10
Valor total aprovado: R$ 4.999.563,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 4.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3129-1 conta corrente: 29814-X
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 749.563,00
Banco: 001 - agência: 3129-1 conta corrente: 29813-1
18-0956 RACIONAIS MC'S - O OUTRO LADO DA PONTE
Processo: 01416.011940/2018-42
Proponente: DAMASCO FILMES S/S LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.626.923/0001-77
Valor total aprovado: R$ 9.177.157,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.128.299,15
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 3492-4
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 3496-7
18-0958 TUCA, O MESTRE CUCA - TEMPORADA 02 - ANIMAÇÃO
Processo: 01416.018236/2018-11
Proponente: BELLI STUDIO DESIGN LTDA.
Cidade/UF: Blumenau / SC
CNPJ: 03.274.384/0001-29
Valor total aprovado: R$ 1.400.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Banco: 001 - agência: 0095-7 conta corrente: 28889-6
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 700.000,00
Banco: 001 - agência: 0095-7 conta corrente: 28887-X
18-0959 CASTELO DE HISTÓRIAS
Processo: 01416.018863/2018-51
Proponente: J. R. LIMA BEZERRA - ME
Cidade/UF: Recife / PE
CNPJ: 19.832.743/0001-56
Valor total aprovado: R$ 1.480.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 700.000,00
Banco: 001 - agência: 3699-4 conta corrente: 44331-X
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 700.000,00
Banco: 001 - agência: 36994-4 conta corrente: 44332-8
Art. 3º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2022.
18-0940 QUEBRANDO O TABU - 2 TEMPORADA
Processo: 01416.018434/2018-84
Proponente: SPRAY FILMES S.A.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 06.945.371/0001-22
Valor total aprovado: R$ 2.332.325,85
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.215.709,55
Banco: 001 - agência: 6998-1 conta corrente: 8765-3
18-0949 O FUTURO É FEMININO
Processo: 01416.018682/2018-25
Proponente: BASE 1 FILMES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 18.675.219/0001-56
Valor total aprovado: R$ 400.000,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 380.000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 24589-5
18-0859 SEGUE O BAILE.
Processo: 01416.013003/2018-21
Proponente: WRITE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.627.467/0001-05
Valor total aprovado: R$ 6.000.000,00
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3324-3 conta corrente: 26042-8
Art. 4º Tornar sem efeito os termos da Deliberação nº. 3.380-E, de 27/11/2018, publicada no DOU nº 230, de 30/11/2018 na pág. 34, Seção 01, no que se refere à aprovação do projeto audiovisual "SEGUE O BAILE", da proponente WRITE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Art. 5º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA BRASIL ROMÃO E SILVA

DESPACHO Nº 3.565-E, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

A COORDENADORA DE ANÁLISE DE DIREITOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar a troca de titularidade de Accorde Filmes Ltda. para DIEGO MOURA BARRIOS - ME do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0116 CRUZANDO A AMÉRICA
Processo: 01580.017891/2015-15
Proponente: DIEGO MOURA BARRIOS-ME
Cidade/UF: Porto Alegre/RS
CNPJ: 24.755.330/0001-55
Valor total aprovado: R$ 550.000,00
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 522.500,00
Banco: 001- agência: 0289-5 conta corrente: 28024-0
Prazo de captação: até 31/12/2018

Art. 2º Realizar a revisão do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

18-0384 TOP TRANS
Processo: 01416.006911/2018-69
Proponente: DELICATESSEN - PRODUÇÃO DE FILMES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP CNPJ: 08.440.376/0001-29
Valor total aprovado: de R$ 3.000.000,00 para R$ 3.160.000,00
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.350.000,00 para 1.119.300,64
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 3078-3
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.350.000,00 para R$ 1.880.699,36
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 3083-X
Prazo de captação: até 31/12/2021

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA BRASIL ROMÃO E SILVA

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO

DESPACHO Nº 3.563-E, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O COORDENADOR DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Autorizar a substituição do título dos projetos audiovisuais relacionados abaixo.

17-0391 de 'DE NOVO, NÃO!' para 'EU SOU MAIS EU'
Processo: 01416.022269/2017-84
Proponente: DAMASCO FILMES S/S LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.626.923/0001-77

Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL HALFELD DUTRA

COORDENAÇÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

DESPACHO Nº 42-E, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

A COORDENADORA DE GESTÃO FINANCEIRA SUBSTITUTA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

13-0242 A VIDA SEXUAL DA MULHER FEIA.
Processo: 01580.015067/2013-51
Proponente: MEDIA BRIDGE PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 13.110.657/0001-53
Valor total aprovado: R$ 2.939.750,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 600.000,00
Banco: 001 - agência: 2909-2 conta corrente: 51246-X
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 400.000,00
Banco: 001 - agência: 2909-2 conta corrente: 51247-8
Prazo de captação: 31/12/2018.

14-0460 BARRETÃO, O FILME.
Processo: 01580.076328/2014-90
Proponente: MOVIMENTO FILMES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.787.555/0001-50
Valor total aprovado: R$ 436.640,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 194.808,00 para R$ 144.808,00
Banco: 001 - agência: 1251-3 conta corrente: 39486-6
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 150.000,00 para R$ 200.000,00
Banco: 001 - agência: 1251-3 conta corrente: 39487-4
Prazo de captação: 31/12/2018.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

14-0194 MINHA FAMÍLIA PERFEITA.
Processo: 01580.047995/2013-84
Proponente: TOTAL ENTERTAINMENT LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.863.008/0001-07
Valor total aprovado: de R$ 7.607.127,07 para R$ 7.446.875,07
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.136.270,72
Banco: 001 - agência: 3520-3 conta corrente: 26542-X
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.500.000,00 para R$ 957.236,85
Banco: 001 - agência: 3520-3 conta corrente: 26544-6
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.022.689,35 para R$ 1.022.689,32
Banco: 001 - agência: 3520-3 conta corrente: 26543-8
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.977.310,65
Banco: 001 - agência: 3520-3 conta corrente: 26601-9
Prazo de captação: 31/12/2018.

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIANE DE SOUZA VIEIRA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 762, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
185426 - "Como conquistar o homem dos seus sonhos"
CNPJ/CPF: 12.964.492/0001-14
Processo: 01400022573201881
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 545.897,61
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Como conquistar o homem dos seus sonhos" objetiva a realização de peça teatral adulta (comédia) com 42 apresentações.
185510 - 11º Forrozão do Galo - Evento Cultural, Folclórico, Junino do Nordeste Brasileiro.
CLUBE DAS MASCARAS O GALO DA MADRUGADA
CNPJ/CPF: 11.451.275/0001-68
Processo: 01400022679201885
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 594.836,00
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar o evento cultural FORROZÃO DO GALO, em sua 11ª edição, promovendo o folclore com uma autentica festa junina nordestina. O evento terá como atração principal um Cortejo Junino, além da montagem de diversos polos culturais: Polo Infantil das Danças, Polo Gastronômico, Polo das Artes, Polo da Música e o Polo Raízes/Instrumental.
185477 - 1º Cena Gaúcha - Encontro de Arte e Cultura
JBA PRODUCOES CULTURAIS
CNPJ/CPF: 14.568.565/0001-84
Processo: 01400022627201817
Cidade: - RS;
Valor Aprovado: R$ 688.559,85
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto 1º Cena Gaúcha - Encontro de Arte e Cultura vem para realizar um festival do tipo mostra competitiva de danças folclóricas gaúchas. Serão realizadasas ações com entidades tradicionalistas do País, proporcionando uma integração e troca de experiência entre os participantes. Serão avaliados por profissionais especializados que premiarão as melhores apresentações das categorias.
185456 - 2º Festirua - Festival Internacional de Teatro e Títeres de Rua
Sandra Regina Baron Eventos ME
CNPJ/CPF: 15.128.023/0001-53
Processo: 01400022606201893
Cidade: - SC;
Valor Aprovado: R$ 439.044,90
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: 2º Festirua - Festival Internacional de Teatro e Títeres de Rua, um festival de artes cênicas com foco principal no teatro de bonecos de rua, com uma programação de apresentações teatrais, palestra e workshops, participação de companhias do Brasil e exterior, ocupando espaços alternativos, escolas, ruas e praças do centro e dos bairros da região litorânea de Santa Catarina que compartilham a mesma identidade cultural. O festival atenderá a comunidade local e turistas culturais. Além da programação durante o evento principal (Festirua), o projeto também conta com workshops pré-festival e uma oficina com apresentações pós-festival.
185443 - 3ª Edição do Festival Cubatão em Dança
Juliana Luiz da Silva
CNPJ/CPF: 003.457.889-74
Processo: 01400022592201816
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 49.676,88
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O CUBATÃO EM DANÇA é um Festival Competitivo de Dança (Principal e único Produto), a nível Nacional exclusivamente para Conjunto que será realizado na cidade de Cubatão, num espaço alternativo (Quadra Esportiva), tendo em vista que a cidade não possui Teatro ou Equipamento Cultural que comporte um Festival de Dança. A competição ocorre nos Seguintes Estilos de Dança: Balé Clássico Livre, Balé Neoclássico, Jazz Dance, Contemporâneo, Sapateado Americano, Sapateado Irlândes, Estilo Livre, Dança Tradicional/Popular Brasileira, Dança Tradicional/Popular Estrangeira, Dança de Salão, Danças Urbanas e Dança Inclusiva, nas Categorias desde Baby até a 3ª Idade.
185463 - 8º edição do Projeto Entre Lugares, terras que pisei, histórias que contei
CNPJ/CPF: 22.507.528/0001-94
Processo: 01400022613201895
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 273.812,62
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A 8ª Edição do Projeto Entre Lugares, da Cia. de Artes Em CriAção pretende resgatar a memória de território e a valorização da identidade dos moradores desta comunidade, trazendo em suas atividades, com o seu produto principal a realização de cinco oficinas de arte e cultura para produção teatral, o projeto propõe também como produto secundário a realização da 7ª edição do Festival de Cenas Curtas Maré em Cena e apresentações públicas e gratuitas do espetáculo de conclusão do projeto.
185487 - A Exceção e a Regra
INSTITUTO ENSAIO ABERTO
CNPJ/CPF: 10.289.112/0001-68
Processo: 01400022637201844
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.806.711,60
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Criação, produção e temporada do espetáculo A EXCEÇÃO E A REGRA de Bertolt Brecht,montagem da Companhia Ensaio Aberto que será realizada no Armazém da Utopia. Serão 48 apresentações em 3 meses. A realização do espetáculo além de viabilizar a continuidade do trabalho artístico de uma Companhia estabelecida há 26 anos, também vai de encontro à necessidade de fomento à programação cultural na zona portuária do Rio de Janeiro.
185522 - Agenda Cultural Guaira
CNPJ/CPF: 07.602.959/0001-46
Processo: 01400022696201812
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 901.495,37
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Este Plano objetiva a manutenção da instituição e de suas atividades e projetos culturais em caráter permanente e continuo, disponibilizados à população por meio de uma Agenda cultural com diversas opções de participação em Oficinas de Artes na modalidade de Dança, Leitura/Literatura e Convivência; Fomento à Produção Cultural e Artística, por meio da criação e disseminação de Espetáculos, Mostra de Video Dança, Acesso ao ensino da música, às ações da Sala Cinergia e da Biblioteca Energia do Conhecimento.
185518 - Agriman e o esquadrão da Segurança Alimentar
D. MARIN DA SILVA - ME
CNPJ/CPF: 08.430.920/0001-51
Processo: 01400022692201834
Cidade: Passo Fundo - RS;
Valor Aprovado: R$ 581.698,70
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: "Agriman e o Esquadrão da Segurança Alimentar" será uma adaptação do projeto "Agriman", idealizado por Alpha Sennon, e realizado pela ONG WHYFARM, em nove países. O conteúdo criado por Alpha Sennon será adaptado à peça de teatro e à revista de história em quadrinhos. As revistas serão impressas e distribuídas, gratuitamente, após a apresentação cênica.
185432 - Arte e Comunidade: aproximação, pratica e fruição
CNPJ/CPF: 020.759.459-77
Processo: 01400022580201883
Cidade: - SC;
Valor Aprovado: R$ 146.733,07
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "ARTE E COMUNIDADE" propõe atividades de formação, montagem e fruição artística: oficinas de formação, experimentação e criação; montagem de uma performance cênica resultante dos laboratórios de experimentação e circulação de espetáculo-performance. O projeto tem como foco das proposições crianças, educadores e formadores que atuem e transitem entre educação, cultura e infância e público em geral.
185519 - Auto Eus
RODAFILMES PRODUCAO ARTISTICA E CULTURAL LTDA
CNPJ/CPF: 21.368.732/0001-09
Processo: 01400022693201889
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 605.904,64
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Montagem, temporada e circulação do espetáculo de teatro adulto Auto Eus, da autora e atriz Adriana Perin. Movido pela proposta de investigar o humano, as expectativas referentes a uma ilusória aprovação social e consequentes frustrações, o espetáculo teatral Auto Eus narra, em monólogo de 60 minutos, a trajetória da personagem em uma espécie de "jornada do anti-herói".
185464 - Baquetinhá
CNPJ/CPF: 19.030.403/0001-01
Processo: 01400022614201830
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 293.240,03
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste na produção do espetáculo Baquetinhá, do Grupo Baquetá, com base nas expressões culturais populares do Brasil, destacando passagens da cultura afro e indígena, oferecendo aos espectadores a oportunidade de conhecer a variedade cultural de diversas regiões do Brasil. A montagem será composta por jogos musicais, teatro de bonecos, dança, contação de histórias e música corporal.
185447 - Beije minha lápide
PEQUENA CENTRAL DE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 31.606.247/0002-60
Processo: 01400022596201896
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.028.887,41
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Remontagem do espetáculo "Beije minha lápide", texto de Jó Bilac, direção de Bel Garcia (In Memoriam) e protagonizado por Marco Nanini. O espetáculo conta ainda com a Cia Teatro Independente no elenco coadjuvante, cenário de Daniela Thomas, luz de Beto Bruel, figurinos de Antônio Guedes, projeções de Julio Parente e produção de Fernano Libonati. Esta proposta prevê novas temporadas e circulação do espetáculo.
185502 - BrinCanto - cantos e encantos da tradição popular brasileira
CGC-CSA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.981.568/0001-80
Processo: 01400022654201881
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 746.296,88
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto BrinCanto prevê a realização de cortejo musicado com canções, figurinos e itens do cenário inspirados na cultura popular brasileira e elaborados no decorrer de encontros de criação artística e musical (oficinas) com crianças e adolescentes hospitalizados. Cirandas, bumba bois, congadas e outras manifestações tradicionais serão a inspiração para as composições. Também será impresso um catálogo com o processo de desenvolvimentos das ações e letras das canções criadas.
185537 - CAÇA AO TESOURO - A DESCOBERTA
CNPJ/CPF: 036.249.746-02
Processo: 01400022711201822
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 269.507,70
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a montagem de uma peça teatral infantil sobre o "Piratas". Além da montagem o projeto prevê a realização de 10 apresentações na cidade de Belo Horizonte, em 5 teatros de regiões diferentes da cidade. Ao chegar ao local a criança já começa a interagir pois teremos desde o foyer a ambientalização no tema sugerido além do acesso ao Memorial da Família dos Piratas: numa área do hall, será colocado fotos antigas, peças de naufrágios, chapéus, peças de roupas onde às crianças e famílias serão remetidas a um histórico da vida dos piratas de antigamente. Depois de assistir as apresentações teremos uma interatividade entre os atores e o público infantil, com brincadeiras de construir com papel, balão e outros simples materiais, espadas, olho de pirata, lunetas, mini baús e uma incansável seção de fotos com os personagens. O projeto prevê ainda a prensagem do CD das trilhas sonoras do espetáculo.
185523 - Caixa de Surpresas - Teatro de Bonecos e Meio Ambiente
BRUNO MORAES REGENTHAL 31805903861
CNPJ/CPF: 20.004.575/0001-90
Processo: 01400022697201867
Cidade: Ouro Preto - MG;
Valor Aprovado: R$ 206.245,06
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Execução do projeto Caixa de Surpresas, que inclui a montagem e 5 apresentações do espetáculo A Revolução do Lixo, além de oficinas de teatro de bonecos como prática pedagógica para educadores e construção de bonecos com materiais descartáveis público infanto-juvenil, em 5 escolas públicas de 5 cidades distintas. Serão elaborados 150 DVD's de 30 minutos e 150 cartilhas de 10 páginas com o conteúdo do evento, os quais serão distribuídos às escolas participantes, ao patrocinador e ao Ministério da Cultura.
185462 - Carnaval de Porto Alegre
CNPJ/CPF: 05.944.183/0001-17
Processo: 01400022612201841
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.905.984,00
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Fomentar os blocos caricatos e o Desfile de Carnaval, através de um espetáculo inesquecível de Artes Cênicas, preservando e perpetuando o patrimônio cultural do Carnaval voltado às raízes da cultura afro-brasileira. Todas as ações serão gratuitas e abertas ao público em geral.
185444 - Circo Arte e Cultura
AM PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.322.179/0001-78
Processo: 01400022593201852
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 380.980,95
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Circo Arte e Cultura é um projeto itinerante, que proporcionará a apresentação de artes como música, grafite, circo, desenho, muppets, pernas de pau de acesso totalmente gratuito, com atividades que envolverão a família das mais diversas idades. Será realizado nas cidades de Porto Alegre e Caxias do Sul.
185160 - CIRCO DA CHINA
T4F ENTRETENIMENTO S.A.
CNPJ/CPF: 02.860.694/0001-62
Processo: 01400021913201857
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.982.509,76
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Trazer para o Brasil para um temporada de 9 apresentações na cidade de São Paulo,o Circo da China, em uma superprodução em homenagem à China tradicional.
185525 - Circo de RoMa espetáculo Dánubio
A. T. PINHEIRO EVENTOS - ME
CNPJ/CPF: 07.434.069/0001-72
Processo: 01400022699201856
Cidade: Campo Limpo Paulista - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.595.930,00
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Vamos produzir um grande espetáculo, será fabricado toda a estrutura principal, ferragem, lona, iluminação interna, arquibancada, picadeiro e praça de alimentação, será contratada uma grande equipe de artistas e funcionários. Circo de roma é o nome já usado pelo Proponente a muitos anos para a exibição de espetáculos circenses, DANUBIO é o nome de uma música de valsa muito tradicional no mundo circense em circos grandes e pequenos, será feito um espetáculo moderno, mas que reviva o circo tradicional. O circo apresentara uma faixa de preços bem acessíveis com ingressos de $ 120.00 inteira e $ 60,00 meia nos lugares centrais e $ 30, inteira e $ 15,00 meia nos lugares populares, esses lugares populares serão mais 50% dos lugares total. Toda renda será destinada a produzir mais espetáculos no mesmo seguimento.Nossa proposta é composta por equipamentos de qualidade que garantam a acessibilidade, artistas de qualidade, preços acessíveis ao público de classe média e baixa e planos de acesso.
185446 - Circo Reder - Nome Provisório
ESPOSITO TRANSPORTES E LOCACAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.765.337/0001-52
Processo: 01400022595201841
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 15.446.445,00
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto propõe a montagem e a turnê do espetáculo "Circo Reder - NOME PROVISÓRIO". Produto Cultural - Espetáculo de artes cênicas - Circo.
185516 - Circolando - Plano Anual
ASSOCIACAO DE ARTE, CULTURA E ESPORTE DE RIBEIRAO PRETO - AACE
CNPJ/CPF: 07.605.717/0001-06
Processo: 01400022690201845
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.585.829,50
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O "Circolando" tem o intuito de difundir a arte circense, a prática da leitura e a educação por meio de aulas, jogos, brincadeiras e encenação. Dividido em duas etapas, o plano anual inicialmente formará grupos de alunos que serão multiplicadores dos conceitos e práticas circenses em escolas públicas de municípios diversos. Em um segundo momento, cada uma dessas escolas será contemplada com oficinas, rodas de bate papo e doação de acervo cultural composto por elementos circenses, jogos educativos, livros, figurinos e adereços.
185471 - CONCURSO DE AGREMIAÇÕES DO CARNAVAL DO RECIFE
BUREAU DE CULTURA E TURISMO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.848.554/0001-60
Processo: 01400022621201831
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 2.247.488,25
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar o concurso e o desfile das agremiações carnavalescas com intuito de promover a salvaguarda das tradições da cultura popular e garantir espaço para as mais diversas manifestações artísticas. O Evento será direcionado aos diferentes públicos com acesso gratuito. Além do desfile será realizado um seminário sobre a pluralidade das agremiações e oficinas carnavalescas para estudantes e professores de escolas públicas e instituições sociais.
185524 - CONSENTIMENTO
CNPJ/CPF: 13.353.285/0001-96
Processo: 01400022698201810
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 778.833,49
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a produção e encenação do texto teatral "CONSENTIMENTO", inédito no Brasil. O texto autora aborda temas muito relevantes para a atualidade, como cultura do estupro, preconceito social, questionamento das leis e do sistema judicial, além do conceito de "consentimento". Seus personagens são, ao mesmo tempo, reais, engraçados, profundos e, principalmente, contemporâneos, o que levará o público a se identificar e se envolver com eles e a refletir profundamente sobre os assuntos discutidos. Para dar conta da complexidade da obra, o elenco e a ficha técnica serão compostos por profissionais premiados. Juntos, produzirão uma montagem original que, ao mesmo tempo, mantenha a força provocativa da autora e encontre ressonância na realidade brasileira.
185486 - DANÇAR PARA SER - como percebemos e vivemos as coisas do mundo
IADHEC - INSTITUTO APLICADO AO DESENVOLVIMENTO HUMANO - EDUCACAO E CULTURA
CNPJ/CPF: 28.647.765/0001-37
Processo: 01400022636201808
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 635.206,00
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto pretende criar, produzir e veicular gratuitamente um videodança com dançarinos/criadores com deficiência intelectual com focoem visibilidade e inclusão social. Também serão oferecidos workshops, oficinas e espaços de troca e reflexão sobre arte e deficiência.
185485 - Desfile carnaval de rua fora de época de São Leopoldo 2019
CNPJ/CPF: 00.710.450/0001-78
Processo: 01400022635201855
Cidade: - RS;
Valor Aprovado: R$ 186.175,00
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização do desfile de carnaval de rua, fora de época, na cidade de São Leopoldo em 2019 de quatro escolas de Samba. Contratação e monontagem e coordenação do desfile de rua de São Leopoldo e pagamento de cachês para as escolas desfilantes.

185449 - DIA EM FAMÍLIA COM OS PERALTAS
CNPJ/CPF: 94.751.641/0001-21
Processo: 01400022598201885
Cidade: Passo Fundo - RS;
Valor Aprovado: R$ 421.831,20
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar uma turnê com 15 apresentações do Grupo "Dia em Família comOs Peraltas", em cidades do Rio Grande do Sul.
185427 - DM Dance Group Apresenta
JESSICA MARIA ARROYO
CNPJ/CPF: 102.382.149-40
Processo: 01400022574201826
Cidade: - PR;
Valor Aprovado: R$ 248.248,00
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto tem como objetivo a realização de um estáculo de dança intitulado "DM Dance Group Apresenta".
185480 - Dona Esmeralda
BARBARA GUILHERME MACIEL 32940676828
CNPJ/CPF: 14.240.433/0001-29
Processo: 01400022630201822
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 415.098,75
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Dona Esmeralda" tem como proposta a montagem e a circulação do monólogo de mesmo nome, que tem como personagem principal Dona Esmeralda, uma simpática senhora, que ao fazer um bolo relembra sua vida vivida no interior de Minas Gerais e de São Paulo. A proposta tem como objetivo circular por cidades do interior do Estado de São Paulo contando com apresentaçõesapreços populares, também oferece sessões com intérprete de libras e uma vivência sertaneja por cidade que inclui: oficinas de teatro, de viola caipira, de confecção de máscaras e palestras gratuitas.
185431 - É TUDO UM JOGO
MARCIO TAVARES FAGUNDES DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 052.851.687-67
Processo: 01400022578201812
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 797.036,63
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto tem como diretriz a investigação teatral a partir de questionamentos de paradigmas vigentes - tanto da linguagem cênica, quanto das práticas humanas do nosso tempo - tendo em vista a reflexão, problematização e transformação desses padrões pelo humor. Para tanto, o projeto desenvolverá suas atividades em quatro grandes vertentes: temporada do espetáculo adulto "É TUDO UM JOGO" em São Paulo/SP; curta temporada do espetáculo no Rio de Janeiro/RJ; a circulação do espetáculo com ciclo de debates; e uma oficina gratuita de humor ministrada pelo coletivo para comunidades carentes.
185452 - Espetáculo Dominium - Cultura e Dança
F.DE.S.C. DAMETO EVENTOS TURISTICOS - ME
CNPJ/CPF: 12.691.363/0001-08
Processo: 01400022602201813
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 682.535,70
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Espetáculo Dominium - Cultura e Dança" é uma ação que visa à circulação da apresentação do grupo "Dominium".
185404 - Espetáculo Quebra Nozes - Movidança
Ana Priscila Henning Garvik
CNPJ/CPF: 281.976.568-86
Processo: 01400022463201810
Cidade: - SC;
Valor Aprovado: R$ 404.798,35
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto tem como proposta a produção do espetáculo de dança "Quebra Nozes" a ser produzido pela Espaço Movidança com alunos e também integrantes do Projeto Movidança Social. O projeto inclue também formação e aula de dança para crianças e adolescentes que farão parte do espetáculo.
185531 - Espetáculo Teatral Dengue: O Fim da Picada
Lucimeire de Moraes da Silva
CNPJ/CPF: 12.645.969/0001-07
Processo: 01400022705201875
Cidade: Valinhos - SP;
Valor Aprovado: R$ 508.365,00
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A produção e apresentação do espetáculo teatral da autora: Meire Moraes, tendo40 apresentações com 50 minutos destinadas de forma inteiramente gratuitas a população brasileira em diversos municípios do país. Levando o teatro e despertando a curiosidade onde trabalha de forma cultural e lúdica a conscientização com suas personagens e histórias dinâmicas e cômicas sobre o perigo da: Dengue, Zica e Chikungunya. Sendo um espetáculo de interesse público cultural e artístico.
185503 - EXPO 2019
DANIELA TARTARI BRUSCO - ME
CNPJ/CPF: 14.023.350/0001-88
Processo: 01400022655201826
Cidade: Sananduva - RS;
Valor Aprovado: R$ 534.626,40
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Trata-se de projeto que pretende realizar, apresentações teatro e música, de grande, médio e pequeno porte, que constituirão as principais atrações culturais de uma feira tradicional que ocorre no interior do Estado de Santa Catarina, desde a década de 1950.
185526 - FILÓ
CURIOSA PRODUCOES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 22.290.883/0001-54
Processo: 01400022700201842
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 710.025,36
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Produção, montagem e apresentações do espetáculo teatral "FILÓ". Peça que se trata de uma releitura da renomada obra - Filumena Marturano de Eduardo De Filippo -, trazida para os tempos atuais, no Brasil.
185542 - Floripa Teatro - 24º Festival Isnard Azevedo
CNPJ/CPF: 80.152.051/0001-78
Processo: 01400022718201844
Cidade: - SC;
Valor Aprovado: R$ 915.100,36
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização da 24ª edição do Floripa Teatro - Festival Isnard Azevedo, onde deverão se apresentar grupos teatrais de diversos estados da federação e de outros países com espetáculos de Teatro Adulto, Infantil e Rua em aproximadamente 35 espaços diferentes, realização de ações formativas como Oficinas Teatrais, Debates acerca de assuntos relacionados ao âmbito teatral e rodas de conversa propiciando intercâmbio e formação através da realização de aproximadamente 105 ações culturais, ocupando casas de espetáculo da cidade e priorizando espaços de comunidades periféricas.
185454 - Gincana Cultural de São Jerônimo
CNPJ/CPF: 05.944.183/0001-17
Processo: 01400022604201802
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.226.368,00
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização uma programação de espetáculos de dança e musical durante a Gincana Cultural de São Jerônimo, voltada à integração e colaboração com a sociedade, para promoção e difusão cultural das artes cênicas, em especial a dança, consolidando o direito à cultura a populações periféricas de município de pequeno porte.
185474 - Human Capital - Espetáculo
M & M CULTURA E ARTE LTDA – ME
CNPJ/CPF: 19.218.381/0001-08
Processo: 01400022624201875
Cidade: Santos - SP;
Valor Aprovado: R$ 801.693,75
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização de espetáculo com artes integradas, com teatro, dança e recursos multimídia, cuja temática visa promover a reflexão a respeito do mundo atual, dos relacionamentos humanos e do sentido do trabalho na vida de cada pessoa. Prevê apresentações, em cidades diferentes, na área brasileira. Público alvo adulto, de todas as classes sociais.Trata-se de um espetáculo inovador que integra ciência e arte, cérebro e coração, razão e emoção. Os conteúdos são bem fundamentados, apontando problemas e indicando soluções seguras, sendo transmitidos através de recursos criativos que sensibilizam e mobilizam os participantes.
185488 - INDEPENDENTE TRICOLOR - CARNAVAL 2019
G.R.C. ESCOLA DE SAMBA INDEPENDENTE TRICOLOR
CNPJ/CPF: 15.006.616/0001-47
Processo: 01400022638201899
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.116.211,80
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Viabilizar a realização do desfile de Carnaval 2019 do G.R.C. ESCOLA DE SAMBA TRICOLOR INDEPENDENTE do Grupo de acesso de São Paulo.
185420 - Infância, natureza e arte
D W R SOM E LUZ PRODUCOES CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 08.469.718/0001-33
Processo: 01400022566201880
Cidade: - RS;
Valor Aprovado: R$ 573.916,97
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Através de 12(doze) apresentações teatrais o projeto "Infância, natureza e arte" busca promover a educação socioambiental através de um espetáculo teatral/musical, o qual se propõe a criar um ambiente lúdico e cenográfico em um espaço temático, sendo itinerante e em locais de acesso gratuito ao público da região sul e sudeste do Brasil.
185445 - Juro que vi
CNPJ/CPF: 14.219.428/0001-34
Processo: 01400022594201805
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 243.415,04
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Projeto de montagem e temporada do espetáculo infantil "Juro que vi" idealizado pela bailarina e atriz Eléonore Guisnet e pelo músico, ator e cantor Jonas Hammar. Com o intuito de valorizar a cultura popular brasileira e a importância da leitura no imaginário da criança, a peça conta a viagem de iniciação de uma jovem francesa através das lendas folclóricas brasileiras. Para a concepção deste projeto que terá um formato de duo, protagonizado por Guisnet e Hammar, foram convidados criadores das diversas áreas para ajudá-los a construir e assegurar a qualidade deste espetáculo de teatro gestual que mesclará música, canto, dança, arte visual e teatro de objetos. Essa mistura de linguagens vai permitir valorização das capacidades polivalentes dos intérpretes.
185475 - K-TOUR 2019
PALK ENTERTAINMENT PRODUTORA, ORGANIZADORA E REPRESENTACAO DE EVENTOS E ARTISTAS LTDA.
CNPJ/CPF: 32.001.081/0001-30
Processo: 01400022625201810
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 4.998.717,50
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Promover acesso à cultura através de eventos de qualidade musical instrumental e dança para crianças e adolescentes, e também para contribuir na divulgação da cultura asiática no Brasil através de suas danças com uma linguagem jovem e atual com o apoio de aquisição de instrumentos musicais (piano digital, violão elétrico, baixo e guitarra) proporcionando a interação com os jovens para que esses sintam ativamente a energia de um espetáculo incentivando-os a aprender, exercitar e utilizar os instrumentos no seu dia-a-dia.
185482 - Leréias - Histórias contadas por eles mesmos (Temporada RJ e SP)
DECINCO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.798.049/0001-43
Processo: 01400022632201811
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 188.925,45
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Circulação do espetáculo "Leréias - Histórias contadas por eles mesmos", pelas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Sendo uma apresentacao por semana exclusivamente para estudantes sem cobrança de ingressos. O espetáculo traz para a cena 4 contos selecionados da obra homônima, que em cada quadro recria o universo das personagens Valdomirianas - intercalados pelas músicas compostas exclusivamente para o projeto.

185530 - Madames
CNPJ/CPF: 17.944.629/0001-92
Processo: 01400022704201821
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.317.857,00
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto prevê a montagem e temporada de MADAMES, livremente inspirado na obra Madame de Sade de Yukio Mishima edireção de Roberto Alvim.
185520 - Magia de Natal 2019
CNPJ/CPF: 10.668.225/0001-74
Processo: 01400022694201823
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado: R$ 2.856.523,00
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar a 12ª Edição da Magia de Natal. Ação tem como intuito apoiar, valorizar e difundir as manifestações culturais, fortalecendo o resgate das tradições europeias vindas com os imigrantes, por meio de apresentações artísticas e culturais como: desfiles, apresentação de teatro, grupos de música instrumental e canto-coral.
185442 - Meierhold - Circulação Sul e Sudeste
TERREIRA DA TRIBO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.850.913/0001-60
Processo: 01400022591201863
Cidade: Porto Alegre - RS;

Valor Aprovado: R$ 517.409,75
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto "Meierhold - Circuito Sul e Sudeste" prevê apresentações do espetáculo Meierhold, com a Tribo de Atuadores Ói Nóis Aqui Traveiz, seguidas de bate-papo sobre o processo criativo, além de oficina e painel (formação de plateia) em cidades das regiões sul e sudeste. Todas as atividades serão gratuitas e abertas.
185535 - Meu Amigo Plutão
PRIMAVERA PRODUCOES EIRELI
CNPJ/CPF: 28.802.943/0001-57
Processo: 01400022709201853
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 598.869,70
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A proposta apresentada trata de um espetáculo teatral infanto-juvenil intitulado Meu Amigo Plutão e será apresentado em 2 temporadas de 2 meses em diferentes teatros.
185521 - Meu nome não é Gal
CNPJ/CPF: 11.467.181/0001-87
Processo: 01400022695201878
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 944.314,25
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Meu nome não é Gal um espetáculo teatral conta a trajetória de mulheres anônimas, que reunidas em um jogo cênico, apresentam suas trajetórias contando fragmentos de suas vidas e cantando sentimentos. A trilha sonora é embalada com o repertório imortalizado por Gal Costa.
185441 - Mistério a Bordo 2
Elza Miranda Cavalcante Fonseca
CNPJ/CPF: 434.603.721-68
Processo: 01400022589201894
Cidade: - GO;
Valor Aprovado: R$ 71.478,00
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar 03 (três) apresentações do Espetáculo Mistério a Bordo 2, serão duas apresentações no Teatro e uma em Praça Pública da cidade. Um conto infantil que narra a história de 03 (três) rapazes que reviverão uma aventura onde eles quando criança, embarcaram em um navio clandestinamente e foram descobertos no decorrer da viagem. Uma narrativa divertida, ficção descontraída, pedagógica e com grande qualidade artística. O projeto visa levar ao palco crianças, jovens e adultos, mostrando o trabalho desenvolvido e aprendido por eles ao longo do ano.
185459 - Movimenta SESIMINAS
CNPJ/CPF: 03.773.834/0074-83
Processo: 01400022609201827
Cidade: Uberaba - MG;
Valor Aprovado: R$ 477.065,54
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Festival permanente de Artes Cênicas realizado no Teatro Sesiminas Uberaba, com espetáculos cênicos em curtas temporadas, contemplando-se artistas locais, espetáculos de diversas regiões do país e do interior do estado de Minas Gerais. A curadoria pretende estimular a movimentação da cena artística de Uberaba e região, contribuir com a formação e ampliação de público, consolidandoaestrutura disponível aberta à população para fruição de bens artístico culturais.
185484 - Nau 25 anos - circulação A.N.J.O.S
Alvaro Jose Lobao de Barcellos
CNPJ/CPF: 17.140.600/0001-58
Processo: 01400022634201819
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 826.993,75
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar uma circulação do espetáculo infanto-juvenil "A.N.J.O.S", da Cia Cênica Nau Ícaros, por 3 cidades no território nacional, juntamente com oficinas gratuitas para crianças e educadores da rede pública de ensino.
185277 - O BECO (TITULO PROVISÓRIO)
CNPJ/CPF: 06.346.382/0001-96
Processo: 01400022226201859
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 6.542.119,50
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Montagem e temporada por 6 meses em duas capitais mais turne por duas outras cidades, do espetaculo musical O BECO (TITULO PROVISÓRIO).
185527 - O DESPERTAR DA PRIMAVERA
BALTHAZAR M&B PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 31.258.625/0001-81
Processo: 01400022701201897
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 3.561.062,50
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Produção, montagem etemporadade três meses do espetáculo de teatro musical "O DESPERTAR DA PRIMAVERA", em São Paulo, com tradução, versões e direção de Charles Möeller e Claudio Botelho.
185528 - ORIGENS GAUCHAS com parte artística do 33º Rodeio Crioulo Internacional de Vacaria
CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS PORTEIRA DO RIO GRANDE
CNPJ/CPF: 88.675.434/0001-32
Processo: 01400022702201831
Cidade: Vacaria - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.003.770,90
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Espetáculo ORIGENS GAUCHAS com parte artística do 33º Rodeio Crioulo Internacional de Vacaria será um somatório de atividades que visam fomentar e difundir a cultura gaúcha através de desfile temático, participação no Festival Nacional da Cultura Gaúcha, realização do 1º Festival Porteira da Poesia e Concurso de declamação infanto-juvenil, e apresentando shows musicais, valorizando as riquezas do Rio Grande do Sul, representadas por suas tradições, origens, formação e sua identidade cultural regional.
185540 - Os Melhores Momentos de nossas Vidas
CNPJ/CPF: 22.507.528/0001-94
Processo: 01400022714201866
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 845.477,60
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste na montagem e apresentações do espetáculo de teatro musical "Os Melhores Momentos de Nossas Vidas", texto de Rodrigo Marcell e Juan Menezes, com estréia prevista para o segundo semestre de 2019. A peça ficará em cartaz durante 02 meses, 2 apresentações semanais aos sábados e domingos, totalizando 16 apresentações, em Teatro na cidade do Rio de Janeiro, com capacidade de aproximadamente 400 lugares.
185436 - OUTRAS CIDADES DESERTAS
OS JAVALIS SELVAGENS COMUNICACAO E PRODUCAO EIRELI
CNPJ/CPF: 31.044.808/0001-02
Processo: 01400022584201861
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.564.637,38
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização de montagem, e temporadas do espetáculo OUTRAS CIDADES DESERTAS, inédito no Brasil, de Jon Robin Baitz, dramaturgo e roteirista, um dos escritores vivos mais produzidos e respeitados nos palcos americanos na atualidade. A peça foi finalista do Prêmio Pulitzer 2012 de Drama, sua montagem Norte Americana foi um grande sucesso na Broadway, tendo recebido cinco indicações para o Tony Awards de 2012, incluindo Melhor Peça. Outras Cidades Desertas envolve uma família com diferentes visões políticas e um antigo segredo, apresentando equilíbrio entre a comédia e o drama familiar intenso, com personagens marcantes, teatralidade e psicologismo. O projeto contará com medidas de acessibilidade como interpretação em LIBRAS.
185429 - Projeto Abrigo na Arte - atuando com valores
Luiz Henrique da Silva Alexandre
CNPJ/CPF: 968.314.996-00
Processo: 01400022576201815
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 249.841,80
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Oficinas de Teatro, Vivências Artísticas e Música, e também a criação e apresentação de uma peça teatral com os alunos da creche-escola Abrigo de Jesus, envolvendo uma média de 320 crianças de 2 a 14 anos. Inclusão da arte como ferramenta educacional e cultural. Aulas e Vivencias para trabalhar com valores humanos através da arte, unindo uma educação cultural, com reflexões sobre ética, cidadania, respeito, e com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento emocional, cognitivo e afetivo dos alunos, estimulando interesse pela leitura e manifestações culturais a sua volta.
185458 - Projeto Beija-Flor - Etapa VIII / Dança na Educação
ASSOCIACAO CRISTA FRANCISCO DE ASSIS
CNPJ/CPF: 54.139.860/0001-30
Processo: 01400022608201882
Cidade: Mococa - SP;
Valor Aprovado: R$ 401.738,40
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto, Etapa VIII / Dança na Educação, tem como finalidade, proporcionar o acesso cultural, a crianças, adolescentes e jovens, introduzindo-os em oficinas de dança. Além disso, visa favorecer acesso cultural e a socialização, por meio dos benéficos que a arte da dança proporciona. Serão oferecidas de forma gratuita, aulas de dança nas modalidades: Balé, Jazz e Danças Urbanas. A proposta tem o propósito de promover eventos artísticos culturais, dando continuidade ao Projeto "Beija-Flor" Etapa VII /Dança na Educação, PRONAC: 164116.
185437 - QUADRA - Espetáculo de Dança
Elza Miranda Cavalcante Fonseca
CNPJ/CPF: 434.603.721-68
Processo: 01400022585201814
Cidade: - GO;
Valor Aprovado: R$ 207.612,90
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar apresentações do espetáculo de dança "QUADRA", que fala sobre o número quatro no cotidiano social e a relação deste na vida das pessoas. Símbolo da lei e da ordem, manifestação do lado racional, representado pelo quadrado. Número da terra, representa estabilidade e fidelidade. Simboliza as quatro estações do ano e também foi utilizado por Pitágoras para fazer referência ao nome de Deus.
185419 - Quem prospera sempre alcança
KAVANTAN & ASSOCIADOS - PROJETOS E EVENTOS CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 56.568.884/0001-30
Processo: 01400022564201891
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.021.534,80
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Criação, produção, temporada e circulação gratuita do espetáculo teatral "Quem Prospera Sempre Alcança", escrito e dirigido por Leonardo Cortez, prioritariamente em ruas, espaços culturais públicos (centros culturais e escolas) e em sedes de ONGs (espaços abertos).
185451 - Repertório Cia do Bife
CONTORNO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 26.340.989/0001-76
Processo: 01400022601201861
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 248.102,80
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: No projeto "Repertório Cia do Bife" a Companhia deseja circular pelo Brasil com os dois espetáculos que foram estreados entre 2015 e 2018, são eles:"Pequena Ladainha Anti-dramática para o episódio da fuga do leão do circo e outros boatos pouco ou nada interessante" e"Pequena Ladainha Anti-dramatica para a reunião de emergencia dos catedráticos do instituição feitosa bulhões a excelência do ensino em mais de cinco décadas de funcionamento", ambos possuem direção e dramaturgia de Chico Carvalho, e no elenco os atores André Hendges, Ana Junqueira, Dani Theller e Sarah Moreira.
185538 - Senti um vazio
CNPJ/CPF: 843.013.332-15
Processo: 01400022712201877
Cidade: Manaus - AM;
Valor Aprovado: R$ 118.023,13
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Senti um vazio é um espetáculo que debate o tráfico de mulheres para exploração sexual. A obra conta a história de Dijana, que ao vir do interior do estado acaba sendo traficada e explorada sexualmente, e, buscando sobreviver àquele local ela cria um mundo ilusório para si. O produto apresentado, a peça teatral "senti um vazio", será ocorrido em São Paulo, Manaus e Belo Horizonte, simultaneamente através de videoconferência.
185541 - Teatro na escola
ADIR FRANCISCO COELHO
CNPJ/CPF: 681.561.466-20
Processo: 01400022715201819
Cidade: - MG;
Valor Aprovado: R$ 195.028,60
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste em levar para escolas e biblioteca pública no município de Ibirité, historias dos livros do acervo distribuídos às escolas públicas pelo Ministério da Educação no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático, em um formato de Teatro, objetivando o incentivo a leitura para as crianças do ensino fundamental 1 e mostrar a diversidade racial presente no mundo. A ideia é fazer estas crianças interagirem com as personagens, despertando o interesse pela leitura.Atenderemos aproximadamente 24 escolas com 8.036 crianças no município.
184965 - Teatro Para Quem Não Gosta
CALLA PRODUCOES ARTISTICAS - EIRELI
CNPJ/CPF: 20.115.802/0001-54
Processo: 01400021449201807
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.092.681,80
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização de novas apresentações do espetáculo Teatro Para Quem Não Gosta, de Marcelo Médici e Ricardo Rathsam, que também protagonizam esta comédia.
185504 - TED, NINA E O BOI DO TEMPO - UMA AVENTURA ALIMENTAR
ISCA - INSTITUTO SOCIAL E CULTURAL ARAGUAIA
CNPJ/CPF: 20.947.381/0001-28
Processo: 01400022656201871
Cidade: - TO;
Valor Aprovado: R$ 310.238,38
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O ESPETÁCULO CONTA A HISTÓRIA DOS IRMÃOS TED E NINA, QUE VIVEM AS TURRAS COM SUA MÃE QUE INSISTE EM OFERECER PARA ELES UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL. NUMA OPORTUNIDADE ELES FOGEM DE CASA PARA SE

LIVRAREM DA HORA DO ALMOÇO E ENCONTRAM UM VELHO SÁBIO QUE OS PRESENTEIA COM UM BOI MÁGICO. ESSE BOI MÁGICO TEM O PODER DE VIAJAR NO TEMPO.
185517 - Terra à Vista 2: A Aventura Continua!
D. MARIN DA SILVA - ME
CNPJ/CPF: 08.430.920/0001-51
Processo: 01400022691201890
Cidade: Passo Fundo - RS;
Valor Aprovado: R$ 399.280,80
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Dar continuidade ao projeto"Terra à Vista", através da montagem e circulação da peça "Terra à Vista 2: A aventura continua!" em diferentes cidades. As apresentações serão em ginásios/escolas cedidos pelas prefeituras locais e abrangerão diferentes faixas etárias (crianças, jovens e adultos). A principal temática é, abordar através do teatro, a questão social relacionada à produção e à reciclagem do lixo, aliando diversão à conscientização.
185450 - TRABALHOS DE AMOR PERDIDOS
RIO MS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 03.111.428/0001-08
Processo: 01400022600201816
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.377.651,00
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Trabalhos de Amor Pedidos é uma adaptação da peça homônima de Shakespeare. O espetáculo é uma hilariante e atualíssima comédia, que figura entre os trabalhos da fase inicial de Shakespeare, é um banquete da linguagem, um espetáculo pirotécnico em que o autor parece buscar os limites de sua destreza verbal. A peça raramente é montada no mundo, e é inédita no Brasil.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
185479 - A música de câmara na comemoração dos 250 anos de Beethoven
ARTESALIS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA EPP
CNPJ/CPF: 09.570.274/0001-90
Processo: 01400022629201806
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 150.060,90
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Celebrar as comemorações dos 250 anos do compositor Ludwig van Beethoven interpretando seus mais célebres trabalhos na música de câmara, denotadamente na formação trios para piano, que revolucionaram a música ocidental.
185548 - Arte, um caminho Cultural da Música
ASSOCIACAO DE PAIS E MESTRES DO COLEGIO SAO PAULO - APM/CSP
CNPJ/CPF: 31.923.756/0001-36
Processo: 01400022726201891
Cidade: Ascurra - SC;
Valor Aprovado: R$ 164.639,20
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Disponibilizar 5 oficinas de música, uma de Canto a 40 alunos do colégio São Paulo de Ascurra, Santa Catarina, para que aprendam de maneira dinâmica noções da musicalização e desenvoltura, instigando, aprimorando e desenvolvendo o interesse pela cultura, proporcionando um conhecimento mais específico e objetivo da música.
185434 - BH Experimental
Sergio Von Tiesenhausen Vaz de Melo
CNPJ/CPF: 048.657.126-23
Processo: 01400022582201872
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 498.357,00
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O "BH Experimental", é um festival de musica instrumental experimental voltado para o publico de amantes da musica, e busca subsidiar apresentações musicais prioritariamente autoral de bandas independentes que se dediquem a musica instrumental experimental, onde o rock exerce um fio delineador se misturando ao jazz, blues, afrojazz, eletrônico, dub, mpb entre outros. O Festival terá duração de três dias onde se apresentarão um total de nove bandas.
185501 - BLOCOS DE CARNAVAL DE RUA DE ARAXÁ
CNPJ/CPF: 10.548.421/0001-05
Processo: 01400022653201837
Cidade: - MG;
Valor Aprovado: R$ 422.257,77
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto BLOCOS DE CARNAVAL DE RUA DE ARAXÁ pretende realizar uma série de atividades buscando resgatar a tradição dos blocos de rua e as marchinhas de carnaval que fazem parte da cultura regional e nacional. Dessa forma, pretende promover, em caráter democrático, desfiles dos blocos durante o carnaval de 2019 que valorizem a música instrumental e a grande festa popular. Medidas de acessibilidade serão adotadas.
185455 - CANARINHOS DE BENTO GONÇALVES
INSTITUTO MUSICAL DOS CANARINHOS DE BENTO GONCALVES
CNPJ/CPF: 29.975.894/0001-17
Processo: 01400022605201849
Cidade: - RS;
Valor Aprovado: R$ 213.219,60
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar atividades do CORO CANARINHOS DE BENTO GONÇALVES constituído de um grupo de crianças e jovens que interpretam as mais variadas canções, e que assistidos por um regente e técnico vocal, aperfeiçoam-se e realizam Apresentações do Coral, em diferentes locais do município, sendo que a oficial do projeto acontecerá no anfiteatro da Fundação Casa das Artes, como também o Coral participa, a convite, de encontros de corais que acontecem nos municípios vizinhos da Serra Gaucha e algumas cidades de Santa Catarina.
185405 - Circuito Instrumental e Nativista
LUCANO CULTURA E MARKETING EIRELI
CNPJ/CPF: 05.589.562/0001-36
Processo: 01400022464201864
Cidade: Santa Rosa - RS;
Valor Aprovado: R$ 549.440,10
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização de 9 espetáculos no Sul do Brasil, a serem incluidas posteriormente. Serão 6 espetáculos com o músico Luiz Carlos Borges e grupo, com músicas Eruditas e Instrumentais e 3 apresentações com Samuca do Acordeon e grupo com repertório especial de músicas folclóricas.Estes shows serão levados para cidades pequenas no interior do Sul do Brasil, de forma totalmente gratuita, para a população que normalmente não tem acesso a este tipo de música.
185438 - Circuito Orquestra de Campos
Instituto DellArte
CNPJ/CPF: 20.824.428/0001-66
Processo: 01400022586201851
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 732.977,63
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Circuito Orquestra de Campos" propõe a realização de concertos gratuitos da Orquestra Sinfônica Mariuccia Iacovino, apresentando recitais de importantes compositores da música clássica.
185469 - Circuito Violão Popular in Concert
JOSEMAR VIDAL DE OLIVEIRA JUNIOR
CNPJ/CPF: 046.559.209-04
Processo: 01400022619201862
Cidade: Rio Negrinho - SC;
Valor Aprovado: R$ 106.706,48
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O objeto desta proposta é um circuito de recitais de violão solo, com entrada gratuita, totalizando 12 (doze) apresentações. Tais apresentações serão distribuídas em todo o Estado de Santa Catarina, atendendo às seis mesorregiões em que o estado é dividido. Serão privilegiadas cidades com menos de 250 mil habitantes. Entre uma peça e outra, será dada uma breve explanação sobre as obras executadas, bem como informações sobre os autores, períodos históricos, sobre o violão, curiosidades, entre outros. Ao final do recital será dada a oportunidade ao público de fazer perguntas ao recitalista, ensejando um bate-papo descontraído.
185549 - Circulação Estefan Iatcekiw
MATEUS STANISCUASKI - ME
CNPJ/CPF: 03.411.629/0001-12
Processo: 01400022727201835
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 396.071,50
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Circulação do jovem pianista Estefan Iatcekiw por diversas cidades dos três estados da região Sul do Brasil.
185406 - CULTURA BRASILEIRA
VAGNER JOSE VIEIRA BRANDAO
CNPJ/CPF: 288.543.858-40
Processo: 01400022465201817
Cidade: Pilar do Sul - SP;
Valor Aprovado: R$ 453.815,85
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Trata-se de um projeto de musica instrumental que visa o resgate da viola caipira.
185534 - FILARMONIA
Universidade Livre da Cultura
CNPJ/CPF: 10.505.300/0001-86
Processo: 01400022708201817
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.383.075,00
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto prevê a elaboração e gestão de uma orquestra filarmônica jovem visando à ser referência Nacional na complementação da formação de jovens instrumentistas que futuramente ocuparão cargos nas melhores orquestras profissionais do Brasil e exterior. Além disso, formar um Núcleo de ensino musical com a criação de um projeto social voltado às comunidades carentes.
185467 - Hanami - Contemplando a Cultura Japonesa
CNPJ/CPF: 11.962.694/0001-64
Processo: 01400022617201873
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 559.587,60
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar apresentações artísticas da cultura japonesa com foco na música e nas artes cênicas, com apresentações de música instrumental koto, taiko, a participação de um cantor solo, dança, artes marciais, etc., tendo em comum um mesmo tema da cultura japonesa.
185536 - IMA
CNPJ/CPF: 20.136.626/0001-37
Processo: 01400022710201888
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 892.849,77
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O objetivo deste projeto é realizar apresentações gratuitas de música instrumental. Todas as faixas sem excessão, são de autoria própria dessa proponência.
185470 - Jóias Italianas do Século XIX
CNPJ/CPF: 90.479.965/0001-00
Processo: 01400022620201897
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 566.362,50
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto pretende realizar concertos com a Orquestra Sinfônica da Universidade de Caxias do Sul - OSUCS - de agosto de 2019 a agosto de 2020, em dez cidades do estado do Rio Grande do Sul. O projeto circulará por meio do programa Série Concertos de Integração para levar adiversas comunidades o belíssimo e comprometido trabalho da Orquestra Sinfônica da UCS, com entrada franca e acesso facilitado.
185465 - Manutenção da Escola de Música Maestro Quique Todescan
WCA SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 02.437.864/0001-09
Processo: 01400022615201884
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 198.607,20
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Escola de Música Maestro Quique Todescan" é uma proposta de responsabilidade social e cultural focada na democratização e difusão cultural no Município de Descalvado, localizado na Região Centro-Leste do estado de São Paulo, que pretende focar na manutenção e reforma da escola de música, oportunizando crianças, jovens e adultos a aprenderem instrumentos, colaborando para seu desenvolvimento musical, pessoal e cidadão, focando em pessoas de camadas sociais menos favorecidas que precisam de incentivos para demonstrem suas capacidades.
185466 - Música & poesia nos Caminhos da Estrada Real
RAPHAEL ANTONIO BARBOSA SIMOES 05564635604
CNPJ/CPF: 29.176.248/0001-90
Processo: 01400022616201829
Cidade: Ouro Preto - MG;
Valor Aprovado: R$ 237.778,20
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Promover apresentações,em cidades da Estrada Real, em Minas Gerais.Trata-se de um sarau de música e poesia, com participaçãodo compositor e músico Toninho Horta e do poeta mineiro Petrônio Souza Gonçalves.Durante as apresentações os autores abordarão detalhes e características de suasobras, além da poesia na música popular brasileira, histórias do Clube da Esquina, bastidores do mundo literário. Inclusive, comcomposição inédita para a Estrada Real, abrindo reflexões sobre sua história e sua cultura. Haverá, ao final, de cada apresentação, espaço paraperguntas e bate papocom opúblico.
185439 - Música nas Cidades Históricas - Muci
DUO PRODUCOES EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 21.281.041/0001-73
Processo: 01400022587201803
Cidade: - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.213.136,93
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto vai realizar uma série de apresentações de música instrumental nas cidades históricas do Brasil , revitalizando e resgatando a obra dos grande autores brasileiros , passando pela musica do periodo Colonial , Imperial ,chegando a contemporânea .Os recitais serão realizados em igrejas, monumentos historicos , museus ,centros culturais , promovendo o dialogo da música com a história, difundindo e revitalizando o acervo cultural brasileiro das Cidades Históricas .O projeto também realiza oficinas com conceituados nomes da cena musical brasileira .Todas as atrações serão franqueadas ao público .

185533 - Musicando: Usina de Artes
RM Investimentos Sociais, Culturais e Ambientais Ltda.
CNPJ/CPF: 15.929.469/0001-87
Processo: 01400022707201864
Cidade: Entre Rios do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 466.627,39
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto MUSICANDO: Usina de Artes, disponibilizará o ensino de música instrumental. Serão aulas de teoria e percepção musical, prática instrumental e cidadania. Proporcionará a participação dos grupos em encontros Regionais. Duas apresentações abertas ao público.
185483 - Nesse CEU tem SOL
ESPACO AMPLIAR - ASSESSORIA, PROJETOS E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 05.818.903/0001-06
Processo: 01400022633201866
Cidade: Nova Lima - MG;
Valor Aprovado: R$ 318.131,33
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Como forma de fomentar a cultura, propõe-se a realização do projeto "Nesse CEU tem Sol" com oficinas de formação para crianças e jovens em situação de risco na área da música instrumental e artes cênicas e mostras.
185505 - NIGHT MUSIC
ASSOCIACAO COMUNIDADE TERAPEUTICA ESPERANCA MARIAH
CNPJ/CPF: 15.159.534/0001-32
Processo: 01400022658201860
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 674.799,84
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Night Music" consiste na produçãode dois espetáculos gratuitos de música instrumental com música eletrônica, abertas ao público em geral.
185457 - OFICINAS DE MÚSICA DO CCMAR
CNPJ/CPF: 14.633.954/0001-46
Processo: 01400022607201838
Cidade: Pelotas - RS;
Valor Aprovado: R$ 297.031,05
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Subsidiar, através do presente projeto, as oficinas de música do Centro de Convivência dos Meninos do Mar - CCMar, com aulas regulares de diversos instrumentos musicais, canto e composição, e adquirir instrumentos musicais para suprir os recursos físicos necessários ao ensino e aprendizado e promover a prática do acompanhamento através da formação de uma banda de jovens aprendizes.
185407 - ORQUESTRA DE CÂMARA VEREDA CULTURAL
CNPJ/CPF: 23.884.763/0001-48
Processo: 01400022467201806
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 371.910,00
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto Orquestra de Câmara Vereda Cultural propõe realizar: PRODUTO APRESENTAÇÃO MUSICAL: Concertos Didáticos para crianças e jovens da Rede de Educação, proporcionando o contato com a música instrumental, e contribuindo com a formação de plateia/ Concertos artísticos na região de atuação da Orquestra para a sociedade em geral, difundindo a música erudita. PRODUTO ORQUESTRA MANUTENÇÃO: Manter ensaios semanais regulares com a Orquestra, gerando emprego para músicos locais.
185435 - Orquestra Família Aroeira - Cultura, Convivência e Sustentabilidade
MARIA DA CONCEICAO GOMES DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 507.637.508-59
Processo: 01400022583201817
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 234.712,50
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto será realizado no bairro de Maylasky, distrito de São Roque/SP, no decorrer de um ano e propõe-se, através de um curso de formação musical, a criação de uma orquestra de percussão com repertório multicultural, composta por 30 integrantes de três gerações. Serão realizadas oito apresentações em diferentes espaços públicos, e oito oficinas temáticas que abordem ações educativo-culturais relacionadas ao fortalecimento familiar e comunitário, e que contribuam para a humanização das relações e a inclusão.A criação da Orquestra Família Aroeira é decorrente do crescimento desordenado da população local, que desencadeou a perda de sua identidade cultural e características comunitárias, expondo a vulnerabilidade social e os problemas relacionados a conflitos familiares e de valores. Este trabalho artístico pretende fortalecer os vínculos, o aumento da autoestima dos participantes e a interdependência trigeracional (crianças/adolescentes, adultos e idosos), respeitando as diversidades.
185472 - Plano anual para Manutenção das Atividades do Instituto Ciranda - Música e Cidadania
INSTITUTO CIRANDA - MUSICA E CIDADANIA
CNPJ/CPF: 05.527.180/0001-88
Processo: 01400022622201886
Cidade: - MT;
Valor Aprovado: R$ 1.048.788,63
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Proposta para captação de recursos a serem aplicados no custeio de parte das despesas com a realização das aulas técnicas de instrumento, teoria musical, ensaios, recitais e concertos: atividades musicais permanentes realizadas no Instituto Ciranda - Música e Cidadania, sede em Cuiabá. O Instituto Ciranda é uma instituição que há 15 anos desenvolve projetos na área do ensino musical em Cuiabá e em cidades de Mato Grosso, com suas principais despesas assim especificadas: despesas administrativas , corpo docente e artístico, confecção de materiais de divulgação, manutenção de site, confecção de uniformes, despesas com material de escritório, despesas com material de limpeza, despesas com transporte, hospedagem e alimentação, pagamento de serviços como, aluguel de sede, água, telefone/internet e energia elétrica, despesas com a realização de concertos da Orquestra Sinfônica CirandaMundo e realização da II Edição do Prêmio Ciranda Jovem Artista.
185476 - SINFONIA
CHILI PRODUCOES CULTURAIS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 09.110.918/0001-68
Processo: 01400022626201864
Cidade: Santa Maria - RS;
Valor Aprovado: R$ 143.481,25
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto envolve uma apresentação da Orquestra da ULBRA e convidados especiais com o show TOCA RAUL e pelo menos2 apresentações musicais da orquestra de cordas e sopros Orquestrando Arte. Os eventos acontecerão em Santa Maria, Rio Grande do Sul no mês de setembro de 2019, todos com entrada franca.
185430 - SOPROS EM CONCERTO
CNPJ/CPF: 22.143.113/0001-89
Processo: 01400022577201860
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 149.097,56
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Sopros Em Concerto é uma proposta de música instrumental, formado por 24 músicos,que realizará 4 apresentações gratuitas de músicas populares, em espaços públicos na cidade Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.
185539 - X FEMAÇÃ, Festa Nacional da Maçã de Veranópolis 2019 (programação cultural)
CNPJ/CPF: 90.898.495/0001-00
Processo: 01400022713201811
Cidade: - RS;
Valor Aprovado: R$ 498.934,69
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto X FEMAÇÃ, Festa Nacional da Maçã de Veranópolis 2019 (programação cultural) visa promover apresentações culturais durante a realização da mais importante festa comunitária, cultural e popular no município. São intervenções artísticas de música instrumental ou erudita e grupos de dança, de teatro e de folclore. O projeto tem o objetivo de exaltar a cultura e a arte para todos os níveis da população. Serão apresentações de alto nível acessíveis a comunidade local e regional.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
185409 - Art Car
FLAVIO SANNA
CNPJ/CPF: 30.037.070/0001-85
Processo: 01400022469201897
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.624.620,53
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Art Car é uma exibição de artes plásticas aberta ao público em locais de grande cirulação que demonstra através da otica e das diferentes técnicas de 60 artistas contemporâneos com uma nova concepção artistica com o tema sobre o questionamento da mobilidade urbana e sua evolução nos grandes centros. Os artistas poderão por livre poética manipular, descontruir, pintar as obras. O Art Car também contempla como produto cultural secundário uma "Oficina /Workshop para público infantil e infanto juvenil e a impressão e distribuição gratuita de um catálogo. Ambos gratuítos aos visitantes.
185416 - Arte na Lona
Joaquim Jomas Mendes Lemes
CNPJ/CPF: 552.152.976-49
Processo: 01400022515201858
Cidade: - MG;
Valor Aprovado: R$ 172.392,19
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Jonas Lemes fará exposição de 20 obras pintadas sobre lona de caminhão usada, nas cidades de São Lourenço-MG e Varginha-MG. Acompanharão as exposições 2.000 catálogos que serão distribuídos gratuitamente ao público, com fotos das obras expostas, curriculum do artista e relato sobre a produção das obras inspiradas nos costumes do povo e nas cenas captadas ao longo da bacia do Rio Verde, importante rio do sul de Minas Gerais. Será exibido um vídeo sobre o processo de criação das obras, as cenas que inspiraram o artista, o material utilizado e depoimentos do artista sobre a importância da arte e as experiências de pintar interagindo com a natureza e com a realidade de muitos ao longo do Rio Verde. Será doada uma obra ao acervo público de cada cidade que receberá a exposição para perpetuar esse marco indelével na cultura regional.
185424 - Caminho das Águas
NAMAZONIA -CENTRO DE ESTUDOS PARA DESENV. DE TECNOLOGIAS PARA A AMAZONIA
CNPJ/CPF: 04.379.826/0001-64
Processo: 01400022570201848
Cidade: - PA;
Valor Aprovado: R$ 495.335,00
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto irá produzir duas exposições de artes, contendo imagens de fotógrafos paraenses, sendo uma no formato videomappings e outra impressa, porém todas as duas mostras utilizarão suportes não convencionais: A primeira exposiçao será de videomappings e as telas de projeção utilizadas serão as velas de um barco colocado em terra firme, situado em um local de grande movimentação de publico. Deste local, o publico poderá também apreciar a segunda mostra fotográfica, conforme descrito a seguir: A segunda mostra será fluvial e utilizará também um formato inovador: Veleiros navegando pela baía do Guajará, com suas velas içadas contendo fotografias temáticas sobre o Pará, num percurso compreendido entre os complexos turísticos da Estação das Docas, Ver-o-Peso e Ver-o-Rio. Toda a mostra fotográfica fluvial será também acompanhada por um barco contendo uma pequena orquestra composta por músicos paraenses do segmento instrumental, promovendo uma interação entre essas duas linguagens, levando cultura e arte ao publico frequentador destes tradicionais e turisticos espaços de Belém. As mostras serão exibidas ao publico durante um periodo de 09 dias.
185514 - Direito à Arte
MOSAIKY EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 23.486.796/0001-30
Processo: 01400022684201898
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 479.625,30
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Nosso objetivo é executar uma exposição do artista plastico Fabio Benetti, aberta ao público com suas telas e esculturas que demonstrem através de suas perturbações que vieram de um ambiente jurídico, exato e claustrofóbico que conseguiu se desvenciliar da conduta enrigessida dos escritórios para a harmonia e equilíbrio que são fatores essenciais para a criação e desenvolvimento dos seus projetos de artes visuais premiados em todo o mundo. Além da exposição pretendemos gerar um livro com as principais obras o autor que, além de ser abrilhantado por fotografias das obras, terá comentários explicativos das fases do artista.
185423 - DOG AND CAT PARADE
FLAVIO SANNA
CNPJ/CPF: 30.037.070/0001-85
Processo: 01400022569201813
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.581.483,66
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O DOG AND CAT PARADE é uma exibição de artes plásticas aberta ao público em locais de grande circulação que demonstra através da ótica de diversos artistas contemporâneos com uma nova concepção edemonstrará 50 diferentes visões e técnicas artsiticas contemporâneas que poderão por livre poética manipular, descontruir, pintar as obras.
185417 - Escola Criativa
EDUQATIVO - INSTITUTO CHOQUE CULTURAL
CNPJ/CPF: 15.335.222/0001-32
Processo: 01400022516201801
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 772.107,75
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto Escola Criativa é um conjunto de exposições artísticas que acontecem em 10 escolas e outros espaços educativos públicos e deixam como legado, pinturas e outras instalações artísticas. Associadas às exposições 20 educadores e/ou agentes culturais recebem formação artístico-cultural para darem continuidade ao processo de melhoria do espaço educativo iniciado com a exposição e integrarem outras ações artísticas e culturais que já acontecem no espaço e no entorno, ampliando seu potencial como equipamento cultural.
185481 - Experiência DADO nº 1
CNPJ/CPF: 12.687.206/0001-10
Processo: 01400022631201877
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 647.460,00
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto tem a intenção de produzir uma exposição de artes visuais de Antoni Miralda, artista catalão, que realiza desde 1970 pesquisas na relação entre as artes plásticas e gastronomia. Além da exposição, composta por instalações e por performances, esta última será apresentada em diferentes espaços e para distintos públicos. O projeto contemplará a residência artística de Miralda, e a realização de oficinas de arte e culinária, ambas voltadas para jovens de baixa renda.

185512 - Exposição de Arte Destaque das Bienais. IV
CNPJ/CPF: 03.734.964/0001-51
Processo: 01400022682201807
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 643.466,13
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização da Exposição IV Destaques das Bienais de Arquitetura com apresentação de projetos de artes visuais de interesse do público de Santa Catarina. Serão exibidas cerca de 120 obras de arquitetura brasileiras e internacionais.
185425 - EXPOSIÇÃO ENERGIA LIMPA
FLAVIO SANNA
CNPJ/CPF: 30.037.070/0001-85
Processo: 01400022571201892
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.414.162,15
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A EXPOSIÇÃO ENERGIA LIMPAé uma exposição de artes visuais aberta ao público, instalada em local de grande circulação que demonstra através da ótica de diversos artistas contemporâneos com uma nova concepção e questionamento sobreenergias alternativas e não poluentes e suas técnicas de pintura, artisticas e vertentes. Serão 20 ESCULTURAS feitas sobre base de fibra de vidro fornecida pelo projeto. Os artistas usarão materiais reciclados ou ressignificados epoderão por livre poética manipular, descontruir, pintar as obras. Esta exposição gerará um catálogo que será distribuido ao público em geral gratuitamente, com o making of das obras, suas instalações, ficha técnica dos artistas e técnicas empregadas na confecção.
185513 - Mercado Central - múltiplo e plural
INSTITUTO CULTURAL SERGIO MAGNANI
CNPJ/CPF: 06.922.630/0001-08
Processo: 01400022683201843
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 283.866,00
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Esse projeto pretende realizar uma exposição comemorativa dos 90 anos do Mercado Central de Belo Horizonte. A mostra pretende investigar as relações entre o Mercado Central e a cidade de Belo Horizonte, num jogo de experiências sensoriais. Será aberta ao público gratuitamente e acontecerá no espaço cultural localizado no estacionamento do Mercado central.Explorando interseções da história da instituição com outras abordagens - cultural, gastronômica, turística -, o objetivo da exposição é mostrar como, paralelamente ao espaço comercial privado que completa 90 anos de existência, um outro mercado se delineia, plural e múltiplo,construído e ativado pela imaginação de seus diversos narradores eusuários (comerciantes, fregueses, funcionários, turistas, fornecedor e carregadores).
185402 - O Dilema do Porco-espinho (Nome Provisório)
M'Baraka Projetos e PRoducoes Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 07.959.913/0001-89
Processo: 01400022461201821
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 610.704,90
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Em parceria com artistas e produtores dinamarqueses, o projeto "O Dilema do Porco-Espinho (Nome Provisório)" visa a realização de uma exposição de artes visuais e multimídia a ser realizada na cidade do Rio de Janeiro. O dilema do porco-espinho é uma metáfora apresentada por Schopenhaeur sobre a dificuldade e os desafios subjacentes às relações de intimidade humana. No intuito de combater o frio de um inverno rigoroso, um grupo de porcos-espinhos precisa juntar-se para ficar aquecido. Porém, ao mesmo tempo em que produzem calor, acabam se ferindo mutuamente, por conta de seus espinhos. A metáfora revela uma dicotomia inerente ao dia-a-dia dos relacionamentos sociais. O projeto que parte dos distintos estereótipos atribuídos às culturas nórdicas (frio, distante) e latinas (próximo, caliente), investiga essa dança diária e ubíqua de negociações.
185421 - OSTENTANDO SABERES - PLANO ANUAL
ASSOCIACAO EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL INTERFERENCIA
CNPJ/CPF: 11.171.971/0001-10
Processo: 01400022567201824
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 456.899,31
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O foco central deste projeto é orientar e conscientizar crianças, adolescentes e comunidade, para que despertem para um novo conceito e interfiram nas próprias vidas, rompendo ciclos de desigualdade social através dos primeiros passos de cidadania, e assumam a autoria de seus destinos. Garantir, por meio de educação e cultura, o desenvolvimento social, emocional, psicomotor e cognitivo dos participantes. Para isso trabalharemos com 4 Oficinas: Mosaico, Artes Plásticas, Música e Capoeira, e com os produtos dessas Oficinas. Produto Principal - Festival de Saberes: No final do ano de 2019, com Mostras da produção artística das Oficinas de Mosaico e Artes Plásticas e apresentações das Oficinas de Música e Capoeira. Produto Acessório - Ação Educativa: Oficinas oferecidas à comunidade e a professores e alunos de escolas públicas da região, durante uma semana, no final do ano de 2019.
185515 - TRAMA
MAYA GUIMARAES ISIDORO
CNPJ/CPF: 455.410.558-06
Processo: 01400022687201821
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 658.645,63
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A TRAMA é um projeto multilinguagens voltado para a capacitação técnica, crítica e criativa de jovens de comunidades carentes em diversas áreas do conhecimento artístico e cultural, por meio de Oficinas contínuas de Moda, Música e Ilustração, abertas e gratuitas. O Projeto também prevê a realização de Workshops/Palestras mensais, sobre os temas abordados nas oficinas. Prevê-se, também, Evento de Encerramento, em que os participantes irão expor os produtos desenvolvidos durante as Oficinas.
185401 - Uma Coleção de um Futurologista (The Best of Mr.Chao)
guilherme gerais greca barbosa
CNPJ/CPF: 065.901.489-02
Processo: 01400022460201886
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado: R$ 130.516,85
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A exposição Uma Coleção de um Futurologista (The Best of Mr.Chao), realizada pelo fotógrafo Guilherme Gerais, proporcionará exposição fotográfica, palestra com um especialista em tecnologia, palestra com o autor e encontros com alunos da rede pública de ensino. A exposição fotográfica promove uma reflexão visual sobre o futuro, apresentando os mais variados temas: estudos e descobertas científicas originados em laboratórios e universidades; cenas da vida natural e artificial; insetos e microorganismos; robôs; fragmentos de ninho de e situações ficcionais criadas pelo artista. Neste contexto, o fotógrafo propõe ao espectador da exposição fotográfica imaginar soluções diferentes e alternativas para um futuro próximo.
185408 - ZE GOTINHA PARADE
FLAVIO SANNA
CNPJ/CPF: 30.037.070/0001-85
Processo: 01400022468201842
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.339.092,50
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O ZE GOTINHA PARADE é uma exibição de artes plásticas aberta ao público em locais de grande cirulação que demonstra através da otica e das diferentes técnicas de 50 artistas contemporâneos com uma nova concepção artistica com o tema sobre sobre a vacinação infantil que obteve uma significativa queda nos últimos anos. Os artistas plásticos serão selecionados a com inscrições públicas abertas gerando oportunidade a todos os interessados via hot site desenvolvido para o projeto democratizando assim a participação. As obras serão expostas em locais de grande circulação preferencialmente em outubro de 2019, mês das crianças e quando as campanhas de vacinação estão em andamento.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
185461 - CAPOEIRA SOCIOEDUCATIVA
CNPJ/CPF: 56.720.774/0001-41
Processo: 01400022611201804
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 32.752,50
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto Capoeira Socioeducativa é destinado prioritariamente a crianças e adolescentes de ambos os sexos em situação de vulnerabilidade social, mas não limitadas a eles, tampouco à faixa etária, identidade ou gênero. Visa desenvolver a socialização, a concentração, a atenção, a confiança e o respeito pelo outro, envolvendo a família e a sociedade de maneira geral, mostrando que a capoeira é um esporte saudável e propagando a cultura da paz e da não violência.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
185489 - ARTE AFRICANA - MÁSCARAS
CNPJ/CPF: 01.764.496/0001-32
Processo: 01400022639201833
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 599.964,20
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Editar e publicar um livro de arte sobre arte africana, mais especificamente as máscaras. A edição será bilingue na versão impressa e em português na versão audio-livro . Realizar oficinas de arte-educação com alunos de escolas públicas.
185490 - CARTA DE CACHAÇAS DE MINAS GERAIS
CNPJ/CPF: 143.985.326-68
Processo: 01400022640201868
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 271.532,80
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na realização de pesquisa e documentação de um importante Patrimônio Imaterial do Estado de Minas Gerais: a cachaça. O processo começa com pesquisa e mapeamento das cachaças premiadas em todo o estado, uma pesquisa histórica da produção desta bebida e, o resultado das pesquisas, mapeamento e história, será registrado em forma de livro/catálogo, bilíngue (português/inglês), que aqui recebe o nome de CARTA DE CACHAÇAS DE MINAS GERAIS.
185468 - Cidades Criativas
LUCAS HUNGRIA MACHADO DA SILVEIRA - ME
CNPJ/CPF: 18.736.515/0001-10
Processo: 01400022618201818
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 975.979,13
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto Cidades Criativas visa promover o incentivo à leitura por meio da criação de 05 (cinco) bibliotecas comunitárias a céu aberto, com espaço para leitura, troca de livros e outras manifestações artísticas pertinentes aos espaços. As bibliotecas serão implementadas no formato de "parklets literários" numa área de até 25m².
185529 - Coleção das Crianças Daqui - Jornada 2
ESTUDIO CRIADEIRA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.521.975/0001-16
Processo: 01400022703201886
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 643.325,76
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste na edição inédita da coleção literária, de gênero infantil, intitulado "Coleção das Crianças Daqui - Jornada 2", composta por 04 obras, com tiragem de 2000 exemplares cada. Cada livro da coleção virá acompanhado de DVD com a finalidade de criar conexões entre a realidade e a ficção, através de conteúdos audiovisuais ambientados nos contextos onde se passam as histórias de diversas infâncias de comunidades do interior do Brasil, provocando um encontro do público em geral através da literatura.
185418 - Diáfano: A Arte de Carlos Fajardo
CNPJ/CPF: 01.764.496/0001-32
Processo: 01400022517201847
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 533.615,20
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Editar e publicar um livro de arte com o trabalho da artista plástico Carlos Fajardo. Realizar oficinas de arte-educação com alunos e professores da rede pública de ensino.
185428 - Enciclopédia Nelson Rodrigues
MECENAS - EDITORA E PROJETOS CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 04.017.371/0001-37
Processo: 01400022575201871
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 398.544,30
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto prevê o desenvolvimento da pesquisa, redação, publicação e distribuição do livro a respeito da obra de Nelson Rodrigues, denominado ENCICLOPÉDIA NELSON RODRIGUES. Propõe-se traçar um mapa da trajetória de Nelson Rodrigues na busca de uma Geografia do autor, contextualizando histórica e criticamente a partir da sua produção, os seus escritos de teatro, romance, crônica, contos, novelas e reportagens, assim como aspectos de sua vida.
185403 - ENCICLOPÉDIA VICENTINA
BAMBU EDITORA E ARTES GRAFICAS LTDA
CNPJ/CPF: 05.407.938/0001-44
Processo: 01400022462201875
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 194.330,40
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: "ENCICLOPÉDIA VICENTINA", nossa proposta cultural, é um Livro de Arte em português, capa dura, que expõe a história, a beleza e o desenvolvimento da primeira Vila do Brasil, fundada por Martim Afonso de Souza, denominada hoje de São Vicente. O livro harmoniza a Arte Fotográfica e História da cidade para a promoção dos primórdios da Cultura Brasileira. . Fundada em 1532 foi o berço da civilização no Brasil. A linha do tempo resgata fatos históricos importantes e imagens que fazem o leitor mergulhar na evolução de Vila para atual Município, ao longo de tantos anos que se passaram, e expõe os pontos históricos, culturais, patrimoniais e turísticos da cidade. O livro contém imagens e relatos históricos desde o inicio da colonização do Brasil descrevendo não só sobre a Vila de São Vicente como suas relações com mandos expedições de Portugal, com as invasões de piratas e outros fatos. Descreve também com fotos atuais e textos a evolução da cidade ao longo de centenas de anos mostrando desenvolvimento da cidade e seus atuais pontos históricos e monumentos.
185415 - Eu Faço Minha Própria Flecha - o livro
CNPJ/CPF: 08.827.841/0001-89
Processo: 01400022514201811
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 214.924,05
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto "Eu faço minha própria flecha - o livro" consiste na produção do livro bilingue (português/inglês) do conceituado fotógrafo brasileiro Geraldo Melo sobre a Tribo Yawanawá, população indígena que vive às margens do Rio Gregório no Acre. O livro é um registro fotográfico e afetivo do Festival Yawá, que reúne diversas etnias para celebração de jogos e ritos e para prática da espiritualidade e medicina indígenas, trata-se de um relato afetivo da viagem do artista.
185497 - Flamengo Sempre eu Hei de Ler
Flavia Pinto Moretti
CNPJ/CPF: 099.608.897-00
Processo: 01400022647201880
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 260.750,60
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto prevê a publicação de uma antologia de crônicas escritas por brasileiros e até estrangeiros, todas com o Clube de Regatas do Flamengo como tema ou pano de fundo.
185448 - FLIM - Festa Literomusical do Parque Vicentina Aranha
ASSOCIACAO PARA O FOMENTO DA ARTE E DA CULTURA
CNPJ/CPF: 09.203.173/0001-81
Processo: 01400022597201831
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 369.274,40
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A FLIM 2019 será a 6ª edição da Festa Literomusical do Parque Vicentina Aranha. O evento ocorre desde 2014 neste parque, que é patrimônio histórico da cidade de São José dos Campos e do Estado de São Paulo, e cuja gestão é realizada pela organização social de cultura AFAC (Associação para o Fomento da Arte e da Cultura), onde são promovidas atividades culturais de forma gratuita à população. A FLIM é o maior evento Literomusical da região do Vale do Paraíba e ocorre durante três dias: sexta, sábado e domingo, com uma programação com aproximadamente 50 atividades voltada para todas as idades e com atividades culturais diversificadas, como: apresentações musicais, mesas de debate com escritores, espetáculo de artes cênicas no espaço infantil e outras atrações que enriquecem a festa. O principal objetivo é o incentivo à leitura e o fomento à literatura estimulando o intercâmbio cultural e a interlocução de diversas linguagens artísticas. O público estimado é de 30 mil pessoas.
185547 - Guia de Acessibilidade Cultural de Salvador
CNPJ/CPF: 015.217.935-65
Processo: 01400022725201846
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 570.570,00
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Produção de guia de acessibilidade cultural em formato de livreto, reunindo em seu banco de dados o mapeamento de equipamentos culturais da cidade de Salvador, com indicação dos níveis de acessibilidade em cada um deles, segmentado em: Cinema, Teatro, Museu, Bibliotecas, Equipamentos Multiculturais e Casas de Espetáculos. O guia contará com suporte aos recursos de Acessibilidade de Audiodescrição, Leg. Descritiva e LIBRAS, através de aplicativo e website, possibilitando o acesso e inclusão de pessoas com deficiência aos ambientes de práticas culturais.
185491 - Impressao e distribuiçao do livro GRIOTS - Sons & Cores de África, no Brasil e na Africa
ALTAIR DE SOUSA MAIA
CNPJ/CPF: 157.341.456-53
Processo: 01400022641201811
Cidade: - DF;
Valor Aprovado: R$ 215.265,63
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A África e o Brasil, parceiros de uma colonização comum, têm se afastado, um do outro, ano após ano. Ha pouco mais de duzentos anos atrás, nada se fazia de um lado do Atlântico que não tivesse repercussao do outro. No entanto, apesar de todos os laços que nos unem, Brasil e Africa estao se separando, fisicamente alguns milimetros por ano, social, cultural e comercialmente falando, essa separação é muito mais perceptível. O livro GRIOTS, mostra o passado recente e abre uma janela de oportunidades para que possamos nos unir novamente, formando uma grande comunidade com nossos vizinhos atlânticos.
185543 - Livro Abraham Palatnik
CNPJ/CPF: 13.601.763/0001-30
Processo: 01400022720201813
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 870.092,30
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto pretende produzir, editar, publicar, distribuir, tanto no Brasil quanto no exterior, a publicação de maior abrangência sobre a produção do artista Abraham Palatnik (n. 1928, Natal, Brasil), tendo em vista que as publicações do artista encontram-se esgotadas. A publicação apresentará uma seleção de obras emblemáticas desde o início da carreira (nas décadas de 1940 e 1950) até seus trabalhos mais recentes e uma seleção de textos críticos inéditos, além de uma fortuna crítica de textos fundamentais para a compreensão do trabalho do artista. A tiragem será subdividida em duas versões, sendo uma em português para difusão dentro do país, e a outra em inglês para difusão internacional.

185532 - Livro Catedral da Sé: uma história em imagens e textos
CASSOLI PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.455.079/0001-24
Processo: 01400022706201810
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.451.624,91
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização de livro contendo textos e imagens históricos e atuais a respeito da Catedral da Sé, os elementos artísticos nela presentes e sua relação com o desenvolvimento da cidade de São Paulo. Com base no livro, ampliando o acesso a seu conteúdo, criação e lançamento de site com ampla acessibilidade a portadores de necessidades especiais.
185473 - Memórias afetivas
Alessandra Perrinchelli Bucholdz
CNPJ/CPF: 014.556.399-58
Processo: 01400022623201821
Cidade: Ponta Grossa - PR;
Valor Aprovado: R$ 59.072,00
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto Memórias afetivas propõe a produção de quatro livros literários infantis de autoficção, da jornalista Alessandra Bucholdz e da professoa Sônia Cavalheiro, em que as autoras através de suas memórias de infância mostram como o convivio e a interação familiar são fundamentais na formação da criança.
185478 - Muralismo em São Paulo nos Anos 50 e 60 (Título provisório)
CNPJ/CPF: 01.764.496/0001-32
Processo: 01400022628201853
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 836.382,25
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Editar e publicar um livro de arte sobre o muralismo na cidade de São Paulo nos anos 50 e 60.O projeto também prevê a realização de oficinas de arte-educação com escolas públicas de São Paulo.
185460 - Noite Transfigurada - Do Sexteto ao Piano a Quatro Mãos
Amilcar Zani Netto
CNPJ/CPF: 392.394.118-87
Processo: 01400022610201851
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 406.494,66
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto Noite Transfigurada - Do Sexteto ao Piano a Quatro Mãos, concertos e publicação de livro e gravação de CD, objetiva a transcrição da obra Noite Transfigurada - Verklärte Nacht, escrita porArnold Schoenberg, originalmente para sexteto de cordas e transcrita para piano a quatro mãos pelo compositor Eduardo Seincman e será interpretada pelo duo Heloisa e Amilcar Zani. Este projeto tem como objetivo mostrar à importância de Arnold Schoenberg, compositor e pensador do século XX, que, pelo seu gênio criativo e singularidade conjugando hoje a experimentos artísticos originais, tornando-se simultaneamente fonte de inspiração e objeto de estudo.
185545 - Nomes Diferentes Para a Mesma Coisa (Different Names for the Same Thing)
JULIA VALENTE ARRUDA DE FREITAS
CNPJ/CPF: 043.887.841-84
Processo: 01400022723201857
Cidade: - DF;
Valor Aprovado: R$ 330.595,65
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar publicação, divulgação e distribuição do livro intitulado "Nomes Diferentes para as Mesmas Coisas (Different Names for the Same Thing)".
185544 - Portal FWA - Centro de Memória e Biblioteca
CNPJ/CPF: 07.260.706/0001-31
Processo: 01400022722201811
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 1.174.466,25
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto Portal FWA - Centro de Memória e Biblioteca - consiste na manutenção, ampliação e disponibilização do acervo documental de parte da história política do Ceará (desde a década de quarenta), e da Biblioteca da Fundação Waldemar Alcântara. A disponibilização ao público se dará através do acesso físico ao acervo da Fundação Waldemar Alcântara e Biblioteca (que dispõe de mais de 18.000 títulos diversos catalogados); e com a digitalização para acesso online de seu acervo documental abrangendo a vida política cearense desde 1947, e de publicações editadas pela Fundação que podem subsidiar pesquisas sobre a história e cultura do estado do Ceará. O projeto prevê também a realização de palestras e oficinas/cursos voltados para a área de literatura/livro/leitura; cultura; história; e memória.
185550 - Quebrando Algemas para Libertar a Mente
ALEX DE SOUZA MAGALHAES
CNPJ/CPF: 259.401.318-83
Processo: 01400022728201880
Cidade: Porto Ferreira - SP;
Valor Aprovado: R$ 220.819,50
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Quebrando Algemas para Libertar a Mente" foi modelado para realizar a pesquisa, edição, publicação e tiragem de uma obra literária. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através da produção literária de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.
185511 - Vale do Tijucas & Costa Esmeralda
PAIVA FOTOGRAFIAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 81.553.182/0001-20
Processo: 01400022681201854
Cidade: - SC;
Valor Aprovado: R$ 826.707,26
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto tem como objetivo pesquisar a arte, cultura, história e natureza da região do Vale do Rio Tijucas e Costa Esmeralda, em Santa Catarina, e publicar o resultado na forma de um livro (impresso e digital) e sítio na internet, com textos, fotografias e mapas, que será lançado nas 14 cidades da região mais a capital do estado, Florianópolis, acompanhado de exposição fotográfica.
ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
185440 - MUSEU DA INDUSTRIA DE MATÃO
NERES E VAZ CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PROJETOS LTDA
CNPJ/CPF: 05.313.990/0001-31
Processo: 01400022588201840
Cidade: - GO;
Valor Aprovado: R$ 12.521.675,34
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a implantação do Museu da Indústria de Matão (MIM) durante os anos de 2019 e 2020. O projeto terá como foco principal a Ciência, seus conceitos, origem, história, distribuídos em 27 ambientes expográficos, temáticos e interativos. Propõe-se à popularização da Ciência, divulgação e disseminação dos saberes e apropriação dos conhecimentos, através de exposições permanentes, exposições temporárias e exposições itinerantes, instituições de ensino e poder público, com foco na apresentação de novas tecnologias dos mais diferentes setores, priorizando os órgãos de historicidade, tecnologia e inovação de Matão. Será, ainda, um Centro Cultural com vocação didática, visando fomentar os saberes, estimular vocações e despertar interesses.
185546 - Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro: UM TESOURO CARIOCA
CNPJ/CPF: 34.230.201/0001-05
Processo: 01400022724201800
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.594.852,59
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Propomos a atualização e a modernização da exposição de longa duração do MHCRJ. Trata-se de ampliar o acesso às coleções do Museu e introduzir novas tecnologias como instrumento de interatividade. Acompanha a realização de programa educativo e a publicação de livro sobre a história do Museu e seu acervo.
185453 - Museu Visconde Vivo
CNPJ/CPF: 96.760.418/0001-76
Processo: 01400022603201850
Cidade: - RS;
Valor Aprovado: R$ 127.765,00
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto Museu Visconde Vivo é composto por três iniciativas que buscam preservar a memória contida no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo: digitalização, classificação e catalogação do acervo de cerca de 25.000 fotografias da instituição, criação de um novo site para o museu e edição de um e-book a partir das imagens digitalizadas, a ser disponibilizado gratuitamente no novo site.
185225 - Plano Anual de Atividades 2019 ACAM Portinari
CNPJ/CPF: 01.845.656/0001-78
Processo: 01400022028201895
Cidade: Brodowski - SP;
Valor Aprovado: R$ 499.007,83
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Plano Anual de Atividades 2019 da Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari realizará atividades culturais de apoio a museus públicos estaduais com ações para conservação de objetos, documentação de acervos através de pesquisa e levantamento de dados, acolhida de público adulto jovem, implementos materiais para atividades educativas e para acessibilidade de exposições. Para conservação, será realizada higienização de coleção de jornais antigos de Tupã, noroeste de São Paulo. Para documentação, será feita pesquisa de objetos e temas dos museus Índia Vanuíre e Casa de Portinari, com produção de textos. Para difusão, haverá eventos de atração de adultos jovens, desenvolvimento de modelos educativos e de informativos em Braille, alto contraste, audioguias e videoguias.

185433 - Plano Anual do Museu de Polícia Militar de São Paulo
ASSOCIACAO MUSEU DE POLICIA MILITAR DE SAO PAULO
CNPJ/CPF: 28.739.899/0001-88
Processo: 01400022581201828
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 971.780,59
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto aqui apresentado foca na manutenção das atividades permanentes do Museu de Polícia Militar, por meio de um Plano Anual de Atividades para o ano de 2019, que garanta a fruição de publico e a preservação de acervos museológicos, visando a sustentabilidade das ações permanentes dessa instituição museológica dedicada à história da segurança pública, que abriga um dos maiores acervosdo segmentono país.
ANEXO II
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
185500 - Tributo a Belchior
JOSE JACSON MARTINS MOREIRA
CNPJ/CPF: 252.516.356-72
Processo: 01400022650201801
Cidade: - MG;
Valor Aprovado: R$ 632.691,68
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: "Tributo a Belchior" oferece uma turnê nacional da consagrada banda "Radar", com a participação especial do cantor e premiado ator Eriberto Leão comandando os vocais principais. Serão apresentados os grandes sucessos de Belchior, incluindo canções pouco conhecidas do grande público e representativas da forte personalidade do artista que, desde os anos 70, arrebata legiões de fãs em todo o país.
185498 - DVD DELMIR E DELMON
GRAVOMIX PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI
CNPJ/CPF: 05.969.002/0001-07
Processo: 01400022648201824
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 539.295,90
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na gravação e produção do DVD da dupla Delmir e Delmon. As composições são todas de autoria do músico Delmir (Delfim Costa).
185552 - ECE Som Itália
ELIZABETH SALAORNI SAPIENZA
CNPJ/CPF: 103.814.408-69
Processo: 01400022730201859
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 259.721,00
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto visa a circulação do espetáculo "banda ECE som Itália e a imigração italiana no brasil", uma proposta que visa levar ao público o que há de melhor da Música italiana e da colônia italiana que aqui no nosso país se estabeleceu ao longo dos anos, em um espetáculo repleto e emoções e momentos inesquecíveis.
185551 - Jad Moreno
KATIA REGINA EUFRAZIO
CNPJ/CPF: 011.634.478-46
Processo: 01400022729201824
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 198.548,90
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto tem como foco a gravação do CD "Jad Moreno" com músicas autorais e de compositores convidados e viabilizar o show de lançamento, onde serão apresentadas músicas autorais e de compositores renomados e conhecidos do público.
185553 - O Soar do shophar
REGINA STELA LONTRA FONSECA
CNPJ/CPF: 759.970.967-34
Processo: 01400022731201801
Cidade: Campos dos Goytacazes - RJ;
Valor Aprovado: R$ 212.454,00
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto objetiva a produção de um CD e realização de uma apresentação musical intitulados "O Soar do shophar".
185495 - POR ISSO EU VIM - Maíra Lemos
HAJALUME PRODUCOES LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 21.348.122/0001-43
Processo: 01400022645201891
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.092.977,60
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Produção, gravaçãoe fabricação do CD "Por Isso Eu Vim", da cantora Maíra Lemos, e realização de shows para o lançamento de CD em cinco capitais.
185499 - Produção do CD/DVD/ Wal Neto & Lorenzi - Ao vivo
WALDINEI DE SOUZA RUIZ
CNPJ/CPF: 006.993.081-35
Processo: 01400022649201879
Cidade: - MS;
Valor Aprovado: R$ 687.985,10
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Produção e gravação do CD/DVD da dupla Wal Neto & Lorenzi "Ao vivo", contendo 13 músicas cada. O trabalho seráde grande contribuição para a música brasileira, valorizando as emoções entre a música popular e a música sertaneja. São músicas de refinamento cultural que levam mensagens de alegria, persistência e superação, a comunhão e comemoraçãoentre as pessoas e o amor ao próximo. O projeto tem como objetivo: 1) Garantir ao público em geralacesso a vários estilos de música; 2) Fortalecer a diversidade musical brasileira; 3) Valorizar a música popular brasileira e; 4) Divulgar o trabalho da dupla Wal Neto & Lorenzi em Mato Grosso do Sul e no Brasil.
185494 - Projeto Cantora Nanda Lynn
FERNANDA XAVIER MIRANDA 08244754451
CNPJ/CPF: 26.257.582/0001-80
Processo: 01400022644201846
Cidade: Parnamirim - RN;
Valor Aprovado: R$ 1.406.982,73
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto buscará através da tradição de filmes de estrada (Road movies) para gravação do DVD da figura da cantora Nanda Lynn, dismitificar e superar preconceitos em relação à música Reggaeton que ainda existe no imaginário de algumas camadas sociais do nosso País. As modificações dentro do gênero musical têm provocado muitas confusões e discussões no país acerca do que seria música Reggaeton/Funk este projeto de apresentações pretende resgatar e desmistificar este genero musical.
185554 - Reinaldo e Raphael - Turnê 2019
REINALDO LUIS MOREIRA
CNPJ/CPF: 277.368.598-92
Processo: 01400022732201848
Cidade: Cerquilho - SP;
Valor Aprovado: R$ 679.090,50
Prazo de Captação: 13/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Reinaldo e Raphael - Turnê 2019" foi modelado para realizar apresentações musicais e a gravação de um CD do trabalho artístico do proponente. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através da música de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.
185493 - Shows Nacionais em Não-Me-Toque VII
JULIO CESAR GLENZEL ME
CNPJ/CPF: 03.958.438/0001-75
Processo: 01400022643201800
Cidade: Pelotas - RS;
Valor Aprovado: R$ 809.553,69
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar no total duas apresentações musicais, dois espetáculos de abrangência nacional: Um com o Wil e Banda e outro com Bruno e Marrone . A comunidade de Não-Me-Toque e região receberá estes shows de forma totalmente gratuita, ampla e de fácil acesso, proporcionando à população, o contato direto com a qualidade musical das referidas atrações, desenvolvendo inclusão social e democrática, motivando as sociedades, e valorizando profundamente a cultura brasileira.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 26 , § 1º)
185422 - Restauração e Valorização das Obras de Xico Stockinger
BEATRIZ HELENA MIRANDA ARAUJO-ME
CNPJ/CPF: 02.579.785/0001-24
Processo: 01400022568201879
Cidade: Pelotas - RS;
Valor Aprovado: R$ 334.014,61
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Xico Stockinger é reconhecido como um dos principais escultores modernos brasileiros, tendo também desempenhado com expertise o ofício de gravurista, fotógrafo, chargista, artista gráfico, professor e gestor cultural. O foco deste projeto é comemorar o centenário de nascimento deste importante artista com a restauração das suas obras públicas no município de Porto Alegre. Três obras serão restauradas e será feita a limpeza e manutenção de outras oito obras.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 26 , § 1º)
185492 - BEBA DO QUADRADO - FEIRA DE CERVEJAS ARTESANAIS DO DF / TEMPORADA 2019
GUILHERME SETTE CAMARA MAGALHAES
CNPJ/CPF: 060.458.666-30
Processo: 01400022642201857
Cidade: - DF;
Valor Aprovado: R$ 998.418,96
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Festival BEBA DO QUADRADO é uma feira de cervejas artesanais com foco nas bebidas produzidas no DF. O projeto acontece de Março a Outubro, totalizando 8 edições. A entrada é gratuita, as instalações são feitas em espaços públicos (ambientes abertos); sem cercamentos ou quaisquer instalações que atrapalhem a livre passagem de transeuntes. O evento ainda conta com feira de produtos criativos (artesanato), praça gastronômica e espaço kids (brinquedos infláveis e monitores especializados). Tudo isso ambientado ao som de bandas locais.
184079 - Cozinha Instrumental
ZEPPELIN PRODUCOES E LOGISTICA LTDA
CNPJ/CPF: 18.423.139/0001-03
Processo: 01400018853201895
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 548.222,63
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto Cozinha Instrumental pretende ressaltar a valorização da cultura musical, assim como da diversidade gastronômica que compõe nosso patrimônio imaterial, através de uma ampla programação cultural gratuita e irrestrita a toda a população, contemplando uma série de apresentações de música instrumental, além da capacitação de jovens na arte gastronômica.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26 , § 1º)
185496 - Notícias Certas Braudel
Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial
CNPJ/CPF: 58.396.029/0001-14
Processo: 01400022646201835
Cidade: - SP;
Valor Aprovado: R$ 891.701,25
Prazo de Captação: 12/12/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O jornal eletrônico Notícias Certas Braudel visa preencher uma lacuna na imprensa tradicional que não circula nas periferias das grandes cidades, deixando desatendida a grande maioria dos jovens que estudam e trabalham. Informações objetivas e corretas formam a cidadania. Fake News e fofocas espalham ignorância e provocam pânico em épocas de crise, enfraquecendo a democracia e desorganizando asociedade. O Notícias Certas Braudel será produzido em parceria com alunos participantes do Programa Círculos de Leitura. Elesserão estimulados a redigir notícias, enviar fotos e escrever crônicas. O formato seráacessível para laptops ecelulares; assim, seu poderá ser lido nas viagens deônibus entre escola, trabalho e casa, adaptando-se à rotina dos jovens.Promoveremos visitas a redações de jornais e encontros mensais com os jovens para discussão dos principais temas da atualidade abordados nas edições do Notícias Certas Braudel para enriquecer atroca de aprendizados e experiências.

PORTARIA Nº 763, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
177349 - "CAMILE E RODIN" - Circulação
CNPJ/CPF: 08.840.166/0001-28
Cidade: - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
175813 - 25° Natal no Morro de Arvorezinha
M. HORN & CIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.539.766/0001-65
Cidade: Encantado - RS;
Prazo de Captação: 04/12/2018 à 31/12/2018
175704 - 70 - Divino Maravilhoso - DOC. MUSICAL
CNPJ/CPF: 17.189.067/0001-19
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/12/2018 à 31/12/2018
177521 - Adri Mello - BRISAS DO SUL
ADRIANA AGOSTINI MELLO PETRY 03667019912
CNPJ/CPF: 28.427.364/0001-71
Cidade: - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
177573 - MEMÓRIAS DO VINHO
CULTURA E CONVENCOES PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP

CNPJ/CPF: 09.152.241/0001-20
Cidade: - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
177591 - NEM COME NEM SAI DE CIMA DE LOPE DE VEGA
CNPJ/CPF: 08.575.048/0001-30
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
180027 - O SOM E A SÍLABA
MAESTRINI PRODUCOES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.533.936/0001-20
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
178963 - Teatro da Tapera das Artes
CNPJ/CPF: 07.296.486/0001-04
Cidade: Aquiraz - CE;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
184590 - Teatro Musical: A Flauta Mágica
CNPJ/CPF: 22.038.413/0001-06
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 02/08/2018 à 31/12/2018
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
177643 - Brazilian Jazz Festival
RANGEL & RANGEL MUSICA E ENTRETENIMENTO LTDA.
CNPJ/CPF: 19.374.971/0001-20
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
177703 - Ciclovia Musical
ARTEMATRIZ - SOLUCOES CULTURAIS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 07.506.882/0001-00
Cidade: - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
177727 - CORAL GIUSEPPE VERDÌ 2018-2019
CNPJ/CPF: 05.700.383/0001-24
Cidade: - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
177312 - A Missão Austro-Alemã ao Brasil - 200 Anos
RPLR PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 21.209.146/0001-11
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
177367 - Papel Mundo - 3ª edição
Denise Bendiner
CNPJ/CPF: 261.989.288-02
Cidade: - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
181751 - MUSEU DO IPIRANGA EM FESTA 2018
CNPJ/CPF: 68.314.830/0001-27
Cidade: - SP;
Prazo de Captação: 01/11/2018 à 31/12/2018
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
177568 - CAVALO DE SANTO
CNPJ/CPF: 410.680.170-15
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
177771 - EDIÇÃO DE LIVRO: SEM PALAVRAS
CATHERINE BALLMANN DO NASCIMENTO
CNPJ/CPF: 118.413.639-44
Cidade: Blumenau - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
177710 - Praça Roosevelt
BELA VISTA CULTURAL LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 25.331.742/0001-20
Cidade: - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019

ANEXO II

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 26 , § 1º)
177084 - BAILE DO PARTIMCUNDUM
CNPJ/CPF: 11.419.895/0001-10
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/12/2018 à 31/12/2018
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
180627 - Festival de Quadrilhas Monte Alegre Vila São João 2018, O Maior do Rio Grande do Norte.
METTA CONSULTORIA E SERVICOS EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 22.089.798/0001-22
Cidade: - RN;
Prazo de Captação: 01/09/2018 à 31/12/2018
181090 - ALZIRÃO 2018
ASSOCIACAO RECREATIVA E CULTURAL TURMA DO ALZIRAO
CNPJ/CPF: 07.674.426/0001-70
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 11/12/2018 à 31/12/2018
181595 - BAILE MUNICIPAL APRESENTA A TRADIÇÃO GAUCHA ATRAVES DA DANÇA
JOARES AVILA SATICQ
CNPJ/CPF: 579.183.929-49
Cidade: - SC;
Prazo de Captação: 01/11/2018 à 31/12/2018
177548 - DVD DANY E RAFA
RAFAEL ODAIR ZERMIANI
CNPJ/CPF: 066.185.339-02
Cidade: - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2019 à 31/12/2019
181006 - Uma Canção pela Paz
Bloco do Barbosa & Moreno Overa Eirelli-ME
CNPJ/CPF: 13.468.564/0001-03
Cidade: - SP;
Prazo de Captação: 01/11/2018 à 31/12/2018

PORTARIA Nº 764, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
164156 - Alice no Natal das Maravilhas
CNPJ/CPF: 10.799.207/0001-21
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Complementado: R$ 449.530,00
Valor total atual: R$ 1.349.830,00
179192 - CAMPO MOURÃO CIDADE NATAL 2018
CNPJ/CPF: 11.189.780/0001-86
Cidade: - PR;
Valor Complementado: R$ 112.000,00
Valor total atual: R$ 1.188.319,20
1511032 - Projeto Parque de Histórias
Raquel de Souza Vieira
CNPJ/CPF: 055.448.576-10
Cidade: Coronel Fabriciano - MG;
Valor Complementado: R$ 7.000,00
Valor total atual: R$ 369.350,00
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
157842 - PROJETO OFICINAS ABADEUS
CNPJ/CPF: 83.852.764/0001-32
Cidade: - SC;
Valor Complementado: R$ 4.573,23
Valor total atual: R$ 121.221,11
171399 - Um Sonho de Natal
ARTE MAIOR CENTRO DE EDUCACAO MUSICAL LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 01.846.483/0001-02
Cidade: Joinville - SC;
Valor Complementado: R$ 25.270,00
Valor total atual: R$ 222.222,50

PORTARIA Nº 765, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
181213 - 8o. TRI CICLO ESPETÁCULOS
CNPJ/CPF: 21.890.748/0001-87
Cidade: - MG;
Valor Reduzido: R$ 150,00
Valor total atual: R$ 982.938,00
178466 - Baile do Menino Deus - Uma Brincadeira de Natal
CNPJ/CPF: 06.790.619/0001-23
Cidade: Recife - PE;
Valor Reduzido: R$ 355.075,00
Valor total atual: R$ 1.685.625,00
182706 - Griots - Os contadores de histórias - Plano Anual 2019
ASSOCIACAO GRIOTS - OS CONTADORES DE HISTORIAS
CNPJ/CPF: 05.752.235/0001-53
Cidade: Campinas - SP;
Valor Reduzido: R$ 10.944,40
Valor total atual: R$ 426.128,00
162619 - Últimos Dias de Super Herói Itinerante
CNPJ/CPF: 02.403.957/0001-04
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 10.705,00
Valor total atual: R$ 131.395,00
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
182371 - ALEGRO Plano Anual 2019
ASSOCIACAO MUSICAL ALEGRO
CNPJ/CPF: 24.962.515/0001-30
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 48.039,99
Valor total atual: R$ 1.465.278,20
177310 - NATAL DE LUZ SAQUAREMA
COMPANHIA DE PROMOCOES E EVENTOS K S LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.415.205/0001-09
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 12.650,00
Valor total atual: R$ 529.475,00
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
164684 - Raymond Depardon - Un moment si doux
CNPJ/CPF: 10.383.039/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 2.000,00
Valor total atual: R$ 886.441,00
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
180302 - Clube Esportivo Bento Gonçalves - 100 anos de história (título provisório)
CNPJ/CPF: 26.681.079/0001-57
Cidade: - RS;
Valor Reduzido: R$ 75.607,70
Valor total atual: R$ 223.743,02
183635 - Plano Anual Academia Mineira de Letras 2019
Academia Mineira de Letras
CNPJ/CPF: 19.222.900/0001-01
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 119.179,00
Valor total atual: R$ 2.292.011,25
179640 - Plano anual de atividades socioculturais do Instituto de Tratamento de Câncer Infantil (ITACI)
FUNDACAO CRIANCA
CNPJ/CPF: 00.462.613/0001-40
Cidade: - SP;
Valor Reduzido: R$ 913.845,25
Valor total atual: R$ 1.258.035,81
182600 - Plano anual Fundação Fernando Henrique Cardoso
CNPJ/CPF: 11.597.112/0001-98
Cidade: - SP;
Valor Reduzido: R$ 1.325.344,61
Valor total atual: R$ 2.919.277,31

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
177248 - Ava Rocha
GUTORUOCCO PRODUCOES CULTURAIS EIRELI – EPP
CNPJ/CPF: 05.778.530/0001-89
Cidade: Mococa - SP;
Valor Reduzido: R$ -0,01
Valor total atual em: R$ 118.172,26

PORTARIA N° 766, DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da competência delegada no art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve sua(s) prestação(ões) de contas aprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no (Anexo I)

Art. 2º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve sua(s) prestação(ões) de contas aprovada(s) com ressalva(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no (Anexo II)

Art. 3º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve sua(s) prestação(ões) de contas reprovada(s) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, constantes no (Anexo III).

Art. 4º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve a reversão da reprovação do projeto e passa ser aprovado com ressalva, após recurso, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86 de 26 de agosto de 2014, constantes no (Anexo IV)

Art. 5º Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve a reversão da reprovação do projeto e passa ser aprovado, após recolhimento ao Fundo Nacional de Cultura - FNC do valor impugnado no processo no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86 de 26 de agosto de 2014, constantes no (Anexo V).

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNJP	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
001975	Formação de Platéia - Reciclagem de Lixo	Luiz Cirillo Barbisan	337.937.519-53	Realização de 80 (oitenta) apresentações da peça musical infantil de João Falcão "O Pequenino Grão de Areia", em 40 (quarenta) cidades do Paraná e Santa Catarina, para alunos das escolas públicas das redes estadual e municipal de ensino.	R$ 64.790,00	R$ 57.395,00
0610042	Festival do Folclore de Olímpia	Associação Olimpiense de Defesa do Folclore Brasileiro - AODFB	01.106.059/0001-21	Promover a 43ª edição do Festival de Folclore de Olímpia abrangendo todas as formas de expressões artísticas e das tradições populares palestras com temas alusivos ao folclore nacional, artesanato e culinária regional, na cidade de Olímpia/SP.	R$ 361.477,50	R$ 72.400,00
068254	Popularização da Música Instrumental	Cineclube Cauim	51.820.371/0001-50	Realização de oficinas de música instrumental voltadas para a população de baixa renda, como forma de estimular o interesse pela arte, combatendo a violência, a ociosidade e o isolamento do convívio social.	R$ 212.720,00	R$ 150.000,00
058299	Fonoteca	Fundação CSN para o Desenvolvimento Social e a Construção da Cidadania.	19.690.999/0001-76	O projeto tem por objetivo criar uma fonoteca para recuperar parte da história do rádio, restaurado, preservando e disponibilizando-o-à comunidade, para pesquisa, lazer e acima de tudo mantendo viva a lembrança da era do rádio.	R$ 297.755,00	R$ 232.285,00
066913	Instrumentos para todos	Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição	73.712.739/0001-08	Aquisição de instrumentos musicais para a banda de São Miguel do Anta tendo em vista que os atuais estão desgastados pelo tempo.	R$ 43.848,37	R$ 39.862,16

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNPJ	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
00-3115	Centro Cultural Pateo do Collégio	AIA- Associação Internacional Anchieta	03.281.752/0001-66	O projeto trata-se de restaurar e reformar o Pateo do Collegio de modo a transformá-lo em um Centro Cultural, melhorando espaços já existentes e criando novos espaços que abriguem projetos culturais como concertos, peças teatrais, exposições, etc.	R$ 111.479,54	RS 100.331,59
07-1557	Ficção Científica	Julio Dain Silveira	070.139.427-74	Produção integral e prensagem do segundo CD de Julio Dain, "Ficção Científica", que reunirá 14 obras inéditas do autor. Realização de shows em São Paulo e Rio de Janeiro.	R$ 215.378,22	R$ 215.378,22
09-4014	5o. Concurso Nacional de Marchinhas Carnavalescas da Fundição Progresso - Carnaval 2010	VIVA BRASIL	04.461.155/0001-86	Realização do projeto Concurso Nacional de Marchinhas Carnavalescas, de resgate e afirmação da tradição do carnaval de rua e sua musicalidade	R$ 893.876,50	R$ 500.000,00
04-6858	Isadora / Cage	Maria Izabel dos Santos Costa	200.173.836-68	Montagem do espetáculo Isadora / Cage e ampliar os repertórios moderno e contemporâneo do seu acervo coreográfico bem como formar bailarinos solistas com preparo não somente técnico, mas também, cultural e artístico, para o mercado de trabalho nacional.	R$ 146.769,18	R$ 146.769,18
04-6044	Amor no Grande Sertão (O)	João Bosco Alves Queiroz	055.194.466-87	Abordar, através do teatro, em forma de monólogo, a obra-prima de Guimarães Rosa em seus aspectos: humanos, sociais, políticos e religiosos, numa adaptação intitulada O Amor no Grande Sertão.	R$ 69.850,00	R$ 14.000,00
06-8093	Primeira chuva no deserto	Ana Paula Oliveira e Silva	250.091.528-00	O projeto tem por objetivo realizar 24 apresentações de um espetáculo teatral, encenado pela autora Ana Paula e pela atriz Camila Pitanga, com direção de Aderbal Freire Filho e adaptação de roteiro de Paulo Cesar Feital.	R$ 174.400,00	R$ 174.400,00
052163	Óperas de Câmara	Direção Cultura Produções e Eventos LTDA	03.521.177/0001-21	Produzir e apresentar as óperas "O Empresário" de Mozart, e "La Serva Padrona" de Pergolesi com a Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas.	R$ 483.945,00	R$ 400.000,00
068262	Preservando a Música e a Arte dos Meninos	Associação Cultural Divina Providência	04.792.229/0001-67	Melhorar a infra-estrutura e os recursos disponíveis nas oficinas artístico-culturais da Cidade dos Meninos, dar continuidade ao trabalho de inclusão cultural de adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, formando agentes criadores e disseminadores da cultura.	R$ 200.894,96	R$ 199.100,00
075864	RS Musical	Portal Produções Culturais	91.942.110/0001-28	Realizar o projeto "RS Musical", com intuito de mostrar ao público do Rio Grande do Sul a música instrumental produzida no próprio estado. O evento será apresentado em 10 municípios do estado do Rio Grande do Sul.	R$ 864.343,00	R$ 822.470,00

ANEXO III

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNPJ	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUIDO AO FNC
06-7572	Circuito de Fanfarras e Bandas do Estado de São Paulo	Associação de Fanfarras e Bandas da Baixada Santista e Litoral Sul e Vale do Ribeira - AFABAN	05.920.173/0001-41	Realização de um Circuito de Fanfarras e Bandas Musicais em cinco cidades do Estado de São Paulo.	R$ 401.550,55	R$ 100.000,00	R$ 100.000,00
06-7491	Imagens Arthur Eidan	Museu Histórico de Cambé - Fundação Cultural e Artística de Cambé	07.709.042/0001-45	Preservar o acervo fotográfico de Arthur Eidan, através de limpeza, acondicionamento, ampliação de cópias, colocar à disposição da comunidade este acervo. Publicar um caderno fotográfico com objetivo de divulgar as imagens e o trabalho.	R$ 20.300,00	R$ 14.210,00	R$ 14.210,00
06-8170	Saberes do Cotidiano: Práticas da Casa e da Lavoura dos Antigos Colonos da Cafeicultura Fluminense	Instituto Trabalho e Cidadania	04.361.913/0001-94	Desenvolver um trabalho pedagógico de pesquisa que integrará diferentes atividades educativas e um processo interativo de aprendizado e troca de saberes, promover oficinas de fotografia, promover oficinas de ilustração, produzir um livro para-didático.	R$ 223.027,00	R$ 179.079,30	R$ 179.079,30

06-3144	Rio de Janeiro 3D	José Paulo Fagnani Júnior	001.464.849-08	Edição de livro de imagens fotográficas "Rio de Janeiro 3D", de autoria do Sr. José Paulo Fagnani.	R$ 115.264,20	R$ 76.469,80	R$ 76.469,80
05-6106	Cool Awards	MP Brasil Projetos e Eventos Culturais Ltda.	03.985.762/0001-82	Apresentação musical instrumental de 01 Solista - violino, 01 Dueto, 01 Solista - percussão, 01 grupo - 4 músicos. As apresentações serão realizadas em São Paulo	R$ 619.124,00	R$196.288,80	R$ 196.288,80
05-8965	Janelas Para o Mundo - Fase II	Instituto Vygotskij - Centro de Estudos e Pesquisa em Educação	04.884.369/0001-65	O objetivo do projeto é dar continuidade a série de publicações intituladas Janelas Para o Mundo, que irá retratar a interação de pessoas diferentes idades, níveis sociais e nacionalidades por meio da internet.	R$ 1.195.025,34	R$ 316.090,00	R$ 316.090,00
001123	124º Festa de Nossa Senhora do Rosário	Associação da Congada de Catalão	00.214.423/0001-04	O projeto visa realizar a 124º Festa de Nossa Senhora do Rosário, no município de Catalão / GO.	R$ 111.399,43	R$ 102.584,12	R$ 5.161,66
041906	Ação, arte e cidadania	Espaço Cultural Casa da Ribeira	04.729.359/0001-55	Promover e ampliar o acesso de jovens (estudantes da rede pública de ensino) ao Espaço Cultural.	R$ 271.423,51	R$ 127.000,00	R$ 8.861,61
068798	Planeta H20 Itinerância	Do It Promoções e Comércio Ltda	68.238.120/0001-65	Remontagem da exposição itinerante de instalação Planeta H2O, que trata do tema "água", em formato de vídeo, painéis e revista, com estrutura versátil para adaptação em locais de alta circulação de pessoas e de fácil acesso, sobretudo do público escolar.	R$ 252.794,00	R$ 252.794,00	R$ 83.009,83
068031	Imigração Japonesa no Brasil	Magma Cultural e Serviços Ltda.	03.729.417/0001-88	Trata-se de exposição itinerante em comemoração ao centenário da imigração japonesa no Brasil, a realizar-se no Museu do Café em Santos e o Memorial do Imigrante em São Paulo.	R$ 340.250,00	R$ 100.000,00	R$ 7.682,48
054908	Cisne Negro: Uma Trajetória na Dança	Assoc. Cultural dos Amigos do Cisne Negro CIA de Danças	66.516.766/0001-31	Tem como objetivo é a edição de um livro sobre a história e trajetória Cisne Negro Cia. de Dança, que em 2005 o grupo comemora 28 anos de existência, preservando a memória da Companhia.	R$ 268.449,50	R$ 268.449,50	R$ 274.449,02
067336	Imigrante é atividade Cultural Constante - Manutenção	Associação Cultural de Imigrante	00.797.072/0001-01	O projeto tem por objetivo oportunizar a continuidade de aprimoramento cultural, em diferentes segmentos da arte, aos imigrantes envolvidos em atividades artísticas.	R$ 89.267,90	R$ 89.267,90	R$ 89.267,90
973515	Anos de Arte e Cultura (42)	Volkswagen Clube	59.131.144/0001-20	Edição de livro e de álbum, ilustrados, registrando os aspectos históricos e culturais dos 40 anos de existência do Clube, na cidade de São Bernardo do Campo/SP.	R$ 182.167,92	R$ 169.356,00	R$ 169.356,00
044817	Circuito de Teatro Centro Oeste	Arte em Marketing Projetos e Eventos Ltda.	02.437.404/0001-72	Apresentar, durante 12 meses, um grande espetáculo teatral, mensal, nas cidades de Brasília, Goiânia, Palmas.	R$ 658.158,00	R$ 645.000,00	R$ 645.000,00
066796	Pinochio	Gepeto Produções Cine e Vídeo Ltda.	08.021.177/0001-86	Oferecer um momento mágico para a família, que terá a oportunidade de assistir a peça e vivenciar a temática escolhida que emociona a todos.	R$ 3.062.080,00	R$ 214.000,00	R$ 214.000,00

ANEXO IV

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNPJ	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
09-0122	CLUBE DA COMÉDIA STAND-UP - TEMPORADA 2010	MARGOT ZENAID RUIZ	879.618.908-82	Realização da temporada 2009 do Clube da Comédia Stand-up no Teatro Procópio Ferreira, uma vez por semana, sempre às 21h00.	R$ 359.120,00	R$ 215.419,00

ANEXO V

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNPJ	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
08-8144	Festival Clássico De Inverno	Actum Consultoria Empresarial Ltda.	04.291.849/0001-12	O projeto visa propagar e difundir a cultura musical exclusivamente clássica, conhecida e ouvida pela população em geral	R$ 976.855,00	R$ 976.855,00

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA N° 84/GM-MD, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Estabelece metas de desempenho institucional para cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo (GDATM

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 7.760, de 19 de junho de 2012, e na Portaria Normativa nº 2.499/MD, de 19 de setembro de 2012, e considerando o que consta do Processo nº 61001.006895/2018-16, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas, nos termos do Anexo desta Portaria Normativa, as metas de desempenho institucional do Tribunal Marítimo, para o período de 19 de novembro de 2018 a 18 de novembro de 2019, cujo resultado da avaliação de cumprimento servirá para o cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo (GDATM), a ser concedida ao Juiz-Presidente e aos Juízes do Tribunal Marítimo.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

ANEXO

METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº	OBJETIVO	INDICADORES DE DESEMPENHO	FÓRMULA	META
1	Imprimir celeridade no andamento processual, sem prejuízo da defesa dos administrados e da finalidade do Tribunal Marítimo.	Quantidade de processos julgados, com lapso de tempo transcorrido entre protocolização no Tribunal Marítimo e o julgamento igual ou inferior a quatro anos.	Quantitativo de processos julgados em tempo igual ou inferior a quatro anos, dividido pelo total de processos em curso e multiplicado por 100 (para obter o percentual). Resultado: 1) para percentual igual ou superior a 80% serão atribuídos 100 pontos; e 2) para percentual inferior a 80% haverá redução proporcional da pontuação, obtida por regra de três simples.	80%
2	Agilizar o julgamento dos processos sobre acidentes ou fatos da navegação.	Quantidade de processos com trânsito em julgado, no ciclo avaliativo. A fórmula levará em	Quantitativo de processos julgados, dividido por 700 e multiplicado por 100 (para obter o percentual). Resultado: 1) para percentual igual ou superior a 80% serão atribuídos 100 pontos; e 2) para percentual inferior a 80% haverá redução proporcional da pontuação, obtida por regra de três simples.	80%

		consideração o número de 700 processos por ano.		
3	Agilizar a apreciação dos eventuais recursos.	Quantidade de recursos com tramitação inferior a um ano.	Quantitativo de recursos com tramitação inferior a um ano no ciclo, dividido pelo total de recursos em trâmite e multiplicado por 100 (para obter o percentual). Resultado: 1) para percentual igual ou superior a 90% serão atribuídos 100 pontos; e 2) para percentual inferior a 90% haverá redução proporcional da pontuação, obtida por regra de três simples.	90%
4	Divulgar as atividades e atribuições do Tribunal Marítimo, do Direito Marítimo e da Segurança do Tráfego Aquaviário, bem como promover a qualificação/ atualização dos Juízes do Tribunal nas mencionadas áreas do conhecimento.	Realização de cinco seminários, cursos, palestras e congêneres ou a participação de Juiz do Tribunal Marítimo nos referidos eventos, que devem ser voltados ao Direito Marítimo, à Segurança do Tráfego Aquaviário e à divulgação das atividades do Tribunal Marítimo no ciclo avaliativo.	O valor de cada evento corresponderá a 20 pontos. Resultado: quantitativo de eventos multiplicado por 20 (limitado a 100 pontos).	100 pontos
5	Valorizar a qualidade técnica das decisões do Colegiado do Tribunal Marítimo.	Quantidade de Acórdãos do Tribunal Marítimo não reformados pelo Poder Judiciário no ciclo avaliativo.	Total de Acórdãos prolatados no ciclo, subtraído do total de Acórdãos reformados pelo Poder Judiciário no ciclo, dividido pelo total de Acórdãos prolatados no ciclo e multiplicado por 100 (para obter o percentual). Resultado: l) para percentual igual ou superior a 99,5% serão atribuídos 100 pontos; e 2) para percentual inferior a 99,5% haverá redução proporcional da pontuação, obtida por regra de três simples.	

DESPACHO Nº 30/GM-MD, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018(*)

Processo nº 64536.026088/2015-19
Assunto: LICENÇA ESPECIAL MILITAR NÃO GOZADA E NÃO COMPUTADA EM DOBRO PARA EFEITOS DE INATIVIDADE E OPTANTES DA LETRA "A" DO TERMO DE OPÇÃO DE 2001. Possibilidade de conversão em pecúnia, na forma de indenização, de licença especial não gozada e não utilizada em dobro para fins de passagem à inatividade em benefício do próprio militar optante da letra "a" do Termo de Opção de 2001.
Documento vinculado: PARECER Nº 772/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU.

Submete-se à deliberação do MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA processo administrativo versando sobre questionamento acerca da possibilidade de estender e conferir aos militares optantes da letra "a" do Termo de Opção de 2001 o mesmo direito, já reconhecido aos militares optantes da letra "b" e "c" do Termo de Opção de 2001, de serem indenizados, nos termos do PARECER n. 125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, em razão de licença especial não gozada e não utilizada em dobro para fins de passagem à inatividade, de que trata o art. 33 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, sendo emitido na ocasião o Parecer nº 772/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU.

O presente Despacho Decisório tem a finalidade de aprovar e conferir efeito vinculante ao Parecer nº 772/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 93, de 1993.

DECISÃO

Aprovo o entendimento adotado no Parecer nº 772/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, que, ao cuidar da possibilidade de estender e conferir aos militares optantes da letra "a" do Termo de Opção de 2001 o mesmo direito, já reconhecido aos militares optantes da letra "b" e "c" do Termo de Opção de 2001, de serem indenizados, nos termos do PARECER n. 125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, em razão de licença especial não gozada e não utilizada em dobro para fins de passagem à inatividade, de que trata o art. 33 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, assim conclui:

i) o direito de conversão em pecúnia, em benefício do próprio militar, de licença especial não gozada e não considerada para fins de inatividade, nos moldes reconhecidos pelo o item "b" da conclusão do PARECER n. 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, deve ser estendido aos militares que optaram pela alínea "a" do termo de opção de 2001 (conversão na hipótese defalecimento), tendo em vista a necessidade de tratamento isonômico entre os beneficiários do direito e observância à boa-fé objetiva dos militares optantes.

Publique-se este ato decisório juntamente com o Parecer nº 772/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU.

Remetam-se cópias do parecer jurídico e deste despacho decisório aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, para ampla divulgação nas respectivas Forças.

JOAQUIM SILVA E LUNA
Ministro

ANEXO

PARECER n. 00772/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU
NUP: 64536.026088/2015-19
INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA DEFESA - MD E OUTROS
ASSUNTOS: LICENÇA PRÊMIO

EMENTA: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE TESE REFERENTE À EXTENSÃO DO DIREITO À CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA ESPECIAL AOS MILIARES QUE OPTARAM PELA ALÍNEA "A" DO TERMO DE OPÇÃO DE 2001. TEMA DECORRENTE DA TESE PRINCIPAL RECONHECIDA PELO MINISTÉRIO DA DEFESA NO PARECER N. 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU. POSIÇÃO DOS COMANDOS MILITARES PELA POSSIBILIDADE DA EXTENSÃO. FUNDAMENTO JURÍDICO QUE LIMITOU OS BENEFICIÁRIOS DO DIREITO AOS OPTANTES PELAS ALÍNEAS "B" E "C" NÃO SE SUSTENTA. OPINIÃO PELA POSSIBILIDADE DE EXTENSÃO. INCIDÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E BOA-FÉ OBJETIVA

RELATÓRIO

Trata-se de pedido de uniformização de tese referente à extensão do direito à conversão em pecúnia da licença especial aos miliares que optaram pela alínea "a" do termo de opção de 2001. Conforme explicado na COTA n. 01421/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, a análise se refere à tema decorrente da tese principal reconhecida pelo Ministério da Defesa no PARECER n. 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU: direito à conversão em pecúnia, em benefício do próprio militar, de licença especial não gozada e não considerada para fins de inatividade.

No referido parecer, esta Consultoria Jurídica entendeu como devida a conversão em pecúnia da licença especial apenas aos militares que tenham indicado a intenção de gozar a licença especial (alínea "b" do termo de opção), e os que optaram pela contagem em dobro do tempo correspondente quando da passagem para a inatividade (alínea "c" do termo de opção). Não foi reconhecido o direito no caso dos militares que escolheram converter em pecúnia a licença na hipótese de falecimento (alínea "a" do termo de opção).

Com o intuito de reexaminar as razões que levaram à restrição dos beneficiários do reconhecimento administrativo, a Consultoria-Adjunta da Aeronáutica - COJAER através do PARECER n. 00188/2018/COJAER/CGU/AGU (SEQ. 69), provocou nova reflexão sobre o assunto, tendo concluído o seguinte:

"Dada a situação semelhante em que se encontram todos os militares que preencheram o termo de opção em 2001 - qualquer seja a alternativa por eles escolhida -, seria mais condizente com o princípio da isonomia que lhes fosse dado o mesmo tratamento, com a possibilidade da percepção de valores a título de indenização ainda em vida, em benefício próprio;"

As Consultorias Jurídicas-Adjuntas da Marinha e do Exército, consultadas pela CONJUR/MD, acompanharam o entendimento da COJAER:

"Por todo exposto, com espeque nas considerações apresentadas, esta Consultoria Jurídica-Adjunta opina pela possibilidade de se reconhecer o direito ao recebimento em vida da indenização pelos períodos de licença especial adquiridos até 29 de dezembro de 2000, e não gozados pelos militares que optaram anteriormente pela conversão em pecúnia em favor dos seus sucessores (alínea "a"), permitindo que os mesmos, em um período decadencial, optem por receber em vida o benefício ou manter o direito à sua fruição apenas pelos dependentes, após seu falecimento."(PARECER n. 113/2018-RGM/CJACM/CGU/AGU - SEQ. 82)

"Portanto, entende-se que da mesma forma que o militar que realizou opção para usufruir as licenças especiais, mas acabou não as usufruindo e estas devem ser contadas em dobro para a inatividade (opção "b") e os que optaram diretamente para a contagem em dobro para a inatividade (opção "c"), também aqueles que resolveram deixar tais períodos adquiridos sob a forma de indenização para seus sucessores (opção "a"), não tinham à época da escolha que fizeram - em 2001 - a opção que a nova interpretação está conferindo à norma." (PARECER n. 00878/2018/CONJUR-EB/CGU/AGU - SEQ. 88 - citando o Parecer n° 458/2018/CONJUR-EB/CGU/AGU)

A Secretaria de Ensino, Pessoal, Saúde e Desporto- SEPESD se manifestou no mesmo sentido das Consultorias-Adjuntas (SEQ. 110).

É o relatório necessário. Passamos à análise.

ANÁLISE

OBJETO DO PARECER

Em observância ao que dispõe o art. 11 da Lei Complementar nº. 73/93 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União) e ao art. 6º, inciso II do Anexo I do Decreto nº. 8.978, de 2017, cabe a esta Consultoria Jurídica emitir parecer sobre a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguidos pelo Ministério da Defesa.

Analisaremos, sem repetir o estudo realizado no PARECER n. 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU e nas manifestações apresentadas pelas Consultorias Jurídicas-Adjuntas, a possibilidade de extensão do direito à conversão em pecúnia da licença especial aos militares que optaram pela alínea "a" do termo de opção assinado em 2001 (tal como delimitado pela COTA n. 01421/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU). Para tanto, utilizaremos as balizas fixadas pela tese principal reconhecida pelo Ministério da Defesa no PARECER n. 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU.

Salientamos que questões de ordem técnica, política ou motivos discricionários de atos administrativos não serão objeto de exame pelo fato de, enquanto órgão de assessoramento jurídico do Ministro de Estado da Defesa, não caber à CONJUR/MD opinar o sobre aspectos estranhos aos contornos jurídicos das situações postas à apreciação.

A CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA ESPECIAL EM BENEFÍCIO DO PRÓPRIO MILITAR. RECONHECIMENTO DO DIREITO PELO PARECER N. 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU. FUNDAMENTO UTILIZADO PARA RESTRINGIR O BENEFÍCIO AOS OPTANTES PELAS ALÍNEAS "B" E "C" DO TERMO DE OPÇÃO DE 2001

Destacamos o fundamento utilizado pelo PARECER n. 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU para excluir do rol de beneficiários do reconhecimento administrativo, os militares que optaram pela alínea "a" do termo de opção assinado em 2001 (conversão em pecúnia na hipótese de falecimento).

A referida manifestação consignou que a opção pela conversão da licença em pecúnia na hipótese de falecimento não poderia ser abarcada pela tese principal reconhecida, haja vista que se constitui escolha livre por beneficiar terceiros (tal como um seguro de vida), incompatível, pois, com o beneficiamento do próprio militar. Vejamos:

"Ao militar que optou pela alternativa "a", ele não poderá usufruir nem contar em dobro para a inatividade os períodos de licença especial não gozados que tiver adquirido até 29 de dezembro de 2000. Todavia, assegurou-se que essa licença especial fosse convertida em pecúnia aos seus sucessores quando do seu falecimento. Quanto a estes militares, não há que se cogitar em conversão em pecúnia em benefício próprio, haja vista que voluntariamente optaram por beneficiar seus sucessores (tal qual um seguro de vida). " (PARECER n. 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU)

Assim, a premissa a ser considerada no presente opinativo é a seguinte: a incompatibilidade entre a opção por beneficiar terceiro com o pedido posterior de conversão em benefício próprio da licença especial é o argumento que sustentou a exclusão dos militares que optaram pela alínea "a" do rol de beneficiários.

A EXTENSÃO DO RECONHECIMENTO DO DIREITO À CONVERSÃO EM PECÚNIA DA LICENÇA ESPECIAL AOS MILITARES QUE OPTARAM POR BENEFICIAR TERCEIROS QUANDO DO FALECIMENTO (ALÍNEA "A" DO TERMO DE OPÇÃO DE 2001). POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA ENTRE OS COMANDOS DAS FORÇAS MILITARES. DIFERENCIAÇÃO ENTRE OS BENEFICIÁRIOS DO DIREITO NÃO SE JUSTIFICA. INCIDÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA BOA-FÉ OBJETIVA

Ao analisar o posicionamento manifestado pelas Forças Militares no PARECER n. 00188/2018/COJAER/CGU/AGU (SEQ. 69), no PARECER n. 113/2018-RGM/CJACM/CGU/AGU (SEQ. 82) e no PARECER n. 00878/2018/CONJUR-EB/CGU/AGU (SEQ. 88), constata-se que não há divergência sobre a tese a ser consolidada. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica reconheceram como devida a extensão do benefício, sobretudo em razão da incidência do princípio da isonomia ao caso.

A COJAER destacou que "...dada a situação semelhante em que se encontram todos os militares que preencheram o termo de opção em 2001 - qualquer seja a alternativa por eles escolhida -, é corolário do princípio da isonomia que lhes seja dado o mesmo tratamento, com a possibilidade da percepção de valores a título de indenização ainda em vida, em benefício próprio." (PARECER n. 00188/2018/COJAER/CGU/AGU - SEQ. 69).

A CJACM frisou que no "...caso em voga, não se visualiza condições tantas a possibilitar a conversão do período de licença especial não utilizado em pecúnia somente à parcela dos militares, discriminando aqueles que optaram pela alínea "a", sem ferir o princípio da isonomia." (PARECER n. 113/2018-RGM/CJACM/CGU/AGU - SEQ. 82).

Por sua vez, a COJAEX ratificou não parecer ser "...distinta a situação de quaisquer dos grupos, considerando que em 2001, a interpretação do direito era a literalidade dos artigos da lei de regência, que ora se está alterando para que seja garantido o direito que de fato os institutos previstos na lei almejavam." (PARECER n. 00878/2018/CONJUR-EB/CGU/AGU - SEQ. 88).

Ao examinar a questão, concluímos que, tomando-se como base os mesmos parâmetros e premissas articulados no PARECER n. 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, também os militares optantes pela alínea "a" do termo de opção de 2001 fazem jus ao benefício administrativo reconhecido.

A escolha do militar em beneficiar seus sucessores, mesmo diante da possibilidade de beneficiar a si próprio através do gozo da licença ou da contagem em dobro do período correspondente, não justifica, a nosso ver, a exclusão desse grupo específico de beneficiários que assim como os demais, não teve à disposição a opção ora reconhecida pela Administração Militar.

Diferentemente do que concluiu o PARECER n. 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, pensamos que, uma vez ofertada a possibilidade de conversão em pecúnia da licença especial em benefício do próprio militar, hipótese não disponibilizada no termo de opção de 2001, não se revela razoável atribuir à escolha pela alínea "a", consequência diversa à conferida às demais opções.

A análise do benefício da licença especial realizada pelos militares em 2001 não teve como componente a possibilidade de converter em pecúnia, em benefício próprio, o direito em questão. Tanto os que optaram por gozar da licença, os que preferiram contar em dobro o período correspondente para inatividade, como os que escolheram converter o benefício em pecúnia quando do falecimento, não tiveram à disposição a prerrogativa reconhecida pelo Despacho Decisório nº 2/GMMD, de 12 de abril de 2018.

Nesse sentido, além dos argumentos relacionados à proteção da isonomia trazidos pelas manifestações das Consultorias-Adjuntas, ressaltamos a incidência do princípio da boa-fé objetiva ao caso. Esse princípio, relacionado com a confiança que se tem no comportamento adotado nas relações jurídicas, protege as expectativas legítimas originadas de atos praticados a partir de um determinado padrão ético. É o que esclarece o professor Paulo Lobo:

"...a boa-fé objetiva é regra de conduta das pessoas nas relações jurídicas, principalmente obrigacionais. Interessam as repercussões de certos comportamentos na confiança que as pessoas normalmente neles depositam. Confia-se no significado comum, usual, objetivo da conduta ou comportamento reconhecível no mundo social. A boa-fé objetiva importa conduta honesta, leal, correta." (http://genjuridico.com.br/2018/02/26/boa-fe-do-administrado-e-do-administrador-como-fator-limitativo-da-discricionariedade-administrativa/)

Sob esse contexto, os militares que assinaram o termo de 2001, inclusive os que optaram pela alínea "a", efetivaram suas opções confiando que as únicas opções disponíveis eram as relacionadas pela administração naquele momento. O surgimento posterior de possibilidade não disponibilizada anteriormente, compete com a boa-fé do grupo prejudicado. Perceba-se que não há comportamento contraditório dos optantes pela alínea "a" (venire contra factum proprium), dever geral de conduta advindo do princípio da boa-fé. Isto porque, as circunstâncias que definiram a opção original são diversas do atual cenário oferecido pela administração.

O STJ reconhece à necessidade de observância do princípio da boa-fé por parte da administração pública nas relações mantidas com seu servidores. Embora não se trate da mesma situação, trazemos julgado que contempla em parte o raciocínio ora defendido:

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 138 E 139, I, DO CÓDIGO CIVIL. OCORRÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. EXONERAÇÃO A PEDIDO, COM O FIM DE ASSUMIR CARGO ESTADUAL PARA O QUAL FOI NOMEADO.OCORRÊNCIA DE ERRO ESSENCIAL NA MANIFESTAÇÃO DA VONTADE DO SERVIDOR.NOMEAÇÃO TORNADA SEM EFEITO. POSSIBILIDADE DE INVALIDAÇÃO DO ATO DE EXONERAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 140 DO CC/2002.1. Não se conhece da parte do recurso especial, no que concerne à discussão sobre patamares indenizatórios, desde quando, nesse particular, houve preclusão do autor/recorrente que não se irresignara com o julgamento que concluíra pelo provimento parcial da apelação.2. No caso, o autor, baseado em documento oriundo do Ministério Público do Estado de São Paulo, o qual informava que o cargo de Assistente Técnico de Promotoria I era privativo de profissional médico, pediu exoneração de cargo médico que exercia no IMESC, ora requerido, para poder tomar posse nesse novo labor. Ocorre que, após nomeado e depois de ter solicitado exoneração do seu anterior cargo (no IMESC), veio-lhe a informação de que, na verdade, o cargo não se qualificava como privativo de profissional médico e não poderia ser cumulado com outro vínculo de médico que o autor detinha no IML/SP.3. Trata-se de ocorrência de erro essencial na manifestação de vontade do servidor ao requerer sua exoneração com base em falso motivo, caracterizado pela sua nomeação para assumir outro cargo, depois tornada sem efeito, é cabível a invalidação do ato de exoneração, com a reintegração do servidor ao cargo anteriormente ocupado. Aplicação do disposto no art. 140 do Código Civil/2002.Precedente: (REsp 870.841 / RS, Recurso Especial 2006/0169409-2, Sexta Turma, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 7/5/2009, publicado no DJe 25/5/2009).4. Demais disso, de acordo com a teoria dos motivos determinantes, a razão exarada para fundamentar a prática de determinado ato administrativo deve sempre guardar compatibilidade com a situação de fato que gerou a manifestação da vontade. O administrador está vinculado ao motivo exarado na sua decisão, mesmo quando não está obrigado a fazê-lo.5. Incidência do princípio da confiança no tocante à Administração Pública, o qual se reporta à necessidade de manutenção de atos administrativos, ainda que se qualifiquem como antijurídicos (o que não é o caso em exame), desde que verificada a expectativa legítima, por parte do administrado, de estabilização dos efeitos decorrentes da conduta administrativa. Princípio que corporifica, na essência, a boa-fé e a segurança jurídica.6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido.(REsp 1229501/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 15/12/2016) (grifamos)

Portanto, concluímos que a uniformização do entendimento acerca da extensão do direito à conversão em pecúnia aos miliares que optaram pela alínea "a" do termo de opção de 2001, deve convergir, assim como sugerido pelas Consultorias Adjuntas dos Comandos Militares e pela SEPESD, para o tratamento uniforme dos militares que fazem jus ao benefício, complementando-se o item "b" da conclusão do PARECER n. 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, eis a conclusão alcançada no presente parecer:

i) o direito de conversão em pecúnia, em benefício do próprio militar, de licença especial não gozada e não considerada para fins de inatividade, nos moldes reconhecidos pelo o item "b" da conclusão do PARECER n. 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, deve ser estendido aos militares que optaram pela alínea "a" do termo de opção de 2001 (conversão na hipótese de falecimento), tendo em vista a necessidade de tratamento isonômico entre os beneficiários do direito e observância à boa-fé objetiva dos militares optantes.

Caso seja aprovado o presente parecer, sugerimos os seguintes encaminhamentos:

i) incluir a tese uniformizada em itálico no item 22.i no "Quadro de Teses Uniformizadas e Análises Relevantes" disponível na pasta da Coordenação-Geral de Direito Administrativo e Militar - CGDAM, com os registros pertinentes;

ii) cientificar a COJAER, COJAEX, COJAMAR e SEPESD/MD (pelo SEI), sobre o conteúdo desta manifestação;

À consideração.

Brasília, 23 de novembro de 2018.

DANILO BARBOSA DE SANT'ANNA

ADVOGADO DA UNIÃO

CONJUR-MD/CGU/AGU

DESPACHO n. 02699/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU

NUP: 64536.026088/2015-19

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA DEFESA - MD E OUTROS

ASSUNTOS: LICENÇA PRÊMIO

Aprovo o documento em anexo.

Brasília, 29 de novembro de 2018.

BRUNO CORREIA CARDOSO

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO E MILITAR

DESPACHO n. 02730/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU

NUP: 64536.026088/2015-19

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA DEFESA - MD E OUTROS

ASSUNTOS: LICENÇA PRÊMIO

Aprovo o parecer jurídico em anexo, com as seguintes considerações:

a) em razão das posições e dos pareceres jurídicos uníssonos das Consultorias Jurídicas-Adjuntas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e da SEPESD/MD, esta CONJUR/MD evolui o entendimento, revisa parte do PARECER n. 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, no sentido de admitir que o militar que optou pela letra "a" do Termo de Opção de 2001, possa converter em pecúnia, na forma de indenização, em benefício próprio, o período de licença especial adquirido até 29/12/2000, à semelhança dos optantes da letras "b" e "c" do Termo de Opção de 2001;

b) a possibilidade do militar que optou pela letra "a" do Termo de Opção de 2001 de converter em pecúnia, na forma de indenização, em benefício próprio, não acarreta nenhum ônus financeiro adicional à Administração Militar, uma vez que, de acordo com a referida opção, a Administração Militar teria a obrigação de pagar em pecúnia o referido período de licença especial de qualquer forma, só que em benefício dos dependentes e não do próprio militar;

c) para a Administração Militar a obrigação decorrente da letra "a" do Termo de Opção de 2001 é a mesma (converter em pecúnia, na forma de indenização, a licença especial não gozada nem computada em dobro para fins de inatividade), o que se muda com o presente parecer jurídico é apenas o tempo do pagamento e o seu beneficiário;

d) além do mais, não se afigura juridicamente adequado, nem compatível com os direitos individuais fundamentais, nem com os princípios constitucionais da isonomia e da propriedade privada, conferir um direito ao militar (direito à licença especial) e impedir que esse militar, que é o próprio titular do direito, seja o beneficiário direto desse direito, interpretando que sua entrega (conversão em pecúnia) só possa ocorrer quando vier a falecer e em benefício de outros indivíduos.

Deste modo, a possibilidade de conversão em pecúnia, na forma de indenização, já reconhecida ao militares optantes das letras "b" e "c" do Termo de Opção de 2001, deve ser estendida aos militares optantes da letra "a" do Termo de Opção de 2001, em seu próprio benefício, nas mesmas condições estabelecidas no PARECER n. 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU.

Em razão da relevância da matéria e devido a existência de parecer normativo devidamente aprovado pelo Ministro de Estado da Defesa, submeto o presente parecer à aprovação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, para conferir-lhe efeito vinculante e aplicação uniforme no âmbito da Administração Militar, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

Art. 42. Os pareceres das Consultorias Jurídicas, aprovados pelo Ministro de Estado, pelo Secretário-Geral e pelos titulares das demais Secretarias da Presidência da República ou pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, obrigam, também, os respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas.

Após aprovação do Exmo. Sr. Ministro da Defesa, devolvam-se os autos para a SEPESD/MD, para conhecimento deste parecer e adoção das providências pertinentes.

Abra-se ainda tarefa no SAPIENS para as doutas Consultorias Jurídicas-Adjuntas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, para conhecimento e divulgação nas Forças Armadas do entendimento firmado neste parecer. Abra-se tarefa SAPIENS também para a Procuradoria-Geral da União para conhecimento do entendimento fixado e adotado sobre a matéria pelo Ministério da Defesa, e eventuais providências judiciais pertinentes.

Encaminhe-se ao GM para apreciação e decisão do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa.

Brasília, 6 de dezembro de 2018.

IDERVANIO DA SILVA COSTA

Consultor Jurídico do Ministério da Defesa

(*) Republicado por ter saído no DOU nº 237, de 11/12/2017, Seção 1, Pag 67, com incorreção no original.

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 393/DPC, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Renova o credenciamento da SAMPLING PLANEJAMENTO E ASSESSORIA DE SEGURANÇA INDUSTRIAL LTDA para ministrar o Curso de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação - MCIA.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento do SAMPLING PLANEJAMENTO E ASSESSORIA DE SEGURANÇA INDUSTRIAL LTDA, CNPJ 68.725.522/0002-75, para ministrar o Curso de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação (MCIA), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, fundamentado na NORMAM-24 (3ª Revisão).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade de 11 de dezembro de 2018 até 7 de novembro de 2021.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 23/DPC, de 28 de janeiro de 2016.

Vice-Almirante ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO

PORTARIA N° 4.163/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

O CHEFE DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria nº 1.350/MD, de 25 de maio de 2011, e o que consta no Processo NUP 60000.008395/2018-58, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa GEOLINE ENGENHARIA LTDA., com sede social à Rua Japurá, 511 - Amazonas, Contagem/MG, CEP: 32.240-070, inscrita no CNPJ sob o nº 02.657.869/0001-39, como entidade privada executante de aerolevantamento, categoria "C".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 14 de dezembro de 2023.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição, a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Gen. Ex. LAERTE DE SOUZA SANTOS

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.328, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017 e suas alterações e considerando a INFORMAÇÃO nº 00574/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, e NOTA Nº 02375/2018/CONJUR-MEC/CGU/AGU, exaradas nos autos do Processo nº 00732.001622/2017-47, em cumprimento de decisão judicial, proferida na Ação nº 1002163-57.2017.4.01.3400, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 573/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201611150;

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário do Vale do Araguaia (Univar), por transformação da Faculdades Unidas do Vale do Araguaia (Univar), a ser instalado na Rua Moreira Cabral, nº 1000, Bairro Setor Mariano, no Município de Barra do Garças, no Estado de Mato Grosso, mantido pelo SEAR - Sociedade Educacional do Araguaia Ltda. (CNPJ 00.965.087/0001-31).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.329, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 619/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201101717;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Paraense de Ensino, com sede na Travessa Castelo Branco, nº 1.703, Bairro Campina, no Município de Belém, no Estado do Pará, mantida pela Assupero Ensino Superior S/S Ltda. (CNPJ 06.099.229/0001-01).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.330, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 691/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201608651;

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário Meta, por transformação da Faculdade Meta, com sede na Estrada Alberto Torres, nº 947, Conjunto Mariana, Bairro Paz, no Município de Rio Branco, no Estado do Acre, mantido pela União Educacional Meta Ltda. (CNPJ 04.952.095/0001-02).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.331, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 610/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201715708;

Art. 2º Fica credenciado o Centro Universitário do Paraná - UniParaná, por transformação da Faculdade Anchieta de Ensino Superior do Paraná (FAESP), com sede na Rua Tenente Tito Teixeira de Castro, nº 1.222, Bairro Boqueirão, no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, mantido pelo Instituto de Ensino Superior Anchieta (CNPJ 81.908.386/0001-36).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

PORTARIA Nº 1.686, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

O Reitor Substituto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 12 da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, nomeado pela portaria nº 634 de 07 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 87 de 08 de maio de 2018, seção 2:

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer o processo de gestão democrática e participativa do IFAC com maior autonomia dos Campi;

CONSIDERANDO a necessidade de desconcentração de competências inerentes as atividades administrativas, orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais atualmente desenvolvidas de forma centralizada na Pró-Reitoria de Administração, de modo a proporcionar maior flexibilidade, redução dos trâmites burocráticos e a melhoria dos processos de execução dos Campi;

CONSIDERANDO a Lei 9.784, de 29/01/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, em especial, os artigos 11 a 14;

CONSIDERANDO os princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Pública Federal: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle, discriminados no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. , resolve:

Art. 1º - Delegar competência aos diretores-gerais dos Campi a seguir especificados, para praticarem, a partir de 01 de janeiro de 2019, os atos e procedimentos administrativos, orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais especificados nesta portaria, no âmbito de suas respectivas unidades, respeitados os dispositivos legais e regulamentares vigentes:

- Campus Rio Branco;
- Campus Cruzeiro do Sul;
- Campus Xapuri;
- Campus Sena Madureira; e
- Campus Tarauacá

Parágrafo Único. Enquanto o Campus Avançado Rio Branco Baixada do Sol estiver na categoria de ECA (Expansão Campus Avançado), os atos e procedimentos de que trata o caput deste artigo não serão delegados, ficando subordinado diretamente a Reitoria, competindo-lhe executar todas as suas rotinas em estrita consonância com a legislação federal, normas e instruções dos Órgãos competentes e normativos internos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

Art. 2º - Os procedimentos administrativos compreenderão:

I - Processos Licitatórios - abertura, lançamento, publicação, execução e todos os atos inerentes aos processos licitatórios nas modalidades:

a) Pregão eletrônico;
b) Concorrências;
c) Tomada de preços;
d) Regime Diferenciado de Contratação (RDC);
e) Inexigibilidade; e
f) Dispensa de licitação.

Parágrafo Primeiro - As licitações especificadas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" deste inciso, durante o exercício de 2019, serão realizadas de forma centralizada na Pró-Reitoria de Administração, a fim de que no decorrer do mencionado exercício cada Campus possa capacitar seus servidores e a partir de janeiro/2020 cada unidade passe a realizar seus próprios procedimentos licitatórios.

Parágrafo segundo - As contratações realizadas com fulcro no inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/93 deverão respeitar os limites legalmente estabelecidos, por exercício fiscal e por Unidade Gestora - UG.

II - Registro de preços - atos inerentes ao procedimento de:

a) Adesão a Atas de Registro de Preços; e
b) Participação em Registro de Preços.

III - Contratos - assinatura, publicação, lançamentos, execução, gerenciamento e todos os atos inerentes aos trâmites contratuais, incluindo a designação de Gestor e Fiscais de Contrato;

IV - Outros procedimentos relacionados aos incisos de I a III:

a) Registro de informações no Sistema CGU/PJ, relativas às sanções que impliquem restrições ao direito de licitar ou contratar com a Administração, consoante o disposto na Portaria CGU n° 1.196, de 29 de maio de 2017 e na Portaria nº 1.389, de 26 de junho de 2017;

b) Cadastro no SICAF; e

c) Emissão de atestados de capacidade técnica.

V - Gestão de Frotas:

a) Autorização para designar servidores, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de Motorista Oficial, a dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, desde que possuidores da Carteira Nacional de Habilitação, conforme Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996;

b)Realizar, de forma direta, o gerenciamento e controle de toda a frota vinculada ao Campus, incluindo emissão de autorizações para abastecimento e manutenção dos veículos.

VI - Manutenção Predial: Autorizar a realização de despesas com pequenos reparos, que não envolvam complexidade técnica que só possa ser avaliada e autorizada pela equipe de engenharia da DIROI - Diretoria de Obras e Infraestrutura do IFAC, cujo detalhamento, critérios e procedimentos operacionais a serem cumpridos serão objeto de ato normativo a ser elaborado pela Pró-Reitoria de Administração.

Art. 3º - Os procedimentos relativos a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial compreenderá:

a)Autorização para realização de despesas, emissão e anulação de Notas de Empenhos, Liquidação e respectivo Pagamento e demais atos relativos a ordenação de despesas (assinar notas de empenho, relação de ordens bancárias externas e ordens de pagamento, etc.);

b)Controle da execução orçamentária, financeira e contábil;

c)Autorização e concessão de diárias e passagens no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP);

d)Designação de servidor para realizar a conformidade dos registros de gestão, conforme a Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional no 06/07;

e)Designação de comissão para realização de inventários, em conformidade com a Instrução Normativa da Secretaria de Administração Pública IN-SEDAP nº 205 de 8 de abril de 1988;

f)Aprovação do inventário físico dos bens móveis e imóveis, responsabilizando-se pela situação apresentada pela comissão, ou procedendo a devida instrução para instauração de Tomada de Contas;

g)Autorização da incorporação de bens ao patrimônio do IFAC, observando as formalidades legais vigentes;

h)Designação de comissão, em conformidade com o Decreto no 9.373, de 11 de maio de 2018, que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

i)Designação de servidor para realizar a conformidade contábil do Campus, em conformidade com a Macrofunção SIAFI 020315.

Art. 4º - Enquanto a assessoria e consultoria jurídica da Procuradoria Federal da AGU junto ao IFAC estiver centralizada em Rio Branco/AC, será obrigatório o encaminhamento dos processos à Reitoria.

Parágrafo Único. Para fins de consultoria, esta compreendida dentro dos parâmetros do art. 1 1º da Lei Complementar no 73/93, caso haja Procuradoria Seccional Federal instalada, fica a critério da Reitoria autorizar o campus fazer a opção por esta.

Art. 5º - Todos os atos emanados pela Administração da Reitoria vincularão os campi.

Art. 6º - Aplicabilidade desta portaria fica adstrita a publicação de manuais, normativas, comunicados e instruções expedidas pela Pró-Reitoria de Administração.

Art. 7º - Periodicamente, os campi deverão apresentar relatórios conforme necessidade da administração da Reitoria.

Art. 8º - A presente delegação implica submeter-se às competências dos Órgãos de controle Interno e Externo da Administração Pública.

Art. 9º - Todos os atos praticados pelo delegado estão limitados à Unidade Gestora - UG a ele vinculado e suas respectivas Unidades Gestoras Responsáveis - UGR.

Art. 10 - Na hipótese de afastamento dos servidores titulares dos Campi referidos no artigo 1º desta Portaria, o substituto legal ficará, no período de substituição, sub-rogado nas delegações atribuídas ao gestor titular.

Art. 11 - Todas as práticas delegadas deverão ser exercidas em estrita consonância com a legislação federal, normas e instruções dos Órgãos competentes e normativos internos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

Art. 12 - O titular do Campus responde perante ao Tribunal de Contas da União e órgãos de Controle Interno e Externo pelas práticas de atos de gestão administrativa, orçamentária, financeira, contábil e patrimonial em desacordo com os preceitos das leis e normativos internos de órgãos superiores ou de órgãos aos quais esteja vinculado, aplicáveis a matéria, contudo, no limite da delegação.

Art. 13 - A delegação de competência não envolve a perda, pelo delegante, dos correspondentes poderes, sendo-lhe facultado, quando entender conveniente, exercê-los mediante avocação do caso, sem prejuízo da validade da delegação.

Art. 14 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da data de sua publicação.

LUÍS PEDRO DE MELO PLESE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 8.760, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, nomeado nos termos do Decreto Presidencial de 02 de setembro de 2016, publicado no DOU de 05 de setembro de 2016, no uso de suas atribuições legais; e, considerando o que consta no artigo 12 da Portaria nº 450, de 06.11.2002, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU de 07.02.2002; considerando o Edital de Homologação nº 55, de 14.12.2017, publicado no DOU de 15.12.2017, Seção 3, página 45; o que dispõe o inciso III, artigo 37 da CF/88 associado com o art. 12 da Lei nº 8.112/90; e a solicitação constante no Processo nº 23249.055099/2018-15, resolve:

Prorrogar por mais 01 (um) ano a validade do Processo Seletivo Público Simplificado para a Contratação Temporária de Professor Substituto do IFMA - Campus Imperatriz, conforme quadro em anexo.

FRANCISCO ROBERTO BRANDÃO FERREIRA

ANEXO

Edital de Homologação	Validade	Prorrogação Validade
Edital nº 55, de 14/12/2017, publicado no DOU de 15.12.2017 - Processo Seletivo para Professor Substituto, Campus Imperatriz.	01 ano de 15.12.2017 a 15.12.2018.	01 ano de 16.12.2018 a 16.12.2019.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 51, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Institui Grupo de Trabalho para propor ações e estratégias para a melhoria do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso III da Portaria nº 762 de 14 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho para, a partir dos resultados do Diagnóstico do Programa Proinfância, elaborar plano de trabalho com ações e estratégias para a melhoraria da eficácia e eficiência do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades do Ministério da Educação - MEC:

I - 01 (um) representante da Coordenação-Geral de Educação Infantil - COEDI/DICEI/SEB/MEC;

II - 01 (um) representante da Coordenação-Geral de Apoio às Redes de Educação Básica e Infraestrutura Educacional - CGARE/DARE/SEB/MEC;

III - 01 (um) representante da Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional - CGEST/DIGAP/FNDE/MEC;

IV - 01 (um) representante da Coordenação-Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais - CGIMP/DIGAP/FNDE/MEC;

V - 01 (um) representante da Coordenação-Geral do Censo da Educação Básica - CGCEB/INEP/MEC;

VI - 01 (um) representante da União Nacional do Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME.

§ 1º O Grupo de Trabalho será coordenado pelo representante da Coordenação-Geral de Educação Infantil da Diretoria de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

§ 2º Os representantes serão indicados pelos dirigentes dos respectivos órgãos e entidades.

§ 3º O Grupo de Trabalho poderá convidar representantes de órgãos e entidades, públicas e privadas, além de pesquisadores e especialistas, quando necessário, para o cumprimento das suas finalidades.

§ 4º Os produtos resultantes das atividades desenvolvidas no âmbito do Grupo de Trabalho serão consolidados e comporão seu relatório final, que será apresentado ao Ministro de Estado da Educação.

Art. 3º Compete ao Grupo de Trabalho:

I - definir plano de trabalho conjunto contendo estratégias de atuação e ações integradas a serem executadas a partir de 2019;

II - propor estratégias para os deságios elencados no diagnóstico, visando melhorar a eficácia e a eficiência do Programa.

Art. 4º O Grupo de Trabalho terá o prazo de 240 (duzentos de quarenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para conclusão de suas atividades.

Art. 5º A participação dos integrantes no Grupo de Trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA CRISTINA STOCCO SMOLE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA CONJUNTA Nº 93, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 20 de novembro de 2018, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária - Fapeu, CNPJ nº 83.476.911/0001-17, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal Catarinense - IFC, processo nº 23000.036181/2018-45.

Art. 2º A validade da autorização fica condicionada à apresentação, em 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Portaria, da ata de deliberação do órgão colegiado superior da instituição apoiada, manifestando prévia concordância com o registro e credenciamento da entidade como fundação de apoio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIERA BRAGA BARONE

ALVARO TOUBES PRATA

PORTARIA CONJUNTA Nº 94, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 20 de novembro de 2018, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - Fundep, CNPJ nº 18.720.938.0001-41, a atuar como fundação de apoio ao Núcleo de Inovação Tecnológica da Marinha do Brasil - NIT-MB, processo nº 23000.023187/2018-52.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIERA BRAGA BARONE

ALVARO TOUBES PRATA

PORTARIA CONJUNTA Nº 95, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 20 de novembro de 2018, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faurgs, CNPJ nº 74.704.008/0001-75, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, processo nº 23000.027380/2018-62.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIERA BRAGA BARONE

ALVARO TOUBES PRATA

PORTARIA CONJUNTA Nº 96, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 20 de novembro de 2018, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação Parque de Alta Tecnologia da Refião de Iperó e Adjacências - Pátria, CNPJ nº 71.558.068/0001-39, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Nacional de Energia Nuclear - CNEN, processo nº 23000.026023/2018-87.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIERA BRAGA BARONE

ALVARO TOUBES PRATA

PORTARIA CONJUNTA Nº 97, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 20 de novembro de 2018, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio a Serviços Técnicos, Ensino e Fomento a Pesquisas - Astef, CNPJ nº 08.918.421/0001-08, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, processo nº 23000.035155/2018-08.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIERA BRAGA BARONE

ALVARO TOUBES PRATA

PORTARIA CONJUNTA Nº 98, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 20 de novembro de 2018, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária - Fapeu, CNPJ nº 83.476.911/0001-17, a atuar como fundação de apoio à Universidade Federal da Fronteira do Sul - UFFS, processo nº 23000.034801/2018-10.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIERA BRAGA BARONE

ALVARO TOUBES PRATA

PORTARIA CONJUNTA Nº 99, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 20 de novembro de 2018, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia - Facto, CNPJ nº 03.832.178/0001-97, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, processo nº 23000.025725/2018-43.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIERA BRAGA BARONE

ALVARO TOUBES PRATA

PORTARIA CONJUNTA Nº 100, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 20 de novembro de 2018, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia - Facto, CNPJ nº 03.832.178/0001-97, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, processo nº 23000.031281/2018-85.

Art. 2º A validade da autorização fica condicionada à apresentação, em 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Portaria, do referendo à Resolução nº 40, de 31 de julho de 2018, pelo Conselho Superior da Facto, nos termos do art. 4º, IV, da Portaria Interministerial nº 191/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIERA BRAGA BARONE

ALVARO TOUBES PRATA

PORTARIA CONJUNTA Nº 101, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 20 de novembro de 2018, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica - FACC, CNPJ nº 06.220.430/0001-03, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ, processo nº 23000.036895/2018-53.

Art. 2º A validade da autorização fica condicionada à apresentação, em 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Portaria, da ata de deliberação do órgão colegiado superior do IFRJ, manifestando prévia concordância com a solicitação de autorização da fundação de apoio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIERA BRAGA BARONE

ALVARO TOUBES PRATA

PORTARIA CONJUNTA Nº 102, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 20 de novembro de 2018, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate), CNPJ nº 51.619.104/0001-10, para atuar como fundação de apoio ao Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), processo nº 23000.036074/2018-17.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MONTEIRO VIERA BRAGA BARONE

ALVARO TOUBES PRATA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 871, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre Cumprimento de Ordem Judicial - Determinação de encerramento das atividades e transferência dos alunos dos cursos pertencentes a Faculdade Real de Brasília. E a conversão do processo administrativo de supervisão da fase procedimento sancionador em procedimento saneador em face da Faculdade Fortium. Processo n°23000.013480/2018-10.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9005, de 14/3/2017, tendo em vista o Decreto nº 9235, de 15/12/2017, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 42/2018/CGMAE/DISUP/SERES, em atenção aos referenciais substantivos de qualidade expressos na legislação educacional e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, da Constituição Federal, 46 da Lei nº 9.394/96, 2º, I, VI e XIII, e 45 da Lei nº 9.784/1999, a Portaria MEC nº 315, de 2018 e 62, 63 67, 68, II, 71, todos do Decreto nº 9235/2017, resolve:

Art. 1º A Faculdade Fortium (código e-MEC 5277), mantida pela Fortium Editora e Treinamento - em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 43303-64.2012.4.01.3400 - Tribunal Regional Federal da Primeira Região, transitada em julgada em 11/10/2018, encerre a oferta dos cursos a seguir elencados ao final do semestre letivo 2018.2:

Curso	Código e-MEC
Administração	65118
Direito	100952
Sistema de Informação	80252

Art. 2º Sejam fornecidos a todos os alunos vinculados aos cursos mencionados no "Artigo 1º" documentos acadêmicos necessários para efetuar sua transferência.

Art. 3º Seja revogada a Portaria nº 93, de 6/2/2018 (D.O.U. 7/2/2018), convolando a fase do Processo Administrativo de Supervisão de "Procedimento Sancionador" para "Procedimento saneador".

Art. 4º Sejam aplicadas, nos termos do art. 63, do Decreto nº 9.235, de 2017, as seguintes medidas cautelares para dos cursos em situação irregular, abaixo elencados:

I - suspensão de ingresso de novos estudantes nos citados cursos ofertados pela IES e sob qualquer forma, seja por vestibular, outros processos seletivos ou transferências;

II - suspensão de novos contratos de Financiamento Estudantil (FIES) e de participação em processo seletivo para oferta de bolsas do Programa Universidade para Todos (Prouni), para os citados cursos ofertados pela IES;

III - suspensão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec);

IV - sobrestamento dos processos regulatórios relativos à autorização de cursos, transferência de mantença e credenciamento para a oferta de educação a distância, bem como aditamento para aumento de vagas;

V - impedimento de protocolo de processos regulatórios relativos à autorização de curso, transferência de mantença e credenciamento para a oferta de educação a distância, bem como aditamento para aumento de vagas.

Código IES	Nome IES	Código do Curso	Nome do curso	Grau	Situação do Curso	Ato Regulatório Válido
5277	FACULDADE FORTIUM	48190 150 Vagas	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	Em atividade	Reconhecimento Curso - Portaria nº 3626, de 17/10/2005 (D.O.U. 20/10/2005) ATO VENCIDO
5277	FACULDADE FORTIUM	96349 250 Vagas	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	Em atividade	Reconhecimento Curso - Portaria nº 3626, de 17/10/2005 (D.O.U. 20/10/2005) ATO VENCIDO
5277	FACULDADE FORTIUM	48028 120 vagas	COMPUTAÇÃO	Licenciatura	Em atividade	Reconhecimento de Curso - Portaria nº 405, de 25/7/2006 (D.O.U. 26/7/2006) ATO VENCIDO
5277	FACULDADE FORTIUM	59089 100 vagas	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	Em atividade	Reconhecimento de Curso - Portaria nº 888, de 19/11/2008 (D.O.U. 20/11/2008) ATO VENCIDO
5277	FACULDADE FORTIUM	117048 1 vagas	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Bacharelado	Em atividade	Reconhecimento de Curso - Portaria nº 888, de 19/11/2008 (D.O.U. 20/11/2008) ATO VENCIDO
5277	FACULDADE FORTIUM	48867 1 vagas	DESIGN	Bacharelado	Em atividade	Reconhecimento de Curso - Portaria nº 3704, de 17/10/2005 (D.O.U. 20/10/2005) ATO VENCIDO
5277	FACULDADE FORTIUM	48868 200 vagas	DESIGN	Bacharelado	Em atividade	Renovação de Reconhecimento de Curso - Portaria nº 313, de 2/8/2011 (D.O.U. 4/8/2011) ATO VENCIDO

5277	FACULDADE FORTIUM	54674 200 vagas	FILOSOFIA	Licenciatura	Em atividade	Reconhecimento de Curso - Portaria nº 244, de 13/6/2006 (D.O.U. 14/6/2006) ATO VENCIDO
5277	FACULDADE FORTIUM	1051238 250 vagas	GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA (EXPERIMENTAL)	Tecnológico	Em atividade	Autorização - Portaria nº 130, de 13/9/2010 (D.O.U. 14/9/2010) ATO VENCIDO
5277	FACULDADE FORTIUM	1056743 300 vagas	GESTÃO PÚBLICA	Tecnológico	Em atividade	Reconhecimento do Curso - Portaria nº 187, de 1/10/2012 (D.O.U. 3/10/2012) ATO VENCIDO
5277	FACULDADE FORTIUM	83306 100 vagas	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	Licenciatura	Em atividade	Autorização - Portaria nº 917, de 17/3/2005 (D.O.U. 18/3/2005) ATO VENCIDO
5277	FACULDADE FORTIUM	48025 300 vagas	PEDAGOGIA	Licenciatura	Em atividade	Reconhecimento de Curso - Portaria nº 295, de 27/6/2006 (D.O.U. 28/6/2006) ATO VENCIDO
5277	FACULDADE FORTIUM	48862 200 vagas	PEDAGOGIA	Licenciatura	Em atividade	Reconhecimento de Curso - Portaria nº 4.419, de 20/12/2005 (D.O.U. 22/12/2005) ATO VENCIDO

Art. 5º A Faculdade Fortium (código e-MEC 5277) deve divulgar a presente decisão ao seu corpo discente, docente e técnico-administrativo, por meio de aviso junto à sua secretaria ou órgão equivalente, por sistema acadêmico eletrônico, bem como mensagem clara e ostensiva no link principal de seu sítio eletrônico, esclarecendo as determinações desta Portaria, inclusive as medidas cautelares, o que deve ser comprovado à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação.

Art. 6º A Faculdade Fortium (código e-MEC 5277) deve protocolar junto a SERES pedido de atualização dos endereços de funcionamento e de oferta de seus cursos, acompanhado de documentos comprobatórios, bem como os respectivos processos de renovação dos atos autorizativos, regularizando os cursos elencados no artigo 4º desta portaria.

Art. 7º A medida cautelar de suspensão de ingresso nos cursos em situação irregular deverá perdurar até o deferimento e a publicação do ato referente ao recredenciamento e do ato de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento do respectivo curso, conforme o caso, sem prejuízo de eventual nova cautelar ou aplicação de penalidade.

Art. 8º As medidas saneadoras serão acompanhadas na instrução do Processo SEI/MEC nº 23709.000003/2018-17.

Art. 9º Seja inserida cópia da Nota Técnica nº 42/2018/ CGMAE/DISUP/SERES (Documento SEI nº 1341475) e da presente determinação no processo administrativo de supervisão nº 23709.000003/2018-17.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

PORTARIA Nº 872, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC n°s 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, da Faculdade Educamais - EDUCA +, com sede à Rua Dr. Luiz Carlos, Nº 1000, Bairro Penha, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pela Escola Global de Educação Avançada S.A. - EGEA (CNPJ: 07.863.991/0001-85).

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais do curso neste ato autorizado são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso, neste ato autorizado, nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO (Autorização de Cursos)

ORDEM	PROCESSO	CURSO (GRAU)	VAGAS
1	201415000	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (BACHARELADO)	1.200 (HUM MIL E DUZENTAS)
2	201415001	ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)	1.200 (HUM MIL E DUZENTAS)
3	201415002	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	1.200 (HUM MIL E DUZENTAS)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PORTARIA Nº 2.676, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

O Reitor, em exercício, da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.012425/2017-19, resolve:

Prorrogar pelo período de 29-12-2018 a 28-12-2019, a validade do Concurso Público para o provimento de cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, Nível 1, realizado por meio do Edital nº 155/2017, cujo resultado foi homologado por meio do Edital nº 181/2017, de 28-12-2017, publicado no DOU de 29-12-2017, Seção 3, pág. 61.

ALESSANDRO ANTÔNIO COSTA PEREIRA

PORTARIA Nº 2.682, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

O Reitor, em exercício, da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.011888/2017-55, resolve:

Prorrogar pelo período de 15-01-2019 a 14-01-2020, a validade do Concurso Público para o provimento de cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, Nível 1, realizado por meio do Edital nº 149/2017, cujo resultado foi homologado por meio do Edital nº 02/2018, de 12-01-2018, publicado no DOU de 15-01-2018, Seção 3, pág. 44.

ALESSANDRO ANTÔNIO COSTA PEREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 2.549, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que consta do Processo digital nº 23068.078263/2018-82, resolve:

Prorrogar, pelo período de 01 (um) ano, a partir de 22/12/2018, a validade do Concurso Público para provimento dos cargos do Quadro de Pessoal Técnico Administrativo desta Universidade de que trata o Edital nº 56/2017-R, publicado do DOU em 31/07/2017, especificamente no que diz respeito à homologação parcial do resultado do concurso público, publicada no DOU em 22/12/2017.

REINALDO CENTODUCATTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 809, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.021677/2018-71, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Ciências Jurídicas, para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Direito, objeto do Edital nº 053/2018/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 05 de julho de 2018, Seção 3, página 106.

Campo de Conhecimento: Direito Penal e Processo Penal
Regime de Trabalho: DE
Vagas: 01 (uma) sendo esta, preferencialmente, reservada para candidatos negros conforme prevê a seção 4 deste Edital
Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1
Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	CHIAVELLI FACENDA FALAVIGNO	8,77
2º	MARÍLIA DE NARDIN BUDÓ	8,76

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

DESPACHO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI nº: 17944.101428/2018-59
Interessado: Município de Salvador (BA)
Assunto: Garantia da República Federativa do Brasil a operação de crédito externo entre o Município de Salvador (BA) e a Corporação Andina de Fomento - CAF, no valor de até US$ 60.700.000,00 (sessenta milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Requalificação Urbanística de Salvador - PROQUALI".

Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento no art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, com suas alterações, e considerando a permissão contida

na Resolução nº 28, de 07 de novembro de 2018, e, no uso da competência que me confere o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, autorizo a concessão de garantia da União para o Município de Salvador (BA), observadas as condições legais e regulamentares pertinentes, bem assim as formalidades de praxe e a celebração do respectivo contrato de contragarantia entre a União e o Município.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA
Ministro

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ÁREA DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL E CIDADANIA
COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

PORTARIA Nº 19, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (CONEF), no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Deliberação CONEF nº 13, de 21 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º A Semana Nacional de Educação Financeira ("Semana ENEF"), em 2019, será realizada no período de 20 a 26 de maio.

Art. 2º Caberá à Comissão Permanente, instituída pela Deliberação CONEF nº 4, de 26 de maio de 2011, a coordenação das providências necessárias à operacionalização da Semana ENEF.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO
Presidente do Comitê

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2008/8046

Acusados: Fausto da Cunha Penteado
Hélio Duarte de Arruda Filho
José Carlos Valente da Cunha
Marisa Braga da Cunha Marri
Moacir da Cunha Penteado
Renato Antunes Pinheiro

Ementa: Destinação de dividendos às ações ordinárias de emissão da Construtora Lix da Cunha S.A. inferiores aos que fariam jus nos exercícios sociais de 2001 e 2002. Pagamento dos dividendos relativos ao exercício social de 2001 fora do prazo legal, constituição de reserva especial para dividendos não distribuídos em relação aos exercícios sociais de 2002, 2003, 2005, 2006 e 2007. Cálculo equivocado dos dividendos mínimos relativos aos exercícios sociais de 2005, 2006 e 2007. Não comunicação à CVM de justificativa para o não pagamento do dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2003. Registro da destinação do lucro líquido do exercício nas demonstrações financeiras relativas a 2001, 2002, 2003 e 2005. Não absorção dos prejuízos do exercício social de 2004 pelas reservas de lucro. Atraso na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais de 2004 e 2005 e atraso na convocação e na realização de assembleias gerais ordinárias relativas aos exercícios sociais de 2004 e de 2005. Extinção de punibilidade, Absolvições, advertência e multas.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, com fundamento no art. 11 da Lei nº 6.385/76, por unanimidade de votos, decidiu:

Preliminarmente, reconhecer a extinção da punibilidade de José Carlos Valente da Cunha, em razão do seu falecimento em 18.09.09, e, no mérito:

1. Absolver Marisa Braga da Cunha Marri, Moacir da Cunha Penteado e Renato Antunes Pinheiro da acusação de suposto pagamento às ações ordinárias de dividendos relativos aos exercícios de 2001 e 2002 menores aos que fariam jus, o que configuraria infração ao disposto no art. 17, §4º, da Lei nº 6.404/76, combinado com os artigos 5º, §1º, e 31 do estatuto social da Companhia.

2. Absolver Hélio Duarte de Arruda Filho e Fausto da Cunha Penteado da acusação de infração ao disposto no art. 142, incisos III e V, da Lei nº 6.404/76, em razão de não terem se manifestado contrariamente ao suposto pagamento às ações ordinárias de dividendos relativos aos exercícios de 2001 e 2002 menores aos que fariam jus;

3. Absolver Marisa Braga da Cunha Marri, Moacir da Cunha Penteado e Renato Antunes Pinheiro da acusação de infração ao disposto no §3º do art. 205 da Lei nº 6.404/76, em razão do não pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2001 dentro do exercício social de 2002;

4. Absolver Hélio Duarte de Arruda Filho e Fausto da Cunha Penteado da acusação de infração ao disposto no art. 142, incisos III e V, da Lei nº 6.404/76, em razão de não terem se manifestado contrariamente ao não pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2001 dentro do exercício social de 2002;

5. Aplicar aos acusados Marisa Braga da Cunha Marri, Moacir da Cunha Penteado e Renato Antunes Pinheiro a penalidade de multa pecuniária individual no valor de R$100.000,00, por terem infringido o disposto no art. 203 da Lei nº 6.404/76, ao propor a constituição da Reserva Especial para Dividendos não Distribuídos relativamente aos exercícios de 2003, 2005, 2006 e 2007, em prejuízo do direito dos acionistas preferencialistas de receber os dividendos mínimos a que tinham prioridade;

6. Aplicar aos acusados Hélio Duarte de Arruda Filho e Fausto da Cunha Penteado a penalidade de multa pecuniária individual de R$100.000,00, por terem infringido o disposto no art. 142, inciso III, da Lei nº 6.404/76, ao não se manifestarem contrariamente à proposta de constituição da Reserva Especial para Dividendos não Distribuídos relativamente aos exercícios de 2003, 2005, 2006 e 2007, em prejuízo do direito dos acionistas preferencialistas de receber os dividendos mínimos a que tinham prioridade;

7. Absolver Marisa Braga da Cunha Marri, Moacir da Cunha Penteado e Renato Antunes Pinheiro da acusação de infração ao disposto no art. 203 da Lei nº 6.404/76, em razão da não destinação às ações preferencialistas de dividendos menores do que aqueles devidos nos exercícios de 2005, 2006 e 2007;

8. Absolver Hélio Duarte de Arruda Filho e Fausto da Cunha Penteado da acusação de infração ao disposto no art. 142, incisos III e V, da Lei nº 6.404/76, em razão de não terem se manifestado contrariamente à destinação às ações preferenciais de dividendos menores do que aqueles devidos nos exercícios de 2005, 2006 e 2007;

9. Aplicar aos acusados Marisa Braga da Cunha Marri, Moacir da Cunha Penteado e Renato Antunes Pinheiro a penalidade de multa pecuniária individual de R$10.000,00, por infração ao disposto no art. 176, §3º, da Lei nº 6.404/76, ao deixarem de registrar, nas demonstrações financeiras de 2001, 2002, 2003 e 2005, a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia geral;

10. Absolver Hélio Duarte de Arruda Filho e Fausto da Cunha Penteado da acusação de suposta infração ao disposto no art. 142, incisos III e V, da Lei nº 6.404/76, em razão de não terem se manifestado contrariamente à falta de registro, nas demonstrações financeiras de 2001, 2002, 2003 e 2005, da destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos de administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia geral;

11. Aplicar à acusada Marisa Braga da Cunha Marri, na qualidade de diretora de relações com investidores, a penalidade de advertência, por infração ao disposto no §4º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, ao não ter encaminhado à CVM a exposição justificativa da informação transmitida na assembleia relativa à proposta de não pagamento do dividendo obrigatório referente ao exercício de 2003 por incompatibilidade com a situação financeira da Companhia;

12. Absolver Moacir da Cunha Penteado e Renato Antunes Pinheiro da acusação de infração ao disposto no §4º do art. 202 da Lei nº 6.404/76;

13. Absolver Hélio Duarte de Arruda Filho e Fausto da Cunha Penteado da acusação de suposta infração ao disposto no art. 142, incisos III e V, da Lei nº 6.404/76;

14. Aplicar aos acusados Marisa Braga da Cunha Marri, Moacir da Cunha Penteado e Renato Antunes Pinheiro, a penalidade de multa pecuniária individual de R$20.000,00, por terem infringido o disposto no parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/76, e no parágrafo único do art. 8º da Instrução CVM nº 59/86, em razão da não absorção dos prejuízos do exercício de 2004 pelas reservas de lucro;

15. Absolver Hélio Duarte de Arruda Filho e Fausto da Cunha Penteado da acusação de infração ao disposto no art. 142, incisos III e V, da Lei nº 6.404/76, em razão de não terem se manifestado contrariamente à falta de absorção dos prejuízos do exercício de 2004 pelas reservas de lucro;

16. Aplicar aos acusados Marisa Braga da Cunha Marri, Moacir da Cunha Penteado e Renato Antunes Pinheiro a penalidade de multa pecuniária individual no valor de R$10.000,00, por terem infringido o disposto no art. 176 da lei nº 6.404/76, ao atrasarem a elaboração das demonstrações financeiras relativas a 2004 e 2005; e

17. Aplicar aos acusados Hélio Duarte de Arruda Filho e Fausto da Cunha Penteado, a penalidade de multa pecuniária individual de R$10.000,00, pela convocação e realização das assembleias gerais ordinárias relativas aos exercícios de 2004 e 2005 fora do prazo previsto no art. 132 da Lei nº 6.404/76.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do art. 34, c/c o art. 29, da Lei nº 13.506/2017, prazo esse, ao qual, de acordo com a orientação fixada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, poderá ser aplicado o disposto no art. 229 do Código de Processo Civil, que concede prazo em dobro para recorrer quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores.

Ausentes os acusados e o representante constituído nos autos.

Presente a Procuradora-federal Cristiane Iwakura, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Pablo Renteria, Relator, Carlos Alberto Rebello Sobrinho, Gustavo Machado Gonzalez, Henrique Balduino Machado Moreira e o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2018
PABLO RENTERIA
Diretor-Relator

MARCELO BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2017/5701

Processo Eletrônico nº 19957.011499/2016-66
Acusado: Antonio Gomes Martins

Ementa: Não submissão do Auditor Independente - pessoa física ao controle de qualidade externo, por meio do Programa de Revisão Externa de Qualidade, em infração ao art. 33 da Instrução CVM nº 308/1999. Multa.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 11 da Lei nº 6.385/76, decidiu aplicar ao acusado Antonio Gomes Martins a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), por infração ao artigo 33 da Instrução CVM nº 308/99.

O acusado punido terá um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do art. 34, c/c o art. 29, ambos da Lei nº 13.506/2017.

Ausente o acusado, sem representante constituído.

Presente a Procuradora-federal Cristiane Iwakura, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Gustavo Machado Gonzalez, Relator, Carlos Alberto Rebello Sobrinho, Henrique Balduino Machado Moreira, Pablo Renteria e o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2018
GUSTAVO MACHADO GONZALEZ
Diretor-Relator

MARCELO BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2016/5160

Processo eletrônico nº 19957.003496/2016-78
Acusados: Aline Pousada Reginato
Guilherme Brito de Azeredo
Marcelo de Magalhães Gomide
Marcelo Impellizieri Moraes Bastos
Paulo Henrique Barrozo Fabbriani

Ementa: Não convocação e não realização de assembleia geral destinada à aprovação de bens utilizados em integralização de aumento de capital da RJ Capital Partners S.A, em infração aos artigos 8º e 170, §3º, c/c o art. 142, inciso IV, da Lei nº 6.404/76. Advertência e multas.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 11 da Lei nº 6.385/76, decidiu aplicar aos acusados:

1. Aline Pousada Reginato, na qualidade de membro do conselho de administração da RJ Capital Partners S.A., a pena de advertência, pela não convocação de assembleia geral destinada a aprovar bens utilizados para a subscrição de novas ações, em infração aos artigos 8º e 170, §3º, c/c 142, IV, da Lei nº 6.404/76;

2. Guilherme Brito de Azeredo Lopes, na qualidade de membro do conselho de administração da RJ Capital Partners S.A., a pena de multa pecuniária de R$150.000,00, pela não convocação de assembleia geral destinada a aprovar bens utilizados para a subscrição de novas ações, em infração aos artigos 8º e 170, §3º, c/c o 142, IV, da Lei nº 6.404/76;

3. Marcelo de Magalhães Gomide, na qualidade de membro do conselho de administração da RJ Capital Partners S.A., a pena de multa pecuniária de R$450.000,00, pela não convocação de assembleia geral destinada a aprovar bens utilizados para a subscrição de novas ações, em infração aos artigos 8º e 170, §3º, c/c o 142, IV, da Lei nº 6.404/76;

4. Marcelo Impellizieri de Moraes Bastos, na qualidade de membro do conselho de administração da RJ Capital Partners S.A., a pena de multa pecuniária de R$450.000,00, pela não convocação de assembleia geral destinada a aprovar bens utilizados para a subscrição de novas ações, em infração aos artigos 8º e 170, §3º, c/c o 142, IV, da Lei nº 6.404/76; e

5. Paulo Henrique Barrozo Fabbriani, na qualidade de membro do conselho de administração da RJ Capital Partners S.A., a pena de multa pecuniária de R$150.000,00, pela não convocação de assembleia geral destinada a aprovar bens utilizados para a subscrição de novas ações, em infração aos artigos 8º e 170, §3º, c/c o 142, IV, da Lei nº 6.404/76.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do art. 34, c/c o art. 29, ambos da Lei nº 13.506/2017.

Ausentes os acusados, sem representantes constituídos nos autos.

Presente a Procuradora-federal Christiane Iwakura, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Henrique Balduino Machado Moreira, Relator, Carlos Alberto Rebello Sobrinho, Gustavo Machado Gonzalez, Pablo Renteria e o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2018
HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA
Diretor-Relator

MARCELO BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2017/5914

Processo eletrônico nº 19957.011631/2017-30
Acusados: JSW Auditores Independentes S/S.
Ementa: Não submissão da JSW Auditores Independentes S/S ao controle de qualidade externo, por meio do Programa de Revisão Externa de Qualidade, em infração ao disposto no art. 33 da Instrução CVM n° 308/99. Suspensão temporária.
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 11 da Lei nº 6.385/76, decidiu aplicar à JSW Auditores Independentes S.S., na qualidade de auditoria independente, a penalidade de suspensão, pelo prazo de cinco anos, do registro para o exercício da atividade de auditoria independente.

A acusada punida terá um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do art. 34, c/c o 29, ambos da Lei nº 13.506/2017.

Por força do disposto na Lei nº 13.506/2017, o acusado ao qual tenha sido imposta a penalidade de suspensão temporária poderá, no prazo de 10 dias, contados da data de sua ciência, requerer ao Colegiado da CVM efeito suspensivo desta decisão.

Ausente a acusada, sem representante constituído nos autos.

Presente a Procuradora-federal Christiane Iwakura, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Gustavo Machado Gonzalez, Relator, Carlos Alberto Rebello Sobrinho, Henrique Balduino Machado Moreira, Pablo Renteria e o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2018
GUSTAVO MACHADO GONZALEZ
Diretor-Relator

MARCELO BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2015/13006

Processo eletrônico nº 19957.003914/2015-46
Acusados: Fábio Cerboncini
Irmãos Campos & Cerboncini Auditores Associados
Ementa: Inobservância de normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e da regra de rodízio de auditores independentes, em infração aos artigos 20 e 31 da Instrução CVM nº 308/99. Multas.
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 11 da Lei nº 6.385/76, decidiu:

1. Quanto à inobservância de normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em infração ao art. 20 da Instrução CVM nº 308/99:

1.1. Pela condenação da Irmãos Campos & Cerboncini à pena de multa pecuniária de R$100.000,00; e

1.2. Pela condenação de Fábio Cerboncini à pena de multa pecuniária de R$30.000,00.

2. Quanto à inobservância da regra de rodízio de que trata o art. 31 da Instrução CVM nº 308/99, pela condenação da Irmãos Campos & Cerboncini à pena de multa pecuniária de R$100.000,00.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do art. 34, c/c o art. 29, ambos da Lei nº 13.506/2017.

Presente o acusado Fábio Cerboncini, que pediu a palavra para proferir a sua própria defesa oral e a da Irmãos Campos & Cerboncini auditores Associados.

Presente o Procurador-federal Leonardo Montanholi, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Henrique Balduino Machado Moreira, Relator, Carlos Alberto Rebello Sobrinho, Gustavo Machado Gonzalez, Pablo Renteria e o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2018
HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA
Diretor-Relator

MARCELO BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2018

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2016/4453

Acusados: Paraná Auditores Associados S/S
Celso Andre Geron
Ementa: Inobservância das normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e violação de normas profissionais de auditoria independente. Multas.
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 11 da Lei nº 6.385/76, decidiu:

1. Quanto à inobservância de normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em infração ao art. 20 da Instrução CVM nº 308/99:

1.1. Pela condenação da Paraná Auditores Associados S/S à pena de multa pecuniária de R$ 200.000,00; e

1.2. Pela condenação de Celso André Geron à pena de multa pecuniária de R$ 100.000,00.

2. Quanto à inobservância do inciso II do art. 25 da Instrução CVM nº 308/99:

2.1. Pela condenação da Paraná Auditores Associados S/S à pena pecuniária de multa de R$ 75.000,00; e

2.2. Pela condenação de Celso André Geron à pena de multa pecuniária de R$ 37.500,00.

Ausentes os acusados, sem representantes constituídos nos autos.

Presente a Procuradora-federal Cristiane Iwakura, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Henrique Balduino Machado Moreira, Relator, Carlos Alberto Rebello Sobrinho, Gustavo Machado Gonzalez, Pablo Renteria e o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2018
HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA
Diretor-Relator

MARCELO BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

PORTARIA Nº 145, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Define a obrigatoriedade e a dispensa de sorteio de processos administrativos fiscais no âmbito do CARF, nos casos que especifica.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, § 2º, do Anexo I, e o art. 20, inciso XIII, do Anexo II, do Regimento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF n° A PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, § 2º, do Anexo I, e o art. 20, inciso XIII, do Anexo II, do Regimento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº A PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, § 2º, do Anexo I, e o art. 20, inciso XIII, do Anexo II, do Regimento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, e em atenção ao art. 49, do Anexo II, do RICARF, resolve:

Art. 1º O processo administrativo fiscal que retornar para Turma Ordinária ou Extraordinária em razão de decisão anulatória ou reformatória prolatada por Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais será distribuído ao mesmo relator ou redator da decisão anulada ou reformada, desde que integre a turma de origem.

§ 1º Caso o relator ou redator da decisão anulada ou reformada não mais integre a turma de origem, o processo será sorteado no âmbito dessa.

§ 2º Se a turma que proferiu a decisão anulada ou reformada foi extinta, aplica-se a regra do art. 49, § 6º, do Anexo II, do RICARF.

Art. 2º No caso de anulação ou reforma, pelo CARF, da decisão de primeira instância, e o novo acórdão for objeto de recurso voluntário ou de ofício, o processo administrativo fiscal será submetido a novo sorteio, no âmbito da Seção de Julgamento, independentemente de o relator que proferiu a decisão anulatória ou reformatória integrá-la.

Art. 3º No caso de anulação ou reforma, pela Câmara Superior de Recursos Fiscais, de decisão proferida por Turma Ordinária ou Extraordinária, e o novo acórdão for objeto de Recurso Especial admitido, o processo administrativo fiscal será submetido a novo sorteio, no âmbito da Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, independentemente de o relator que proferiu a decisão anulatória ou reformatória integrá-la.

Art. 4º Admitidos embargos opostos contra decisão proferida na sistemática de julgamento de repetitivos, o processo será objeto de novo sorteio entre os integrantes da Turma que prolatou a decisão, ressalvado o processo paradigma, que será distribuído para o mesmo relator ou redator do acórdão embargado.

Parágrafo único. O disposto no caput não prejudica eventual formação de lotes de embargos para julgamento na sistemática estabelecida no art. 47, § 1º, do Anexo II do RICARF.

Art. 5º Quando do retorno de diligência de processos que integraram lote de repetitivos, poderão ser julgados nessa mesma sistemática os processos cujo resultado da diligência for idêntico.

§ 1º Na hipótese de que trata o caput, o processo paradigma original retornará ao mesmo relator, se integrante da mesma Seção de Julgamento.

§ 2º Caso, após retorno da diligência, seja necessária a indicação de novo paradigma dentre os repetitivos, este será sorteado no âmbito da turma.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADRIANA GOMES RÊGO

PORTARIA Nº 146, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Estende, temporariamente, à 1ª Seção de Julgamento a especialização estabelecida no art. 3º, inciso II, do Anexo II, do RICARF, quando o requerente do direito creditório ou o sujeito passivo do lançamento for pessoa jurídica.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 5º, do Anexo II, do Regimento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF n° A PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 5º, do Anexo II, do Regimento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº A PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 5º, do Anexo II, do Regimento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, e visando à adequação do acervo e à celeridade de sua tramitação, resolve:

Art. 1º Estender temporariamente à 1ª (primeira) Seção de Julgamento a especialização estabelecida no artigo 3º, inciso II, do Anexo II, do RICARF, e respectivas penalidades pelo descumprimento de obrigação acessória, quando o requerente do direito creditório ou o sujeito passivo do lançamento for pessoa jurídica, inclusive quando o litígio envolver esse tributo e outras matérias que se incluam na competência das demais Seções.

§ 1º A competência atribuída à 1ª (primeira) Seção de Julgamento e à 1ª (primeira) Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais para processar e julgar os recursos de sua alçada, que versem sobre a aplicação da legislação do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) especificada no caput, aplica-se, exclusivamente, aos processos ainda não sorteados na instância.

§ 2º No caso de retorno de diligência e embargos, o processo permanecerá na Seção de origem para julgamento.

§ 3º O exame de admissibilidade dos recursos especiais pendentes ao tempo da publicação desta Portaria, relativamente aos processos que versem sobre a matéria de que trata o caput, será realizado pelo Presidente da 1ª Seção ou seu substituto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADRIANA GOMES RÊGO

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA-EXECUTIVA

ATO COTEPE/ICMS Nº 64, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera o Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 56/18, que divulga relação das empresas industriais fabricantes de veículos militares, peças, acessórios e outras mercadorias especificadas no convênio ICMS 95/12, beneficiárias de redução de base de cálculo do ICMS.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base no § 3º da cláusula primeira do Convênio ICMS 95/12, de 28 de setembro de 2012,

CONSIDERANDO que a empresa abaixo relacionada recebeu manifestação favorável do Exército Brasileiro, pelo "Parecer nº 003/2018 Comissão Convênio ICMS 95/12", conforme comunicado em mensagem eletrônica do dia 7.12.2018, registrada no processo SEI nº 12004.101087/2017-37;

CONSIDERANDO que a empresa abaixo relacionada recebeu manifestação favorável do Estado de Minas Gerais conforme comunicado nas mensagens eletrônicas dos dias 12.11.2018 e 6.12.2018, registradas no processo SEI nº 12004.101087/2017-37, torna público:

Art. 1º Fica incluída no Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 56/18, de 24 de outubro de 2018, no campo referente ao Estado de Minas Gerais, a empresa abaixo indicada:

MINAS GERAIS

3	EMPRESA: CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA. CNPJ: 01.844.555/0005-06 IE: 672.717417.01-54 END: ROD. MG-238, S/N, KM 73,5 - BAIRRO: Distrito Industrial Norte Sete Lagoas - MG, CEP: 35.701-970

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 1ª REGIÃO
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO PIAUÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial de que trata a Lei nº. 10.684, de 30 de maio, de 2003 - PAES.

O PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL no Piauí abaixo identificado, no uso de suas atribuições e em consonância com o que dispõe os artigos 1º e 7º da Lei nº. 10.684, de 30 de maio de 2003, o art. 12 da Lei nº. 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e os artigos 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº. 3, de 25 de agosto de 2004, declara:

Art. 1º. Ficam excluídos do Parcelamento Especial de que trata o art. 1º da Lei nº. 10.684, de 30 de maio de 2003 - PAES, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único deste Ato declaratório, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do PAES ou que este recolhimento tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II dos parágrafos 4º e 6º, do art. 1º, da Lei nº. 10.684, de 2003.

Art. 2º. O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal - SRF, na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br, com a utilização da Senha PAES.

Art. 3º. É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador-chefe da Fazenda Nacional no Piauí, no seguinte endereço: Praça Marechal Deodoro, s/n, Prédio do Ministério da Fazenda, 7º Andar, Teresina - PI, CEP 64.000-160.

Art. 4º. Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 5º. Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALVES DA SILVA PAIVA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial - PAES. Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III, do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º, do art. 1º, da Lei 10.684, de 2003.

CNPJ DAS PESSOAS JURÍDICAS EXCLUÍDAS DO PAES		
07.702.285/0001-51	11.597.556/0001-23	35.148.832/0001-34
06.954.887/0001-33	11.103.132/0001-65	

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 82, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Aprova o Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (EFD-Contribuições).

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 287 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012, declara:

Art. 1º Fica aprovada a versão 1.28 do Guia Prático da EFD Contribuições, contendo o Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição do PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (EFD-Contribuições) e as correspondentes orientações de preenchimento, cujo conteúdo está disponível para download em: http://sped.rfb.gov.br/pasta/show/1989.

Art. 2º Fica revogado o Ato declaratório Cofis nº 20, de 14 de março de 2012, sem interrupção de sua força normativa.

(Ato declaratório Executivo Cofis nº 20, de 14/03/12 - - Alteração)

Art. 3º Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

declara que a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 12, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), não contempla modificação ou adoção de novos métodos ou critérios contábeis, ou a modificação ou adoção contemplada não produz efeitos na apuração dos tributos federais.

A COORDENADORA-GERAL DE TRIBUTAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no inciso V do art. 77 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, nos arts. 9º a 12 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no parágrafo único do art. 58 e no inciso II do art. 63 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e no § 2º do art. 283 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017, declara:

Art. 1º A Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 12, divulgada em 21 de dezembro de 2017, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), não contempla modificação ou adoção de novos métodos ou critérios contábeis, ou a modificação ou adoção contemplada não produz efeitos na apuração dos tributos federais.

Parágrafo único. As alterações promovidas pelo ato administrativo a que se refere o caput, caso adotadas pelas pessoas jurídicas, não provocam efeitos na apuração dos tributos federais.

Art. 2º O critério de contabilização da modificação de transação de pagamento baseado em ações, em decorrência da alteração da sua classificação de "liquidada em caixa" para "liquidada em ações", a que se refere o item B44A do Pronunciamento Técnico CPC nº 10, incluído pelo item 5 da Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 12, submeter-se-á ao tratamento tributário previsto no art. 161 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.

Art. 3º A alteração constante do item 26 da Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 12, relativa ao critério de contabilização de ativos fornecidos pela pessoa jurídica concedente à pessoa jurídica concessionária, como parte da remuneração pelos serviços prestados nos contratos de concessão de serviços públicos, estabelecido pelo item 27 da Interpretação Técnica ICPC nº 01, submeter-se-á ao tratamento tributário previsto no Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 30 de outubro de 2017, aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.771, de 20 de dezembro de 2017.

Art. 4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLAUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 231, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: No período de 25 de março de 1998 até 16 de julho de 2000, por força da redação original do art. 27 da Lei nº 9.615, 1998, as entidades desportivas de futebol profissional eram consideradas sociedades com fins lucrativos, não podendo usufruir da isenção prevista no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, ressalvado o prazo de adaptação do art. 94 do mesmo diploma legal.

Com a edição da Lei nº 9.981, de 2000, que alterou os arts. 27 e 94 da Lei nº 9.615, 1998, foi revogado o prazo de adaptação das entidades desportivas às disposições do art. 27 da mesma lei, não sendo possível o enquadramento das entidades de prática desportiva profissional de futebol organizadas na forma de associação sem fins lucrativos ao disposto no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, no período de 17 de julho de 2000 até 15 de maio de 2003.

No período de 16 de maio de 2003 a 16 de março de 2011, por força da Lei nº 10.672, de 2003, que alterou os arts. 2º e 27 da Lei nº 9.615, de 1998, as entidades desportivas de futebol profissional eram consideradas sociedades com fins lucrativos, não podendo usufruir da isenção prevista no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997.

No período de 15 de setembro de 2006 a 15 de setembro de 2011, a Lei nº 11.345, de 2006, assegurou às entidades desportivas da modalidade futebol cujas atividades profissionais sejam administradas por pessoa jurídica regularmente constituída, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 do Código Civil, a isenção do IRPJ, da CSLL e da Cofins e a incidência de PIS à alíquota de 1% sobre a folha de salários, normalmente destinadas a associações sem fins lucrativos.

Tornou-se possível o enquadramento das entidades de prática desportiva profissional de futebol organizadas na forma de associação sem fins lucrativos ao disposto no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, a partir do dia 17 de março de 2011, quando começou a produzir efeitos a Lei nº 12.395, de 2011, que alterou os §§ 11 e 13 do art. 27 da Lei nº 9.615, de 1998, desde que elas cumprissem com todos os requisitos necessários estipulados pelas respectivas legislações.

A partir de 16 de outubro de 2013, quando começou a produzir efeitos a Lei nº 12.868, de 2013, para o gozo do disposto no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, pelas entidades elencadas no parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.615, de 1998, organizadas na forma de associação sem fins lucrativos, elas deviam atender, além dos requisitos previstos na própria Lei nº 9.532, de 1997, também as condições previstas nos incisos I a VIII do art. 18-A.

DISPOSITIVOS LEGAIS: arts 12 e 15 da Lei nº 9.532, de 1997; arts. 13, 18-A, 27 e 94 da Lei nº 9.615, de 1998; arts. 53, 966 e 983 da Lei nº 10.406, de 2002 e arts. 13 e 13-A da Lei nº 11.345, de 2006.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: No período de 25 de março de 1998 até 16 de julho de 2000, por força da redação original do art. 27 da Lei nº 9.615, 1998, as entidades desportivas de futebol profissional eram consideradas sociedades com fins lucrativos, não podendo usufruir da isenção prevista no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, ressalvado o prazo de adaptação do art. 94 do mesmo diploma legal.

Com a edição da Lei nº 9.981, de 2000, que alterou os arts. 27 e 94 da Lei nº 9.615, 1998, foi revogado o prazo de adaptação das entidades desportivas às disposições do art. 27 da mesma lei, não sendo possível o enquadramento das entidades de prática desportiva profissional de futebol organizadas na forma de associação sem fins lucrativos ao disposto no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, no período de 17 de julho de 2000 até 15 de maio de 2003.

No período de 16 de maio de 2003 a 16 de março de 2011, por força da Lei nº 10.672, de 2003, que alterou os arts. 2º e 27 da Lei nº 9.615, de 1998, as entidades desportivas de futebol profissional eram consideradas sociedades com fins lucrativos, não podendo usufruir da isenção prevista no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997.

No período de 15 de setembro de 2006 a 15 de setembro de 2011, a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, assegurou às entidades desportivas da modalidade futebol cujas atividades profissionais sejam administradas por pessoa jurídica regularmente constituída, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 do Código Civil, a isenção do IRPJ, da CSLL e da Cofins e a incidência de PIS à alíquota de 1% sobre a folha de salários, normalmente destinadas a associações sem fins lucrativos.

Tornou-se possível o enquadramento das entidades de prática desportiva profissional de futebol organizadas na forma de associação sem fins lucrativos ao disposto no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, a partir do dia 17, de março de 2011, quando começou a produzir efeitos a Lei nº 12.395, de 2011, que alterou os §§ 11 e 13 do art. 27 da Lei nº 9.615, de 1998, desde que elas cumprissem com todos os requisitos necessários estipulados pelas respectivas legislações.

A partir de 16 de outubro de 2013, quando começou a produzir efeitos a Lei nº 12.868, de 2013, para o gozo do disposto no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, pelas entidades elencadas no parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.615, de 1998,

organizadas na forma de associação sem fins lucrativos, elas deviam atender, além dos requisitos previstos na própria Lei nº 9.532, de 1997, também as condições previstas nos incisos I a VIII do art. 18-A.

DISPOSITIVOS LEGAIS: arts 12 e 15 da Lei nº 9.532, de 1997; arts. 13, 18-A, 27 e 94 da Lei nº 9.615, de 1998; arts. 53, 966 e 983 da Lei nº 10.406, de 2002 e arts. 13 e 13-A da Lei nº 11.345, de 2006.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: Com a edição da Lei nº 9.981, de 2000, que alterou os arts. 27 e 94 da Lei nº 9.615, 1998, foi revogado o prazo de adaptação das entidades desportivas às disposições do art. 27 da mesma lei, não sendo possível o enquadramento das entidades de prática desportiva profissional de futebol organizadas na forma de associação sem fins lucrativos ao disposto no art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de 2001, no período de 17 de julho de 2000 até 15 de maio de 2003.

No período de 16 de maio de 2003 a 16 de março de 2011, por força da Lei nº 10.672, de 2003, que alterou os arts. 2º e 27 da Lei nº 9.615, de 1998, as entidades desportivas de futebol profissional eram consideradas sociedades com fins lucrativos, não podendo usufruir da isenção prevista no art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001;

No período de 15 de setembro de 2006 a 15 de setembro de 2011, a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, assegurou às entidades desportivas da modalidade futebol cujas atividades profissionais sejam administradas por pessoa jurídica regularmente constituída, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 do Código Civil, a isenção do IRPJ, da CSLL e da Cofins e a incidência de PIS à alíquota de 1% sobre a folha de salários, normalmente destinadas a associações sem fins lucrativos.

Tornou-se possível o enquadramento das entidades de prática desportiva profissional de futebol organizadas na forma de associação sem fins lucrativos ao disposto no art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a partir do dia 17, de março de 2011, quando começou a produzir efeitos a Lei nº 12.395, de 2011, que alterou os §§ 11 e 13 do art. 27 da Lei nº 9.615, de 1998, desde que elas cumprissem com todos os requisitos necessários estipulados pelas respectivas legislações.

A partir de 16 de outubro de 2013, quando começou a produzir efeitos a Lei nº 12.868, de 2013, para o gozo do disposto no art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, pelas entidades elencadas no parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.615, de 1998, organizadas na forma de associação sem fins lucrativos, elas deviam atender, além dos requisitos previstos na própria Lei nº 9.532, de 1997, também as condições previstas nos incisos I a VIII do art. 18-A.

DISPOSITIVOS LEGAIS: arts. 13, 18-A, 27 e 94 da Lei nº 9.615, de 1998; art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001 e arts. 13 e 13-A da Lei nº 11.345, de 2006.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: Com a edição da Lei nº 9.981, de 2000, que alterou os arts. 27 e 94 da Lei nº 9.615, 1998, foi revogado o prazo de adaptação das entidades desportivas às disposições do art. 27 da mesma lei, não sendo possível o enquadramento das entidades de prática desportiva profissional de futebol organizadas na forma de associação sem fins lucrativos ao disposto no art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de 2001, até 15 de maio de 2003.

No período de 16 de maio de 2003 a 16 de março de 2011, por força da Lei nº 10.672, de 2003, que alterou os arts. 2º e 27 da Lei nº 9.615, de 1998, as entidades desportivas de futebol profissional eram consideradas sociedades com fins lucrativos, não podendo usufruir do disposto no art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001;

No período de 15 de setembro de 2006 a 15 de setembro de 2011, a Lei nº 11.345, de 2006, assegurou às entidades desportivas da modalidade futebol cujas atividades profissionais sejam administradas por pessoa jurídica regularmente constituída, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 do Código Civil, a isenção do IRPJ, da CSLL e da Cofins e a incidência de PIS à alíquota de 1% sobre a folha de salários, normalmente destinadas a associações sem fins lucrativos;

Tornou-se possível o enquadramento das entidades de prática desportiva profissional de futebol organizadas na forma de associação sem fins lucrativos ao disposto no art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a partir do dia 17, de março de 2011, quando começou a produzir efeitos a Lei nº 12.395, de 2011, que alterou os §§ 11 e 13 do art. 27 da Lei nº 9.615, de 1998, desde que elas cumprissem com todos os requisitos necessários estipulados pelas respectivas legislações

A partir de 16 de outubro de 2013, quando começou a produzir efeitos a Lei nº 12.868, de 2013, para o gozo do disposto no art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, pelas entidades elencadas no parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.615, de 1998, organizadas na forma de associação sem fins lucrativos, elas deviam atender, além dos requisitos previstos na própria Lei nº 9.532, de 1997, também as condições previstas nos incisos I a VIII do art. 18-A.

DISPOSITIVOS LEGAIS: arts. 13, 18-A, 27 e 94 da Lei nº 9.615, de 1998; arts. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001 e arts. 13 e 13-A da Lei nº 11.345, de 2006.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 232, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LUCRO PRESUMIDO. RECEITA BRUTA.

Para fins de tributação pelo IRPJ no regime do lucro presumido, todos os valores recebidos a título de honorários decorrentes de contratos firmados entre a sociedade e o cliente compõem a receita bruta da sociedade que presta serviços advocatícios.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto-Lei n.º 1.598, de 1977, art. 12; IN RFB n.º 1.700, de 2017, arts. 26 e 215.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LUCRO PRESUMIDO. RECEITA BRUTA.

Para fins de tributação pela CSLL no regime do lucro presumido, todos os valores recebidos a título de honorários decorrentes de contratos firmados entre a sociedade e o cliente compõem a receita bruta da sociedade que presta serviços advocatícios.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto-Lei n.º 1.598, de 1977, art. 12; IN RFB n.º 1.700, de 2017, arts. 26 e 215.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

EMENTA: PROCESSO DE CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL.

É ineficaz a consulta que versar sobre fato que já houver sido objeto de decisão anteriormente proferida em consulta em que tenha sido parte o consulente e cujo entendimento, por parte da administração, não tenha sido alterado por ato superveniente.

DISPOSITIVOS LEGAIS: IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, inciso VI.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE A RENDA, PATRIMÔNIO E OPERAÇÕES FINANCEIRAS

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.020, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: ISENÇÃO. ASSOCIAÇÕES CIVIS SEM FINS LUCRATIVOS. ENTIDADES DESPORTIVAS. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES.

Entidade sem fins lucrativos componente do Sistema Nacional do Desporto, para ter direito à isenção do IRPJ prevista no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, deve atender a todos os requisitos legais que condicionam o benefício, inclusive a limitação à remuneração dos dirigentes pelos serviços prestados, de que trata o art. 12, § 2º, a, da Lei nº 9.532, de 1997. Assim, para gozo do benefício, a entidade só pode remunerar seus dirigentes dentro dos limites estabelecidos nos §§ 4º a 6º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 1997.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 94, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.532, de 1997, arts. 12 e 15; Lei nº 9.615, de 1998, art. 18-A.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: ISENÇÃO. ASSOCIAÇÕES CIVIS SEM FINS LUCRATIVOS. ENTIDADES DESPORTIVAS. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES.

Entidade sem fins lucrativos componente do Sistema Nacional do Desporto, para ter direito à isenção da CSLL prevista no art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997, deve atender a todos os requisitos legais que condicionam o benefício, inclusive a limitação à remuneração dos dirigentes pelos serviços prestados, de que trata o art. 12, § 2º, a, da Lei nº 9.532, de 1997. Assim, para gozo do benefício, a entidade só pode remunerar seus dirigentes dentro dos limites estabelecidos nos §§ 4º a 6º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 1997.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 94, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.532, de 1997, arts. 12 e 15; Lei nº 9.615, de 1998, art. 18-A.

FABIO CEMBRANEL
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: Ementa: CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL. EMPREGADOR RURAL PESSOA FÍSICA. RECOLHIMENTO POR SUB-ROGAÇÃO. declaraÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 15, DE 2017. SUSPENSÃO DA APLICAÇÃO. EFEITOS. LEI Nº 10.256, DE 2001. CONSTITUCIONALIDADE declaraDA.

A suspensão promovida pela Resolução do Senado Federal nº 15, de 2017, da legislação declarada inconstitucional pelo Recurso Extraordinário nº 363.852/MG não afeta a contribuição do empregador rural pessoa física reinstituída pela Lei nº 10.256, de 2001, que teve a sua constitucionalidade confirmada no julgamento do Recurso Extraordinário nº 718.874/RS, pelo que são válidos os incisos do art. 25 e a sub-rogação prevista no inciso IV do art. 30, ambos da Lei n.º 8.212, de 1991.

VINCULAÇÃO À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 92, DE 13 DE AGOSTO DE 2018.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 25, I e II, art. 30, IV; Lei n.º 10.256, de 9 de julho de 2001, art. 1º, Parecer Cosit nº 19, de 26 de setembro de 2017; Parecer PGFN/CRJ nº 1.447, de 2017.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.019, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Simples Nacional

EMENTA: SERVIÇO DE COLOCAÇÃO DE PISO INDUSTRIAL. ANEXO III.

A empresa optante pelo Simples Nacional que não exerce atividade vedada a esse regime de tributação, contratada para prestar serviço de colocação de piso industrial, em relação a essa atividade, deve ser tributada na forma do Anexo III da Lei Complementar nº 123, de 2006.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA N.º 513 - COSIT, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Complementar nº 123, de 2006, Art. 17, §2º c/c Art. 18, §5º-F, Art. 18, §5º-B, inciso IX; Ato declaratório Interpretativo RFB nº 8, de 30 de dezembro de 2013.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.020, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2018

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: As empresas excluídas da incidência da CPRB pela Medida Provisória nº 774, de 2017, revogada pela Medida Provisória nº 794, de 2017, estão sujeitas à incidência das contribuições previdenciárias previstas nosincisos IeIII do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, na competência julho de 2017, ressalvada a possibilidade de compensação, nessa competência, das contribuições previdenciárias recolhidas com base na folha de salários em virtude da impossibilidade de opção pela CPRB, na parte em que essas contribuições excederem o que seria devido em virtude da opção efetuada pela tributação substitutiva, e de remissão dos créditos tributários relativos à referida diferença de tributos eventualmente não recolhida, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, bem como anistiados os respectivos encargos legais, multas e juros de mora.

VINCULAÇÃO À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 202, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, arts. 8º e 9º; Medida Provisória nº 774, de 30 de março de 2017, Medida Provisória nº 794, de 9 de agosto de 2017; e Lei nº 13.670, de 30 de maio de 2018, art. 3º.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL
SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL-CE, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 287 c/c om II, do art. 284, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato declaratório (ADE), tendo em vista que o quantitativo total das prestações não poderá exceder a cento e oitenta meses, de acordo com o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, combinado com o art. 4º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Sobral/CE, na Rua Eurípedes Ferreira Gomes, 720, Betânia, CEP 62.040-750, Sobral/CE.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

JOSUÉ VAZ DE SOUSA SANTOS

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Os débitos junto à Secretaria da Receita Federal ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, poderão ser parcelados em até cento e oitenta prestações mensais e sucessivas. O quantitativo total das prestações não poderá exceder a cento e oitenta, devendo o sujeito passivo, até o vencimento da última parcela, liquidar o total do débito sob pena de rescisão art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, combinado com o art. 4º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004.

CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

12.290.227/0001-06	01.526.884/0001-85

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 81, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

declara a baixa de ofício da inscrição no CNPJ.

A DELEGADA-ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e Portaria DRF/ITA número 20, de 18 de maio de 2018, considerando o disposto no artigo 29, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, de 06 de maio de 2016 e alterações posteriores, e tendo em vista ainda o que consta do Processo Administrativo nº 11080.013611/2008-57. declara:

Art. 1º A baixa de ofício da inscrição de nº 04.279.017/0001-80, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da empresa COSTA BRAVA CONSTRUTORA LTDA, por haver sido constatado CANCELAMENTO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DE REGISTRO.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir da data 22/08/2016.

MARCIA SAKURAI SAKAGUCHI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 94, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Concede o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, DOU de 08 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, e considerando o que consta do processo nº 10680.724979/2017-11, resolve:

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica EDITORA PAZ E LUZ EIRELI - ME, CNPJ nº 27.092.509/0001-68, sita à Rua Varginha, 189, Colégio Batista - Belo Horizonte/MG - CEP 31110-130, o Registro Especial nº UP-06101/00246 para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

Art. 2º O presente Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS
EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS - EqOEA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS, instituída por meio da Portaria RFB nº 430, de 09 de Outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de Dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Dossiê nº 10120.002831/0117-15, resolve:

Art. 1º Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, como AGENTE DE CARGA, a empresa ASIA SHIPPING TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 01.137.526/0001-80.

Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA TRAJANO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

declara a baixa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda por inexistência de fato.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP, com fundamento no artigo 340, inciso III da Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 29, inciso II, alínea "b", item 1 e art. 31, § 2°, ambos da Instrução Normativa RFB n° 1.684, de 06 de maio de 2016, além do que consta no processo 10646.720148/2018-60, declara:

Art. 1º A baixa por inexistência de fato da pessoa jurídica indicada abaixo.

Art. 2º Este Ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

CNPJ	Nome Empresarial
30.517.919/0001-18	SHANGAI IMPORTADORA E TRANSPORTADORA

LUIZ CARLOS APARECIDO ANÉZIO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 218, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

declara a Nulidade de Ato Alterador no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 270 e 284 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 (DOU de 11/10/2017), e tendo em vista o disposto no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, em face ao constante no processo administrativo nº 11516.722046/2018-27 resolve:

Art. 1º declarar nulas por vício as alterações no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 12.317.565/0001-86, 3 R - COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, promovidas pela 2ª Alteração Contratual, ato viciado registrado na Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR) em 22/02/2012. Fundamentação legal: artigo 35, caput, inciso II e parágrafos 1º e 2º da Instrução Normativa RFB Nº 1.634 de 06 de maio de 2016.

Art. 2º O presente Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 22/02/2012, termo inicial de vigência do ato alterador declarado nulo.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 221, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7188098 e PO 340, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 222, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7188099 e PO 341, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 223, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7188100 e PO 342, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 224, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7188101 e PO 343, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 225, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7188102 e PO 344, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 226, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7188103 e PO 345, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 227, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7188104 e PO 346, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 228, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7188105 e PO 347, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 229, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7188106 e PO 348, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 230, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7188107 e PO 349, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 231, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270 combinado com os incisos II e III do artigo 340, todos esses da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 11516.724870/2017-31 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, estabelecida na Rod. Antônio Heil nº 1001 SL 303, bairro Itaipava, Itajaí (SC), CEP 88316-001, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 15.180 (quinze mil, cento e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos a Proforma Invoice 7188108 e PO 350, nas especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE
SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Concede o registro no regime de suspensão do IPI incidente sobre as matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora.

O AUDITOR-FISCAL DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SAORT DA DRF/JOINVILLE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, (b) da Lei 10.593/2002, bem como o disposto no art. 17 da IN RFB 948/2007 e alterações posteriores e no art. 2º, VI, da Portaria DRF/JOI 01/2018; e com base no Despacho Decisório juntado à fls. 68/69 no processo administrativo 13976.720009/2016-21, declara:

Art. 1º. Fica concedido à pessoa jurídica Koala Energy Ltda EPP, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 05.346.462/0001-89, o registro no regime de suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, de que trata o art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, com redação dada pelo art. 25 da Lei n°10.684, de 30 de Maio de 2003, e pelo art. 59 da L ei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, disciplinado pela Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, e alterações posteriores, por se enquadrar no conceito de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, conforme o disposto no artigo 14 da referida instrução normativa.

Art.2° - A pessoa jurídica aqui identificada deverá declarar ao vendedor, de forma expressa e sob as penas da Lei, que atende a todos os requisitos estabelecidos pela Lei, bem como indicar o número do presente Ato declaratório Executivo, concessivo do direito.

Art. 3º - Vincular o presente ADE ao CNPJ do estabelecimento matriz, aplicando-se o mesmo tratamento aos demais estabelecimentos da pessoa jurídica, nos termos do §1º do art.17 da IN SRF nº 948, de 25 de julho de 2007.

Art. 5° - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 6º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação no DOU.

JAVIER IGNACIO PADILLA VICTORICA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 854, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Homologar os resultados das ofertas de títulos públicos federais realizados no decorrer do mês de Maio de 2018:

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
295	02/05/2018	Venda	NTN-B	15/05/2023	1	03/05/2018	4,4299	458.200	1.543.660.899,33	0	0,00
295	02/05/2018	Venda	NTN-B	15/05/2023	2	03/05/2018	4,4299	38.500	129.705.247,94	0	0,00
295	02/05/2018	Venda	NTN-B	15/08/2028	1	03/05/2018	4,9200	41.800	140.964.580,56	0	0,00
295	02/05/2018	Venda	NTN-B	15/08/2028	2	03/05/2018	4,9200	3.642	12.282.129,23	0	0,00
295	02/05/2018	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	03/05/2018	5,1780	26.000	89.419.673,91	0	0,00
295	02/05/2018	Venda	NTN-B	15/05/2035	2	03/05/2018	5,1780	1.317	4.529.450,39	0	0,00
295	02/05/2018	Venda	NTN-B	15/05/2055	1	03/05/2018	5,3000	124.000	434.686.267,81	0	0,00
295	02/05/2018	Venda	NTN-B	15/05/2055	2	03/05/2018	5,3000	2.711	9.503.503,80	0	0,00
303	03/05/2018	Venda	LTN	01/04/2019	1	04/05/2018	6,3190	1.000.000	946.300.534,00	0	0,00
303	03/05/2018	Venda	LTN	01/04/2019	2	07/05/2018	6,3190	0	0,00	0	0,00
303	03/05/2018	Venda	LTN	01/04/2020	1	04/05/2018	7,2994	3.500.000	3.059.810.347,84	0	0,00
303	03/05/2018	Venda	LTN	01/04/2020	2	07/05/2018	7,2957	85.680	74.925.116,00	0	0,00
303	03/05/2018	Venda	LTN	01/01/2022	1	04/05/2018	8,7190	4.000.000	2.947.656.652,18	0	0,00
303	03/05/2018	Venda	LTN	01/01/2022	2	07/05/2018	8,7118	9.900	7.297.876,28	0	0,00
304	03/05/2018	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	04/05/2018	9,4299	500.000	530.352.260,50	0	0,00
304	03/05/2018	Venda	NTN-F	01/01/2025	2	07/05/2018	9,4292	12.439	13.198.863,53	0	0,00
304	03/05/2018	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	04/05/2018	9,8399	150.000	156.762.566,41	0	0,00
304	03/05/2018	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	07/05/2018	9,8377	8.151	8.521.655,23	0	0,00
310	10/05/2018	Venda	LTN	01/10/2018	1	11/05/2018	6,1638	1.000.000	976.818.559,15	0	0,00
310	10/05/2018	Venda	LTN	01/10/2018	2	14/05/2018	6,1520	0	0,00	0	0,00
310	10/05/2018	Venda	LTN	01/04/2020	1	11/05/2018	7,5049	3.000.000	2.616.847.306,96	0	0,00
310	10/05/2018	Venda	LTN	01/04/2020	2	14/05/2018	7,5020	0	0,00	0	0,00
310	10/05/2018	Venda	LTN	01/01/2022	1	11/05/2018	8,9990	1.500.000	1.096.850.006,07	0	0,00
310	10/05/2018	Venda	LTN	01/01/2022	2	14/05/2018	8,9932	22.000	16.092.637,46	0	0,00
311	10/05/2018	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	11/05/2018	9,6800	300.000	315.304.342,75	0	0,00
311	10/05/2018	Venda	NTN-F	01/01/2025	2	14/05/2018	9,6753	56.399	59.298.024,41	0	0,00
311	10/05/2018	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	11/05/2018	10,0949	150.000	154.649.550,19	0	0,00
311	10/05/2018	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	14/05/2018	10,0945	28.200	29.085.299,84	0	0,00
312	10/05/2018	Venda	LFT	01/03/2024	1	11/05/2018	0,0259	1.000.000	9.487.328.606,63	0	0,00
312	10/05/2018	Venda	LFT	01/03/2024	2	11/05/2018	0,0210	7.501	71.164.473,28	0	0,00
313	15/05/2018	Venda	NTN-B	15/05/2023	1	16/05/2018	4,8000	229.000	740.748.917,92	0	0,00
313	15/05/2018	Venda	NTN-B	15/05/2023	2	16/05/2018	4,8000	56.255	181.968.691,56	0	0,00
313	15/05/2018	Venda	NTN-B	15/08/2028	1	16/05/2018	5,1875	15.200	50.369.668,97	0	0,00
313	15/05/2018	Venda	NTN-B	15/08/2028	2	16/05/2018	5,1875	3.732	12.367.079,15	0	0,00
313	15/05/2018	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	16/05/2018	5,3800	23.000	75.569.538,73	0	0,00

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
313	15/05/2018	Venda	NTN-B	15/05/2035	2	16/05/2018	5,3800	6.453	21.202.184,06	0	0,00
313	15/05/2018	Venda	NTN-B	15/05/2055	1	16/05/2018	5,4900	83.800	278.620.814,40	0	0,00
313	15/05/2018	Venda	NTN-B	15/05/2055	2	16/05/2018	5,4900	23.517	78.190.043,96	0	0,00
320	17/05/2018	Venda	LTN	01/04/2019	1	18/05/2018	6,6570	1.000.000	946.023.074,25	0	0,00
320	17/05/2018	Venda	LTN	01/04/2019	2	21/05/2018	6,6559	0	0,00	0	0,00
320	17/05/2018	Venda	LTN	01/04/2020	1	18/05/2018	7,7250	1.200.000	1.044.221.331,20	0	0,00
320	17/05/2018	Venda	LTN	01/04/2020	2	21/05/2018	7,7233	0	0,00	0	0,00
320	17/05/2018	Venda	LTN	01/01/2022	1	18/05/2018	9,1409	1.395.000	1.017.120.573,39	7.500.000	5.468.390.182,50
320	17/05/2018	Venda	LTN	01/01/2022	2	21/05/2018	9,1321	0	0,00	0	0,00
321	17/05/2018	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	18/05/2018	9,7238	300.000	315.329.172,14	0	0,00
321	17/05/2018	Venda	NTN-F	01/01/2025	2	21/05/2018	9,7149	0	0,00	0	0,00
321	17/05/2018	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	18/05/2018	10,0999	150.000	154.932.637,69	0	0,00
321	17/05/2018	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	21/05/2018	10,0958	0	0,00	0	0,00
342	24/05/2018	Venda	LTN	01/10/2018	1	25/05/2018	6,4489	500.000	489.085.000,00	0	0,00
342	24/05/2018	Venda	LTN	01/10/2018	2	28/05/2018	6,4489	0	0,00	0	0,00
342	24/05/2018	Venda	LTN	01/04/2020	1	25/05/2018	7,7980	500.000	435.192.991,60	0	0,00
342	24/05/2018	Venda	LTN	01/04/2020	2	28/05/2018	7,7958	0	0,00	0	0,00
342	24/05/2018	Venda	LTN	01/01/2022	1	25/05/2018	9,5190	500.000	360.589.492,10	0	0,00
342	24/05/2018	Venda	LTN	01/01/2022	2	28/05/2018	9,5178	0	0,00	0	0,00

343	24/05/2018	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	25/05/2018	10,3699	50.000	51.162.832,10	0	0,00
343	24/05/2018	Venda	NTN-F	01/01/2025	2	28/05/2018	10,3699	0	0,00	0	0,00
343	24/05/2018	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	25/05/2018	10,8399	50.000	49.526.292,17	0	0,00
343	24/05/2018	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	28/05/2018	10,8399	0	0,00	0	0,00
344	24/05/2018	Venda	LFT	01/03/2024	1	25/05/2018	0,0293	150.000	1.426.204.483,45	0	0,00
347	28/05/2018	Compra	NTN-F	01/01/2025	1	29/05/2018	10,6399	115.500	116.875.293,28	0	0,00
347	28/05/2018	Compra	NTN-F	01/01/2027	1	29/05/2018	10,9509	87.000	86.155.640,00	0	0,00
347	28/05/2018	Compra	NTN-F	01/01/2029	1	29/05/2018	11,1161	80.000	77.998.714,86	0	0,00
348	29/05/2018	Compra	NTN-F	01/01/2025	1	30/05/2018	10,6400	320.500	324.522.909,59	0	0,00
348	29/05/2018	Compra	NTN-F	01/01/2027	1	30/05/2018	10,9700	309.500	306.451.318,20	0	0,00
348	29/05/2018	Compra	NTN-F	01/01/2029	1	30/05/2018	11,1111	120.000	117.143.500,44	0	0,00
351	30/05/2018	Compra	NTN-F	01/01/2025	1	01/06/2018	11,2000	398.000	393.317.405,44	0	0,00
351	30/05/2018	Compra	NTN-F	01/01/2027	1	01/06/2018	11,5560	370.600	355.984.851,38	0	0,00
351	30/05/2018	Compra	NTN-F	01/01/2029	1	01/06/2018	11,7486	330.000	310.643.023,41	0	0,00

JOSE FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

PORTARIA Nº 855 DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Homologar os resultados das ofertas de títulos públicos federais realizados no decorrer do mês de novembro de 2018:

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
758	01/11/2018	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	05/11/2018	9,6579	300.000	314.941.026,32	0	0,00
758	01/11/2018	Venda	NTN-F	01/01/2025	2	06/11/2018	9,6500	45.598	47.886.438,37	0	0,00
758	01/11/2018	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	05/11/2018	10,1729	189.000	193.815.773,94	0	0,00
758	01/11/2018	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	06/11/2018	10,1646	32.049	32.878.299,57	0	0,00
759	01/11/2018	Venda	LTN	01/04/2019	1	05/11/2018	6,4707	1.000.000	975.447.063,14	0	0,00
759	01/11/2018	Venda	LTN	01/04/2019	2	06/11/2018	6,4649	20.000	19.513.795,40	0	0,00
759	01/11/2018	Venda	LTN	01/10/2020	1	05/11/2018	7,9488	1.500.000	1.296.800.310,29	0	0,00
759	01/11/2018	Venda	LTN	01/10/2020	2	06/11/2018	7,9417	299.998	259.437.312,41	0	0,00
759	01/11/2018	Venda	LTN	01/07/2022	1	05/11/2018	9,0330	2.000.000	1.460.063.898,36	0	0,00
759	01/11/2018	Venda	LTN	01/07/2022	2	06/11/2018	9,0219	399.997	292.111.313,84	0	0,00
771	08/11/2018	Venda	LTN	01/10/2019	1	09/11/2018	6,8738	1.500.000	1.414.002.589,10	0	0,00
771	08/11/2018	Venda	LTN	01/10/2019	2	12/11/2018	6,8676	0	0,00	0	0,00
771	08/11/2018	Venda	LTN	01/10/2020	1	09/11/2018	7,9430	1.500.000	1.298.482.296,40	0	0,00
771	08/11/2018	Venda	LTN	01/10/2020	2	12/11/2018	7,9370	0	0,00	0	0,00
771	08/11/2018	Venda	LTN	01/07/2022	1	09/11/2018	9,1380	2.000.000	1.456.981.852,18	0	0,00
771	08/11/2018	Venda	LTN	01/07/2022	2	12/11/2018	9,1267	0	0,00	0	0,00
772	08/11/2018	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	09/11/2018	9,7989	150.000	156.719.259,60	0	0,00
772	08/11/2018	Venda	NTN-F	01/01/2025	2	12/11/2018	9,7989	0	0,00	0	0,00
772	08/11/2018	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	09/11/2018	10,3279	150.000	152.695.478,16	0	0,00
772	08/11/2018	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	12/11/2018	10,3179	0	0,00	0	0,00
773	08/11/2018	Venda	LFT	01/03/2025	1	09/11/2018	0,0285	966.050	9.449.449.976,16	0	0,00
773	08/11/2018	Venda	LFT	01/03/2025	2	09/11/2018	0,0268	20.167	197.264.145,41	0	0,00
779	13/11/2018	Venda	NTN-B	15/05/2023	1	14/11/2018	4,7700	240.600	820.207.852,90	0	0,00
779	13/11/2018	Venda	NTN-B	15/05/2023	2	14/11/2018	4,7700	3.482	11.870.173,48	0	0,00
779	13/11/2018	Venda	NTN-B	15/08/2028	1	14/11/2018	5,0480	17.000	58.383.749,13	0	0,00
779	13/11/2018	Venda	NTN-B	15/08/2028	2	14/11/2018	5,0480	237	813.938,14	0	0,00
779	13/11/2018	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	14/11/2018	5,1475	6.000	21.306.249,72	0	0,00
779	13/11/2018	Venda	NTN-B	15/05/2035	2	14/11/2018	5,1475	139	493.594,77	0	0,00
779	13/11/2018	Venda	NTN-B	15/05/2055	1	14/11/2018	5,2500	144.000	524.120.761,12	0	0,00
779	13/11/2018	Venda	NTN-B	15/05/2055	2	14/11/2018	5,2500	5.528	20.120.413,65	0	0,00
783	14/11/2018	Venda	LTN	01/04/2019	1	16/11/2018	6,4099	1.000.000	977.574.508,40	0	0,00
783	14/11/2018	Venda	LTN	01/04/2019	2	19/11/2018	6,4095	12.000	11.733.790,30	0	0,00
783	14/11/2018	Venda	LTN	01/10/2020	1	16/11/2018	7,8038	2.500.000	2.172.382.802,34	0	0,00
783	14/11/2018	Venda	LTN	01/10/2020	2	19/11/2018	7,7878	499.999	434.605.269,28	0	0,00
783	14/11/2018	Venda	LTN	01/07/2022	1	16/11/2018	9,1450	1.370.000	999.253.671,09	0	0,00

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
783	14/11/2018	Venda	LTN	01/07/2022	2	19/11/2018	9,1316	499.999	364.817.933,83	0	0,00
784	14/11/2018	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	16/11/2018	9,8837	100.000	104.267.155,70	0	0,00
784	14/11/2018	Venda	NTN-F	01/01/2025	2	19/11/2018	9,8832	20.000	20.861.283,82	0	0,00
784	14/11/2018	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	16/11/2018	10,4238	100.000	101.337.511,68	0	0,00
784	14/11/2018	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	19/11/2018	10,4236	18.922	19.182.636,04	0	0,00
804	22/11/2018	Venda	LTN	01/10/2019	1	23/11/2018	6,7400	1.500.000	1.418.854.550,55	0	0,00
804	22/11/2018	Venda	LTN	01/10/2019	2	26/11/2018	6,7357	191.999	181.659.530,48	0	0,00
804	22/11/2018	Venda	LTN	01/10/2020	1	23/11/2018	7,6939	2.000.000	1.743.580.937,35	0	0,00
804	22/11/2018	Venda	LTN	01/10/2020	2	26/11/2018	7,6848	400.000	348.818.780,71	0	0,00
804	22/11/2018	Venda	LTN	01/07/2022	1	23/11/2018	8,8889	1.450.000	1.068.402.691,75	0	0,00
804	22/11/2018	Venda	LTN	01/07/2022	2	26/11/2018	8,8759	299.996	221.121.060,87	0	0,00
805	22/11/2018	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	23/11/2018	9,4798	10.000	10.623.181,58	4.800.000	5.099.127.158,40
805	22/11/2018	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	23/11/2018	0,0000	0	0,00	0	0,00
806	22/11/2018	Venda	LFT	01/03/2025	1	23/11/2018	0,0285	1.106.150	10.843.672.623,58	0	0,00
806	22/11/2018	Venda	LFT	01/03/2025	2	23/11/2018	0,0272	30.183	295.886.347,31	0	0,00
826	27/11/2018	Venda	NTN-B	15/05/2023	1	28/11/2018	4,7500	176.200	585.506.052,20	0	0,00
826	27/11/2018	Venda	NTN-B	15/05/2023	2	28/11/2018	4,7500	53.193	176.758.362,24	0	0,00
826	27/11/2018	Venda	NTN-B	15/08/2028	1	28/11/2018	4,9760	120.000	414.885.068,63	0	0,00
826	27/11/2018	Venda	NTN-B	15/08/2028	2	28/11/2018	4,9760	38.074	131.636.117,43	0	0,00
826	27/11/2018	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	28/11/2018	5,0900	96.300	335.505.879,37	0	0,00
826	27/11/2018	Venda	NTN-B	15/05/2035	2	28/11/2018	5,0900	1.368	4.766.064,82	0	0,00
826	27/11/2018	Venda	NTN-B	15/05/2055	1	28/11/2018	5,1200	72.550	262.972.750,02	0	0,00
826	27/11/2018	Venda	NTN-B	15/05/2055	2	28/11/2018	5,1200	1.031	3.737.076,57	0	0,00
828	29/11/2018	Venda	LTN	01/04/2019	1	30/11/2018	6,4120	1.000.000	980.009.424,85	0	0,00
828	29/11/2018	Venda	LTN	01/04/2019	2	03/12/2018	6,4022	8.400	8.234.108,60	0	0,00
828	29/11/2018	Venda	LTN	01/10/2020	1	30/11/2018	7,7400	3.000.000	2.617.214.977,75	0	0,00
828	29/11/2018	Venda	LTN	01/10/2020	2	03/12/2018	7,7297	0	0,00	0	0,00
828	29/11/2018	Venda	LTN	01/07/2022	1	30/11/2018	8,9780	1.000.000	735.855.593,19	0	0,00
828	29/11/2018	Venda	LTN	01/07/2022	2	03/12/2018	8,9677	199.997	147.219.424,39	0	0,00
829	29/11/2018	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	30/11/2018	9,6000	150.000	158.869.550,61	0	0,00
829	29/11/2018	Venda	NTN-F	01/01/2025	2	03/12/2018	9,5954	29.999	31.784.444,33	0	0,00
829	29/11/2018	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	30/11/2018	10,0548	5.000	5.195.747,57	0	0,00

JOSE FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADOS DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 23 do Decreto 9.109, de 27 de julho de 2017, e tendo em vista a 10ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 03 e 06 de agosto de 2018, resolve:

Art.1° Aprovar o relatório de monitoramento do plano de recuperação fiscal do Estado do Rio de Janeiro referente ao mês de junho de 2018 na forma do documento anexo.

Art.2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2018; 197º da Independência e 130º da República

ROBERTO SANTOS VICTER
Membro do Conselho

ANDREA RIECHERT SENKO
Membro do Conselho

ANEXO

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMPETÊNCIA: JUNHO 2018

I- INTRODUÇÃO

O Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal (CSRRF) do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 7º da Lei Complementar Federal nº 159/2017, e pelo art. 23 do Decreto nº 9.109/2017 que a regulamenta, apresenta o relatório simplificado sobre a execução do Plano de Recuperação Fiscal (PRF/RJ) e sobre a evolução da situação financeira do Estado, referente ao mês de junho de 2018.

Este relatório tem como finalidade monitorar o cumprimento do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro - PRF-RJ, sob quatro aspectos: (i) o acompanhamento da execução das medidas de ajuste e seus impactos; (ii) a evolução dos resultados orçamentários e financeiros, com as medidas compensatórias, caso necessárias; (iii) a observância das vedações e (iv) a avaliação dos riscos fiscais e passivos contingentes.

A seção denominada "Sumário Executivo" se dedica à consolidação do monitoramento empreendido quanto à execução do PRF/RJ, bem como evidencia outros aspectos considerados relevantes pelo CSRRF.

Adicionalmente, o relatório traz como anexo, sempre que houver, as recomendações, as projeções, os pareceres e as notificações de autoria deste Conselho de Supervisão, nos termos do §3º do art. 30 do Decreto Federal nº 9.109/2017.

Cabe destacar que o relatório de competência referente a maio já se encontra disponível na página eletrônica dedicada ao Regime de Recuperação Fiscal, no Portal de Transparência do Estado do Rio de Janeiro.

II - SUMÁRIO EXECUTIVO

Essa seção fornece uma visão geral sobre o andamento dos compromissos assumidos no âmbito do PRF/RJ, com ênfase nas medidas de ajuste e seus impactos financeiros. O acompanhamento detalhado de cada medida encontra-se na seção III deste documento. Apresenta-se adicionalmente quadro com a evolução dos indicadores fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), notadamente os referentes à despesa com pessoal e ao estoque da dívida consolidada líquida, na medida em que no término da vigência do Plano cessa a suspensão dos art. 23 e 31 da LRF.

A SEFAZ/RJ está trabalhando na atualização das projeções financeiras e incorporação de passivos no PRF-RJ junto ao CSRRF e tão logo estejam validadas serão incorporadas ao relatório.

Acompanhamento das Medidas de Ajuste

Os quadros 1 e 2 indicam a situação das medidas de ajuste em relação à implementação, bem como ao acompanhamento dos impactos financeiros alcançados, em relação aos previstos originalmente no Plano.

As medidas constantes do PRF-RJ foram agrupadas de acordo com sua classificação entre medidas pontuais ou contínuas, conforme metodologia constante na seção VI deste relatório. Adicionalmente, foram ordenadas de forma decrescente, considerando o impacto financeiro previsto durante a vigência do Regime.

A avaliação da situação de cada medida foi realizada considerando dois critérios: quanto ao cumprimento do prazo e quanto ao resultado financeiro apurado. O primeiro verifica o grau de implementação da medida em relação ao prazo previsto no Plano, podendo os resultados ser classificados entre as seguintes situações: (i) implementado: quando todas as ações necessárias para implementação tiverem sido adotadas; (ii) no prazo: na hipótese de as ações necessárias estarem em fase de implementação, conforme cronograma previsto no Plano; (iii) atrasado: quando o prazo acordado estiver expirado, sem que todas as ações tenham sido implementadas.

O segundo critério analisa a materialidade do resultado financeiro acumulado em relação ao previsto, que pode se dar "conforme esperado" ou "abaixo do esperado". Considera-se "conforme esperado" o resultado acumulado até o mês que for igual ou maior que o previsto. Em relação ao "abaixo do esperado", tal classificação se desdobra conforme a relevância da frustração relativamente ao somatório do impacto previsto destas medidas para o período de vigência do Plano. Neste sentido, frustrações superiores a 1% (equivalente a R$ 330 milhões) do montante serão classificadas como "críticas", e as demais como "em alerta".

Medidas de Caráter Continuado (Quadro 1):

Relativamente ao prazo de implementação das medidas de caráter continuado, conforme se depreende do Quadro 1, apenas uma se encontra atrasada. Do ponto de vista dos resultados financeiros duas medidas encontram-se classificadas na categoria "abaixo em alerta" e uma em "abaixo - crítico", resultando em frustração acumulada de cerca de R$ -970,2 milhões. As maiores frustrações ocorreram nas medidas referentes à Auditoria Previdenciária e à Majoração da Alíquota Previdenciária, todavia, essa última já foi totalmente implementada no mês de maio. Entretanto, as medidas de caráter continuado quando analisadas em conjunto produzem impacto negativo acumulado de apenas R$ -35,9 milhões uma vez que as citadas frustrações estão sendo compensadas pelo bom desempenho das demais medidas.

Conforme anteriormente ressaltado, a medida de Reestruturação Administrativa previa a realização de operação de crédito para promover a extinção ou a concessão de uso à iniciativa privada de empresas públicas e sociedades de economia mista. No entanto, a Lei estadual nº 7.941/2018, que autoriza a contratação de operação de crédito para a Reestruturação Administrativa, veda a extinção de sociedades de economia mista e empresas estaduais. Dessa forma, a finalidade da operação de crédito aprovada na Lei estadual é distinta da prevista no PRF-RJ e a medida está sendo revista pelo Estado.

Quadro 1: Medidas de Caráter Continuado

Medidas de Caráter Continuado	Situação da Medida		Impactos Previstos (R$ MM)		Resultado Acumulado Realizado	Diferença Acumulada (Realizado - Previsto)
	Prazo Cronograma	Resultado Financeiro	2017-2020	Até o mês de referência		
Revisão de Incentivos Fiscais (Anexo 18)[1]	Implementado	Conforme o Esperado	3.684,82	502,30	529,90	27,60
Revisão Preço Mínimo do Petróleo (Anexo 20)[2]	Implementado	Abaixo - em alerta	3.366,40	324,60	324,00	-0,60
Auditoria Previdenciária (Anexo 26)	No prazo	Abaixo Crítico	2.939,00	730,40	51,40	-679,00
Modernização Fazendária (Anexo 17)[1]	No prazo	Conforme o Esperado	2.598,40	341,60	745,30	403,70
Alterações Alíquotas ICMS (Anexo 15)[1]	Implementado	Conforme o Esperado	2.287,80	571,60	734,10	162,50
Majoração Alíquota Contribuição Previdenciária (Anexo 25)	Implementado	Abaixo - em alerta	1.979,10	538,80	248,20	-290,60
Revisão REPETRO (Anexo 22)	Implementado	Conforme o Esperado	1.350,00	0,00	224,80	224,80
Nova Metodologia Preço de Referência do Gás & PE (Anexo 32)	No prazo	Conforme o Esperado	1.076,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação Administrativa (Anexo 27)	Atrasado	Conforme o Esperado	610,60	-17,70	0,00	17,70
Royalties & PE do Campo de Libra (Anexo 19)	No prazo	Conforme o Esperado	444,30	0,00	0,00	0,00
Alterações no ITD (Anexo 16)	Implementado	Conforme o Esperado	321,80	50,00	144,60	94,60
Reforma das Pensões (Anexo 13)	Implementado	Conforme o Esperado	0,00	0,00	3,40	3,40
Impacto Medidas Contínuas			20.658,22	3.041,60	3.005,70	-35,90

[1] Ainda não foi concluída a metodologia para o cálculo do impacto gerado pela medida.

[2] Apesar do Status constar "Abaixo em Alerta", dado o montante da frustração, a medida pode ser considerada com Status "Conforme Esperado"

Medidas de Caráter Pontual (Quadro 2):

Observando-se as medidas de caráter pontual apresentadas no Quadro 2, verifica-se que quatro encontram-se em atraso, sendo que apenas três delas impactam negativamente o resultado financeiro, pois a medida referente à concessão das linhas de ônibus previa ingressos apenas no segundo semestre de 2018. Por outro lado, há três medidas que, apesar de já terem sido implementadas, apresentam resultados financeiros abaixo do esperado. A frustração total acumulada é de cerca de R$ 2,58 bilhões.

Por fim, cabe lembrar que apesar de impactarem o fluxo de caixa no curto prazo, o impacto no resultado financeiro de três das quatro medidas pontuais consideradas em "abaixo-crítico", quais sejam: Operação de Crédito de Antecipação da Alienação da CEDAE, Operação de Antecipação de Royalties e Participações Especiais, e Securitização da Dívida Ativa, com frustração acumulada até junho de 2018 na ordem de R$ 1,59 bilhão, por serem operações de antecipação são medidas financeiras e não fiscais e, portanto, não impactarão o resultado nominal no longo prazo, conforme detalhado nos itens 14, 15 e 20 da seção III a seguir.

Quadro 2: Medidas de Caráter Pontual

Medidas de Caráter Pontual	Situação da Medida		Impactos Previstos (R$ MM)		Resultado Acumulado Realizado	Diferença Acumulada (Realizado - Previsto)
	Prazo Cronograma	Resultado Financeiro	2017-2020	Até o mês de referência		
Operação de Crédito CEDAE (Anexo 11)[3]	Implementado	Abaixo Crítico	3.500,00	3.500,00	2.900,00	-600,00
Antecipação de R & PE(Anexo 21)[4]	Implementado	Abaixo Crítico	3.000,00	3.000,00	2.499,55	-500,45
Alienação Recursos Remanescentes CEDAE (Sem anexo)	No prazo	Conforme o Esperado	2.000,00	0,00	0,00	0,00

Venda da Folha de Pessoal (Anexo 28)	Implementado	Abaixo - em alerta	1.441,50	1.441,50	1.317,80	-123,70
Antecipação de Concessão da CEG e CEG_RIO (Anexo 29)	Atrasado	Abaixo Crítico	800,00	800,00	0,00	-800,00
Concessão de Linhas de Ônibus (Anexo 30)	Atrasado	Conforme o Esperado	776,61	0,00	0,00	0,00
Securitização da Dívida (Anexo 24)[5]	Atrasado	Abaixo Crítico	626,50	493,40	0,00	-493,40
Alienação de Imóveis (Anexo 23)	Atrasado	Abaixo - em alerta	300,00	65,00	4,00	-61,00
Impacto Medidas Pontuais			12.444,61	9.299,90	6.721,35	-2.578,55

[3] Em que pese a frustração de R$ 600 milhões, esse valor poderá ser compensado quando da efetiva alienação da empresa.
[4] A antecipação de R&PE realizada a menor está sendo compensada com uma desaceleração dos pagamentos relativos à operação realizada em 2014.
[5] O valor da medida considera o valor total da securitização deduzido o efeito financeiro reflexo.

Acompanhamento dos Indicadores Fiscais
O Quadro 3 traz, para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, os valores apurados de Receita Corrente Líquida (RCL), Despesa Total com Pessoal (DTP) e Dívida Consolidada Líquida (DCL) - dados obtidos nos relatórios oficiais publicados pelo Governo Estadual. A inclusão destas informações visa ao acompanhamento da evolução dos indicadores e do retorno dos índices apresentados aos limites máximos de despesa com pessoal e de dívida consolidada líquida, em conformidade com a LRF e as novas disposições do art. 10 da LC nº 159/2017, em virtude da adesão ao RRF.
Quadro 3: Indicadores Fiscais da LRF - Despesa com Pessoal e Dívida Consolidada

Indicadores Fiscais da LRF					
Descrição	2016	2017	2018	Variação 2017/2016	Variação 2018/2016
Receita Corrente Líquida (RCL) - A	R$ 46.228.984.469	R$ 50.194.044.675	R$ 52.260.892.992	8,6%	13,0%
Despesa Total com Pessoal (DTP) - B	R$ 33.426.453.815	R$ 33.637.140.991	ND	-	-
% DTP sobre a RCL - B/A	72%	67%	ND	-	-
Limite Máximo da LRF	60%	60%	60%	-	-
Dívida Consolidada Líquida (DCL) - C	R$ 106.055.900.774	R$ 135.393.365.028	R$ 140.374.046.262	27,7%	32,4%
% DCL sobre a RCL - C/A	229,41%	269,74%	268,60%	-	-
Limite Máximo LRF	200,00%	200,00%	200%	-	-

Nota: Os valores para o exercício de 2018 se referem os resultados consolidados do RGF no primeiro quadrimestre.

Conforme noticiado no relatório referente ao mês de abril de 2018, o Conselho apurou que a renúncia das ações judiciais, nos termos do § 3º do art. 3º da LC nº 159/2017, ocasionou crescimento na dívida consolidada em montante de cerca de R$ 13 bilhões não previstos originalmente no PRF-RJ. Esse fato tem impacto substancial no resultado nominal que é a medida de equilíbrio do PRF. O CSRRF continua aprofundando estudo acerca da questão.

Acompanhamento das Vedações

De acordo com as declarações recebidas dos chefes dos poderes, MPE-RJ, e DPGE no período em questão, houve observância das vedações contidas no art. 8º da LC nº 159/2017, conforme se ratifica na seção V.

Adicionalmente o Conselho monitora os atos que se configuram como indício de descumprimento às vedações que, caso venham a se concretizar, são causas para a extinção do Regime de Recuperação Fiscal. Os atos em atenção estão listados a seguir:

i.PCCS da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro e do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro foi publicado em 29 de junho de 2018. Ela prevê impacto financeiro, quando integralmente implementada, da ordem de R$ 1,2 bilhão por ano sem considerar a contribuição patronal, porém condiciona a vigência dos dispositivos que implicam majoração remuneratória à aprovação do Conselho de Supervisão.

ii.Projeto de Lei nº 1024/2015 que reajusta em 5% a contar de 1º de setembro de 2018, as remunerações dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, de cargo de provimento em comissão, funções gratificadas e funções comissionadas, do Quadro único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro foi aprovado em 28 de junho na ALERJ. O impacto anual estimado para servidores ativos e inativos é de cerca de R$ 170 milhões. Ressalta-se que o PL em questão foi vetado integralmente pelo Governador em 13 de julho.

iii.Projeto de Lei nº 1091/2015 que reajusta em 5% (cinco por cento) a remuneração, a contar de 1º de setembro de 2018, dos servidores do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e dos servidores do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio Administrativo da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro. O impacto anual estimado para servidores ativos e inativos, incluindo ambos os órgãos, é de R$ 25 milhões. Ressalta-se que o PL em questão foi vetado integralmente pelo Governador em 13 de julho.

iv.Nomeações ocorridas em junho de 2018 no Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE, da Secretaria de Estado de Educação, que tem como missão a execução da política de atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei. O CSRRF abriu um processo de apuração para verificar a fundamentação jurídica dessas nomeações e seu impacto financeiro.

Demais Destaques

O aumento da alíquota previdenciária dos servidores públicos estatutários ativos e inativos do Estado, dos planos financeiro e previdenciário, de 11% para 14%, concedido por meio da Lei 7.606, de 26/05/2017, havia sido suspenso por decisão tomada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ), em 09/07/2018, em concessão de tutela de urgência. Em 25/07/2018 o STF deferiu liminar favorável ao governo fluminense para manter alíquota previdenciária de 14%. Na prática a liminar do TJRJ não teve efeitos porque o acórdão não chegou a ser publicado.

Em 15 de junho foi elaborado Parecer nº 02/2018 sobre o andamento da privatização da CEDAE que está disponível na página dedicada ao RRF/RJ no Portal de Transparência da SEFAZ/RJ.

III - EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE AJUSTE

Nesta seção serão apresentadas as informações sobre o andamento da execução de cada medida de ajuste constante do PRF-RJ, sendo composta por breve descrição da medida; histórico até o mês de competência a que se refere o relatório; previsão de impacto financeiro; ações realizadas no mês e apreciação do Conselho.

Medidas de Caráter Continuado

1.Revisão dos Incentivos Fiscais - (Anexo 18 do PRF-RJ - RESERVADO)

Descrição: Redução dos incentivos fiscais.

Histórico: Medida de caráter estruturante, elaborada a partir de estudo conjunto realizado pela Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico e SEFAZ/RJ, em que se avaliaram os incentivos que poderiam ser alterados. Foram publicados em 28/12/2017 os Decretos nº 46.207/2017 e 46.208/2017, que revogam e alteram isenções concedidas, com previsão de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018. Como na estimativa do Anexo 18 foram utilizados os valores no regime de competência, somente em fevereiro de 2018 seria possível apurar o valor realizado de janeiro. Também em janeiro deste ano, algumas ações previstas no acompanhamento do plano de trabalho apresentado demonstraram atraso, como a revisão de Resoluções e Portarias correlatas, a revisão de Termos de Acordo e o acompanhamento dos Compromissos.. A área responsável alertou para a possibilidade de impacto negativo na base tributária total, pela saída de empresas, e pela consequente redução de emprego e renda, comprometendo o ambiente de negócios do ERJ. No mês de maio, as frustrações no Anexo 18, seja por medidas não executadas ou por revogações que não geraram o impacto desejado, levaram a área responsável a estimar a necessidade de compensação de R$ 335 milhões. Permaneceram os atrasos na revisão de Resoluções e Portarias correlatas e nos Termos de Acordo ou de Compromisso..

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual de R$ 1,005 bilhão; R$ 1,34 bilhão; e R$ 1,340 bilhão, nos exercícios de 2018 a 2020 respectivamente.

Realizado no mês: A área responsável estimou a necessidade de compensação de R$ 341 milhões devido às frustrações do Anexo 18. Permanecem os atrasos na revisão de Resoluções e Portarias correlatas e nos Termos de Acordo ou de Compromisso. Foi apontado impacto positivo no mês de R$ 252,3 milhões e acumulado desde o início de vigência do PRF de R$ 529,9 milhões.

Apreciação: Metodologia do impacto financeiro ainda não foi entregue a este CSRRF. O CSRRF solicitou através do ofício SEI nº 32/2018 encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento status da medida bem como a atualização das projeções.

2. Revisão do Preço Mínimo do Petróleo - (Anexo 20 do PRF-RJ)

Descrição: Revisão pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, da Nova Metodologia de formulação do Preço Mínimo do Petróleo - PMP, adotado para o cálculo das participações governamentais (royalties e outras participações).

Histórico: Em 26/09/2017 se deu a publicação da Resolução ANP nº 703/2017, que estabeleceu a nova metodologia de cálculo de preço referência, bem como a regra de transição. De posse das informações sobre produção, repassadas pela ANP em 28/12/17, a área responsável recalculou a estimativa de receita de royalties e participações especiais, para os anos de 2018 a 2021. Estimou-se uma redução de aproximadamente R$ 1,8 bilhão na expectativa de receita da medida constante do PRF-RJ, entre 2018 e 2021. A área responsável ressalta que a nova estimativa de receita de participações governamentais de 2018 já supera o valor estimado no PRF para o mesmo ano, e poderá compensar a perda estimada desta medida de ajuste.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual de R$ 649 milhões, R$ 1,100 bilhão e R$ 1,617 bilhão, nos exercícios de 2018 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: O valor do mês de junho foi positivo em R$ 54 milhões e em R$ 324 milhões acumulado desde o início de vigência do PRF.

Apreciação: Devido à periodicidade da divulgação dos dados de produção, deverá ser considerado, durante todo o ano, o atraso de dois meses para a aferição dos resultados.

3. Auditoria Previdenciária - (Anexo 26 do PRF-RJ)

Descrição: Realização de auditoria nas bases de dados previdenciários, com vistas a identificar pagamentos considerados irregulares.

Histórico: Foram firmados Acordos de Colaboração Técnica com municípios e estados, e com o INSS. Além dos acordos, o PRF-RJ prevê operação de crédito de R$ 50 milhões para esse fim. De acordo com o Rioprevidência, a economia constante do PRF é derivada de ações de auditoria realizadas desde 2012, resultando em um montante total de R$ 423 milhões acumulados até 2017.

Previsão de Impacto: O valor do impacto anual previsto, comparativamente ao cenário-base, é de R$ 423 milhões, R$ 784 milhões, R$ 839 milhões e R$ 893 milhões, nos exercícios de 2017 a 2020, respectivamente, considerando o efeito cumulativo de ações de auditoria empreendidas desde 2012.

Realizado no mês: No mês de junho foram firmados mais 4 Acordos de Cooperação Técnica, perfazendo 58 convênios ativos. Com o cruzamento das bases de dados foram economizados R$ 2,45 milhões, e com as auditorias, R$ 78,24 mil, totalizando R$ 2,53 milhões no mês e R$ 51,4 milhões desde o início de vigência do PRF.

Apreciação: O CSRRF solicitou através do ofício SEI nº 32/2018 encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento que a estimativa inicial seja verificada com maior rigor técnico para a atualização das projeções que está em curso.

4. Modernização da Gestão Fazendária - (Anexo 17 do PRF-RJ)

Descrição: Modernização da Gestão Fazendária, com vistas a aumentar a eficiência da arrecadação tributária estadual.

Histórico: Medida de caráter estruturante, o projeto de modernização tecnológica fazendária foi construído a partir das oportunidades levantadas pelas áreas de negócios da SEFAZ/RJ e, posteriormente, incorporadas ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI. O projeto de modernização tem como principais objetivos: (i) atuar de forma abrangente e tempestiva na identificação de indícios de irregularidade; (ii) permitir ao contribuinte se regularizar em momento próximo ao fato gerador do crédito tributário, tornando a cobrança devida mais eficaz; e (iii) direcionar a atuação fiscal, após a tentativa sistêmica, priorizando os maiores valores com maiores chances de recuperação. O PRF-RJ prevê a realização de operação de crédito para o desenvolvimento destas ações, no valor de R$ 250 milhões em 2017. a Lei nº 7.940/2018 foi sancionada em 17/04/2018. O cronograma das fases 3 e 4 foram impactados pela não realização da operação de crédito que iria financiar as suas ações. A SEFAZ está canalizando recursos próprios na medida para reverter o atraso. Em 14 de maio de 2018, foi realizada audiência pública na SEFAZ, para discussão e apresentação dos aspectos técnicos da operação de crédito que irá custear a medida de ajuste de modernização fazendária.

Previsão de Impacto: Espera-se obter incremento progressivo da arrecadação do ICMS, conforme as diversas ações do projeto entrem em fase de produção. A medida foi planejada para ter impacto anual de R$ 112 milhões, R$ 504 milhões, R$ 896 milhões e R$ 1,086 bilhões, nos exercícios de 2017 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Em 13/06/2018 o CSRRF recebeu o ofício SEFAZ/SGAB Nº 508/2018 contendo, entre outras, nota técnica sobre o Programa Fazendário de Investimento em Tecnologia - PROFIT. A área chama a atenção para o atraso na realização da operação de crédito. Não houve impacto no mês e acumulado de R$ 745,3 milhões desde o início de vigência do PRF.

Apreciação: O CSRRF solicitou um maior detalhamento do Projeto previsto para a Operação de Crédito autorizada uma vez que terá que se pronunciar sobre a mesma.

5. Alteração de Alíquotas de ICMS - (Anexo 15 do PRF-RJ)

Descrição: Aumentos de alíquota em operação com energia elétrica, na prestação de serviços de comunicação, em operação com cerveja e chope e em operação com gasolina.

Histórico: Aprovação da Lei Estadual nº 7.508/2016, em 30 de dezembro de 2016, alterando as alíquotas anteriormente referidas. Em virtude do cumprimento da noventena, o início de sua vigência e, consequentemente, de seus efeitos financeiros, ocorreram a partir de abril de 2017. O Conselho solicitou à Secretaria de Fazenda e Planejamento informações acerca da viabilidade de individualizar os impactos na arrecadação estadual do ICMS provenientes da medida, por meio do Ofício SEI nº 13/2017/CSRRFMF, enviado em 29/11/2017. Apesar de ainda não ter sido possível isolar totalmente o impacto da medida, de forma preliminar a área responsável têm elaborado estimativas mensais. No mês de maio a área informou que foi alterada a metodologia de cálculo do impacto, pois passaram a serconsiderados valores nominais, sem o ajuste da inflação. Por esse motivo os valores desde janeiro de 2018 foram alterados, perfazendo um total acumulado no ano de R$ 292,43 milhões, e no mês de R$ 35,75 milhões.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual na receita nos montantes de R$ 325 milhões, R$ 623 milhões, R$ 653 milhões e R$ 687 milhões, nos exercícios de 2017 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Foi estimado um impacto no mês de R$ 47,1 milhões e acumulado desde o início de vigência do PRF de R$ 734,1 milhões.

Apreciação: O Conselho ainda aguarda a resposta ao Ofício CSRRF nº 13, de 27 de novembro de 2017, no qual solicitou definição sobre metodologia que relacione o impacto esperado sobre o aumento de arrecadação em função do aumento da alíquota do ICMS. Enquanto não houver uma metodologia robusta para cálculo do efeito de cada medida, o Conselho irá monitorar a arrecadação total do tributo, bem como o andamento do cronograma de implementação das medidas propostas.

6. Aumento das Alíquotas de Contribuição Previdenciária - (Anexo 25 do PRF-RJ)

Descrição: Aumento da Alíquota de Contribuição Previdenciária dos servidores públicos para 14%, e da alíquota patronal para 28%.

Histórico: A Lei Estadual nº 7.606, de 26 de maio de 2017, alterou o art. 35-A da Lei Estadual nº 3.189/1999, ao majorar as alíquotas de contribuição previdenciária dos Planos Financeiro e Previdenciário, tanto para os participantes, quanto para o Estado, salvo a parte patronal do Plano Previdenciário, que se manteve sem alteração. Ressalta-se que a Lei condicionou a implantação da nova alíquota à quitação integral dos salários em atraso (incluindo o 13º salário relativo ao exercício de 2017). O recolhimento majorado no Poder Judiciário, Ministério Público, TCE, DPGE, e em alguns órgãos do Poder Executivo foi iniciado em setembro de 2017. A partir da folha de maio de 2018 a cobrança da nova alíquota de 14% foi implantada de forma integral.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto mensal a partir de outubro de 2017. O valor do impacto anual previsto é de R$ 236 milhões, R$ 605 milhões, R$ 582,5 milhões e R$ 555 milhões, nos exercícios de 2017 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Houve impacto positivo na receita no valor de R$ 42,73 milhões e acumulado desde o início de vigência do PRF de R$ 248,2 milhões.

O aumento da alíquota previdenciária dos servidores públicos estatutários ativos e inativos do Estado, dos planos financeiro e previdenciário, de 11% para 14%, concedido por meio da Lei 7.606, de 26/05/2017, havia sido suspenso por decisão tomada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ), em 09/07/2018, em concessão de tutela de urgência. Em 25/07/2018 o STF deferiu liminar favorável ao governo fluminense para manter alíquota previdenciária de 14%. Na prática a liminar do TJRJ não teve efeitos porque o acórdão não chegou a ser publicado.

Apreciação: O impacto do atraso em sua implementação gerou uma frustração acumulada de R$ 282,9 milhões.

7. Revisão do Repetro - (Anexo 22 do PRF-RJ)

Descrição: O Repetro é o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural.

Histórico: Inicialmente foi identificada a necessidade de se alterar a Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir) e/ou a Constituição Federal no sentido de tornar definitiva a incidência do ICMS Importação sobre o arrendamento mercantil. Posteriormente vislumbrou-se uma solução mais efetiva via convênio (REPETRO - SPED) celebrado no âmbito do CONFAZ para transmudar a admissão temporária de plataformas em aquisição de ativos permanentes, e dessa forma instituir a cobrança de ICMS Importação com alíquota reduzida, bem como impor a renúncia a quaisquer direitos de recuperação de indébitos oriundos do julgamento do Recurso Extraordinário STF 540.829. Em 29/11/17 foi aprovada pela Câmara dos Deputados a MP nº 795, que ampliou o regime anterior, e o estendeu por mais 20 anos, passando de 2020 para 2040. A MP, que estava em vigor desde agosto, foi sancionada em 28/12/17, na forma de Lei Federal nº 13.586/2017. Em 16/01/2018 foi celebrado o convênio ICMS nº 03/2018 no âmbito do CONFAZ que "Dispõe sobre a isenção e redução de base de cálculo do ICMS em operação com bens ou mercadorias destinadas às atividades de pesquisa, exploração ou produção de petróleo e gás natural". Em 05/02/2018, foi publicada a adesão do ERJ ao REPETRO, por meio do Decreto Estadual nº 46.233, que dispõe sobre a isenção e redução de base de cálculo do ICMS incidente em operações relativas a bens ou mercadorias aplicados nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, disciplinada pelo Convênio ICMS 03/2018 e pela Lei Federal nº 13.586/2017 (REPETRO-SPED). Contudo, está em trâmite na Alerj o PL 3.660/2017, que poderia restringir o alcance do Repetro apenas à fase exploratória dos projetos de óleo e gás. Tal mudança implicaria, na prática, em cobrança de impostos sobre a importação de equipamentos na atividade de produção. A área responsável entende que o impacto do PL poderá ser negativo, pois se voltaria à situação anterior de não arrecadação de ICMS Importação no Repetro. Além disso, o Estado corre o risco de sofrer ações de restituição dos valores pagos durante o Repetro anterior, tendo em vista a possibilidade da retroatividade da decisão do STF sobre a Admissão Temporária.

Previsão de Impacto: A medida tem impacto planejado a partir de julho de 2018. O valor do impacto anual previsto é de R$ 250 milhões, R$ 550 milhões e R$ 550 milhões, para os exercícios de 2018 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: No mês de junho a área identificou impacto positivo de R$ 11,9 milhões e acumulado desde o início de vigência do PRF de R$ 224,8 milhões. O PL nº 3.660/2017 segue sem data para entrar em discussão.

Apreciação: O Conselho continuará a monitorar o andamento das questões legais envolvendo o REPETRO.

8. Nova Metodologia Preço de Referência do Gás e Participações Especiais - (Anexo 32 do PRF-RJ)

Descrição: Revisão, pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, da nova metodologia de formulação do preço de referência do gás natural - PRGN, adotada para o cálculo das participações governamentais (royalties e outras participações).

Histórico: A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, estabeleceu, em 14 de dezembro de 2009, a Resolução ANP nº 40, retificada em 18 de dezembro de 2009, para fixação do preço de referência do gás natural - PRGN, produzido nos campos pertencentes às concessões, a ser adotado para fins de cálculo das participações governamentais. A revisão da metodologia de cálculo do preço de referência do gás natural, objeto da Resolução ANP nº 40/2009, foi incluída na Agenda Regulatória 2017-2018, e tem em seu cronograma a data de publicação reprogramada para agosto de 2018.

Previsão de Impacto: O valor do impacto anual previsto é de R$ 505 milhões e R$ 571 milhões, nos exercícios de 2019 e 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Sem alteração.

Apreciação: Considerando que a medida não gera resultados em 2018, não há necessidade de supervisão imediata por parte deste Conselho.

9. Reestruturação Administrativa - (Anexo 27 do PRF-RJ - RESERVADO)

Descrição: A reestruturação administrativa tem como escopo a extinção ou a concessão de uso à iniciativa privada de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Histórico: A medida prevê aumento de despesa em 2018, devido ao impacto do gasto demissional dos servidores. O PRF-RJ prevê operação de crédito para a Reestruturação Administrativa no valor de R$ 200 milhões, em 15/06/2018. Com vistas a reinstituir a Comissão Diretora do Programa Estadual de Desestatização - PED, foi publicado, em 18/09/2017, o Decreto nº 46.087, que altera o Decreto nº 21.916/95, o qual regulamenta a Lei nº 2.470/95 e dispõe sobre o PED. A expectativa conforme o plano de trabalho era de que quatro ações dessa medida se concretizassem até 30 de abril de 2018. A segunda reunião, marcada para o mês de janeiro, somente ocorreu em uma das estatais, que apresentou a 1ª versão de seu Plano de Desestatização, o qual fora remetido para validação pela Comissão Diretora do PED. A Comissão identificou complexidade relacionada ao passivo trabalhista da entidade. Publicada a Lei nº 7.941 em 24/04/18, que autoriza o Estado a contratar operações de crédito, até o valor de R$ 200 milhões, destinado à reestruturação da administração pública do Estado do Rio de Janeiro. Porém a Lei veda a extinção das universidades, sociedades de economia mista e todas as empresas públicas além de algumas Fundações. No mês de maio, por deliberação da Comissão Diretora do Programa Estadual de Desestatização, a partir da vedação à extinção de empresas estatais no escopo da Lei Estadual nº 7.941/2018, esta ação encontra-se suspensa.

Previsão de Impacto: O valor do impacto anual previsto, comparativamente ao cenário-base, é de R$ 316 milhões e R$ 329 milhões, nos exercícios de 2019 e 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Em 13/06/2018 o CSRRF recebeu o ofício SEFAZ/SGAB Nº 508/2018 contendo, entre outras, nota técnica sobre Programa de Desligamento Voluntário - PDV para 14 empresas estaduais. A economia anual foi estimada em R$ 48,3 milhões a partir de 2019, supondo que a implantação ocorra de modo pleno no segundo semestre de 2018.

Apreciação: O CSRRF solicitou através do ofício SEI nº 32/2018 encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento formalização das ações que serão adotadas pelo Estado para a sua inclusão na atualização das projeções que está em curso.

10. Royalties e Participações Especiais do Campo de Libra - (Anexo 19 do PRF-RJ)

Descrição: Recebimento dos Royalties e Participações Especiais do Campo de Libra.

Histórico: De acordo com o contrato de partilha de Libra, a data limite para a declaração de Comercialidade do campo fora estipulada para dezembro de 2017. Para este ano, ainda estava previsto Teste de Longa Duração - TLD, com produção estimada em 30 mil barris de petróleo por dia, que seria ser iniciado a partir de julho.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual na receita de royalties e participações especiais de R$ 444 milhões, R$ 626 milhões, R$ 755 milhões e R$ 880 milhões, nos exercícios de 2020 a 2023, respectivamente.

Realizado no mês: Sem alteração.

Apreciação: Considerando que a medida não gera resultados em 2018 e 2019, não há necessidade de supervisão imediata do CSRRF.

11. Imposto sobre Transmissão Causa-Mortis e Doação - ITD - (Anexo 16 do PRF-RJ)

Descrição: Proposta de alterar a faixa de isenção utilizada para a transmissão causa mortis de imóveis residenciais a pessoas físicas, no Imposto sobre Transmissão Causa-Mortis e Doação, de quaisquer Bens e Direitos - ITD.

Histórico: A Lei nº 7.786/17 foi publicada em 17/11/2017, produzindo efeitos a partir de 01/01/2018. Em 21/12/2017 foi deferida medida cautelar em Representação de Inconstitucionalidade nº 0073203-97.2017.8.19.0000, de 21 de dezembro de 2017, que determinou a suspensão dos efeitos da Lei até o julgamento definitivo da demanda. Em janeiro, a Procuradoria Geral do Estado ajuizou um pedido de suspensão da liminar no STF contra a decisão do TJ. Por orientação da PGE, as novas alíquotas passaram a produzir efeito a partir de 16.02.2018

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para gerar impactos anuais de R$ 100 milhões, R$ 107 milhões e R$ 115 milhões, nos exercícios de 2018 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Foi identificado impacto no mês de junho de R$ 37,9 milhões e acumulado desde o início de vigência do PRF de R$ 144,6 milhões.

Apreciação: A medida caminha para atingir seu resultado conforme planejado.

12. Alienação de Imóveis do Rioprevidência - (Anexo 23 do PRF-RJ)

Descrição: Alienação e locação de imóveis do Rioprevidência.

Histórico: A Lei Estadual nº 3.189/1999 autoriza a alienação e a oneração dos bens imóveis do Rioprevidência, desde que sejam desnecessários ao funcionamento de suas atividades administrativas. No mês de maio de 2018 as licitações foram suspensas devido ao processo judicial nº 0074359-23.2017.8.19.0000.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual de R$ 130 milhões, R$ 150 milhões e R$ 20 milhões, nos exercícios de 2018 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Identificados mais imóveis no valor de R$ 11.499.664,00 reduzindo a necessidade de identificação da diferença entre o valor estimado e o valor dos imóveis disponíveis para venda em R$ 18.500.336,00. O pedido objeto do processo judicial foi denegado, mas o autor entrou com agravo/embargo e no momento se encontra pendente de decisão.

Apreciação: O Rioprevidência deve indicar imóveis cujo montante total constante no laudo corresponda à diferença entre o valor esperado de alienação estimado no Anexo 23 e o do Acompanhamento do Plano de Trabalho do mês de junho, no valor de R$ 18,5 milhões. O CSRRF solicitou através do ofício SEI nº 32/2018 encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento status da medida bem como a atualização das projeções.

13. Reforma das Pensões - (Anexo 13 do PRF-RJ)

Descrição: Alteração, no que couber, das regras previdenciárias adotadas pelo Regime Próprio de Previdência Social mantido pelo Estado, em conformidade com a Lei Federal nº 13.135/2015.

Histórico: A medida foi implementada pela adoção da Lei Estadual nº 7.628/2017, que alterou dispositivos da Lei nº 5.260/2008 e da Lei nº 3.189/1999.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para gerar economia de despesa a partir do exercício de 2021. Os valores previstos são de R$ 52 mil, R$ 160 mil e R$ 330 mil, para os exercícios de 2021 a 2023, respectivamente.

Realizado no mês: Identificado pela área responsável impacto positivo no mês de junho de R$ 3,63 mil e acumulado desde o início de vigência do PRF de R$ 3,4 milhões.

Apreciação: A medida se encontra dentro do prazo planejado.

Medidas de Caráter Pontual

14. Operação de Crédito de Antecipação da Venda da CEDAE - (Anexo 11 do PRF-RJ)

Descrição: Contratação de operação de crédito de antecipação de receita proveniente da alienação da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro - CEDAE.

Histórico: O pregão foi homologado em 07/11/2017, no valor de R$ 2,9 bilhões. Contrato de Mútuo nº 1.412/2017 assinado com o Banco BNP Paribas Brasil S.A., no valor de R$ 2,9 bilhões, publicado em 15/12/2017. Houve entrada de R$ 2 bilhões nos cofres estaduais no mês de dezembro. Entrada do saldo remanescente, de R$ 900 milhões, ocorreu no mês de janeiro de 2018.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter ingresso em setembro de 2017, no valor de R$ 3,5 bilhões.

Realização no mês: Medida já realizada.

Apreciação: A medida foi implementada em valor inferior ao originalmente previsto no Plano. Uma vez que a operação de crédito se trata de medida pontual e de antecipação à venda, ela pode vir a ser compensada por ocasião da venda das ações da CEDAE.

15. Operação com Receita de Royalties e Participações Especiais - (Anexo 21 do PRF-RJ - RESERVADO)

Descrição: Nova operação de securitização dos direitos sobre as receitas de royalties e participações especiais na exploração de óleo e gás natural, no âmbito do Programa de Ajuste de Liquidez da carteira ativa do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência, cujo valor encontra-se definido no Anexo 21 do PRF-RJ.

Histórico: O contrato com a BB Securities que permite e intermediação na negociação com os investidores foi renovado em 25/10/2017. Assinado em janeiro contrato de waiver, que definiu o fluxo de recursos de duas formas: desaceleração dos pagamentos da atual operação de royalties de forma imediata, com impacto no fluxo de caixa a partir do mês de dezembro e realização de nova operação para captação, prevista para fevereiro de 2018. Em maio foi realizada a operação de cessão de R&PE, no valor de US$ 600 milhões, cujo valor líquido destinado ao Rioprevidência totalizou R$ 1,86 bilhão, conforme autorização prevista no waiver assinado em 07/03/18.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto no ano de 2017, com valores estimados de R$ 3 bilhões, dividido nos meses de outubro, novembro e dezembro.

Realizado no mês: Houve impacto no mês de R$ 47,64 milhões relativo à desaceleração da operação realizada em 2014, totalizando R$ 2,5 bilhões no ano.

Apreciação: A antecipação de R&PE realizada a menor está sendo compensada com uma desaceleração dos pagamentos relativos à operação realizada em 2014 e o valor de R$ 3 bilhões deverá ser alcançado até o final do exercício de 2018.

16. Alienação da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Descrição: Alienação da integralidade das ações representativas do Capital Social da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE.

Histórico: A Lei Estadual nº 7.529/2017 autorizou a alienação das ações da companhia. Em 12 de junho de 2017, o Estado do Rio de Janeiro assinou o Acordo de Cooperação Técnica nº 16.2.0569.14 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, tendo por objeto a cooperação técnica para o planejamento e a estruturação de projetos de desestatização. Foi publicado em 28/11/17 o contrato de ressarcimento entre o ERJ e o BNDES, para contratação de empresa especializada em modelagem. Em 26/01/18 foi realizada reunião de kickoff do projeto, com a participação do consórcio FATOR/CONCREMAT/VG&P - SANEAMENTO RIO DE JANEIRO (contratado em 02/02/2018 pelo prazo máximo de 24 meses pelo BNDES), BNDES e CEDAE, e em 29/01/18 foram iniciados os debates para as atividades de modelagem, com prazo inicial de 130 dias. Em fevereiro deste ano iniciou-se a fase de elaboração do arranjo jurídico institucional, por meio do qual os serviços de saneamento poderão ser prestados aos usuários pela empresa CEDAE com a desestatização da mesma. . O consórcio apresentou quatro estudos: Plano de Trabalho, Plano de Comunicação, Estudo de Demanda e Relatório sobre os Planos Municipais de Saneamento Básico, que estão em fase de revisão pelo BNDES.

Previsão de Impacto: A medida tem previsão de ingresso de recursos somente em 2020.

Realização no mês: Em 08/06/18 o consórcio apresentou o levantamento dos diagnósticos preliminares dando início ao desenvolvimento dos modelos preliminares. Previsão de término para 31/07/2018.

Apreciação: O CSRRF continuará monitorando as entregas junto ao BNDES, com vista ao cumprimento do cronograma. Em 15 de junho foi elaborado Parecer nº 02/2018 sobre o andamento da privatização que está disponível na página dedicada ao RRF/RJ no Portal de Transparência da SEFAZ/RJ.

17. Venda da Folha de Pagamento - (Anexo 28 do PRF-RJ)

Descrição: A medida visa à Precificação de Rendimentos em Contrato de Prestação de Serviços Bancários por instituição financeira, dentre os quais o pagamento da folha salarial dos servidores ativos e inativos.

Histórico: O Banco Bradesco arrematou a operação da folha, por 60 meses, a partir 1º de janeiro de 2018, pelo lance de R$ 1.317.800.000,00. A homologação do resultado foi publicada no Diário Oficial do Estado em 10/08/2017. O contrato foi assinado e o valor dessa operação entrou no caixa estadual em agosto de 2017.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto em outubro de 2017, no valor de R$ 1,44 bilhão, e em outubro de 2022, no valor de R$ 1,78 bilhão.

Realizado no mês: Medida já realizada.

Apreciação: O impacto de sua frustração foi de R$ 123,7 milhões entre o valor planejado e o efetivamente arrecadado com a operação.

18. Antecipação da Concessão da CEG e CEG-Rio - (Anexo 29 do PRF-RJ)

Descrição: Antecipação da prorrogação dos contratos de concessão das empresas CEG e CEG-Rio, com recebimento de outorga.

Histórico: Iniciadas conversas com as concessionárias CEG e CEG-RIO sobre a intenção do Estado do Rio de Janeiro de promover a antecipação da prorrogação dos contratos de concessão, que deveriam viger até 2027. As concessionárias estão avaliando junto aos seus Conselhos de Administração se há interesse na antecipação da prorrogação, bem como sua adequação jurídica e as condições financeiras que as companhias estão dispostas a suportar. Este Conselho de Supervisão enviou a Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico, em 29 de setembro de 2017, o Ofício n° 2/2017 solicitando providências. Em resposta ao ofício do CSRRF/RJ, a Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico enviou o ofício CC/SDE nº 80, em 22/11/2017, informando que o início das tratativas só ocorreria em janeiro de 2018. As concessionárias CEG e CEG-RIO comunicaram, através do Ofício PRESI- 001/2018, de 11 de janeiro de 2018, que realizaram estudos técnico-jurídicos, que indicam a possibilidade da antecipação da prorrogação dos contratos de concessão. Entretanto, as concessionárias decidiram contratar uma consultoria técnica externa especializada, com o objetivo de elaborar uma avaliação detalhada que permita identificar as condições para a referida antecipação, no prazo de 90 dias.

Previsão de Impacto: A medida previa arrecadar R$ 800 milhões com as novas outorgas, entre novembro e dezembro de 2017.

Realizado no mês: Sem alteração.

Apreciação: A medida se encontra atrasada, pois havia previsão de entradas de recurso no valor de R$ 800 milhões em 2017, que não se concretizaram. Como se trata de medida pontual, ela afetou a disponibilidade financeira de 2017, no entanto, caso sua execução ocorra até 2020, ela não irá impactar o resultado final do PRF-RJ, em 2020. O CSRRF solicitou através do ofício SEI nº 32/2018 encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento status da medida bem como a atualização das projeções.

19. Concessão de Linhas de Ônibus - (Anexo 30 do PRF-RJ)

Descrição: Licitação para Concessão dos Serviços Públicos Estaduais de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros por Ônibus.

Histórico: Em 31/08/2017 foi recebido ofício do Sr. Subsecretário de Estado de Transportes, com o cronograma de atividades a ser executado. Em 25/10/2017 foi recebido ofício do Vice-Presidente do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO, com relatório e cronograma de atividades, cujo início depende de revogação da liminar deferida no processo judicial nº 0078673-43.2016.8.19.0001, que impede o prosseguimento do processo licitatório. O Conselho solicitou à Secretaria de Estado de Transporte mais informações sobre o seu Plano de Trabalho, por meio Ofício SEI nº 14/2017/CSRRF/RJ, em 30/11/2017. Conforme cronograma constante do Plano de Trabalho seriam necessários 380 dias para que se desse a assinatura do contrato de concessão, a partir da revogação da liminar. Em janeiro, o Processo Administrativo nº E-10-005/10244/2016 foi encaminhado ao DETRO, por orientação da Assessoria Jurídica da SETRANS, para prosseguimento dos atos da fase interna, já que a vedação contida na liminar se referia tão somente aos atos atinentes à fase externa, segundo a PGE. Em 26.02.2018 foi publicado acórdão proferido em Agravo nº 002498708.201.8.01.0000, interposto pelo ERJ e DETRO, contra decisão que determina a paralisação de todos os atos que impliquem no prosseguimento da licitação. Entendeu a 3ª Câmara Cível que tal decisão engessa o procedimento licitatório, autorizando o Estado a realizar audiência pública, por se tratar de ato preliminar à publicação do Edital. O Processo Administrativo Em março, os autos se encontravam em fase final de análise pela ASJUR/SETRANS.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para gerar receitas nos meses de outubro a dezembro do exercício de 2018, no valor de R$ 142,2 milhões cada.

Realizado no mês: A ASJUR/SETRANS está aguardando atualização dos estudos da FGV para concluir a análise e enviar à PGE. Os estudos tem duração estimada de 90 dias e dependem de aditivo contratual com a FGV, além de definições da prefeitura do Rio de Janeiro no que diz respeito à operação intermunicipal no corredor BRT Transbrasil.

Apreciação: A medida se encontra atrasada, uma vez que seu impacto inicial estava previsto para o mês de outubro de 2018. Considerando o período total de 380 dias para execução da medida, sua conclusão deverá ocorrer em 2019, afetando a disponibilidade financeira de 2018. No entanto, caso sua execução ocorra em 2018 ou 2019, ela não irá prejudicar o resultado final do PRF-RJ em 2020. O CSRRF solicitou através do ofício SEI nº 32/2018, encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento, status da medida bem como a atualização das projeções.

20. Securitização da Dívida - (Anexo 24 do PRF-RJ)

Descrição: Cessão dos direitos creditórios consistentes no fluxo financeiro decorrente da cobrança de créditos inadimplidos dos tributos administrados pela SEFAZ/RJ, e de créditos de qualquer natureza inscritos em dívida ativa, por meio de Sociedade de Propósito Específico - SPE.

Histórico: A Lei Estadual nº 7.040, de 09 de julho de 2015 autorizou a cessão dos direitos creditórios. Em 18 de setembro de 2017, fora realizada audiência pública na SEFAZ, conforme trâmite definido pela Procuradoria Geral do Estado e pelo Tribunal de Contas do Estado. Em 19 de setembro de 2017, o plenário do TCE-RJ se reuniu e deu voto favorável ao pleito, encaminhando-o a sua assessoria jurídica para análise. Contra a decisão do plenário do TCE-RJ, foi impetrada representação do MP, e o pleito que se encontrava na assessoria jurídica do TCE-RJ foi enviado para análise do Conselheiro-Relator.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto nos exercícios de 2017 e 2018, nos montantes de R$ 194 milhões e R$ 881 milhões, respectivamente.

Realizado no mês: Sem alteração.

Apreciação: A medida se encontra atrasada, pois havia previsão de entradas de recurso no valor de R$ 472,2 milhões, até 30 de junho de 2018. Como se trata de medida pontual, ela impactou negativamente o resultado neste exercício. Considerando o período previsto de sete meses para o efetivo ingresso dos recursos, a contar da aprovação do TCE-RJ, conforme relatório da Companhia Fluminense de Securitização - CFSEC, não há mais expectativa de realização desses recursos ainda em 2018. O CSRRF solicitou através do ofício SEI nº 32/2018 encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento status da medida bem como a atualização das projeções.

IV - EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

A evolução dos resultados orçamentários e financeiros está demonstrada no Anexo I. Este apresenta quadro com os valores das receitas arrecadadas e das despesas liquidadas no mês de referência (coluna I) e no acumulado do ano (coluna II). O quadro contém os valores previstos no PRF-RJ e os realizados. Adicionalmente, traz os valores acumulados para o período compreendido entre 2017 e 2020 (coluna III), vigência inicial para três anos de Regime de Recuperação Fiscal - RRF, e entre 2017 a 2023 (coluna IV), considerando-se uma possível prorrogação do RRF para seis anos.

Durante a execução mensal do Plano, este Anexo I apresentará apenas o resultado orçamentário e o resultado primário fiscal para os períodos considerados. Dada a dificuldade de apuração mensal dos restos a pagar ao longo do exercício, os resultados primário ajustado e nominal (apurado pelo regime de competência, em conformidade ao disposto no §1º do art. 17 do Decreto nº 9.109/2017) serão apresentados somente nos relatórios referentes ao mês de encerramento do ano fiscal. Ressalta-se que a Resolução CSRRF nº 02/2018 contém a análise dos resultados primário e nominal de 2017.

A seguir estão discriminadas as principais diferenças de receitas acumuladas de janeiro de 2017 a junho de 2018:

Desempenho da Receita PRF/RJ (em R$ milhões - acumulado até junho/2018)			
Item de Receita	Diferença acumulada até o mês de referência	Frustração / Excesso	Observações
Receitas Tributárias	576,8	Excesso	Destacam-se a arrecadação do IRRF e de outras receitas tributárias.
Receitas de Contribuições	(956,3)	Frustração	Resultado impactado pela não implementação da nova alíquota previdenciária no prazo estimado e pelo fluxo de contabilização das receitas previdenciárias que será acertado no mês de julho de 2018.
Receita Patrimonial	731,6	Excesso	
Transferências Correntes	2.363,0	Excesso	Destaca-se o impacto das receitas advindas de Royalties e Participações Especiais, com realização de R$ 2,5 bilhões acima do previsto no Plano até 30.06.2018.
Demais Receitas Correntes	(5.885,8)	Frustração	Resultado impactado pelo atraso na implementação da medida: Antecipação da CEG e CEG-Rio (R$ 800 milhões). A Antecipação de Royalties & PE (R$ 3,0 bilhões) foi prevista nesta rubrica de receita originalmente no Plano, porém a entrada dos recursos se deu em RECEITAS DE CAPITAL.
Receitas de Capital	(2.183,6)	Frustração	Resultado impactado negativamente pela frustração na receita de operação de crédito de Antecipação de alienação da CEDAE (R$ 600 milhões) e diferença no desembolso de demais Operações de Crédito em andamento pelo
			ERJ (R$ 1,75 bilhão). Resultado impactado positivamente por Alienação de Bens, onde foi contabilizada a entrada de recursos provenientes da operação de securitização de R&PE, no valor de R$ 1,86 bilhão.
Total	(5.354,3)	Frustração	

Em relação às despesas totais, conforme se constata da análise do Quadro II do Anexo A, o resultado acumulado até o mês de junho de 2018 indica uma diferença de cerca de R$ 4.986,5 milhões a menor do que a previsão constante do PRF-RJ. Não é possível, no entanto, afirmar que se trata de economia de despesa, uma vez que pode ser apenas um atraso na liquidação da mesma.

A tabela a seguir discrimina os principais grupos de despesa que apresentaram, no período acumulado de janeiro de 2017 a junho de 2018, as maiores diferenças:

Desempenho da Despesa PRF/RJ (em R$ milhões - acumulado até junho/2018)			
Item de Despesa	Diferença acumulada até o mês de referência	Economia / Excesso	Observações
Pessoal e Encargos Sociais	872,2	Economia	A economia foi obtida na despesa com Pessoal Ativo, no valor de cerca de R$ 2,3 bilhão. Quanto à Despesa com Inativos, tendo em vista a necessidade de compatibilizar as Fontes de Recursos com a finalidade do gasto, foram cancelados Restos a Pagar de 2017, e reconhecidas DEAs em 2018, o que gerou esse aparente aumento da despesa com Inativos e Pensionistas.
Juros e Encargos	(1,3)	Excesso	
Outras Despesas Correntes	1.375,4	Economia	
Despesas de Capital	2.740,2	Economia	Execução abaixo do previsto em grande parte pela não realização de alguns investimentos previstos. Inclui também a diferença de cerca de R$940 milhões no valor de amortização da Dívida (originalmente, quando da elaboração do PRF-RJ, não havia clareza em relação à metodologia de pagamento e aos valores atrasados a serem amortizados na vigência do Plano, o que causou a diferença apontada).
Total	4.986,5	Economia	

V - OBSERVÂNCIA DAS VEDAÇÕES

A Lei Complementar nº 159/2017 dispõe em seu art. 8º sobre as vedações impostas ao Estado que aderir ao RRF. O Decreto Federal nº 9.109/2017, que a regulamenta, dispõe no inciso XIV de seu art. 23 que compete ao Conselho de Supervisão: "monitorar a observância às vedações estabelecidas no art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017".

Para tal fim, foram solicitadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública do Estado, declarações de que estariam observando as vedações dispostas na LC Federal nº 159/2017, e em sua regulamentação posterior. Tais declarações foram recebidas.

Ressalta-se, contudo, a aprovação da Lei estadual nº 7.946/2018, publicada em 02 de maio de 2018, que dispõe sobre a Reestruturação do Plano de Cargos e Remuneração da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro e do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (PCCS) e dá outras providências. O Poder Executivo vetou todos os artigos contidos nessa Lei que acarretavam aumento de despesa, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 8º da Lei Complementar nº 159/2017. Cumpre esclarecer que a Assembleia Legislativa do ERJ (ALERJ) analisou os vetos em sessão plenária, em 15/05/2018, quando foram derrubados por unanimidade, remetendo a eficácia da Lei e, portanto, seus efeitos financeiros de aumento de despesa de pessoal, à aprovação deste Conselho de Supervisão. Em 29 de junho de 2018 foi publicada a derrubada dos vetos no Diário Oficial do ERJ.

Em 15/06/2018, foi publicado Decreto Estadual, de 14 de junho de 2018, no qual foram nomeados 79 candidatos aprovados e classificados em concurso realizado em 2011, para ocuparem cargos na Classe Inicial, do Quadro I-Parte Permanente da Administração Direta do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, do Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE, da Secretaria de Estado de Educação. Tal decreto restou fundamentado pelo Parecer ASJUR/SEEDUC nº 01/2018 - LTPF, o qual obteve aprovação parcial dos respectivos Procurador-Geral e Subprocurador-Geral do Estado, contrariando, não obstante, entendimento expresso da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, lavrado no Parecer SEI nº 44/2018/CPN/PGACA/PGFN-MF, que este Conselho, por sua vez, fez propagar aos chefes dos Poderes estaduais, do MPERJ, do TCE e da DPGE, por meio do Ofício Circular SEI nº 1/2018/CSRRF-MF.

Foi publicado em 13/07/2018 o veto total aos Projetos de Lei nº 1024 e 1091 de 2018 que dispõem sobre a composição das perdas salariais dos servidores do quadro único de pessoal do Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro e sobre a recomposição de perdas remuneratórias dos servidores do quadro permanente de serviços auxiliares do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro.

VI - AVALIAÇÃO DE RISCOS FISCAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN, em seu Parecer Conjunto nº 001/2017/CORFI/COREM/COPEM/COAFI/COINT/SURIN/STN/MF-DF, examinou os riscos atinentes à implementação das medidas propostas pelo ERJ.

Este Conselho optou por adotar a metodologia proposta pela STN, mas, adicionalmente, classificaram-se as medidas da seguinte forma:

Quanto ao prazo: (i) curto prazo: até 12 meses da data da homologação do Plano; (ii) médio prazo: acima de 12 meses e abaixo de 36 meses da data da homologação do Plano; e (iii) longo prazo: acima de 36 meses da data da homologação do Plano. Essa categorização dá ênfase à necessidade de o Conselho priorizar as medidas que carecem de maior atenção no curto prazo;

Quanto à continuidade: (i) pontual (impacta o fluxo de caixa em um momento específico do Plano); e (ii) contínua (impacta o fluxo de caixa de forma contínua, a contar da data de sua implementação). Essa categorização coloca ênfase sobre a probabilidade de o Conselho ter de solicitar a adoção de medidas compensatórias.

No caso de medidas pontuais, eventual atraso na implementação pode não impactar o resultado nominal ao longo do Plano, dispensando a adoção de medidas compensatórias. Entretanto, a compensação se fará necessária se houver frustração na sua implementação.

Já em relação às medidas de caráter continuado, qualquer atraso de execução implica em impacto no resultado nominal, dando ensejo à necessidade de solicitar a adoção de medidas compensatórias.

O resultado da aplicação da metodologia anteriormente descrita consta no Sumário Executivo.

Em junho o CSRRF recebeu da SEFAZ/RJ informações atualizadas dos passivos contingentes do ERJ que estarão sendo incorporadas na atualização das projeções financeiras do PRF.

VII - DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NOS INCISOS VI E VII DO § 1º DO ART. 2º DA LC FEDERAL Nº 159/2017

Não foi identificada, no período analisado, a realização de saques em depósitos judiciais, conforme determina o inciso VI do §1º do art. 2º da LC Federal nº 159/2017. Tal fato se confirma pela extração de relatório no SIAFE-Rio sobre a natureza de receita específica para esta operação no exercício de 2018:

Cód. NR	Natureza da Receita	Fonte	Total
19909914	Receita oriunda da LC Estadual nº 147 / 2013	91	0,00
19909914	Receita oriunda da LC Estadual nº 147 / 2013	30	0,00
19909914	Receita oriunda da LC Estadual nº 147 / 2013	31	0,00

Em relação ao seu inciso VII, que dispõe sobre a autorização para realização de leilões de pagamento para fins de dar prioridade à quitação de obrigações inscritas em restos a pagar ou inadimplidas, ressalta-se que a Lei Estadual nº 7.629/2017 dispôs no §1º de seu art. 3º que: "o conjunto de dívidas a ser submetido aos leilões de pagamento de que trata este artigo e a frequência dos leilões serão definidos no Plano de Recuperação Fiscal".

O Anexo 37 do PRF-RJ prevê a captação de recursos para o pagamento de restos a pagar por meio de operação de crédito no valor de R$ 3,06 bilhões, em dezembro de 2018. O Projeto de Lei nº 3.871/18, elaborado com este fim, foi apresentado pelo Poder Executivo à ALERJ no mês de março, e aprovada em 16/05/2018.

VIII - NECESSIDADE DE O CONSELHO EXERCER AS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NOS INCISOS III, IV, VIII, IX, X e XV DO CAPUT DO ART. 23 OU A PREVISTA NO ART. 28 DO DECRETO 9.109/2017.

Não houve necessidade.

Anexo A - EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I - Receitas

R$ milhões

	Junho		ACUMULADO (Jan. 2017 a Jun. 2018)		VIGÊNCIA DO PLANO 2017 a 2020		VIGÊNCIA DO PLANO 2017 a 2023	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado + Previsto	Previsto	Realizado + Previsto
RECEITAS CORRENTES (I)	5.699,6	4.846,1	117.818,4	114.647,7	329.906,1	326.735,4	636.266,3	633.095,6
Receitas Tributárias	4.025,6	3.593,8	72.813,3	73.390,1	209.561,8	210.138,6	406.731,1	407.307,9
ICMS	3.281,1	3.131,4	56.935,7	56.554,5	166.987,3	166.606,1	324.926,5	324.545,2
IPVA	77,6	81,5	5.551,9	5.328,4	12.042,7	11.819,2	23.206,0	22.982,5
ITCD	123,9	70,8	1.679,4	1.765,8	5.520,6	5.607,0	11.051,1	11.137,5
IRRF	320,2	120,0	4.809,4	5.514,6	13.905,0	14.610,2	25.786,3	26.491,5
Outras Receitas Tributárias	222,8	190,2	3.836,8	4.226,8	11.106,2	11.496,2	21.761,2	22.151,2
Receitas de Contribuições	428,8	- 60,0	8.387,4	7.431,0	23.077,3	22.120,9	43.050,9	42.094,6
Receitas Previdenciárias	204,4	- 75,1	3.682,6	2.511,7	10.555,4	9.384,6	19.784,9	18.614,1
Receitas Intraorçamentárias (a)	220,0	5,5	4.560,0	4.398,5	12.238,2	12.076,7	22.782,8	22.621,3
Outras Receitas de Contribuições	4,4	9,6	144,8	520,9	283,6	659,7	483,2	859,2
Receita Patrimonial	42,1	50,8	1.553,6	2.285,2	3.702,0	4.433,6	6.264,9	6.996,5
Receita de Aplicações Financeiras (II)	26,3	31,1	478,8	509,3	1.309,2	1.339,8	2.517,2	2.547,8
Outras Receitas Patrimoniais	15,7	19,7	1.074,8	1.775,9	2.392,8	3.093,8	3.747,7	4.448,8
Transferências Correntes	898,9	976,4	20.142,5	22.505,5	68.713,7	71.076,7	139.071,6	141.434,6
Cota-Parte do FPE	111,8	136,3	2.102,2	2.101,9	6.166,8	6.166,5	12.083,2	12.082,9
Cota-Parte do IPI-Exp.	85,2	89,3	1.312,8	1.208,9	3.916,0	3.812,1	7.673,0	7.569,1
Royalties e Participações Especiais	336,7	429,6	10.198,6	12.744,4	39.795,6	42.341,5	82.540,3	85.086,2
Convênios	6,2	31,1	217,5	263,2	401,3	447,1	656,2	701,9
Outras Transferências Correntes	359,0	290,1	6.311,4	6.187,1	18.433,8	18.309,5	36.118,9	35.994,5

Demais Receitas Correntes	304,3	285,0	14.921,7	9.035,8	24.851,3	18.965,5	41.147,7	35.261,9
Dívida Ativa	14,5	10,1	241,4	321,2	704,3	784,2	1.380,0	1.459,9
Demais Intraorçamentária (b)	55,2	96,6	6.144,5	4.300,3	8.010,7	6.166,5	10.731,6	8.887,4
Diversas Receitas Correntes	234,6	178,4	8.535,8	4.414,3	16.136,3	12.014,8	29.036,1	24.914,7
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	517,1	36,7	8.397,1	6.213,5	15.967,0	13.783,4	17.149,5	14.965,9
Operações de Crédito (V)	363,7	12,8	6.310,1	3.249,3	9.536,6	6.475,8	9.536,6	6.475,8
Amortização de Empréstimos (VI)		19,7 23,5	338,5	280,6	979,7	921,8	1.919,6	1.861,8
Alienação de Bens (VII)	86,3	-	803,1	1.950,8	3.536,4	4.684,1	3.596,4	4.744,1
Transferências de Capital	47,5	0,4	325,4	110,4	1.294,2	1.079,2	1.476,7	1.261,8
Convênios de Capital	47,0	0,3	294,9	52,9	1.251,5	1.009,5	1.417,8	1.175,8
Outras Transferências de Capital	0,4	0,1	30,5	57,5	42,7	69,7	59,0	86,0
Outras Receitas de Capital	0,0	-	620,1	620,1	620,1	620,1	620,2	620,2
Outras Receitas de Capital Intraorçamentárias (c)	-	0,0	-	2,3	-	2,3	-	2,3
RECEITA TOTAL (X) = (I + IV)	6.216,7	4.882,8	126.215,5	120.861,2	345.873,1	340.518,8	653.415,8	648.061,5

II - Despesas e Resultados

R$ milhões

	Junho		ACUMULADO (Jan. 2017 a Junho 2018)		VIGÊNCIA DO PLANO 2017 a 2020		VIGÊNCIA DO PLANO 2017 a 2023	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado + Previsto	Previsto	Realizado + Previsto
DESPESAS CORRENTES (XI)	6.367,1	5.500,4	120.809,8	118.563,5	332.410,5	330.164,3	617.117,4	614.871,1
Pessoal e Encargos Sociais	3.298,8	3.123,1	61.570,6	60.698,3	174.250,9	173.378,7	315.031,5	314.159,3
Ativo	1.956,5	1.725,4	34.504,0	32.166,5	94.750,6	92.413,1	169.457,5	167.120,0
Inativos e Pensionistas	1.318,3	1.390,2	26.649,7	28.423,4	74.096,9	75.870,5	137.825,5	139.599,2
Outras Despesas com Pessoal	24,0	7,6	416,8	108,4	5.403,5	5.095,1	7.748,5	7.440,1
Juros e Encargos da Dívida (XII)	6,6	6,8	950,8	952,1	3.271,3	3.272,6	22.844,1	22.845,5
Outras Despesas Correntes	3.061,8	2.370,5	58.288,4	56.913,0	154.888,3	153.513,0	279.241,7	277.866,4
Transferências Constitucionais e Legais	1.331,5	1.299,3	25.505,5	25.477,8	72.450,2	72.422,5	140.974,6	140.946,9
Transferências Voluntárias e Discricionárias	42,1	0,3	735,5	2.252,0	2.073,6	3.590,1	4.007,4	5.523,9
Demais Despesas Correntes	1.688,2	1.071,0	32.047,4	29.183,3	80.364,5	77.500,4	134.259,7	131.395,6
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIII) = (XI - XII)	6.360,6	5.493,6	119.859,0	117.611,4	329.139,3	326.891,7	594.273,2	592.025,7
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	235,8	89,4	5.132,5	2.392,3	11.625,1	8.884,9	36.590,3	33.850,0
Investimentos	201,7	53,1	2.998,9	1.211,5	7.052,8	5.265,3	10.518,0	8.730,6
Inversões Financeiras	2,4	-	42,6	28,6	114,9	100,9	204,2	190,2
Concessão de Empréstimos (XV)	0,8	-	15,0	3,6	40,6	29,2	72,1	60,7
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	1,5	-	27,6	24,9	74,3	71,7	132,1	129,4
Amortização da Dívida (XVII)	31,7	36,3	2.091,0	1.152,2	4.457,4	3.518,7	25.868,0	24.929,3
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XVIII) = (XIV - XV - XVI - XVII)	203,3	53,1	3.026,5	1.236,5	7.127,1	5.337,1	10.650,1	8.860,1
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XIX)	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Intraorçamentária (d)	275,2	317,0	8.904,5	9.467,3	18.449,0	19.011,8	31.714,4	32.277,2
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXI) = (XIII + XVIII + XIX + XX - d)	6.288,6	5.229,7	113.981,0	109.380,9	317.817,4	313.217,4	573.208,9	568.608,9
DESPESA TOTAL (XXII) = (XI + XIV)	6.602,9	5.589,8	125.942,3	120.955,8	344.035,7	339.049,2	653.707,6	648.721,2
RESULTADO PRIMÁRIO FISCAL (XXXVIII) = (IX - XXI)	- 843,1	- 516,4	- 6.400,3	- 3.210,8	- 7.555,1	- 4.365,6	29.122,6	32.312,2
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (XXXV) = (X - XXII)	- 386,3	- 707,0	273,2	- 94,6	1.837,5	1.469,6	- 291,8	- 659,7

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

O CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 23 do Decreto 9.109, de 27 de julho de 2017, e tendo em vista a 11ª Reunião Ordinária, realizada no dia 31 de agosto de 2018, resolve:

Art.1° Aprovar o relatório de monitoramento do plano de recuperação fiscal do Estado do Rio de Janeiro referente ao mês de julho de 2018 na forma do documento anexo.

Art.2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República

EDSON LEONARDO DALESCIO SÁ TELES
Membro do Conselho

ROBERTO SANTOS VICTER
Membro do Conselho

ANDREA RIECHERT SENKO
Membro do Conselho

ANEXO

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

COMPETÊNCIA: JULHO 2018

I- INTRODUÇÃO

O Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal (CSRRF) do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 7ºda Lei Complementar Federal nº 159/2017, e pelo art. 23 do Decreto nº 9.109/2017 que a regulamenta, apresenta o relatório simplificado sobre a execução do Plano de Recuperação Fiscal (PRF/RJ) e sobre a evolução da situação financeira do Estado, referente ao mês de julho de 2018.

Este relatório tem como finalidade monitorar o cumprimento do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro - PRF-RJ, sob quatro aspectos: (i) o acompanhamento da execução das medidas de ajuste e seus impactos; (ii) a evolução dos resultados orçamentários e financeiros, com as medidas compensatórias, caso necessárias; (iii) o monitoramento das vedações; e (iv) a avaliação dos riscos fiscais e passivos contingentes.

A seção denominada "Sumário Executivo" se dedica à consolidação do monitoramento mensal empreendido quanto à execução do PRF/RJ, bem como evidencia outros aspectos considerados relevantes pelo CSRRF, ocorridos no mês de competência.

Adicionalmente, o relatório traz como anexo, sempre que houver, as recomendações, as projeções, os pareceres e as notificações de autoria deste Conselho de Supervisão, nos termos do §3º do art. 30 do Decreto Federal nº 9.109/2017.

Cabe destacar que o relatório de competência referente a junho já se encontra disponível na página eletrônica dedicada ao Regime de Recuperação Fiscal, no Portal de Transparência do Estado do Rio de Janeiro, em consonância com o §2º do art. 30 do Decreto Federal nº 9.109/2017.

II - SUMÁRIO EXECUTIVO

Essa seção fornece uma visão geral sobre o curso dos compromissos assumidos no âmbito do PRF/RJ, com ênfase nas medidas de ajuste e seus impactos financeiros. O acompanhamento detalhado de cada medida encontra-se na seção III deste documento. Apresenta-se adicionalmente quadro com a evolução dos indicadores fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), notadamente os referentes à despesa com pessoal e ao estoque da dívida consolidada líquida, na medida em que no término da vigência do Plano cessa a suspensão dos arts. 23 e 31 da LRF.

Acompanhamento das Medidas de Ajuste

Os quadros 1 e 2 indicam a situação das medidas de ajuste em relação à implementação, bem como ao acompanhamento dos impactos financeiros alcançados, em relação aos previstos originalmente no Plano.

As medidas constantes do PRF-RJ foram agrupadas de acordo com sua classificação entre medidas pontuais ou contínuas, conforme metodologia constante na seção VI deste relatório. Adicionalmente, foram ordenadas de forma decrescente, considerando o impacto financeiro previsto durante a vigência do Regime.

A avaliação da situação de cada medida foi realizada considerando dois critérios: quanto ao cumprimento do prazo e quanto ao resultado financeiro apurado. O primeiro verifica o grau de implementação da medida em relação ao prazo previsto no Plano, podendo os resultados serem classificados entre as seguintes situações: (i) implementado: quando todas as ações necessárias para implementação tiverem sido adotadas; (ii) no prazo: na hipótese de as ações necessárias estarem em fase de implementação, conforme cronograma previsto no Plano; (iii) atrasado: quando o prazo acordado estiver expirado, sem que todas as ações tenham sido implementadas.

O segundo critério analisa a materialidade do resultado financeiro acumulado em relação ao previsto, que pode se dar "conforme esperado" ou "abaixo do esperado". Considera-se "conforme esperado" o resultado acumulado que for igual ou maior que o total previsto até o mês de competência. Em relação ao "abaixo do esperado", tal classificação se desdobra conforme a relevância da frustração relativamente ao somatório do impacto previsto destas medidas para o período de vigência do Plano, ou seja, 2017 a 2020. Neste sentido, frustrações superiores a 1% (equivalente a R$ 330 milhões) do montante estimado para todas as medidas, conforme mostrado nos Quadros 1 e 2, serão classificadas como "críticas", e as demais serão apontadas como "em alerta".

Medidas de Caráter Continuado (Quadro 1):

O Quadro 1 apresenta os status das medidas de ajuste de caráter continuado, com suas respectivas metas e resultados alcançados até o mês de competência.

Quadro 1: Medidas de Caráter Continuado

Medidas de Caráter Continuado	Situação da Medida		Impactos Previstos (R$ Milhões)		Resultado Acumulado Realizado	Diferença Acumulada Realizado - Previsto
	Prazo Cronograma	Resultado Financeiro	2017-2020	Até o mês de referência		
Revisão de Incentivos Fiscais (Anexo 18)[1]	Implementado	Conforme o Esperado	3.684,82	586,00	805,30	219,30
Revisão Preço Mínimo do Petróleo (Anexo 20)[2]	Implementado	Abaixo - em alerta	3.366,40	378,80	378,00	-0,80
Auditoria Previdenciária (Anexo 26)	No prazo	Abaixo Crítico	2.939,00	795,70	64,50	-731,20
Modernização Fazendária (Anexo 17)[1]	No prazo	Conforme o Esperado	2.598,40	383,60	837,70	454,10
Alterações Alíquotas ICMS (Anexo 15)[1]	Implementado	Conforme o Esperado	2.287,80	623,50	672,90	49,40
Majoração Alíquota Contribuição Previdenciária (Anexo 25)	Implementado	Abaixo - em alerta	1.979,10	589,20	292,90	-296,30
Revisão REPETRO (Anexo 22)	Implementado	Conforme o Esperado	1.350,00	41,70	647,20	605,50
Nova Metodologia Preço de Referência do Gás & PE (Anexo 32)	No prazo	Conforme o Esperado	1.076,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação Administrativa (Anexo 27)	Atrasado	Conforme o Esperado	610,60	-20,60	0,00	20,60
Royalties & PE do Campo de Libra (Anexo 19)	No prazo	Conforme o Esperado	444,30	0,00	0,00	0,00
Alterações no ITD (Anexo 16)	Implementado	Conforme o Esperado	321,80	58,30	188,30	130,00
Reforma das Pensões (Anexo 13)	Implementado	Conforme o Esperado	0,00	0,00	6,40	6,40
Impacto Medidas Contínuas			20.658,22	3.436,20	3.893,20	457,00

[1] Ainda não foi concluída a metodologia para o cálculo do impacto gerado pela medida.

[2] Apesar do Status constar "Abaixo em Alerta", dado o montante da frustração, a medida pode ser considerada com Status "Conforme Esperado"

Relativamente ao prazo de implementação das medidas de caráter continuado, conforme se depreende do Quadro 1, apenas uma se encontra atrasada. Do ponto de vista dos resultados financeiros, duas medidas se encontram classificadas na categoria "abaixo - em alerta", e uma em "abaixo - crítico", resultando em frustração acumulada de cerca de R$ 1,03 bilhão.

As maiores frustrações ocorreram nas medidas referentes à Auditoria Previdenciária e à Majoração da Alíquota Previdenciária. Esta última já havia sido totalmente implementada no mês de maio, mas em julho houve reversão da alíquota para algumas categorias de servidores, por meio de decisão judicial. Entretanto, as medidas de caráter continuado, quando analisadas em conjunto, produzem impacto positivo acumulado de R$ 457 milhões, uma vez que as citadas frustrações estão sendo compensadas pelo bom desempenho das demais medidas, principalmente pela Revisão do Repetro, que neste mês exibiu resultado R$ 380,7 milhões superior ao esperado.

Conforme ressaltado anteriormente, a medida de Reestruturação Administrativa previa a realização de operação de crédito para promover a extinção ou a concessão de uso à iniciativa privada de empresas públicas e sociedades de economia mista. No entanto, a Lei estadual nº 7.941/2018, que autoriza a contratação de operação de crédito para a Reestruturação Administrativa, veda a extinção de sociedades de economia mista e empresas estaduais. Dessa forma, a medida está sendo revista pelo Estado.

Medidas de Caráter Pontual (Quadro 2):

O Quadro 2 apresenta os status das medidas de ajuste de caráter pontual, com suas respectivas metas e resultados alcançados até o mês de competência.

Quadro 2: Medidas de Caráter Pontual

Medidas de Caráter Pontual	Situação da Medida		Impactos Previstos (R$ Milhões)		Resultado Acumulado Realizado	Diferença Acumulada (Realizado - Previsto)
	Prazo Cronograma	Resultado Financeiro	2017-2020	Até o mês de referência		
Operação de Crédito CEDAE (Anexo 11)[3]	Implementado	Abaixo Crítico	3.500,00	3.500,00	2.900,00	-600,00
Antecipação de R & PE(Anexo 21)[4]	Implementado	Abaixo Crítico	3.000,00	3.000,00	2.499,55	-500,45
Alienação Recursos Remanescentes CEDAE (Sem anexo)	No prazo	Conforme o Esperado	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Venda da Folha de Pessoal (Anexo 28)	Implementado	Abaixo - em alerta	1.441,50	1.441,50	1.317,80	-123,70
Antecipação de Concessão da CEG e CEG_RIO (Anexo 29)	Atrasado	Abaixo Crítico	800,00	800,00	0,00	-800,00
Concessão de Linhas de Ônibus (Anexo 30)	Atrasado	Conforme o Esperado	776,61	0,00	0,00	0,00
Securitização da Dívida (Anexo 24)[5]	Atrasado	Abaixo Crítico	626,50	557,40	0,00	-557,40
Alienação de Imóveis (Anexo 23)	Atrasado	Abaixo - em alerta	300,00	75,80	4,00	-71,80
Impacto Medidas Pontuais			12.444,61	9.374,70	6.721,35	-2.653,35

[3] Em que pese a frustração de R$ 600 milhões, esse valor poderá ser compensado quando da efetiva alienação da empresa.

[4] A antecipação de R&PE realizada a menor está sendo compensada com uma desaceleração dos pagamentos relativos à operação realizada em 2014.

[5] O valor da medida considera o valor total da securitização deduzido o efeito financeiro reflexo.

Observando-se as medidas de caráter pontual apresentadas no Quadro 2, verifica-se que quatro se encontram em atraso, sendo que três delas impactam negativamente o resultado financeiro acordado no Plano, pois a medida referente à concessão das linhas de ônibus previa ingressos apenas em outubro de 2018. Por outro lado, há três medidas que, apesar de já terem sido implementadas, apresentam resultados financeiros abaixo do esperado. A frustração total acumulada é de cerca de R$ 2,65 bilhões.

Por fim, ressalve-se que apesar de impactarem o fluxo de caixa no curto prazo, as medidas de Operação de Crédito de Antecipação da Alienação da CEDAE, Operação de Antecipação de Royalties e Participações Especiais, e Securitização da Dívida Ativa, que representam frustração acumulada, até julho de 2018, na ordem de R$ 1,66 bilhão, não impactarão o resultado nominal no longo prazo, por serem operações de antecipação, conforme detalhadas nos itens 14, 15 e 20 da seção III a seguir.

Acompanhamento dos Indicadores Fiscais

O Quadro 3 apresenta, para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, os valores apurados de Receita Corrente Líquida (RCL), Despesa Total com Pessoal (DTP) do Poder Executivo e Dívida Consolidada Líquida (DCL) - dados obtidos nos relatórios oficiais publicados pelo Governo Estadual.

Quadro 3: Indicadores Fiscais da LRF - Despesa com Pessoal do Poder Executivo e Dívida Consolidada

Em R$	2016	2017	2018 (1º Quadr.)	Variação 2017/2016	Variação 2018/2016
Receita Corrente Líquida (RCL) - A	46.228.984.469	50.194.044.675	52.260.892.992	8,6%	13,0%
Despesa Total com Pessoal (DTP)[1] - B	28.537.783.199	28.741.803.889	29.015.985.421	0,7%	1,7%
% DTP sobre a RCL - B/A	62%	57%	56%	-	-
Limite Máximo[2]	49%	49%	49%	-	-
Dívida Consolidada Líquida (DCL) - C	106.055.900.774	135.393.365.028	140.374.046.262	27,7%	32,4%
% DCL sobre a RCL - C/A	229,41%	269,74%	268,60%	-	-
Limite Máximo	200,00%	200,00%	200,00%	-	-

[1]Despesa Total de Pessoal do Poder Executivo

[2]Limite Máximo do Poder Executivo.

Nota: Os valores para o exercício de 2018 se referem aos resultados consolidados do RGF e RREO referentes ao primeiro quadrimestre.

A inclusão destas informações visa ao acompanhamento da evolução dos indicadores e do retorno dos índices apresentados aos limites máximos de despesa com pessoal e de dívida consolidada líquida, em conformidade com a LRF e as novas disposições do art. 10 da LC nº 159/2017, em virtude da adesão ao RRF.

Como os dados de despesa de pessoal consolidado de todos os Poderes do Estado só se faz disponível ao final do exercício, mensalmente será verificado o limite de pessoal do Poder Executivo e anualmente será verificado o limite referente ao Estado.

Conforme noticiado no relatório referente ao mês de abril de 2018, o Conselho apurou que a renúncia das ações judiciais, nos termos do § 3º do art. 3º da LC nº 159/2017, ocasionou crescimento na dívida consolidada em montante de cerca de R$ 13 bilhões não previstos originalmente no PRF-RJ. Esse fato tem impacto no resultado nominal que é a medida de equilíbrio do PRF. O CSRRF formulou consulta à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) sobre a questão e aguarda seu posicionamento.

Acompanhamento das Vedações

De acordo com as declarações recebidas dos chefes dos poderes, MPE-RJ, e DPGE, no período em questão, houve observância das vedações contidas no art. 8º da LC nº 159/2017, conforme se ratifica na seção V deste relatório.

Adicionalmente o Conselho monitora os atos que se configuram como indício de descumprimento às vedações que, caso venham a se concretizar, são causas para a extinção do Regime de Recuperação Fiscal.

Em 29 de junho de 2018 foi promulgada a Lei Estadual nº 7.946 que trata do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (SES-RJ) e do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (IASERJ). O plano deverá ter impacto financeiro, quando integralmente implementado, da ordem de R$ 1,2 bilhão por ano, sem considerar a contribuição patronal. Entretanto, a lei que o aprova condiciona a vigência dos dispositivos que implicam majoração remuneratória à aprovação do Conselho de Supervisão.

A respeito deste fato, cumpre observar que este Conselho encaminhou ao Exmo. Governador, no presente mês, o Ofício SEI nº 45/2018/CSRRF-MF, comunicando o descumprimento de vedações constantes dos incisos III e VI do art. 8º da Lei Complementar nº 159/2017, em decorrência da promulgação da Lei Estadual nº 7.946/2018, e solicitando providências, no prazo de 30 dias, a contar da data de 27 de agosto de 2018.

Já no dia 29 de agosto de 2018 foram publicadas as Leis nº 8.071 e 8.072 que tratam dos reajustes em 5%, a contar de 1º de setembro de 2018, nas remunerações dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, de cargo de provimento em comissão, funções gratificadas e funções comissionadas, do Quadro único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, dos servidores do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e dos servidores do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio Administrativo da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro. O impacto anual estimado para servidores ativos e inativos é de cerca de R$ 195 milhões. Ressalta-se que os Projetos de Leis foram vetados integralmente pelo Governador em 13 de junho de 2018..

Sobre o assunto, ressalta-se que este Conselho encaminhou ao Exmo. Sr. Governador, ao Exmo. Sr. Presidente do TJRJ, ao Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça e ao Exmo. Sr. Defensor Público Geral do Estado do Rio de Janeiro, no dia 29/8/2018, os Ofícios SEI nº 46 a 49/2018/CSRRF-MF, comunicando o descumprimento de vedações constantes do inciso I do art. 8º da Lei Complementar nº 159/2017, em decorrência da promulgação das Leis Estaduais nº 8.071 e 8.072/2018, e solicitando providências, no prazo de 30 dias.

Em 31/8/2018 foi deferida liminar pelo Exmo. Sr. Ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade pleiteada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para suspender os efeitos das Leis Estaduais nºs 8.071/2018 e 8.072/2018.

Em junho de 2018, houve a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de nomeações no Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE da Secretaria de Estado de Educação, que tem como missão a execução da política de atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei. O Conselho solicitou informações ao Governo Estadual, que as encaminhou por meio do Ofício Casa Civil nº 950, de 31/8/2018. O CSRRF está analisando os dados apresentados.

Adicionalmente, em 3 de agosto de 2018, foram publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro 18 nomeações para professores na Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZO. Ato contínuo, o Conselho encaminhou correspondência eletrônica para a Universidade alertando sobre possibilidade de vedação prevista no inciso IV do art. 8º da LC nº 159/2017 com sugestão em caráter preventivo de não dar posse a nenhum dos nomeados até que a situação fosse esclarecida. Em resposta, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social encaminhou diversos documentos ao Conselho justificando a necessidade das nomeações mencionadas, que a posse já estava prevista no orçamento do corrente ano e que a ausência destes profissionais poderia comprometer o 2º semestre letivo daquela Universidade. Dessa forma, o Conselho está analisando as informações encaminhadas e se pronunciará sobre a possível vedação ocorrida.

III - EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE AJUSTE

Nesta seção serão apresentadas informações sobre a execução de cada medida de ajuste constante do PRF-RJ, as quais consistem em breve descrição da medida; histórico até o mês de competência a que se refere o relatório; previsão de impacto financeiro; ações realizadas no mês e apreciação do Conselho.

Medidas de Caráter Continuado

Revisão dos Incentivos Fiscais - (Anexo 18 do PRF-RJ - RESERVADO)

Descrição: Redução dos incentivos fiscais.

Histórico: Medida de caráter estruturante, elaborada a partir de estudo conjunto realizado pela Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico e SEFAZ/RJ, em que se avaliaram os incentivos que poderiam ser alterados. Após a aprovação da medida, foi constituído Grupo de Trabalho, encarregado do seu acompanhamento, por meio da Resolução Conjunta SEFAZ/Casa Civil nº 35, de 7 de dezembro de 2017, publicada no DOERJ de 11/12/2017. Foram publicados em 28/12/2017 os Decretos nº 46.207/2017 e nº 46.208/2017, que revogam e alteram isenções concedidas, com previsão de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018. Observa-se que para a estimativa realizada no Anexo 18 foram utilizados os valores obtidos segundo o regime de competência. Também em janeiro deste ano, algumas ações previstas no acompanhamento do plano de trabalho apresentado demonstraram atraso, como a revisão de Resoluções e Portarias correlatas, a revisão de Termos de Acordo e o acompanhamento dos Compromissos. A área técnica responsável alertou para a possibilidade de impacto negativo na base tributária total, pela saída de empresas, e pela consequente redução de emprego e renda, comprometendo o ambiente de negócios do ERJ. No mês de junho, as frustrações no Anexo 18, seja por medidas não executadas ou por revogações que não geraram o impacto desejado, levaram a área responsável a estimar a necessidade de compensação de R$ 341 milhões. Permaneceram os atrasos na revisão de Resoluções e Portarias correlatas e nos Termos de Acordo ou de Compromisso.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual de R$ 1,005 bilhão; R$ 1,34 bilhão; e R$ 1,340 bilhão, nos exercícios de 2018 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: O Grupo de Trabalho manteve a estimativa anterior de compensação de R$ 341 milhões devido às frustrações do Anexo 18. Permanecem os atrasos na revisão de Resoluções e Portarias correlatas e nos Termos de Acordo ou de Compromisso. Foi apontado impacto positivo de R$ 275,39 milhões no mês em referência, e total acumulado desde o início de vigência do PRF da ordem de R$ 805,3 milhões.

Apreciação: Metodologia do impacto financeiro ainda não foi entregue a este CSRRF. O CSRRF solicitou atualização das projeções realizadas, bem como possível inclusão de medida compensatória caso as frustações observadas no acompanhamento da medida viessem a se perpetuar, por meio do ofício SEI nº 32/2018, de 18/06/2018,encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento.

2.Revisão do Preço Mínimo do Petróleo - (Anexo 20 do PRF-RJ)

Descrição: Revisão pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, da Nova Metodologia de formulação do Preço Mínimo do Petróleo - PMP, adotado para o cálculo das participações governamentais (royalties e outras participações).

Histórico: Em 26/09/2017 se deu a publicação da Resolução ANP nº 703/2017, que estabeleceu a nova metodologia de cálculo de preço referência, bem como a regra de transição. De posse das informações sobre produção, repassadas pela ANP em 28/12/17, a área responsável recalculou a estimativa de receita de royalties e participações especiais, para os anos de 2018 a 2021. Estimou-se uma redução de aproximadamente R$ 1,8 bilhão na expectativa de receita da medida constante do PRF-RJ, entre 2018 e 2021. A Subsecretaria de Política Fiscal, área técnica responsável pela medida, aponta que a metodologia efetivamente adotada pela ANP retirou parte da receita estimada através da medida, mas que outros fatores, tais como a antecipação de receitas de Royalties e Participações Especiais pelo Rioprevidencia, e a chegada de novas plataformas via REPETRO, propiciaram aumento substancial na rubrica de receitas advindas de participações governamentais, superando o valor estimado no PRF para o mesmo ano, e poderá compensar a perda estimada desta medida de ajuste.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual de R$ 649 milhões, R$ 1,100 bilhão e R$ 1,617 bilhão, nos exercícios de 2018 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: O valor do mês de julho foi positivo em R$ 54 milhões, totalizando R$ 378 milhões acumulados desde o início de vigência do PRF.

Apreciação: Devido à periodicidade da divulgação dos dados de produção, deverá ser considerado, durante todo o ano, o atraso de dois meses para a aferição dos resultados.

3.Auditoria Previdenciária - (Anexo 26 do PRF-RJ)

Descrição: Realização de auditoria nas bases de dados previdenciários, com vistas a identificar pagamentos considerados irregulares.

Histórico: Foram firmados Acordos de Colaboração Técnica com municípios e estados, e com o INSS. Além dos acordos, o PRF-RJ prevê operação de crédito de R$ 50 milhões para esse fim. De acordo com o Rioprevidencia, a economia constante do PRF é derivada de ações de auditoria realizadas desde 2012, resultando em um montante total de R$ 423 milhões acumulados até 2017.

Previsão de Impacto: O valor do impacto anual previsto, comparativamente ao cenário-base, é de R$ 423 milhões, R$ 784 milhões, R$ 839 milhões R$ 893 milhões, nos exercícios de 2017 a 2020, respectivamente, considerando o efeito cumulativo de ações de auditoria empreendidas desde 2012.

Realizado no mês: Com o cruzamento das bases de dados, advindas de outros entes, por meio das parcerias firmadas, foram economizados R$ 2,24 milhões, e com as auditorias, R$ 80,2 mil, totalizando R$ 2,32 milhões no mês e R$ 64,5 milhões desde o início de vigência do PRF.

Apreciação: O CSRRF solicitou, por meio do ofício SEI nº 32/2018, encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento, que a estimativa inicial seja verificada com maior rigor técnico para a atualização das projeções que está em curso.

4.Modernização da Gestão Fazendária - (Anexo 17 do PRF-RJ)

Descrição: Modernização da Gestão Fazendária, com vistas a aumentar a eficiência da arrecadação tributária estadual.

Histórico: Medida de caráter estruturante, o projeto de modernização tecnológica fazendária foi construído a partir das oportunidades levantadas pelas áreas de negócios da SEFAZ/RJ e, posteriormente, incorporadas ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI. O projeto de modernização tem como principais objetivos: (i) atuar de forma abrangente e tempestiva na identificação de indícios de irregularidade; (ii) permitir ao contribuinte se regularizar em momento próximo ao fato gerador do crédito tributário, tornando a cobrança devida mais eficaz; e (iii) direcionar a atuação fiscal, após a tentativa sistêmica, priorizando os maiores valores com maiores chances de recuperação. O PRF-RJ prevê a realização de operação de crédito para o desenvolvimento destas ações, no valor de R$ 250 milhões em 2017. a Lei nº 7.940/2018 foi sancionada em 17/04/2018. O cronograma das fases 3 e 4 foram impactados pela não realização da operação de crédito que iria financiar as suas ações. A SEFAZ está canalizando recursos próprios na medida para reverter o atraso. Em 14 de maio de 2018, foi realizada audiência pública na SEFAZ, para discussão e apresentação dos aspectos técnicos da operação de crédito que irá custear a medida de ajuste de modernização fazendária. Em 13/06/2018 o CSRRF recebeu o ofício SEFAZ/SGAB Nº 508/2018 contendo, entre outras, nota técnica sobre o Programa Fazendário de Investimento em Tecnologia - PROFIT. A área chama a atenção para o atraso na realização da operação de crédito.

Previsão de Impacto: Espera-se obter incremento progressivo da arrecadação do ICMS, conforme as diversas ações do projeto entrem em fase de produção. A medida foi planejada para ter impacto anual de R$ 112 milhões, R$ 504 milhões, R$ 896 milhões e R$ 1,086 bilhões, nos exercícios de 2017 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: O impacto do mês foi de R$ 44,4 milhões e acumulado de R$ 789,7 milhões desde o início de vigência do PRF. O DEVEC (declaração do valor de aquisição de energia elétrica em ambiente de contratação livre) passou a ter impacto na arrecadação a partir de março de 2018 no valor mensal de R$ 12 milhões o que causou alteração nos valores anteriormente declarados. O atraso na operação de crédito tem gerado retardamentos nas fases 3, 4 e 5. Apreciação: O CSRRF solicitou um maior detalhamento do Projeto previsto para a Operação de Crédito autorizada, uma vez que terá que se pronunciar sobre a questão.

5.Alteração de Alíquotas de ICMS - (Anexo 15do PRF-RJ)

Descrição: Aumentos de alíquota em operação com energia elétrica, na prestação de serviços de comunicação, em operação com cerveja e chope e em operação com gasolina.

Histórico: Aprovação da Lei Estadual nº 7.508/2016, em 30 de dezembro de 2016, alterando as alíquotas anteriormente referidas. Em virtude do cumprimento da noventena, o início de sua vigência e, consequentemente, de seus efeitos financeiros, ocorreram a partir de abril de 2017. O Conselho solicitou à Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento informações acerca da viabilidade de individualizar os impactos na arrecadação estadual do ICMS provenientes da medida, por meio do Ofício SEI nº 13/2017/CSRRFMF, enviado em 29/11/2017. Apesar de ainda não ter sido possível isolar totalmente o impacto da medida, de forma preliminar, a Subsecretaria de Receita, área técnica responsável, tem elaborado estimativas mensais. No mês de maio a área informou que foi alterada a metodologia de cálculo do impacto, pois passaram a serem considerados valores nominais, compatibilizando-se com o método utilizado nas projeções do cenário-base do PRF. Por esse motivo os valores, desde janeiro de 2018,foram alterados, perfazendo um total acumulado no ano de R$ 292,43 milhões, e no mês de R$ 35,75 milhões.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual na receita nos montantes de R$ 325 milhões, R$ 623 milhões, R$ 653 milhões e R$ 687milhões, nos exercícios de 2017 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Foi estimado um impacto negativo no mês de R$ 61,1 milhões e positivo acumulado desde o início de vigência do PRF de R$ 672,9 milhões.

Apreciação: O Conselho aguarda a resposta ao Ofício CSRRF nº 13, de 27 de novembro de 2017, no qual solicitou definição sobre metodologia que relacione o impacto esperado sobre o aumento de arrecadação em função do aumento da alíquota do ICMS, assim como irá reiterar o expediente. Enquanto não houver uma metodologia robusta para cálculo do efeito de cada medida, o Conselho irá monitorar a arrecadação total do tributo, bem como o andamento do cronograma de implementação das medidas propostas.

6.Aumento das Alíquotas de Contribuição Previdenciária - (Anexo 25 do PRF-RJ)

Descrição: Aumento da Alíquota de Contribuição Previdenciária dos servidores públicos para 14%, e da alíquota patronal para 28%.

Histórico: A Lei Estadual nº 7.606, de 26 de maio de 2017, alterou o art. 35-A da Lei Estadual nº 3.189/1999, ao majorar as alíquotas de contribuição previdenciária dos Planos Financeiro e Previdenciário, tanto para os participantes, quanto para o Estado, salvo a parte patronal do Plano Previdenciário, que se manteve sem alteração. Ressalta-se que a Lei condicionou a implantação da nova alíquota à quitação integral dos salários em atraso (incluindo o 13º salário relativo ao exercício de 2017). O recolhimento majorado no Poder Judiciário, Ministério Público, TCE, DPGE, e em alguns órgãos do Poder Executivo Estadual foi iniciado em setembro de 2017. A partir da folha de maio de 2018 a cobrança da nova alíquota de 14% foi implantada de forma integral.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto mensal a partir de outubro de 2017. O valor do impacto anual previsto é de R$ 236 milhões, R$ 605 milhões, R$ 582,5 milhões e R$ 555 milhões, nos exercícios de 2017 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Houve impacto positivo na receita no valor de R$ 43,02 milhões e acumulado desde o início de vigência do PRF de R$ 292,9 milhões. Segundo a área responsável, conforme informações do SIGRH de julho de 2018, uma parcela dos servidores ativos da UERJ e uma parcela de inativos da SEEDUC e Santa Cabrini tiveram reversão da alíquota previdenciária para 11%.

O aumento da alíquota previdenciária dos servidores públicos estatutários ativos e inativos do Estado, dos planos financeiro e previdenciário, de 11% para 14%, concedido por meio da Lei 7.606, de 26/05/2017, havia sido suspenso por decisão tomada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), em 09/07/2018, em concessão de tutela de urgência. Em 25/07/2018 o STF deferiu liminar favorável ao governo fluminense para manter alíquota previdenciária de 14%. Na prática a liminar do TJRJ não teve efeitos porque o acórdão não chegou a ser publicado.

Apreciação: O impacto do atraso em sua implementação gerou uma frustração acumulada de R$ 282,9 milhões. O CSRRF solicitará explicação da reversão da alíquota para os casos citados.

7.Revisão do Repetro - (Anexo 22 do PRF-RJ)

Descrição: O Repetro é o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural.

Histórico: Inicialmente foi identificada a necessidade de se alterar a Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir) e/ou a Constituição Federal no sentido de tornar definitiva a incidência do ICMS Importação sobre o arrendamento mercantil. Posteriormente vislumbrou-se uma solução mais efetiva via convênio (REPETRO - SPED) celebrado no âmbito do CONFAZ para transmudar a admissão temporária de plataformas em aquisição de ativos permanentes, e dessa forma instituir a cobrança de ICMS Importação com alíquota reduzida, bem como impor a renúncia a quaisquer direitos de recuperação de indébitos oriundos do julgamento do Recurso Extraordinário STF 540.829. Em 29/11/17 foi aprovada pela Câmara dos Deputados a MP nº 795, que ampliou o regime anterior, e o estendeu por mais 20 anos, passando de 2020 para 2040. A MP, que estava em vigor desde agosto, foi sancionada em 28/12/17, na forma de Lei Federal nº 13.586/2017. Em 16/01/2018 foi celebrado o convênio ICMS nº 03/2018 no âmbito do CONFAZ que "Dispõe sobre a isenção e redução de base de cálculo do ICMS em operação com bens ou mercadorias destinadas às atividades de pesquisa, exploração ou produção de petróleo e gás natural". Em 05/02/2018, foi publicada a adesão do ERJ ao REPETRO, por meio do Decreto Estadual nº 46.233, que dispõe sobre a isenção e redução de base de cálculo do ICMS incidente em operações relativas a bens ou mercadorias aplicados nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, disciplinada pelo Convênio ICMS 03/2018 e pela Lei Federal nº 13.586/2017 (REPETRO-SPED). Contudo, está em trâmite na ALERJ o PL 3.660/2017, que poderia restringir o alcance do Repetro apenas à fase exploratória dos projetos de óleo e gás. Tal mudança implicaria, na prática, em cobrança de impostos sobre a importação de equipamentos na atividade de produção. A Subsecretaria de Receita, área responsável pela medida, entende que o impacto do PL poderá ser negativo, pois se voltaria à situação anterior de não arrecadação de ICMS Importação no Repetro. Além disso, o Estado corre o risco de sofrer ações de restituição dos valores pagos durante o Repetro anterior, tendo em vista a possibilidade da retroatividade da decisão do STF sobre a Admissão Temporária. O PL nº 3.660/2017 segue sem data para entrar em discussão.

Previsão de Impacto: A medida tem impacto planejado a partir de julho de 2018. O valor do impacto anual previsto é de R$ 250 milhões, R$ 550 milhões e R$ 550 milhões, para os exercícios de 2018 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: No mês de julho a área identificou impacto positivo de R$ 422,4 milhões e acumulado desde o início de vigência do PRF de R$ 647,2 milhões. A área justifica o expressivo valor arrecadado no mês a investimentos e aquisições de plataformas que estariam represadas diante da falta de segurança jurídica das normas. Como houve relevantes alterações das premissas iniciais está sendo elaborada Nota Técnica com a atualização do impacto previsto no PRF, decorrente do Repetro-SPED.

Apreciação: O Conselho continuará a monitorar as questões legais envolvendo o REPETRO.

8.Nova Metodologia Preço de Referência do Gás e Participações Especiais - (Anexo 32 do PRF-RJ)

Descrição: Revisão, pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, da nova metodologia de formulação do preço de referência do gás natural - PRGN, adotada para o cálculo das participações governamentais (royalties e outras participações).

Histórico: A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, estabeleceu, em 14 de dezembro de 2009, a Resolução ANP nº 40, retificada em 18 de dezembro de 2009, para fixação do preço de referência do gás natural - PRGN, produzido nos campos pertencentes às concessões, a ser adotado para fins de cálculo das participações governamentais. A revisão da metodologia de cálculo do preço de referência do gás natural, objeto da Resolução ANP nº 40/2009, foi incluída na Agenda Regulatória 2017-2018, e tem em seu cronograma a data de publicação reprogramada para agosto de 2018.

Previsão de Impacto: O valor do impacto anual previsto é de R$ 505 milhões e R$ 571 milhões, nos exercícios de 2019 e 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Sem alteração.

Apreciação: O Conselho irá solicitar o relatório de acompanhamento da medida para evitar atrasos no exercício de 2019.

9.Reestruturação Administrativa - (Anexo 27 do PRF-RJ - RESERVADO)

Descrição: A reestruturação administrativa tem como escopo a extinção ou a concessão de uso à iniciativa privada de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Histórico: A medida prevê aumento de despesa em 2018, devido ao impacto do gasto demissional dos servidores. O PRF-RJ previu operação de crédito para a Reestruturação Administrativa no valor de R$ 200 milhões, em 15/06/2018. Com vistas a reinstituir a Comissão Diretora do Programa Estadual de Desestatização - PED, foi publicado, em 18/09/2017, o Decreto nº 46.087. A expectativa, conforme o plano de trabalho, era de que quatro ações dessa medida se concretizassem até 30 de abril de 2018. A segunda reunião, marcada para o mês de janeiro, com os diretores das estatais, somente ocorreu em uma delas, que apresentou a primeira versão de seu Plano de Desestatização, o qual fora remetido para validação pela Comissão Diretora do PED. A Comissão identificou complexidade relacionada ao passivo trabalhista da entidade. Publicada a Lei nº 7.941 em 24/04/18, que autoriza o Estado a contratar operações de crédito, até o valor de R$ 200 milhões, destinados à reestruturação da administração pública do Estado do Rio de Janeiro. Porém a Lei veda a extinção das universidades, sociedades de economia mista e todas as empresas públicas além de algumas Fundações. No mês de maio, por deliberação da Comissão Diretora do Programa Estadual de Desestatização, a partir da vedação à extinção de empresas estatais no escopo da Lei Estadual nº 7.941/2018, esta ação encontra-se suspensa.

Previsão de Impacto: O valor do impacto anual previsto, comparativamente ao cenário-base, é de R$ 316 milhões e R$ 329 milhões, nos exercícios de 2019e 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Como medida paralela à desestatização foi elaborada pela Subsecretaria de Gestão, e enviada ao Secretário de Estado de Fazenda e Planejamento, uma proposta de inclusão formal de Programa de Desligamento Voluntário (PDV) como atividade complementar ao PRF.

Apreciação: O CSRRF solicitou através do ofício SEI nº 32/2018 encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento formalização das ações que serão adotadas pelo Estado para a sua inclusão na atualização das projeções que está em curso.

10.Royalties e Participações Especiais do Campo de Libra - (Anexo 19 do PRF-RJ)

Descrição: Recebimento dos Royalties e Participações Especiais do Campo de Libra.

Histórico: De acordo com o contrato de partilha de Libra, a data limite para a declaração de Comercialidade do campo fora estipulada para dezembro de 2017. Para este ano, ainda estava previsto Teste de Longa Duração - TLD, com produção estimada em 30 mil barris de petróleo por dia, que seria iniciado a partir de julho. Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual na receita de royalties e participações especiais de R$ 444 milhões, R$ 626 milhões, R$ 755 milhões e R$ 880 milhões, nos exercícios de 2020 a 2023, respectivamente.

Realizado no mês: Sem alteração.

Apreciação: Considerando que a medida não gera resultados em 2018 e 2019, não há necessidade de supervisão imediata do CSRRF.

11.Imposto sobre Transmissão Causa-Mortis e Doação - ITD - (Anexo 16 do PRF-RJ)

Descrição: Proposta de alterar a faixa de isenção utilizada para a transmissão causa mortis de imóveis residenciais a pessoas físicas, no Imposto sobre Transmissão Causa-Mortis e Doação, de quaisquer Bens e Direitos - ITD.

Histórico: A Lei nº 7.786 foi publicada em 17/11/2017, produzindo efeitos a partir de 01/01/2018. Em 21/12/2017 foi deferida medida cautelar em Representação de Inconstitucionalidade nº 0073203-97.2017.8.19.0000, de 21 de dezembro de 2017, que determinou a suspensão dos efeitos da Lei até o julgamento definitivo da demanda. Em janeiro, a Procuradoria Geral do Estado ajuizou um pedido de suspensão da liminar no STF contra a decisão do TJ/RJ. Por orientação da PGE, as novas alíquotas passaram a produzir efeitos a partir de 16/02/2018.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para gerar impactos anuais de R$ 100 milhões, R$ 107 milhões e R$ 115 milhões, nos exercícios de 2018 a2020, respectivamente.

Realizado no mês: Foi identificado impacto no mês de julho de R$ 43,8 milhões e acumulado desde o início de vigência do PRF de R$ 188,3 milhões.

Apreciação: A medida tem apresentado resultados consistentes com o planejado no PRF.

12.Alienação de Imóveis do Rioprevidência - (Anexo 23 do PRF-RJ)

Descrição: Alienação e locação de imóveis do Rioprevidência.

Histórico: A Lei Estadual nº 3.189/1999 autoriza a alienação e a oneração dos bens imóveis do Rioprevidência, desde que sejam desnecessários ao funcionamento de suas atividades administrativas. No mês de maio de 2018,as licitações foram suspensas devido ao processo judicial nº 0074359-23.2017.8.19.0000.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual de R$ 130 milhões, R$ 150 milhões e R$ 20 milhões, nos exercícios de 2018 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Identificados novos imóveis, no valor de R$ 3.552.300,00 reduzindo a diferença entre o valor estimado e o valor dos imóveis disponíveis para venda em R$ 14.984.036,00. O pedido objeto do processo judicial foi denegado, mas o autor entrou com agravo/embargo em 03/07/2018 e no momento se encontra pendente de decisão. Apreciação: O Rioprevidência deve indicar imóveis cujo montante total constante no laudo corresponda à diferença entre o valor esperado de alienação estimado no Anexo 23 e o do Acompanhamento do Plano de Trabalho do mês de julho, no valor de R$ 15 milhões.

Apreciação: O CSRRF solicitou através do ofício SEI nº 32/2018 encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento status da medida bem como a atualização das projeções.

13.Reforma das Pensões - (Anexo 13 do PRF-RJ)

Descrição: Alteração, no que couber, das regras previdenciárias adotadas pelo Regime Próprio de Previdência Social mantido pelo Estado, em conformidade com a Lei Federal nº 13.135/2015.

Histórico: A medida foi implementada pela adoção da Lei Estadual nº 7.628/2017, que alterou dispositivos da Lei nº 5.260/2008 e da Lei nº 3.189/1999.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para gerar economia de despesas a partir do exercício de 2021. Os valores previstos são de R$ 52 mil, R$ 160mil e R$ 330 mil, para os exercícios de 2021 a 2023, respectivamente.

Realizado no mês: Identificado pela RioPrevidência impacto positivo no mês de julho de R$ 5,27 mil e acumulado desde o início de vigência do PRF de R$ 6,4 milhões. O valor acumulado anterior se altera devido a data de requerimento ocorrer posteriormente a 60 dias da data do óbito do instituidor de pensão

Apreciação: A medida se encontra dentro do prazo planejado, havendo economia de recursos antes da previsão do Plano.

Medidas de Caráter Pontual

14.Operação de Crédito de Antecipação da Venda da CEDAE - (Anexo 11 do PRF-RJ)

Descrição: Contratação de operação de crédito de antecipação de receita proveniente da alienação da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro - CEDAE.

Histórico: O pregão foi homologado em07/11/2017, no valor de R$ 2,9 bilhões. Contrato de Mútuo nº 1.412/2017 assinado com o Banco BNP Paribas Brasil S.A., publicado em 15/12/2017. Houve entrada de R$ 2 bilhões nos cofres estaduais no mês de dezembro de 2017, e do saldo remanescente, de R$ 900 milhões, no mês de janeiro de 2018.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter ingresso em setembro de 2017, no valor de R$ 3,5 bilhões.

Realização no mês: Medida já realizada.

Apreciação: A medida foi implementada em valor inferior ao originalmente previsto no Plano. Uma vez que a operação de crédito se trata de medida pontual e de antecipação à venda, ela pode vir a ser compensada por ocasião da venda das ações da CEDAE.

15.Operação com Receita de Royalties e Participações Especiais - (Anexo 21 do PRF-RJ - RESERVADO)

Descrição: Nova operação de securitização dos direitos sobre as receitas de royalties e participações especiais na exploração de óleo e gás natural, no âmbito do Programa de Ajuste de Liquidez da carteira ativa do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência, cujo valor encontra-se definido no Anexo 21 do PRF-RJ.

Histórico: O contrato com a BB Securities que permite e intermediação na negociação com os investidores foi renovado em 25/10/2017. Assinado em janeiro contrato de waiver, que definiu o fluxo de recursos de duas formas: desaceleração dos pagamentos da atual operação de royalties de forma imediata, com impacto no fluxo de caixa a partir do mês de dezembro e realização de nova operação para captação, prevista para fevereiro de 2018. Em maio do corrente ano foi realizada a operação de cessão de R&PE, no valor de US$ 600 milhões, cujo valor líquido destinado ao Rioprevidência totalizou R$ 1,86 bilhão, conforme autorização prevista no waiver assinado em 07/03/18.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto no ano de 2017, com valores estimados de R$ 3 bilhões, dividido nos meses de outubro, novembro e dezembro.

Realizado no mês: Não houve impacto no mês relativo à desaceleração da operação realizada em 2014, permanecendo o total de R$ 2,5 bilhões no ano.

Apreciação: A antecipação de R&PE, realizada a menor, está sendo compensada com uma desaceleração dos pagamentos relativos à operação realizada em 2014, e estima-se que o valor de R$ 3 bilhões deva ser alcançado até o final do exercício de 2018.

16.Alienação da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Descrição: Alienação da integralidade das ações representativas do Capital Social da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE.

Histórico: A Lei Estadual nº 7.529/2017 autorizou a alienação das ações da companhia. Em 12 de junho de 2017, o Estado do Rio de Janeiro assinou o Acordo de Cooperação Técnica nº 16.2.0569.14 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, tendo por objeto a cooperação técnica para o planejamento e a estruturação de projetos de desestatização. Foi publicado em 28/11/17 o contrato de ressarcimento entre o ERJ e o BNDES, para contratação de empresa especializada em modelagem. Em 26/01/18 foi realizada reunião de kickoff do projeto, com a participação do consórcio FATOR/CONCREMAT/VG&P - SANEAMENTO RIO DE JANEIRO(contratado em 02/02/2018 pelo prazo máximo de 24 meses pelo BNDES),BNDES e CEDAE, e em 29/01/18 foram iniciados os debates para as atividades de modelagem, com prazo inicial de 130 dias. Em fevereiro deste ano, iniciou-se a fase de elaboração do arranjo jurídico institucional, por meio do qual os serviços de saneamento poderão ser prestados aos usuários pela empresa CEDAE, após a desestatização da mesma. O consórcio apresentou quatro estudos: Plano de Trabalho, Plano de Comunicação, Estudo de Demanda e Relatório sobre os Planos Municipais de Saneamento Básico, que estão em fase de revisão pelo BNDES. Em 15 de junho de 2018, foi elaborado o Parecer nº 02/2018 do CSRRF, acerca do prosseguimento das ações necessárias à sua privatização. O Parecer está disponível na página dedicada ao RRF/RJ no Portal de Transparência da SEFAZ/RJ.

Previsão de Impacto: A medida tem previsão de ingresso de recursos somente em 2020.

Realização no mês: Sem alteração. O consórcio ainda está no processo de desenvolvimento dos modelos preliminares para apresentação ao BNDES, sem enviar até o momento novo prazo para apresentação ao governo do Estado.

Apreciação: O CSRRF continuará monitorando as entregas junto ao BNDES, com vistas ao cumprimento do cronograma.

17.Venda da Folha de Pagamento - (Anexo 28 do PRF-RJ)

Descrição: A medida visa à Precificação de Rendimentos em Contrato de Prestação de Serviços Bancários por instituição financeira, dentre os quais o pagamento da folha salarial dos servidores ativos e dos inativos.

Histórico: O Banco Bradesco arrematou a operação da folha, por 60 meses, a partir 1º de janeiro de 2018, pelo lance de R$ 1.317.800.000,00. A homologação do resultado foi publicada no Diário Oficial do Estado em 10/08/2017. O contrato foi assinado e o valor dessa operação entrou nos cofres estaduais em agosto de 2017.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto em outubro de 2017, no valor de R$ 1,44 bilhão, e em outubro de 2022, no valor de R$ 1,78bilhão.

Realizado no mês: Medida já realizada.

Apreciação: Houve frustração de receitas, no valor de R$ 123,7 milhões, que poderá ser compensada por outras medidas ao longo do período de duração do PRF.

18.Antecipação da Concessão da CEG e CEG-Rio - (Anexo 29 do PRF-RJ)

Descrição: Antecipação da prorrogação dos contratos de concessão das empresas CEG e CEG-Rio, com recebimento de outorga.

Histórico: Em reuniões ocorridas entre a Casa Civil e as concessionárias CEG e CEG-RIO sobre a intenção do Estado do Rio de Janeiro de promover a antecipação da prorrogação dos contratos de concessão, que deveriam viger até 2027. As concessionárias estão avaliando junto aos seus Conselhos de Administração se há interesse na antecipação da prorrogação, bem como sua adequação jurídica e as condições financeiras que as companhias estão dispostas a suportar. Este Conselho de Supervisão enviou a Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico, em 29 de setembro de 2017, o Ofício n° 2/2017 solicitando providências. Em resposta ao ofício do CSRRF/RJ, a Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico enviou o ofício CC/SDE nº 80, em 22/11/2017, informando que o início das tratativas só ocorreria em janeiro de 2018. As concessionárias CEG e CEG-RIO comunicaram, através do Ofício PRESI-001/2018, de 11 de janeiro de 2018, que realizaram estudos técnico-jurídicos, que indicam a possibilidade da antecipação da prorrogação dos contratos de concessão. Entretanto, as concessionárias decidiram contratar uma consultoria técnica externa especializada, com o objetivo de elaborar uma avaliação detalhada que permita identificar as condições para a referida antecipação, no prazo de 90 dias.

Previsão de Impacto: A medida previa arrecadar R$ 800 milhões com as novas outorgas, entre novembro e dezembro de 2017.

Realizado no mês: Sem alteração. Área técnica aguarda proposta financeira das concessionárias. Ainda de acordo com as informações obtidas, processo de revisão quinquenal de tarifas do contrato vigente pode alterar o conteúdo das prorrogações.

Apreciação: A medida se encontra atrasada, pois havia previsão de entrada de recurso no valor de R$ 800 milhões em 2017, que não se concretizou. Como se trata de medida pontual, ela afetou a disponibilidade financeira de 2017, no entanto, caso sua execução ocorra até 2020, ela não irá impactar o resultado final do PRF-RJ, em 2020. O CSRRF solicitou, por meio do ofício SEI nº 32/2018, encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento, informações sobre status da medida, bem como a atualização de suas projeções.

19.Concessão de Linhas de Ônibus - (Anexo 30 do PRF-RJ)

Descrição: Licitação para Concessão dos Serviços Públicos Estaduais de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros por Ônibus.

Histórico: Em 31/08/2017 foi recebido ofício do Sr. Subsecretário de Estado de Transportes, com o cronograma de atividades a ser executado. Em 25/10/2017 foi recebido ofício do Vice-Presidente do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO com relatório e cronograma de atividades, cujo início depende de revogação da liminar deferida no processo judicial nº 0078673-43.2016.8.19.0001, que impede o prosseguimento do processo licitatório. O Conselho solicitou à Secretaria de Estado de Transporte mais informações sobre o seu Plano de Trabalho, por meio Ofício SEI nº 14/2017/CSRRF/RJ, em 30/11/2017. Conforme cronograma constante do Plano de Trabalho seriam necessários 380 dias para que se desse a assinatura do contrato de concessão, a partir da revogação da liminar. Em janeiro, o Processo Administrativo nº E-10-005/10244/2016 foi encaminhado ao DETRO, por orientação da Assessoria Jurídica da SETRANS, para prosseguimento dos atos da fase interna, já que a vedação contida na liminar se referia tão somente aos atos atinentes à fase externa, segundo a PGE. Em 26/02/2018 foi publicado acórdão proferido em Agravo nº 002498708.201.8.01.0000, interposto pelo ERJ e DETRO, contra decisão que determina a paralisação de todos os atos que impliquem no prosseguimento da licitação. Entendeu a 3ª Câmara Cível que tal decisão engessa o procedimento licitatório, autorizando o Estado a realizar audiência pública, por se tratar de ato preliminar à publicação do Edital. Em junho a ASJUR/SETRANS estava aguardando atualização dos estudos da FGV para concluir a análise e enviar à PGE. Os estudos tem duração estimada de 90 dias e dependem de aditivo contratual com a FGV, além de definições da prefeitura do Rio de Janeiro no que diz respeito à operação intermunicipal no corredor BRT Transbrasil.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para gerar receitas nos meses de outubro a dezembro do exercício de 2018, no valor de R$ 142,2 milhões cada.

Realizado no mês: Foi realizada reunião entre SETRANS, SMTR e DETRO em que o Estado tomou ciência da indefinição municipal sobre o modelo operacional do BRT e informou que irá avançar no procedimento licitatório, considerando utilizar o corredor já existente. Permanece a pendência da atualização de estudos da FGV.

Apreciação: A medida se encontra atrasada, uma vez que seu impacto inicial estava previsto para o mês de outubro de 2018. Considerando o período total de 380 dias para execução da medida, sua conclusão deverá ocorrer em 2019, afetando a disponibilidade financeira de 2018. No entanto, caso sua execução ocorra em 2018 ou 2019, ela não irá prejudicar o resultado final do PRF-RJ em 2020. O CSRRF solicitou através do ofício SEI nº 32/2018, encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento, status da medida bem como a atualização das projeções.

20.Securitização da Dívida - (Anexo 24 do PRF-RJ)

Descrição: Cessão dos direitos creditórios consistentes no fluxo financeiro decorrente da cobrança de créditos inadimplidos dos tributos administrados pela SEFAZ/RJ, e de créditos de qualquer natureza inscritos em dívida ativa, por meio de Sociedade de Propósito Específico - SPE.

Histórico: A Lei Estadual nº 7.040, de 09 de julho de 2015 autorizou a cessão dos direitos creditórios. Em 18 de setembro de 2017, fora realizada audiência pública na SEFAZ, conforme trâmite definido pela Procuradoria Geral do Estado e pelo Tribunal de Contas do Estado. Em 19 de setembro de 2017, o plenário do TCE-RJ se reuniu e deu voto favorável ao pleito, encaminhando-o a sua assessoria jurídica para análise. Contra a decisão do plenário do TCE-RJ, foi impetrada representação do Ministério Público, e o pleito que se encontrava na assessoria jurídica do TCE-RJ foi enviado para análise do Conselheiro-Relator.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto nos exercícios de 2017 e 2018, nos montantes de R$ 194 milhões e R$ 881 milhões, respectivamente.

Realizado no mês: Sem alteração.

Apreciação: A medida se encontra atrasada, pois havia previsão de entrada de recurso no valor de R$ 472,2 milhões, até 30 de junho de 2018. Como se trata de medida pontual, ela impactou negativamente o resultado neste exercício. Considerando o período previsto de sete meses para o efetivo ingresso dos recursos, a contar da aprovação do TCE-RJ, conforme relatório da Companhia Fluminense de Securitização - CFSEC, não há mais expectativa de realização desses recursos ainda em 2018.O CSRRF solicitou, através do ofício SEI nº 32/2018, encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento, informações sobre o status da medida, bem como a atualização das projeções.

IV - EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

A evolução dos resultados orçamentários e financeiros está demonstrada no Anexo I. Este apresenta quadro com os valores das receitas arrecadadas e das despesas liquidadas no mês de referência (coluna I) e no acumulado do ano (coluna II). O quadro contém os valores previstos no PRF-RJ e os realizados. Adicionalmente, traz os valores acumulados para o período compreendido entre 2017 e 2020 (coluna III), vigência inicial para três anos de Regime de Recuperação Fiscal - RRF, e entre 2017 a 2023 (coluna IV),considerando-se uma possível prorrogação do RRF para seis anos.

Durante a execução mensal do Plano, este Anexo I apresentará apenas o resultado orçamentário e o resultado primário fiscal para os períodos considerados. Dada a dificuldade de apuração mensal dos restos a pagar ao longo do exercício, os resultados primário ajustado e nominal (apurados pelo regime de competência, em conformidade ao disposto no §1º do art. 17 do Decreto nº 9.109/2017) serão apresentados somente nos relatórios referentes ao mês de encerramento do ano fiscal. Ressalta-se que a Resolução CSRRF nº 02/2018 contém a análise dos resultados primário e nominal de 2017.

A seguir estão discriminadas as principais diferenças entre o desempenho previsto e o realizado nas receitas, com seus respectivos valores acumulados de janeiro de 2017 a julho de 2018:

Desempenho da Receita PRF/RJ (em R$ milhões - acumulado até julho/2018)			
Item de Receita	Diferença acumulada até o mês de referência	Frustração / Excesso	Observações
Receitas Tributárias	1.165,7	Excesso	Destacam-se a arrecadação do IRRF e de outras receitas tributárias.
Receitas de Contribuições	92,1	Excesso	
Receita Patrimonial	744,5	Excesso	
Transferências Correntes	2.359,2	Excesso	Destaca-se o impacto das receitas advindas de Royalties e Participações Especiais, com realização de R$ 2,6 bilhões acima do previsto no Plano até 31.07.2018.
Demais Receitas Correntes	(5.790,0)	Frustração	Resultado impactado pelo atraso na implementação da medida: Antecipação da CEG e CEG-Rio (R$ 800 milhões). A Antecipação de Royalties &
			PE (R$ 3,0 bilhões) foi prevista nesta rubrica de receita originalmente no Plano, porém a entrada dos recursos se deu em RECEITAS DE CAPITAL.
Receitas de Capital	(2.671,2)	Frustração	Resultado impactado negativamente pela frustração na receita de operação de crédito de Antecipação de alienação da CEDAE (R$ 600 milhões) e diferença no desembolso de demais Operações

			de Crédito em andamento pelo ERJ (R$ 2,1 bilhão). Resultado impactado positivamente por Alienação de Bens, onde foi contabilizada a entrada de recursos provenientes da operação de
			securitização de R&PE, no valor de R$ 1,86 bilhão.
Total	(4.099,8)	Frustração	

Em relação às despesas totais, conforme se constata da análise do Quadro II do Anexo A, o resultado acumulado até o mês de julho de 2018 indica uma diferença de cerca de R$ 5.196milhões a menor do que a previsão constante do PRF-RJ. Não é possível, no entanto, afirmar que se trata de economia de despesa, uma vez que pode ser apenas um atraso na liquidação da mesma.

A tabela a seguir discrimina os principais grupos de despesa que apresentaram, no período acumulado de janeiro de 2017 a julho de 2018, as maiores diferenças:

Desempenho da Despesa PRF/RJ (em R$ milhões - acumulado até julho/2018)			
Item de Despesa	Diferença acumulada até o mês de referência	Economia / Excesso	Observações
Pessoal e Encargos Sociais	953,9	Economia	A economia foi obtida na despesa com Pessoal Ativo, no valor de cerca de R$ 2,6 bilhão. Quanto à Despesa com Inativos, tendo em vista a necessidade de compatibilizar as Fontes de Recursos
			com a finalidade do gasto, foram cancelados Restos a Pagar de 2017, e reconhecidas DEAs em 2018, o que gerou esse aparente aumento da despesa com Inativos e Pensionistas.
			Além disso a medida de auditoria previdenciária está frustrada em R$ 731 milhões.
Juros e Encargos	(5,1)	Excesso	
Outras Despesas Correntes	1.399,0	Economia	
Despesas de Capital	2.848,2	Economia	Execução abaixo do previsto em grande parte pela não realização de alguns investimentos previstos. Inclui também a diferença de cerca de R$940 milhões no
			valor de amortização da Dívida (originalmente, quando da elaboração do PRF-RJ, não havia clareza em relação
			à metodologia de pagamento e aos valores atrasados a serem amortizados na vigência do Plano, o que causou a diferença apontada).
Total	5.196,0	Economia	

V - OBSERVÂNCIA DAS VEDAÇÕES

A Lei Complementar nº 159/2017 dispõe em seu art. 8º sobre as vedações impostas ao Estado que aderir ao RRF. O Decreto Federal nº 9.109/2017, que a regulamenta, dispõe no inciso XIV de seu art. 23 que compete ao Conselho de Supervisão: "monitorar a observância às vedações estabelecidas no art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017".

Para tal fim, foram solicitadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública do Estado, declarações de que estariam observando as vedações dispostas na LC Federal nº 159/2017, e em sua regulamentação posterior. Tais declarações foram recebidas.

VI - AVALIAÇÃO DE RISCOS FISCAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN, em seu Parecer Conjunto nº 001/2017/CORFI/COREM/COPEM/COAFI/COINT/SURIN/STN/MF-DF, examinou os riscos atinentes à implementação das medidas propostas pelo ERJ.

Este Conselho optou por adotar a metodologia proposta pela STN, mas, adicionalmente, classificaram-se as medidas da seguinte forma:

Quanto ao prazo: (i) curto prazo: até 12 meses da data da homologação do Plano; (ii) médio prazo: acima de 12 meses e abaixo de 36 meses da datada homologação do Plano; e (iii) longo prazo: acima de 36 meses da data da homologação do Plano. Essa categorização dá ênfase à necessidade de o Conselho priorizar as medidas que carecem de maior atenção no curto prazo;

Quanto à continuidade:(i) pontual (impacta o fluxo de caixa em um momento específico do Plano); e (ii) contínua (impacta o fluxo de caixa de forma contínua, a contar da data de sua implementação). Essa categorização coloca ênfase sobre a probabilidade de o Conselho ter de solicitar a adoção de medidas compensatórias.

No caso de medidas pontuais, eventual atraso na implementação pode não impactar o resultado nominal ao longo do Plano, dispensando a adoção de medidas compensatórias. Entretanto, a compensação se fará necessária se houver frustração na sua implementação.

Já em relação às medidas de caráter continuado, qualquer atraso de execução implica em impacto no resultado nominal, dando ensejo à necessidade de solicitar a adoção de medidas compensatórias.

O resultado da aplicação da metodologia anteriormente descrita consta no Sumário Executivo.

VII - DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NOS INCISOS VI E VII DO § 1º DO ART. 2º DA LC FEDERAL Nº159/2017

Não foi identificada, no período analisado, a realização de saques em depósitos judiciais, conforme determina o inciso VI do §1º do art. 2º da LC Federal nº159/2017. Tal fato se confirma pela extração de relatório no SIAFE-Rio sobre a natureza de receita específica para esta operação no exercício de 2018:

	Natureza da Receita	Fonte	Total
19909914	Receita oriunda da LC Estadual nº 147 / 2013	91	0,00
19909914	Receita oriunda da LC Estadual nº 147 / 2013	30	0,00
19909914	Receita oriunda da LC Estadual nº 147 / 2013	31	0,00

Em relação ao seu inciso VII, que dispõe sobre a autorização para realização de leilões de pagamento para fins de dar prioridade à quitação de obrigações inscritas em restos a pagar ou inadimplidas, ressalta-se que a Lei Estadual nº 7.629/2017 dispôs no §1º de seu art. 3º que: "o conjunto de dívidas a ser submetido aos leilões de pagamento de que trata este artigo e a frequência dos leilões serão definidos no Plano de Recuperação Fiscal".

O Anexo 37 do PRF-RJ prevê a captação de recursos para o pagamento de restos a pagar por meio de operação de crédito no valor de R$ 3,06 bilhões, em dezembro de 2018.O Projeto de Lei nº 3.871/18, elaborado com este fim, foi apresentado pelo Poder Executivo à ALERJ no mês de março, e aprovada em 16/05/2018.

VIII - NECESSIDADE DE O CONSELHO EXERCER AS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NOS INCISOS III, IV, VIII, IX, X e XV DO CAPUT DOART. 23 OU A PREVISTA NO ART. 28 DO DECRETO 9.109/2017.

Não houve necessidade.

Anexo A - EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I - Receitas

R$ milhões

	Julho		ACUMULADO (Jan. 2017 a Julho 2018)		VIGÊNCIA DO PLANO 2017 a 2020		VIGÊNCIA DO PLANO 2017 a 2023	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado + Previsto	Previsto	Realizado + Previsto
RECEITAS CORRENTES (I)	5.752,4	7.494,5	123.570,8	122.142,2	329.906,1	328.477,6	636.266,3	634.837,7
Receitas Tributárias	4.051,4	4.640,2	76.864,6	78.030,3	209.561,8	210.727,5	406.731,1	407.896,8
ICMS	3.348,5	3.827,8	60.284,2	60.382,2	166.987,3	167.085,4	324.926,5	325.024,5
IPVA	72,0	89,4	5.623,9	5.417,8	12.042,7	11.836,6	23.206,0	22.999,9
ITCD	129,7	73,7	1.809,1	1.839,5	5.520,6	5.551,0	11.051,1	11.081,5
IRRF	278,4	453,6	5.087,8	5.968,2	13.905,0	14.785,4	25.786,3	26.666,7
Outras Receitas Tributárias	222,8	195,7	4.059,6	4.422,5	11.106,2	11.469,1	21.761,2	22.124,1
Receitas de Contribuições	428,8	1.477,2	8.816,1	8.908,2	23.077,3	23.169,4	43.050,9	43.143,0
Receitas Previdenciárias	204,4	428,1	3.886,9	2.939,8	10.555,4	9.608,3	19.784,9	18.837,8
Receitas Intraorçamentárias (a)	220,0	1.029,4	4.780,0	5.427,9	12.238,2	12.886,1	22.782,8	23.430,7
Outras Receitas de Contribuições	4,4	19,6	149,2	540,5	283,6	674,9	483,2	874,5
Receita Patrimonial	41,8	54,7	1.595,4	2.340,0	3.702,0	4.446,5	6.264,9	7.009,4
Receita de Aplicações Financeiras (II)	26,3	40,0	505,1	549,3	1.309,2	1.353,4	2.517,2	2.561,4
Outras Receitas Patrimoniais	15,5	14,8	1.090,3	1.790,7	2.392,8	3.093,1	3.747,7	4.448,0
Transferências Correntes	926,2	922,3	21.068,7	23.427,8	68.713,7	71.072,9	139.071,6	141.430,8
Cota-Parte do FPE	111,8	88,4	2.214,0	2.190,3	6.166,8	6.143,2	12.083,2	12.059,5
Cota-Parte do IPI-Exp.	85,2	75,1	1.398,1	1.284,0	3.916,0	3.802,0	7.673,0	7.559,0
Royalties e Participações Especiais	336,7	383,9	10.535,3	13.128,3	39.795,6	42.388,7	82.540,3	85.133,3
Convênios	5,8	11,6	223,3	274,8	401,3	452,8	656,2	707,7
Outras Transferências Correntes	386,6	363,3	6.698,1	6.550,4	18.433,8	18.286,2	36.118,9	35.971,2
Demais Receitas Correntes	304,3	400,1	15.225,9	9.435,9	24.851,3	19.061,3	41.147,7	35.357,7
Dívida Ativa	14,5	16,3	255,8	337,6	704,3	786,0	1.380,0	1.461,7
Demais Intraorçamentária (b)	55,2	112,4	6.199,7	4.412,7	8.010,7	6.223,7	10.731,6	8.944,5
Diversas Receitas Correntes	234,6	271,4	8.770,3	4.685,7	16.136,3	12.051,6	29.036,1	24.951,5
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	514,0	26,4	8.911,1	6.239,9	15.967,0	13.295,8	17.149,5	14.478,3
Operações de Crédito (V)	363,7	18,0	6.673,7	3.267,3	9.536,6	6.130,1	9.536,6	6.130,1
Amortização de Empréstimos (VI)	19,7	8,0	358,1	288,6	979,7	910,2	1.919,6	1.850,1

Alienação de Bens (VII)	86,3	0,1	889,4	1.950,9	3.536,4	4.597,9	3.596,4	4.657,9
Transferências de Capital	44,4	0,3	369,8	110,7	1.294,2	1.035,2	1.476,7	1.217,7
Convênios de Capital	43,9	0,3	338,8	53,2	1.251,5	965,9	1.417,8	1.132,2
Outras Transferências de Capital	0,5	0,0	31,0	57,5	42,7	69,2	59,0	85,5
Outras Receitas de Capital	0,0	-	620,1	620,1	620,1	620,1	620,2	620,2
Outras Receitas de Capital Intraorçamentárias c)	-	0,0	-	2,3	-	2,3	-	2,3
RECEITA TOTAL (X) = (I + IV)	6.266,4	7.521,0	132.481,9	128.382,2	345.873,1	341.773,4	653.415,8	649.316,0

II - Despesas e Resultados

R$ milhões

	Julho		ACUMULADO (Jan. 2017 a Julho 2018)		VIGÊNCIA DO PLANO 2017 a 2020		VIGÊNCIA DO PLANO 2017 a 2023	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado + Previsto	Previsto	Realizado + Previsto
DESPESAS CORRENTES (XI)	6.415,2	6.313,5	127.224,9	124.877,1	332.410,5	330.062,7	617.117,4	614.769,5
Pessoal e Encargos Sociais	3.302,6	3.220,9	64.873,2	63.919,2	174.250,9	173.297,0	315.031,5	314.077,5
Ativo	1.956,5	1.694,3	36.460,5	33.860,8	94.750,6	92.150,9	169.457,5	166.857,8
Inativos e Pensionistas	1.322,1	1.401,4	27.971,9	29.824,7	74.096,9	75.949,7	137.825,5	139.678,4
Outras Despesas com Pessoal	24,0	125,3	440,8	233,7	5.403,5	5.196,4	7.748,5	7.541,4
Juros e Encargos da Dívida (XII)	6,5	10,3	957,3	962,4	3.271,3	3.276,4	22.844,1	22.849,3
Outras Despesas Correntes	3.106,1	3.082,4	61.394,5	59.995,4	154.888,3	153.489,3	279.241,7	277.842,7
Transferências Constitucionais e Legais	1.375,7	1.567,6	26.881,2	27.045,4	72.450,2	72.614,4	140.974,6	141.138,8
Transferências Voluntárias e Discricionárias	42,1	14,4	777,6	2.266,4	2.073,6	3.562,4	4.007,4	5.496,2
Demais Despesas Correntes	1.688,2	1.500,4	33.735,7	30.683,6	80.364,5	77.312,5	134.259,7	131.207,7
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIII) = (XI - XII)	6.408,7	6.303,2	126.267,6	123.914,6	329.139,3	326.786,3	594.273,2	591.920,2
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	235,7	127,7	5.368,2	2.520,0	11.625,1	8.776,9	36.590,3	33.742,1
Investimentos	201,7	97,2	3.200,7	1.308,7	7.052,8	5.160,8	10.518,0	8.626,1
Inversões Financeiras	2,4	0,2	45,0	28,7	114,9	98,7	204,2	188,0
Concessão de Empréstimos (XV)	0,8	-	15,9	3,6	40,6	28,3	72,1	59,9
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	1,5	0,2	29,1	25,1	74,3	70,4	132,1	128,1
Amortização da Dívida (XVII)	31,6	30,3	2.122,6	1.182,6	4.457,4	3.517,4	25.868,0	24.928,0
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XVIII) = (XIV - XV - XVI - XVII)	203,3	97,4	3.229,8	1.333,8	7.127,1	5.231,2	10.650,1	8.754,2
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XIX)	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Intraorçamentária (d)	275,2	467,2	9.179,7	9.934,5	18.449,0	19.203,7	31.714,4	32.469,1
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXI) = (XIII + XVIII + XIX + XX - d)	6.336,7	5.933,5	120.317,6	115.314,4	317.817,4	312.814,2	573.208,9	568.205,7
DESPESA TOTAL (XXII) = (XI + XIV)	6.650,9	6.441,3	132.593,2	127.397,1	344.035,7	338.839,6	653.707,6	648.511,6
RESULTADO PRIMÁRIO FISCAL (XXXVIII) = (IX - XXI)	- 841,5	379,6	- 7.241,8	- 2.831,2	- 7.555,1	- 3.144,5	29.122,6	33.533,3
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (XXXV) = (X - XXII)	- 384,5	1.079,7	- 111,2	985,0	1.837,5	2.933,8	- 291,8	804,5

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 5 DE OUTUBRO DE 2018

O CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 23 do Decreto 9.109, de 27 de julho de 2017, e tendo em vista a 12ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de setembro de 2018, resolve:

Art.1° Aprovar o relatório de monitoramento do plano de recuperação fiscal do Estado do Rio de Janeiro referente ao mês de agosto de 2018 na forma do documento anexo.

Art.2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2018; 197º da Independência e 130º da República

EDSON LEONARDO DALESCIO SÁ TELES
Membro do Conselho

ANDREA RIECHERT SENKO
Membro do Conselho

ANEXO

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

COMPETÊNCIA: AGOSTO 2018

I- INTRODUÇÃO

O Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal - CSRRF do Estado do Rio de Janeiro - RJ, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 7ºda Lei Complementar Federal nº 159/2017 e pelo art. 23 do Decreto Federal nº 9.109/2017 que a regulamenta, apresenta o relatório simplificado sobre a execução do Plano de Recuperação Fiscal- PRF/RJ, e sobre a evolução da situação fiscal do Estado, referente ao mês de agosto de 2018.

Este relatório tem como finalidade monitorar o cumprimento do PRF/RJ, sob quatro aspectos: (i) o acompanhamento da execução das medidas de ajuste e seus impactos; (ii) a evolução dos resultados orçamentários e financeiros, com as medidas compensatórias, caso necessárias; (iii) o monitoramento das vedações; e (iv) a avaliação dos riscos fiscais e passivos contingentes.

A seção II denominada "Acompanhamento Mensal das Medidas de Ajuste e das Vedações" se dedica à consolidação do monitoramento mensal empreendido quanto à execução do PRF/RJ, bem como evidencia outros aspectos considerados relevantes pelo CSRRF, ocorridos no mês de competência. Adicionalmente, o relatório traz como anexo o acompanhamento analítico das medidas de ajuste do PRF.

Cabe destacar que o relatório referente ao mês de julho já se encontra disponível na página eletrônica dedicada ao Regime de Recuperação Fiscal, no Portal de Transparência do Estado do Rio de Janeiro, em consonância com o §2º do art. 30 do Decreto Federal nº 9.109/2017.

II - ACOMPANHAMENTO MENSAL DAS MEDIDAS DE AJUSTE E DAS VEDAÇÕES

Essa seção fornece uma visão geral sobre o curso dos compromissos assumidos no âmbito do PRF/RJ, com ênfase nas medidas de ajuste e seus impactos financeiros. O acompanhamento detalhado de cada medida encontra-se nos Anexos "B" e "C" deste documento. Apresenta-se adicionalmente quadro com a evolução dos indicadores fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, notadamente os referentes à despesa com pessoal e ao estoque da dívida consolidada líquida, uma vez que, ao término da vigência do Plano de Recuperação, cessa a suspensão dos art. 23 e 31 da LRF.

O CSRRF recebeu da SEFAZ/RJ documentos que propõem a atualização das projeções financeiras, bem como as respectivas notas técnicas.

Tendo em vista o volume e complexidade das informações o Conselho iniciará análise e, tão logo estejam validadas, serão incorporadas ao relatório.

Acompanhamento das Medidas de Ajuste

Os quadros 1 e 2 indicam a situação das medidas de ajuste em relação a sua implementação, bem como em relação ao acompanhamento dos impactos financeiros alcançados, em comparação aos previstos originalmente no Plano.

As medidas constantes do PRF-RJ foram agrupadas de acordo com sua classificação entre medidas pontuais ou contínuas, conforme metodologia constante na seção IV deste relatório. Adicionalmente, foram ordenadas de forma decrescente, considerando o impacto financeiro previsto durante a vigência do Regime.

A avaliação da situação de cada medida foi realizada considerando-se dois critérios: quanto ao cumprimento do prazo e quanto ao resultado financeiro apurado. O primeiro verifica o grau de implementação da medida em relação aos prazos previstos no Plano, podendo-se classificar tais resultados dentre os seguintes status: (i) implementado: quando todas as ações necessárias para implementação tiverem sido adotadas; (ii) no prazo: na hipótese de as ações necessárias estarem em fase de implementação, conforme cronograma previsto no Plano; (iii) atrasado: quando o prazo acordado estiver expirado, sem que todas as ações tenham sido implementadas.

O segundo critério analisa a materialidade do resultado financeiro acumulado em relação ao previsto, que pode se dar "conforme esperado" ou "abaixo do esperado". Considera-se "conforme esperado" o resultado acumulado que seja igual ou maior que o total previsto até o mês de competência. Em relação ao resultado "abaixo do esperado", tal classificação se desdobra segundo a relevância da frustração em relação ao total do impacto esperado destas medidas ao final do primeiro período da vigência do Plano, ou seja, 2017 a 2020. Neste sentido, frustrações superiores a 1% (equivalente a R$ 330 milhões) do montante estimado para todas as medidas serão classificadas como "críticas", e as demais restarão apontadas como "em alerta", conforme se verifica nos Quadros 1 e 2.

Medidas de Caráter Continuado (Quadro 1):
O Quadro 1 apresenta os status das medidas de ajuste de caráter continuado, com suas respectivas metas e resultados alcançados até o mês de competência.
Quadro 1: Medidas de Caráter Continuado

Medidas de Caráter Continuado	Situação da Medida		Impactos Previstos (R$ Milhões)		Resultado Acumulado Realizado	Diferença Acumulada Realizado - Previsto
	Prazo Cronograma	Resultado Financeiro	2017-2020	Até o mês de referência		
Revisão de Incentivos Fiscais (Anexo 18)[1]	Implementado	Conforme o Esperado	3.684,82	669,80	1.072,20	402,40
Revisão Preço Mínimo do Petróleo (Anexo 20)[2]	Implementado	Abaixo - em alerta	3.366,40	432,90	432,00	-0,90
Auditoria Previdenciária (Anexo 26)	No prazo	Abaixo Crítico	2.939,00	861,10	79,90	-781,20
Modernização Fazendária (Anexo 17)[1]	No prazo	Conforme o Esperado	2.598,40	425,60	849,70	424,10
Alterações Alíquotas ICMS (Anexo 15)[1]	Implementado	Conforme o Esperado	2.287,80	675,40	1.101,40	426,00
Majoração Alíquota Contribuição Previdenciária (Anexo 25)	Implementado	Abaixo - em alerta	1.979,10	639,60	337,50	-302,10
Revisão REPETRO (Anexo 22)	Implementado	Conforme o Esperado	1.350,00	88,30	911,70	823,40
Nova Metodologia Preço de Referência do Gás & PE (Anexo 32)	No prazo	Conforme o Esperado	1.076,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação Administrativa (Anexo 27)	Atrasado	Conforme o Esperado	610,60	-23,50	0,00	23,50
Royalties & PE do Campo de Libra (Anexo 19)	No prazo	Conforme o Esperado	444,30	0,00	0,00	0,00
Alterações no ITD (Anexo 16)	Implementado	Conforme o Esperado	321,80	66,70	232,10	165,40
Reforma das Pensões (Anexo 13)	Implementado	Conforme o Esperado	0,00	0,00	9,30	9,30
Impacto Medidas Contínuas			20.658,22	3.835,90	5.025,80	1.189,90

[1] A metodologia para o cálculo do impacto gerado pela medida foi encaminhado em setembro ao CSRRF.

[2] Apesar do Status constar "Abaixo em Alerta", dado o montante da frustração, a medida pode ser considerada com Status "Conforme Esperado"

Relativamente ao prazo de implementação das medidas de caráter continuado, conforme se depreende do Quadro 1, apenas uma se encontra em atraso, no que diz respeito à sua implementação. Conforme ressaltado em relatórios anteriores deste Conselho, a medida de Reestruturação Administrativa previa a realização de operação de crédito para promover a extinção ou a concessão de uso à iniciativa privada de empresas públicas e sociedades de economia mista. No entanto, a Lei estadual nº 7.941/2018, que autoriza a contratação de operação de crédito para a Reestruturação Administrativa, veda a extinção de sociedades de economia mista e empresas estaduais.

Já sob o ponto de vista dos resultados financeiros, duas medidas se encontram na categoria "abaixo - em alerta", e uma em "abaixo - crítico", resultando em frustração acumulada de cerca de R$ 1,08 bilhão. Entretanto, no que se refere à medida de ajuste que trata do Preço Mínimo do Petróleo, esta, apesar de constar na faixa considerada "Abaixo - em Alerta", se encontra muito próxima de ser alçada ao status de "Conforme Esperado".

As maiores frustrações, considerando o impacto acumulado até o mês de referência, ocorreram nas medidas referentes à Auditoria Previdenciária no valor de R$ 781,2 milhões e à Majoração da Alíquota Previdenciária no valor de R$ 302,1 milhões.

Entretanto, as medidas de caráter continuado, quando analisadas em conjunto, produzem impacto positivo acumulado de cerca de R$ 1,19 bilhão, uma vez que as citadas frustrações estão sendo compensadas pelo bom desempenho das demais medidas, notadamente, conforme já noticiado no relatório de julho de 2018,pela Revisão do Repetro, que acumula valor de R$ 823 milhões superior ao esperado.

A fim de demonstrar a evolução dos impactos observados com a implementação das medidas de caráter continuado ao longo do Plano, foi incluído o Gráfico 1 a seguir, contendo o impacto financeiro realizado comparativamente ao estimado no Plano homologado que apresenta o histórico do Quadro 1 ao longo do tempo.

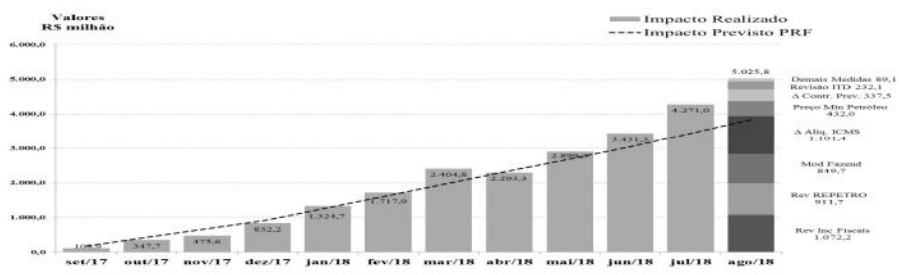
As colunas apresentam a soma dos valores realizados de todas as medidas de caráter continuado acumulados mês a mês desde o início do Plano, enquanto que a linha tracejada representa a soma dos impactos financeiros estimados de todas as medidas de caráter continuado previstas. A última coluna contém o detalhamento do impacto realizado de cada medida destacando assim sua representatividade na soma total do resultado acumulado.

Conforme se depreende pelo Gráfico 1, o somatório dos valores apurados das medidas de caráter continuado apresentam resultado acima do previsto a partir do mês de fevereiro de 2018 com pequena oscilação em abril de 2018 devido à medida de revisão de incentivos fiscais, cujo resultado foi negativo no mês.

Outro destaque refere-se ao bom desempenho das medidas que impactam a arrecadação do ICMS como a Modernização Fazendária, Alteração de Alíquotas, Revisão dos Incentivos Fiscais e Revisão do Repetro.

Os gráficos contendo a evolução dos resultados individuais das medidas de caráter continuado foram inseridos no Anexo B deste relatório. Ressalta-se a importância dos resultados alcançados, uma vez que se trata de medidas cujo impacto se dará ao longo de todo o Plano.

Gráfico1: Medidas de Caráter Continuado - Evolução Mensal Realizado vs Previsto



Medidas de Caráter Pontual (Quadro 2):
O Quadro 2 apresenta os status das medidas de ajuste de caráter pontual, com suas respectivas metas e resultados alcançados até o mês de competência.
Quadro 2: Medidas de Caráter Pontual
Medidas de Caráter Pontual (Quadro 2):
O Quadro 2 apresenta os status das medidas de ajuste de caráter pontual, com suas respectivas metas e resultados alcançados até o mês de competência.
Quadro 2: Medidas de Caráter Pontual

Medidas de Caráter Pontual	Situação da Medida		Impactos Previstos (R$ Milhões)		Resultado Acumulado Realizado	Diferença Acumulada (Realizado - Previsto)
	Prazo Cronograma	Resultado Financeiro	2017-2020	Até o mês de referência		
Operação de Crédito CEDAE (Anexo 11)[3]	Implementado	Abaixo Crítico	3.500,00	3.500,00	2.900,00	-600,00
Antecipação de R & PE(Anexo 21)[4]	Implementado	Conforme o Esperado	3.000,00	3.000,00	3.058,90	58,90
Alienação Recursos Remanescentes CEDAE (Sem anexo)	No prazo	Conforme o Esperado	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Venda da Folha de Pessoal (Anexo 28)	Implementado	Abaixo - em alerta	1.441,50	1.441,50	1.317,80	-123,70
Antecipação de Concessão da CEG e CEG_RIO (Anexo 29)	Atrasado	Abaixo Crítico	800,00	800,00	0,00	-800,00
Concessão de Linhas de Ônibus (Anexo 30)	Atrasado	Conforme o Esperado	776,61	0,00	0,00	0,00
Securitização da Dívida (Anexo 24)[5]	Atrasado	Abaixo Crítico	626,50	621,40	0,00	-621,40
Alienação de Imóveis (Anexo 23)	Atrasado	Abaixo - em alerta	300,00	86,70	4,00	-82,70
Impacto Medidas Pontuais			12.444,61	9.449,60	7.280,70	-2.168,90

Em que pese a frustração de R$ 600 milhões, esse valor poderá ser compensado quando da efetiva alienação da empresa.

[4] A antecipação de R&PE realizada a menor está sendo compensada com uma desaceleração dos pagamentos relativos à operação realizada em 2014.

[5] O valor da medida considera o valor total da securitização deduzido o efeito financeiro reflexo.

Observando-se as medidas de caráter pontual apresentadas no Quadro 2, verifica-se que quatro se encontram em atraso, sendo que três delas impactam negativamente o resultado financeiro acordado no Plano, pois a medida referente à concessão das linhas de ônibus previa ingressos apenas em outubro de 2018. Por outro lado, há duas medidas que, apesar de já terem sido implementadas, apresentam resultados financeiros abaixo do esperado. A frustração total acumulada das medidas de caráter pontual é de cerca de R$ 2,17 bilhões.

Ressalve-se que apesar de impactarem o fluxo de caixa no curto prazo, as medidas de Operação de Crédito de Antecipação da Alienação da CEDAE e Securitização da Dívida Ativa, que representam frustração acumulada, até agosto de 2018, da ordem de R$ 1,22 bilhão, não impactarão o resultado nominal do Plano no longo prazo, por serem operações de antecipação de crédito, conforme detalhadas nos itens 01 e 07do ANEXO C deste relatório.

Acompanhamento dos Indicadores Fiscais

O Quadro 3 apresenta, para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, os valores apurados de Receita Corrente Líquida (RCL), Despesa Total com Pessoal (DTP) do Poder Executivo e Dívida Consolidada Líquida (DCL) - dados obtidos nos relatórios oficiais publicados pelo Governo Estadual.

Quadro 3: Indicadores Fiscais da LRF - Despesa com Pessoal do Poder Executivo e Dívida Consolidada

Em R$	2016	2017	2018 (2º Quadr.)	Variação 2017/2016	Variação 2018/2016
Receita Corrente Líquida (RCL) - A	46.228.984.469	50.194.044.675	55.885.748.527	8,6%	20,9%
Despesa Total com Pessoal (DTP)[1] - B	28.537.783.199	28.741.803.889	26.091.611.961	0,7%	-8,6%
% DTP sobre a RCL - B/A	61,73%	57,26%	46,69%	-	-
Limite Máximo[2]	49,0%	49,0%	49,0%	-	-
Dívida Consolidada Líquida (DCL) - C	106.055.900.774	135.393.365.028	150.974.832.241	27,7%	42,4%
% DCL sobre a RCL - C/A	229,41%	269,74%	270,15%	-	-
Limite Máximo	200,00%	200,00%	200,00%	-	-

[1]Despesa Total de Pessoal do Poder Executivo

[2]Limite Máximo do Poder Executivo.

A inclusão destas informações visa ao acompanhamento da evolução dos indicadores e do retorno dos índices apresentados aos limites máximos de despesa com pessoal e de dívida consolidada líquida, em conformidade com a LRF e as novas disposições do art. 10 da LC nº 159/2017, em virtude da adesão ao RRF.

O índice de despesa de pessoal sobre a receita corrente líquida apurado no segundo quadrimestre de 2018 apresenta resultado de 46,69% para o Poder Executivo, ficando abaixo do limite máximo e acima do limite prudencial de 46,55% fixados pela LRF. Este resultado foi devido ao aumento na arrecadação de Royalties e Participações Especiais do Petróleo que são vinculadas ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Rio de Janeiro.

Adicionalmente sobre o tema relacionado ao indicador fiscal da LRF com despesas de pessoal, impende ressaltar que o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no mês de setembro julgou solicitação do Conselho que questionou acerca das despesas de pessoal inativo e de pensionistas de todos dos Poderes e órgãos estarem sendo computadas no demonstrativo fiscal do Poder Executivo Estadual.

O TCE/RJ decidiu converter a solicitação do Conselho em uma Auditoria Governamental de Levantamento Extraordinário e solicitou esclarecimentos ao Poder Executivo Estadual, e aos Chefes dos Poderes Judiciário e Legislativo, além do Ministério Público Estadual.

Conforme noticiado no relatório referente ao mês de abril de 2018, o Conselho apurou que a renúncia das ações judiciais, nos termos do § 3º do art. 3º da LC nº 159/2017, ocasionou crescimento na dívida consolidada em montante de cerca de R$ 13 bilhões não previstos originalmente no PRF-RJ. Esse fato impacta as despesas com serviço da dívida bem como a relação DCL / RCL, afetando o equilíbrio do RRF-RJ. O CSRRF formulou consulta à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre a questão e ainda aguarda seu posicionamento.

Monitoramento das Vedações previstas no art. 8º da LC n°159/17

A Lei Complementar nº 159/2017 dispõe em seu art. 8º sobre as vedações impostas ao Estado que aderir ao RRF. O Decreto Federal nº 9.109/2017, que a regulamenta, dispõe no inciso XIV de seu art. 23 que compete ao Conselho de Supervisão: "monitorar a observância às vedações estabelecidas no art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017".

Para tal fim, são solicitadas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública do Estado, declarações de que estariam observando as vedações dispostas na LC Federal nº 159/2017, e em sua regulamentação posterior.

Adicionalmente, o Conselho monitora os atos que se configuram como indício de descumprimento às vedações previstas no RRF que, caso venham a se concretizar, são causas para a extinção do Regime, por meio de pesquisa de palavras, selecionadas pelo CSRRF, nos Diários Oficiais do RJ.

Com a finalidade de aprimorar os mecanismos de controle do monitoramento das vedações do Conselho e considerando a recente criação da Controladoria-Geral do Estado, órgão competente para auditar as contas públicas, foi realizada reunião para tratar do tema e propor parceria para possível atuação conjunta.

De acordo com as declarações recebidas relativas ao mês de agosto houve observância das vedações contidas no art. 8º da LC nº 159/2017.

Por outro lado, ressalta-se que em 29 de junho de 2018, foi promulgada a Lei Estadual nº 7.946 que trata do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro - SES-RJ e do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro - IASERJ. Se o PCCS fosse implementado integralmente poderia causar impacto financeiro da ordem de R$ 1,2 bilhão por ano, sem considerar a quantia correspondente à contribuição patronal do Estado. Entretanto, a lei que o aprova condiciona a vigência dos dispositivos que implicam majoração remuneratória à aprovação do Conselho de Supervisão.

Em 27 de setembro de 2018 o CSRRF recebeu o Ofício Casa Civil n° 1.017/2018, em resposta Ofício SEI nº 45/2018/CSRRF-MF, com a informação de que o PCCS não produziu efeitos financeiros e de que nenhuma medida nesse sentido será adotada sem o aval deste Conselho.

Em junho de 2018 houve a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de nomeações no Departamento Geral de Ações Socioeducativas - DEGASE, da Secretaria de Estado de Educação, que tem como missão a execução da política de atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei. O Conselho solicitou informações ao Governo Estadual, que as encaminhou por meio do Ofício Casa Civil nº 950, de 21/9/2018. O CSRRF está analisando os dados apresentados.

Adicionalmente, em 29 de agosto de 2018, foram publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro 18 nomeações para professores na Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZO. O Conselho encaminhou ao Exmo. Governador o Ofício SEI nº 50/2018/CSRRF-MF, em 04/09/2018, solicitando informações sobre as nomeações citadas.

Após análise dos Relatórios dos Cadernos de Recursos Humanos da lavra da Secretária de Fazenda e Planejamento, dos períodos de agosto de 2017 a julho de 2018, verificaram-se indícios de ocorrência de desrespeito ao previsto no inciso IV do art. 8º da Lei Complementar nº 159/2017.

Dessa forma, o Conselho enviou o Ofício SEI nº 54/2018/CSRRF-MF, em 21/9/2018, para a SEFAZ/RJ, questionando sobre nomeações, em julho de 2018, de cargos excedentes ao quantitativo registrado em agosto de 2017, que totalizou gastos adicionais no valor aproximado de R$ 26 milhões, em relação ao que teria sido obtido caso se mantivessem os patamares do valor base (agosto de 2017).

Por fim, em 26/9/2018, o Conselho encaminhou Ofício SEI nº 55/2018/CSRRF-MF ao Governador do Estado e ao Interventor Federal na Segurança Pública comunicando novo entendimento acerca da possibilidade de nomeação dos Papiloscopista Policial de 3ª classe.

O Conselho entende haver possibilidade de nomeações de cargos públicos em decorrência de vacâncias anteriores ao ingresso no Regime de Recuperação Fiscal, desde que o Governo do Estado promova a extinção de outros cargos que se tornaram vagos durante o Regime.

Ademais, além da extinção dos cargos, o Governo do Estado deverá observar a correspondência entre o valor total das novas nomeações, com o daquele que se pretende extinguir.

III - EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

A evolução dos resultados orçamentários e financeiros está demonstrada no Anexo A. Este apresenta quadro com os valores das receitas arrecadadas e das despesas liquidadas no mês de referência e no acumulado desde janeiro de 2017. O quadro contém os valores previstos no PRF-RJ e os realizados. Adicionalmente, traz os valores acumulados para o período compreendido entre 2017 e 2020, vigência inicial para três anos de Regime de Recuperação Fiscal - RRF, e entre 2017 a 2023,considerando-se uma possível prorrogação do RRF para seis anos.

Durante a execução mensal do Plano, este Anexo A apresentará apenas o resultado orçamentário e o resultado primário fiscal para os períodos considerados. Dada a dificuldade de apuração mensal dos restos a pagar ao longo do exercício, os resultados: primário ajustado e nominal (apurados pelo regime de competência, em conformidade ao disposto no §1º do art. 17 do Decreto nº 9.109/2017) serão apresentados somente nos relatórios referentes ao mês de encerramento do ano fiscal. Ressalta-se que a Resolução CSRRF nº 02/2018 contém a análise dos resultados primário e nominal de 2017.

A seguir estão discriminadas as principais diferenças entre o desempenho previsto e o realizado nas receitas, com seus respectivos valores acumulados de janeiro de 2017 a agosto de 2018 resultando numa frustração de receita acumulada de cerca de R$ 2,95 bilhões.

Desempenho da Receita PRF/RJ (em R$ milhões - acumulado até Ago/2018)			
Item de Receita	Diferença acumulada até o mês de referência	Frustração / Excesso	Observações
Receitas Tributárias	1.299,3	Excesso	Destacam-se a arrecadação do IRRF, do ICMS e de outras receitas tributárias.
Receitas de Contribuições	28,2	Excesso	
Receita Patrimonial	878,4	Excesso	Este excesso de arrecadação contempla a quantia de R$ 1,32 bilhão obtida com a venda da folha em 2017. Ressalta-se que quando da elaboração do PRF o impacto previsto para esta medida foi alocado na rubrica de "Diversas Receitas Correntes". Neste ano de 2018, o superávit acumulado é de aproximadamente R$ 250 milhões.
Transferências Correntes	3.745,8	Excesso	Destaca-se o impacto das receitas advindas de Royalties e Participações Especiais, com realização de R$ 4,05 bilhões acima do previsto no Plano até agosto/2018.
Demais Receitas Correntes	(5.752,9)	Frustração	Resultado impactado pelo atraso na implementação da medida: Antecipação da CEG e CEG-Rio (R$ 800 milhões). A Antecipação de Royalties & PE (R$ 3,0 bilhões) foi prevista nesta rubrica de receita originalmente no Plano, porém a entrada dos recursos se deu em RECEITAS DE CAPITAL.
Receitas de Capital	(3.150,4)	Frustração	Resultado impactado negativamente pela frustração na receita de operação de crédito de Antecipação de alienação da CEDAE (R$ 600 milhões) e diferença no desembolso de demais Operações de Crédito em andamento pelo
			ERJ (R$ 3,75 bilhão). Por outro lado, houve impacto positivo à conta de Alienação de Bens, onde foi computada a entrada de recursos provenientes da operação de securitização de R&PE, no valor de R$ 1,86 bilhão.
Total	(2.951,6)	Frustração	

Em relação às despesas totais, conforme se constata da análise do Quadro II do Anexo A, o resultado acumulado até o mês de agosto de 2018 indica uma diferença de cerca de R$ 5,67bilhões a menor do que a previsão constante do PRF-RJ. Não é possível, no entanto, afirmar que se trata de economia de despesa, uma vez que pode ser apenas um atraso na liquidação da mesma.

A tabela a seguir discrimina os principais grupos de despesa que apresentaram, no período acumulado de janeiro de 2017 a agosto de 2018, as maiores diferenças.

Desempenho da Despesa PRF/RJ (em R$ milhões - acumulado até Ago/2018)			
Item de Despesa	Diferença acumulada até o mês de referência	Economia / Excesso	Observações
Pessoal e Encargos Sociais	973,8	Economia	A economia foi obtida na despesa com Pessoal Ativo, no valor de aproximadamente R$ 2,7 bilhões. Quanto à Despesa com Inativos, os gastos estão acima do previsto em cerca de R$ 1,94 bilhão,
			dos quais aproximadamente R$ 900 milhões se devem à necessidade de cancelamento de Restos a Pagar de 2017 e posterior reconhecimento de DEA em 2018, o que gerou o aparente aumento da despesa com Inativos e Pensionistas.
			Outros R$ 780 milhões se devem à diferença acumulada entre a economia prevista e a realizada com a medida de auditoria previdenciária, devido a problemas na metodologia de cálculo apresentada.
Juros e Encargos	(7,8)	Excesso	
Outras Despesas Correntes	1.751,5	Economia	Ainda não é possível afirmar que se trata de redução de despesa ou postergação de liquidação.
Despesas de Capital	2.950,3	Economia	A execução abaixo do previsto pode ser explicada, em sua maior parte (cerca de R$ 2 bilhões) pela não realização de investimentos que haviam sido previstos originalmente. Inclui também a diferença de cerca de R$ 941 milhões no valor de amortização
			da Dívida (originalmente, quando da elaboração do PRF-RJ, não havia clareza em relação à metodologia de pagamento e aos valores atrasados a serem amortizados na vigência do Plano, o que causou a diferença apontada).
Total	5.667,8	Economia	

IV - AVALIAÇÃO DE RISCOS FISCAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN, em seu Parecer Conjunto nº 001/2017/CORFI/COREM/COPEM/COAFI/COINT/SURIN/STN/MF-DF, examinou os riscos atinentes à implementação das medidas propostas pelo ERJ.

Este Conselho optou por adotar a metodologia proposta pela STN, mas, adicionalmente, classificaram-se as medidas da seguinte forma:

Quanto ao prazo: (i) curto prazo: até 12 meses da data da homologação do Plano; (ii) médio prazo: acima de 12 meses e abaixo de 36 meses da datada homologação do Plano; e (iii) longo prazo: acima de 36 meses da data da homologação do Plano. Essa categorização dá ênfase à necessidade de o Conselho priorizar as medidas que carecem de maior atenção no curto prazo;

Quanto à continuidade:(i) pontual (impacta o fluxo de caixa em um momento específico do Plano); e (ii) contínua (impacta o fluxo de caixa de forma contínua, a contar da data de sua implementação). Essa categorização coloca ênfase sobre a probabilidade de o Conselho ter de solicitar a adoção de medidas compensatórias.

No caso de medidas pontuais, eventual atraso na implementação pode não impactar o resultado nominal ao longo do Plano, dispensando a adoção de medidas compensatórias. Entretanto, a compensação se fará necessária se houver frustração na sua implementação.

Já em relação às medidas de caráter continuado, qualquer atraso de execução implica em impacto no resultado nominal, dando ensejo à necessidade de solicitar a adoção de medidas compensatórias.

O resultado da aplicação da metodologia anteriormente descrita consta na Seção II deste relatório.

Aspecto relevante que deve ser observado é a recente promulgação da Lei Complementar Estadual nº 182, de 20 de setembro de 2018, a qual previa a revogação do art. 1º da Lei Estadual nº 7.529/2017 que trata da autorização Legislativa para privatização da CEDAE.

Essa previsão, constante do art. 22 da mencionada lei complementar, foi revogado pelo Governador do Estado com a fundamentação de que tal previsão fulminaria o Plano de Recuperação Fiscal, uma vez que as ações da CEDAE são garantia ofertada pelo Estado para o empréstimo obtido junto ao Banco BNP Paribas Brasil S.A., o que permitiu a retomada do equilíbrio das contas públicas.

Ademais, caso haja a revogação do art. 1º da Lei Estadual nº 7.529/2017 poderá haver a antecipação do pagamento do empréstimo, conforme previsto no Contrato de Mútuo assinado entre o Banco e o Estado do Rio de Janeiro.

V - DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NOS INCISOS VI E VII DO § 1º DO ART. 2º DA LC FEDERAL Nº159/2017

Não foi identificada, no período analisado, a realização de saques em depósitos judiciais, conforme determina o inciso VI do §1º do art. 2º da LC Federal nº159/2017. Tal fato se confirma pela extração de relatório no SIAFE-Rio sobre a natureza de receita específica para esta operação no exercício de 2018:

Cód. NR	Natureza da Receita	Fonte	Total
19909914	Receita oriunda da LC Estadual nº 147 / 2013	91	0,00
19909914	Receita oriunda da LC Estadual nº 147 / 2013	30	0,00
19909914	Receita oriunda da LC Estadual nº 147 / 2013	31	0,00

Em relação ao seu inciso VII, que dispõe sobre a autorização para realização de leilões de pagamento para fins de dar prioridade à quitação de obrigações inscritas em restos a pagar ou inadimplidas, ressalta-se que a Lei Estadual nº 7.629/2017 dispôs no §1º de seu art. 3º que: "o conjunto de dívidas a ser submetido aos leilões de pagamento de que trata este artigo e a frequência dos leilões serão definidos no Plano de Recuperação Fiscal".

O Anexo 37 do PRF-RJ prevê a captação de recursos para o pagamento de restos a pagar por meio de operação de crédito no valor de R$ 3,06 bilhões, em dezembro de 2018. O Projeto de Lei nº 3.871/18, elaborado com este fim, foi apresentado pelo Poder Executivo à ALERJ no mês de março, e aprovado em 16/05/2018.A operação estava prevista no PRF para o exercício de 2018, mas até o momento se encontra sem execução.

VI - NECESSIDADE DE O CONSELHO EXERCER AS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NOS INCISOS III, IV, VIII, IX, X e XV DO CAPUT DOART. 23 OU A PREVISTA NO ART. 28 DO DECRETO 9.109/2017.

Não houve necessidade.

Anexo A - EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I - Receitas

R$ Milhões

	(I) Agosto		(II) ACUMULADO (Jan.2017 a Ago.2018)		(III) VIGÊNCIA DO PLANO 2017 a 2020		(IV) VIGÊNCIA DO PLANO 2017 a 2023	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado + Previsto	Previsto	Realizado + Previsto
RECEITAS CORRENTES (I)	6.938,0	8.565,4	130.508,8	130.707,6	329.906,1	330.105,0	636.266,3	636.465,1
Receitas Tributárias	4.071,4	4.205,0	80.936,0	82.235,3	209.561,8	210.861,1	406.731,1	408.030,4
ICMS	3.385,6	3.543,5	63.669,8	63.925,7	166.987,3	167.243,2	324.926,5	325.182,4
IPVA	53,7	79,9	5.677,6	5.497,7	12.042,7	11.862,9	23.206,0	23.026,2
ITCD	130,9	100,9	1.940,0	1.940,4	5.520,6	5.520,9	11.051,1	11.051,5
IRRF	278,4	275,3	5.366,2	6.243,5	13.905,0	14.782,4	25.786,3	26.663,6
Outras Receitas Tributárias	222,8	205,4	4.282,5	4.627,9	11.106,2	11.451,6	21.761,2	22.106,7
Receitas de Contribuições	428,8	364,9	9.244,9	9.273,1	23.077,3	23.105,5	43.050,9	43.079,1
Receitas Previdenciárias	204,4	162,2	4.091,3	3.102,1	10.555,4	9.566,2	19.784,9	18.795,7
Receitas Intraorçamentárias (a)	220,0	156,1	5.000,0	5.583,9	12.238,2	12.822,2	22.782,8	23.366,8
Outras Receitas de Contribuições	4,4	46,6	153,6	587,1	283,6	717,1	483,2	916,7
Receita Patrimonial	43,8	177,7	1.639,2	2.517,7	3.702,0	4.580,4	6.264,9	7.143,4
Receita de Aplicações Financeiras (II)	26,3	165,8	531,4	715,1	1.309,2	1.492,9	2.517,2	2.700,9
Outras Receitas Patrimoniais	17,5	11,9	1.107,8	1.802,6	2.392,8	3.087,5	3.747,7	4.442,5
Transferências Correntes	2.089,8	3.476,4	23.158,5	26.904,3	68.713,7	72.459,5	139.071,6	142.817,4
Cota-Parte do FPE	111,8	112,5	2.325,8	2.302,8	6.166,8	6.143,9	12.083,2	12.060,3
Cota-Parte do IPI-Exp.	85,2	81,2	1.483,3	1.365,3	3.916,0	3.798,0	7.673,0	7.555,0
Royalties e Participações Especiais	1.512,6	2.967,1	12.047,9	16.095,4	39.795,6	43.843,2	82.540,3	86.587,9
Convênios	5,4	16,1	228,6	290,9	401,3	463,6	656,2	718,4
Outras Transferências Correntes	374,9	299,5	7.072,9	6.849,9	18.433,8	18.210,8	36.118,9	35.895,9
Demais Receitas Correntes	304,3	341,4	15.530,2	9.777,3	24.851,3	19.098,5	41.147,7	35.394,9
Dívida Ativa	14,5	25,0	270,3	362,6	704,3	796,6	1.380,0	1.472,3
Demais Intraorçamentária (b)	55,2	115,1	6.255,0	4.527,7	8.010,7	6.283,5	10.731,6	9.004,3
Diversas Receitas Correntes	234,6	201,3	9.004,9	4.887,0	16.136,3	12.018,4	29.036,1	24.918,2
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	513,8	34,6	9.424,9	6.274,5	15.967,0	12.816,6	17.149,5	13.999,2
Operações de Crédito (V)	363,7	24,4	7.037,4	3.291,7	9.536,6	5.790,9	9.536,6	5.790,9
Amortização de Empréstimos (VI)	19,7	7,1	377,8	295,7	979,7	897,7	1.919,6	1.837,6
Alienação de Bens (VII)	86,3	-	975,6	1.950,9	3.536,4	4.511,7	3.596,4	4.571,7
Transferências de Capital	44,2	3,0	413,9	113,8	1.294,2	994,0	1.476,7	1.176,6
Convênios de Capital	43,7	2,9	382,5	56,2	1.251,5	925,1	1.417,8	1.091,4
Outras Transferências de Capital	0,4	0,1	31,4	57,6	42,7	68,9	59,0	85,1
Outras Receitas de Capital	0,0	-	620,1	620,1	620,1	620,1	620,2	620,2
Outras Receitas de Capital Intraorçamentárias (c)	-	0,0	-	2,3	-	2,3	-	2,3
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII - c)	44,2	3,0	1.034,1	733,9	1.914,3	1.614,1	2.096,9	1.796,7
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (IX) = (III + VIII)	6.680,6	8.131,5	119.756,5	120.614,8	310.262,3	311.120,5	602.331,6	603.189,9
RECEITA TOTAL (X) = (I + IV)	7.451,8	8.600,0	139.933,7	136.982,2	345.873,1	342.921,6	653.415,8	650.464,3

II - Despesas e Resultados

R$ Milhões

	(I) Agosto		(II) ACUMULADO (Jan.2017 a Ago.2018)		(III) VIGÊNCIA DO PLANO 2017 a 2020		(IV) VIGÊNCIA DO PLANO 2017 a 2023	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado + Previsto	Previsto	Realizado + Previsto
DESPESAS CORRENTES (XI)	6.418,9	6.049,4	133.643,9	130.926,4	332.410,5	329.693,1	617.117,4	614.399,9
Pessoal e Encargos Sociais	3.306,5	3.286,6	68.179,6	67.205,9	174.250,9	173.277,2	315.031,5	314.057,7
Ativo	1.956,5	1.849,9	38.416,9	35.710,7	94.750,6	92.044,3	169.457,5	166.751,2
Inativos e Pensionistas	1.326,0	1.411,4	29.297,9	31.236,1	74.096,9	76.035,1	137.825,5	139.763,7
Outras Despesas com Pessoal	24,0	25,4	464,8	259,1	5.403,5	5.197,8	7.748,5	7.542,8
Juros e Encargos da Dívida (XII)	6,5	9,3	963,8	971,7	3.271,3	3.279,1	22.844,1	22.852,0
Outras Despesas Correntes	3.106,0	2.753,5	64.500,4	62.748,9	154.888,3	153.136,8	279.241,7	277.490,2
Transferências Constitucionais e Legais	1.287,9	1.461,0	28.169,1	28.506,4	72.450,2	72.787,5	140.974,6	141.311,9
Transferências Voluntárias e Discricionárias	42,1	8,7	819,6	2.275,1	2.073,6	3.529,1	4.007,4	5.462,8
Demais Despesas Correntes	1.776,0	1.283,7	35.511,7	31.967,4	80.364,5	76.820,2	134.259,7	130.715,4
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIII) = (XI - XII)	6.412,4	6.040,1	132.680,0	129.954,7	329.139,3	326.414,0	594.273,2	591.547,9
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	236,0	133,8	5.604,2	2.653,9	11.625,1	8.674,8	36.590,3	33.639,9
Investimentos	201,7	103,0	3.402,4	1.411,8	7.052,8	5.062,1	10.518,0	8.527,4
Inversões Financeiras	2,4	-	47,4	28,7	114,9	96,3	204,2	185,6
Concessão de Empréstimos (XV)	0,8	-	16,7	3,6	40,6	27,5	72,1	59,0
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	1,5	-	30,6	25,1	74,3	68,8	132,1	126,6
Amortização da Dívida (XVII)	31,9	30,8	2.154,4	1.213,4	4.457,4	3.516,4	25.868,0	24.927,0
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XVIII) = (XIV - XV - XVI - XVII)	203,3	103,0	3.433,0	1.436,9	7.127,1	5.130,9	10.650,1	8.653,9
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XIX)	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XX)	-	-	-	-	-	-	-	-

Despesa Intraorçamentária (d)	275,2	362,6	9.455,0	10.297,0	18.449,0	19.291,0	31.714,4	32.556,4
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXI) = (XIII + XVIII + XIX + XX - d)	6.340,4	5.780,6	126.658,1	121.095,0	317.817,4	312.254,3	573.208,9	567.645,9
DESPESA TOTAL (XXII) = (XI + XIV)	6.654,9	6.183,2	139.248,1	133.580,3	344.035,7	338.367,9	653.707,6	648.039,9
RESULTADO PRIMÁRIO FISCAL (XXXVIII) = (IX - XXI)	340,2	2.350,9	- 6.901,6	- 480,2	- 7.555,1	- 1.133,8	29.122,6	35.544,0
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (XXXV) = (X - XXII)	796,9	2.416,8	685,6	3.401,8	1.837,5	4.553,7	- 291,8	2.424,4

ANEXO B - EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE CARÁTER CONTINUADO

1.Revisão dos Incentivos Fiscais - (Anexo 18 do PRF-RJ - RESERVADO)

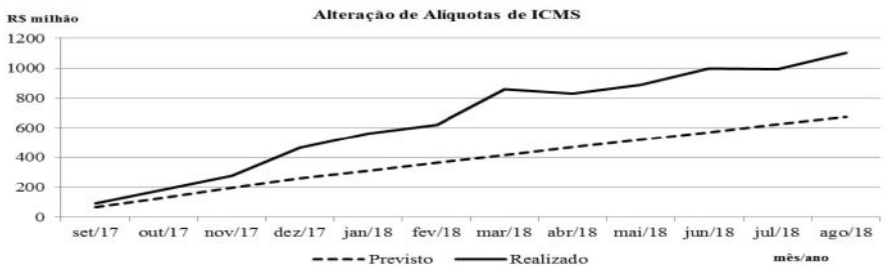
Descrição: Redução dos incentivos fiscais.

Histórico: Medida de caráter estruturante, elaborada a partir de estudo conjunto realizado pela Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico e Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, em que se avaliaram os incentivos que passíveis de serem alterados. Após a aprovação da medida, foi constituído Grupo de Trabalho, encarregado do seu acompanhamento, por meio da Resolução Conjunta SEFAZ/Casa Civil nº 35, de 7 de dezembro de 2017. Em 28 de dezembro de 2017, foram publicados os Decretos Estaduais nº 46.207/2017 e nº 46.208/2017, revogando e alterando isenções concedidas, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2018. Observa-se que para a estimativa realizada no Anexo 18 foram utilizados os valores obtidos segundo o regime de competência. No mês de junho, as frustrações no Anexo 18, sejam por medidas não executadas ou por revogações que não geraram o impacto desejado, levaram a área responsável a estimar a necessidade de compensação de R$ 341 milhões. Permaneceram os atrasos na revisão de Resoluções e Portarias correlatas e nos Termos de Acordo ou de Compromisso.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual de R$ 1,005 bilhão; R$ 1,34 bilhão; e R$ 1,340 bilhão, nos exercícios de 2018 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: O Grupo de Trabalho enviou Nota Técnica em que descreve a metodologia adotada para aferição do incremento na arrecadação tributária, e manteve a estimativa anterior de necessidade de compensação de R$ 341 milhões devido às frustrações de ações previstas. Permanecem os atrasos na revisão de Resoluções e Portarias correlatas e nos Termos de Acordo ou de Compromisso. Foi apontado impacto positivo de R$ 266,98 milhões no mês em referência, e total acumulado desde o início de vigência do PRF da ordem de R$ 1,07 bilhão.

Apreciação: O Conselho ainda não recebeu resposta do Ofício SEI nº 32/2018/CSRRF-MF, de 18/06/2018,encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento e reforçou a necessidade de atualização das projeções da medida.



2.Revisão do Preço Mínimo do Petróleo - (Anexo 20 do PRF-RJ)

Descrição: Revisão pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, da Nova Metodologia de formulação do Preço Mínimo do Petróleo - PMP, adotado para o cálculo das participações governamentais (royalties e outras participações).

Histórico: Em 26/09/2017 houve publicação da Resolução ANP nº 703/2017, que estabeleceu a nova metodologia de cálculo de preço referência, bem como a regra de transição. De posse das informações sobre produção, repassadas pela ANP em 28/12/17, a área responsável recalculou a estimativa de receita de royalties e participações especiais, para os anos de 2018 a 2021. Estimou-se uma redução de aproximadamente R$ 1,8 bilhão na expectativa de receita da medida constante do PRF-RJ, entre 2018 e 2021.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual de R$ 649 milhões, R$ 1,100 bilhão e R$ 1,617 bilhão, nos exercícios de 2018 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: O valor do mês de agosto foi positivo em R$ 54 milhões, totalizando R$ 433 milhões acumulados desde o início de vigência do PRF.

Apreciação: Devido à periodicidade da divulgação dos dados de produção pela ANP, deverá ser considerado, durante todo o ano, o atraso de dois meses para a aferição dos resultados.



3.Auditoria Previdenciária - (Anexo 26 do PRF-RJ)

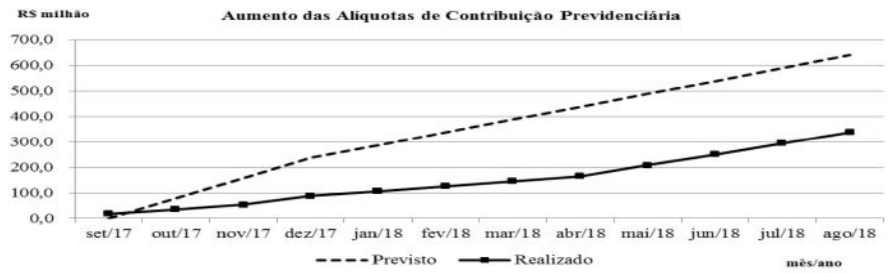
Descrição: Realização de auditoria nas bases de dados previdenciários, com vistas a identificar pagamentos considerados irregulares.

Histórico: Foram firmados Acordos de Colaboração Técnica com municípios e estados, e com o INSS. Além dos acordos, o PRF-RJ prevê operação de crédito de R$ 50 milhões para esse fim. De acordo com o Rioprevidencia, a economia constante do PRF é derivada de ações de auditoria realizadas desde 2012, resultando em um montante total de R$ 423 milhões acumulados até 2017.

Previsão de Impacto: O valor do impacto anual previsto, comparativamente ao cenário-base, é de R$ 423 milhões, R$ 784 milhões, R$ 839 milhões R$ 893 milhões, nos exercícios de 2017 a 2020, respectivamente, considerando o efeito cumulativo de ações de auditoria empreendidas desde 2012.

Realizado no mês: Foram firmados dois novos convênios, totalizando 60 acordos estabelecidos. Com o cruzamento das bases de dados, advindas de outros entes, por meio das parcerias firmadas, foram economizados R$ 2,17 milhões, e com as auditorias, R$ 126,5 mil, totalizando uma economia de aproximadamente R$ 2,3 milhões no mês, e de R$ 79,9 milhões acumulados desde o início de vigência do PRF.

Apreciação: O Conselho ainda não recebeu resposta do Ofício SEI nº 32/2018/CSRRF-MF, de 18/06/2018, encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento que reforçou a necessidade de atualização das projeções da medida.



4.Modernização da Gestão Fazendária - (Anexo 17 do PRF-RJ)

Descrição: Modernização da Gestão Fazendária, com vistas a aumentar a eficiência da arrecadação tributária estadual.

Histórico: Medida de caráter estruturante, o projeto de modernização tecnológica fazendária foi construído a partir das oportunidades levantadas pelas áreas de negócios da SEFAZ/RJ e, posteriormente, incorporadas ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI. O projeto de modernização tem como principais objetivos: (i) atuar de forma abrangente e tempestiva na identificação de indícios de irregularidade; (ii) permitir ao contribuinte se regularizar em momento próximo ao fato gerador do crédito tributário, tornando a cobrança devida mais eficaz; e (iii) direcionar a atuação fiscal, após a tentativa sistêmica, priorizando os maiores valores com maiores chances de recuperação. O PRF-RJ prevê a realização de operação de crédito para o desenvolvimento destas ações, no valor de R$ 250 milhões em 2017. Em 13/06/2018 o CSRRF recebeu o Ofício SEFAZ/SGAB Nº 508/2018 contendo, entre outras, nota técnica sobre o Programa Fazendário de Investimento em Tecnologia - PROFIT. A área chama a atenção para o atraso na realização da operação de crédito.

Previsão de Impacto: Espera-se obter incremento progressivo da arrecadação do ICMS, conforme as diversas ações do projeto entrem em fase de produção. A medida foi planejada para ter impacto anual de R$ 112 milhões, R$ 504 milhões, R$ 896 milhões e R$ 1,086 bilhões, nos exercícios de 2017 a 2020,respectivamente.

Realizado no mês: O impacto positivo obtido mês foi de R$ 12 milhões, referente ao desempenho do DEVEC. Desde o início do PRF, o total acumulado pela medida somou a quantia de R$ 849,5 milhões. Observa-se que o atraso na operação de crédito impactou negativamente a implementação a partir da fase 3.

Apreciação: O CSRRF recebeu em 17/08/2018 o Ofício SGE/CEE nº 131 do TCE que decidiu pelo adiamento do ato licitatório até a finalização da análise do Edital e irá aguardar novo posicionamento do Estado para se pronunciar sobre a mesma.



5.Alteração de Alíquotas de ICMS - (Anexo 15do PRF-RJ)

Descrição: Aumentos de alíquota em operação com energia elétrica, na prestação de serviços de comunicação, em operação com cerveja e chope e em operação com gasolina.

Histórico: Aprovação da Lei Estadual nº 7.508/2016, em 30 de dezembro de 2016, alterando as alíquotas nas operações citadas. Em virtude do cumprimento de noventena, o início de vigência da medida, e, consequentemente, de seus efeitos financeiros, ocorreram a partir de abril de 2017. O Conselho solicitou à Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento informações acerca da viabilidade de individualizar os impactos na arrecadação estadual do ICMS provenientes da medida, por meio do Ofício SEI nº 13/2017/CSRRF-MF, enviado em 29/11/2017. No mês de maio a área informou que foi alterada a metodologia de cálculo do impacto, pois passaram a ser considerados valores nominais, compatibilizando-se com o método utilizado nas projeções do cenário-base do PRF. Por esse motivo os valores, desde janeiro de 2018,foram alterados.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual na receita nos montantes de R$ 325 milhões, R$ 623 milhões, R$ 653 milhões e R$ 687milhões, nos exercícios de 2017 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Em agosto foi computado um impacto positivo de R$ 108,38 milhões. No cálculo referente à este mês, foram descontados os impactos negativos obtidos nas operações do setor de telecomunicações e no de gasolina no mês anterior. Desde o início do PRF, o impacto acumulando com as novas alíquotas corresponde à quantia de R$ 637,72 milhões.

Apreciação: Foi recebida nota técnica contendo a metodologia do cálculo do impacto da medida, em resposta ao Ofício SEI n° 13/2017/CSRRF-MF, que solicitava definição sobre metodologia de cálculo do impacto sobre o aumento de arrecadação em função do aumento da alíquota do ICMS. A mesma se encontra em análise.



6.Aumento das Alíquotas de Contribuição Previdenciária - (Anexo 25 do PRF-RJ)

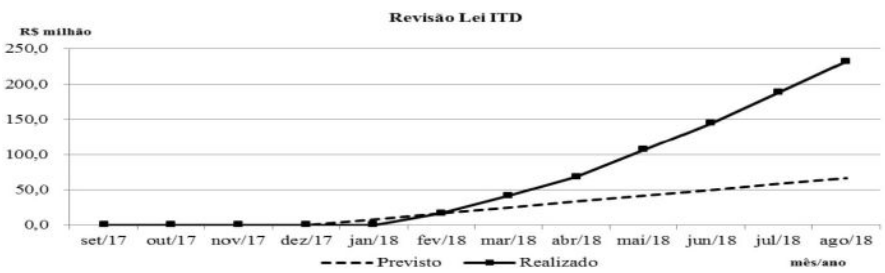
Descrição: Aumento da Alíquota de Contribuição Previdenciária dos servidores públicos para 14%, e da alíquota patronal para 28%.

Histórico: A Lei Estadual nº 7.606, de 26 de maio de 2017, alterou o art. 35-A da Lei Estadual nº 3.189/1999, ao majorar as alíquotas de contribuição previdenciária dos Planos Financeiro e Previdenciário, tanto para os participantes, quanto para o Estado, salvo a parte patronal do Plano Previdenciário, que se manteve sem alteração. Ressalta-se que a Lei condicionou a implantação da nova alíquota à quitação integral dos salários em atraso (incluindo o 13º salário relativo ao exercício de 2017).O recolhimento majorado no Poder Judiciário, Ministério Público, TCE, DPGE, e em alguns órgãos do Poder Executivo Estadual foi iniciado em setembro de 2017. A partir da folha de maio de 2018 a cobrança da nova alíquota de 14% foi implantada de forma integral.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto mensal a partir de outubro de 2017. O valor do impacto anual previsto é de R$ 236 milhões, R$ 605 milhões, R$ 582,5 milhões e R$ 555 milhões, nos exercícios de 2017 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Houve impacto positivo na receita no valor de R$ 43,79 milhões, totalizando R$ 337,5 milhões acumulados desde o início de vigência do PRF. Segundo a área responsável, desde julho de 2018, parcelas dos servidores ativos da UERJ e de inativos da SEEDUC e Santa Cabrini obtiveram reversão da alíquota previdenciária de 14% para 11%, em virtude de decisão judicial, em caráter liminar.

Apreciação: O impacto do atraso em sua implementação gerou uma frustração acumulada de R$ 282,9 milhões. O CSRRF acompanha o trâmite judicial da reversão da alíquota para os casos citados.



7.Revisão do Repetro - (Anexo 22 do PRF-RJ)

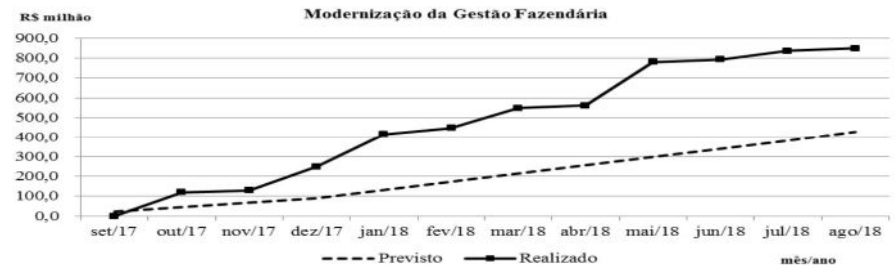
Descrição: O Repetro é o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural.

Histórico: Inicialmente foi aventada a possibilidade de se alterar a Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir) e/ou a Constituição Federal no sentido de tornar definitiva a incidência do ICMS Importação sobre o arrendamento mercantil. Posteriormente vislumbrou-se uma solução via convênio (REPETRO - SPED) celebrado no âmbito do CONFAZ, para transmudar a admissão temporária de plataformas em aquisição de ativos permanentes, e dessa forma instituir a cobrança de ICMS Importação com alíquota reduzida, bem como impor a renúncia a quaisquer direitos de recuperação de indébitos oriundos do julgamento do RE 540.829-SP. Em 29/11/17, foi aprovada pela Câmara dos Deputados a MP nº 795, que ampliou o regime anterior, e o estendeu por mais 20 anos, passando a vigorar até 2040. A MP, que estava em vigor desde agosto de 2017, foi sancionada em 28/12/17, na forma de Lei Federal nº 13.586/2017. Em 16/01/2018 foi celebrado o convênio ICMS nº 03/2018, que "dispõe sobre a isenção e redução de base de cálculo do ICMS em operação com bens ou mercadorias destinadas às atividades de pesquisa, exploração ou produção de petróleo e gás natural". Em 05/02/2018, foi publicada a adesão do RJ, por meio do Decreto Estadual nº 46.233, que dispõe sobre a isenção e redução de base de cálculo do ICMS incidente em operações relativas a bens ou mercadorias aplicados nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, disciplinada pelo Convênio ICMS 03/2018 e pela Lei Federal nº 13.586/2017 (REPETRO-SPED). Contudo, em dezembro de 2017, foi proposto na ALERJ o PL 3.660/2017, que poderia restringir o alcance do Repetro apenas à fase exploratória dos projetos de óleo e gás. Tal mudança implicaria, na prática, em cobrança de impostos sobre a importação de equipamentos na atividade de produção. A Subsecretaria de Receita, área responsável pela medida, entende que o impacto do PL poderá ser negativo, pois se voltaria à situação anterior de não arrecadação de ICMS Importação no Repetro. Além disso, o Estado correria o risco de sofrer ações de restituição dos valores pagos durante o Repetro anterior, tendo em vista a possibilidade da retroatividade da decisão do STF sobre a Admissão Temporária. O PL nº 3.660/2017 segue sem data para entrar em discussão.

Previsão de Impacto: A medida tem impacto planejado a partir de julho de 2018. O valor do impacto anual previsto é de R$ 250 milhões, R$ 550 milhões e R$ 550 milhões, para os exercícios de 2018 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: No mês de agosto a área identificou impacto positivo de R$ 264,5 milhões, totalizando R$ 911,8 milhões acumulados desde o início de vigência do PRF. Em função das relevantes alterações das premissas iniciais relativas à medida que foi acordada no PRF, a área responsável elaborou Nota Técnica com a atualização do impacto previsto no PRF, decorrente do Repetro-SPED.

Apreciação: O Conselho continuará a monitorar as questões legais envolvendo o REPETRO.



8.Nova Metodologia Preço de Referência do Gás e Participações Especiais - (Anexo 32 do PRF-RJ)

Descrição: Revisão, pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, da nova metodologia de formulação do preço de referência do gás natural - PRGN, adotada para o cálculo das participações governamentais (royalties e outras participações).

Histórico: A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, estabeleceu, em 14 de dezembro de 2009, a Resolução ANP nº 40, retificada em 18 de dezembro de 2009, para fixação do preço de referência do gás natural - PRGN, produzido nos campos pertencentes às concessões, a ser adotado para fins de cálculo das participações governamentais. A revisão da metodologia de cálculo do preço de referência do gás natural, objeto da Resolução ANP nº 40/2009, foi incluída na Agenda Regulatória 2017-2018, e tem em seu cronograma a data de publicação reprogramada para agosto de 2018.

Previsão de Impacto: O valor do impacto anual previsto é de R$ 505 milhões e R$ 571 milhões, nos exercícios de 2019 e 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Sem alteração.

Apreciação: Foi solicitada a elaboração de relatório de acompanhamento referente à medida, para monitorar eventos que possam gerar atrasos em sua implementação, prevista para o exercício de 2019.

9.Reestruturação Administrativa - (Anexo 27 do PRF-RJ - RESERVADO)

Descrição: A reestruturação administrativa tem como escopo a extinção ou a concessão de uso à iniciativa privada de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Histórico: A medida prevê aumento de despesa em 2018, devido ao impacto do gasto demissional dos servidores. O PRF-RJ previu operação de crédito para a Reestruturação Administrativa no valor de R$ 200 milhões, em 15/06/2018. Com vistas a reinstituir a Comissão Diretora do Programa Estadual de Desestatização - PED, foi publicado, em 18/09/2017, o Decreto nº 46.087. A expectativa, conforme o plano de trabalho, era de que quatro ações dessa medida se concretizassem até 30 de abril de 2018. A segunda reunião, marcada para o mês de janeiro, com os diretores das estatais, somente ocorreu em uma delas, que apresentou a primeira versão de seu Plano de Desestatização, o qual fora remetido para validação pela Comissão Diretora do PED. A Comissão identificou complexidade relacionada ao passivo trabalhista da entidade. Publicada a Lei nº 7.941 em 24/04/18, que autoriza o Estado a contratar operações de crédito, até o valor de R$ 200 milhões, destinados à reestruturação da administração pública do Estado do Rio de Janeiro. A referida Lei, porém, veda a extinção das universidades, sociedades de economia mista e todas as empresas públicas além de algumas Fundações. No mês de maio, por deliberação da Comissão Diretora do Programa Estadual de Desestatização, a partir da vedação à extinção de empresas estatais no bojo da Lei Estadual nº 7.941/2018, esta ação encontra-se suspensa.

Previsão de Impacto: O valor do impacto anual previsto, comparativamente ao cenário-base, é de R$ 316 milhões e R$ 329 milhões, nos exercícios de 2019e 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Como medida paralela à desestatização foi elaborada pela Subsecretaria de Gestão, e enviada ao Secretário de Estado de Fazenda e Planejamento, uma proposta de inclusão formal de Programa de Desligamento Voluntário (PDV) como atividade complementar ao PRF.

Apreciação: O CSRRF solicitou, por meio do Ofício SEI nº 32/2018/CSRRF-MF encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento formalização das ações que serão adotadas pelo Estado para a sua inclusão na atualização das projeções que está em curso.

10.Royalties e Participações Especiais do Campo de Libra - (Anexo 19 do PRF-RJ)

Descrição: Recebimento dos Royalties e Participações Especiais do Campo de Libra.

Histórico: De acordo com o contrato de partilha de Libra, a data limite para a declaração de Comercialidade do campo fora estipulada para dezembro de 2017. Para este ano, ainda estava previsto Teste de Longa Duração - TLD, com produção estimada em 30 mil barris de petróleo por dia, que seria iniciado a partir de julho. Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual na receita de royalties e participações especiais de R$ 444 milhões, R$ 626 milhões, R$ 755 milhões e R$ 880 milhões, nos exercícios de 2020 a 2023, respectivamente.

Realizado no mês: Sem alteração.

Apreciação: Considerando que a medida não gera resultados em 2018 e 2019, não há necessidade de supervisão imediata do CSRRF.

11.Imposto sobre Transmissão Causa-Mortis e Doação - ITD - (Anexo 16 do PRF-RJ)

Descrição: Proposta de alteração da faixa de isenção utilizada para a transmissão causa mortis de imóveis residenciais a pessoas físicas, no Imposto sobre Transmissão Causa-Mortis e Doação, de quaisquer Bens e Direitos - ITD.

Histórico: A Lei nº 7.786, que altera a faixa de isenção para o ITD, foi publicada em 17/11/2017, produzindo efeitos a partir de 01/01/2018. Em 21/12/2017 foi deferida medida cautelar em sede de Representação de Inconstitucionalidade nº 0073203-97.2017.8.19.0000, de 21 de dezembro de 2017, que determinou a suspensão dos efeitos da referida Lei até o julgamento definitivo da demanda. Em janeiro, a Procuradoria Geral do Estado ajuizou um pedido de suspensão da liminar no STF. Por orientação da PGE, as novas alíquotas passaram a produzir efeitos a partir de 16/02/2018.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para gerar impactos anuais de R$ 100 milhões, R$ 107 milhões e R$ 115 milhões, nos exercícios de 2018 a2020, respectivamente.

Realizado no mês: A área técnica relatou ter havido incremento de R$ 43,77 milhões no mês, totalizando R$ 232,09 milhões desde o início de vigência do PRF-RJ.

Apreciação: A medida tem apresentado resultados consistentes com o que fora planejado no PRF.



12.Alienação de Imóveis do Rioprevidência - (Anexo 23 do PRF-RJ)

Descrição: Alienação e locação de imóveis do Rioprevidência.

Histórico: A Lei Estadual nº 3.189/1999 autoriza a alienação e a oneração dos bens imóveis do Rioprevidência, desde que sejam desnecessários ao funcionamento de suas atividades administrativas. No mês de maio de 2018,as licitações foram suspensas devido ao processo judicial nº 0074359-23.2017.8.19.0000.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto anual de R$ 130 milhões, R$ 150 milhões e R$ 20 milhões, nos exercícios de 2018 a 2020, respectivamente.

Realizado no mês: Sem alteração.

Apreciação: O CSRRF ainda não obteve resposta ao Ofício SEI nº 32/2018/CSRRF-MF, em que solicitava informações acerca do andamento da medida, bem como a atualização das projeções.



13.Reforma das Pensões - (Anexo 13 do PRF-RJ)

Descrição: Alteração, no que couber, das regras previdenciárias adotadas pelo Regime Próprio de Previdência Social mantido pelo Estado, em conformidade com a Lei Federal nº 13.135/2015.

Histórico: A medida foi implementada pela adoção da Lei Estadual nº 7.628/2017, que alterou dispositivos da Lei nº 5.260/2008 e da Lei nº 3.189/1999.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para gerar economia de despesas a partir do exercício de 2021. Os valores previstos são de R$ 52 mil, R$ 160mil e R$ 330 mil, para os exercícios de 2021 a 2023, respectivamente.

Realizado no mês: A área técnica responsável relatou ocorrência de impacto positivo no mês no valor de R$ 6,18 mil, e uma economia de aproximadamente R$ 9,3 milhões, acumulados desde o início de vigência do PRF. Os valores acumulados anteriormente podem ser alterados devido aos requerimentos ocorrerem posteriormente a 60 dias da data do óbito do instituidor de pensão

Apreciação: As ações da medida se encontram dentro do prazo acordado, com economia de recursos obtida antes do previsto no Plano.



ANEXO C - EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE CARÁTER PONTUAL

1.Operação de Crédito de Antecipação da Venda da CEDAE - (Anexo 11 do PRF-RJ)

Descrição: Contratação de operação de crédito de antecipação de receita proveniente da alienação da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro - CEDAE.

Histórico: O pregão foi homologado em07/11/2017, no valor de R$ 2,9 bilhões. Contrato de Mútuo nº 1.412/2017 assinado com o Banco BNP Paribas Brasil S.A., publicado em 15/12/2017. Houve entrada de R$ 2 bilhões nos cofres estaduais no mês de dezembro de 2017, e do saldo remanescente, de R$ 900 milhões, no mês de janeiro de 2018.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter ingresso em setembro de 2017, no valor de R$ 3,5 bilhões.

Realização no mês: Medida já realizada.

Apreciação: A medida foi implementada em valor inferior ao originalmente previsto no Plano. Uma vez que a operação de crédito se trata de medida pontual e de antecipação à venda, ela pode vir a ser compensada por ocasião da venda das ações da CEDAE.

2.Operação com Receita de Royalties e Participações Especiais - (Anexo 21 do PRF-RJ - RESERVADO)

Descrição: Nova operação de securitização dos direitos sobre as receitas de royalties e participações especiais na exploração de óleo e gás natural, no âmbito do Programa de Ajuste de Liquidez da carteira ativa do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência, cujo valor encontra-se definido no Anexo 21 do PRF-RJ.

Histórico: O contrato com a BB Securities que permite e intermediação na negociação com os investidores foi renovado em 25/10/2017. Assinado em janeiro contrato de waiver, que definiu o fluxo de recursos de duas formas: desaceleração dos pagamentos da atual operação de royalties de forma imediata, com impacto no fluxo de caixa a partir do mês de dezembro e realização de nova operação para captação, prevista para fevereiro de 2018. Em maio do corrente ano foi realizada a operação de cessão de R&PE, no valor de US$ 600 milhões, cujo valor líquido destinado ao Rioprevidência totalizou R$ 1,86 bilhão, conforme autorização prevista no waiver assinado em 07/03/18.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto no ano de 2017, com valores estimados de R$ 3 bilhões, dividido nos meses de outubro, novembro e dezembro.

Realizado no mês: Em agosto, a desaceleração dos pagamentos da operação realizada em 2014 gerou recursos adicionais de R$ 559,49 milhões (acima da previsão inicial), totalizando um resultado positivo de R$ 3,06 bilhões, acumulados desde o início da operação.

Apreciação: A antecipação de receitas de R&PE, realizada a menor na última operação de crédito do Rioprevidencia, está sendo compensada com uma desaceleração dos pagamentos relativos à operação realizada em 2014.

3.Alienação da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE

Descrição: Alienação da integralidade das ações representativas do Capital Social da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE.

Histórico: A Lei Estadual nº 7.529/2017 autorizou a alienação das ações da companhia. Em 12 de junho de 2017, o Estado do Rio de Janeiro assinou o Acordo de Cooperação Técnica nº 16.2.0569.14 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, tendo por objeto a cooperação técnica para o planejamento e a estruturação de projetos de desestatização. Foi publicado em 28/11/17 o contrato de ressarcimento entre o RJ e o BNDES, para contratação de empresa especializada em modelagem. Em 26/01/18 foi realizada reunião de kickoff do projeto, com a participação do consórcio FATOR/CONCREMAT/VG&P - SANEAMENTO RIO DE JANEIRO (contratado em 02/02/2018, pelo prazo máximo de 24 meses pelo BNDES), BNDES e CEDAE, e em 29/01/18 foram iniciados os debates para as atividades de modelagem, com prazo inicial de 130 dias. Em fevereiro deste ano, iniciou-se a fase de elaboração do arranjo jurídico institucional, por meio do qual os serviços de saneamento poderão ser prestados aos usuários pela empresa CEDAE, após a desestatização da mesma. O consórcio apresentou quatro estudos: Plano de Trabalho, Plano de Comunicação, Estudo de Demanda e Relatório sobre os Planos Municipais de Saneamento Básico, que estão em fase de revisão pelo BNDES. Em 15 de junho de 2018, foi elaborado o Parecer nº 02/2018 do CSRRF, acerca do prosseguimento das ações necessárias à sua privatização. O Parecer está disponível na página dedicada ao RRF/RJ no Portal de Transparência da SEFAZ/RJ.

Previsão de Impacto: A medida tem previsão de ingresso de recursos somente em 2020.

Realização no mês: Sem alteração. O consórcio ainda está em fase de desenvolvimento dos modelos preliminares para apresentação ao BNDES.

Apreciação: O CSRRF continuará monitorando as entregas junto ao BNDES, com vistas ao cumprimento do cronograma.

4.Venda da Folha de Pagamento - (Anexo 28 do PRF-RJ)

Descrição: A medida visa à Precificação de Rendimentos em Contrato de Prestação de Serviços Bancários por instituição financeira, dentre os quais o pagamento da folha salarial dos servidores ativos e dos inativos.

Histórico: O Banco Bradesco arrematou a operação da folha, por 60 meses, a partir 1º de janeiro de 2018, pelo lance de R$ 1.317.800.000,00. A homologação do resultado foi publicada no Diário Oficial do Estado em 10/08/2017. O contrato foi assinado e o valor dessa operação entrou nos cofres estaduais em agosto de 2017.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto em outubro de 2017, no valor de R$ 1,44 bilhão, e em outubro de 2022, no valor de R$ 1,78bilhão.

Realizado no mês: Medida já realizada.

Apreciação: Houve frustração de receitas, no valor de R$ 123,7 milhões, que poderá ser compensada por outras medidas ao longo do período de duração do PRF.

5.Antecipação da Concessão da CEG e CEG-Rio - (Anexo 29 do PRF-RJ)

Descrição: Antecipação da prorrogação dos contratos de concessão das empresas CEG e CEG-Rio, com recebimento de outorga.

Histórico: Em reuniões ocorridas entre a Casa Civil e as concessionárias CEG e CEG-RIO sobre a intenção do Estado do Rio de Janeiro de promover a antecipação da prorrogação dos contratos de concessão, que deveriam viger até 2027. As concessionárias estão avaliando junto aos seus Conselhos de Administração se há interesse na antecipação da prorrogação, bem como sua adequação jurídica e as condições financeiras que as companhias estão dispostas a suportar. Este Conselho de Supervisão enviou a Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico, em 29 de setembro de 2017, o Ofício n° 2/2017 solicitando providências. Em resposta ao ofício do CSRRF/RJ, a Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico enviou o Ofício CC/SDE nº 80, em 22/11/2017, informando que o início das tratativas só ocorreria em janeiro de 2018. As concessionárias CEG e CEG-RIO comunicaram, através do Ofício PRESI- 001/2018, de 11 de janeiro de 2018, que realizaram estudos técnico-jurídicos, que indicam a possibilidade da antecipação da prorrogação dos contratos de concessão. Entretanto, as concessionárias decidiram contratar uma consultoria técnica externa especializada, com o objetivo de elaborar uma avaliação detalhada que permita identificar as condições para a referida antecipação, no prazo de 90 dias.

Previsão de Impacto: A medida previa arrecadar R$ 800 milhões com as novas outorgas, entre novembro e dezembro de 2017.

Realizado no mês: Sem alteração. Em Ofício enviado em junho à Casa Civil, as concessionárias manifestaram interesse em continuar na prestação do serviço, mas apontaram a existência de incertezas sobre parâmetros regulatórios que dificultam a avaliação financeira, e solicitaram a criação de grupo de trabalho para tratar do marco regulatório, legal e econômico da atividade. Em decorrência de reuniões realizadas pelo referido grupo, a Casa Civil está elaborando novo parecer jurídico sobre os aspectos que foram levantados, e as concessionárias, por sua vez, estão elaborando proposta de alteração na redação de algumas cláusulas dos contratos de concessão.

Apreciação: A medida se encontra atrasada, pois havia previsão de entrada de recurso no valor de R$ 800 milhões em 2017, que não se concretizou. Como se trata de medida pontual, ela afetou a disponibilidade financeira de 2017, no entanto, caso sua execução ocorra até 2020, ela não irá impactar o resultado final do PRF-RJ, em 2020.O Conselho ainda não recebeu resposta do Ofício SEI nº 32/2018/CSRRF-MF, de 18/06/2018, encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento e reforçou a necessidade de atualização das projeções da medida.

6.Concessão de Linhas de Ônibus - (Anexo 30 do PRF-RJ)

Descrição: Licitação para Concessão dos Serviços Públicos Estaduais de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros por Ônibus.

Histórico: Em 31/08/2017 foi recebido ofício do Sr. Subsecretário de Estado de Transportes, com o cronograma de atividades a ser executado. Em 25/10/2017 foi recebido ofício do Vice-Presidente do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO com relatório e cronograma de atividades, cujo início depende de revogação da liminar deferida no processo judicial nº 0078673-43.2016.8.19.0001, que impede o prosseguimento do processo licitatório. O Conselho solicitou à Secretaria de Estado de Transporte mais informações sobre o seu Plano de Trabalho, por meio Ofício SEI nº 14/2017/CSRRF-MF, em 30/11/2017. Conforme cronograma constante do Plano de Trabalho seriam necessários 380 dias para que se desse a assinatura do contrato de concessão, a partir da revogação da liminar. Em janeiro, o Processo Administrativo nº E-10-005/10244/2016 foi encaminhado ao DETRO, por orientação da Assessoria Jurídica da SETRANS, para prosseguimento dos atos da fase interna, já que a vedação contida na liminar se referia tão somente aos atos atinentes à fase externa, segundo a PGE. Em 26/02/2018 foi publicado acórdão proferido em Agravo nº 002498708.201.8.01.0000, interposto pelo RJ e DETRO, contra decisão que determina a paralisação de todos os atos que impliquem no prosseguimento da licitação. Entendeu a 3ª Câmara Cível que tal decisão engessa o procedimento licitatório, autorizando o Estado a realizar audiência pública, por se tratar de ato preliminar à publicação do Edital. Em junho a ASJUR/SETRANS estava aguardando atualização dos estudos da FGV para concluir a análise e enviar à PGE. Os estudos tem duração estimada de 90 dias e dependem de aditivo contratual com a FGV, além de definições da prefeitura do Rio de Janeiro no que diz respeito à operação intermunicipal no corredor BRT Transbrasil.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para gerar receitas nos meses de outubro a dezembro do exercício de 2018, no valor de R$ 142,2 milhões cada.

Realizado no mês: Foram realizadas reuniões entre SETRANS e Prefeitura do Rio, onde ficou esclarecido que a Prefeitura não tem previsão de data para finalização das obras do corredor do BRT Transbrasil, e que ainda não realizou as licitações para futuros terminais de integração modal, e para elaboração do Plano de Elaboração do BRT, de modo que se decidiu que não serão incorporadas alterações no Plano Operacional Básico dos lotes afetos a este corredor. Também foram realizadas reuniões com a FGV, nas quais, tendo em vista a criticidade do prazo do projeto em relação ao necessário para elaboração de novos estudos, decidiu-se por permanecer com o que já havia sido realizado, tendo em vista que não ocorrerão mais alterações no corredor do BRT. Ainda no mês de agosto, foi realizada a 13ª audiência pública para tratar da concessão, no auditório da PGE.

Apreciação: A medida se encontra atrasada, uma vez que seu impacto inicial estava previsto para o mês de outubro de 2018. Considerando o período total de 380 dias para execução da medida, sua conclusão deverá ocorrer em 2019, afetando a disponibilidade financeira de 2018. No entanto, caso sua execução ocorra em 2018 ou 2019, ela não irá prejudicar o resultado final do PRF-RJ em 2020. O Conselho ainda não recebeu resposta do Ofício SEI nº 32/2018/CSRRF-MF, de 18/06/2018,encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento e reforçou a necessidade de atualização das projeções da medida.

7.Securitização da Dívida - (Anexo 24 do PRF-RJ)

Descrição: Cessão dos direitos creditórios consistentes no fluxo financeiro decorrente da cobrança de créditos inadimplidos dos tributos administrados pela SEFAZ/RJ, e de créditos de qualquer natureza inscritos em dívida ativa, por meio de Sociedade de Propósito Específico - SPE.

Histórico: A Lei Estadual nº 7.040, de 09 de julho de 2015 autorizou a cessão dos direitos creditórios. Em 18 de setembro de 2017, fora realizada audiência pública na SEFAZ, conforme trâmite definido pela Procuradoria Geral do Estado e pelo Tribunal de Contas do Estado. Em 19 de setembro de 2017, o plenário do TCE-RJ se reuniu e deu voto favorável ao pleito, encaminhando-o a sua assessoria jurídica para análise. Contra a decisão do plenário do TCE-RJ, foi impetrada representação do Ministério Público, e o pleito que se encontrava na assessoria jurídica do TCE-RJ foi enviado para análise do Conselheiro-Relator.

Previsão de Impacto: A medida foi planejada para ter impacto nos exercícios de 2017 e 2018, nos montantes de R$ 194 milhões e R$ 881 milhões, respectivamente.

Realizado no mês: Sem alteração.

Apreciação: A medida se encontra atrasada, pois havia previsão de entrada de recurso no valor de R$ 472,2 milhões, até 30 de junho de 2018. Como se trata de medida pontual, ela impactou negativamente o resultado neste exercício. Considerando o período previsto de sete meses para o efetivo ingresso dos recursos, a contar da aprovação do TCE-RJ, conforme relatório da Companhia Fluminense de Securitização - CFSEC, não há mais expectativa de realização desses recursos ainda em 2018.O CSRRF solicitou, por meio do Ofício SEI nº 32/2018/CSRRF-MF, encaminhado ao Secretário de Fazenda e Planejamento, informações sobre o status da medida, bem como a atualização das projeções.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 2.034-SEI, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 33 da Portaria Nº 82-SEI, de 12 de janeiro de 2018, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº1.590, de 10 de agosto de 1995, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao acompanhamento do 2º trimestre do Programa de Gestão de Teletrabalho do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, referente aos períodos de 1º de maio a 31 de julho de 2018, na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL CUNHA ALVES MOREIRA

ANEXO I - ACOMPANHAMENTO DO 2º TRIMESTRES DO PROGRAMA DE GESTÃO DE TELETRABALHO

UNIDADE	SERVIDOR	PROCESSO SEI		
		1º a 31 de maio de 2018	1º a 30 de junho de 2018	1º a 31 de julho de 2018
Corregedoria	ADRIANO MONTEIRO DA SILVA	52286.100152/2018-93	52286.100158/2018-61	52286.100187/2018-22
Corregedoria	ANA PAULA DE OLIVEIRA	52286.100152/2018-93	52286.100158/2018-61	52286.100187/2018-22
Corregedoria	ANDRE LUIS RIBEIRO BARBOSA	52286.100152/2018-93	52286.100158/2018-61	52286.100187/2018-22
Corregedoria	ARISTOTELES SOARES BENICIO	52286.100152/2018-93	52286.100158/2018-61	52286.100187/2018-22
Corregedoria	DAVY FREDERICO SOUZA	52286.100152/2018-93	52286.100158/2018-61	52286.100187/2018-22
Corregedoria	LUCIANA GOMES DE OLIVEIRA	52286.100152/2018-93	52286.100158/2018-61	52286.100187/2018-22
Corregedoria	Manuela Kirschner do Amaral	52286.100152/2018-93	52286.100158/2018-61	52286.100187/2018-22
Corregedoria	RICARDO FRANCA LAQUINTINIE	52286.100152/2018-93	52286.100158/2018-61	52286.100187/2018-22
Gabinete do Ministro	PABLINE ARAUJO REIS	52020.100544/2018-73	52020.100544/2018-73	52020.100544/2018-73
Gabinete do Ministro	PATRICIA DE LIMA FAVARETTO	52020.100544/2018-73	52020.100544/2018-73	52020.100544/2018-73
Secretaria de Comércio e Serviços	GABRIELA DAOU VERENHITACH	52009.100153/2018-15	52009.100171/2018-22	52009.100174/2018-22
Secretaria de Comércio e Serviços	GISLAINE MENDES DE SOUZA FRAGASSI	52009.100151/2018-18	52009.100164/2018-97	52009.100204/2018-09
Secretaria de Comércio e Serviços	LUPERCIO COUTINHO GARCIA LEAO	52009.100153/2018-15	52009.100171/2018-22	52009.100174/2018-22
Secretaria de Comércio e Serviços	MARCOS RAFAEL GONCALVES GONCALVES	0	0	52009.100204/2018-09
Secretaria de Comércio Exterior	AMANDA GONCALVES BOVOLENTA	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	ANA JUNQUEIRA PESSOA	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	ANA PAULA ROST	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	ANDRE CAVALCANTE BARROS RODRIGUES	0	0	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	BENEDITO ELIAZAR DE ANDRADE	0	0	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	BERNARDO NOGUEIRA MATEUS FERREIRA	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	BRENDA GONCALVES DA CUNHA	0	0	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	BRUNO COSTA VALE DE ALMEIDA	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	DIOGO GOMES DA SILVA	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	0
Secretaria de Comércio Exterior	FABRICIO MARQUES DA SILVA	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	FLAVIA ANNIBELLI BARON	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	GILBERTO ALUISIO MONTEIRO LARCHER	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	GLAUCIA BELEM DE OLIVEIRA	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	Gustavo de Almeida Ribeiro	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	GUSTAVO PANIAGO NEVES	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	HELOISA PEREIRA CHIKUSA	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	JORGE AUGUSTO VIEIRA LIMA	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	JULIANA GONDIM GUIMARAES MACIEIRA	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	JURANDIR GONCALVES FERREIRA	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	LUIZ EDUARDO DE FREITAS GUIMARAES	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	MARCOS POLONI VALENTE	0	0	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	MAURICIO LIMA FERREIRA	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	MIGUEL MARQUES DA SILVA	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	0
Secretaria de Comércio Exterior	OSCAR JOSE MERLIN JUNIOR	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	PEDRO HENRIQUE SILVA PEREIRA	0	0	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	RAQUEL MAYER MOREIRA BARROS BRIZOLIM	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	RENATO CASTRO DE FARIA BARBOSA	0	0	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	ROGERIO ALENCAR PEREIRA DE SOUSA	0	0	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	SAMUEL MEIRELES DIAS E SOUSA	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	THALIS RYAN DE ANDRADE	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Comércio Exterior	Thiago Fernandes Aquino	52100.101270/2018-40	52100.101547/2018-34	52100.101861/2018-17
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	Alessandra Müller Vargas Suzarte	0	0	52001.100826/2018-07
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	ALEXANDRE MATTOS MACHADO	52001.100593/2018-34	52001.100720/2018-03	52001.100825/2018-54
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	Bruno Leal Santos	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	CELIO LUIS PAULO	0	0	52001.100859/2018-49
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	DEMETRIO FLORENTINO DE TOLEDO FILHO	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	DYOGENES SILVA DE ANDRADE	52001.100593/2018-34	52001.100720/2018-03	52001.100825/2018-54
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	GABRIELA SILVESTRIN PANTOJA RODRIGUES	0	0	52001.100875/2018-31
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	GERARDO FIGUEIREDO NETO	52001.100593/2018-34	52001.100720/2018-03	52001.100825/2018-54
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	GUSTAVO KOITI OKAMURA	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	HUGO LEONARDO OGASAWARA SIGAKI	0	0	52001.100866/2018-41
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	ISADORA CUNHA VASCONCELOS	0	0	52001.100878/2018-75
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	Ludmila De Azevedo Rezende Salgado	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	MARCIA LOPES MOL TONON	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	MARCIO MARTINS DE CASTRO	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56

Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	MARGARIDA MARIA ANDRADE DOURADO RECHE	52001.100593/2018-34	52001.100720/2018-03	52001.100825/2018-54
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	PRISCILA DE SOUSA SILVA DALLA ROSA	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56	52001.100328/2018-56
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	RICHARDI FONSECA	52001.100373/2018-19	52001.100373/2018-19	52001.100373/2018-19
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	SERGIO LUIZ DE MORAES DE FREITAS	52001.100593/2018-34	52001.100720/2018-03	52001.100825/2018-54
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	TELMA DE OLIVEIRA	0	0	52001.100802/2018-40
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial	VERONICA SIMIONI CAMPELLO D ALBUQUERQUE LIMA	0	0	52001.100328/2018-56
Secretaria de Inovação e Novos Negócios	ANDRE EMEDIATO BARBOSA DA SILVA	52250.100188/2018-84	52250.100188/2018-84	0
Secretaria de Inovação e Novos Negócios	JOAO ANTONIO RAMON NETO	52250.100188/2018-84	52250.100188/2018-84	52250.100188/2018-84
Secretaria de Inovação e Novos Negócios	LUCAS RAMALHO MACIEL	52250.100113/2018-01	52250.100113/2018-01	52250.100113/2018-01
Secretaria de Inovação e Novos Negócios	NATALIA SEMERIA RUSCHEL	52250.100144/2018-54	52250.100144/2018-54	52250.100144/2018-54
Secretaria de Inovação e Novos Negócios	TIAGO DE ALMEIDA PINTO	52250.100113/2018-01	52250.100113/2018-01	52250.100113/2018-01
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa	AUGUSTO LUIS DAS CHAGAS	0	0	52700.105233/2018-41
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa	CAMILA FREITAS DA SILVA	52700.103917/2018-17	52700.104540/2018-13	52700.105426/2018-01
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa	Fabio de Medeiros Souza	0	0	52020.01045/2018-01
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa	LEONARDO OHANA GANEM	52700.101507/2018-23	52700.101507/2018-23	52700.101507/2018-23
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa	LILIANE TRINDADE DE SOUSA	52700.101525/2018-13	52700.101525/2018-13	52700.101525/2018-13
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa	LUANA RIBEIRO CAPITA	52700.103917/2018-17	52700.104539/2018-81	52700.105214/2018-15
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa	RAFAEL RANGEL MACHADO	0	0	52700.104639/2018-15
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa	TEMISTOCLES LISANDRO SENA LOIOLA	0	0	52700.105234/2018-96
Secretaria Executiva	ANTONIO DIOLINDO FILHO	52004.100797/2018-45	52004.101057/2018-26	52004.101341/2018-01
Secretaria Executiva	CAMILLA DE LIMA BONFIM DOS SANTOS	52004.100779/2018-63	52004.100944/2018-87	52004.100944/2018-87
Secretaria Executiva	CELIA REGINA PERNOMIAN	52007.101099/2017-56	52007.101099/2017-56	52007.101099/2017-56
Secretaria Executiva	Cleisson Amorim Rodrigues	52004.100779/2018-63	52004.100944/2018-87	52004.100944/2018-87
Secretaria Executiva	FRANCISCA THATIANY FELIX DE SOUSA SENA	52007.100683/2018-75	52007.100684/2018-10	52007.100750/2018-51
Secretaria Executiva	JULIANA RIBEIRO MURUCCI VISONA	52006.100944/2018-67	52006.100944/2018-67	52006.100944/2018-67
Secretaria Executiva	Keilly C. Cavalcante de Oliveira	0	0	52004.101344/2018-36
Secretaria Executiva	MARCELO SIMOES DOS REIS	52002.100079/2018-99	52002.100079/2018-99	52002.100079/2018-99
Secretaria Executiva	MARLUCE NEVES SANTOS	52007.101099/2017-56	0	0
Secretaria Executiva	MILTON TERUO TAKANO	52003.100032/2018-15	52003.100032/2018-15	52003.100032/2018-15
Secretaria Executiva	SEBASTIAO FIGUEIREDO DE MORAIS FILHO	52004.100779/2018-63	52004.100944/2018-87	52004.100944/2018-87
Secretaria Executiva	THAIS BARRAL DE OLIVEIRA BRITO	52003.1000066/2018-18	52003.100089/2018-14	52003.100105/2018-79
Secretaria Executiva	WANDER DE CASTRO SILVA	52005.100160/2018-49	52005.100160/2018-49	52005.100160/2018-49
No período de 1º de maio a 31 de julho de 2018, 99,79% das atividades foram cumpridas dentro das metas e 0,21% das atividades não estava dentro da metas. 0,22% das atividades estava em andamento.				

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 595, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que outorga ao Inmetro competência para estabelecer diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando o art. 5º da Lei nº 9.933/1999 que determina às pessoas naturais e jurídicas que atuem no mercado a observância e o cumprimento dos atos normativos e Regulamentos Técnicos expedidos pelo Conmetro e pelo Inmetro;

Considerando que é dever de todo fornecedor oferecer produtos seguros no mercado nacional, cumprindo com o que determina a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, independentemente do atendimento integral aos requisitos mínimos estabelecidos pela autoridade regulamentadora, e que a certificação conduzida por um organismo acreditado pelo Inmetro não afasta esta responsabilidade;

Considerando a necessidade de aperfeiçoar os requisitos técnicos e de avaliação da conformidade obrigatórios para pneus de bicicletas de uso adulto, estabelecidos na Portaria Inmetro n.º 342, de 24 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2008, seção 01, página 69, o que constitui boa prática regulatória;

Considerando a necessidade de aprimorar e intensificar as ações de acompanhamento de mercado, para prevenir a ocorrência de acidentes de consumo envolvendo pneus de bicicletas de uso adulto, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Técnico da Qualidade para Pneus de Bicicletas de Uso Adulto, inserto no Anexo I desta Portaria, disponível no site: http://www.inmetro.gov.br/legislacao, que determina os requisitos, de cumprimento obrigatório, referentes à segurança do produto.

Art. 2º Os fornecedores de pneus de bicicletas de uso adulto deverão atender ao disposto no Regulamento ora aprovado.

Art. 3º Todo pneu de bicicleta de uso adulto, abrangido pelo Regulamento ora aprovado, deverá ser fabricado, importado, distribuído e comercializado de forma a não oferecer riscos que comprometam a segurança do usuário, independentemente do atendimento integral aos requisitos estabelecidos neste Regulamento.

§ 1º O Regulamento ora aprovado se aplicará aos pneus de bicicletas de uso adulto novos, sejam estes de fabricação nacional ou importados, destinados ao uso em bicicletas de uso adulto, de borracha, que possuam estrutura constituída à base de fibras têxteis - filamento de poliamida - náilon, filamento de poliéster ou algodão - e seus talões formados por fios de aço. Será considerado pneu de bicicleta de uso adulto todo pneu de bicicleta identificado em sua lateral com diâmetro maior ou igual a 400 mm, independentemente da largura da seção e ao uso a que o pneu de bicicletas de uso adulto se destina.

§ 2º Excluir-se-ão do Regulamento ora aprovado os pneus de bicicletas de uso adulto que possuam seus talões feitos em fibra de aramida - pneus dobráveis - e pneus tipo tubular, bem como os demais pneus de bicicletas destinados ao uso em bicicletas infantis ou de brinquedo.

Art. 4º As exigências do Regulamento ora aprovado não se aplicarão aos pneus de bicicletas de uso adulto que se destinem exclusivamente à exportação.

Parágrafo único. Os produtos acabados destinados exclusivamente à exportação deverão estar identificados inequivocamente, com documentação comprobatória da sua destinação.

Art. 5º O Regulamento ora aprovado se aplicará aos seguintes entes da cadeia produtiva de pneus de bicicletas de uso adulto, com as seguintes obrigações e responsabilidades:

§ 1º Ao fabricante nacional, que deverá somente fabricar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, pneus de bicicletas de uso adulto conforme os requisitos do Regulamento ora aprovado.

§ 2º Ao importador, que deverá somente importar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, pneus de bicicletas de uso adulto conforme os requisitos do Regulamento ora aprovado.

§ 3º A todos os entes da cadeia produtiva e de fornecimento de pneus de bicicletas de uso adulto, incluindo o comércio em estabelecimentos físicos ou virtuais, manter a integridade do produto, das suas marcações obrigatórias, preservando o atendimento aos requisitos do Regulamento ora aprovado.

§ 4º Caso um ente exerça mais de uma função na cadeia produtiva e de fornecimento, entre as anteriormente listadas, suas responsabilidades serão acumuladas.

Art. 6º Os pneus de bicicletas de uso adulto fabricados, importados, distribuídos e comercializados, a título gratuito ou oneroso, em território nacional deverão ser submetidos, compulsoriamente, à avaliação da conformidade, por meio do mecanismo de certificação, observado o prazo estabelecido no art. 14 desta Portaria.

§ 1º Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus de Bicicletas de Uso Adulto estão fixados no Anexo II desta Portaria, disponível no site: http://www.inmetro.gov.br/legislacao.

§ 2º A certificação não exime o fornecedor da responsabilidade exclusiva pela segurança do produto.

Art. 7º Após a certificação, os pneus de bicicletas de uso adulto fabricados, importados, distribuídos e comercializados, a título gratuito ou oneroso, em território nacional deverão ser registrados no Inmetro, considerando a Portaria Inmetro n.º 512, de 07 de novembro de 2016, ou substitutivas, observado o prazo fixado no art. 14 desta Portaria.

§ 1º A obtenção do Registro é condicionante para a autorização do uso do Selo de Identificação da Conformidade nos produtos certificados e para sua disponibilização no mercado nacional.

§ 2º Os modelos de Selo de Identificação da Conformidade aplicáveis para pneus de bicicletas de uso adulto encontram-se no Anexo III desta Portaria, disponível no site: http://www.inmetro.gov.br/legislacao.

Art. 8º Os pneus de bicicletas de uso adulto importados, abrangidos pelo Regulamento ora aprovado, estarão sujeitos ao regime de licenciamento de importação, devendo o importador obter anuência junto ao Inmetro, considerando a Portaria Inmetro n.° 18, de 14 de janeiro de 2016, ou substitutivas, observado o prazo fixado no art. 14 desta Portaria.

Art. 9º Todos os pneus de bicicletas de uso adulto abrangidos pelo Regulamento ora aprovado estarão sujeitos, em todo o território nacional, às ações de acompanhamento no mercado executadas pelo Inmetro e entidades de direito público a ele vinculadas por convênio de delegação.

Art. 10. As infrações ao disposto nesta Portaria serão analisadas, podendo ensejar as penalidades previstas na Lei n.º 9.933/1999.

Parágrafo único. A fiscalização observará os prazos fixados nos art. 14 e 15 desta Portaria.

Art. 11. Não se aplica o Anexo II desta Portaria, disponível no site: http://www.inmetro.gov.br/legislacao, (Requisitos de Avaliação da Conformidade para pneus de bicicletas de uso adulto às ações de fiscalização (acompanhamento no mercado), aplicando-se a elas normativos próprios.

§ 1º Metodologias e amostragens para a certificação previstas no Anexo II desta Portaria, disponível no site: http://www.inmetro.gov.br/legislacao, podem ser utilizadas como base para a fiscalização (acompanhamento no mercado).

§ 2º Todas as unidades de pneus de bicicletas de uso adulto, importadas, distribuídas e comercializadas em território nacional deverão ser seguras e atender, integralmente, ao Regulamento ora aprovado.

§ 3º O fornecedor detentor do registro será responsável por repor as amostras do produto, eventualmente retiradas do mercado pelo Inmetro ou por seus órgãos delegados, para fins de acompanhamento no mercado.

§ 4º O fornecedor detentor do registro que tiver amostras submetidas ao acompanhamento no mercado deverá prestar ao Inmetro, quando solicitado, ou notificado administrativamente, todas as informações requeridas em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 12. Caso sejam identificadas não conformidades nos produtos durante as ações de acompanhamento no mercado, o Inmetro notificará o fornecedor detentor do registro, determinando a necessidade de providências e respectivos prazos.

Parágrafo único. A notificação mencionada no caput não possui relação com o processo administrativo decorrente da irregularidade constatada e não interferirá na aplicação de penalidades.

Art. 13. Caso as não conformidades identificadas durante o acompanhamento no mercado sejam consideradas sistêmicas e desencadeiem, ao longo de todo ciclo de vida do objeto, riscos potenciais ao meio ambiente ou à saúde ou à segurança do consumidor, o Inmetro obrigará o fornecedor, detentor do registro, a retirada do produto do mercado.

Art. 14. A partir de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os fabricantes nacionais e importadores deverão fabricar ou importar, para o mercado nacional, somente pneus de bicicletas de uso adulto em conformidade com as disposições contidas nesta Portaria.

Parágrafo único. A partir de 12 (doze) meses, contados do término do prazo fixado no caput, os fabricantes e importadores deverão comercializar, no mercado nacional, somente pneus de bicicletas de uso adulto em conformidade com as disposições contidas nesta Portaria.

Art. 15. A partir de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os estabelecimentos que exercerem atividade de distribuição e/ou comércio deverão comercializar, no mercado nacional, somente pneus de bicicletas de uso adulto em conformidade com as disposições contidas nesta Portaria.

Parágrafo único. A determinação contida no caput não deverá ser aplicável aos fabricantes e importadores, que observarão os prazos fixados no artigo anterior.

Art. 16. Os prazos previstos no art. 14 deverão ser observados pelos fornecedores detentores da certificação obtida com base na Portaria Inmetro n.º 342/2008, independentemente da validade do Certificado de Conformidade anteriormente concedido.

Art. 17. Mesmo durante os prazos de adequação estabelecidos, os fabricantes nacionais e importadores permanecerão responsáveis pela segurança dos pneus de bicicletas de uso adulto disponibilizados no mercado nacional e responderão por qualquer acidente ou incidente com o usuário, em função dos riscos oferecidos pelo produto.

Parágrafo único. A responsabilidade descrita no caput não terminará e nem será transferida para o Organismo de Avaliação da Conformidade ou para o Inmetro, em qualquer hipótese, com o vencimento dos prazos descritos nos art. 14 e 15 desta Portaria.

Art. 18. As consultas públicas que colheram contribuições da sociedade em geral para a elaboração da Regulamentação ora aprovada foram divulgadas pela Portaria Inmetro n.º 23, de 14 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 01, página 48 e pela Portaria Inmetro n.º 177, de 28 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 05 de julho de 2017, seção 01, página 59.

Art. 19. Fica revogada a Portaria Inmetro nº 342, de 24 de setembro de 2008 e a Portaria Inmetro n.º 396, de 07 de agosto de 2013, no prazo de 48 (quarenta e oito) meses após a publicação desta Portaria.

Art. 20. Publicar esta Portaria no Diário Oficial da União, quando iniciará sua vigência.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

CONSULTA PÚBLICA Nº 40, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de acordo com os artigos 8o e 9o da Portaria Interministerial MDIC/MCT no 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de CONDICIONADOR DE AR COM MAIS DE UM CORPO, TIPO SPLIT SYSTEM E UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA PARA CONDICIONADOR DE AR, COM MAIS DE UM CORPO, TIPO SPLIT SYSTEM.

O texto também está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/ppb/3016-consulta-ppb-2018

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri@suframa.gov.br.

IGOR NOGUEIRA CALVET

ANEXO

PROPOSTA Nº 027/2018 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO DE CONDICIONADOR DE AR COM MAIS DE UM CORPO, TIPO SPLIT SYSTEM E UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA PARA CONDICIONADOR DE AR, COM MAIS DE UM CORPO, TIPO SPLIT SYSTEM.

(Obs.: A Consulta está na forma de Portaria)

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para os produtos CONDICIONADOR DE AR COM MAIS DE UM CORPO, TIPO SPLIT SYSTEM e UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA PARA CONDICIONADOR DE AR, COM MAIS DE UM CORPO, TIPO SPLIT SYSTEM, industrializados na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 8, de 22 de janeiro de 2014, passa a ser o seguinte, a partir de 1º de janeiro de 2018:

I - injeção plástica do gabinete da unidade evaporadora ou da unidade condensadora (base, painéis, grades frontais, laterais e traseiras e tampas externas, quando aplicáveis), num percentual mínimo de 70% (setenta por cento);

II - injeção plástica da hélice do ventilador da unidade evaporadora ou injeção plástica da hélice do ventilador da unidade condensadora, num percentual mínimo de 70% (setenta por cento).;

III - estampagem do corpo ou gabinete da unidade condensadora (base, painéis e grades frontais, laterais, superiores e traseiros), ou, estampagem, corte, montagem e soldagem das aletas e dos tubos dos trocadores de calor da unidade condensadora, num percentual mínimo de 40% (quarenta por cento);

IV - fabricação dos motores elétricos e suas partes e peças da unidade condensadora, num percentual mínimo de 40% (quarenta por cento);

V - fabricação dos motocompressores herméticos, tipos rotativo ou alternativo, num percentual mínimo de 30% (trinta por cento);

VI - fabricação, a partir das etapas de corte, expansão quando aplicável, e conformação, dos tubos de ligação do sistema de refrigeração da unidade condensadora, num percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento);

VII - montagem e soldagem dos componentes na placa de circuito impresso principal da unidade evaporadora ou na placa de circuito impresso principal da unidade condensadora ou na placa de circuito impresso do controle remoto, num percentual mínimo de 60% (sessenta por cento);

VIII - fabricação da rede elétrica ou chicote (cabo de força), num percentual mínimo de 90% (noventa por cento);

IX - fabricação dos manuais e etiquetas, num percentual mínimo de 90% (noventa por cento);

X - soldagem dos tubos e conexões do sistema de refrigeração no motocompressor e no trocador de calor da unidade condensadora;

XI - montagem dos componentes de refrigeração no chassi da unidade condensadora;

XII - montagem das partes elétricas, totalmente desagregadas; e

XIII - montagem final.

§ 1º As etapas do Processo Produtivo Básico descritas nos incisos I a III e VI a XIII deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, podendo as etapas estabelecidas nos incisos IV e V ser realizadas em outras regiões do País.

§ 2º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto as etapas constantes dos incisos X, XI, XII e XIII que não poderão ser objeto de terceirização.

§ 3º O cumprimento das demais etapas descritas no artigo 1º, não relacionadas no caput deste artigo, será obrigatória para 100% (cem por cento) da produção.

§ 4º Os percentuais a que se referem os incisos deste artigo serão calculados em relação à produção total da empresa, no ano calendário.

§ 5º Caso os percentuais estabelecidos neste artigo não sejam alcançados, a empresa ficará obrigada a cumprir a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até o período subsequente, sem prejuízo das obrigações correntes.

§ 6º A diferença residual a que se refere o § 5º não poderá exceder a 10% (dez por cento), tomando-se por base a produção do período em que não foi possível atingir o limite estabelecido.

§ 7º Eventuais saldos de percentuais não atingidos no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2018, poderão ser cumpridos até 31 de dezembro de 2019.

§ 8º A partir de 1º de janeiro de 2018, os percentuais estabelecidos nesta Portaria serão calculados sobre a produção do ano calendário.

§ 9º Excepcionalmente, para o ano de 2018, a diferença residual a que se refere o §6º para os incisos "I" e "VI" deste artigo não poderá exceder a 20% (vinte por cento).

Art. 2º Ficam excluídos, temporariamente, do disposto nos incisos IV e V do artigo 1º, desde que comprovadamente não haja produção no País:

I - os motores elétricos de carcaça em resina ou resinados, de corpo menor que 60 mm, com potência inferior a 20 watts, utilizados nas unidades evaporadoras;

II - os motores elétricos tipo passo;

III - os motocompressores herméticos tipos rotativos ou alternativos, com capacidade acima de 18.200 BTU/h; e

IV - os motocompressores herméticos tipo scroll.

§ 1º Fica dispensado o cumprimento da etapa descrita no inciso V, do art. 1º, exclusivamente quando se tratar de motocompressor hermético, do tipo inverter, desde que a empresa invista em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) na Amazônia Ocidental ou Amapá, no percentual de 3% (três por cento).

§ 2º O percentual de P&D constante no §1º tem como base o faturamento bruto, no ano calendário, no mercado interno, decorrente da comercialização da totalidade da produção de Condicionador de ar com mais de um Corpo, Split System Tipo Inverter e Unidades Condensadora para Condicionador de Ar, com mais de um Corpo, Split System Tipo Inverter, com fruição do benefício fiscal, deduzidos os tributos correspondentes a tal comercialização.

§ 3º O compromisso de investimentos em P,D&I constante do §1º deverá ser aplicado mediante aplicação em programa prioritário instituído pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA) ou formulação e execução de projetos que objetivem a geração de produtos, suas partes e peças ou processos inovadores, bem como o desenho industrial de novos produtos, em conformidade ao disposto no art. 2º do Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006.

§ 4º Alternativamente ao disposto no inciso III do art. 1º, no caso de a empresa produzir o sistema CONDICIONADOR DE AR COM MAIS DE UM CORPO, TIPO SPLIT SYSTEM, poderá optar pelo cumprimento da obrigação do inciso III - estampagem do corpo ou gabinete da unidade condensadora (base, painéis e grades frontais, laterais, superiores e traseiras), ou estampagem, corte, montagem e soldagem das aletas e dos tubos dos trocadores de calor da unidade condensadora ou da unidade evaporadora, permitida a proporcionalidade entre os três itens:

Unidade	Percentual
Condensadora	40%
Evaporadora	80%

Art. 3º Entende-se por CONDICIONADOR DE AR COM MAIS DE UM CORPO, TIPO SPLIT SYSTEM, a que se refere o caput do art. 1º, o sistema formado por uma UNIDADE CONDENSADORA e uma única UNIDADE EVAPORADORA.

Art. 4º Para fabricação do controle remoto para condicionador de ar com mais de um corpo, tipo split system, as empresas fabricantes deverão obedecer às etapas descritas a seguir:

I - montagem e soldagem de todos os componentes elétricos e eletrônicos na placa de circuito impresso;

II - montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes; e

III - integração da placa de circuito impresso e das partes elétricas e mecânicas, na formação do produto final.

Art. 5º Ficam dispensadas do cumprimento das etapas constantes dos incisos I a III e VI a X do art. 1º, até o limite de 200 (duzentas) unidades anuais, os fabricantes de condicionador de ar com mais de um corpo, tipo split system e/ou multi-split system, com capacidade de refrigeração da unidade condensadora acima de 24.000 BTU/h.

Parágrafo único. A dispensa a que se refere o caput não se aplica aos equipamentos condicionadores de ar do tipo VRF ("Variable Refrigerant Flow" ou Volume Variável de Refrigerante), cujas principais características técnicas são, dentre outras:

I - ser desenvolvido especialmente para residências amplas e edifícios comerciais de médio e grande porte;

II - possuir sistema multi-split com apenas uma unidade externa ligada a múltiplas unidades internas operando individualmente por ambiente (podendo chegar a 64 unidades evaporadoras ou mais); e

III - possuir combinação de tecnologia eletrônica com sistemas de controle microprocessados, aliado à combinação de múltiplas unidades internas em um só ciclo de refrigeração.

Art. 6º Caso a empresa fabricante exceda os percentuais estabelecidos nesta Portaria no período previsto, poderá compensar o excedente, em unidades produzidas, até 31 de dezembro do ano seguinte.

Parágrafo único. O excedente a que se refere o caput será limitado a, no máximo, 10% (dez por cento), tomando-se por base a produção do ano em que exceder o percentual estabelecido.

Art. 7º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 8, de 22 de janeiro de 2014.

CONSULTA PÚBLICA Nº 41, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de acordo com os artigos 8o e 9o da Portaria Interministerial MDIC/MCT no 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de fixação do Processo Produtivo Básico - PPB de ESCOVA MODELADORA ROTATIVA E NÃO ROTATIVA.

O texto também está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/ppb/3016-consulta-ppb-2018

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri.ppb@suframa.gov.br.

IGOR NOGUEIRA CALVET

ANEXO

PROPOSTA Nº 045/2016 - FIXAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO DE ESCOVA MODELADORA ROTATIVA E NÃO ROTATIVA:

OBS: A proposta está em formato de minuta de Portaria:

Art. 1º Fica estabelecido para o produto ESCOVA MODELADORA ROTATIVA E NÃO ROTATIVA, industrializado na Zona Franca de Manaus, o seguinte Processo Produtivo Básico:

I - injeção, moldagem ou outro processo de conformação (impressão 3D) das partes plásticas do corpo ou gabinete;

II - pintura do corpo ou gabinete, quando aplicável;

III - produção dos cabos de força de acordo com o Processo Produtivo Básico específico ou, na ausência deste, a partir da trefilação e recozimento de seus fios;

IV - fabricação das chaves interruptoras;

V - fabricação dos motores elétricos;

VI - montagem e soldagem de componentes nas placas de circuito impresso num percentual mínimo de 70% (setenta por cento), tomando por base a quantidade total de placas de circuito impresso montadas utilizadas no ano calendário.

VII - montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes; e

VIII - integração das placas de circuito impresso e das demais partes elétricas e mecânicas na formação do produto final.

§ 1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, exceto as dos incisos III, IV, V e VI, que poderão ser realizadas em outras regiões do País.

§ 2º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto uma que não poderá ser objeto de terceirização.

§ 3º Fica temporariamente dispensada a etapa estabelecida no inciso V, para motores elétricos DC, até que comprovadamente haja produção em escala comercial no País, observado o §4º deste artigo.

§ 4º Após a disponibilidade da oferta de motores elétricos DC, a empresa fabricante de ESCOVA MODELADORA ROTATIVA E NÃO ROTATIVA terá um prazo de 6 (seis) meses para se adequar a exigência constante do inciso V deste artigo.

Art. 2º Fica dispensada a montagem dos seguintes módulos ou subconjuntos:

I - Conjunto escova de cabelo; e

II - Conjunto resistência elétrica.

Art. 3º Alternativamente à obrigatoriedade descrita no etapa descrita no inciso IV do art. 1º, a empresa poderá optar em realizar investimentos em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) na Amazônia Ocidental ou Amapá, mediante aplicação em programa prioritário instituído pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA) ou formulação e execução de projetos que objetivem a geração de produtos, suas partes e peças ou processos inovadores, bem como o desenho industrial de novos produtos, em conformidade ao disposto no art. 2º do Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006, num percentual de 1% (um por cento) do faturamento bruto anual no mercado interno decorrente da comercialização dos bens incentivados, deduzidos os tributos incidentes nesta operação, sendo permitida a proporcionalidade.

Art. 4º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 66, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições previstas no art. 3º da Resolução CAMEX nº 80, de 9 de novembro de 2010, regulamentada pela Portaria SECEX nº 38, de 18 de maio de 2015, e tendo em vista a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 e o disposto no Acordo sobre Regras de Origem da Organização Mundial de Comércio - OMC, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, decide:

Art. 1º Encerrar o procedimento especial de verificação de origem não preferencial, com a qualificação da origem Índia para o produto canetas, classificado no subitem 9608.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), declarado como produzido pela empresa FLAIR WRITING INDUSTRIES LIMITED, anteriormente denominada FLAIR WRITING INSTRUMENTS.

Art. 2º Deferir as licenças de importação solicitadas pelos importadores brasileiros referentes ao produto e produtor mencionados no art. 1º, quando a origem declarada for Índia.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

ANEXO

1. DOS ANTECEDENTES

1. Conforme estabelecido pela Resolução CAMEX nº 11, de 18 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 19 de fevereiro de 2016, foi prorrogado o direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de canetas esferográficas, classificadas no subitem 9608.10.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), quando originárias da República Popular da China.

2. Em decorrência da publicação da referida Resolução, que instituiu a cobrança de direito antidumping, as importações de canetas esferográficas estão sujeitas a licenciamento não automático, conforme previsto no art. 15 da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011.

3. Em 10 de outubro de 2016, a empresa BIC AMAZÔNIA S.A, doravante denominada denunciante, por meio de seu representante legal, apresentou denúncia ao Departamento de Negociações Internacionais (DEINT) solicitando, com base na Portaria SECEX nº 38, de 18 de maio de 2015, abertura de Procedimento Especial de Verificação de Origem para o produto canetas esferográficas, classificado no subitem 9608.10.00 da NCM, para averiguar falsidades de origem nas importações oriundas da Malásia e Paquistão.

4. Após análise, constatou-se que havia indícios suficientes e riscos relevantes de descumprimento das regras de origem não preferenciais nas importações de canetas esferográficas com origem declarada Malásia. A análise do DEINT considerou que também havia indícios suficientes de falsa declaração de origem nas importações de canetas esferográficas com origem declarada Índia. Assim, conforme previsto na Portaria SECEX nº 38, de 18 de maio de 2015, a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) passou a fazer análise de risco das importações de canetas esferográficas com origens declaradas Malásia e Índia.

5. Com isso, foram selecionados o pedido de licenciamento de importação nº 1817125359, da empresa FLAIR WRITING INDUSTRIES LIMITED, anteriormente denominada FLAIR WRITING INSTRUMENTS, da Índia. Esse pedido, amparado por sua Declaração de Origem, conforme previsto na Portaria SECEX nº 6, de 22 de fevereiro de 2013, provocou o início do procedimento especial de verificação de origem não preferencial.

2. DA INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE VERIFICAÇÃO DE ORIGEM NÃO PREFERENCIAL

6. De posse da Declaração de Origem, com base na Lei nº 12.546, de dezembro de 2011, e na Portaria SECEX nº 38, de 18 de maio de 2015, em 4 de julho de 2018, a SECEX instaurou procedimento especial de verificação de origem não preferencial para o produto "canetas esferográficas", declarado como produzido e exportado pela FLAIR WRITING INDUSTRIES LIMITED, doravante denominada empresa produtora.

7. O produto objeto do procedimento especial de verificação de origem não preferencial consiste em canetas esferográficas fabricadas a base de resinas plásticas, de corpo único tipo monobloco ou desmontável, retrátil ou não, com ou sem grip, com tinta gel ou a base de óleo, classificado no subitem 9608.10.00 da NCM, tendo sido excluídos da definição de produto objeto da investigação: (i) canetas de maior valor agregado, comercializadas, na condição FOB, a partir de US$ 0,50/unidade (cinquenta centavos de dólares estadunidenses por unidade); (ii) canetas dotadas de corpo metálico; (iii) canetas que agregam outras funções além da escrita; e (iv) canetas cujas descrições as identificam como canetas de luxo.

8. Segundo o denunciante, as canetas esferográficas são fabricadas em modelos variados, de material de baixo valor (a exemplo de resinas plásticas) e pode ter corpo único - tipo monobloco ou desmontável. Pode, também, ostentar um grip de borracha envolvendo uma parte do corpo.

9. A caneta tipo monobloco possui uma tampa de material plástico, com uma haste que tem a função de um clipe para fixação a um bolso, pasta ou caderno. A tinta é acondicionada em um tubo também produzido de resinas plásticas, e em uma de suas extremidades há um suporte fabricado de plástico ou metal, onde se encaixa um bico de metal, no qual é alojada a esfera de tungstênio. Este tipo de caneta esferográfica é básico e pode ser apresentado em diversos modelos, cores e formas.

10. A caneta esferográfica também pode ser do tipo retrátil. É denominada retrátil pelo fato de ser dotada de um mecanismo simples, também de plástico, que quando acionado impulsiona uma mola presa a uma peça plástica, que permite recolher ou expor a ponta de escrita. Este modelo normalmente não possui tampa, sendo que a haste com função de clipe faz parte do próprio corpo da caneta.

3. DAS REGRAS DE ORIGEM NÃO PREFERENCIAIS APLICADAS AO CASO

11. As regras de origem não preferenciais utilizadas como base para a verificação são aquelas estabelecidas na Lei nº 12.546, de 2011, que dispõe:

Art. 31. Respeitados os critérios decorrentes de ato internacional de que o Brasil seja parte, tem-se por país de origem da mercadoria aquele onde houver sido produzida ou, no caso de mercadoria resultante de material ou de mão de obra de mais de um país, aquele onde houver recebido transformação substancial.

§ 1º Considera-se mercadoria produzida, para fins do disposto nos arts. 28 a 45 desta Lei:

I - os produtos totalmente obtidos, assim entendidos:

a) produtos do reino vegetal colhidos no território do país;

b) animais vivos, nascidos e criados no território do país;

c) produtos obtidos de animais vivos no território do país;

d) mercadorias obtidas de caça, captura com armadilhas ou pesca realizada no território do país;

e) minerais e outros recursos naturais não incluídos nas alíneas "a" a "d", extraídos ou obtidos no território do país;

f) peixes, crustáceos e outras espécies marinhas obtidos do mar fora de suas zonas econômicas exclusivas por barcos registrados ou matriculados no país e autorizados para arvorar a bandeira desse país, ou por barcos arrendados ou fretados a empresas estabelecidas no território do país;

g) mercadorias produzidas a bordo de barcos-fábrica a partir dos produtos identificados nas alíneas "d" e "f" deste inciso, sempre que esses barcos-fábrica estejam registrados, matriculados em um país e estejam autorizados a arvorar a bandeira desse país, ou por barcos-fábrica arrendados ou fretados por empresas estabelecidas no território do país;

h) mercadorias obtidas por uma pessoa jurídica de um país do leito do mar ou do subsolo marinho, sempre que o país tenha direitos para explorar esse fundo do mar ou subsolo marinho; e

i) mercadorias obtidas do espaço extraterrestre, sempre que sejam obtidas por pessoa jurídica ou por pessoa natural do país;

II - os produtos elaborados integralmente no território do país, quando em sua elaboração forem utilizados, única e exclusivamente, materiais dele originários.

§ 2º Entende-se por transformação substancial, para efeito do disposto nos arts. 28 a 45 desta Lei, os produtos em cuja elaboração forem utilizados materiais não originários do país, quando resultantes de um processo de transformação que lhes confira uma nova individualidade, caracterizada pelo fato de estarem classificados em uma posição tarifária (primeiros 4 (quatro) dígitos do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias - SH) diferente da posição dos mencionados materiais, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º Não será considerado originário do país exportador o produto resultante de operação ou processo efetuado no seu território, pelo qual adquire a forma final em que será comercializado, quando, na operação ou no processo, for utilizado material ou insumo não originário do país e consista apenas em montagem, embalagem, fracionamento em lotes ou volumes, seleção, classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou simples diluições em água ou outra substância que não altere as características do produto como originário ou outras operações ou processos equivalentes, ainda que essas operações alterem a classificação do produto, considerada a 4 (quatro) dígitos.

4. DA NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA

12. De acordo com o art. 10 da Portaria SECEX nº 38, de 2015, as partes interessadas devem ser notificadas da abertura do procedimento especial de verificação de origem pela SECEX. Neste sentido, em 4 de julho de 2018 foram encaminhadas notificações para:

i) a Embaixada da Índia no Brasil;

ii) a empresa FLAIR WRITING INDUSTRIES LIMITED, identificada como produtora e exportadora;

iii) a empresa declarada como importadora no pedido de licenciamento; e

iv) o denunciante.

13. Adicionalmente, em cumprimento ao art. 44 da Lei nº 12.546, de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil foi notificada sobre a abertura da presente investigação.

5. DO ENVIO DO QUESTIONÁRIO

14. Conjuntamente com a notificação de abertura do procedimento especial de verificação de origem, foi enviado, aos endereços físico e eletrônico da empresa produtora e exportadora, constantes na declaração de Origem, questionário, solicitando informações destinadas a comprovar o cumprimento das regras de origem para o produto objeto da verificação. Determinou-se como prazo máximo para resposta o dia 6 de agosto de 2018.

15. O questionário, enviado à empresa produtora e exportadora, continha instruções detalhadas (em português e em inglês) para o envio das seguintes informações, referentes ao período de abril de 2015 a março de 2018, separados em três períodos:

P1 - 1º de abril de 2015 a 31 de março de 2016

P2 - 1º de abril de 2016 a 31 de março de 2017

P3 - 1º de abril de 2017 a 31 de março de 2018

I - Informações preliminares

a) descrição detalhada do produto;

b) classificação tarifária sob o Sistema Harmonizado de Classificação e Designação de Mercadorias (SH);

c) nome do fabricante (nome comercial e razão social) e dados de contato (endereço, telefone, correio eletrônico institucional);

d) nome, cargo e dados de contato do responsável pelo preenchimento do questionário; e

e) critério de origem utilizado para considerar a mercadoria como originária do país produtor, de acordo com a Lei nº 12.546, de 2011.

II - Sobre os insumos utilizados e sobre o processo produtivo de canetas esferográficas:

a) descrição completa dos insumos (classificação no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH), coeficiente técnico e estoque), conforme Anexo A;

b) dados sobre as aquisições dos insumos, conforme Anexo B;

c) descrição detalhada do processo produtivo, incluindo indicação de quando os insumos foram usados durante o processo;

d) leiaute da fábrica, incluindo a disposição das máquinas dentro da fábrica; e

e) capacidade de produção da empresa produtora e sua produção efetiva, conforme Anexo C.

III - Sobre as transações comerciais da empresa:

a) importação do produto objeto do procedimento especial, conforme Anexo D;

b) aquisição do produto no mercado doméstico, conforme Anexo E;

c) exportação total do produto, por destino, conforme Anexo F;

d) vendas nacionais do produto, conforme Anexo G; e

e) estoques do produto, conforme Anexo H.

6. DA RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO ENVIADO À EMPRESA PRODUTORA E EXPORTADORA

16. No dia 2 de agosto, portanto tempestivamente, a empresa produtora solicitou extensão do prazo para apresentação do questionário respondido. Concedeu-se a extensão até 16 de agosto.

17. No dia 16 de agosto, portanto tempestivamente, a FLAIR apresentou a resposta ao questionário.

18. No questionário das plantas de Damão, foram reportadas operações de insumos no Anexo B que não haviam sido relacionados no Anexo A. Constatou-se, também, um erro de classificação fiscal em um dos insumos.

19. Verificou-se, ainda, que a empresa produtora não apresentou o diagrama do processo produtivo.

20. Por fim, não foi esclarecida a metodologia de cálculo da capacidade de moldagem das máquinas.

21. Com respeito às unidades de Dehradun, também foram reportadas no Anexo B operações com insumos não relacionados no Anexo A.

22. Tampouco foi informado o diagrama do processo produtivo das referidas unidades.

7. DO PEDIDO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS

23. No dia 25 de setembro de 2018, enviou-se à empresa pedido de informações adicionais, determinando-se como prazo de resposta o dia 17 de outubro do mesmo ano.

24. Na referida comunicação, solicitou-se que a empresa sanasse todas as deficiências constatadas na apresentação do questionário conforme mencionado anteriormente.

25. Solicitou-se, ainda, que a FLAIR esclarecesse suas operações de vendas intercompany, bem como suas operações de produção e venda de pontas, além de compras de produtos finais em P3.

26. Por fim, requisitou-se que a empresa produtora justificasse operações pontuais de importações de pontas alemãs, para as plantas de Damão.

8. DA RESPOSTA AO PEDIDO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS

27. No dia 15 de outubro, portanto tempestivamente, a empresa protocolou a resposta ao pedido de informações adicionais.

28. Com respeito à não menção de determinados insumos no Anexo A contidos em operações constantes do Anexo B, a entidade informou tratar-se de transferência intercompany de insumos oriundos de outra planta cujas atividades haviam cessado.

29. No tocante ao erro de classificação fiscal de um dos insumos, foi feita a retificação.

30. Sobre a anterior não apresentação dos diagramas dos processos produtivos, a FLAIR fez a devida apresentação.

31. Com respeito às aquisições de pontas da Alemanha, a empresa produtora informou tratar-se de operação pontual de fabricação para a própria entidade alemã que lhe fornecera as pontas.

32. No tocante às compras de produtos finais, a FLAIR apresentou o rol de empresas fornecedoras, sendo todas domiciliadas na Índia.

33. Sobre a produção própria e venda de pontas, a entidade apresentou os dados de produção, e informou que todas as vendas eram intercompany.

9. DA VERIFICAÇÃO IN LOCO

34. No período de 22 a 31 de outubro de 2018, foi realizada verificação in loco na empresa FLAIR, com instalações localizadas na cidade de Bombaim (escritório), Damão e Dehradun (plantas produtivas) Índia, com o objetivo de verificar a produção do produto objeto da investigação de origem não preferencial por parte da referida empresa, bem como informações a respeito dos insumos e das vendas de canetas esferográficas, classificadas na subposição 9608.10 do Sistema Harmonizado, com origem declarada Índia.

35. No período de 22 a 30 de outubro de 2018, foi realizada verificação in loco na empresa FLAIR WRITING INDUSTRIES LIMITED, doravante denominada FLAIR, com instalações localizadas nas cidades de Damão, Dehradun e Bombaim - Índia, com o objetivo de verificar a produção do produto objeto da investigação de origem não preferencial por parte da referida empresa, bem como informações a respeito dos insumos e das vendas de canetas esferográficas, classificadas na subposição 9608.10 do Sistema Harmonizado, com origem declarada Índia.

36. Inicialmente, foi feita uma exposição sobre o objetivo e o escopo da visita, bem como sobre os procedimentos a serem cumpridos. Na mesma oportunidade, os técnicos questionaram os funcionários da FLAIR sobre eventuais retificações a serem feitas nas informações apresentadas anteriormente.

37. Os representantes da entidade reapresentaram o Anexos B, em formato eletrônico, com correções nos dados de aquisição de insumos, tendo em vista que a versão apresentada anteriormente incluía a dupla contagem de algumas operações e classificação tarifária incorreta de compra de decalques da China.

38. Na ocasião, também informaram que a planta da cidade de Vasai produzia apenas canetas de metal - as quais não são objeto de investigação de origem não preferencial por parte do Brasil - motivo pelo qual a visita a ela seria dispensável.

39. A entidade começou suas atividades em 1967 como a empresa Flair Inception, atuando no segmento de canetas de metal.

40. Na década de 80, a FLAIR começou a produzir também canetas esferográficas de plástico. Nessa mesma época, se iniciaram as exportações do produto.

41. Em 2017, houve uma fusão de todas as suas entidades segmentadas, com a criação de uma sociedade limitada, passando a denominar-se FLAIR WRITING INDUSTRIES LIMITED. Tal passo foi necessário para a empresa abrir seu capital para o mercado indiano, o que deve ocorrer em novembro de 2018.

42. A empresa possui também uma joint venture com a entidade japonesa Pentel (49% de participação), em que vende produtos em nome dessa marca no mercado doméstico, além de produzir para outras filiais da Pentel no mundo quando as filiais recebem um pedido. A FLAIR também é representante na Índia das marcas estrangeiras Pierre Cardin e Hauser, produzindo canetas com essas marcas.

43. Atualmente a FLAIR emprega 4.000 funcionários em todo o grupo e exporta para 75 países.

44. O catálogo de produtos da empresa inclui canetas de metal, canetas esferográficas de plástico, incluindo canetas gel, canetas tinteiro, lápis, calculadoras, refis, marcadores, destacadores e corretores.

45. Durante a apresentação foram entregues os catálogos de canetas da empresa.

46. A equipe investigadora iniciou a visita pela planta produtiva Número IV, localizada na cidade de Damão. A primeira etapa foi observar os estoques de grânulos de plástico que abastecem as máquinas injetoras, tendo sido observados materiais indianos e malaios.

47. O processo de produção de canetas esferográficas começa com a produção dos seus componentes plásticos nas máquinas injetoras. A equipe verificadora observou a operação das máquinas injetoras. Nestas máquinas, os grânulos de plástico são aquecidos e pressionados contra o molde do componente para a conformação das partes. Os técnicos observaram a produção do corpo da caneta, de tampa e de tampinha (back plug).

48. Cumpre registrar que nessa planta a FLAIR também produz tubos por extrusão, utilizados na produção de refis.

49. Em seguida, foi observado o setor onde são produzidos de forma automática os refis, com a colocação de tinta, adaptador (nas canetas que o utilizam), tampinha, ponta e silicone nos tubos plásticos), e centrifugados, a fim de impedir vazamentos de tinta. Ao lado, funcionários realizam testes manuais de qualidade, além de haver também o controle específico da qualidade de escrita da tinta, conforme padrão ISO.

50. Ressalte-se que aqueles refis cuja escrita é reprovada no controle de qualidade têm suas pontas removidas, e o restante é reutilizado na produção.

51. Registre-se, ainda, que parte dos refis é empacotada para venda no mercado interno.

52. Foram também observadas as máquinas que afixam o modelo da caneta na tampa, as que imprimem os códigos de barra no corpo e as que inserem os decalques com a marca do produto no corpo.

53. Em seguida, verificou-se a montagem final (corpo, refil, tampinha e tampa), que ocorre tanto por processo automatizado como humano. No caso do primeiro, há as máquinas totalmente automatizadas e as semi-automatizadas (inserção manual da tampa). No segundo, as máquinas realizam apenas uma determinada etapa do processo de montagem, como a colocação da tampa no corpo acabado.

54. Após a montagem, ocorre o empacotamento e armazenamento dos lotes. O empacotamento em sua maioria ocorre de forma manual, há também máquinas que embalam em material plástico apenas uma unidade de determinada caneta ou refil.

55. Como etapa seguinte, foram vistoriados os estoques de produtos acabados e de pontas. Estas últimas se revestem de grande importância para a verificação, pois se classificam na mesma posição tarifária do produto final. Na ocasião, verificaram-se apenas caixas de produtores, e da própria FLAIR, que produz parte das pontas utilizadas.

56. A última atividade realizada na planta IV foi verificar o lote de produtos destinado ao Brasil e objeto da licença de importação que iniciou este procedimento de verificação, canetas da marca "Tris".

57. Em seguida, ocorreu a visita à planta III da FLAIR, também localizada na cidade de Damão.

58. Tal visita começou pelo setor onde são produzidas as pontas de canetas, cujo processo de fabricação inicia-se por esticar e cortar o metal (fio de arame) para elaborar a ponta "cega".

59. Após tal processo, as pontas são colocadas em outras máquinas que moldam o produto e inserem a esfera.

60. Em seguida, ocorre a limpeza e remoção do óleo do produto, de maneira a torná-lo próprio para uso na produção de canetas.

61. Após tal etapa, procede-se à verificação do processo de injeção dos componentes plásticos. Foram observadas a produção de tampas, corpos e tampinha.

62. A produção de tubos para refil por extrusão, por seu turno, ocorre em máquinas específicas.

63. Seguidamente, observou-se a montagem do refil. Registre-se que parte desse produto semielaborado é vendida no mercado doméstico.

64. Sobre o refil há controle de qualidade tanto manual como mecanizado (padrão ISO).

65. Cumpre registrar que algumas canetas têm decalque ou logotipo inseridos sobre elas, processos realizados por máquinas específicas, respectivamente.

66. Como etapa seguinte, ocorre a montagem final, realizada manualmente e de maneira mecanizada, o último controle de qualidade e o empacotamento.

67. Por fim, verificou-se a estocagem de pontas, refis e produtos finais. No caso das pontas, foram observados estoques de fornecedores indianos, bem como da própria FLAIR.

68. Procedeu-se, então, à visita à terceira unidade de Damão, a Planta II, iniciada pela verificação das máquinas injetoras que produzem os componentes plásticos e das extrusoras que produzem tubos para refil. Foram observadas a produção por injeção de adaptadores e de corpos.

69. Já a inserção da tinta e da ponta no refil ocorre em outras máquinas automáticas.

70. Da mesma maneira que nas outras plantas, há o controle de qualidade manual e também o mecanizado (padrão ISO).

71. A aposição de decalques e estampas, por seu turno, ocorre em máquinas específicas.

72. Em seguida, ocorre a limpeza do produto semielaborado e depois a montagem final, realizada de maneira mecanizada e também manualmente.

73. Em seguida, ocorre o empacotamento e despacho para venda. Registre-se que os técnicos do DEINT observaram estoques do produto final, além dos estoques de insumos como pontas, tinta e resina plástica.

74. Finda a visita às plantas de Damão, a equipe investigadora procedeu, então, à visita das fábricas localizadas na cidade de Dehradun.

75. Iniciou-se a verificação na referida cidade pela Unidade II, com a inspeção das máquinas injetoras que fabricam os componentes plásticos. Foram observadas a produção de tampas, tampinhas, adaptadores e corpos. Para a produção de componentes coloridos, o pigmento é incorporado à resina em um dos misturadores.

76. Ressalte-se que após a sua elaboração há um controle de qualidade manual sobre os componentes plásticos.

77. Em seguida, os técnicos do DEINT observaram os estoques de componentes plásticos, tinta e pontas. No caso das últimas, o estoque era relativamente pequeno, para o que o representante da FLAIR esclareceu que recebem tal componente da fábrica em Damão a cada 5 dias. Além de pontas produzidas pela própria FLAIR, havia estoques desse insumo oriundo de fornecedora indiana.

78. Após tal etapa, viu-se as máquinas que realizam a produção dos refis. Sobre eles, é realizado o controle de qualidade da escrita, manual e também automatizado (conforme padrões da ISO). Viu-se, também, a seção onde ficavam estocados os refis para posterior montagem do produto final.

79. Em seguida, há a aposição de decalques ou logos, realizada por máquinas específicas.

80. Como etapa seguinte, a equipe investigadora observou a montagem final, realizada manualmente e também por maquinário.

81. Após a realização de um último controle de qualidade, o produto é empacotado e estocado em setor específico para posterior despacho.

82. Ato contínuo, a equipe investigadora procedeu à visita à Unidade I de Dehradun, iniciada pela observação das máquinas injetoras que fabricam os componentes plásticos. Foram observadas a produção de tampas, corpos, adaptadores e nozzles. Da mesma maneira que na outra planta, para os componentes coloridos há a prévia mistura da resina com o pigmento, realizada em misturadores.

83. Em seguida, observou-se o funcionamento das máquinas extrusoras, que produzem tubos para refil. Registre-se que a entidade não fabrica outros componentes plásticos por extrusão, e também que essa é a única planta de Dehradun que possui máquinas extrusoras (ou seja, os tubos utilizados na Unidade II são fornecidos pela Unidade I).

84. A equipe verificadora inspecionou o estoque de matéria-prima onde havia pontas, tintas e rótulos. Verificou-se a existência de pontas produzidas pela FLAIR e por outra empresa indiana.

85. Após tal etapa, procedeu-se ao acompanhamento da montagem dos refis, realizada por outras máquinas. Observou-se, também, a seção onde tais componentes ficam estocados, além da seção onde se estocam pontas, adaptadores tintas e componentes plásticos.

86. No mesmo recinto, viu-se também a máquina centrifugadora, que, em aproximadamente 10 minutos, estabiliza a tinta do refil.

87. Em seguida, os técnicos do DEINT viram a aposição de decalques e logos, realizada por máquinas específicas, respectivamente. Para pequenos pedidos, as inserções de logos são realizadas de maneira manual.

88. Na sequência, a equipe investigadora observou a montagem final, realizada de maneira manual e também por máquinas.

89. O produto final, então, é sujeito a um último controle de qualidade (realizado manualmente) e que depois é empacotado (manual e mecanicamente) para posterior venda.

90. Ao observar o estoque de produtos finais, a equipe investigadora pôde ver um lote destinado ao Brasil.

91. Com etapa seguinte, os técnicos do DEINT procederam à análise dos dados reportados pela empresa produtora no questionário.

92. No tocante à produção, na resposta ao pedido de informações adicionais, a FLAIR esclareceu que sua capacidade nominal foi calculada com base em projeções e estimativas da administração, considerando o maquinário disponível.

93. A capacidade efetiva, por seu turno, foi dimensionada considerando os dias anuais de produção (tendo em vista folgas e paradas para manutenção de maquinário) e os turnos diários de trabalho.

94. Para validar a produção reportada no Questionário do Produtor, a entidade apresentou planilha contendo a consolidação da produção de cada tipo de caneta. A fonte dos dados é um relatório quinzenal elaborado por auditores independentes (a partir dos dados fornecidos diariamente pelo setor de montagem), uma avaliação que se tornou necessária para garantir a maior fidedignidade dos dados da FLAIR, considerando sua vindoura abertura de capital no mercado de capitais indiano.

95. Ato contínuo, a equipe brasileira questionou por quanto tempo a empresa armazena os cadernos de apontamento de produção, objetivando-se cotejar os quantitativos produzidos registrados nos sistemas informatizados com os registros físicos da empresa.

96. A FLAIR elucidou que o controle de produção é realizado pelo setor de montagem, o qual realiza um registro diário dos produtos acabados. Após isso, o responsável pelo departamento alimenta uma planilha com os dados diários e os encaminha para que sejam inseridos no sistema informatizado. Os registros físicos são mantidos de 2 a 3 meses.

97. Os representantes do DEINT então solicitaram, para confirmação das informações, o caderno de produção diária das seguintes datas: Damão: Unidade II (06/10/18), Unidade III (05/10/18), Unidade IV (04 e 17/10/2018); Derhadun: Unidades I e II (08/10/18). Os apontamentos diários de produção foram cotejados com os registros do sistema informatizado da empresa. Apenas a observar que, diferentemente de Damão, em Dehradun a inserção dos apontamentos diários no sistema não é feita separadamente por Unidade produtiva.

98. Com as informações apresentadas conseguiu-se validar os dados de produção reportados pela empresa em resposta ao questionário, bem como validar os dados registrados no sistema da empresa.

99. No que se refere às práticas contábeis, a empresa utiliza o sistema informatizado.

100. Os últimos relatórios contábeis apresentados ao governo indiano (abril de 2017 a março de 2018) foram auditados por empresa indiana.

101. A empresa apresentou também o Quadro de Contas referente ao seu sistema contábil, não havendo nada específico a reportar.

102. Com relação à aquisição de insumos, a equipe do DEINT solicitou esclarecimentos acerca da presença de alguns insumos importados no Anexo B, classificados na posição tarifária SH 9608.

103. A FLAIR esclareceu que os insumos nozzle half metal, pusher half metal, ball pen refill, ceramic roller refill e refill for pens são utilizados em canetas de metal e foram incluídos incorretamente no Anexo B.

104. Com relação ao insumo gel refill cap, a empresa explicou tratar-se de proteção plástica para o refil, utilizada durante o processo de produção e depois descartada.

105. Quanto ao insumo tip blank a empresa esclareceu tratar-se de arame utilizado na produção das pontas, incorretamente incluído no Anexo B, e no que tange ao insumo transfer paper informou ser um decalque para corpo, classificado indevidamente na posição SH 9608.

106. Vale registrar que a conciliação do valor da compra de partes de canetas informado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) com o registro no sistema contábil não seria viável para P3, tendo em vista que, após a fusão de suas 5 empresas em abril de 2017, a FLAIR ainda não possuía os dados consolidados no sistema para o exercício de 2017-2018, além de terem passado a adotar um novo sistema no período. Portanto, a conciliação foi feita para P2.

107. O valor informado na DRE coincidiu com a soma do registro do sistema para as 3 antigas empresas fabricantes do produto objeto da investigação, validando-se a informação apresentada.

108. Ato contínuo, a equipe investigadora questionou sobre o valor informado no Anexo B para aquisição de insumos do produto investigado em P3 ter representado 63% do valor declarado na DRE.

109. A FLAIR reiterou que a demonstração contábil contempla toda a gama de produtos da empresa, incluindo, por exemplo, canetas de metal e calculadoras, as quais, por possuírem maior valor agregado, possuem insumos mais caros também.

110. Após a explicação, os técnicos do DEINT realizaram a conferência física de dez faturas de compra de matéria-prima para o produto objeto de investigação (cinco referentes a Damão e cinco referentes a Dehradun), ressaltando-se que seis dessas faturas foram selecionadas previamente e quatro foram selecionadas no momento da verificação.

111. Para todas as faturas foram observadas as seguintes informações conforme reportadas no Anexo B do questionário: insumo, fornecedor, país de origem, número e data da fatura, quantidade, preço unitário e valor total. Também foram fornecidos pela empresa, os comprovantes de pagamento, registro contábil da operação e documento de entrada no estoque do insumo para cada uma das faturas verificadas.

112. Todas as faturas e seus respectivos documentos acessórios foram verificados, não havendo nada a reportar.

113. Após a análise das Notas Fiscais de compra de insumos, os analistas brasileiros iniciaram o teste de insumos para verificar se a quantidade de insumos foi suficiente para a produção reportada pela FLAIR.

114. Decidiu-se realizar o teste sobre o insumo "pontas de canetas", em P3, por ter consumo expressivo, simples validação do coeficiente técnico (uma unidade utilizada para uma unidade de caneta esferográfica produzida) e por estar na mesma posição tarifária do produto final.

115. Inicialmente, os estoques inicial e final do insumo em P3 foram confrontados com as Fichas de Estoque geradas pelo sistema eletrônico da empresa. Foram encontradas diferenças entre as quantidades informadas no Anexo A do questionário e as quantidades obtidas via sistema. A FLAIR justificou essas diferenças por questões de filtragem de produtos realizada no sistema em momentos diferentes, dado que naquele estão incluídos diversos produtos não compreendidos no escopo da verificação. Nessas circunstâncias, a equipe verificadora optou por utilizar os dados de estoque inicial e final.

116. A empresa possui produção própria de pontas. Além disso realiza vendas desse insumo intercompany e vendas de refis como produto final. O teste em questão levou em consideração essa particularidade, a partir dos dados obtidos do sistema contábil.

117. Foram somados o estoque inicial, a compra de pontas de terceiros e a produção própria de pontas. Do total obtido foram subtraídos o estoque final de pontas, a produção de canetas, as vendas de pontas intercompany, as vendas de refis, os estoques de refis e a rejeição de pontas.

118. Com base no coeficiente técnico reportado, uma ponta para uma caneta, alcançou-se quantidade produzível superior de canetas esferográficas em à quantidade efetivamente produzida. Assim, o teste de insumos indicou que a empresa adquiriu pontas suficientes para a produção obtida.

119. Sobre a aquisição de produtos finais, na resposta ao questionário, a entidade informou ter adquirido canetas para revenda em P1 e P3.

120. Com vistas a validar a informação apresentada, os técnicos do DEINT solicitaram à FLAIR gerar por meio do sistema relatório contendo a quantidade adquirida em P3. Tal exercício chegou a uma quantidade 1,4% menor do que aquele constante do Anexo E.

121. Indagado a respeito, o representante da empresa produtora informou que no Anexo E havia sido incluída uma fatura datada em 31/03/2018 e que constava com data posterior no sistema, tendo em vista referir-se a mercadorias em trânsito, ainda não recebidas e registradas.

122. Com relação às suas vendas, na resposta ao questionário, a empresa reportou informações de vendas no mercado doméstico e exportações.

123. Apesar de vender outros produtos de maior valor agregado, a FLAIR informou que a maior parte de suas receitas é oriunda da venda de canetas objeto da investigação devido à quantidade vendida.

124. Somando-se, para P3, o valor informado como vendido domesticamente no Anexo G, para todas as plantas da empresa, com o valor exportado declarado no Anexo F, chegou-se a 72% das vendas totais da entidade levando-se em conta a cifra informada em sua DRE para o mesmo período, o que atesta a alta representatividade das canetas objeto da investigação nas receitas da FLAIR, a despeito de fabricar outros produtos de maior valor agregado.

125. Para validar a quantidade vendida no mercado doméstico em P3, a equipe brasileira solicitou acesso ao sistema da empresa e solicitou que fosse gerado uma lista de todas as vendas domésticas no período. O somatório das listas geradas pelo sistema atingiu exatamente o montante reportado no Anexo G do questionário.

126. Para validar a quantidade exportada pela FLAIR, em P3, a equipe solicitou que fosse gerada no sistema uma lista contendo todas as exportações no período. A lista gerada continha detalhes das operações por país de destino.

127. Visando então comparar com as informações reportadas no Anexo F, os representantes do DEINT solicitaram que fosse gerada uma lista das exportações realizadas para o Brasil em P3. A lista gerada teve seus dados conferidos e estavam em consonância com o reportado pela empresa no Anexo F ao Questionário.

128. Ainda, solicitou-se também, a partir dos dados do sistema, a elaboração de relatório contendo os valores de exportações de P3 das plantas de Dehradun e Damão, para fins de conferência com os valores indicados no Anexo F. Ao passo que os valores da primeira cidade coincidiram, houve uma ligeira diferença (0,1%) na apuração da segunda cidade. Tendo em vista que a elaboração do relatório consistiu em filtragem manual, e também levando-se em consideração que a diferença foi desprezível, considerou-se validado o Anexo F.

129. De posse da lista completa das exportações, a equipe selecionou aleatoriamente quatro operações para rastreamento das informações. Foram verificados os seguintes documentos: fatura comercial, conhecimento de embarque (bill of lading), comprovante de pagamento, registro contábil da operação e documento de saída de estoque.

130. Todas as faturas e seus respectivos documentos acessórios foram analisados, não havendo nada a reportar.

131. Por fim, tendo sido cumpridos os procedimentos previstos no roteiro de visita, previamente encaminhado à empresa, e tendo sido realizada a visita técnica na empresa, procedeu-se à assinatura da Ata de Visita à Produtora Estrangeira, que foi anexada aos autos confidenciais do processo, e a visita foi dada por encerrada.

10. DA ANÁLISE

132. No que concerne às informações prestadas, a análise deve centrar-se no atendimento das regras de origem dispostas no art. 31 da Lei nº 12.546, de 2011.

133. Para que possa ser atestada a origem Índia, o produto deve caracterizar-se como mercadoria produzida (totalmente obtida ou elaborada integralmente), conforme critérios estabelecidos no §1º do art. 31, ou como mercadoria que recebeu transformação substancial nesse país, nos termos do §2º do mesmo artigo da citada Lei.

134. Estão apresentadas a seguir as considerações relativas aos dois critérios estabelecidos na Lei:

a) No tocante ao critério de mercadoria produzida, seja ela produto totalmente obtido ou produto elaborado integralmente no território do país, os insumos utilizados devem ser exclusivamente originários do país fabricante. Neste caso, foi observada a existência de registros de importação de insumos utilizados pela empresa, não sendo possível o enquadramento como mercadoria totalmente produzida, conforme critério descrito no §1º do art. 31 da Lei nº 12.546, de 2011;

b) Para a análise quanto ao cumprimento do critério previsto no § 2º do art. 31 da supracitada Lei, é necessário comprovar se houve processo de transformação, caracterizado pelo fato de todos os insumos não originários estarem classificados em uma posição tarifária (primeiros quatro dígitos do SH) diferente da posição do produto. Constatou-se que os insumos importados se classificam em posição diferente da do produto final (SH 9608). Dessa forma, há o cumprimento deste critério.

11. DO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

135. Com base nas informações reunidas durante o procedimento especial de verificação de origem, fica evidenciado que o produto canetas esferográficas, classificado no subitem 9608.10.00 da NCM, cumpre com os critérios de origens previstos no art. 31 da Lei nº 12.546, de 2011 e, portanto, esse produto pode ser considerado originário da Índia.

12. DA NOTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO PRELIMINAR

136. Cumprindo com o disposto no art. 34 da Portaria SECEX no 38, de 2015, em 13 de novembro de 2018 as partes interessadas foram notificadas a respeito da conclusão preliminar do procedimento especial de verificação de origem não preferencial, tendo sido concedido, para manifestação acerca dos fatos e fundamentos

essenciais sob julgamento o prazo de dez dias, contados da ciência da notificação, que se encerrou no dia 29 de novembro de 2018 para as partes domiciliadas no Brasil e no dia 05 de dezembro de 2018 para as partes domiciliadas no exterior.

13. DAS MANIFESTAÇÕES DAS PARTES INTERESSADAS ACERCA DO RELATÓRIO PRELIMINAR

137. O DEINT não recebeu manifestações das partes interessadas acerca da conclusão preliminar.

14. DA CONCLUSÃO FINAL

138. Com base na Lei no 12.546, de 2011, e considerando que:

a) foram prestadas as informações solicitadas durante este procedimento especial de verificação de origem não preferencial;

b) durante a verificação in loco nas dependências da empresa produtora verificou-se que a empresa produz canetas esferográficas;

c) os insumos importados classificam-se em posição tarifária diferente da do produto final, e

d) corroboraram-se as quantidades produzidas por intermédio do controle de aquisição e consumo de insumos.

Conclui-se, preliminarmente, que o produto canetas esferográficas, classificado no subitem 9608.10.00 da NCM, cuja empresa produtora e exportadora informada é a FLAIR WRITING INDUSTRIES LIMITED, anteriormente denominada FLAIR WRITING INSTRUMENTS, cumpre com as condições estabelecidas na referida Lei para ser considerado originário da Índia.

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 354, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59204.002580/2017-82, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de prevenção previsto no art. 6º da Portaria n. 660, de 14 de dezembro de 2017, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Abaetetuba/PA, para ações de Defesa Civil, para até 13/1/2020.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.493, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 20ª Sessão de Turma, realizada no dia 21 de agosto de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.62517, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia de SAMUEL RODRIGUES post mortem, filho de AGRIPINA RODRIGUES.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.494, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 18ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67630, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSÉ NASCIMENTO FERREIRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 052.707.077-72.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.495, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 25ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de outubro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.65769, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por NIVALDO TADEU DO ESPIRITO SANTO, inscrito no CPF sob o nº 786.251.497-15.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.496, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão Plenária, realizada no dia 20 de novembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09661, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por WALTER CUSTODIO, inscrito no CPF sob o nº 103.678.107-00.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.497, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão Plenária, realizada no dia 20 de novembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.15783, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por TELMO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 274.065.807-97.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.498, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão Plenária, realizada no dia 21 de novembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.11920, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia de ALBINO GEORIG post mortem, filho de BERTHA GEORIG.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.499, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão Plenária, realizada no dia 20 de novembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.71937, resolve::

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JORGE SAMUEL MENDONÇA REIS, inscrito no CPF sob o nº 011.567.318-01.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.500, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão Plenária, realizada no dia 21 de novembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.10080, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOÃO MARIA FERRAZ, inscrito no CPF sob o nº 345.371.399-00.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.501, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 24ª Sessão de Turma, realizada no dia 27 de setembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.65556, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por EGIDIO EVANGELISTA FILHO, inscrito no CPF sob o nº 819.685.078-68.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.502, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 80ª Sessão Plenária, realizada no dia 29 de agosto de 2006, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.07886, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por FRANCISCO FLORENCIO ASSIS, inscrito no CPF sob o nº 002.698.672-87.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.503, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 17ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de julho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.65003, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOÃO XAVIER DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 688.138.212-04.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.504, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 25ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de outubro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.65766, resolve::

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ITAMAR ALVES BARBOSA, inscrito no CPF sob o nº 786.241.937-53.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.505, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão Plenária, realizada no dia 20 de novembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.08541, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia de CICERO INACIO FERREIRA post mortem, filho de SEVERINA MARIA FERREIRA, formulado por GERALCINA ALVES FERREIRA, inscrita no CPF sob o nº 117.116.017-80.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.506, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 26ª Sessão de Turma, realizada no dia 23 de outubro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.63828, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por CLAUDIO HENRIQUES MARQUES, inscrito no CPF sob o nº 629.107.527-04.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.507, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão Plenária, realizada no dia 20 de novembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2004.09.47241, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por LUIZ CARLOS DA SILVA CUNHA, inscrito no CPF sob o nº 758.561.407-10.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.508, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão Plenária, realizada no dia 20 de novembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06847, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSE RODRIGUES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 019.675.037-70.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.509, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão Plenária, realizada no dia 20 de novembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06832, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia de ANTONIO LOPES DA SILVA post mortem, filho de LUZIA CARNEIRO, formulado por LEDA PENIDO DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 682.997.887-49.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.510, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão Plenária, realizada no dia 20 de novembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.07743, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS post mortem, filho de LUZIA MARIA DOS SANTOS.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.511, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão Plenária, realizada no dia 20 de novembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06845, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia de JOSÉ PEDRO ROSAS post mortem, filho de SILVINA MARIA DA CONCEIÇÃO.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.512, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 11ª Sessão Plenária, realizada no dia 20 de novembro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.07684, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia de JOÃO RANGEL DE BRITTO post mortem, filho de VEREDIANA DA COSTA, formulado por ELZENI COSTA DE BRITTO, inscrita no CPF sob o nº 018.658.107-62.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.513, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.003906/2015-93, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LYUDMILA GRIGOROVA DIMITROVA, de nacionalidade búlgara, filha de Grigor Georgiev Dimitrov e de Victoria Stoyneva Dimitrova, nascida na República da Bulgária, em 20 de abril de 1979, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.514, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000378/2016-00, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, NICOLO LENTINI, de nacionalidade italiana, filho de Carlo Lentini e de Frazzita Anna, nascido na República Italiana, em 30 de abril de 1964, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.515, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.017644/2017-14, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, SULEMAN SABATO ABDULAI, de nacionalidade ganense, filho de Amaodu Abdulai e de Fuse Abdulai, nascido na República do Gana, em 21 de março de 1971, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos, 4 (quatro) meses e 2 (dois) dias, a partir de sua saída

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.516, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.006886/2015-11, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, SANTIAGO ALBERTO CORTES BECERRA, de nacionalidade colombiana, filho de Santiago Cortez e de Bertha Bezerra, nascido na República da Colômbia, em 12 de outubro de 1968, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.517, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001007/2018-07, do Ministério da Justiça, resolve::

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MARIA AUXILIADORA CANTERO OCAMPOS, de nacionalidade paraguaia, filha de Basilio Cantero Otazu e de Leopoldina Ocampos Aguiar, nascida em Ciudad del Este, na República do Paraguai, em 24 de maio de 1983, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.518, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.002150/2017-27, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JOSÉ GOMES, de nacionalidade guineense, filho de Fernando Gomes e de Filomena da Costa, nascido na República da Guiné-Bissau, em 23 de abril de 1982, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 2.519, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.079446/2015-82, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CRAIG JOSEPH GIFFORD, de nacionalidade inglesa, filho de Parry Joseph Gifford e Debbra Mary Crool, nascido na Inglaterra, em 27 de fevereiro de 1986, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos, 7 (sete) meses e 10 (dez) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 17, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo Administrativo nº 08700.004617/2013-41 (Apartado Restrito nº 08700.011937/2014-39). Representante: Cade ex officio. Representados: Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda, Balfour Beatty Rail Power Systems Brazil, Bombardier Transportation Brasil Ltda., CAF Brasil Indústria e Comércio, Caterpillar Brasil Ltda, Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços Ltda, Hyundai-Rotem Co. Ltd., IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., MGE Equipamentos e Serviços Rodoviários Ltda, Mitsui & Co. (Brasil) S.A., MPE - Montagens e Projetos Especiais S.A., PROCINT - Projetos e Consultoria Internacional S/C Ltda., Serveng-Civilsan S/A - Empresas Associadas de Engenharia, Siemens Ltda, TC/BR Tecnologia e Consultoria Brasileira S/A, Temoinsa do Brasil Ltda, Trans Sistemas de Transportes S.A, Lucy Elisabete Pereira Teixeira (representando ConsTech Assessoria e Consultoria Internacional Ltda.), Adagir de Salles Abreu Filho, Albert Fernando Blum, Amador Francisco Rodriguez Peñin, Andoni Sarasola Altuna, Andras Mukics Mesics, Antonio Joaquim Charro, Antonio Dias Felipe, Arthur Gomes Teixeira, Ben-Hur Coutinho Viana de Souza, Carlos Alberto Alves Roso, Carlos Alberto Penna Leopoldo, Carlos Eduardo Teixeira, Daniel Mischa Leibold, David Lopes, Edgard Camargo de Toledo Filho, Edson Yassuo Hira, Eduardo Cesar Basaglia, Edyval Antônio Campanelli Junior, Everton Rheinheimer, Fleury Pissaia, Francisco de Assiz Perroni, Francisco Essi Amigo, Haroldo Oliveira de Carvalho, Homero Lobo de Vasconsellos, Isidro Ramon Fondevila Quinonero, Jan-Malte Hans Jochen Orthmann, José Manuel Uribe Regueiro, José Ricardo Garcia Valladão, Juarez Barcellos Filho, Júlio César Leitão, Luiz Antonio Taulois da Costa, Luiz Fernando Ferrari, Manuel Carlos do Rio Filho, Marcelo Zugaiar dos Santos, Marco Antônio Barreiro Contin, Marco Vinicius Barbi Missawa, Marcos José Ribeiro, Maria Aparecida Ramos Bartholetti, Masao Suzuki, Massimo Andrea Giavina Bianchi, Maurício Evandro Chagas Memória, Moises Smaire Neto, Murilo Rodrigues da Cunha, Nelson Branco Marchetti, Newton José Leme Duarte, Paulo José de Carvalho Borges Junior, Paulo Munk Machado, Paulo Roberto Stuart, Paulo Rubens Fontenele Albuquerque, Peter Andreas Golitz, Phillipe Emile Michel Dufosse, Philippe Delleur, Reinaldo Goulart de Andrade, Renato Grillo Ely, Ricardo Mario Lamenza Alzogarray, Rinaldo Marques Tsuruda, Rodrigo Otávio Lobo da Costa, Ronaldo Cavalieri, Ronaldo Hikari Moriyama, Rosângela Lorena de Sousa Tsuruda, Ruy Marcos Grieco, Sergio Valente Lombardi, Stephanie Brun-Brunet, Telmo Giolito Porto, Wagner Ibarrola, Wagner Tadeu Ribeiro e Wilson Daré. Advogados: Leonor Augusta Giovine Cordovil, Marcela Abras Lorenzetti, Sérgio Varella Bruna, Natalia Salzedas Pinheiro da Silveira, Henrique Lago da Silveira, Caio Lacerda de Castro, Marina Lissa Oda Horita, Pedro Sérgio Costa Zanotta,

Rodrigo Orlandini, Arnaldo Penteado Laudisio, Paulo Fernando de Moura, Daniel Marcelino, Juliana Herdeiro Buzin, Ana Cecilia Pires Santoro, Paola Regina Petrozziello Pugliese, Marco Antonio Fonseca Junior, Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, Marcello Alencar de Araújo, Priscila Brolio Gonçalves, Andrea Fabrino Hoffmann Formiga, Luiz Fernando Prado de Miranda, Flávio Luiz Yarshell, Rodrigo Zingales Oller do Nascimento, Vivian Anne Fraga do Nascimento Arruda, Vitor Peres Colombini, Marcelo Mendes Montragio, Ricardo Noronha Inglez de Souza, Stefanie Schmitt Giglio, José Manoel de Arruda Alvim Netto, Eduardo Arruda Alvim, Guilherme Pimenta da Veiga Neves, André Marques Gilberto, Victoria Malta Corradini, Daniel Tinoco Douek, Caio Mário da Silva Pereira Neto, Leonardo Lima Cordeiro, Ivan Henrique Moraes Lima, Antonio Nelson Gomes da Silva, Braz Martins Neto, Martileide Vieira Perroti, Mônica Moya Martins Wolff, Eduardo Humberto Dalcamim, Bruno de Siqueira Pereira, Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu, Luciano Inácio de Souza, Joyce Midori Honda, Túlio Freitas do Egito Coelho, Eduardo Caminati Anders, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Miguel Pereira Neto, Flavia Guimarães Leardini, Roberto Trigueiro Fontes, Thomas George Macrander, Daniela Moreira Sampaio Ribeiro, Eric Hadmann Jasper, Ivo Teixeira Gico Júnior, Henrique Di Yorio Benedito, José Carlos Magalhães Teixeira Filho, Anna Carolina Barros Regatieri, Rosane Rosolen de Azevedo Ribeiro, Rabih Nasser, Adriana Nogueira Mourão, Osmar Mendes Paixão Côrtes, João Paulo Fernandes de Carvalho, Luiz Carlos Lopes Madeira, Vicente Bagnoli, Alexandre Augusto Reis Bastos, Daniel Santos Guimarães, Rita de Cassia Noleto Maranhão de Oliveira do Amaral, João Guilherme Sampaio dos Anjos, Hugo Leonardo, Mariana Chamelette, Bruno Soares de Alvarenga, Nathalie Suemi Tiba Sato, Carlos Robetto Fomes Mateucci, Marcelo Procópio Calliari e outros. Acolho a Nota Técnica nº 90/2018/CGAA8/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no § 1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 196, § 1º, do Regimento Interno do Cade, decido pelo encaminhamento dos presentes autos ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, opinando-se: (a) pelo indeferimento das preliminares suscitadas pelos Representados; (b) pela condenação: b.1) dos Representados Pessoas Jurídicas: (1) Alstom Brasil Energia Ltda., (2) Balfour Beatty Rail Power Systems Brazil Ltda., (3) Bombardier Transportation Brasil Ltda., (4) CAF Brasil Indústria e Comércio, (5) MGE Equipamentos e Serviços Rodoviários Ltda., (6) Hyundai-Rotem Brasil Indústria e Comércio de Trens Ltda., (7) IESA Projetos Equipamentos e Montagens S.A., (8) Mitsui & Co Brasil S.A., (9) MPE - Montagens e Projetos Especiais S.A., (10) Procint Projetos e Consultoria Internacional S/C Ltda., (11) Serveng-Civilsan S/A - Empresas Associadas de Engenharia, (12) TC/BR Tecnologia e Consultoria Brasileira S/A, (13) Trans Sistemas de Transportes S.A., (14) Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços Ltda., (15) Temoinsa do Brasil Ltda., e (16) Lucy Elisabete Pereira Teixeira (representando Constech Assessoria e Consultoria Internacional Ltda.)., e b.2) dos Representados Pessoas Físicas: (1) Antonio Joaquim Charro, (2) David Lopes, (3) Eduardo Cesar Basaglia, (4) Francisco de Assiz Perroni, (5) Isidro Ramon Fondevila Quinonero, (6) Júlio César Leitão, (7) Luiz Fernando Ferrari, (8) Paulo José de Carvalho Borges Júnior, (9) Paulo Roberto Stuart, (10) Rosângela Lorena de Sousa Tsuruda, (11) Ruy Marcos Grieco, (12) Sergio Valente Lombardi, (13) Francisco Essi Amigo, (14) Wagner Tadeu Ribeiro, (15) Edyval Antônio Campanelli Junior, (16) Haroldo Oliveira de Carvalho, (17) Marcelo Zugaiar dos Santos, (18) Andoni Sarasola Altuna, (19) Carlos Alberto Penna Leopoldo, (20) José Manuel Uribe Regueiro, (21) Murilo Rodrigues da Cunha, (22) Paulo Rubens Fontenele Albuquerque, (23) Wagner Ibarrola, (24) Carlos Alberto Alves Roso, (25) Carlos Eduardo Teixeira, (26) Ronaldo Hikari Moriyama, (27) Fleury Pissaia, (28) Masao Suzuki, (29) Adagir de Salles Abreu Filho, (30) José Ricardo Garcia Valladão, (31) Rodrigo Otávio Lobo da Costa, (32) Arthur Gomes Teixeira, (33) Ben-Hur Coutinho Viana de Souza, (34) Luiz Antonio Taulois da Costa, (35) Ronaldo Cavalieri, (36) Marco Vinícius Barbi Missawa, (37) Homero Lobo de Vasconcellos, (38) Moisés Smaire Neto, (39) Renato Grillo Ely, (40) Edgard Camargo de Toledo Filho, (41) Edson Yassuo Hira, (42) Massimo Andrea Giavina Bianchi, (43) Antonio Dias Felipe, (44) Manuel Carlos do Rio Filho, (45) Marcos José Ribeiro, (46) Reinaldo Goulart de Andrade, (47) Telmo Giolito Porto, (48) Amador Francisco Rodriguez Peñin, (49) Maurício Evandro Chagas Memória, (50) Wilson Daré, (51) Phillipe Emile Michel Dufosse, e (52) Marco Antônio Barreiro Contin; (c) pela extinção da ação punitiva da Administração Pública com relação aos Signatários do Acordo de Leniência, em vista do cumprimento integral das obrigações previstas no Acordo de Leniência e da colaboração com as investigações junto à Superintendência-Geral/CADE, nos termos dos art. 86 e 87 da Lei no 12.529/2011 c/c art.s 237 a 251 do RICADE; (d) pelo arquivamento em relação: d.1) à Representada Pessoa Jurídica Caterpillar Brasil Ltda.; e d.2) aos Representados Pessoas Físicas: (1) Maria Aparecida Ramos Bartholetti, (2) Rinaldo Marques Tsuruda, (3) Philippe Delleur, (4) Stephanie Brun-Brunet, (5) Juarez Barcellos Filho, (6) Ricardo Mario Lamenza Alzogarray, (7) Paulo Munk Machado,(8) Albert Fernando Blum e (9) Andras Mukics Mesics; e (e) pela remessa do presente relatório circunstanciado ao (1) Ministério Público do Estado de São Paulo, (2) ao Departamento de Polícia Federal, (3) ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, (4) à Corregedoria Geral da Administração do Governo do Estado de São Paulo, (5) ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, (6) ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, (7) ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e (8) à Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHO Nº 1.589, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo Administrativo nº 08700.006386/2016-53 (Apartado de Acesso Restrito nº 08700.006388/2016-42)
Representante: Cade ex officio
Representados: Pessoas Jurídicas - Affinia Automotiva Ltda. (sucedida por Nakata Automotiva S.A.); BorgWarner Brasil Ltda.; Dayco Power Transmission Ltda.; Delphi Automotive Systems do Brasil Ltda.; DMC Promoções e Publicidade Ltda.; Federal-Mogul Sistemas Automotivos Ltda.; Freudenberg Nok Componentes Brasil Ltda.; Gates do Brasil Indústria e Comércio Ltda.; Johnson Controls PS do Brasil Ltda.; Knorr-Bremse Sistemas Para Veículos Comerciais Ltda.; KSPG Automotive Brazil Ltda.; Magneti Marelli Cofap Fabricadora de Peças Ltda.; Mahle Metal Leve S/A; Mann+Hummel Brasil Ltda.; Metalúrgica Schadek Ltda.; MTE-Thomson Indústria e Comércio Ltda.; Rassini-NHK Autopeças; Robert Bosch Ltda.; Sabó Indústria e Comércio de Autopeças S/A; Schaefler Brasil Ltda.; SKF do Brasil Ltda.; Sofape Fabricante de Filtros Ltda.; Sofefi Filtration do Brasil Ltda.; Tenneco Automotive Brasil Ltda.; TMD Friction do Brasil Ltda.; TRW Automotive Ltda.; Wabco Centro de Distribuição de Peças Automotivas Ltda.; ZF do Brasil Ltda. Pessoas Físicas - Alfredo Bastos Júnior; Alberto Rufini; Carlos Alberto Barbosa Filho; Carlos Magalhães; Cesar Augusto da Costa; Cesar Augusto Paniz Straglioto; Christian Bernhardt; Claus Hoppen; Daniele Ferrari; Daniella Vieira Carrer; Dirce de Campos Boer; Douglas Lara Júnior; Edson Brasil da Silva; Edvaldo Ricardo Selidonio de Souza; Elaine Cristina Durães Oliveira; Elaine Cristina Soares Evangelista; Eliana Maria Giannoccaro Allodi; Evandro Tozati; Fábio André Magnani Fatninato; Fernanda Giacon de Lucca; Gabor Janos Deak; George Nelson de Lima e Garcia; Gisele Cristina Stein; Ivana Bertanha Ferreira; Jair de Sampaio Barros; Jefferson Luis Germano; Jorge Cerveira Schertel; José Carlos Ferreira Catib; José Eduardo Sabó; José Moisés Bucci; José Ronaldo Rocha; José Rubens Santos Miguel; Júlio Sérgio Metello Aprile; Luciano Sanches de Oliveira; Luis Antônio Silva Lipay; Luis Armando Tonioli; Luiz Carlos Fadiga; Luiz Fernando Teixeira da Silva; Marco Antônio Salviati; Marcos Pissardini; Marcus Vinícius Pereira da Silva; Maria Angélica Pedrazzi; Maria Angélica Pedrazzi; Maria Cristina Zanco Andrade; Maria Juliana Fratta; Mario Masao Nishiyama; Milton Antunes de Oliveira; Moisés Aparecido Ferella; Monica Amelia Cassaro Darezzo; Patrícia Micolaiciunas; Pedro Geraldo Ortolan; Plínio Separovic Fazol; Renato Lopes de Carvalho Júnior; Ricardo Moura Cordeiro Pessoa; Roberto Manoel R. de Jesus; Roberto Pezzi Koeche; Rodolfo do Amaral Júnior; Rodrigo Amuso Marcondes Almeida; Ronaldo Silva Teffeha; Rubens de Jesus Campos; Sabrina Rodrigues Carbone; Salvador Tadeu dos Santos Pugliese; Sebastião Galdino; Sidney Aguilar Júnior; Wilson Carone Garcia.
Advogados: Batuira Rogério Meneghesso Lino; Fábio Francisco Beraldi; Eduardo Caminati Anders; Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra; Flávia Chiquito dos Santos; Leda Batista da Silva Diôgo de Lima; Guilherme Teno Castilho Missali; Jéssica Wright Borba Olivieri; Gabriela Egreja Papa; Júlia Raquel Haddad; Carolina Paladino Nemoto; André Alencar Porto; Mariana Villela Corrêa; Fábio Amaral Figueira; Pedro Andres Garcia Valenzuela; Leonardo Maniglia Duarte; Alberto Afonso Monteiro; Vitor Luís Pereira Jorge; Rodrigo da Silva Alves dos Santos; Lívia Cristina Lavandeira Gândara de Carvalho; Gabriela Reis Paiva Monteiro; Fernanda Lins Nemer; Fernando Medeiros Rodrigues da Cunha; Julia França de Andrade; Nayara Mendonça Silva e Souza; João Marcelo da Costa e Silva Lima; Thaiane Vieira Fernandes de Abreu; Paola Regina Petrozziello Pugliese; Milena Fernandes Mundim; Paula Simonetti Junqueira de Andrade Amaral Salles; Fabianna Vieira Barbosa Morselli; Fernanda Harari; Ciro Martins Alvarenga; Cristiane Romano Farhat Ferraz; Tito Amaral de Andrade; Maria Eugênia Novis de Oliveira; Marcos Paulo Veríssimo. Erica Sumie Yamashita; Ana Batia Glenk Ferreira; Carolina Maria Matos Vieira; Ana Carolina Lopes de Carvalho; Thalita de Carvalho Novo; Ursula Pereira Pinto Bassoukou; Beatriz Medeiros Navarro Santos; Sergio Ferraz e Opice; Mariana Fontoura de Rosa; João Felipe Achcar de Azambuja; João Vitor Luke Reis; Liliane Patrícia Lima Bomtempo; Ricardo Jorge Velloso; Marcos Boer; Danielle Chinchio Velloso; Kelly Andreoli; Diego Rodrigo Monteiro Morales; Juliana Medeiros Jorge Feltrin; Gisele de Mello Covizzi; Átila Augusto Pinheiro Nobre; Camila Silveira Abrão; Bárbara Fernandes; Mariana Boer Martins; Francisco Ribeiro Todorov; Lorena Leite Nisiyama; Gianni Nunes de Araujo; Tiago Machado Cortez; Eloy Rizzo Neto; Renata Foizer Manzoni; Maria Amoroso Wagner; Ana Claudia Beppu dos Santos Oliveira; Elinor Cristófaro Cotait; Guilherme Favaro Corvo Ribas; Kevin Louis Mundie; Bruno José Cescato Novaes; Diego Herrera Alves de Moraes; Enrico Spini Romanielo; Francisco Amaral de Almeida Sampaio; Gabriela Miranda Naves; Leonardo Vasconcelos Lins Fonseca; Sofia Fortes Cruz; Tomás Filipe Schöeller Borges Ribeiro Paiva; Vinicius da Silva Ribeiro; Bárbara Rosenberg; José Inácio Ferraz de Almeida Prado Filho; Marcos Exposto; Sandra Terepins; Camila Paoletti; Patrícia Avigni; Ana Carolina Cabana Zoricic; Amanda Fabbri Barelli; Luis Antônio Galvão; Maria Amaral de Almeida Sampaio; Carolina Cury Ricciardi; Vivian Terng; Maria Luiza de Miranda Geraldi; Gabriela Quevedo Dama; Tatiane Kimie Siqui; Bruna Anklam; Marcos Filipe Sussumu Ueda; Luís Bernardo do Nascimento; Daniela Coelho Araujo Fernandes de Vasconcellos; André Macedo de Oliveira; Giovani Trindade Castanheira Menicucci; Sara Roriz de Freitas; Maria Carolina Ferraz Cáfaro; Giuliana Cáfaro Kikuchi; Pedro Paulo Tavares Furtado da Rosa; Nicole Kajan Golia; Thalita Brunelli de Paulo; Priscila Souza Nunes; Fabrício Penha Queijo; Camila Pires da Rocha; Andrea Fabrino Hoffmann Formiga; Fernando Aurelio Zilveti Arce Murillo; Marília de Prince Rasi Faustino; José Orlando A. Arrochela Lobo; Valdo Cestari de Rizzo; Sérgio Varella Bruna; Eduardo Martinelli Carvalho; Teresa Cristina Gomez Sanchez Peres; Diogo Rezende Nunes; Fátima Regina Amadi; Fernando Henrique Galtério; Kelly Christine dos Santos; Érica Fabiane Ferreira dos Santos; Eduardo Matos de Vasconcelos; Frederico Simões Alves Teixeira; Igor Davidson Ribeiro Bicalho; Margaret Bruschi Ianni; Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto; Amadeu Carvalhaes Ribeiro; Marcio Dias Soares; Renata Fonseca Zuccolo; Michelle Marques Machado; Frederico Gustavo Pereira Carrilho Donas; Andreia Molinari Saad Nogara; Frederico Bastos Pinheiro Martins; Paula Camara Baptista de Oliveira; Gláucia Gomes Menato; Ana Carolina Folgosi Bittar; Felipe de Amorim Couto; Stephanie Scandiuzzi; Bárbara Decnop Puttini; Renata Caied; Jéssica Gusman Gomes; Camilla Parente Dias; Amália Batocchio; Pedro Avellar Villas Bôas; Esther Lobato Collet Janny Teixeira Biselli; Raphaela Boffe Palma; José Del Chiaro Ferreira da Rosa; Maria Augusta Fidalgo; Maurílio Monteiro de Abreu; Ademir Antonio Pereira Júnior; Maria Fernanda Alves Pallerosi; Luiz Felipe Rosa Ramos; Mário André Machado Cabral; Maria Gabriela Castanheira Bacha; Taís Chartouni Rodrigues; Luiza Macedo Avelar; Yan Villela Vieira; José Carlos da Matta Berardo; Paulo Eduardo de Campos Lilla; Juliana Maria Daniel; Elen Caroline Correia Lizas; Marcela Junqueira Cesar Pirola; Adriana de Alcântara Luchtenberg; Claudia Barroso de Pinho Tavares Montanha Teixeira; Gabriel Jamur Gomes; Sérgio Bueno; Vicente Bagnoli; Alexandre Augusto Reis Bastos; Maria Fernanda Caporale Madi; Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu; Renata Pugliese Canha Fernandes; Clovis Manzoni dos Santos Lores; Bruno de Luca Drago; Marco Antônio Fonseca Junior; Vinícius Hercos da Cunha; Ana Paula Martinez; Alexandre Ditzel Faraco; José Arnaldo da Fonseca Filho; Marcos Drummond Malvar; João Victor Freitas Ferreira; Mauro Ginberg; Leonor Augusta Giovine Cordovil; Karen Caldeira Ruback; Ricardo Casanova Motta; Beatriz Malerba Cravo; Ludmila Somensi; Bernardo Rodrigues Veloso Leite; Marcela Abras Lorenzetti; Jessica Ribeiro Ferreira; Aurélio Marchini Santos; Ricardo Franco Botelho; Daniel Costa Caselta; Andréa da Cunha Cruz; Patrícia Serson Deluca; Patrícia Agra Araujo; André Mendes Espírito Santo; André Carmelingo Alves; Camila Lisboa Martins; Bolívar Moura Rocha; Mariana Tavares de Araujo; Maria Pereira de Queiroz Brandão Teixeira; Cristiane Saccab Zarzur; Marcos Pajolla Garrido; Ana Carolina Cabana Zoricic; Marina Curi Penna; Raul Nero Perius Ramos; Beatriz Alencar Dalessio; Marcelo Procópio Calliari; Marcel Medon Santos; Marcio de Carvalho Silveira Bueno; Tatiana Lins Cruz; Isabela Braga Pompilio; Cláudio Coelho de Souza Timm; Mario Glauco Pati Neto; Patrícia Bandouk Carvalho; Luciana dos Santos Martorano; Luís Cláudio Nagalli Guedes de Camargo; Giuliana Marchezi Franceschi Gonçalves; Paula Müller Ribeiro Bernini; Carolina Gattolin de Paula; Jackson de Freitas Ferreira; Marina Bleeke; André Luis Mitsuo Hiruta; Raquel Souza Jorge; Nathalie Theyssoneyre; Jessica Ribeiro Ferreira; Venicio Banquinho Pereira Filho; Natan Maximiano Munhoz; Roberto Potter Martins Ferreira; Paula Pinedo; Viviane Barbosa da Silva; Caio Mário da Silva Pereira Neto; Ricardo Ferreira Pastore; Fernando Stival; Letícia Ladeira Monteiro de Barros; Luiz Guilherme Ros; Priscila Viola Foureaux; Isabela Canales Oliveira; Isabella de Paula Breda; Pedro Zanotta; Raquel Batista de S. Franca; Rodrigo Orlandini; Adriana Mourão Nogueira; Paulo Leonardo Casagrande; Fabrício Cardim de Almeida; Ana Paula Paschoalini; Caroline Guyt França; Eric Hadmann Jasper; Ivo Teixeira Gico Júnior; Luiz Filipe Couto Dutra; Marina de Mello Cerqueira Zarur; Juliana Dias; Victor de Assis Vida; Sthefani Lara dos Reis Rocha; Caetano Lira Caltabiano; Felipe Machado Kenipp Salomon; Antônio Marcondes de Almeida Filho; Pedro Conde Elias Vicentini; Fernando Gentil Monteiro; Terence Edwar Beringhs; Fernando Antônio Pereira Rodrigues; Antônio Roberto Pavani Júnior; Delane Ferreira Lima Sobrinho; Milena Nunes Lemos de Melo; Aluana Guimarães Nascimento; Daniela Toscano; Maria Renata do Nascimento Oliveira; Priscila Brolio Gonçalves; Danielle Fernanda de Rezende Gomes Silva; Mauricio da Silva Ribeiro; Fábio Viana Ferreira; Felipe Cardoso Pereira; Lígia Tomás de Melo; José Alexandre Buaiz Neto; Vicente Coelho Araújo; Daniel Costa Rebello; Marco Aurélio Martins Barbosa; Lívia Caldas Brito; Gabriela Assis Abdalla; Clarissa Y Amoedo de Velloso Passarinho; Lucas Santos de Sousa; Ana Carolina Estevão; Marianne Correia dos Reis; Ana Paula Chudzinski Tavassi; Maria Izabella Vilas Boas; William Sung Jin Lee; Paulo Cesar Luciano Junior; Gabriel Mattioli de Miranda; Joyce Midori Honda; Ricardo Lara Gaillard.
Considerando a homologação de propostas de Termo de Compromisso de Cessação - TCC na 114ªª Sessão Ordinária de Julgamento do CADE (Requerimentos de TCC nº 08700.006721/2016-13, 08700.006694/2016-89, 08700.006955/2016-61, 08700.006875/2016-13, 08700.007988/2016-28, 08700.001359/2017-75), decido pela (i) suspensão deste Processo Administrativo em relação aos Representados Nakata Automotiva S.A.; Jorge Cerveira Schertel; Cesar Augusto Paniz Stragliotto; Sabrina Rodrigues Carbone; Tenneco Automotive Brasil Ltda.; Mario Masao Nishiyama; Mahle Metal Leve S.A.; Claus Hoppen; Daniele Ferrari; Edvaldo Ricardo Selidonio de Souza; Elaine Cristina Soares Evangelista; Jair de Sampaio Barros; Maria Cristina Zanco Andrade; Robert Bosch Ltda; Carlos Alberto Barbosa; Elaine Cristina Durães Oliveira; José Ronaldo Rocha; Moisés Aparecido Ferella; Delphi Automotive Systems do Brasil Ltda.; Gabor Janos Deak; Edson Brasil da Silva; George Nelson de Lima e Garcia; Roberto Koeche; Maria Juliana Fratta; Fabio Andre Magnani Fantinato; Dayco Power Transmission Ltda.; e César Augusto da Costa, nos termos do art. 85, §§ 9º e 10 da Lei nº 12.529/2011. Considerando, ainda, a homologação de propostas de Termo de Compromisso de Cessação - TCC na 133ª Sessão Ordinária de Julgamento do CADE (Requerimentos de TCC nº 08700.001994/2018-33 e 08700.002238/2018-21), decido pelo(a): (ii) suspensão deste Processo Administrativo em relação aos Representados Sogefi Filtration do Brasil Ltda.; José Rubens dos Santos Miguel; TMD Friction do Brasil S.A.; e Luiz Carlos Fadiga, nos termos do art. 85, §§ 9º e 10 da Lei nº 12.529/2011; (iii) juntada de documentos relacionados ao supracitados TCCs [Documentos SEI nº 0539401; 0539415; 0547414; 0547415; 0539408; 0539500; 0549892; 0550123] ao Apartado de Acesso Restrito nº 08700.006388/2016-42, para que constem no conjunto probatório, em conformidade com as competências previstas nos arts. 13 e 72 da Lei 12.529/2011; e (iv) intimação dos Representados para que apresentem, caso queiram, suas manifestações sobre os documentos juntados, o que poderá ser feito até o final da instrução, nos termos do artigo 3º, III, da Lei nº 9.784/1999, sem prejuízo das alegações previstas no artigo 73 da Lei nº 12.529/2011. Ficam os Representados cientes de que, conforme explicitado nos respectivos instrumentos, o objeto dos referidos TCCs restringe-se ao escopo da conduta investigada, qual seja, supostas infrações à ordem econômica praticadas no mercado independente de peças automotivas de reposição. Ao Protocolo.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHOS DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Nº 1623 - Ato de Concentração nº 08700.006839/2018-11. Requerentes: Tata Steel Limited e thyssenkrupp AG. Advogados: Sérgio Varella Bruna, Natalia Salzedas Pinheiro da Silveira e Marcio Dias Soares. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 1631 - Ato de Concentração nº 08700.006838/2018-69. Requerentes: Eiffel Investment Pte. Ltd. e Dream Luxco S.C.A. Advogadas: Maria Eugênia Novis, Ana Bátia Glenk e Mariana Fontoura da Rosa. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 1633 - Ato de Concentração n° 08700.006878/2018-19. Requerentes: Nufarm Americas Inc. e BASF Corporation. Advogados: Leonardo Duarte, Eduardo Molan Gaban e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1634 - Ato de Concentração nº 08700.006788/2018-10. Requerentes: Fundo de Investimento Imobiliário - FII BTG Pactual Corporate Office Fund e Sapucaí Rio Fundo de Investimento Imobiliário - FII. Advogados: José Carlos da Matta Berardo, Marcela Junqueira Cesar Pirola, Barbara Rosenberg e Luís Bernardo Coelho Cascão. Decido pela aprovação, sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 452, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018: resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

OSCAR JUAN PABLO VALENZUELA CORNEJO - V321317-I, natural do Peru, nascido em 24 de maio de 1988, filho de Oscar Alfonso Valenzuela Escalante e de Ana Maria Cornejo Sender, residente no Estado do Amazonas (Processo n° 08240.300059/2016-50).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

PORTARIAS DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, resolve:

Nº 453 - Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AUGUSTO DOMINGOS - Y278237-8, natural da Angola, nascido em 6 de maio de 1977, filho de Guillerme Preira e de Isabele Augusto Domingos, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.053740/2017-26);

CHADIA YOUSSEF KHALIL - Y270139-B, natural do Líbano, nascida em 10 de outubro de 1985, filha de Youssef Hussein Khalil e de Mariam Kassem Arabi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.020619/2017-18);

JOSEPH GEORGES ANANIAN - W072202-D, natural da República Árabe do Egito, nascido em 1 de outubro de 1946, filho de Georges Ananian e de Marie Aslangulian, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.005068/2018-44);

TOMO NAKAZAWA - G260449-Z, natural do Japão, nascida em 1 de maio de 1936, filha de Heiji Nakazawa e de Sata Nakazawa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.038262/2017-24) e

WILMER ANTONIO VELASQUEZ LOPEZ - V384376-P, natural do Peru, nascido em 7 de julho de 1971, filho de Bartolome Velasquez Vasquez e de Isabel Lopez Morillo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.051132/2017-87).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 454 CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

ALAIZ AMARACHI EDEH ROCABADO - G214828-0, natural da Bolívia, nascida em 5 de fevereiro de 2013, filha de Nduka Samuel Edeh e de Maria Jose Rocabado Soliz, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.019433/2018-05);

ALEGREA AKOPIO BAKO - G351464-X, natural da República Democrática do Congo, nascida em 30 de setembro de 2009, filha de Patrick Akopio Bako e de Fifi Siala Poba, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.027854/2018-00);

ALICE LUNA SOULIER ROUILLE - V959198-B, natural da França, nascida em 5 de abril de 2008, filha de Fabien Jean Marie Rouille e de Fanny Delphine Soulier, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.016540/2017-93);

HATEM KANAS - G406287-R, natural da Síria, nascido em 16 de outubro de 2009, filho de Kotaeba Kanas e de Malak Hayani, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08508.003670/2018-16);

HELENA DA GLORIA MAKENDUA MAVUNGO - G310598-4, natural da Angola, nascida em 27 de abril de 2007, filha de Joaquim Kitsisa e de Helena Lukeki, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.036463/2018-78);

JANA HALIMEH - G387224-5, natural da Síria, nascida em 27 de junho de 2014, filha de Feras Halimeh e de Rawan Sabsoub, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08389.019000/2017-34);

MAJED ALHALLAK - G050259-N, natural da Síria, nascido em 26 de janeiro de 2005, filho de Samer Alhallak e de Minawar Olaimi, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.026852/2018-95);

MUHAMMAD IBRAHIM - G345538-G, natural do Paquistão, nascido em 13 de agosto de 2009, filho de Muhammad Sarwar e de Nabeela Kausar, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.004905/2018-07);

SALLY MABRUKI - G363624-L, natural do Líbano, nascida em 14 de abril de 2008, filha de Ibrahim Mabruki e de Rana Taha, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.000748/2018-37) e

SEYED ALI MOOSAVI NASAB - G383029-N, natural do Iraque, nascido em 30 de novembro de 2012, filho de Seyed Mostafa Moosavi Nasab e de Safaa Suliman, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.026469/2018-37).

Nº 455 - Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

CARLOS HEBER SILVA DEL AGUILA - V814080-G, natural do Peru, nascido em 13 de fevereiro de 1977, filho de Eliseo Silva Perez e de Zoila Del Aguila Terrones, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.005826/2017-87);

LUIS TUGA - V567749-W, natural da Guiné-Bissau, nascido em 8 de maio de 1979, filho de Tchuda Tuga e de Asor Nambatcha, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08212002835201696);

PAULO MANUEL PEDRO - G080650-7, natural da Angola, nascido em 11 de novembro de 1978, filho de Pedro Manuel e de Isabel Teresa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.033649/2017-94);

RANDALL HUMBERTO ALVARADO CORELLA - V071425-6, natural da Costa Rica, nascido em 14 de novembro de 1969, filho de Flor de Maria Alvarado Corella, residente no Estado de Pernambuco (Processo nº 08400.305612/2016-61) e

TALEB YAZIGI - V521860-K, natural do Líbano, nascido em 18 de fevereiro 1972, filho de Mahmoud Yazigi e de Frouza Yazigi, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460019934201685).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 209, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.189 de 03 de agosto de 2018, publicada no DOU de 06 de agosto de 2018, resolve classificar:

Conjunto de Episódios: SOB PRESSÃO - 2ª TEMPORADA (Brasil - 2018)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Andrucha Waddington
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.034127/2018-71
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A
Filme: WIFI RALPH (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Walt Disney Animation Studio
Diretor(es): Lasse Hallstrom
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação/Aventura
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência Fantasiosa
Processo: 08000.045371/2018-60
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Filme: ERA UMA VEZ DEADPOOL (ONCE UPON A DEADPOOL, Estados Unidos da América - 2018)
Diretor(es): David Leitch
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Comédia/Ação
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.046666/2018-53
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Trailer: GREEN BOOK - O GUIA (GREEN BOOK, Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Jim Burke/Brian Hayes Currie/Peter Farrelly/Nick Vallelonga/Charles B. Wessler
Diretor(es): Peter Farrelly
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL PRODUÇÃO E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Drama/Biografia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.047017/2018-70
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP
Conjunto de Episódios: PROJETO MEME (Brasil - 2018)
Episódios: 01 a 13
Produtor(es): Base 1 Filmes
Diretor(es): André Fran
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: livre
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001105/2018-46
Requerente: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO
Episódio: APONTAR E ATIRAR (POINT AND SHOOT, Estados Unidos da América / Líbia - 2014)
Título da Série: HISTÓRIAS DO MUNDO - TEMPORADA III
Episódio: 6
Produtor(es): Marshall Curry/Elizabeth Martin/Matthew Vandyke
Diretor(es): Marshall Curry
Distribuidor(es): WHY FOUNDATION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001506/2018-04
Requerente: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO
Episódio: POR FAVOR VOTE EM MIM (PLEASE VOTE FOR ME, Dinamarca / China - 2007)
Título da Série: HISTÓRIAS DO MUNDO - TEMPORADA III
Episódio(s): 3
Produtor(es): Weijun Chen
Diretor(es): Weijun CHen
Distribuidor(es): WHY FOUNDATION

Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001508/2018-95
Requerente: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO
Filme: ALIAS MARIA (Colômbia - 2015)
Produtor(es): Federico Durán
Diretor(es): José Luis Rugeles
Distribuidor(es): ELO COMPANY
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001511/2018-17
Requerente: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO
Conjunto de Episódios: ALÉM DOS MUROS (Brasil - 2018)
Episódio(s): 01 A 05
Produtor(es): Crisge Produções Audiovisuais Ltda-ME
Diretor(es): Robney Bruno Almeida
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Drogas
Processo: 08017.001596/2018-25
Requerente: CRISGE PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA-ME
Filme: O CONFEITEIRO (THE CAKEMAKER, Alemanha / Israel - 2017)
Produtor(es): Ofir Raul Griazer/Jiries Copti/Mathias Schwerbrock /Itai Tamir
Diretor(es): Ofir Raul Griazer
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Nudez e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001670/2018-11
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.
Filme: ASAKO 1 & 2 (França / Japão - 2018)
Produtor(es): Yuji Sadai/Teruhisa Yamamoto/Yasuhiko Hattori
Diretor(es): Ryusuke Hamaguchi
Distribuidor(es): ZETA FILMES LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.001697/2018-04
Requerente: ZETA FILMES LTDA.
Trailer: SHADE - ENTRE BRUXAS E HERÓIS (ZLOGONJE, Sérvia / Macedônia - 2018)
Produtor(es): Action Production Ltd
Diretor(es): Rasko Miljkovic
Distribuidor(es): CINEMATOGRÁFICA DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001700/2018-81
Requerente: CINEMATOGRÁFICA DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.189 de 03 de agosto de 2018, publicada no DOU de 06 de agosto de 2018, resolve;

Despacho nº 218/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.043581/2018-13
Filme: "HOMEM-ARANHA: NO ARANHAVERSO " - Reconsideração
Requerente: SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos

CONSIDERANDO que o requerente entrou com pedido de reconsideração de classificação indicativa da obra "HOMEM-ARANHA: NO ARANHAVERSO", protocolado em 11 de dezembro de 2018, com a pretensão de não recomendado para menores de 10 (dez) anos.

CONSIDERANDO que a obra foi classificada como "não recomendado para menores de 12 (doze) anos" por conter violência, conforme publicação no Diário Oficial da União de 10 de dezembro de 2018.

CONSIDERANDO que, após nova análise, constatou-se que o atenuante de contexto fantasioso se sobressai ao conteúdo violento apresentado na obra, nos termos do Guia Prático de Classificação Indicativa, resolve:

Deferir o pedido de reconsideração do filme "HOMEM-ARANHA: NO ARANHAVERSO", alterando sua classificação para "não recomendado para menores de 10 (dez) anos", reiterando a importância para a obra do bloco temático de violência.

Despacho nº 219/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.023707/2015-91
Filme: "UM HOMEM, VÁRIAS MULHERES"
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A.
Emissora: TV Globo

CONSIDERANDO que a emissora exibiu a obra "UM HOMEM, VÁRIAS MULHERES" com autoclassificação "não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos", conforme requerimento protocolado em 10 de agosto de 2015 .

CONSIDERANDO que durante a análise da obra não foram constatados elementos suficientes para a manutenção da autoclassificação exibida, resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra "UM HOMEM, VÁRIAS MULHERES" e classificá-la como "não recomendado para menores de 14 (catorze) anos" por conter Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria, ficando o interessado na obrigação à nova classificação no prazo de 5 (cinco) dias e sempre quando houver a exibição da obra.

Despacho nº 221/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08017.001563/2018-85
Filme: "A MÃE "
Requerente: Empresa Brasil de Comunicação - EBC
Emissora: TV Brasil

CONSIDERANDO que a emissora exibiu a obra "A MÃE " com autoclassificação "não recomendado para menores de 14 (catorze) anos", conforme requerimento protocolado em 07 de novembro de 2018 .

CONSIDERANDO que durante a análise da obra não foram constatados elementos suficientes para a manutenção da autoclassificação exibida, resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra "A MÃE " e classificá-la como "não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos" por conter Conteúdo Sexual , Violência e Drogas Lícitas, ficando o interessado na obrigação à nova classificação no prazo de 5 (cinco) dias e sempre quando houver a exibição da obra.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.917, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Habilita Municípios no Programa "De Volta Pra Casa".

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

Considerando a Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003, que institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações; e

Considerando o Titulo I, Capítulo III, Seção I da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da regulamentação do Programa "De Volta para Casa", resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios a seguir, descritos no Programa "De Volta Para Casa".

PE	Itapissuma
MG	Monte Belo
PA	Rondon do Pará
RS	Santa Maria

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação desta Portaria, para formalizar a adesão do Município ao "Programa de Volta Pra Casa" junto à Secretaria de Atenção à Saúde/Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 3.925, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Estabelece recursos do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), destinados aos Hospitais Universitários Federais.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010, que institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), dispõe sobre o financiamento compartilhado dos Hospitais Universitários Federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais;

Considerando a Portaria Interministerial nº 883/MEC/MS/MP, de 5 de julho de 2010, que regulamenta o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010;

Considerando o Decreto nº 8.587, de 11 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a execução do Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF e altera o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010;

Considerando o Oficio - SEI nº 434/2018/PRES-EBSERH, de 07 de dezembro de 2018;

Considerando a pactuação do Comitê Gestor do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF); e

Considerando a pactuação entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, os gestores estaduais e os gestores municipais, no que diz respeito à assistência, ensino/pesquisa e a ampliação de serviços no sentido de atender às necessidades levantadas pelos gestores locais, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso orçamentário e financeiro, no montante de R$ 17.313.080,00 (dezessete milhões trezentos e treze mil e oitenta reais), correspondente ao recurso do REHUF a ser disponibilizado aos Hospitais Universitários Federais, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para descentralização orçamentária, no valor descrito. Os recursos financeiros correspondentes serão liberados mediante a comprovação da liquidação dos empenhos emitidos à conta dos créditos descentralizados, de forma a não comprometer o fluxo de caixa do Fundo Nacional de Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.20G8.0001.0000 - CUSTEIO - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

UG	IFES	Hospital	Sigla	GND	CUSTEIO
158220	UFRJ	Hospital Escola São Francisco de Assis	HESFA-UFRJ	339030	2.853.529,50
153150	UFRJ	Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira	IPPMG-UFRJ	339030	2.707.811,66
153147	UFRJ	Instituto de Ginecologia da UFRJ	IG-UFRJ	339030	2.596.439,38
153151	UFRJ	Instituto de Doenças do Tórax	IDT-UFRJ	339030	2.455.134,13
153148	UFRJ	Instituto de Neurologia Deolindo Couto	INDC-UFRJ	339039	2.162.867,52
153155	UFRJ	Maternidade Escola da UFRJ	ME-UFRJ	339030	1.925.179,51
153152	UFRJ	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho	HUCFF-UFRJ	339030	1.242.241,06
153149	UFRJ	Instituto de Psiquiatria	IPUB-UFRJ	339030	1.017.392,08
155125	UFSM	Hospital Universitário da Universidade de Santa Maria	HUSM-UFSM	339030	352.485,17
TOTAL GERAL					17.313.080,00

PORTARIA Nº 3.933, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Revoga a Portaria nº 3.516/GM/MS, de 26 de outubro de 2018, que aprova aditivo ao Componente Hospitalar do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e Municípios de Alagoas e estabelece recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Ofício nº 696/2018/SEAS/SESAU, de 7 de novembro de 2018, da Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas; e

Considerando a Resolução nº 29, de 24 de julho de 2017, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Alagoas-CIB/AL, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 3.516/GM/MS, de 26 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 209, de 30 de outubro de 2018, Seção 1, página 56, que aprova aditivo ao Componente Hospitalar do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e Municípios de Alagoas e estabelece recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 3.939, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RJ	ITABORAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABORAI	36000209624201800	81785125	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250001
TOTAL			1 PROPOSTAS			1.000.000,00	

PORTARIA Nº 3.940, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
CE	MARACANAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000235960201800	7.000.000,00	81785125	7.000.000,00	10122201545250001	5562465	7.000.000,00
TOTAL			1 PROPOSTAS	7.000.000,00					

PORTARIA Nº 3.941, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
CE	MARACANAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000235981201800	81785125	3.000.000,00	3.000.000,00	10122201545250001
TOTAL			1 PROPOSTAS			3.000.000,00	

PORTARIA Nº 3.946, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
CE	VARZEA ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARZEA ALEGRE	36000236156201800	220.000,00	20830007	220.000,00	10122201545250023	2562871	220.000,00
PR	CURITIBA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO PARANA - FUNSAUDE	36000236757201800	150.000,00	36800001	150.000,00	10122201545254173	2590727	150.000,00
RS	ANTONIO PRADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000236476201800	150.000,00	28930002	150.000,00	10122201545250043	2241072	150.000,00
RS	FARROUPILHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FARROUPILHA	36000236473201800	200.000,00	28930002	200.000,00	10122201545250043	2240335	200.000,00
TOTAL			4 PROPOSTAS	720.000,00					

PORTARIA Nº 3.947, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
BA	JEREMOABO	FUNDO MINICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	36000210955201800	500.000,00	81785125	500.000,00	10122201545250001	6414281	500.000,00
BA	PRADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000211050201800	250.000,00	81785125	250.000,00	10122201545250001	6402801	250.000,00
GO	IVOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IVOLANDIA	36000219314201800	400.000,00	81785125	400.000,00	10122201545250001	6764649	400.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUQUE DE CAXIAS	36000219694201800	3.400.000,00	81785125	3.400.000,00	10122201545250001	5371120	3.400.000,00
TOTAL			4 PROPOSTAS	4.550.000,00					

PORTARIA Nº 3.948, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	GLORIA	FMS-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210963201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
BA	JUCURUCU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210945201800	81785125	250.000,00	250.000,00	10122201545250001
BA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210927201800	81785125	250.000,00	250.000,00	10122201545250001
BA	NOVO TRIUNFO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO TRIUNFO	36000211061201800	81785125	250.000,00	250.000,00	10122201545250001
BA	PLANALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO	36000210987201800	81785125	500.000,00	500.000,00	10122201545250001
BA	SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210974201800	81785125	910.997,00	910.997,00	10122201545250001
BA	TAPIRAMUTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000210983201800	81785125	250.000,00	250.000,00	10122201545250001
BA	UNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UNA	36000210928201800	81785125	250.000,00	250.000,00	10122201545250001
GO	BONFINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000219317201800	81785125	200.000,00	200.000,00	10122201545250001
MG	GRAO MOGOL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000210583201800	81785125	100.000,00	100.000,00	10122201545250001
TOTAL			10 PROPOSTAS			3.460.997,00	

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 3.635/GM/MS de 13 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 219, de 14 de novembro de 2018, Seção 1, página 70,

Onde se lê:

"a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção."

Leia-se:

"a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma."

Onde se lê:

Art. 1º - "a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção."

Leia-se:

Art 1º "a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma."

Onde se lê:

"ANEXO

À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO"

Leia-se:

"ANEXO

À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE REFORMA"

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 1.233, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 27, realizada em 4 de dezembro de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: GADOR DO BRASIL - COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA.
CNPJ: 11.291.720/0001-70
Processo: 25351.329036/2018-51
Expediente: 0988780/18-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acatou o Parecer nº 420/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: CENTRO AUDITIVO TELEX LTDA.
CNPJ: 33.060.302/0001-04
Processo: 25752.119951/2018-17
Expediente: 0291641/18-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acatou o Parecer nº 415/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: KOMPORT COMERCIAL IMPORTADORA S. A.
CNPJ: 07.409.820/0001-80
Processo: 25741.194086/2018-17
Expediente: 0425021/18-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acatou o Parecer nº 408/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: POLITEC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 43.894.609/0001-64
Processo: 25767.251720/2018-38
Expediente: 0479777/18-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acatou o Parecer nº 425/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: ZOGBI EXPORT COM. EXP E IMP. LTDA.
CNPJ: 11.857.793/0001-86
Processo: 25751.239695/2018-93
Expediente: 0407495/18-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acatou o Parecer nº 439/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: CMS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 03.301.390/0001-28
Processo: 25351.220039/2014-13
Expediente: 0781983/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acatou o Parecer nº 467/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: MERCK S/A
CNPJ: 33.069.212/0001-84
Processo: 25752.161066/2018-31
Expediente: 0291682/18-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acatou o Parecer nº 412/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: MERCK S/A
CNPJ: 33.069.212/0001-84
Processo: 25752.148266/2018-06
Expediente: 0291643/18-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acatou o Parecer nº 424/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: NT IND. E COM. EXPORT. E IMPORT. DE ARTIGOS PARA PRESENTES E UTENSÍLIOS DO LAR LTDA.
CNPJ: 07.909.374/0001-73
Processo: 25741.308478/2018-70
Expediente: 0490153/18-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acatou o Parecer nº 430/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: RTCG COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - ME
CNPJ: 20.922.249/0001-61
Processo: 25741.168874/2018-58
Expediente: 0291681/18-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, devolver o processo à área técnica para avaliação dos resultados do Laudo de Análise nº 225.1P.0/2018, decisão quanto ao licenciamento de importação e consequentemente, quanto à desinterdição ou não da carga, nos termos do voto do relator - Voto nº 84/2018/Terceira Diretoria/Anvisa.
Recorrente: BEM ESTAR PET FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO VETERINÁRIA LTDA.
CNPJ: 27.603.955/0001-90
Processo: 25351.189015/2018-96
Expediente: 0534715/18-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acatou o Parecer nº 366/2018 - Coare/Dimon.
Recorrente: BECKMAN COULTER DO BRASIL COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LABORATÓRIO LTDA.
CNPJ: 42.160.812/0006-59
Processo: 25741.255281/2018-21
Expediente: 0504306/18-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acatou o Parecer nº 426/2018 - Coare/Dimon.

ARESTO Nº 1.234, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n°27, realizada em 4 de dezembro de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Fort Química LTDA.
CNPJ: 05.109.805/0001-91
Processo: 25351.009852/2012-57
Expediente: 826681/186
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acatou o Parecer nº 8/2018 - CRCOS/GHCOS/DIARE.
Recorrente: GPI Costa industrial LTDA
CNPJ: 05.083.645/0001-59
Processo: 25351.480009/2017-90
Expediente: 0924216/18-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acatou o Parecer nº 7/2018 - CRCOS/GHCOS/DIARE.
Recorrente: Isoquímica Industrial LTDA.
CNPJ: 00.467.702/0001-80
Processo: 25351.165481/2018-86
Expediente: 1027252/18-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER o recurso por EXAURIMENTO da esfera administrativa, acompanhando a posição do relator que acatou o Parecer nº 10/2018 - CRCOS/GHCOS/DIARE.

DESPACHO N° 309, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, II, IX, §§ 1º, 3º e 4º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve aprovar proposta de iniciativa em Anexo bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme fluxo previsto no art. 6º, § 1º, da Orientação de Serviço nº 30, de 4 de maio de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente

ANEXO

Processo nº: 25351.911164/2018-42 - SEI
Agenda Regulatória 2017-2020: Não é tema da Agenda
Assunto: "Guia para a hemovigilância no Brasil - 2ª edição"
Diretor-Relator: William Dib - DIMON
Área responsável: GHBIO / GGMON / DIMON

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.365, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária Substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, §1° e ao art. 172, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018;

Considerando o artigo 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando a comunicação voluntária da empresa Beaufour Ipsen Farmacêutica Ltda, o qual refere o roubo de carga do medicamento Dysport 300U, (toxina botulínica A), pó liófilo injetável, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote N21207 do medicamento Dysport 300U, toxina botulínica A, (registro 1.6977.0001.003-1), pó liófilo injetável, fabricado em 16/09/2018 e com prazo de validade 31/08/2020, da empresa Beaufour Ipsen Farmacêutica Ltda (CNPJ: 03.485.572/0001-04).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao lote do produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

PORTARIA Nº 73, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Torna pública a decisão de não incorporar o evolocumabe para tratamento de pacientes com hipercolesterolemia familiar homozigótica (HFHo) no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Não incorporar o evolocumabe para tratamento de pacientes com hipercolesterolemia familiar homozigótica (HFHo) no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art.3º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela CONITEC caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 74, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Torna pública a decisão de não incorporar o procedimento especifico para o uso do sistema robótico para prostatectomia em oncologia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Não incorporar o procedimento especifico para o uso do sistema robótico para prostatectomia em oncologia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 3º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela CONITEC caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 329, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO HENRIQUE DE MELLO

ANEXO

NOME	RNE	RMS	PROCESSO/SIPAR
MARIA HELENA KLEIN DURAN	G10267-B	4300617	25000.078186/2014-47

Ministério da Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 233, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Aprova o Regulamento da Medalha Mérito da Força Nacional Soldado Luis Pedro de Souza Gomes.

O MINISTRO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 2º, parágrafo único, do Decreto nº 9.565, de 16 de novembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento da Medalha Mérito da Força Nacional Soldado Luis Pedro de Souza Gomes.

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE DA MEDALHA

Art. 2º A Medalha Mérito da Força Nacional Soldado Luis Pedro de Souza Gomes é um reconhecimento às autoridades e aos profissionais pelos relevantes e excepcionais serviços prestados à Força Nacional de Segurança Pública e àqueles que, durante sua mobilização, distinguiram-se no exercício de suas atividades, bem como tenham se destacado por suas atitudes, dedicação e capacidade profissional, contribuindo de modo eficaz para elevar o prestígio da Força Nacional, junto à sociedade e às outras organizações.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO

Art. 3º A Medalha Mérito da Força Nacional Soldado Luis Pedro de Souza Gomes será composta pelos seguintes graus:

I - Honra Federativa;

II - Distinção Federativa; e

III - Pacto Federativo.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DAS MEDALHAS

Art. 4º A Medalha Mérito da Força Nacional Soldado Luis Pedro de Souza Gomes no grau Honra Federativa será concedida pelo Ministro de Estado da Segurança Pública ao profissional que tenha sofrido ferimento de natureza grave ou que tenha se destacado pela bravura em ação, enquanto pertencente à Força Nacional de Segurança Pública.

§ 1º Para efeito da concessão da Medalha, considera-se ferimento de natureza grave aquele que seja decorrente da ação vinculada às Operações da Força Nacional de Segurança Pública, que:

I - impossibilite o profissional do exercício de suas atividades normais por mais de trinta dias;

II - tenha causado risco de morte; ou

III - tenha resultado em mutilação, amputação, deformidade ou enfermidade incurável.

§ 2º O ferimento descrito no § 1º deverá ser atestado oficialmente por junta médica, constituída especialmente para este fim.

§ 3º Entende-se por bravura as ações desencadeadas por ato incomum de coragem ou alto valor, de maneira consciente e voluntária, com evidente risco à integridade física, e cujo mérito transcende em valor, audácia e coragem quaisquer considerações de natureza negativa quanto à imprudência, porventura, cometida.

§ 4º Não se consideram atos de bravura:

I - o praticado por quem tenha o dever legal de enfrentar uma situação de perigo, cujo sacrifício era razoável dentro das circunstâncias;

II - se o perigo tenha sido causado voluntariamente ou culposamente pelo agente; e

III - o praticado em benefício do agente ou de pessoa de seu parentesco, até o 4º grau, inclusive.

Art. 5º A Medalha Mérito da Força Nacional Soldado Luis Pedro de Souza Gomes no grau Distinção Federativa será concedida ao profissional que, no exercício da atividade operacional ou em razão da função, tenha praticado ato de coragem ou de alto valor, não configurado como bravura, ou tenha prestado notáveis e excepcionais contribuições à Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 6º A Medalha Mérito da Força Nacional Soldado Luis Pedro de Souza Gomes no grau Pacto Federativo será concedida ao profissional que tenha servido por um período mínimo de dois anos na Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, ininterruptos ou intercalados, sendo assim, digno desta especial condecoração.

Art. 7º São requisitos obrigatórios para fins de concessão da condecoração:

I - não ter sido condenado pela Justiça Comum ou Militar, ainda que tenha sido beneficiado por sursis, indulto ou perdão;

II - não possuir registro de fato desabonador de sua conduta nos últimos cinco anos; e

III - não estar respondendo a Processo Administrativo Disciplinar, Conselho de Disciplina ou de Justificação.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO E DA CONCESSÃO DA MEDALHA

Art. 8º A administração e o processamento da concessão da Medalha Mérito da Força Nacional Soldado Luis Pedro de Souza Gomes estará a cargo de um Conselho, composto por até quatro membros, a serem designados em portaria própria, além do Diretor da Força Nacional de Segurança Pública, que figurará como membro nato.

Parágrafo único. O Conselho será presidido pelo Diretor da Força Nacional de Segurança Pública e secretariado por quem lhe for designado.

Art. 9º O Conselho reunir-se-á, mediante convocação de seu Presidente, com a presença da maioria de seus membros e decidirá pela maioria de votos, cabendo ainda ao Presidente o voto de qualidade.

Parágrafo único. As razões de indeferimento de candidaturas adotadas pelo Conselho da Medalha observarão o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 10. As propostas de candidatos à medalha e ao diploma serão apresentadas ao Conselho por intermédio de seus membros ou ainda por algum dos Coordenadores-Gerais da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública.

§ 1º O Ministro da Segurança Pública e o Secretário Nacional de Segurança Pública poderão proceder indicações ou vedações, para o recebimento da honraria prevista nesta Portaria.

§ 2º Quando o indicado for o Diretor da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, a proposta deverá partir do Secretário Nacional de Segurança Pública ou do Ministro da Segurança Pública.

Art. 11. A entrega das condecorações será efetuada, sempre que possível, no dia 29 de novembro, data em que se comemora o aniversário da Força Nacional de Segurança Pública, em solenidade comemorativa, ou em outra data fixada pelo Conselho, que melhor convier ao evento.

Art. 12. Os membros do Conselho não farão jus a quaisquer tipos de remuneração, salvo o recebimento de diárias e transporte, em caso de deslocamento, na forma da lei e do e do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 13. O Presidente do Conselho tem as seguintes atribuições:

I - presidir as sessões; e

II - decidir, ad referendum do Conselho, em caso de urgência, sobre assuntos relativos à Medalha Mérito da Força Nacional Soldado Luis Pedro de Souza Gomes.

Art. 14. O Secretário do Conselho tem as seguintes atribuições:

I - secretariar as sessões e redigir as respectivas atas;

II - providenciar o preparo das propostas de concessão a serem submetidas ao Conselho;

III - providenciar as minutas de Portaria e diplomas dos agraciados;

IV - organizar o arquivo;

V - preparar e expedir a correspondência relacionada com a Medalha e o Diploma Mérito da Força Nacional Soldado Luis Pedro de Souza Gomes;

VI - manter atualizado o livro de registro dos agraciados; e

VII - ter sob sua responsabilidade a guarda dos documentos, medalhas, diplomas e cadastro dos agraciados.

Art. 15. As indicações, observadas as prescrições desta Portaria, serão apresentadas ao Presidente do Conselho da Medalha, anualmente, até a data de 31 de outubro.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho poderá receber indicações intempestivas, desde que devidamente justificado.

Art. 16. Depois de analisados todos os casos, o Presidente do Conselho deverá submeter a decisão de conceder a Medalha Mérito da Força Nacional Soldado Luis Pedro de Souza Gomes ao Secretário Nacional de Segurança Pública, a quem compete submeter a proposta à apreciação do Ministro da Segurança Pública.

Art. 17. A Medalha Mérito da Força Nacional Soldado Luis Pedro de Souza Gomes será colocada no peito esquerdo dos agraciados, pelas maiores autoridades presentes.

§ 1º Simultaneamente com a medalha, será entregue o diploma da respectiva condecoração e o histórico da medalha, na forma do Anexo I.

§ 2º A concessão de mais de uma medalha, desde de que sejam de graus diferentes, não exclui o direito de uso da anterior.

Art. 18. As Medalhas serão confeccionadas na forma do Anexos II e nos termos da arte gráfica disponibilizada no sítio do Ministério da Segurança Pública: www.seguranca.gov.br.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Serão excluídos da relação dos agraciados os nomes dos condecorados que, findo o prazo máximo de dois anos, a contar da data fixada para entrega do diploma e da condecoração, por qualquer motivo, não os tenham recebido.

Parágrafo único. Serão ainda excluídos, a critério do Conselho, e à vista de elementos justificativos, os que tenham praticado atos que invalidem as razões pelas quais foram agraciados.

Art. 20. A Medalha poderá ser concedida como homenagem post mortem.

Art. 21. Os casos não previstos nesta Portaria serão dirimidos pelo Secretário Nacional de Segurança Pública.

Art. 22. As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias destinadas ao Ministério da Segurança Pública.

§ 1º Os agraciados nos Graus "Honra Federativa", "Distinção Federativa" e "Pacto Federativo" receberão a Medalha, o diploma da respectiva condecoração e o histórico da medalha, na forma do Anexo II.

Art. 23. Ficam convalidados os atos praticados pelo Ministro da Justiça e Secretário Nacional de Segurança Pública, a partir de 10 de outubro de 2013.

Art. 24. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

ANEXO I

DO HISTÓRICO DA MEDALHA

A Medalha "Mérito da Força Nacional - Soldado Luis Pedro de Souza Gomes" foi criada com a finalidade de premiar os seus mais preciosos membros, que durante sua mobilização perderam suas vidas, foram mutilados, praticaram ato de bravura ou prestaram excepcionais serviços à Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, valorizando e reconhecendo, assim, a dedicação e o mérito do profissional.

O nome da Medalha homenageia o Policial Militar do Estado do Mato Grosso do Sul, que foi vitimado em serviço no dia 14 de novembro de 2013, quando tentava resgatar um efetivo conjunto da Força Nacional, da Polícia Federal e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, que estava cercado e emboscado por mais de quinhentos agressores.

ANEXO II

DAS CARACTERÍSTICAS DA MEDALHA

Art. 1º A Medalha "Mérito da Força Nacional - Soldado Luis Pedro de Souza Gomes" e seus complementos em seus diferentes graus terão as seguintes características:

I - Honra Federativa:

a) No anverso, medalha com 35 mm de diâmetro por 4,5 de espessura no plano de maior relevo composta por um resplendor canelado em metal dourado polido sotoposto a duas espadas em metal dourado cruzadas em santor intercaladas aos braços de uma cruz negra contornada de branco e grená, filetada a ouro, sobreposta ao centro por uma coroa folhas de louro (laurus nobilis) em prata contornando o Brasão de Armas da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública em seus esmaltes originais e no verso, as mesmas características, com exceção da parte central, que é composta por uma peça circular abaulada esmaltada em verde contendo gravado a inscrição "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - HONRA FEDERATIVA" em ouro e em fonte "Palatino Linotype" contornando um círculo representando uma esfera celeste, idêntica a da Bandeira Nacional, observado rigorosamente o disposto da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971;

b) Passador: em metal dourado composto ao centro pelo Brasão de Armas da República Federativa do Brasil em seus esmaltes originais com 7 mm de diâmetro e ladeado por dois ramos de folhas de louro (laurus nobilis), cada um com 14 mm de comprimento;

c) Fita: de gorgorão de seda achamalotada medindo 35 mm de comprimento por 10 mm de largura composta por seis listras sendo as das extremidades na cor cinza com 6,5 mm de largura ladeadas internamente por duas na cor grená 10 mm de largura e ao centro duas faixas nas cores verde e amarela com 0,5 mm de largura, com as versões masculina e feminina apresentando as proporções e características descritas conforme desenhos anexos; e

d) Roseta: botão circular com 10 mm de diâmetro, forrado com a mesma fita da miniatura, com interior raiado, distribuído em oito raios e com um pino e fecho pega-ladrão, ambos em metal dourado no verso que deverá propiciar acabamento perfeito, sem rebarbas e garantindo ainda segurança e praticidade no uso.

II - Distinção Federativa:

a) No anverso, medalha com 35 mm de diâmetro por 4,5 de espessura no plano de maior relevo composta por um resplendor canelado em metal prateado polido sotoposto a duas espadas em metal dourado cruzadas em santor intercaladas aos braços de uma cruz negra contornada de branco e grená, filetada a prata, sobreposta ao centro por uma coroa folhas de prata (laurus nobilis) em prata contornando o Brasão de Armas da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública em seus esmaltes originais e no verso, as mesmas características, com exceção da parte central, que é composta por uma peça circular abaulada esmaltada em verde contendo gravado a inscrição "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - RECONHECIMENTO" em prata e em fonte "Palatino Linotype" contornando um círculo representando uma esfera celeste, idêntica a da Bandeira Nacional, observado rigorosamente o disposto da Lei nº 5.700, de 1971;

b) Passador: em metal prateado composto ao centro pelo Brasão de Armas da República Federativa do Brasil em seus esmaltes originais com 7 mm de diâmetro e ladeado por dois ramos de folhas de prata (laurus nobilis), cada um com 14 mm de comprimento;

c) Fita: de gorgorão de seda achamalotada medindo 35 mm de comprimento por 10 mm de largura composta por seis listras sendo as das extremidades na cor cinza com 6,5 mm de largura ladeadas internamente por duas na cor grená 10 mm de largura e ao centro duas faixas nas cores verde e amarela com 0,5 mm de largura, com as versões masculina e feminina apresentando as proporções e características descritas conforme desenhos anexos; e

d) Roseta: botão circular com 10 mm de diâmetro, forrado com a mesma fita da miniatura, com interior raiado, distribuído em oito raios e com um pino e fecho pega-ladrão, ambos em metal prateado no verso que deverá propiciar acabamento perfeito, sem rebarbas e garantindo ainda segurança e praticidade no uso.

III - Pacto Federativo:

a) No anverso, medalha com 35 mm de diâmetro por 4,5 de espessura no plano de maior relevo composta por um resplendor canelado em metal bronzeado polido sotoposto a duas espadas em metal bronzeado cruzadas em santor intercaladas aos braços de uma cruz negra contornada de branco e grená, filetada a prata, sobreposta ao centro por uma coroa folhas de bronze (laurus nobilis) em prata contornando o Brasão de Armas da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública em seus esmaltes originais e no verso, as mesmas características, com exceção da parte central, que é composta por uma peça circular abaulada esmaltada em verde contendo gravado a inscrição "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - SERVIÇOS PRESTADOS" em bronze e em fonte "Palatino Linotype" contornando um círculo representando uma esfera celeste, idêntica a da Bandeira Nacional, observado rigorosamente o disposto da Lei nº 5.700, de 1971;

b) Passador: em metal bronzeado composto ao centro pelo Brasão de Armas da República Federativa do Brasil em seus esmaltes originais com 7 mm de diâmetro e ladeado por dois ramos de folhas de bronze (laurus nobilis), cada um com 14 mm de comprimento;

c) Fita: de gorgorão de seda achamalotada medindo 35 mm de comprimento por 10 mm de largura composta por seis listras sendo as das extremidades na cor cinza com 6,5 mm de largura ladeadas internamente por duas na cor grená 10 mm de largura e ao centro duas faixas nas cores verde e amarela com 0,5 mm de largura, com as versões masculina e feminina apresentando as proporções e características descritas conforme desenhos anexos; e

d) Roseta: botão circular com 10 mm de diâmetro, forrado com a mesma fita da miniatura, com interior raiado, distribuído em oito raios e com um pino e fecho pega-ladrão, ambos em metal bronzeado no verso que deverá propiciar acabamento perfeito, sem rebarbas e garantindo ainda segurança e praticidade no uso.

Art. 2º A arte gráfica de todos os graus da Medalha "Mérito da Força Nacional - Soldado Luis Pedro de Souza Gomes" estarão disponíveis, em seu inteiro teor, no Gabinete do Ministro de Estado da Segurança Pública e no sítio do Ministério da Segurança Pública: www.seguranca.gov.br.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIA Nº 426, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018

Divulgar o resultado da apuração das metas institucionais do nono ciclo de avaliação de desempenho institucional.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e no uso das atribuições delegadas pelo art. 1º, inciso I e II, da Portaria SE nº 20, de 9 de março de 2018, resolve:

Divulgar o resultado da apuração das metas institucionais estabelecidas pela PORTARIA GAB DEPEN Nº 350, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018, relativo ao nono ciclo de avaliação de desempenho, referente ao período de 1º de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2018, na forma do anexo desta Portaria.

ANEXO I

À Portaria Nº 426, de 28 de novembro de 2018

Descrição da meta	Indicador	Formula de cálculo	Unidade de medida	Meta prevista	Resultado Final
Global Número de notas de empenho emitidas durante o ciclo.	**Quantidade de notas de empenhos emitidas no ciclo, levando em consideração a média dos dois (02) últimos anos.**	**((soma de notas de empenho emitidas (nov/17 a out/18) / MÉDIA das notas de empenho emitidas em 2016 e 2017)) * 100**	**Percentual**	**80%**	**109,15%**

Intermediária DIREX Executar processos de contratação constantes no planejamento de 2018 até o mês de outubro do mesmo ano.	Índice de execução de processos licitatórios planejados para 2018.	(soma PLE/PLD) X 100,onde: PLE - Somatório dos Processos Licitatórios Executados até outubro de 2018; PLD - Total de Processos Licitatórios constantes no planejamento de 2018.	Percentual	90%	362%
Intermediária DIRPP Implementar projeto para recebimento de 20 Planos Estaduais de Políticas para Mulheres pelo DEPEN.	Índice de apresentação de planos estaduais de Políticas para Mulheres pelas Unidades Federativas.	5% para cada Unidade Federativa que apresentar o Plano Estadual	Unidade	20	105%
Intermediária Gabinete Promover 49 turmas de capacitação de servidor do SPF (Sistema Penitenciário Federal) e para as Unidades Federativas através da ESPEN (Escola de Serviços Penais) no período do 9° Ciclo.	Índice de oferecimento de turmas de capacitação para o SPF e unidades federativas conforme Calendário de Cursos ESPEN.	(soma TCP/ TCC) X 100, onde: soma TCP - Total de turmas de capacitação previstas para o período; TCC - Total de turmas capacitadas no período	Percentual	80%	161,22%
Intermediárias DISPF Garantir o atendimento das assistências legais e constitucionais das pessoas presas no Sistema Penitenciário	Índice de atendimento nos serviços penais assistenciais no SPF	(AR/AD) X 100,onde: AR - Quantidade de atendimentos realizados; AD - Quantidade de atendimentos agendados	Percentual	80%	97,52%
Garantir a segurança dos Presídios Federais, evitando ocorrências de fugas e rebeliões	Índice de fugas e rebeliões registradas no âmbito do Sistema Penitenciário Federal	((F + R) / TPP),onde: F - fugas; R - rebeliões TPP- Total de Pessoas Presas		0	100%

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 7.230, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/106543 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SP MARKET CENTER, CNPJ nº 01.086.381/0001-36 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.792, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/103663 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0809-70 para atuar no Paraná.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.154, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/92201 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CATESEG- CENTRO AVANÇADO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA-ME, CNPJ nº 11.227.756/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 2419/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.250, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/71438 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa 3JB VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 14.248.734/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2777/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.788, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/102306 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve: CONCEDER autorização à empresa SINGULAR SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELLI -EPP, CNPJ nº 10.773.481/0001-21, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Revólveres calibre 38
118 (cento e dezoito) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.251, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/81060 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0085-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 2159/2018 (CNPJ nº 17.428.731/0085-43); nº 2225/2018 (CNPJ nº 17.428.731/0139-70); nº 2238/2018 (CNPJ nº 17.428.731/0113-31); nº 2518/2018 (CNPJ nº 17.428.731/0111-70); nº 2191/2018 (CNPJ nº 17.428.731/0093-53); nº 2292/2018 (CNPJ nº 17.428.731/0091-91); nº 2183/2018 (CNPJ nº 17.428.731/0086-24); nº 2416/2018 (CNPJ nº 17.428.731/0112-50); nº 2383/2018 (CNPJ nº 17.428.731/0094-34) e nº 2180/2018 (CNPJ nº 17.428.731/0090-00).

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.472, DE 1 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/94646 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARSENAL - SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 10.533.299/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2444/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.421, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/80028 - DPF/ILS/BA, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES GRAPIUNA LTDA ME, CNPJ nº 12.045.300/0001-76, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 2842/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/108677 - DPF/NIG/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa KANSAS SECURITY VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI ME, CNPJ nº 18.162.429/0001-40, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente DLP SECURITY SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 00.710.026/0001-23:
10 (dez) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Espingardas calibre 12
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
84 (oitenta e quatro) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.331, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/100471 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à

empresa VITÓRIAGATTI SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 12.094.349/0001-19, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 2570/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.410, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/97566 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa G.F. COBRA MATE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 02.762.216/0001-10, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente AMIXXAM VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - EPP, CNPJ nº 12.423.761/0001-35:

30 (trinta) Revólveres calibre 38

7 (sete) Pistolas calibre .380

18 (dezoito) Espingardas calibre 12

Da empresa cedente AMIXXAM VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - EPP, CNPJ nº 12.423.761/0001-35:

360 (trezentas e sessenta) Munições calibre 38

288 (duzentas e oitenta e oito) Munições calibre 12

266 (duzentas e sessenta e seis) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.405, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/80702 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PREVIX SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 29.689.516/0001-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2358/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.425, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/97009 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GMOCAL SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 23.597.161/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2493/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.432, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/111217 - DPF/PCA/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa WORLDWIDE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 16.815.585/0001-38, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

9 (nove) Revólveres calibre 38

162 (cento e sessenta e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.369, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/97525 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0023-98, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 2778/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.414, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/110862 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve: CONCEDER autorização à empresa FORMAV TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 13.284.866/0001-13, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

18 (dezoito) Espingardas calibre 12

24 (vinte e quatro) Pistolas calibre .380

4 (quatro) Revólveres calibre 38

72 (setenta e duas) Munições calibre 38

576 (quinhentas e setenta e seis) Munições calibre 12

1395 (uma mil e trezentas e noventa e cinco) Munições calibre .380

7 (sete) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo

7 (sete) Lançadores de munição não-letal no calibre 12 (doze)

7 (sete) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)

24 (vinte e quatro) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

27 (vinte e sete) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico

24 (vinte e quatro) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.427, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/97140 - DPF/CCM/SC, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMPRETEC VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 20.668.624/0001-99, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2763/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.314, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/105428 - DPF/JFA/MG, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VERONA VIGILANCIA LTDA EPP, CNPJ nº 03.718.884/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2783/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.327, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/94738 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve: CONCEDER autorização à empresa AMAZON SECURITY LTDA, CNPJ nº 04.718.633/0001-90, sediada no Amazonas, para adquirir:

Da empresa cedente VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA, CNPJ nº 63.724.470/0001-18:

54 (cinquenta e quatro) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

85 (oitenta e cinco) Revólveres calibre 38

2502 (duas mil e quinhentas e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.404, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/80643 - DPF/DVS/MG, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ABS SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - EPP, CNPJ nº 18.972.860/0001-52, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2302/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.423, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/88164 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EBF ESCOLA BAHIANA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 16.327.827/0001-44, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar na Bahia com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 2731/2018 (CNPJ nº 16.327.827/0001-44) e nº 2849/2018 (CNPJ nº 16.327.827/0004-97).

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.407, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/89548 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA IMESP, CNPJ nº 48.066.047/0001-84 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.437, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/111653 - DPF/ARU/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa SUPORTE CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 05.894.429/0001-93, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38

1000 (uma mil) Munições calibre .380

4000 (quatro mil) Munições calibre 12

40000 (quarenta mil) Munições calibre 38

6400 (seis mil e quatrocentas) Espoletas calibre 38

1000 (um mil) Gramas de pólvora

6400 (seis mil e quatrocentos) Projéteis calibre 38

2600 (duas mil e seiscentas) Espoletas calibre .380

2600 (dois mil e seiscentos) Projéteis calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

1 (uma) Arma de choque elétrico de contato direto

1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

20 (vinte) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.271, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/107501 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa ALSA FORT SEGURANCA - EIRELI, CNPJ nº 69.130.300/0001-91, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

500 (quinhentas) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.374, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/103356 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve: CONCEDER autorização à empresa GR - GARANTIA REAL SEGURANCA LTDA. , CNPJ nº 68.317.817/0004-74, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

121 (cento e vinte e uma) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 6.365, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/59413 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HELMUT TESSMANN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÓLEOS VEGETAIS LTDA, CNPJ nº 91.597.617/0001-91 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2442/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.360, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/89934 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MADEPAR S/A INDUSTRIA E COMERCIO, CNPJ nº 47.614.177/0003-03 para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2792/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.387, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/110822 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROBANK SEGURANÇA DE BENS E VALORES EIRELI, CNPJ nº 19.107.299/0001-06, sediada no Amazonas, para adquirir:

Da empresa cedente ESP ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 02.306.186/0001-37:

7 (sete) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

9 (nove) Revólveres calibre 38

240 (duzentas e quarenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.409, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/95542 - DPF/JVE/SC, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOARES SEGURANÇA PRIVADA LTDA. - ME, CNPJ nº 14.143.759/0003-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2625/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.420, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/75551 - DPF/SOD/SP, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SMA SEGURANÇA PRIVADA S/C LTDA, CNPJ nº 03.147.100/0001-33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2131/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 7.293, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/105417 - DPF/JVE/SC, resolve: declaraR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMPANHIA FABRIL LEPPER, CNPJ nº 84.683.887/0001-50 para atuar em Santa Catarina.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 4.099, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 32661/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a FORMUSSEG CENTRO DE FORMACAO E RECICLAGEM EM SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 12.829.179/0001-73, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/83735.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 4.196, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 33376/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a MARIMEX DESPACHOS TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 45.050.663/0001-59, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/83665.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 4.197, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 33377/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a L. P. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA, CNPJ nº 59.852.434/0001-62, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/83670.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 4.198, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 33378/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA , CNPJ nº 21.551.379/0007-93, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/83673.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 4.200, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 33383/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a 2CA BAR E LANCHONETE LIMITADA, CNPJ nº 22.023.473/0001-47, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/83685.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 4.201, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 33384/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a M.F. DOS SANTOS CHOPPERIA, CNPJ nº 09.311.395/0001-18, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/83687.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 4.202, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 33385/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a QUALITY SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 02.249.938/0001-75, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/83692.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 4.210, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 33393/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a FALCH SEGURANÇA EIRELI EPP, CNPJ nº 13.922.665/0001-02, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/83738.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 4.361, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 34332/2018, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2018/87758 instaurado em desfavor de a VISION SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., 13.457.362/0001-58, sediada em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 4.375, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 34347/2018, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2018/89639 instaurado em desfavor de a MANHATTAN'S SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI, 38.879.979/0001-92, sediada em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 33, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Saneamento Básico, para o exercício de 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, combinado com o art. 25 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 8.927, de 8 de dezembro de 2016, e

CONSIDERANDO o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, combinado com o art. 20 da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, os arts. 18 e 19 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, o art. 31, VIII, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e o art. 66 do Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, que aprovou o Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço,

CONSIDERANDO a Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração das propostas orçamentárias e para aplicação dos recursos do referido Fundo;

CONSIDERANDO a Resolução nº 903, de 13 de novembro de 2018, do Conselho Curador do FGTS, que aprova os orçamentos financeiro, operacional e econômico do FGTS para o exercício de 2019, e o orçamento plurianual de aplicação para o período 2020/2022;

CONSIDERANDO a Resolução nº 647, de 14 de dezembro de 2010, do Conselho Curador do FGTS, que altera o Anexo da Resolução nº 476, de 31 de maio de 2005, que dispõe sobre o Programa Saneamento para Todos; e

CONSIDERANDO as diretrizes para execução do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007;, resolve:

Art. 1º Estabelecer o orçamento operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Saneamento Básico, para o exercício de 2019, conforme disposto nos Anexos I e II desta Instrução Normativa.

Art. 2º O Agente Operador observará, na aplicação dos recursos de até R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais) para operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos, referente à área orçamentária de Saneamento Básico, os seguintes dispositivos, sem prejuízo da distribuição entre Unidades da Federação constante do Anexo II desta Instrução Normativa:

I - ficam destinados até R$ 2.400.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos milhões de reais) para operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos com mutuários do setor público; e

II - ficam destinados até R$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais) para operações de crédito no âmbito do Programa Saneamento para Todos com mutuários do setor privado.

Parágrafo único. Do valor estabelecido no Inciso II, poderá ser disponibilizado no máximo 20% desse recurso para contratação de operações de crédito na Modalidade Tratamento Industrial de Água e Efluentes Líquidos e Reúso de Água.

Art. 3º O Agente Operador disponibilizará ao Gestor da Aplicação informações no sítio eletrônico https://webp.caixa.gov.br/sicnl/, para fins de acompanhamento e avaliação da execução do Orçamento Operacional do FGTS, mantendo o sítio eletrônico devidamente atualizado, sem prejuízo de outros dados e informações que venham ser a qualquer tempo solicitados.

Art. 4º Os remanejamentos de recursos, entre regiões geográficas, Unidades da Federação e/ou áreas de aplicação, referentes ao orçamento operacional do FGTS para o exercício de 2019, poderão ser efetuados desde que o Agente Operador encaminhe ao Ministério das Cidades solicitação fundamentada para essas realizações.

Parágrafo único. O Agente Operador deverá encaminhar ao Ministério das Cidades, até o dia 29 de novembro de 2019, a solicitação de remanejamento de recursos de que trata o art. 4º.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

ALEXANDRE BALDY

ANEXO I
ORÇAMENTO OPERACIONAL 2019 - FGTS
PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS
ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO
PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS

Programa/Área de Aplicação	**Metas Físicas****	**Empregos Gerados**	**Valores** (Em R$ 1.000,00)
Saneamento para Todos - Setor Público	2.983.680	55.440	2.400.000
Saneamento para Todos - Setor Privado	1.989.120	36.960	1.600.000
TOTAL - SANEAMENTO BÁSICO	**4.972.800**	**92.400**	**4.000.000**

**Metas Físicas: Unidade de medida - Habitantes Beneficiados

ANEXO II
ORÇAMENTO OPERACIONAL 2019 - FGTS
PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS
ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO
PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS

UF/REGIÃO	**SANEAMENTO PARA TODOS** (Valores em R$ 1.000,00)		
	SETOR PÚBLICO	**SETOR PRIVADO**	**TOTAL**
RO	40.162	26.774	66.936
AC	12.067	8.045	20.112
AM	58.435	38.956	97.391
RR	3.212	2.141	5.353
PA	123.551	82.368	205.919
AP	21.515	14.344	35.859
TO	23.746	15.830	39.576
NORTE	**282.688**	**188.458**	**471.146**
MA	83.746	55.831	139.577
PI	30.076	20.051	50.127
CE	115.082	76.722	191.804
RN	48.265	32.176	80.441
PB	38.860	25.907	64.767
PE	114.424	76.282	190.706
AL	57.714	38.476	96.190
SE	24.026	16.017	40.043
BA	137.591	91.728	229.319
NORDESTE	**649.784**	**433.190**	**1.082.974**
MG	216.038	144.025	360.063
ES	42.268	28.179	70.447
RJ	297.771	198.514	496.285
SP	340.847	227.232	568.079
SUDESTE	**896.924**	**597.950**	**1.494.874**
PR	85.333	56.888	142.221
SC	111.008	74.006	185.014
RS	155.524	103.682	259.206
SUL	**351.865**	**234.576**	**568.441**
MS	49.283	32.855	82.138
MT	63.309	42.206	105.515
GO	90.536	60.358	150.894
DF	15.611	10.407	26.018
CENTRO OESTE	**218.739**	**145.826**	**364.565**
BRASIL	**2.400.000**	**1.600.000**	**4.000.000**

PORTARIA Nº 720, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Cadastro Habitacional (SNCH), de que trata a Portaria nº 163, de 6 de maio de 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 25, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, combinado com o art. 10 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e com o art. 11 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011;

Considerando que o Sistema Nacional de Cadastro Habitacional (SNCH) encontra-se em fase de implementação e, uma vez em operação, fornecerá aos entes federados e às entidades organizadoras as ferramentas necessárias para transferência dos cadastros de candidatos a beneficiários e seleção da demanda para o Programa Minha Casa, Minha Vida;

Considerando o que consta dos autos do processo nº 80000.015300/2010-11;, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido prazo até 31 de dezembro de 2019 para implementação do Sistema Nacional de Cadastro Habitacional (SNCH), instituído pela Portaria nº 163, de 6 de maio de 2016, a ser utilizado pelos estados, Distrito Federal, municípios e entidades organizadoras para a seleção de beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Art. 2º Durante o prazo estabelecido pelo art. 1º, os entes federados e as entidades organizadoras adotarão os seguintes procedimentos para a seleção dos beneficiários do PMCMV:

I - promoção ampla e prévia divulgação do processo de hierarquização e seleção dos candidatos, o qual deverá observar os critérios fixados nos itens 3 e 4 do Capítulo I e nos itens 4 e 5 do Capítulo II do Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida, aprovado pela Portaria nº 163, de 6 de maio de 2016;

II - envio ao Gestor Operacional do PMCMV (Caixa Econômica Federal), por meio do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, os dados dos candidatos para fins de pesquisa cadastral, na forma prevista no subitem 2.4 do Capítulo I e no subitem 3.4 do Capítulo II do Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida; e

III - promoção de ampla divulgação do resultado do sorteio dos candidatos e fornecimento de informações à instituição financeira contratante das operações, na forma prevista nos itens 5, 6 e 7 do Capítulo I e no item 6 do Capítulo II do Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Art. 3º O Gestor Operacional do PMCMV providenciará a inclusão no Portal do Governo Federal das informações a que se referem o item 8 do Capítulo I e o item 7 do Capítulo II do Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida, aprovado pela Portaria nº 163, de 6 de maio de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

PORTARIA Nº 719, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Institui metodologia para auditoria e certificação de informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), relacionada aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que compete ao Ministério das Cidades, por intermédio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, administrar o SNIS e que este será sucedido pelo Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), instituído pelo art. 53 da Lei nº 11.445, de 2007;

Considerando o objetivo do SNIS de coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

Considerando a relevância do SNIS para o fortalecimento da sistematização e da publicidade das informações de interesse do setor de saneamento básico;

Considerando a necessidade de aumentar a confiabilidade das informações declaradas pelos prestadores de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário ao SNIS;

Considerando a necessidade de padronizar a metodologia a ser observada pelas entidades reguladoras dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para a auditoria e certificação das informações do SNIS, revolve:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A presente Portaria estabelece metodologia para aplicação dos procedimentos de auditoria e certificação das informações do SNIS sobre os prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sob responsabilidade das entidades reguladoras.

Parágrafo único. A auditoria e certificação mencionada no caput:

I - deve informar os níveis de confiança e exatidão das informações que compõem o SNIS;

II - aumenta a segurança em relação aos diversos usos das informações relacionadas aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do SNIS;

III - dissemina entre os prestadores as melhores práticas da gestão de informações.

Art. 2º. Para os fins desta Portaria consideram-se:

I - Auditoria: processo sistemático, documentado e independente para obter evidências e avaliá-las objetivamente para determinar a extensão na qual os critérios da auditoria são atendidos;

II - Evidências: informações que fundamentam os resultados da auditoria. Devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecerem base sólida para as conclusões e recomendações;

III - Fator de Risco: situações ou circunstâncias que podem levar ao aumento da probabilidade de ocorrência de um risco;

IV - Nível de Confiança: indica o grau de segurança com que o prestador de serviços é capaz de gerar informações confiáveis;

V - Nível de Exatidão: determina o quanto os números informados refletem com precisão os eventos ocorridos;

VI - Risco: potencial de inconsistência de informações do prestador de serviços causada por um evento ou série de eventos, que pode afetar de forma negativa os indicadores gerados pelo SNIS;

VII - Testes de Controle: visam aferir a segurança dos controles internos estabelecidos pela administração do prestador de serviços que estão em efetivo funcionamento;

VIII - Testes Substantivos: visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações do prestador de serviços.

CAPÍTULO II - DO PLANEJAMENTO DA AUDITORIA

Art. 3º. O Planejamento constitui uma etapa crítica para realização do processo de auditoria, e deve:

I - orientar o auditor a dedicar atenção apropriada às áreas importantes da auditoria;

II - apoiar o auditor na organização adequada do trabalho de auditoria para que ele seja realizado de forma eficaz e eficiente;

III - nortear a seleção de uma equipe de trabalho com a qualificação e as competências necessárias.

Art. 4º. Para a auditoria e a certificação das informações do SNIS, as seguintes atividades deverão ser realizadas: estabelecimento da estratégia global da auditoria; preparação do plano de auditoria; elaboração do cronograma de atividades; e definição da infraestrutura, materiais, equipamentos e recursos humanos necessários.

CAPÍTULO III - DA EXECUÇÃO DA AUDITORIA

Art. 5º. O método desenvolvido para auditar e certificar as informações fornecidas pelos prestadores de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao SNIS é composto por 5 (cinco) etapas:

I - Mapeamento de Processos: realizado para entender os processos de geração das informações do SNIS. Este mapeamento permitirá a identificação dos principais riscos que possam afetar a qualidade da informação. Inclui-se nesta etapa elaboração de fluxogramas de processos, técnica de representação gráfica que utiliza símbolos previamente convencionados, permitindo a descrição clara e precisa do fluxo, ou sequência de um processo, bem como sua análise e redesenho;

II - Identificação de Riscos: subsidiam a definição de controles-chaves que constituirão a base de análise do nível de confiança. Utilizam-se diretrizes do COSO (Committee of Sponsoring Organizations - Enterprise Risk Management 2016), da Norma ISO 27001 - Sistemas de Gestão de Segurança da Informação e do COBIT 5 - Governança de Tecnologia da Informação;

III - Avaliação de Confiança: após a identificação dos riscos e controles relativos ao processo de geração das informações faz-se necessário estruturar procedimentos que possibilitem avaliar se os controles encontram-se implementados e são eficazes. Nesta etapa são aplicados os testes de controle que compõem a Avaliação de Confiança das Informações declaradas ao SNIS pelos prestadores. Cada controle avaliado possui um ou mais atributos que devem ser testados pelas entidades reguladoras;

IV - Avaliação de Exatidão: o nível de exatidão determina o quanto os números informados refletem com precisão os eventos ocorridos. Para tanto, os testes substantivos foram desenvolvidos para avaliar o nível de exatidão dos números declarados pelo prestador para cada informação. A extensão dos procedimentos substantivos depende do nível de confiança avaliado previamente. A classificação de cada informação quanto à exatidão é dada com base no desvio encontrado depois da aplicação dos procedimentos substantivos;

V - Certificação das Informações: é estabelecida a partir da combinação das análises de confiança e de exatidão, a fim de alcançar uma avaliação única, por meio de notas. A partir da certificação deve-se sugerir recomendações e realizar o acompanhamento da implementação das melhorias.

Art. 6º. A certificação a que se refere o inciso V do Art. 5º é dada por meio de notas, com as descrições de cada uma indicada a seguir:

I - NC: Não certificado. A informação não passou pelo processo de auditoria e certificação;

II - Nota 1: A informação possui baixo nível de confiança e, portanto, não teve exatidão avaliada;

III - Nota 2: A informação possui um médio nível de confiança e teve sua exatidão avaliada como baixa ou a exatidão não foi avaliada;

IV - Nota 3: A informação possui um alto nível de confiança e teve sua exatidão avaliada como baixa ou a exatidão não foi avaliada;

V - Nota 4: A informação possui níveis médios de confiança e exatidão;

VI - Nota 5: A informação possui um médio nível de exatidão e um alto nível de confiança;

VII - Nota 6: A informação possui um alto nível de exatidão e um médio nível de confiança;

VIII - Nota 7: A informação possui níveis máximos de confiança e exatidão.

Art. 7º. Para alocação das informações de sistemas integrados ou de municípios atendidos pelo mesmo prestador, que não podem ser alocadas diretamente por serviço ou por município, deve-se utilizar critérios uniformes de rateio.

CAPÍTULO IV - DO ENCERRAMENTO DA AUDITORIA

Art. 8º. Após a execução dos procedimentos de auditoria e certificação das Informações do SNIS, deverão ser gerados dois relatórios:

I - Relatório Final de Auditoria: será encaminhado ao prestador de serviços reportando as constatações encontradas, os aspectos identificados e as evidências coletadas. O mesmo deverá conter toda a documentação associada à execução das atividades, resultados e recomendações, bem como será o instrumento para a validação formal dos pontos levantados;

II - Relatório de Certificação das Informações: depois de efetuados todos os procedimentos da auditoria e apurados os resultados, as informações do SNIS serão certificadas. O Relatório de Certificação terá como objetivo divulgar os resultados da avaliação da qualidade e certificação das informações.

Art. 9º. A auditoria é encerrada quando as atividades detalhadas no Plano de Auditoria são finalizadas e o relatório de auditoria é concluído e aprovado.

CAPÍTULO V - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 10º. A entidade reguladora que aderir a esta certificação, publicará o Relatório de Certificação das Informações do SNIS, disponibilizado em meio eletrônico em sítio próprio e no sítio do SNIS.

§ 1º. O Relatório de Certificação é válido apenas para o ano de referência das informações utilizadas.

§ 2º. O Relatório de Certificação das Informações do SNIS, depois de disponibilizado em sítio próprio, deverá ser enviado para o e-mail do SNIS (snis.ae@cidades.gov.br).

§ 3º. O SNIS somente publicará Relatório de Certificação elaborado nos termos da presente Portaria.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º. Fica a entidade reguladora de Serviços de Abastecimento de Água ou de Esgotamento Sanitário, caso adote a metodologia de certificação de informações do SNIS, obrigada a utilizar o "Guia de Auditoria e Certificação das Informações fornecidas pelos prestadores de serviços de saneamento ao SNIS", disponível no sítio eletrônico do SNIS (www.snis.gov.br).

Parágrafo único. As matrizes para aplicação dos Testes de Controle e dos Testes Substantivos, critérios uniformes de rateio de informações e detalhamento das diretrizes apresentadas nesta Portaria, encontram-se no guia mencionado no caput.

Art. 12º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

PORTARIA Nº 717, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Divulga seleção de propostas do Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 01), apresentadas pelas Prefeituras Municipais de Alfenas/MG, Bom Retiro do Sul/RS e São José do Sul/RS no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Setor Público.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, c/c o art. 20 da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, c/c artigos 18 e 19 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, c/c art. 31, VIII da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, c/c art. 25 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, de 13 de junho de 1995,

Considerando a Instrução Normativa n° 27, de 11 de julho de 2017, que regulamentou a reformulação do Programa e Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE;

Considerando a Instrução Normativa n° 28, de 11 de julho de 2017, que estabeleceu procedimento específico de enquadramento e seleção de proposta de operação de crédito no Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 1), apresentada no âmbito do Programa PRÓ-TRANSPORTE;

Considerando que as propostas cumpriram as etapas de enquadramento prévio e validação pelo Agente Financeiro, resolve:

Art. 1º Tornar pública, na forma de Anexo, a seleção das propostas das Prefeituras Municipais de Alfenas/MG, Bom Retiro do Sul/RS e São José do Sul/RS apresentadas no Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 01).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

ANEXO

SELEÇÃO AVANÇAR CIDADES - MOBILIDADE URBANA (GRUPO 01) - PRÓ-TRANSPORTE - SETOR PÚBLICO

Proponente	Protocolo	Objeto	Agente Financeiro	Valor de Financiamento
Prefeitura Municipal de Alfenas/MG	578.24.2009/2017	Obras de Qualificação Viária, Elaboração de Estudos e Projetos do Município de Alfenas/MG	Caixa Econômica Federal - CAIXA	R$ 17.005.717,17
Prefeitura Municipal de Bom Retiro do Sul/RS	1506.2.0801/2018	Obras de Qualificação Viária do Município de Bom Retiro do Sul/RS	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE	R$ 4.534.909,17
Prefeitura Municipal de São José do Sul/RS	1408.2.2612/2017	Obras de Qualificação Viária do Município de São José do Sul/RS	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE	R$ 2.405.392,34

PORTARIA Nº 718, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Divulga seleção de propostas do Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 01), apresentadas pelas Prefeituras Municipais de Camargo/RS, Gurupi/TO, Ivaí/PR, Massaranduba/SC e São Marcos/RS no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Setor Público.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, c/c o art. 20 da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, c/c artigos 18 e 19 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, c/c art. 31, VIII da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, c/c art. 25 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, de 13 de junho de 1995,

Considerando a Instrução Normativa n° 27, de 11 de julho de 2017, que regulamentou a reformulação do Programa e Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE;

Considerando a Instrução Normativa n° 28, de 11 de julho de 2017, que estabeleceu procedimento específico de enquadramento e seleção de proposta de operação de crédito no Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 1), apresentada no âmbito do Programa PRÓ-TRANSPORTE;

Considerando que as propostas cumpriram as etapas de enquadramento prévio e validação pelo Agente Financeiro, resolve:

Art. 1º Tornar pública, na forma de Anexo, a seleção das propostas das Prefeituras Municipais de Camargo/RS, Gurupi/TO, Ivaí/PR, Massaranduba/SC e São Marcos/RS apresentadas no Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 01).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

ANEXO

SELEÇÃO AVANÇAR CIDADES - MOBILIDADE URBANA (GRUPO 01) - PRÓ-TRANSPORTE - SETOR PÚBLICO

Proponente	Protocolo	Objeto	Agente Financeiro	Valor de Financiamento
Prefeitura Municipal de Camargo/RS	1187.2.2911/2017	Obras de Qualificação Viária do Município de Camargo/RS	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE	R$ 1.300.000,00
Prefeitura Municipal de Gurupi/TO	1582.2.2301/2018	Obras de Qualificação Viária do Município de Gurupi/TO	Caixa Econômica Federal - CAIXA	R$ 19.000.000,00
Prefeitura Municipal de Ivaí/PR	816.2.1110/2017	Obras de Qualificação Viária do Município de Ivaí/PR	Caixa Econômica Federal - CAIXA	R$ 4.750.000,00
Prefeitura Municipal de Massaranduba/SC	215.2.2308/2017	Obras de Qualificação Viária do Município de Massaranduba/SC	Caixa Econômica Federal - CAIXA	R$ 4.897.085,06
Prefeitura Municipal de São Marcos/RS	674.2.2809/2017	Obras de Qualificação Viária do Município de São Marcos/RS	Caixa Econômica Federal - CAIXA	R$ 5.760.093,16

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 1.425, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.005542/2018-45, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, da licença de funcionamento à pessoa jurídica CEIVE CENTRO DE INSPEÇÃO VEICULAR LTDA, CNPJ nº 26.541.901/0001-84, situada no Município de Divinopolis - MG, Rodovia Presidente Tancredo Neves, nº 6401, Bom Pastor, CEP: 35.500-680 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.426, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.029354/2018-11, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa MARIA LÚCIA RODRIGUES DE MEDEIROS - ME, inscrita no CNPJ nº 06.992.799/0001-26, localizada na Rua da Galera, nº 1855, bairro Redenção, Teresina - PI, CEP 64.017-810, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.427, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.029772/2018-08, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa RM PLACAS AUTOMOTIVAS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 30.122.235/0001-17, localizada na Rua Ponto Certo, nº 15, Bairro Ponto Certo, Camaçari - BA, CEP: 42.801-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.428, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.032028/2018-82, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa MB PLACAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 89.119.168/0001-24, localizada na Avenida José do Patrocínio, nº 520, Bairro São Judas, Bagé - RS, CEP: 96.415-500, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.429, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.029441/2018-60, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa RONEY SANTOS RIBEIRO - ME, inscrita no CNPJ nº 29.918.214/0001-23, localizada na Rua Cristovão Colombo, nº 361, Loja 02, bairro Cristovão Colombo, Vila Velha - ES, CEP: 29.106-595, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.430, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.036974/2018-06, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa SABRINA RIOS ME NOME FANTASIA SM PLACAS, inscrita no CNPJ nº 31.635.898/0001-06, localizada na Avenida Governador Walter Jobim, nª 668, Bairro Patronato, Santa Maria - RS, CEP: 97.020-355, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.431, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.030705/2018-28, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PLACAMINAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 86.491.750/0001-29, localizada na Praça Coronel Francisco Gomes, nº 138, sala 1, bairro Centro, Passos - MG, CEP: 37.900-186, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.432, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.028741/2018-21, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa LUIZ VASCONCELOS PLACA - ME, inscrita no CNPJ Nº 01.249.789/0001-81, localizada na Rua Goiás, nº 3243, Bairro Centro, Jaru - RO, CEP: 76.890-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.433, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.026726/2018-49, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa MARIA DO CARMO GOMES DE LIMA PLACAS - ME, inscrita no CNPJ 02.438.706/0001-65, localizada na Av. Cícero Batista de Oliveira, n° 1877, bairro Prado, Gravatá - PE, CEP 55.642-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.434, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.028901/2018-32, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa C & K COMÉRCIO DE PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 11.056.073/0001-11, localizada na Av. João Caetano do Nascimento, nº 749, bairro Limoeiro, Caratinga - MG, CEP 35.300-104, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.435, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.036109/2018-51, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa L. E. DA COSTA BELO PLACAS - ME, inscrita no CNPJ nº 11.108.609/0001-03, localizada na Av. Doutor Francisco Correa, nº 1769, bairro Pixete, São Lourenço da Mata - PE, CEP: 54.725-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.436, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.034449/2018-48, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PLACAS MIL FABRICAÇÃO DE PLACAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 31.709.376/0002-84, localizada na Rua Humberto de Campos, nº 101, Quadra 01, bairro Jurema, Vitória da Conquista - BA, CEP: 45.023-140, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.437, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.029156/2018-49, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa R.R. FÁBRICA DE PLACAS AUTOMOTIVAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 09.531.370/0001-20, localizada na Rua Afonso Pena, nº 5442, bairro São Cristovão, Rolim Moura - RO, CEP 76.940-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.438, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.023288/2018-67, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa METALPLACAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 72.097.132/0002-75, localizada na Rua Domingos Peneda, nº 2143, bairro Vila São Vicente, Paranaguá - PR, CEP 83.209-575, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.439, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.028938/2018-61, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa MECÂNICA INDUSTRIAL JOTAMAC LTDA, inscrita no CNPJ 75.119.446/0001-39, localizada na Avenida João Manoel dos Santos Ribas, nº 615-A, Centro, Ponta Grossa - PR, CEP: 85.051-410, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.440, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.031036/2018-10, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa FREITAS SOBRAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 14.237.808/0001-00, localizada no CAM Dezesseis, nº 11, bairro Jardim Primavera, Itabuna - MG, CEP 45.608-858, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.441, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.034528/2018-59, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa SINAL VERDE COMÉRCIO DE PLACAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.438.531/0003-95, localizada na Avenida Lauro de Freitas, nº 1268, Centro, Dias D'avila - BA, CEP: 42.850-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.442, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.022600/2018-03, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa METALPLAKE FÁBRICA DE PLACAS LTDA - ME?, inscrita no CNPJ nº 76.816.362/0001-17, localizada na Rua Prefeito Dib Cherem, nº 2480, bairro Capoeiras, Florianópolis - SC, CEP 88.090-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.443, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.027912/2018-03, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa COMÉRCIO DE PLACAS STIL E TONIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 73.532.962/0001-65, localizada na Avenida Circular, nº 639, Centro, Lagoa Vermelha - RS, CEP: 95.300-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.444, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.034120/2018-87, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa MARIA GORETE DA SILVA PLACAS - ME, inscrita no CNPJ nº 04.512.354/0001-76, localizada na Av Rio Grande do Sul, nº 149, bairro Cidade da Esperança, Natal - RN, CEP 59.071-110, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.445, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.027950/2018-58, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa VINICIUS QUEIROZ DE CAMARGO - ME, inscrita no CNPJ nº 07.016.129/0001-37, localizada na Av. Gal. Flores da Cunha, nº 05, sala 1, bairro Centro, Seberi - RS, CEP 98.380-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.446, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.034779/2018-33, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa PLACAMIX FÁBRICA DE PLACAS E TARJETAS VEICULAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.001.575/0001-70, localizada na Avenida Brasil, nº 9501, fundos, loja A-1, bairro Mariano Procopio, Juiz de Fora - MG, CEP - 36.080-060, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 1.447, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.030885/2018-48, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa MARA LÚCIA HERMES - ME, inscrita no CNPJ nº 08.490.233/0001-21, localizada na Rua Ernesto Matheis, nº 618, bairro Várzea, Santa Cruz do Sul - RS, CEP 96.814-204, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria, para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º - A integração ao Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, somente será realizada quando da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução Contran nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 994, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a expedição de carteira de identidade funcional pelo Ministério das Relações Exteriores.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 54.769, de 30 de outubro de 1964, no Decreto nº 5.703, de 15 de fevereiro de 2006 e no Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º A carteira de identidade funcional tem fé pública em todo o território nacional.

Parágrafo único. As carteiras de identidade funcional emitidas até a entrada em vigor desta portaria continuarão válidas em todo o território nacional até 1º de janeiro de 2029.

Art. 2º A carteira de identidade funcional será assinada pelo Diretor do Departamento do Serviço Exterior, que poderá, em caso de impedimentos legais, subdelegar sua competência.

Art. 3º Terão direito à carteira de identidade funcional:

I - os servidores ativos do Serviço Exterior Brasileiro (Diplomatas, Oficiais de Chancelaria e Assistentes de Chancelaria);

II os servidores ativos de outras categorias do Quadro ou Tabela Permanente do Ministério das Relações Exteriores;

III - os servidores ativos ocupantes de cargos ou funções previstos na Estrutura Regimental do Ministério das Relações Exteriores, quando não pertencentes aos seus quadros e enquanto permanecerem no exercício dos respectivos cargos ou funções.

IV - Os estrangeiros que, por reunião familiar, sejam portadores de passaporte diplomático ou oficial brasileiro, em conformidade com o art. 82, § 2º do Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017.

Parágrafo único. A aposentadoria, exoneração, demissão ou qualquer forma de cessação do exercício dos servidores elencados nos incisos I e II tornam nulo, de pleno direto, o cartão de identidade funcional expedido, obrigando-se o identificado a restituí-lo, sob as penas da lei, aplicando-se o mesmo a seus dependentes.

Art. 4º As carteiras de identidade funcional serão expedidas de acordo com as especificações constantes do Anexo a esta Portaria, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome completo;
II - data de nascimento;
III - número do Registro Diplomático na base de dados do Ministério das Relações Exteriores;
IV - número do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
V - matrícula SIAPE;
VI - carreira;
VII - filiação;
VIII - nacionalidade;
IX - naturalidade;
X - fotografia;
XI- digital do titular;
XII - assinatura do portador;
XIII - validade;
XIV - numeração da via impressa;
XV - data de expedição da CIF-MRE;
XVI - assinatura da autoridade expedidora;
XVII - grupo sanguíneo; e
XVIII - opção por doador de órgãos.

§ 1º É facultativa a declaração do grupo sanguíneo e do fator RH, assumindo o interessado toda e qualquer responsabilidade decorrente da omissão.

§ 2º O servidor deverá informar seu nome completo, salvo no caso em que este exceda o número de caracteres permitidos, situação em que poderá abreviar sobrenome(s), desde que não o último.

Art. 5º Os prazos de validade da carteira funcional serão os seguintes:

I - Servidores ativos do Serviço Exterior Brasileiro (Diplomatas, Oficiais de Chancelaria e Assistentes de Chancelaria) e de outras categorias do Quadro ou Tabela Permanente do Ministério das Relações Exteriores: 10 (dez) anos, contados a partir da data de requerimento do documento, desde que não exceda a data de sua aposentadoria compulsória;

II - Servidores cedidos de outros órgãos: 1 (um) ano, renovável pelo prazo que perdurar a cessão;

§ 1º Servidores mencionados no inciso I, enquanto ainda em estágio probatório, terão a carteira válida por apenas 3 (três) anos, contados a partir da data da posse, sendo sua renovação condicionada à confirmação no serviço público.

§ 2º A validade da carteira de identidade dos estrangeiros que, por reunião familiar, sejam portadores de passaporte diplomático ou oficial brasileiro será idêntica à do servidor titular.

Art. 6º É obrigatório para expedição da carteira de identidade, que o servidor:

I - apresente formulário devidamente preenchido;

II - assine termo de entrega, pelo qual confere a correção dos dados e toma ciência das regras que regem o uso e a validade do documento, bem como as condições mediante as quais deverá devolvê-lo para sua invalidação.

Parágrafo único. A expedição da segunda via da carteira de identidade será efetuada mediante requerimento do interessado, exigindo-se a apresentação da carteira anterior, que deverá estar em vias de expirar dentro dos próximos 365 dias, para sua invalidação, ou, na ausência desse documento, boletim de ocorrência informando de seu extravio.

Art. 7º O servidor aposentado, exonerado, demitido ou que de qualquer forma tenha cessado o exercício no Ministério das Relações Exteriores deverá restituir as carteiras de identidade funcional à Divisão do Pessoal.

Art. 8º Os casos omissos serão decididos pelo Diretor do Departamento do Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 9º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Revoga-se a Portaria nº 434, de 25 de outubro de 2002.

ANEXO

Especificações da Carteira de Identidade Funcional
do Ministério das Relações Exteriores (CIF-MRE)

Art. 1º A CIF-MRE será produzida conforme as especificações constantes na norma ISO IEC 7816-1, e corresponderá, em suas dimensões e resistências físicas, aos documentos do tipo ID-1 (largura: 85,6 +/- 0,12 mm; altura: 53,98 +/- 0,05 mm; espessura: 0,76 +/- 0,08 mm; cantos arredondados com o raio de 3,18 +/- 0,30 mm).

Art. 2º A CIF-MRE consistirá em cartão produzido em substrato sintético, formado por uma camada central (core) em substrato microporoso misto de poliolefina e sílica, laminada em frente e verso.

Art. 3º A CIF-MRE terá as seguintes características e itens de segurança:

I - no anverso:

a) Brasão da República em cores reais, impresso em policromia;
b) Tarja com guilhoches negativos, textos e microvioletas;
c) Fundo numismático simplex com Brasão da República incorporado ao fundo íris;
d) Logotipo do Ministério das Relações Exteriores impresso em película de segurança;
e) Imagem escondida por filtro com a sigla "BR";
d) Tarja com tinta anti-stoke;
e) Fundo visível apenas com luz ultra-violeta, em vermelho: Brasão da República ao centro e dizeres "Autêntico".

II - no verso:

a) A palavra "BRASIL" em tinta de variação óptica (OVI);
b) Fotografia fantasma do titular;
c) Fundo numismático simplex com Brasão da República incorporado ao fundo íris.

Art. 4º A CIF-MRE conterá código para consulta eletrônica às bases de dados do Ministério das Relações Exteriores, de forma a permitir a verificação de dados e da validade do documento.

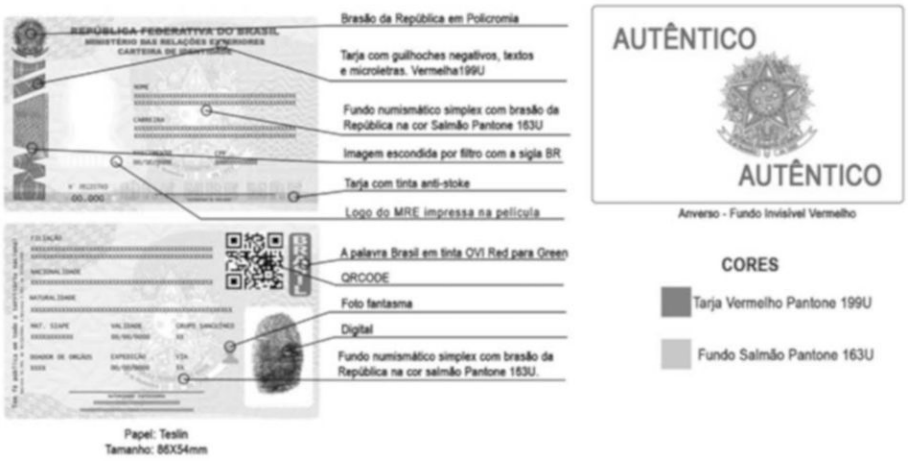
Art. 5º É o seguinte o modelo da CIF-MRE:

Parágrafo único. São os seguintes os itens de segurança:

ALOYSIO NUNES FERREIRA







Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo DNPM nº 48420.890101/1994. Interessada: Olaria Perim Ltda. - ME. Assunto: Recurso Hierárquico interposto com suporte no art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em face de Decisão do Senhor Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, de 7 de junho de 2018, que denega Pedido de Reconsideração e mantém o indeferimento do Requerimento de Concessão de Lavra apresentado pela Interessada. Despacho: Nos termos do Parecer nº 121/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 379/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 385/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, não conheço do Recurso.

Processo DNPM nº 48410.800897/2012. Interessada: Saint Gobain do Brasil Produtos Industriais para Construção Ltda. Assunto: Recurso Hierárquico Impróprio interposto com suporte no art. 19, § 1º, do Código de Mineração, em face de Decisão do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, publicada no Diário Oficial da União de 29 de setembro de 2017, que denega Pedido de Reconsideração e mantém o indeferimento do Requerimento de Prorrogação do Alvará de Pesquisa apresentado pela Interessada. Despacho: Nos termos do Parecer nº 327/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 754/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 778/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, não conheço do Recurso.

Processo DNPM nº 48410.800898/2012. Interessada: Saint Gobain do Brasil Produtos Industriais para Construção Ltda. Assunto: Recurso Hierárquico Impróprio interposto com suporte no art. 19, § 1º, do Código de Mineração, em face de Decisão do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, publicada no Diário Oficial da União de 29 de setembro de 2017, que denega Pedido de Reconsideração e mantém o indeferimento do Requerimento de Prorrogação do Alvará de Pesquisa apresentado pela Interessada. Despacho: Nos termos do Parecer nº 322/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 749/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 770/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, não conheço do Recurso.

MARCIO FELIX CARVALHO BEZERRA
Ministro
Interino

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.496, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O SUBSTITUTO DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004971/2018-51. Interessados: Centrais Elétricas de Rondônia S/A. - Ceron, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Centrais Elétricas de Rondônia S/A. - Ceron, a vigorar a partir de 13 de dezembro de 2018, e dá outras providências.

A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

RODRIGO LIMP NASCIMENTO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.497, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O SUBSTITUTO DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.00004967/2018-93. Interessados: Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica--CCEE, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre, a vigorar a partir de 13 de dezembro de 2018 a 12 de dezembro de 2019, e dá outras providências.

A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

RODRIGO LIMP NASCIMENTO

DESPACHO Nº 2.980, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O SUBSTITUTO DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 5.273, de 21 de agosto de 2018, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004967/2018-93, decide negar provimento ao pedido de medida cautelar apresentado pela Energisa S.A. tendo em vista a perda de objeto, uma vez que a empresa já efetivou a quitação dos débitos apontados no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL e está adimplente.

RODRIGO LIMP NASCIMENTO

DESPACHO N° 2.935, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O SUBSTITUTO DO DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 5.273, de 21 de agosto de 2018, conforme a Portaria nº 5.273, de 21 de agosto de 2018, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005769/2018-47, resolve conhecer do requerimento administrativo interposto pela Companhia Energética do Piauí - Cepisa, com vistas a suspensão da aplicação de penalidades regulatórias, decorrentes de inadimplência na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e, no mérito, dar -lhe provimento, para autorizar a Concessionária a participar dos mecanismos de contratação de energia, inclusive do Mecanismo de Contratação de Sobras e Déficits de Energia Nova - MCSDEN A-1, cujo prazo limite de declaração é 11 de dezembro de 2018, desde que quitados ou negociados os débitos adquiridos no período em que prestava, como Designada, serviço público de distribuição de energia elétrica.

RODRIGO LIMP NASCIMENTO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Autorizativa nº 7.047, de 22 de maio de 2018, constante no Processo nº 48500.006168/2017-71, publicada no D.O. de 30.05.2018, seção 1, p. 97, v. 155, n. 103, foi alterado o anexo I. A íntegra dessa Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO Nº 2.996, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 5.318, de 18 de setembro de 2018, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000808/2018-10 resolve registrar que os documentos de constituição das Sociedades de Propósito Específico descritas na tabela deste Despacho foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 03/2018-ANEEL (A-6/2018):

SEQ.	PROCESSO	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	EMPREENDIMENTO
1	48500.005113/2018-24	Diamantino Energia LTDA CNPJ: 16.964.472/0001-02	CGH Diamantino
2	48500.005146/2018-74	Ventos de São Fernando II Energia S/A CNPJ: 32.132.033/0001-81	EOL São Fernando 2

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.805, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Processos nº 48500.005624/2018-46. Interessado: Livre Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: Autorizar a Livre Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.119.226/0001-30, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANA CLAUDIA CIRINO DOS SANTOS
Superintendente Adjunta

DESPACHOS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Nº 2.876 - Processo nº 48500.001913/2015-23. Interessado: Chafariz 1 Energia Renovável S.A. Decisão: i) alterar a Potência Instalada da EOL Chafariz 1, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.PB.034639-0.01, de 31.500 kW para 34.650 kW; ii) alterar o posicionamento georreferenciado dos aerogeradores da usina; e iii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da usina.

Nº 2.877 - Processo nº 48500.001914/2015-78. Interessado: Chafariz 2 Energia Renovável S.A. Decisão: i) alterar a Potência Instalada da EOL Chafariz 2, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.PB. 034640-3.01, de 33.600 kW para 34.650 kW; ii) alterar o posicionamento georreferenciado dos aerogeradores da usina; e iii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da usina.

Nº 2.878 - Processo nº 48500.001966/2015-44. Interessado: Chafariz 3 Energia Renovável S.A. Decisão: i) alterar a Potência Instalada da EOL Chafariz 3, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.PB. 034642-0.01, de 31.500 kW para 34.650 kW; ii) alterar o posicionamento georreferenciado dos aerogeradores da usina; e iii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da usina.

Nº 2.879 - Processo nº 48500.004784/2015-01. Interessado: Chafariz 3 Energia Renovável S.A. Decisão: i) alterar a Potência Instalada da EOL Chafariz 3, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.PB. 035184-9.01, de 29.400 kW para 31.185 kW; ii) alterar o posicionamento georreferenciado dos aerogeradores da usina; e iii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da usina.

Nº 2.880 - Processo nº 48500.000433/2015-98. Interessado: Chafariz 7 Energia Renovável S.A. Decisão: i) alterar a Potência Instalada da EOL Chafariz 7, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.PB. 037058-1.01, de 33.600 kW para 34.650 kW; ii) alterar o posicionamento georreferenciado dos aerogeradores da usina; e iii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da usina.

Nº 2.881 - Processo nº 48500.004782/2015-36. Interessado: Canoas 2 Energia Renovável S.A. Decisão: i) alterar a Potência Instalada da EOL Canoas 2, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.PB. 035181-4.01, de 33.600 kW para 34.650 kW; ii) alterar o posicionamento georreferenciado dos aerogeradores da usina; e iii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da usina.

Nº 2.882 - Processo nº 48500.000428/2018-85. Interessado: Canoas 4 Energia Renovável S.A. Decisão: i) alterar a Potência Instalada da EOL Canoas 4, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.PB. 037953-0.01, de 33.600 kW para 34.650 kW; ii) alterar o posicionamento georreferenciado dos aerogeradores da usina; e iii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da usina.

Nº 2.883 - Processo nº 48500.000434/2018-32. Interessado: Lagoa 3 Energia Renovável S.A. Decisão: i) alterar a Potência Instalada da EOL Lagoa 3, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.PB. 038029-6.01, de 33.600 kW para 34.650 kW; ii) alterar o posicionamento georreferenciado dos aerogeradores da usina; e iii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da usina.

Nº 2.884 - Processo nº 48500.000435/2018-87. Interessado: Lagoa 4 Energia Renovável S.A. Decisão: i) alterar a Potência Instalada da EOL Lagoa 4, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) EOL.CV.PB. 038030-0.01, de 21.000 kW para 20.790 kW; ii) alterar o posicionamento georreferenciado dos aerogeradores da usina; e iii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da usina.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.894, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Processos nºs 48500.005743/2018-07, 48500.005731/2018-74 e 48500.005744/2018-43. Interessado: N F Energias Renováveis SPE Ltda. Decisão: registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) das Centrais Geradoras Fotovoltaicas (UFV) Nova Esperança I, Nova Esperança II e Nova Esperança III, localizadas no município de Parazinho, no estado do Rio Grande do Norte.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.895, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.001864/2018-71. Interessado: Brennand Energia Eólica S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Baraúnas XX, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.BA.036993-4.01, localizada no município de Sento Sé, no estado da Bahia.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANA CLÁUDIA CIRINO DOS SANTOS
Superintendente Adjunta

DESPACHO Nº 2.896, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Processos nº 48500.003012/2018-19. Interessado: Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UTE Parnaíba 5A e 5B, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UTE.GN.MA.040562-0.01, com 363.200 kW de Potência Instalada, localizada no município de Santo Antônio dos Lopes, no estado do Maranhão.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.920, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.005335/2018-47. Interessado: Welt Energia Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Palmito, cadastrada sob o CEG PCH.PH.GO.041903-6.01, localizada no rio São Francisco, no estado de Goiás; (ii) o DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART(s) e arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sitio da ANEEL; e (iv) considerando que o presente eixo integra inventário aprovado anteriormente à Resolução Normativa nº 673, publicada em 31 de agosto de 2015, não serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento, nos termos do art. 6° da mesma Resolução.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.922, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Processos nº 48500.005933/2018-16. Interessado: Evo Energia Ltda. Decisão: Autorizar a Evo Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.902.608/0001-72, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHOS DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Nº 2.926 - Processos nº 48500.002698/2008-59. Interessado: Cofco International Brasil S.A. Decisão: alterar, sem modificar a potência instalada, as características técnicas da Usina Termelétrica (UTE) Meridiano, localizada no município de Meridiano, estado de São Paulo, que passará a ser constituída de 1 turbogerador com turbina de contrapressão e 30.000 kW de potência; e 1 turbogerador com turbina de condensação e 30.000 kW de potência.

Nº 2.927 - Processos nº 48500.000042/2010-16. Interessado: Cofco International Brasil S.A. Decisão: alterar, sem modificar a potência instalada, as características técnicas da Usina Termelétrica (UTE) Noble Energia II, localizada no município de Meridiano, estado de São Paulo, que passará a ser constituída de 1 turbogerador com turbina de contrapressão e 30.000 kW de potência.

Nº 2.928 - Processo nº 48500.003088/2014-11. Interessado: Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 8 S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Ventos de Santa Esperança 08, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.BA.034661-6.01, localizada no município de Morro do Chapéu, no estado da Bahia.

Nº 2.929 - Processo nº 48500.002755/2015-29. Interessado: Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 25 S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Ventos de Santa Esperança 25, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.BA.034513-0.01, localizada no município de Morro do Chapéu, no estado da Bahia.

Nº 2.930 - Processo nº 48500.002756/2015-73. Interessado: Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 26 S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Ventos de Santa Esperança 26, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.BA.034514-8.01, localizada no município de Morro do Chapéu, no estado da Bahia.

A íntegra destes despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.977, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Processos nºs 48500.005649/2018-40, 48500.005650/2018-74, 48500.005651/2018-19, 48500.005652/2018-63, 48500.005653/2018-16 e 48500.005654/2018-52. Interessado: Ribeiro Gonçalves Energia Solar SPE Ltda. Decisão: registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) das Centrais Geradoras Fotovoltaicas (UFV) Ribeiro Gonçalves I, Ribeiro Gonçalves II, Ribeiro Gonçalves III, Ribeiro Gonçalves IV, Ribeiro Gonçalves V e Ribeiro Gonçalves VI, localizadas no município de Ribeiro Gonçalves, no estado do Piauí.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.998, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.005673/2013-74, resolve alterar os despachos nº 3.017, de 18 de setembro de 2017, e nº 2.625, de 16 de novembro de 2018, para liberar POR TEMPO INDETERMINADO a operação comercial das unidades geradoras UG1 e UG2, de 189.550 kW cada uma, totalizando 379.100 kW de capacidade instalada, da UTE Mauá 3, Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.GN.AM.031888-4.01, localizada no município de Manaus, estado do Amazonas, de titularidade da empresa Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.

HÉLVIO NEVES GUERRA

DESPACHOS DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 13 de dezembro de 2018.

Nº 3.000 - Processo nº 48500.000516/2017-04. Interessados: Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda. Usina UFV Juazeiro Solar III. Unidades Geradoras: UG1 a UG30, de 1.000 kW cada, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Juazeiro, Estado da Bahia.

Nº 2.999 - Processo nº 48500.000055/2017-61. Interessados: Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A. Usina: EOL Aura Lagoa do Barro 02. Unidades Geradoras: UG1 a UG9, de 3.000 kW cada, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Lagoa do Barro do Piauí, Estado do Piauí.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHOS DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 13 de dezembro de 2018.

Nº 3.002 - Processo nº 48500.001813/2018-40. Interessados: Delta 5 II Energia S.A. Usina: EOL Delta 5 II. Unidades Geradoras: UG1 a UG4, com 2.700 kW cada, totalizando 10.800 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Paulino Neves, Estado do Maranhão.

Nº 3.001 - Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessados: Bom Retiro Geração de Energia Ltda. Usina: CGH Bom Retiro Chapecó. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 1.500 kW cada, totalizando 3.000 kW de capacidade instalada, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Municípios de Chapecó e Guatambú, Estado de Santa Catarina.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 2.956, de 11 de dezembro de 2018, publicado no DOU nº 238, de 12 de dezembro de 2018, seção 1, página 87, onde se lê: "Unidades Geradoras: UG1 a UG12, de 2.350 kW cada, totalizando 28.200 kW de capacidade instalada", leia-se: "Unidades Geradoras: UG1 a UG11, de 2.350 kW cada, totalizando 25.850 kW de capacidade instalada".

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 2.941, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.006244/2018-29. Interessada: Argentum Energia SPE Ltda.. Decisão: anuir previamente à transferência de controle da Interessada que passará a ser detido pela Stradella Participações Societárias Ltda..

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.979, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.006150/2018-50. Interessadas: Ampla Energia e Serviços S.A. - Ampla, Companhia Energética do Ceará - Coelce e Celg Distribuição S.A. - Celg. Decisão: Anuir previamente à celebração do Instrumento Particular de Mútuo entre as Interessadas (mutuárias) e Enel Brasil S.A. - ENEL BRASIL e/ou Enel Finance International N.V. - EFI (mutuantes).

A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 982, de 20 de abril de 2016, publicado no D.O de 25 de abril de 2016, seção 1, p. 45, v. 153, n. 77, constante do Processo nº 48500.002200/2016-68, incluir no texto as usinas que tiveram os respectivos lançamentos de Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE anulados. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Onde se lê:

"I - Anular, com base no Poder de Autotutela que recai sobre a Administração e nas informações constantes do processo de referência, o lançamento da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE realizado por meio do Despacho n. 076, de 15 de janeiro de 2015, ao agente Guascor do Brasil Ltda."

Leia-se:

"I - Anular, com base no Poder de Autotutela que recai sobre a Administração e nas informações constantes do processo de referência, os lançamentos da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, realizados por meio do Despacho n. 076, de 15 de janeiro de 2015, ao agente Guascor do Brasil Ltda, relacionados aos empreendimentos Abunã, Chupinguaia e São Sebastião"

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO Nº 2.936, DE 11 DEZEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.005686/2018-58. Interessados: Enel Distribuição Ceará e Maria Lenice Alves Bezerra. Decisão: negar provimento à solicitação da Sra. Maria Lenice Alves Bezerra.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

AUTORIZAÇÃO Nº 1.228, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22, de 11 de abril de 2014, concede os registros dos produtos abaixo:

Nº DESPACHO	RAZÃO SOCIAL DO DETENTOR	CNPJ DO DETENTOR	MARCA COMERCIAL	PROCESSO	REGISTRO
102234	TEXSA DO BRASIL LTDA	04.608.635/0001-27	MONTANA DYNAMIC HYDROMEC PLUS	48600.200095/2018-64	19019
99704	TEXSA DO BRASIL LTDA	04.608.635/0001-27	MONTANA DYNAMIC HYDROMEC PLUS	48600.200097/2018-53	19019
101908	MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA	59.104.273/0001-29	ÓLEO PARA MOTOR DIESEL MERCEDES BENZ 228.3	48600.200106/2018-14	14356
101843	TOTAL LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA	71.770.689/0001-81	E-SYN-VI AMT/AT	48600.200108/2018-03	19161
101915	MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA	59.104.273/0001-29	ÓLEO PARA MOTOR GASOLINA MB 229.5	48600.200119/2018-85	18037
99141	PDV BRASIL COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	04.780.146/0001-58	HIDRALUB AW	48600.200130/2018-45	6624
101979	MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA	59.104.273/0001-29	OLEO PARA MOTOR DIESEL E GASOLINA 229.51	48600.200132/2018-34	15194
101902	MERCEDES BENZ DO BRASIL LTDA	59.104.273/0001-29	ÓLEO PARA MOTOR GASOLINA MB 229.5	48600.200137/2018-67	18037
97518	YPF BRASIL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	03.972.433/0001-05	HIDRO ATF D-III	48600.200167/2018-73	3497
97640	LEIDINGER REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP	01.598.243/0001-36	BIOBASED EP-2/LEIDINGER	48600.200300/2018-91	19154
97522	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	05.131.638/0001-85	VEGAS SUPER GEAR	48600.200303/2018-25	19153
97581	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	05.131.638/0001-85	VEGAS SUPER GEAR	48600.200304/2018-70	19153
100235	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	05.131.638/0001-85	VEGAS SUPER GEAR	48600.200316/2018-02	19153
100193	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	05.131.638/0001-85	VEGAS SUPER GEAR	48600.200317/2018-49	19153
100535	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	05.131.638/0001-85	VEGAS SUPER GEAR	48600.200318/2018-93	19153
99473	PDV BRASIL COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	04.780.146/0001-58	MAXI DIESEL PLUS CH-4	48600.200319/2018-38	19155
98055	CASTROL BRASIL LTDA	33.194.978/0001-90	EDGE 0W-40 A3/B4	48600.200339/2018-17	16442
100062	XAERUS BRASIL IMPORTACAO E COMERCIALIZACAO DE LUBRIFICANTES LTDA	27.326.352/0001-98	XA 501	48600.200346/2018-19	19156
100070	XAERUS BRASIL IMPORTACAO E COMERCIALIZACAO DE LUBRIFICANTES LTDA	27.326.352/0001-98	XR 108	48600.200376/2018-17	19157
101865	P. PRADO SOUSA LUBRIFICANTES	30.154.676/0001-09	ALTUM SINTÉTICO 507	48600.200377/2018-61	19162
100671	YPF BRASIL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	03.972.433/0001-05	HELICOIDAL R	48600.200381/2018-20	2526
100681	YPF BRASIL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	03.972.433/0001-05	HIPOIDAL	48600.200382/2018-74	1382
100690	YPF BRASIL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	03.972.433/0001-05	HIPOIDAL SUPER S	48600.200383/2018-19	8547
100714	EPIROC BRASIL COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS E SERVICOS PARA MINERACAO E CONSTRUCAO LTDA	28.763.819/0001-20	GRAXA EPIROC J89	48600.200384/2018-63	19159
100735	EPIROC BRASIL COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS E SERVICOS PARA MINERACAO E CONSTRUCAO LTDA	28.763.819/0001-20	EPIROC REFRIGERANTE R134A	48600.200385/2018-16	19160
97471	CASTROL BRASIL LTDA	33.194.978/0001-90	EDGE PROFESSIONAL C1 5W-30	48600.200387/2018-05	16940
102146	EPIROC BRASIL COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS E SERVICOS PARA MINERACAO E CONSTRUCAO LTDA	28.763.819/0001-20	ÓLEO EPIROC COP 100	48600.200389/2018-96	19166
97542	IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S A	33.337.122/0141-87	IPIRANGA F1 MASTER PERFORMANCE VERDE	48600.200390/2018-11	15520
102175	EPIROC BRASIL COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS E SERVICOS PARA MINERACAO E CONSTRUCAO LTDA	28.763.819/0001-20	COMPRESSOR LP-150	48600.200405/2018-41	19167
97086	TAMCO LUBRIFICANTES E DERIVADOS LTDA	61.465.597/0001-34	FALKE TECHNIK PNEUMATIK 10	48600.200408/2018-84	19152
102081	EPIROC BRASIL COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS E SERVICOS PARA MINERACAO E CONSTRUCAO LTDA	28.763.819/0001-20	TRACTION OIL	48600.200409/2018-29	19165
100708	YPF BRASIL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	03.972.433/0001-05	ELAION F10 B	48600.200415/2018-86	16392
102232	RENAULT DO BRASIL S.A.	00.913.443/0002-54	MOTRIX PERFORMA 5W30	48600.200421/2018-33	17360

DANIELLE MACHADO E SILVA CONDE

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.219, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 18, de 19 de junho de 2009 e o que consta do processo n.º 48610.203375/2018-13, autoriza a empresa ECOLUBRI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ n.º 14.791.264/0001-15, a exercer a atividade de produtor de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.220, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.203375/2018-13, autoriza a empresa ECOLUBRI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA., CNPJ n.º 14.791.264/0001-15, a operar a instalação de produção de óleos lubrificantes acabados automotivos e industriais localizada na Rodovia Osni Mateus s/nº, km 121 + 700m, Rural, Macatuba/SP, 17.290-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -22:32:38,000; -48:43:44,800 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de total de armazenamento é de 257,40 m³. Fica revogada a Autorização ANP n.º 588 de 14/09/2017.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.221, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.009124/2017-55, autoriza a empresa IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., CNPJ n.º 33.337.122/0213-96, a operar a instalação de distribuição de combustíveis líquidos localizada na Avenida Presidente Antônio Carlos, 810, Campos Elíseos, Duque de Caxias, RJ, CEP 25215-180 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -22:42:10,230; -43:17:6,420 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de total de armazenamento é de 40.504,67 m³. Fica revogada a Autorização ANP n.º 415/2011 de 13/09/2011.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 1.227, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução A.N.P nº 42, de 18 de agosto de 2011 e o que consta no processo n.º 48610.201749/2018-58, autoriza a empresa TRR MOREIRA DIESEL BOM JESUS LTDA, CNPJ n.º 14.490.212/0001-09, a construir a instalação de Transportador Revendedor Retalhista (TRR) na Estrada Serra do Quilombo, Km 45 - Monte Alegre/PI - CEP: 64.940-000 [Coordenadas Geográficas aproximadas (Latitude, Longitude): -9:16:58,01; -44:51:20,75 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de armazenamento será de 330 m3.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 216, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48411.810353/1972, resolve:

Art. 1° Fica retificada a concessão de lavra outorgada no processo DNPM nº 810.353/1972, de que é titular Indústria Carbonífera Rio Deserto Ltda., a qual passa a ter a seguinte redação:

"Fica outorgada à Indústria Carbonífera Rio Deserto Ltda., concessão para lavrar Carvão, no Município de Lauro Müller, Estado de Santa Catarina, numa área de 272,54 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 28°19'12,913''S / 49°28'40,844''W; 28°19'23,262''S / 49°28'40,846''W; 28°19'23,262''S / 49°28'40,981''W; 28°19'23,330''S / 49°28'40,981''W; 28°19'23,331''S / 49°28'54,685''W; 28°19'23,331''S / 49°29'06,450''W; 28°19'31,310''S / 49°29'10,541''W; 28°19'33,995''S / 49°29'16,691''W; 28°19'33,088''S / 49°29'17,509''W; 28°20'11,947''S / 49°29'17,512''W; 28°20'11,947''S / 49°29'17,691''W; 28°20'12,050''S / 49°29'17,691''W; 28°20'12,050''S / 49°30'16,907''W; 28°20'09,828''S / 49°30'07,727''W; 28°20'02,070''S / 49°29'59,437''W; 28°19'57,383''S / 49°29'59,945''W; 28°19'47,554''S / 49°29'55,397''W; 28°19'39,672''S / 49°29'58,640''W; 28°19'35,627''S / 49°29'59,101''W; 28°19'33,784''S / 49°30'02,658''W; 28°19'31,215''S / 49°30'09,543''W; 28°19'29,940''S / 49°30'22,605''W; 28°19'26,287''S / 49°30'30,599''W; 28°19'25,432''S / 49°30'34,910''W; 28°19'23,247''S / 49°30'35,596''W; 28°19'19,139''S / 49°30'25,982''W; 28°19'11,698''S / 49°30'14,110''W; 28°19'14,610''S / 49°30'08,589''W; 28°19'15,066''S / 49°30'00,184''W; 28°19'10,068''S / 49°29'53,890''W; 28°19'10,114''S / 49°29'48,144''W; 28°19'12,436''S / 49°29'38,603''W; 28°19'16,069''S / 49°29'30,597''W; 28°19'23,143''S / 49°29'26,474''W; 28°19'33,985''S / 49°29'16,691''W; 28°19'31,301''S / 49°29'10,541''W; 28°19'10,803''S / 49°29'00,046''W; 28°19'01,091''S / 49°28'44,892''W; 28°19'00,910''S / 49°28'40,844''W; 28°19'12,913''S / 49°28'40,844''W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente

com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 28°19'12,913''S e Long. 49°28'40,844''W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 318,6m-SW 00°00'32''372; 3,7m-SW 90°00'00''000; 2,1m-SW 00°00'00''000; 373,3m-SW 89°59'37''899; 320,5m-SW 89°59'53''564; 269,7m-SW 24°23'54''954; 186,8m-SW 63°44'02''288; 35,7m-NW 38°36'07''927; 1196,3m-SE 00°00'03''448; 4,9m-SW 90°00'00''000; 3,2m-SW 00°00'00''000; 1612,9m-SW 89°59'28''029; 259,2m-NE 74°41'12''209; 328,7m-NE 43°23'01''576; 145,0m-NW 05°29'12''484; 327,0m-NE 22°15'13''471; 258,2m-NW 20°00'52''469; 125,2m-NW 05°46'08''044; 112,3m-NW 59°39'27''397; 203,5m-NW 67°08'46''584; 358,0m-NW 83°43'04''657; 245,1m-NW 62°42'07''330; 120,4m-NW 77°22'54''683; 69,8m-NW 15°32'42''712; 290,8m-NE 64°12'40''165; 396,3m-NE 54°40'32''737; 175,1m-SE 59°12'48''890; 229,4m-SE 86°30'12''928; 230,4m-NE 48°05'10''246; 156,5m-SE 89°29'28''399; 269,6m-SE 74°37'46''154; 245,1m-SE 62°51'32''059; 245,0m-SE 27°17'19''369; 427,1m-SE 38°36'41''086; 186,8m-NE 63°44'31''995; 692,8m-NE 24°22'13''591; 509,7m-NE 54°05'05''784; 110,4m-NE 87°06'30''864; 369,5m-SW 00°00'00''000".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.95)

MARIA JOSÉ GAZZI SALUM

PORTARIA Nº 217, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.821168/2011, resolve:

Art. 1° Outorgar à Extraminer Comércio e Industria de Minérios e Serviços Ltda., concessão para lavrar Argila, no Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, numa área de 28,72 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°38'07,614''S / 47°37'49,780''W; 22°38'07,614''S / 47°37'49,517''W; 22°38'07,825''S / 47°37'49,517''W; 22°38'07,825''S / 47°37'48,555''W; 22°38'08,150''S / 47°37'48,555''W; 22°38'08,150''S / 47°37'47,680''W; 22°38'08,475''S / 47°37'47,680''W; 22°38'08,475''S / 47°37'46,980''W; 22°38'08,800''S / 47°37'46,980''W; 22°38'08,800''S / 47°37'46,280''W; 22°38'09,125''S / 47°37'46,280''W; 22°38'09,125''S / 47°37'45,404''W; 22°38'09,450''S / 47°37'45,404''W; 22°38'09,450''S / 47°37'44,704''W; 22°38'09,775''S / 47°37'44,704''W; 22°38'09,775''S / 47°37'43,829''W; 22°38'10,100''S / 47°37'43,829''W; 22°38'10,100''S / 47°37'43,129''W; 22°38'10,425''S / 47°37'43,129''W; 22°38'10,425''S / 47°37'42,429''W; 22°38'10,750''S / 47°37'42,429''W; 22°38'10,750''S / 47°37'37,179''W; 22°38'05,877''S / 47°37'37,179''W; 22°38'05,877''S / 47°37'35,428''W; 22°38'01,003''S / 47°37'35,428''W; 22°38'01,003''S / 47°37'33,678''W; 22°37'57,754''S / 47°37'33,678''W; 22°37'57,754''S / 47°37'32,627''W; 22°37'54,505''S / 47°37'32,627''W; 22°37'54,505''S / 47°37'31,577''W; 22°37'50,606''S / 47°37'31,577''W; 22°37'50,606''S / 47°37'36,827''W; 22°37'50,280''S / 47°37'36,827''W; 22°37'50,280''S / 47°37'41,377''W; 22°37'53,204''S / 47°37'41,377''W; 22°37'53,204''S / 47°37'43,127''W; 22°37'53,529''S / 47°37'43,127''W; 22°37'53,529''S / 47°37'46,278''W; 22°37'54,503''S / 47°37'46,278''W; 22°37'54,503''S / 47°37'47,328''W; 22°37'55,478''S / 47°37'47,328''W; 22°37'55,478''S / 47°37'48,378''W; 22°37'56,453''S / 47°37'48,378''W; 22°37'56,453''S / 47°37'49,428''W; 22°37'57,427''S / 47°37'49,428''W; 22°37'57,427''S / 47°37'51,178''W; 22°37'57,752''S / 47°37'51,178''W; 22°37'57,752''S / 47°37'53,979''W; 22°37'58,077''S / 47°37'53,979''W; 22°37'58,077''S / 47°37'55,029''W; 22°37'58,401''S / 47°37'55,029''W; 22°37'58,401''S / 47°37'55,904''W; 22°37'59,051''S / 47°37'55,904''W; 22°37'59,051''S / 47°37'56,254''W; 22°37'59,701''S / 47°37'56,254''W; 22°37'59,701''S / 47°37'56,604''W; 22°38'00,351''S / 47°37'56,604''W; 22°38'00,351''S / 47°37'56,954''W; 22°38'01,001''S / 47°37'56,954''W; 22°38'01,001''S / 47°37'57,304''W; 22°38'01,650''S / 47°37'57,304''W; 22°38'01,650''S / 47°37'57,655''W; 22°38'02,300''S / 47°37'57,655''W; 22°38'02,300''S / 47°37'58,005''W; 22°38'02,950''S / 47°37'58,005''W; 22°38'02,950''S / 47°37'58,355''W; 22°38'03,275''S / 47°37'58,355''W; 22°38'03,275''S / 47°37'58,530''W; 22°38'03,925''S / 47°37'58,530''W; 22°38'03,925''S / 47°37'57,830''W; 22°38'04,250''S / 47°37'57,830''W; 22°38'04,250''S / 47°37'56,955''W; 22°38'04,575''S / 47°37'56,955''W; 22°38'04,575''S / 47°37'56,255''W; 22°38'04,900''S / 47°37'56,255''W; 22°38'04,900''S / 47°37'55,380''W; 22°38'05,225''S / 47°37'55,380''W; 22°38'05,225''S / 47°37'54,680''W; 22°38'05,550''S / 47°37'54,680''W; 22°38'05,550''S / 47°37'53,980''W; 22°38'05,875''S / 47°37'53,980''W; 22°38'05,875''S / 47°37'53,105''W; 22°38'06,200''S / 47°37'53,105''W; 22°38'06,200''S / 47°37'52,405''W; 22°38'06,525''S / 47°37'52,405''W; 22°38'06,525''S / 47°37'51,705''W; 22°38'06,850''S / 47°37'51,705''W; 22°38'06,850''S / 47°37'50,830''W; 22°38'07,175''S / 47°37'50,830''W; 22°38'07,175''S / 47°37'49,780''W; 22°38'07,614''S / 47°37'49,780''W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°38'07,614''S e Long. 47°37'49,780''W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 7,5m-E; 6,5m-S; 27,5m-E; 10,0m-S; 25,0m-E; 10,0m-S; 20,0m-E; 10,0m-S; 20,0m-E; 10,0m-S; 25,0m-E; 10,0m-S; 20,0m-E; 10,0m-S; 25,0m-E; 10,0m-S; 20,0m-E; 10,0m-S; 20,0m-E; 10,0m-S; 149,9m-E; 149,9m-N; 50,0m-E; 149,9m-N; 50,0m-E; 99,9m-N; 30,0m-E; 99,9m-N; 30,0m-E; 119,9m-N; 149,9m-W; 10,0m-N; 129,9m-W; 89,9m-S; 50,0m-W; 10,0m-S; 90,0m-W; 30,0m-S; 30,0m-W; 30,0m-S; 30,0m-W; 30,0m-S; 30,0m-W; 30,0m-S; 50,0m-W; 10,0m-S; 80,0m-W; 10,0m-S; 30,0m-W; 10,0m-S; 25,0m-W; 20,0m-S; 10,0m-W; 20,0m-S; 10,0m-W; 20,0m-S; 10,0m-W; 20,0m-S; 10,0m-W; 20,0m-S; 10,0m-W; 20,0m-S; 10,0m-W; 20,0m-S; 10,0m-W; 10,0m-S; 5,0m-W; 20,0m-S; 20,0m-E; 10,0m-S; 25,0m-E; 10,0m-S; 20,0m-E; 10,0m-S; 25,0m-E; 10,0m-S; 20,0m-E; 10,0m-S; 20,0m-E; 10,0m-S; 25,0m-E; 10,0m-S; 20,0m-E; 10,0m-S; 20,0m-E; 10,0m-S; 25,0m-E; 10,0m-S; 30,0m-E; 13,5m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

MARIA JOSÉ GAZZI SALUM

PORTARIA Nº 218, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, e do art. 2º, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º, 43, 47, 63, § 2º e 65, alínea "a", do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 27201.810249/1981, resolve:

Art. 1º declarar a Caducidade da Concessão de Lavra outorgada pela Portaria nº 781, de 6 de setembro de 1990, publicada no D.O.U de 11 de setembro de 1990, que autorizou a empresa Marmoraria Água Verde Ltda., a lavrar Sienito, no Município de Cachoeira do Su1, Estado do Rio Grande do Sul, numa área de 398,50 hectares, cuja delimitação consta no Processo DNPM nº 27201.810249/1981.

Art. 2º Caberá à Agência Nacional de Mineração - ANM adotar as providências decorrentes da declaração de Caducidade da Concessão de Lavra de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.99)

MARIA JOSÉ GAZZI SALUM

PORTARIA Nº 219, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48405.851148/1992, resolve:

Art. 1° Outorgar à Vale S. A., concessão para lavrar, Minério de Cobre e Minério de Ouro, no Município de Canaã dos Carajás, Estado do Pará, numa área de 1.294,39 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 06°25'15,247''S / 50°03'12,171''W; 06°26'39,868''S / 50°03'12,163''W; 06°26'39,861''S / 50°05'54,231''W; 06°25'15,255''S / 50°05'54,223''W; 06°25'15,247''S / 50°03'12,171''W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 06°25'15,247''S e Long. 50°03'12,171''W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 2599,2m-S; 4979,9m-W; 2599,2m-N; 4979,9m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

MARIA JOSÉ GAZZI SALUM

PORTARIA Nº 220, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 432, de 9 de agosto de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 43, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48402.820130/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à Romariz Mineração Ltda., concessão para lavrar Água Mineral, no Município de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo, numa área de 50,00 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°29'58,549''S / 46°37'09,823''W; 22°29'58,549''S / 46°37'05,275''W; 22°29'54,485''S / 46°37'05,275''W; 22°29'54,485''S / 46°37'02,651''W; 22°29'50,422''S / 46°37'02,651''W; 22°29'50,422''S / 46°36'56,529''W; 22°29'58,549''S / 46°36'56,528''W; 22°29'58,549''S / 46°36'50,406''W; 22°30'02,612''S / 46°36'50,406''W; 22°30'02,612''S / 46°36'43,408''W; 22°30'05,863''S / 46°36'43,408''W; 22°30'05,863''S / 46°36'41,659''W; 22°30'09,114''S / 46°36'41,659''W; 22°30'09,114''S / 46°36'36,411''W; 22°30'13,990''S / 46°36'36,410''W; 22°30'13,990''S / 46°36'39,909''W; 22°30'18,867''S / 46°36'39,909''W; 22°30'18,867''S / 46°36'49,530''W; 22°30'23,743''S / 46°36'49,530''W; 22°30'23,744''S / 46°36'56,528''W; 22°30'18,867''S / 46°36'56,528''W; 22°30'18,867''S / 46°36'59,152''W; 22°30'12,365''S / 46°36'59,152''W; 22°30'12,366''S / 46°37'06,499''W; 22°30'05,864''S / 46°37'06,499''W; 22°30'05,864''S / 46°37'09,823''W; 22°29'58,549''S / 46°37'09,823''W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°29'58,549''S e Long. 46°37'09,823''W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 130,0m-E; 125,0m-N; 75,0m-E; 125,0m-N; 175,0m-E; 250,0m-S; 175,0m-E; 125,0m-S; 200,0m-E; 100,0m-S; 50,0m-E; 100,0m-S; 150,0m-E; 150,0m-S; 100,0m-W; 150,0m-S; 275,0m-W; 150,0m-S; 200,0m-W; 150,0m-N; 75,0m-W; 200,0m-N; 210,0m-W; 200,0m-N; 95,0m-W; 225,0m-N.

Art. 2º Fica estabelecida a área de proteção desta Fonte, com extensão de 25,75 hectares, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°29'59,303''S / 46°37'03,588''W; 22°29'59,303''S / 46°36'49,593''W; 22°30'02,555''S / 46°36'49,593''W; 22°30'02,555''S / 46°36'40,846''W; 22°30'07,431''S / 46°36'40,846''W; 22°30'07,431''S / 46°36'39,097''W; 22°30'17,184''S / 46°36'39,097''W; 22°30'17,184''S / 46°36'47,844''W; 22°30'13,933''S / 46°36'47,844''W; 22°30'13,933''S / 46°36'51,343''W; 22°30'10,682''S / 46°36'51,343''W; 22°30'10,682''S / 46°37'00,090''W; 22°30'07,430''S / 46°37'00,090''W; 22°30'07,430''S / 46°37'03,588''W; 22°29'59,303''S / 46°37'03,588''W; em SIRGAS2000 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°29'59,303''S e Long. 46°37'03,588''W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 400,0m-E; 100,0m-S; 250,0m-E; 150,0m-S; 50,0m-E; 300,0m-S; 250,0m-W; 100,0m-N; 100,0m-W; 100,0m-N; 250,0m-W; 100,0m-N; 100,0m-W; 250,0m-N.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

MARIA JOSÉ GAZZI SALUM

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA N° 275, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II e § 1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48360.000372/2018-19, resolve:

Art. 1º Definir em 0,70 MW médios o montante de garantia física de energia da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Cachoeira da Onça, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG: CGH.PH.ES.000428-6.01, com potência instalada de 0,90 MW, de titularidade da empresa Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.594.263/0001-34, localizada no Rio São José, no Município de São Gabriel da Palha, no Estado do Espírito Santo.

§ 1º O montante de garantia física de energia da CGH Cachoeira da Onça refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da CGH Cachoeira da Onça poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

PORTARIA N° 276, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI e § 1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.006342/2018-46. Interessada: Parque Eólico Ventos da Bahia I S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.888.783/0001-97. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada Ventos da Bahia I, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.BA.032526-0.01, objeto da Portaria MME nº 192, de 25 de maio de 2016, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios.

MOACIR CARLOS BERTOL

PORTARIA N° 277, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI e § 1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.006340/2018-57. Interessada: Parque Eólico Ventos da Bahia XVIII S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.888.804/0001-74. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada Ventos da Bahia XVIII, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.BA.034883-0.01, objeto da Portaria MME nº 213, de 31 de maio de 2016, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios.

MOACIR CARLOS BERTOL

PORTARIA N° 278, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI e § 1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.006344/2018-35. Interessada: Parque Eólico Ventos da Bahia IX S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.890.926/0001-03. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada Ventos da Bahia IX, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.BA.032531-7.01, objeto da Portaria MME nº 199, de 31 de maio de 2016, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios.

MOACIR CARLOS BERTOL

PORTARIA N° 279, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI e § 1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.006341/2018-00. Interessada: Parque Eólico Ventos da Bahia III S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.888.824/0001-45. Objeto: Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Eólica denominada Ventos da Bahia III, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG - EOL.CV.BA.032527-9.01, objeto da Portaria MME nº 212, de 31 de maio de 2016, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios.

MOACIR CARLOS BERTOL

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.244, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 242, de 02 de agosto de 2018, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar sem efeito a publicação do projeto desportivo no processo 58000.011029/2018-34, publicado no Diário Oficial da União nº 236, Seção 1, página 128 de 10 de dezembro de 2018.

PAULO SILVA VIEIRA
Presidente da Comissão

DELIBERAÇÃO Nº 1.247, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 07/11/2018 e 05/12/2018, e nas reuniões extraordinárias realizadas em 19/09/2018 e 21/11/2018.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 242, de 02 de agosto de 2018, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 07/11/2018 e 05/12/2018, e nas reuniões extraordinárias realizadas em 19/09/2018 e 21/11/2018.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SILVA VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.112599/2017-60
Proponente: Associação da Escola Internacional de Curitiba
Título: Temporada Internacional de Esportes Coletivos do ISC Ano II
Registro: 02PR137402014
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 76.673.904/0001-40
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 506.185,07
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3007 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 42426-9
Período de Captação até: 07/11/2020
2 - Processo: 58000.009474/2018-34
Proponente: Associação Cultural e Desportiva Shaolin Chan Kung Fu do Estado de São Paulo
Título: Mentes que Brilham - Ano I
Registro: 02SP134782014
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.205.266/0001-94
Cidade: Campinas UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 972.111,41
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1844 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 33841-9
Período de Captação até: 05/12/2020
3 - Processo: 58000.012142/2018-37
Proponente: Associação Cultural e Desportiva Shaolin Chan Kung Fu do Estado de São Paulo
Título: Wushu - Núcleo de Formação
Registro: 02SP134782014
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.205.266/0001-94
Cidade: Campinas UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 259.102,80
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1844 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 33790-0
Período de Captação até: 21/11/2020
4 - Processo: 58000.009741/2018-73
Proponente: Associação de Judô Gulô
Título: Judô Gulô
Registro: 02SP056042009
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 04.625.747/0001-96
Cidade: São Bernardo do Campo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 315.144,02
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 7065 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 8400-X
Período de Captação até: 21/11/2020
5 - Processo: 58000.117652/2017-19
Proponente: Associação Esportiva Politécnica de Rugby
Título: Manutenção Equipe Rugby Poli Ano 3
Registro: 02SP136882014
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 00.089.269/0001-96
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 436.613,72
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0386 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 90984-X
Período de Captação até: 07/11/2020
6 - Processo: 58000.117851/2017-27
Proponente: Associação Voluntários para o Serviço Internacional - Brasil
Título: Guerreira Esportiva
Registro: 02BA109922012
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 08.929.748/0001-85
Cidade: Salvador UF: BA
Valor autorizado para captação: R$ 286.994,43
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4279 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 30242-2
Período de Captação até: 07/11/2020
7 - Processo: 58000.118832/2017-18
Proponente: Caxias do Sul Basquete Associação Esportiva e Recreativa
Título: Caxias do Sul Basquete - Cestas do Futuro
Registro: 02RS016912007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 08.112.308/0001-30
Cidade: Caxias do Sul UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 536.403,04
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0089 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 133385-2
Período de Captação até: 07/11/2020
8 - Processo: 58000.009686/2018-11
Proponente: Centro de Estudos Treinamento Assessoria a Cidadania
Título: Formando Cidadão - FORCI
Registro: 02RJ105312012
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.265.928/0001-11
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 2.107.235,16
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2948 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 34400-1
Período de Captação até: 21/11/2020
9 - Processo: 58000.008423/2018-95
Proponente: Centro de Estudo Treinamento Assessoria a Cidadania
Título: Craque do Amanhã
Registro: 02RJ105312012
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.265.928/0001-11
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.457.373,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2984 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 34399-4
Período de Captação até: 21/11/2020
10 - Processo: 58000.010409/2018-51
Proponente: Confederação Brasileira de Judô
Título: Participação em Competições e Treinamento da Federação Internacional de Judô Visando o Ranqueamento e a Preparações para os Jogos de Tóquio 2020
Registro: 02RJ014952007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 42.136.804/0001-62
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.981.292,13
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0183 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 39320-7
Período de Captação até: 07/11/2020
11 - Processo: 58000.120253/2017-35
Proponente: Criciúma Esporte Clube
Título: Projeto de Treinamento e Competição de Atletas de Futebol Não Profissional Sexta Edição
Registro: 02SC030962008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 83.663.781/0001-21
Cidade: Criciúma UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 3.079.506,62
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3226 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 20759-4
Período de Captação até: 07/11/2020
12 - Processo: 58000.011622/2018-81
Proponente: Federação Cearense de Tênis
Título: Tênis Cidadão
Registro: 02CE026892008
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 07.885.254/0001-83
Cidade: Fortaleza UF: CE
Valor autorizado para captação: R$ 206.743,72
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3472 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 67334-X
Período de Captação até: 05/12/2020
13 - Processo: 58000.011531/2018-45
Proponente: Federação Equestre do Estado do Rio de Janeiro
Título: Ranking FEERJ
Registro: 02RJ003572007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 29.533.262/0001-01
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 423.607,38

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1572 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25565-3
Período de Captação até: 05/12/2020
14 - Processo: 58000.112570/2017-88
Proponente: Federação Espirito Santense de Voleibol
Título: Centro de Excelência e Formação de Novos Talentos de Vôlei de Praia
Registro: 02ES041682009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 27.434.877/0001-47
Cidade: Vitória UF: ES
Valor autorizado para captação: R$ 1.543.620,96
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1400 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 52567-7
Período de Captação até: 07/11/2020
15 - Processo: 58000.011293/2018-78
Proponente: Fundação Tênis
Título: Tênis Transformando Vidas - SP
Registro: 02RS003742007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.022.246/0001-88
Cidade: Porto Alegre UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 519.507,67
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1249 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 67408-7
Período de Captação até: 07/11/2020
16 - Processo: 58000.010593/2018-30
Proponente: Helvetia Polo Country Clube
Título: Campeonato Brasileiro de Polo
Registro: 02SP173182018
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 49.402.431/0001-73
Cidade: Indaiatuba UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 345.041,55
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0929 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 58349-9
Período de Captação até: 21/07/2019
17 - Processo: 58000.010594/2018-84
Proponente: Helvetia Polo Country Clube
Título: Aberto Paulista de Polo
Registro: 02SP173182018
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 49.402.431/0001-73
Cidade: Indaiatuba UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 903.262,50
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0929 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 58348-0
Período de Captação até: 31/03/2019
18 - Processo: 58000.011236/2018-99
Proponente: Instituto Edson Luciano Ribeiro
Título: Correndo para Vencer
Registro: 02SP078372010
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 11.078.001/0001-75
Cidade: São Joaquim da Barra UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 372.013,71
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0873 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 28440-8
Período de Captação até: 07/11/2020
19 - Processo: 58000.119179/2017-12
Proponente: Instituto Novo Ser - Acessibilidade Plena e Inclusão Social
Título: Clube Novo Ser de Power Soccer
Registro: 02RJ032712008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 05.621.379/0001-70
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 717.946,80
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3097 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 23294-7
Período de Captação até: 07/11/2020
20 - Processo: 58000.010358/2018-68
Proponente: Paulínia Racing Bicicross
Título: III Copa Regional Ricardo Alves de BMX
Registro: 02SP067642010
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 02.120.212/0001-38
Cidade: Paulínia UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 552.318,57
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2417 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 55638-6
Período de Captação até: 19/03/2020
21 - Processo: 58000.117227/2017-20
Proponente: São Paulo Futebol Clube
Título: São Paulo Futebol Clube - Atletismo
Registro: 02SP004522007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 60.517.984/0001-04
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 2.577.198,19
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4285 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 12820-1
Período de Captação até: 19/09/2020
ANEXO II
1 - Processo: 58701.003662/2015-17
Proponente: Associação Atlética Banco do Brasil Santo Ângelo
Título: Piscina Térmica AABB Santo Ângelo-Esporte e Lazer o Ano Todo
Valor autorizado para captação: R$ 249.519,92
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0138 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 57262-4
Período de Captação até: 31/12/2019
2 - Processo: 58000.011165/2016-62
Proponente: Ajudôu
Título: Ajudôu nas Escolas Ano II
Valor autorizado para captação: R$ 408.090,18
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2864 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 55383-2
Período de Captação até: 08/03/2019
3 - Processo: 58000.010607/2016-53
Proponente: Liga das Senhoras Católicas de São Paulo
Título: Educação Através do Esporte
Valor autorizado para captação: R$ 862.118,55
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3560 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 26357-5
Período de Captação até: 07/06/2019
4 - Processo: 58000.114832/2017-49
Proponente: Município de Veranópolis
Título: Infraestrutura Esportiva Estádio Alsemiro Laurino Guzzo
Valor autorizado para captação: R$ 204.006,08
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0604 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 31614-8
Período de Captação até: 08/11/2019
5 - Processo: 58701.003164/2015-66
Proponente: Município de Itá
Título: Escolinha de Tênis - Propiciando Saúde e Lazer às Crianças e Adolescentes
Valor autorizado para captação: R$ 100.893,44
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3635 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 16792-4
Período de Captação até: 05/09/2019

RETIFICAÇÕES

Processo Nº 58000.010314/2016-76
No Diário Oficial da União nº 238, de 12 de dezembro de 2018, na Seção 1, página 93 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1246/2018, ANEXO II, onde se lê: Processo: 58000.010314/2018-76, leia-se: Processo: 58000.010314/2016-76.
Processo Nº 58000.118361/2017-48

No Diário Oficial da União nº 236, de 10 de dezembro de 2018, na Seção 1, página 128 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1244/2018, ANEXO I, onde se lê: CNPJ: 1.398.403/0002-09, leia-se: CNPJ: 12.398.403/0002-09.
Processo Nº 58000.010194/2018-79

No Diário Oficial da União nº 238, de 12 de dezembro de 2018, na Seção 1, página 92 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1246/2018, ANEXO I, onde se lê: Período para Captação até: 07/11/2018, leia-se: Período para Captação até: 07/11/2020.

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o conceito, objetivos, princípios, diretrizes e procedimentos para elaboração e implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos mediados pela Educação Ambiental - PPPEA, de Unidades de Conservação Federais e na atuação dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do Instituto Chico Mendes.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, ICMBio, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, do Decreto 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº 638/Casa Civil, de 14 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União, nº 114, Seção 2, de 15 de junho de 2018;

Considerando a Conferência de Belgrado, em 1975, que lançou o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA);

Considerando a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi, em 1977, que recomendou que a educação ambiental deve ser dirigida à comunidade despertando o interesse do indivíduo em participar de um processo ativo no sentido de resolver os problemas dentro de um contexto de realidades específicas, estimulando a iniciativa, o senso de responsabilidade e o esforço para construir um futuro melhor;

Considerando a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece o Sistema Nacional de Meio Ambiente, e que tem como um de seus princípios a "educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente;

Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 225, que estabelece como incumbência do Poder público "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente";

Considerando o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborado no Fórum Global, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro;Considerando a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002;

Considerando a Agenda 21 Brasileira, 2ª Edição de 2004;

Considerando a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002;

Considerando a Política Nacional de Biodiversidade e a Convenção sobre a Diversidade Biológica, que ratifica a pertinência da plena e eficaz participação de comunidades locais e setores interessados na implantação e gestão de Unidades de Conservação;

Considerando o Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas;

Considerando o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT;

Considerando o disposto na Lei Nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e no Decreto 8.974, de 24 de janeiro de 2017, que estabelecem a estrutura interna do Instituto com a finalidade de "Art. 1º, Inciso III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental";

Considerando a Recomendação CONAMA Nº 14, de 26/04/2012, que orienta a adoção da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação - ENCEA;

Considerando o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), em sua última edição;

Considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de agosto de 2015, que estabelece a educação de qualidade como um dos 17 objetivos, bem como o documento que contém os elementos orientadores da posição brasileira, de 09 de setembro de 2014, que reconhece a Educação Ambiental como processo focado na formação de uma cidadania ativa em favor da sustentabilidade e da justiça social, bem como estabelece a necessidade de seu fomento para a conscientização sobre mudança do clima, para a prevenção, preparação e difusão de tecnologias sociais de adaptação às mudanças climáticas e para a valoração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos com vistas à sua conservação;

Considerando o Acordo de Paris sob a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, que estabelece a importância da educação para fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças, de dezembro de 2015;

Considerando as Deliberações das Conferências Nacionais de Meio Ambiente; e

Considerando o Projeto Político Pedagógico do ICMBio, publicado pela Portaria nº 110, de 01 de fevereiro de 2018, Processo nº 02070.002801/2008-77, ID nº 2452167. resolve:

Art. 1º Estabelecer o conceito, objetivos, princípios, diretrizes e procedimentos para elaboração e implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos mediados pela Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais e Centros de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do ICMBio.

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, entende-se por:

I - Projeto Político Pedagógico do ICMBio (PPP): documento que coloca em diálogo questões sociais e ambientais a partir de processos educativos. É um documento vivo que explicita opções pedagógicas, políticas, filosóficas e metodológicas que orientam as ações educativas do instituto. Tem como objetivo apresentar os diversos processos educativos presentes no ICMBio e servir de base para planejamentos de reuniões, encontros, cursos etc. Contribui para o fortalecimento da identidade institucional, consolidando uma cultura organizacional capaz de gerar a conservação da diversidade biológica e social em um Brasil social e culturalmente diverso e economicamente desigual. Agrega, portanto, múltiplos significados: PROJETO - visão de futuro, em que queremos chegar quanto a processos educativos; POLÍTICO - posicionamento político, mudança de estado, paradigmas nas relações internas, com outras instituições e com a sociedade; PEDAGÓGICO - métodos, técnicas, postura para promover as trocas e construções continuadas de conhecimento.

II - PPPEA: Projeto Político Pedagógico mediado pela Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais e Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação. É uma estratégia de gestão em que a Educação Ambiental é instrumento na condução de diagnósticos participativos, planejamento, implementação, acompanhamento e da avaliação de processos de integração e de fortalecimento da participação social nas ações previstas nas Ucs federais e na atuação dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio. É um processo estruturante com foco na melhoria da conservação da biodiversidade, gestão da unidade de conservação e qualidade de vida dos grupos sociais envolvidos na gestão ambiental.

III - Atores Sociais Estratégicos: membros de populações locais, sociedade civil, órgãos públicos com atuação no território de influência das unidades de conservação e/ou nas políticas públicas de conservação da biodiversidade.

IV - Sujeitos Prioritários das Ações Educativas: são os que precisam desenvolver ou aprimorar capacidades para uma melhor e mais efetiva participação no processo de tomada de decisão na gestão ambiental pública. São, prioritariamente, aqueles segmentos sociais afetados e onerados, de forma direta pelo ato de gestão ambiental e que dispõem de menos condições para intervirem no processo decisório.

Capítulo I

Dos Objetivos do PPPEA

Art. 3º - São objetivos do PPPEA:

I - Promover o diálogo e a reflexão sobre e o planejamento, a articulação e a implementação de processos educativos (formais e não formais) necessários à conservação da biodiversidade, gestão da unidade de conservação e qualidade de vida dos grupos sociais envolvidos na gestão ambiental.

II - Implementar, nas áreas em que a agricultura familiar é um aspecto relevante do contexto socioambiental das unidades de conservação, o Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar (PEAAF), de forma a:

a) contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável no contexto das unidades de conservação federais;

b) apoiar a regularização ambiental das propriedades rurais no entorno e interior de unidades de conservação, no âmbito da agricultura familiar;

c) Promover a agroecologia e as práticas produtivas sustentáveis.

III - Desenvolver estratégias educativas voltadas ao desenvolvimento de capacidades para a gestão territorial, considerando as unidades de conservação federais como polos irradiadores das políticas públicas de conservação da biodiversidade, assim como a implementação das estratégias de conservação pelos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação, e dialogando com outras políticas locais e regionais, buscando promover a gestão integrada da conservação e do desenvolvimento socioambiental.

IV - Promover a Educação Ambiental na gestão ambiental pública, por meio de processos educativos críticos e participativos que promovam a capacitação, comunicação e mobilização social para uma atuação pró-ativa e qualificada da sociedade nos diferentes espaços de participação cidadã.

Capítulo II

Dos Princípios e Diretrizes do PPPEA

Art. 4º - A elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do PPPEA deverá considerar as diretrizes e orientações metodológicas para planejamento e implementação de processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação Federais e na atuação dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio, a estratégia de monitoramento e avaliação de processos de Educação Ambiental, bem como o Projeto Político Pedagógico do ICMBio e seus princípios, observando também os seguintes princípios e diretrizes:

I - Princípios:

a) unidades de conservação federais como cenários sociais e como polos irradiadores das políticas públicas de conservação da biodiversidade: reconhecimento da unidade de conservação como espaço de relações socioambientais historicamente configurados e dinamicamente movidos pelas tensões e conflitos sociais, buscando sua integração ao desenvolvimento regional, fortalecendo as interações sociais, a participação cidadã e as políticas públicas de meio ambiente;

b) ética ambiental: pressupõe a ação do sujeito ao (re)estabelecer e ressignificar sua relação com o ambiente, reconhecendo a si e à natureza como integrantes de uma rede de relações dinâmicas e integradas, com benefícios mútuos;

c) justiça ambiental: conjunto de princípios e práticas que: asseguram que nenhum grupo social suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas públicas e programas governamentais ou da ausência ou omissão do Estado; asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país; asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito; favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso;

d) criticidade: a educação ambiental é um processo que visa estimular o desenvolvimento de competências para análise e interpretação da realidade histórica e social, a ação transformadora e responsável e a intervenção consciente e intencional na realidade;

e) transformação social: com as ações educativas, espera-se que o sujeito se comprometa com a transformação necessária para superar as injustiças e desigualdades socioambientais em busca da construção de uma sociedade pautada pelo respeito, pela participação e pela autogestão;

f) participação: entendida enquanto construção coletiva, exercício igualitário na definição das responsabilidades e redistribuição de poder, promovendo a inclusão daqueles que estão excluídos dos processos de tomada de decisão nas políticas públicas e no acesso aos recursos econômicos e, dessa forma, possibilitando um maior controle social sobre a ação do Estado. Ocorre por meio da aprendizagem coletiva, do fomento à organização comunitária e à explicitação de conflitos e diferentes interesses das populações e instituições que ocupam e atuam no mesmo território;

g) dialogicidade: relação em que educandos e educadores constroem e reconstroem juntos o conhecimento a partir da realidade vivida, promovendo a interação entre diferentes experiências, interesses, visão de mundo e resultando em processos de cooperação mútua. Respeito e valorização dos diferentes saberes, culturas e conhecimentos, especialmente o popular ou tradicional, promovendo-se o diálogo entre o saber popular, o científico e o técnico;

h) ação educativa transformadora: ação político-pedagógica que possui como objetivo prático a transformação da sociedade, o estabelecimento da justiça ambiental, da democracia e da equidade entre diferentes grupos sociais;

II - Diretrizes:

a) o PPPEA deve ser elaborado de forma participativa com os atores sociais estratégicos (instituições públicas, comunidades locais, entidades do segundo e terceiro setor etc);

b) a elaboração dos PPPEAs das unidades de conservação federais e centros de pesquisa e conservação deve relevar o território considerado na gestão da unidade de conservação e/ou na conservação de espécie ameaçada, promovendo a identificação e o planejamento das demandas de formação e capacitação estratégicas ao fortalecimento da participação social na gestão pública da biodiversidade;

c) a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do PPPEA deve promover organização social e participação dos diferentes grupos sociais envolvidos na gestão ambiental pública, priorizando-se os grupos em situação de vulnerabilidade socioambiental, buscando-se a redução das assimetrias no processo de tomada de decisão;

d) o PPPEA deverá promover a identificação e análise dos problemas, conflitos e potencialidades ambientais, propondo ações educativas que busquem desenvolver competências nos atores envolvidos de maneira a contribuir para sua gestão;

e) o PPPEA deve buscar a interdisplinaridade, multidisplinaridade e transdiciplinaridade como forma de promover a integração de diferentes campos do conhecimento, gerando maior compreensão da realidade socioambiental em que está inserido o território considerado na gestão da unidade de conservação e/ou na conservação de espécie ameaçada;

f) o PPPEA deve ser um processo dinâmico, sujeito à gestão adaptativa;

g) o PPPEA deve promover a transversalidade da Educação Ambiental nas ações finalísticas no contexto dos processos do ICMBio;

h) o PPPEA deve contribuir para promover maior participação social na elaboração e implementação das estratégias de conservação sob responsabilidade dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e macroprocessos do ICMBio.

Capítulo III

Dos Eixos do PPPEA

Art. 5º O PPPEA se constitui de três eixos:

I - Eixo Situacional: apresenta a problemática socioambiental, as características da realidade no território específico considerado para a gestão da unidade de conservação e da biodiversidade e as ações educativas existentes que podem contribuir com a gestão ambiental pública no território considerado na gestão da unidade de conservação e/ou na conservação de espécie ameaçada;

II - Eixo Conceitual: define os princípios, diretrizes e objetivos que devem ser alcançados por meio da educação ambiental e de outras ações educativas e de capacitação;

III - Eixo Operacional: define as ações educativas, com base na visão de futuro sobre a gestão ambiental pública no território considerado na gestão da unidade de conservação e/ou na conservação de espécie ameaçada e com os princípios, diretrizes e objetivos previstos no Eixo Conceitual. Um importante componente desse eixo é o monitoramento e avaliação do PPPEA;

IV - Eixo de Monitoramento e Avaliação: tem por objetivo monitorar e avaliar a contribuição do PPPEA para o fortalecimento da participação social na gestão ambiental pública. O monitoramento deve orientar a tomada de decisão nas fases de planejamento e de implementação de processos e ações educativas presentes e futuras, enquanto a avaliação deve contribuir para sistematizar e disseminar impactos, resultados, conhecimentos e práticas inovadoras de educação ambiental na gestão de unidades de conservação quando as ações e processos educativos já se encerraram.

Capítulo IV

Da Elaboração e Implementação do PPPEA

Art. 6º A elaboração e implementação do PPPEA se constitui de:

I - Etapa de elaboração do Eixo Situacional:

a) realizar leitura da realidade, compreendendo quais são: os principais processos sociais, econômicos, culturais, históricos, políticos, ecológicos existentes no território considerado na gestão da unidade de conservação e/ou na conservação de espécie ameaçada; os principais problemas, conflitos, potencialidades ambientais que afetam ou estão relacionados a esse território; as ações educativas existentes atualmente no contexto do território considerado, caracterizando-as; os atores estratégicos que interagem e são parte dessas questões;

b) definir a visão de futuro para a gestão ambiental pública no território considerado e sua estratégia de conservação e desenvolvimento socioambiental. Essa etapa ocorre ao longo de todo o processo, de forma participativa, ajudando a montar um retrato mais fiel e aprofundado do contexto em que a gestão da biodiversidade ocorre;

c) definir a Estrutura de Gestão do PPPEA, estabelecendo como o PPPEA será gerido democraticamente no território, quem serão os responsáveis por sua execução e coordenação, quais as atribuições de quem irá gerir o PPPEA, qual será a origem dos recursos para sua implementação e quais serão as estratégias de acompanhamento das ações do PPPEA;

d) identificação, sensibilização, mobilização e articulação de atores estratégicos e dos sujeitos prioritários das ações educativas com vistas à gestão ambiental pública e a importância das ações educativas por meio de momentos para apresentação do que é o PPPEA e do objetivo do trabalho, bem como para construção de entendimentos coletivos sobre o território considerado na gestão da unidade de conservação e/ou na conservação de espécie ameaçada, a sua gestão, os principais desafios da gestão territorial e qual o papel das ações educativas para o enfrentamento desses desafios.

II - Elaboração do Eixo Conceitual:

a) definir a intencionalidade pedagógica do PPPEA, por meio da definição dos resultados que se pretende atingir com a implementação do PPPEA, e definir a concepção de Educação Ambiental que vai permear todo o PPPEA;

b) identificar as competências (conhecimentos, habilidades, atitudes) que devem ser desenvolvidas para a gestão territorial e da biodiversidade, considerando as unidades de conservação como uma das referências para pensar o território, suas relações com os problemas, conflitos, potencialidades ambientais existentes.

III - Elaboração e implementação do Eixo Operacional:

a) Planejar de forma participativa as ações educativas que constituem o PPPEA;

b) Implementar as ações educativas;

c) Avaliar a ação educativa com base no monitoramento das ações educativas realizado ao longo de todo o processo.

§ 1º Em razão da elaboração do PPPEA ser um processo dialógico, em que há o diálogo de saberes e a construção de novos conhecimentos, esses eixos, em alguns momentos, podem ocorrer simultaneamente ao longo do processo de elaboração do PPPEA.

§ 2º O PPPEA está inserido em um contexto sistêmico e dinâmico e, por isso, deverá ser atualizado sempre que necessário para atender as novas demandas de gestão e de formação que se apresentarem.

§ 3º No caso de existência de Plano de Manejo, Plano de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas, Acordo de Gestão, Termo de Compromisso ou outro instrumento de gestão territorial ou da biodiversidade, os mesmos deverão ser considerados para elaboração do PPPEA.

Capítulo V

Da Governança do PPPEA

Art. 7º A Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental do ICMBio deverá ser comunicada quando do início dos trabalhos para elaboração do PPPEA, por meio de memorando da chefia da unidade de conservação ou centro de pesquisa e conservação da biodiversidade, para que possa apoiar institucionalmente o processo de construção e realizar o devido acompanhamento técnico.

Art. 8º Os documentos referentes ao processo de elaboração e implementação do PPPEA, tais como relatórios, atas de reunião, listas de presença, dentre outros, deverão ser anexados em processo no sistema eletrônico de informações.

Art. 9º A chefia da unidade de conservação ou centro de pesquisa e conservação da biodiversidade deverá supervisionar o processo de elaboração e implementação do PPPEA.

Art. 10º Os conselhos de Unidade de Conservação e os grupos de assessoramento técnico dos PANs nos Centros de Pesquisa, objeto do PPPEA deverão ser envolvidos no processo de elaboração implementação e aprovação do PPPEA.

Art. 11º Após a elaboração do Plano de Manejo da Unidade de Conservação ou Plano de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas, recomenda-se a elaboração do PPPEA, como um planejamento especifico de gestão socioambiental, para que se possa estabelecer, a partir das ações de gestão planejadas, as ações de formação e capacitação dos atores sociais envolvidos necessárias para a implementação da unidade de conservação ou da estratégia para conservação de espécies ameaçadas.

Art. 12º O PPPEA deve estabelecer as ações de formação e capacitação necessárias para implementação dos instrumentos e processos de gestão ambiental pública.

Art. 13º A articulação entre os diferentes grupos sociais e organizações estratégicos no território deve acontecer desde os momentos iniciais para elaboração e implementação do PPPEA e pode se dar por meio de grupos de trabalho, câmaras temáticas no âmbito do conselho da unidade, na construção de parcerias para a elaboração e implementação do PPPEA, na elaboração de acordos de cooperação entre o ICMBio e outras organizações do Estado ou da sociedade civil.

Art. 14º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO

PORTARIA Nº 1.066, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018

Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Pedra do São José II. (Processo Administrativo ICMBio/MMA nº 02070.019552/2016-69).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 638/Casa Civil, de 14 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2018.

Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta o SNUC; no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN; na Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 17 de dezembro de 2009 e considerando as proposições apresentadas no Processo ICMBio/MMA n° 02070.019552/2016-69, resolve:

Art. 1º Fica criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN PEDRA DO SÃO JOSE II, de interesse público e em caráter de perpetuidade, no imóvel denominado Pedra do São José, situado no Município de Esplanada, no Estado da Bahia, matriculado no registro de imóveis da comarca de Esplanada/BA, sob a matrícula nº 916.

Art. 2º A RPPN Pedra do São José II está dividia em 56 áreas, perfazendo um total de 232,23 ha, duzentos e trinta e dois hectares e vinte e três ares, definida no imóvel referido no art. 1º.

Parágrafo único. Os limites da RPPN Pedra do São José II é composto pela seguinte descrição:

RPPN 01: Inicia-se no ponto RPPN_1_1 - 635301,0 - 8677448,8; - RPPN_1_2 - 635282,6 - 8677427,9; - RPPN_1_3 - 635205,9 - 8677346,2; - RPPN_1_4 - 635076,8 - 8677216,1; - RPPN_1_5 - 635035,4 - 8677171,8; - RPPN_1_6 - 635011,2 - 8677147,4; RPPN_1_7 - 635010,5 - 8677153,7; - RPPN_1_8 - 634999,2 - 8677193,7; RPPN_1_9 - 634988,8 - 8677224,5; - RPPN_1_10 - 634981,5 - 8677259,2; RPPN_1_11 - 634979,0 - 8677290,0; - RPPN_1_12 - 634979,9 - 8677312,0; RPPN_1_13 - 634986,0 - 8677360,2; - RPPN_1_14 - 634992,1 - 8677385,6; RPPN_1_15 - 635003,4 - 8677421,6; - RPPN_1_16 - 635007,1 - 8677424,9; RPPN_1_17 - 635013,9 - 8677426,2; - RPPN_1_18 - 635016,5 - 8677424,9; RPPN_1_19 - 635017,8 - 8677422,3; - RPPN_1_20 - 635020,5 - 8677413,1; RPPN_1_21 - 635023,9 - 8677391,7; - RPPN_1_22 - 635024,7 - 8677379,7; RPPN_1_23 - 635023,7 - 8677347,0; - RPPN_1_24 - 635025,3 - 8677326,7; RPPN_1_25 - 635027,0 - 8677316,9; - RPPN_1_26 - 635032,0 - 8677307,8; RPPN_1_27 - 635045,8 - 8677293,1; - RPPN_1_28 - 635073,5 - 8677269,4; RPPN_1_29 - 635089,7 - 8677260,8; - RPPN_1_30 - 635098,3 - 8677258,7; RPPN_1_31 - 635102,9 - 8677258,9; - RPPN_1_32 - 635110,7 - 8677259,6; RPPN_1_33 - 635117,0 - 8677261,5; - RPPN_1_34 - 635135,7 - 8677276,9; RPPN_1_35 - 635170,9 - 8677312,5; - RPPN_1_36 - 635220,1 - 8677366,7; RPPN_1_37 - 635225,7 - 8677378,2; - RPPN_1_38 - 635230,4 - 8677395,3; RPPN_1_39 - 635234,6 - 8677420,1; - RPPN_1_40 - 635237,8 - 8677430,4; RPPN_1_41 - 635242,3 - 8677438,8; - RPPN_1_42 - 635247,3 - 8677441,2; RPPN_1_43 - 635257,8 - 8677441,1; - RPPN_1_44 - 635284,6 - 8677443,9; RPPN_1_45 - 635299,8 - 8677449,8; - RPPN_1_46 - 635309,0 - 8677456,8; RPPN_1_47 - 635301,0 - 8677448,8.

RPPN 02: Inicia-se no ponto RPPN_2_48 - 635053,6 - 8677440,0; - RPPN_2_49 - 635054,9 - 8677432,3; - RPPN_2_50 - 635054,2 - 8677424,1; - RPPN_2_51 - 635051,1 - 8677415,7; - RPPN_2_52 - 635030,3 - 8677385,6; - RPPN_2_53 - 635026,4 - 8677414,3; - RPPN_2_54 - 635023,4 - 8677424,5; RPPN_2_55 - 635020,4 - 8677429,6; RPPN_2_56 - 635015,7 - 8677432,1; RPPN_2_57 - 635011,4 - 8677432,3; RPPN_2_58 - 635003,9 - 8677430,1; RPPN_2_59 - 634987,1 - 8677414,9; RPPN_2_60 - 634980,6 - 8677405,0; RPPN_2_61 - 634971,3 - 8677381,5; RPPN_2_62 - 634965,5 - 8677370,9; RPPN_2_63 - 634959,8 - 8677376,5; RPPN_2_64 - 634954,8 - 8677384,1; RPPN_2_65 - 634952,8 - 8677388,0; RPPN_2_66 - 634952,9 - 8677396,8; RPPN_2_67 - 634966,7 - 8677431,1; RPPN_2_68 - 634970,3 - 8677445,2; RPPN_2_69 - 634973,4 - 8677475,2; RPPN_2_70 - 634976,1 - 8677482,9; RPPN_2_71 - 634977,5 - 8677484,5; RPPN_2_72 - 634979,6 - 8677485,3; RPPN_2_73 - 634987,5 - 8677484,8; RPPN_2_74 - 635008,2 - 8677480,3; RPPN_2_75 - 635036,8 - 8677468,8; RPPN_2_76 - 635042,5 - 8677465,8; RPPN_2_77 - 635045,8 - 8677463,4; RPPN_2_78 - 635053,6 - 8677440,0.

RPPN 03: Inicia-se no ponto RPPN_3_79 - 633131,7 - 8677556,2; RPPN_3_80 - 633139,5 - 8677558,7; RPPN_3_81 - 633144,7 - 8677561,9; RPPN_3_82 - 633028,8 - 8677386,2; RPPN_3_83 - 633030,2 - 8677392,8; RPPN_3_84 - 633037,2 - 8677408,8; RPPN_3_85 - 633050,5 - 8677449,1; RPPN_3_86 - 633054,6 - 8677471,5; RPPN_3_87 - 633055,9 - 8677494,6; RPPN_3_88 - 633058,2 - 8677507,6; RPPN_3_89 - 633060,1 - 8677531,1; RPPN_3_90 - 633066,8 - 8677564,2; RPPN_3_91 - 633067,9 - 8677573,5; RPPN_3_92 - 633068,1 - 8677593,3; RPPN_3_93 - 633067,0 - 8677601,7; RPPN_3_94 - 633063,7 - 8677614,1; RPPN_3_95 - 633072,9 - 8677601,2; RPPN_3_96 - 633089,4 - 8677573,3; RPPN_3_97 - 633097,5 - 8677565,0; RPPN_3_98 - 633114,8 - 8677559,2; RPPN_3_99 - 633131,7 - 8677556,2.

RPPN 04: Inicia-se no ponto RPPN_4_100 - 635225,2 - 8677731,1; RPPN_4_101 - 635272,2 - 8677732,7; RPPN_4_102 - 635280,0 - 8677732,1; RPPN_4_103 - 635305,2 - 8677722,5; RPPN_4_104 - 635357,0 - 8677697,1; RPPN_4_105 - 635386,3 - 8677680,4; RPPN_4_106 - 635404,9 - 8677667,2; RPPN_4_107 - 635443,7 - 8677634,8; RPPN_4_108 - 635446,6 - 8677624,0; RPPN_4_109 - 635445,7 - 8677617,6; RPPN_4_110 - 635441,3 - 8677610,4; RPPN_4_111 - 635439,7 - 8677612,7; RPPN_4_112 - 635436,9 - 8677620,5; RPPN_4_113 - 635433,5 - 8677624,6; RPPN_4_114 - 635419,8 - 8677630,5; RPPN_4_115 - 635361,0 - 8677650,8; RPPN_4_116 - 635275,7 - 8677677,7; RPPN_4_117 - 635178,5 - 8677706,5; RPPN_4_118 - 635150,7 - 8677712,6; RPPN_4_119 - 635164,3 - 8677716,7; RPPN_4_120 - 635205,6 - 8677731,9; RPPN_4_121 - 635214,8 - 8677732,2; RPPN_4_122 - 635225,2 - 8677731,1.

RPPN 05: Inicia-se no ponto RPPN_5_123 - 632975,3 - 8677687,5; RPPN_5_124 - 632982,0 - 8677688,0; RPPN_5_125 - 632987,2 - 8677691,4; RPPN_5_126 - 632989,5 - 8677696,0; RPPN_5_127 - 632991,7 - 8677706,3; RPPN_5_128 - 632992,6 - 8677719,8; RPPN_5_129 - 632994,1 - 8677702,0; RPPN_5_130 - 632993,9 - 8677693,4; RPPN_5_131 - 632997,3 - 8677667,1; RPPN_5_132 - 632996,8 - 8677640,4; RPPN_5_133 - 632998,9 - 8677622,6; RPPN_5_134 - 633008,1 - 8677590,0; RPPN_5_135 - 633008,0 - 8677577,4; RPPN_5_136 - 633000,6 - 8677539,3; RPPN_5_137 - 632998,6 - 8677515,6; RPPN_5_138 - 632996,7 - 8677506,1 RPPN_5_139 - 632995,9 - 8677495,6; RPPN_5_140 - 632987,1 - 8677455,1; RPPN_5_141 - 632985,2 - 8677449,8; RPPN_5_142 - 632981,5 - 8677447,6; RPPN_5_143 - 632975,7 - 8677446,4; RPPN_5_144 - 632969,6 - 8677446,7; RPPN_5_145 - 632950,3 - 8677453,5; RPPN_5_146 - 632919,8 - 8677466,5; RPPN_5_147 - 632933,9 - 8677467,7; RPPN_5_148 - 632944,3 - 8677471,4; RPPN_5_149 - 632951,6 - 8677478,9; RPPN_5_150 - 632955,9 - 8677490,1; RPPN_5_151 - 632956,9 - 8677534,9; RPPN_5_152 - 632955,5 - 8677569,4; RPPN_5_153 - 632955,7 - 8677628,8; RPPN_5_154 - 632953,8 - 8677637,8; RPPN_5_155 - 632950,0 - 8677645,8; RPPN_5_156 - 632941,8 - 8677653,8; RPPN_5_157 - 632936,0 - 8677656,2; RPPN_5_158 - 632927,1 - 8677656,3; RPPN_5_159 - 632897,3 - 8677647,8; RPPN_5_160 - 632876,9 - 8677649,6; RPPN_5_161 - 632861,6 - 8677649,5; RPPN_5_162 - 632849,7 - 8677651,6; RPPN_5_163 - 632844,5 - 8677654,0; RPPN_5_164 - 632836,7 - 8677661,0; RPPN_5_165 - 632824,9 - 8677675,1; RPPN_5_166 - 632807,3 - 8677691,6; RPPN_5_167 - 632781,3 - 8677712,288; RPPN_5_168 - 632775,6 - 8677718,3; RPPN_5_169 - 632770,8 - 8677727,8; RPPN_5_170 - 632768,4 - 8677735,2; RPPN_5_171 - 632769,4 - 8677740,6; RPPN_5_172 - 632772,3 - 8677745,8; RPPN_5_173 - 632776,8 - 8677747,2; RPPN_5_174 - 632782,2 - 8677747,2; RPPN_5_175 - 632795,3 - 8677744,1; RPPN_5_176 - 632815,6 - 8677737,2; RPPN_5_177 - 632846,4 - 8677730,1; RPPN_5_178 - 632861,0 - 8677725,8; RPPN_5_179 - 632876,4 - 8677719,9; RPPN_5_180 - 632886,3 - 8677713,548; RPPN_5_181 - 632892,6 - 8677707,5; RPPN_5_182 - 632899,9 - 8677703,9; RPPN_5_183 - 632938,3 - 8677698,2; RPPN_5_184 - 632975,3 - 8677687,5.

RPPN 06: Inicia-se no ponto RPPN_6_185 - 632363,3 - 8677669,3; RPPN_6_186 - 632361,4 - 8677668,6; RPPN_6_187 - 632359,4 - 8677709,6; RPPN_6_188 - 632359,4 - 8677747,8; RPPN_6_189 - 632363,6 - 8677790,0; RPPN_6_190 - 632364,2 - 8677807,7; RPPN_6_191 - 632364,1 - 8677818,7; RPPN_6_192 - 632362,7 - 8677829,2; RPPN_6_193 - 632361,39 - 8677831,3; RPPN_6_194 - 632367,0 - 8677833,3; RPPN_6_195 - 632372,6 - 8677834,0; RPPN_6_196 - 632389,8 - 8677829,3; RPPN_6_197 - 632393,3 - 8677826,7; RPPN_6_198 - 632390,8 - 8677819,2; RPPN_6_199 - 632390,1 - 8677800,2; RPPN_6_200 - 632391,3 - 8677792,7; RPPN_6_201 - 632390,6 - 8677786,4; RPPN_6_202 - 632387,4 - 8677778,8; RPPN_6_203 - 632372,5 - 8677757,7; RPPN_6_204 - 632370,1 - 8677740,0; RPPN_6_205 - 632372,9 - 8677720,8; RPPN_6_206 - 632378,1 - 8677704,61; RPPN_6_207 - 632387,2 - 8677685,0; RPPN_6_208 - 632386,0 - 8677679,4; RPPN_6_209 - 632384,0 - 8677676,4; RPPN_6_210 - 632363,3 - 8677669,3.

RPPN 07: Inicia-se no ponto RPPN_7_211 - 632355,2 - 8677762,8; RPPN_7_212 - 632346,5 - 8677794,0; RPPN_7_213 - 632341,0 - 8677807,8; RPPN_7_214 - 632336,1 - 8677817,4; RPPN_7_215 - 632324,7 - 8677834,6; RPPN_7_216 - 632318,4 - 8677843,6; RPPN_7_217 - 632307,3 - 8677856,8; RPPN_7_218 - 632331,9 - 8677845,5; RPPN_7_219 - 632343,3 - 8677841,1; RPPN_7_220 - 632351,7 - 8677834,2; RPPN_7_221 - 632356,9 - 8677827,1; RPPN_7_222 - 632358,2 - 8677818,1; RPPN_7_223 - 632358,2 - 8677807,9; RPPN_7_224 - 632357,6 - 8677790,5; RPPN_7_225 - 632355,2 - 8677762,8.

RPPN 08: Inicia-se no ponto RPPN_8_226 - 635152,3 - 8677779,7; RPPN_8_227 - 635145,0 - 8677766,0; RPPN_8_228 - 635136,2 - 8677789,8; RPPN_8_229 - 635130,3 - 8677815,6; RPPN_8_230 - 635124,6 - 8677825,6; RPPN_8_231 - 635115,9 - 8677834,7; RPPN_8_232 - 635093,8 - 8677865,2; RPPN_8_233 - 635089,0 - 8677902,5; RPPN_8_234 - 635089,3 - 8677922,0; RPPN_8_235 - 635097,4 - 8677940,3; RPPN_8_236 - 635103,3 - 8677947,1; RPPN_8_237 - 635103,1 - 8677933,1; RPPN_8_238 - 635106,2 - 8677919,3; RPPN_8_239 - 635111,7 - 8677899,0; RPPN_8_240 - 635121,3 - 8677874,3; RPPN_8_241 - 635128,8 - 8677863,4; RPPN_8_242 - 635138,6 - 8677854,9; RPPN_8_243 - 635158,5 - 8677841,8; RPPN_8_244 - 635166,0 - 8677835,4; RPPN_8_245 - 635173,2 - 8677824,1; RPPN_8_246 - 635174,5 - 8677816,4; RPPN_8_247 - 635172,2 - 8677808,0; RPPN_8_248 - 635152,3 - 8677779,7.

RPPN 09: Inicia-se no ponto RPPN_9_249 - 632819,8 - 8677937,3; RPPN_9_250 - 632826,8 - 8677939,2; RPPN_9_251 - 632828,3 - 8677940,4; RPPN_9_252 - 632831,3 - 8677945,1; RPPN_9_253 - 632834,9 - 8677957,7; RPPN_9_254 - 632843,5 - 8677952,2; RPPN_9_255 - 632884,1 - 8677937,3; RPPN_9_256 - 632904,1 - 8677933,2; RPPN_9_257 - 632900,4 - 8677922,0; RPPN_9_258 - 632899,6 - 8677909,5; RPPN_9_259 - 632900,4 - 8677902,9; RPPN_9_260 - 632904,2 - 8677891,3; RPPN_9_261 - 632911,4 - 8677880,0; RPPN_9_262 - 632920,9 - 8677871,4; RPPN_9_263 - 632932,2 - 8677865,5; RPPN_9_264 - 632938,4 - 8677863,7; RPPN_9_265 - 632948,6 - 8677862,5; RPPN_9_266 - 632951,9 - 8677841,3; RPPN_9_267 - 632953,6 - 8677835,7; RPPN_9_268 - 632966,2 - 8677807,0; RPPN_9_269 - 632979,1 - 8677786,1; RPPN_9_270 - 632989,1 - 8677752,1; RPPN_9_271 - 632991,7 - 8677730,2; RPPN_9_272 - 632989,0 - 8677726,0; RPPN_9_273 - 632977,5 - 8677737,1; RPPN_9_274 - 632968,2 - 8677742,3; RPPN_9_275 - 632965,6 - 8677745,4; RPPN_9_276 - 632962,2 - 8677756,1; RPPN_9_277 - 632957,4 - 8677767,2; RPPN_9_278 - 632949,1 - 8677781,4; RPPN_9_279 - 632939,3 - 8677803,4; RPPN_9_280 - 632933,7 - 8677810,7; RPPN_9_281 - 632925,2 - 8677814,7; RPPN_9_282 - 632912,4 - 8677816,9; RPPN_9_283 - 632900,1 - 8677816,1; RPPN_9_284 - 632886,4 - 8677813,4; RPPN_9_285 - 632872,1 - 8677808,3; RPPN_9_286 - 632864,6 - 8677808,1; RPPN_9_287 - 632856,1 - 8677811,3; RPPN_9_288 - 632847,6 - 8677817,5; RPPN_9_289 - 632824,7 - 8677847,6; RPPN_9_290 - 632814,2 - 8677859,9; RPPN_9_291 - 632795,3 - 8677877,5; RPPN_9_292 - 632777,0 - 8677893,4; RPPN_9_293 - 632763,4 - 8677903,6; RPPN_9_294 - 632737,9 - 8677918,1; RPPN_9_295 - 632726,6 - 8677927,0; RPPN_9_296 - 632705,9 - 8677945,7; RPPN_9_297 - 632686,6 - 8677966,7; RPPN_9_298 - 632709,9 - 8677963,3; RPPN_9_299 - 632756,3 - 8677953,4; RPPN_9_300 - 632779,9 - 8677951,4; RPPN_9_301 - 632793,5 - 8677946,9; RPPN_9_302 - 632803,8 - 8677942,4; RPPN_9_303 - 632819,8 - 8677937,3.

RPPN 10: Inicia-se no ponto RPPN_10_304 - 635442,3 - 8677951,0; RPPN_10_305 - 635451,6 - 8677952,1; RPPN_10_306 - 635470,1 - 8677965,4; RPPN_10_307 - 635477,5 - 8677972,2; RPPN_10_308 - 635482,0 - 8677974,9; RPPN_10_309 - 635488,7 - 8677976,3; RPPN_10_310 - 635502,4 - 8677976,5; RPPN_10_311 - 635526,5 - 8677971,4; RPPN_10_312 - 635545,5 - 8677966,3; RPPN_10_313 - 635586,0 - 8677949,9; RPPN_10_314 - 635596,8 - 8677946,9; RPPN_10_315 - 635608,8 8677941,0; RPPN_10_316 - 635614,2 - 8677936,3; RPPN_10_317 - 635618,4 - 8677931,1; RPPN_10_318 - 635624,8 - 8677918,1; RPPN_10_319 - 635635,9 - 8677898,7; RPPN_10_320 - 635646,6 - 8677888,0; RPPN_10_321 - 635656,1 - 8677880,4; RPPN_10_322 - 635664,2 - 8677876,9; RPPN_10_323 - 635678,2 - 8677876,3; RPPN_10_324 - 635685,3 - 8677880,3; RPPN_10_325 - 635690,1 - 8677884,5; RPPN_10_326 - 635564,0 - 8677733,1; RPPN_10_327 - 635490,1 - 8677785,9; RPPN_10_328 - 635437,3 - 8677810,3; RPPN_10_329 - 635397,7 - 8677858,7; RPPN_10_330 - 635340,4 - 8677881,6; RPPN_10_331 - 635320,9 - 8677880,0; RPPN_10_332 - 635315,8 - 8677885,1; RPPN_10_333 - 635308,0 - 8677890,5; RPPN_10_334 - 635300,8 - 8677893,8; RPPN_10_335 - 635290,2 - 8677896,4; RPPN_10_336 - 635277,6 - 8677896,4; RPPN_10_337 - 635265,5 - 8677893,4; RPPN_10_338 - 635254,5 - 8677887,4; RPPN_10_339 - 635245,3 - 8677878,8; RPPN_10_340 - 635238,5 - 8677868,3; RPPN_10_341 - 635236,2 - 8677862,4; RPPN_10_342 - 635233,8 - 8677850,2; RPPN_10_343 - 635234,5 - 8677837,6; RPPN_10_344 - 635236,1 - 8677831,5; RPPN_10_345 - 635241,4 - 8677820,2; RPPN_10_346 - 635249,3 - 8677810,5; RPPN_10_347 - 635254,1 - 8677806,5; RPPN_10_348 - 635265,1 - 8677800,4; RPPN_10_349 - 635271,0 - 8677798,4; RPPN_10_350 - 635283,5 - 8677796,8;

RPPN_10_351 - 635292,6 - 8677797,4; RPPN_10_352 - 635298,8 - 8677798,9; RPPN_10_353 - 635310,5 - 8677804,1; RPPN_10_354 - 635320,5 - 8677812,0; RPPN_10_355 - 635326,8 - 8677820,3; RPPN_10_356 - 635331,3 - 8677820,7; RPPN_10_357 - 635361,0 - 8677808,8; RPPN_10_358 - 635399,6 - 8677761,6; RPPN_10_359 - 635459,9 - 8677733,8; RPPN_10_360 - 635523,3 - 8677687,7; RPPN_10_361 - 635490,0 - 8677652,3; RPPN_10_362 - 635455,6 - 8677611,7; RPPN_10_363 - 635450,9 - 8677614,5; RPPN_10_364 - 635452,6 - 8677624,2; RPPN_10_365 - 635451,1 - 8677632,1; RPPN_10_366 - 635448,5 - 8677638,5; RPPN_10_367 - 635408,5 - 8677672,0; RPPN_10_368 - 635389,4 - 8677685,5; RPPN_10_369 - 635359,6 - 8677702,4; RPPN_10_370 - 635307,8 - 8677727,9; RPPN_10_371 - 635281,8 - 8677737,8; RPPN_10_372 - 635272,1 - 8677738,7; RPPN_10_373 - 635225,6 - 8677737,1; RPPN_10_374 - 635214,8 - 8677738,2; RPPN_10_375 - 635204,5 - 8677737,8; RPPN_10_376 - 635162,3 - 8677722,4; RPPN_10_377 - 635149,0 - 8677718,4; RPPN_10_378 - 635141,3 - 8677716,7; RPPN_10_379 - 635137,6 - 8677721,5; RPPN_10_380 - 635136,3 - 8677728,2; RPPN_10_381 - 635137,9 - 8677735,6; RPPN_10_382 - 635146,3 - 8677755,8; RPPN_10_383 - 635157,5 - 8677776,7; RPPN_10_384 - 635177,6 - 8677805,2; RPPN_10_385 - 635180,5 - 8677816,7; RPPN_10_386 - 635178,8 - 8677826,5; RPPN_10_387 - 635170,6 - 8677839,3; RPPN_10_388 - 635162,1 - 8677846,6; RPPN_10_389 - 635142,4 - 8677859,6; RPPN_10_390 - 635133,0 - 8677867,7; RPPN_10_391 - 635126,6 - 8677877,2; RPPN_10_392 - 635117,4 - 8677901,0; RPPN_10_393 - 635109,1 - 8677934,0; RPPN_10_394 - 635109,4 - 8677954,1; RPPN_10_395 - 635111,5 - 8677956,3; RPPN_10_396 - 635115,7 - 8677956,7; RPPN_10_397 - 635146,4 - 8677944,2; RPPN_10_398 - 635158,5 - 8677941,3; RPPN_10_399 - 635175,1 - 8677940,7; RPPN_10_400 - 635196,3 - 8677943,1; RPPN_10_401 - 635213,2 - 8677943,2; RPPN_10_402 - 635230,1 - 8677941,3; RPPN_10_403 - 635237,6 - 8677944,2; RPPN_10_404 - 635249,4 - 8677952,0; RPPN_10_405 - 635262,2 - 8677958,6; RPPN_10_406 - 635302,6 - 8677974,9; RPPN_10_407 - 635338,7 - 8677987,7; RPPN_10_408 - 635345,7 - 8677989,1; RPPN_10_409 - 635365,4 - 8677986,2; RPPN_10_410 - 635378,7 - 8677983,0; RPPN_10_411 - 635408,4 - 8677970,1; RPPN_10_412 - 635418,4 - 8677961,8; RPPN_10_413 - 635430,5 - 8677954,6; RPPN_10_414 - 635436,5 - 8677951,7; RPPN_10_415 - 635442,3 - 8677951,0.

RPPN 11: Inicia-se no ponto RPPN_11_416 - 632907,4 - 8677939,4; RPPN_11_417 - 632907,1 - 8677938,8; RPPN_11_418 - 632885,9 - 8677943,0; RPPN_11_419 - 632845,9 - 8677957,7; RPPN_11_420 - 632839,2 - 8677962,1; RPPN_11_421 - 632853,1 - 8677969,1; RPPN_11_422 - 632862,8 - 8677978,0; RPPN_11_423 - 632878,8 - 8678007,2; RPPN_11_424 - 632885,0 - 8678014,3; RPPN_11_425 - 632917,6 - 8677950,8; RPPN_11_426 - 632911,4 - 8677944,8; RPPN_11_427 - 632907,4 - 8677939,4.

RPPN 12: Inicia-se no ponto RPPN_12_428 - 632481,4 - 8678018,9; RPPN_12_429 - 632482,9 - 8678011,6; RPPN_12_430 - 632492,9 - 8677996,3; RPPN_12_431 - 632486,9 - 8677986,8; RPPN_12_432 - 632484,8 - 8677979,2; RPPN_12_433 - 632486,8 - 8677950,4; RPPN_12_434 - 632491,68 - 8677933,0; RPPN_12_435 - 632511,8 - 8677896,6; RPPN_12_436 - 632511,9 - 8677892,6; RPPN_12_437 - 632507,9 - 8677881,2; RPPN_12_438 - 632505,2 - 8677869,9; RPPN_12_439 - 632505,9 - 8677859,9; RPPN_12_440 - 632515,7 - 8677826,8; RPPN_12_441 - 632521,9 - 8677809,6; RPPN_12_442 - 632527,3 - 8677803,1; RPPN_12_443 - 632549,8 - 8677799,3; RPPN_12_444 - 632560,8 - 8677792,7; RPPN_12_445 - 632567,1 - 8677784,5; RPPN_12_446 - 632581,0 - 8677760,3; RPPN_12_447 - 632585,4 - 8677749,8 RPPN_12_448 - 632590,3 - 8677744,6; RPPN_12_449 - 632654,0 - 8677703,7; RPPN_12_450 - 632698,6 - 8677670,5; RPPN_12_451 - 632701,0 - 8677666,3; RPPN_12_452 - 632708,4 - 8677640,8; RPPN_12_453 - 632715,5 - 8677627,4; RPPN_12_454 - 632727,8 - 8677616,0; RPPN_12_455 - 632736,7 - 8677612,5; RPPN_12_456 - 632769,7 - 8677614,478; RPPN_12_457 - 632773,7 - 8677613,5; RPPN_12_458 - 632783,5 - 8677608,8; RPPN_12_459 - 632799,0 - 8677599,4; RPPN_12_460 - 632814,7 - 8677585,4; RPPN_12_461 - 632818,1 - 8677580,6; RPPN_12_462 - 632819,7 - 8677573,1; RPPN_12_463 - 632819,6 - 8677558,9; RPPN_12_464 - 632814,3 - 8677556,6; RPPN_12_465 - 632810,2965 - 8677556,5; RPPN_12_466 - 632779,8426 - 8677572,766; RPPN_12_467 - 632773,1754 - 8677577,681; RPPN_12_468 - 632762,5973 - 8677581,97; RPPN_12_469 - 632752,4 - 8677583,5; RPPN_12_470 - 632742,4 - 8677582,9; RPPN_12_471 - 632733,8 - 8677580,9; RPPN_12_472 - 632728,8 - 8677581,1; RPPN_12_473 - 632726,5 - 8677582,4; RPPN_12_474 - 632714,3 - 8677593,4; RPPN_12_475 - 632707,4 - 8677595,2; RPPN_12_476 - 632680,9 - 8677598,7; RPPN_12_477 - 632639,5 - 8677623,2; RPPN_12_478 - 632627,6 - 8677625,3; RPPN_12_479 - 632606,9 - 8677625,5; RPPN_12_480 - 632597,6 - 8677623,3; RPPN_12_481 - 632593,4 - 8677619,1; RPPN_12_482 - 632583,4 - 8677602,4; RPPN_12_483 - 632567,6 - 8677610,0; RPPN_12_484 - 632556,6 - 8677619,4; RPPN_12_485 - 632539,7 - 8677626,4; RPPN_12_486 - 632525,3 - 8677629,9; RPPN_12_487 - 632504,0 - 8677632,5; RPPN_12_488 - 632503,0 - 8677635,6; RPPN_12_489 - 632504,0 - 8677659,4; RPPN_12_490 - 632508,3 - 8677669,4; RPPN_12_491 - 632516,9 - 8677681,7; RPPN_12_492 - 632532,3 - 8677698,8; RPPN_12_493 - 632540,4 - 8677711,5; RPPN_12_494 - 632543,5 - 8677723,3; RPPN_12_495 - 632543,0 - 8677740,5; RPPN_12_496 - 632540,4 - 8677755,6; RPPN_12_497 - 632531,8 - 8677770,3; RPPN_12_498 - 632524,8 - 8677773,5; RPPN_12_499 - 632516,7 - 8677773,3; RPPN_12_500 - 632496,3 - 8677769,8; RPPN_12_501 - 632479,7 - 8677770,7; RPPN_12_502 - 632472,4 - 8677771,9; RPPN_12_503 - 632466,7 - 8677774,2; RPPN_12_504 - 632461,6 - 8677777,5; RPPN_12_505 - 632456,6 - 8677786,1; RPPN_12_506 - 632449,8 - 8677821,0; RPPN_12_507 - 632445,5 - 8677829,0; RPPN_12_508 - 632441,2 - 8677832,6; RPPN_12_509 - 632426,2 - 8677836,0; RPPN_12_510 - 632416,1 - 8677837,0; RPPN_12_511 - 632401,6712 - 8677834,72; RPPN_12_512 - 632396,9855 - 8677831,586; RPPN_12_513 - 632392,3123 - 8677834,901; RPPN_12_514 - 632383,7069 - 8677837,816; RPPN_12_515 - 632372,9577 - 8677840,0; RPPN_12_516 - 632365,8 - 8677839,2; RPPN_12_517 - 632357,6 - 8677836,4; RPPN_12_518 - 632346,3 - 8677846,4; RPPN_12_519 - 632334,3 - 8677851,0; RPPN_12_520 - 632306,9 - 8677863,7; RPPN_12_521 - 632299,2 - 8677870,3; RPPN_12_522 - 632278,5 - 8677894,1; RPPN_12_523 - 632258,9 - 8677914,8; RPPN_12_524 - 632258,8 - 8677925,9; RPPN_12_525 - 632256,8 - 8677934,8; RPPN_12_526 - 632252,8 - 8677944,1; RPPN_12_527 - 632247,9 - 8677951,2; RPPN_12_528 - 632240,4 - 8677958,6; RPPN_12_529 - 632235,1 - 8677962,3; RPPN_12_530 - 632221,9 - 8677967,9; RPPN_12_531 - 632207,1 - 8678013,2; RPPN_12_532 - 632242,9 - 8677981,2; RPPN_12_533 - 632260,0 - 8677970,5; RPPN_12_534 - 632278,8 - 8677962,2; RPPN_12_535 - 632293,1 - 8677958,9; RPPN_12_536 - 632309,7 - 8677957,4; RPPN_12_537 - 632322,7 - 8677959,8; RPPN_12_538 - 632341,6 - 8677966,9; RPPN_12_539 - 632362,8 - 8677978,; RPPN_12_540 - 632375,9 - 8677986,6; RPPN_12_541 - 632399,1 - 8678005,4 RPPN_12_542 - 632406,3 - 8678010,2; RPPN_12_543 - 632414,9 - 8678014,4; RPPN_12_544 - 632446,4 - 8678015,5; RPPN_12_545 - 632460,7 - 8678017,2; RPPN_12_546 - 632476,6 - 8678019,8; RPPN_12_547 - 632480,6 - 8678022,7; RPPN_12_548 - 632481,4 - 8678018,9.

RPPN 13: Inicia-se no ponto RPPN_13_549 - 632173,3 - 8678035,1; RPPN_13_550 - 632188,0 - 8678036,8; RPPN_13_551 - 632192,9 - 8678026,7; RPPN_13_552 - 632197,9 - 8678022,0; RPPN_13_553 - 632215,2 - 8677969,1; RPPN_13_554 - 632203,2 - 8677969,2; RPPN_13_555 - 632191,0 - 8677966,1; RPPN_13_556 - 632180,0 - 8677960,1; RPPN_13_557 - 632175,1 - 8677956,1; RPPN_13_558 - 632169,4 - 8677949,6; RPPN_13_559 - 632157,2 - 8677994,5; RPPN_13_560 - 632156,2 - 8678007,0; RPPN_13_561 - 632158,7 - 8678023,6; RPPN_13_562 - 632160,8 - 8678027,1; RPPN_13_563 - 632169,0 - 8678037,3; RPPN_13_564 - 632173,3 - 8678035,1.

RPPN 14: Inicia-se no ponto RPPN_14_565 - 634658,3 - 8677837,9; RPPN_14_566 - 634646,8 - 8677837,2; RPPN_14_567 - 634632,7 - 8677838,0; RPPN_14_568 - 634627,8 - 8677839,9; RPPN_14_569 - 634624,7 - 8677842,2; RPPN_14_570 - 634619,9 - 8677848,1; RPPN_14_571 - 634617,9 - 8677857,0; RPPN_14_572 - 634614,1 - 8677885,6; RPPN_14_573 - 634611,6 - 8677919,8; RPPN_14_574 - 634627,7 - 8677929,8; RPPN_14_575 - 634657,8 - 8677940,5; RPPN_14_576 - 634690,5 - 8677977,4; RPPN_14_577 - 634694,1 - 8677982,4; RPPN_14_578 - 634697,3 - 8677990,6; RPPN_14_579 - 634707,9 - 8678029,9; RPPN_14_580 - 634710,1 - 8678042,8; RPPN_14_581 - 634714,2 - 8678053,0; RPPN_14_582 - 634717,5 - 8678057,3; RPPN_14_583 - 634722,3 - 8678060,4; RPPN_14_584 - 634732,5 - 8678062,1; RPPN_14_585 - 634743,6 - 8678062,4; RPPN_14_586 - 634754,8 - 8678059,2; RPPN_14_587 - 634791,4 - 8678042,8; RPPN_14_588 - 634823,1 - 8678010,4; RPPN_14_589 - 634818,5 - 8677999,6; RPPN_14_590 - 634801,1 - 8677973,2; RPPN_14_591 - 634787,0 - 8677948,3; RPPN_14_592 - 634771,4 - 8677926,0; RPPN_14_593 - 634723,3 - 8677867,8; RPPN_14_594 - 634712,9 - 8677857,4; RPPN_14_595 - 634705,1 - 8677852,4; RPPN_14_596 - 634688,4 - 8677843,9; RPPN_14_597 - 634658,3 - 8677837,9.

RPPN 15: Inicia-se no ponto RPPN_15_598 - 632995,9 - 8677970,1; RPPN_15_599 - 633003,1 - 8677954,9; RPPN_15_600 - 633025,0 - 8677893,4; RPPN_15_601 - 633029,8 - 8677873,6; RPPN_15_602 - 633033,2 - 8677834,9; RPPN_15_603 - 633038,8 - 8677801,2; RPPN_15_604 - 633036,9 - 8677809,1; RPPN_15_605 - 633029,9 - 8677829,2; RPPN_15_606 - 633010,3 - 8677870,9; RPPN_15_607 - 633005,3 - 8677883,8; RPPN_15_608 - 632998,7 - 8677903,9; RPPN_15_609 - 632999,4 - 8677915,3; RPPN_15_610 - 632997,9 - 8677925,1; RPPN_15_611 - 632994,8 - 8677933,5; RPPN_15_612 - 632989,6 - 8677942,3; RPPN_15_613 - 632983,9 - 8677948,7; RPPN_15_614 - 632975,4 - 8677955,2; RPPN_15_615 - 632968,1 - 8677958,8; RPPN_15_616 - 632957,5 - 8677961,8; RPPN_15_617 - 632949,5 - 8677962,4; RPPN_15_618 - 632938,4 - 8677961,2; RPPN_15_619 - 632931,3 - 8677959,0; RPPN_15_620 - 632922,58 - 8677954,4; RPPN_15_621 - 632890,2 - 8678017,3; RPPN_15_622 - 632882,5 - 8678029,7; RPPN_15_623 - 632873,0 - 8678051,0; RPPN_15_624 - 632863,5 - 8678063,2; RPPN_15_625 - 632831,1 - 8678096,1; RPPN_15_626 - 632826,6 - 8678104,5; RPPN_15_627 - 632823,5 - 8678114,6 RPPN_15_628 - 632826,2 - 8678114,0; RPPN_15_629 - 632883,2 - 8678081,6; RPPN_15_630 - 632909,5 - 8678067,8; RPPN_15_631 - 632925,7 - 8678057,0; RPPN_15_632 - 632946,6 - 8678037,1; RPPN_15_633 - 632982,3 - 8677992,5; RPPN_15_634 - 632995,9 - 8677970,1.

RPPN 16: Inicia-se no ponto RPPN_16_635 - 632808,5 - 8678121,5; RPPN_16_636 - 632813,4 - 8678121,5; RPPN_16_637 - 632816,5 - 8678117,4; RPPN_16_638 - 632821,0 - 8678102,3; RPPN_16_639 - 632826,3 - 8678092,5; RPPN_16_640 - 632859,1 - 8678059,21; RPPN_16_641 - 632867,8 - 8678048,0; RPPN_16_642 - 632877,1 - 8678027,0; RPPN_16_643 - 632881,7 - 8678019,7; RPPN_16_644 - 632873,7 - 8678010,4; RPPN_16_645 - 632858,1 - 8677981,7; RPPN_16_646 - 632849,7 - 8677974,1; RPPN_16_647 - 632830,9 - 8677964,5; RPPN_16_648 - 632825,7 - 8677947,3; RPPN_16_649 - 632823,9 - 8677944,6; RPPN_16_650 - 632820,3 - 8677943,5; RPPN_16_651 - 632781,0 - 8677957,4; RPPN_16_652 - 632757,4 - 8677959,3; RPPN_16_653 - 632711,0 - 8677969,2; RPPN_16_654 - 632695,9 - 8677971,8; RPPN_16_655 - 632680,4 - 8677973,3; RPPN_16_656 - 632676,2 - 8677976,9; RPPN_16_657 - 632676,1 - 8677979,8; RPPN_16_658 - 632676,9 - 8677981,1; RPPN_16_659 - 632680,8 - 8677982,7; RPPN_16_660 - 632708,1 - 8677986,9; RPPN_16_661 - 632733,6 - 8677992,7; RPPN_16_662 - 632755,4 - 8677998,3; RPPN_16_663 - 632765,8 - 8678002,1; RPPN_16_664 - 632782,9 - 8678003,9; RPPN_16_665 - 632788,1 - 8678005,3; RPPN_16_666 - 632793,2 - 8678010,4; RPPN_16_667 - 632796,9 - 8678018,1; RPPN_16_668 - 632797,9 - 8678026,1; RPPN_16_669 - 632796,6 - 8678032,4; RPPN_16_670 - 632781,0 - 8678061,2; RPPN_16_671 - 632782,8 - 8678070,4; RPPN_16_672 - 632792,1 - 8678089,6; RPPN_16_673 - 632794,9 - 8678104,8; RPPN_16_674 - 632795,4 - 8678119,6; RPPN_16_675 - 632808,5 - 8678121,5.

RPPN 17: Inicia-se no ponto RPPN_17_676 - 633137,0 - 8677564,2; RPPN_17_677 - 633131,9 - 8677562,3; RPPN_17_678 - 633116,5 - 8677565,0; RPPN_17_679 - 633100,9 - 8677570,0; RPPN_17_680 - 633094,3 - 8677576,7; RPPN_17_681 - 633078,0 - 8677604,4; RPPN_17_682 - 633059,2 - 8677630,7; RPPN_17_683 - 633057,8 - 8677635,0; RPPN_17_684 - 633056,7 - 8677644,7; RPPN_17_685 - 633057,2 - 8677671,3; RPPN_17_686 - 633053,9 - 8677696,7; RPPN_17_687 - 633051,3 - 8677760,0; RPPN_17_688 - 633049,4 - 8677774,256; RPPN_17_689 - 633046,1 - 8677785,2; RPPN_17_690 - 633044,3 - 8677807,4; RPPN_17_691 - 633039,2 - 8677835,5; RPPN_17_692 - 633035,7 - 8677874,8; RPPN_17_693 - 633030,7 - 8677895,3; RPPN_17_694 - 633008,8 - 8677956,9; RPPN_17_695 - 633001,1 - 8677973,0; RPPN_17_696 - 632987,1 - 8677996,1; RPPN_17_697 - 632951,2 - 8678041,0; RPPN_17_698 - 632929,7 - 8678061,5; RPPN_17_699 - 632912,4 - 8678073,0; RPPN_17_700 - 632886,0 - 8678086,8; RPPN_17_701 - 632828,8 - 8678119,4; RPPN_17_702 - 632820,9 - 8678121,4; RPPN_17_703 - 632820,3 - 8678122,3; RPPN_17_704 - 632833,7 - 8678123,8; RPPN_17_705 - 632850,0 - 8678127,4; RPPN_17_706 - 632893,2 - 8678099,0; RPPN_17_707 - 632907,8 - 8678092,6; RPPN_17_708 - 632924,1 - 8678087,3; RPPN_17_709 - 632955,1 - 8678071,0; RPPN_17_710 - 632983,7 - 8678048,0; RPPN_17_711 - 632994,0 - 8678045,0; RPPN_17_712 - 633002,7 - 8678040,4; RPPN_17_713 - 633035,52 - 8678016,6; RPPN_17_714 - 633074,9 - 8677982,7; RPPN_17_715 - 633087,4 - 8677975,9; RPPN_17_716 - 633107,0 - 8677968,9; RPPN_17_717 - 633125,9 - 8677968,0; RPPN_17_718 - 633145,4 - 8677964,3; RPPN_17_719 - 633154,4 - 8677958,9; RPPN_17_720 - 633161,7 - 8677949,1; RPPN_17_721 - 633164,8 - 8677942,9; RPPN_17_722 - 633164,3 - 8677935,4; RPPN_17_723 - 633160,9 - 8677923,9; RPPN_17_724 - 633158,4 - 8677910,3; RPPN_17_725 - 633160,0 - 8677893,5; RPPN_17_726 - 633168,4 - 8677854,1; RPPN_17_727 - 633173,5 - 8677841,1; RPPN_17_728 - 633179,0 - 8677808,6; RPPN_17_729 - 633184,3 - 8677790,8; RPPN_17_730 - 633191,5 - 8677779,3; RPPN_17_731 - 633202,7 - 8677768,9; RPPN_17_732 - 633212,5 - 8677761,3; RPPN_17_733 - 633223,8 - 8677757,1; RPPN_17_734 - 633250,1 - 8677756,7; RPPN_17_735 - 633259,8 - 8677755,4; RPPN_17_736 - 633196,5 - 8677655,2; RPPN_17_737 - 633152,9 - 8677583,1; RPPN_17_738 - 633142,4 - 8677567,6; RPPN_17_739 - 633137,0 - 8677564,2.

RPPN 18: Inicia-se no ponto RPPN_18_740 - 634765,1 - 8678095,6; RPPN_18_741 - 634786,7 - 8678051,6; RPPN_18_742 - 634757,0 - 8678064,7; RPPN_18_743 - 634744,4 - 8678068,416; RPPN_18_744 - 634732,1 - 8678068,1; RPPN_18_745 - 634720,7 - 8678066,2; RPPN_18_746 - 634713,9 - 8678062,1; RPPN_18_747 - 634708,9 - 8678056,0; RPPN_18_748 - 634704,4 - 8678044,7; RPPN_18_749 - 634702,1 - 8678031,2; RPPN_18_750 - 634691,6 - 8677992,4; RPPN_18_751 - 634688,9 - 8677985,3; RPPN_18_752 - 634685,8 - 8677981,1; RPPN_18_753 - 634654,2 - 8677945,5; RPPN_18_754 - 634641,6 - 8677941,7; RPPN_18_755 - 634625,4 - 8677935,4; RPPN_18_756 - 634608,4 - 8677924,9; RPPN_18_757 - 634570,3 - 8677946,8; RPPN_18_758 - 634545,1 - 8677968,5; RPPN_18_759 - 634532,6 - 8677980,5; RPPN_18_760 - 634523,5 - 8677992,4; RPPN_18_761 - 634519,5 - 8678002,6; RPPN_18_762 - 634517,3 - 8678019,7; RPPN_18_763 - 634516,8 - 8678035,2; RPPN_18_764 - 634517,9 - 8678049,2; RPPN_18_765 - 634521,1 - 8678067,3; RPPN_18_766 - 634525,7 - 8678081,8; RPPN_18_767 - 634536,1 - 8678101,4; RPPN_18_768 - 634542,3 - 8678108,0; RPPN_18_769 - 634548,3 - 8678112,3; RPPN_18_770 - 634559,1 - 8678115,5; RPPN_18_771 - 634595,4 - 8678118,8; RPPN_18_772 - 634621,1 - 8678122,9; RPPN_18_773 - 634641,6 - 8678129,0; RPPN_18_774 - 634653,4 - 8678134,7; RPPN_18_775 - 634670,9 - 8678144,7; RPPN_18_776 - 634703,3 - 8678171,3; RPPN_18_777 - 634723,6 - 8678186,1; RPPN_18_778 - 634735,0 - 8678158,2; RPPN_18_779 - 634765,1 - 8678095,6.

RPPN 19: Inicia-se no ponto RPPN_19_780 - 632259,8 - 8677595,7; RPPN_19_781 - 632255,4 - 8677575,1; RPPN_19_782 - 632249,9 - 8677565,6; RPPN_19_783 - 632245,7 - 8677554,8; RPPN_19_784 - 632242,1 - 8677536,3; RPPN_19_785 - 632225,7 - 8677527,1; RPPN_19_786 - 632209,4 - 8677525,5; RPPN_19_787 - 632198,6 - 8677523,1; RPPN_19_788 - 632185,6 - 8677522,4; RPPN_19_789 - 632181,1 - 8677524,4; RPPN_19_790 - 632175,2 - 8677525,4; RPPN_19_791 - 632167,1 - 8677525,6; RPPN_19_792 - 632156,1 - 8677523,3; RPPN_19_793 - 632146,8 - 8677517,9; RPPN_19_794 - 632141,2 - 8677513,1; RPPN_19_795 - 632136,5 - 8677506,0; RPPN_19_796 - 632133,4 - 8677495,3; RPPN_19_797 - 632133,5 - 8677485,3; RPPN_19_798 - 632119,9 - 8677483,1; RPPN_19_799 - 632084,6 - 8677472,5; RPPN_19_800 - 632048,9 - 8677471,9; RPPN_19_801 - 632021,7 - 8677467,3; RPPN_19_802 - 631999,7 - 8677461,3; RPPN_19_803 - 631965,4 - 8677453,8; RPPN_19_804 - 631971,9 - 8677465,1;

RPPN_19_805 - 631975,9 - 8677469,9; RPPN_19_806 - 631981,6 - 8677474,2; RPPN_19_807 - 631991,5 - 8677486,8; RPPN_19_808 - 632034,5 - 8677570,58; RPPN_19_809 - 632041,1 - 8677578,5; RPPN_19_810 - 632048,3 - 8677589,8; RPPN_19_811 - 632054,7 - 8677608,0; RPPN_19_812 - 632059,3 - 8677649,7; RPPN_19_813 - 632057,3 - 8677662,4; RPPN_19_814 - 632051,9 - 8677673,3; RPPN_19_815 - 632043,1 - 8677682,5; RPPN_19_816 - 632026,7 - 8677698,8; RPPN_19_817 - 632003,4 - 8677718,8; RPPN_19_818 - 632009,7 - 8677732,7; RPPN_19_819 - 632012,4 - 8677743,6; RPPN_19_820 - 632016,7 - 8677783,4; RPPN_19_821 - 632015,7 - 8677796,6; RPPN_19_822 - 632016,3 - 8677807,7; RPPN_19_823 - 632020,2 - 8677815,0; RPPN_19_824 - 632022,8 - 8677816,0; RPPN_19_825 - 632027,6 - 8677815,9; RPPN_19_826 - 632056,8 - 8677820,1; RPPN_19_827 - 632068,1 - 8677823,1; RPPN_19_828 - 632081,3 - 8677824,4; RPPN_19_829 - 632086,9 - 8677825,9; RPPN_19_830 - 632095,1 - 8677835,0; RPPN_19_831 - 632098,2 - 8677839,9; RPPN_19_832 - 632123,6 - 8677803,0; RPPN_19_833 - 632123,0 - 8677787,3; RPPN_19_834 - 632119,3 - 8677768,2; RPPN_19_835 - 632090,3 - 8677732,6 RPPN_19_836 - 632078,0 - 8677710,6; RPPN_19_837 - 632074,5 - 8677701,2; RPPN_19_838 - 632074,9 - 8677676,1; RPPN_19_839 - 632078,9 - 8677663,8; RPPN_19_840 - 632089,8 - 8677645,0; RPPN_19_841 - 632091,0 - 8677629,1; RPPN_19_842 - 632090,8 - 8677619,5; RPPN_19_843 - 632092,7 - 8677615,0; RPPN_19_844 - 632096,2 - 8677611,6; RPPN_19_845 - 632100,9 - 8677610,7; RPPN_19_846 - 632107,1 - 8677612,9; RPPN_19_847 - 632117,0 - 8677613,5; RPPN_19_848 - 632121,4 - 8677612,9; RPPN_19_849 - 632126,8 - 8677607,8; RPPN_19_850 - 632141,1 - 8677590,0; RPPN_19_851 - 632149,7 - 8677586,6; RPPN_19_852 - 632157,68 - 8677587,5; RPPN_19_853 - 632167,8 - 8677594,2; RPPN_19_854 - 632180,2 - 8677612,0; RPPN_19_855 - 632187,2 - 8677626,5; RPPN_19_856 - 632199,4 - 8677636,9; RPPN_19_857 - 632210,2 - 8677649,0; RPPN_19_858 - 632216,1 - 8677660,2; RPPN_19_859 - 632218,0 - 8677680,6; RPPN_19_860 - 632215,9 - 8677688,2; RPPN_19_861 - 632211,6 - 8677694,1; RPPN_19_862 - 632190,9812 - 8677710,4; RPPN_19_863 - 632186,8 - 8677715,5; RPPN_19_864 - 632178,3 - 8677735,4; RPPN_19_865 - 632155,4 - 8677769,4; RPPN_19_866 - 632140,0 - 8677787,8; RPPN_19_867 - 632128,4 - 8677806,6; RPPN_19_868 - 632104,4 - 8677841,3; RPPN_19_869 - 632090,8 - 8677864,8; RPPN_19_870 - 632057,2 - 8677907,9; RPPN_19_871 - 632054,6 - 8677915,3; RPPN_19_872 - 632050,7 - 8677936,4; RPPN_19_873 - 632040,1 - 8677949,4; RPPN_19_874 - 632028,0 - 8677958,1; RPPN_19_875 - 632055,4 - 8678019,2; RPPN_19_876 - 632098,4 - 8678107,6; RPPN_19_877 - 632108,1 - 8678130,0; RPPN_19_878 - 632114,0 - 8678137,6; RPPN_19_879 - 632131,8 - 8678168,5; RPPN_19_880 - 632148,8 - 8678205,6; RPPN_19_881 - 632156, - 8678214,0; RPPN_19_882 - 632158,4 - 8678182,1; RPPN_19_883 - 632163,8 - 8678133,7; RPPN_19_884 - 632165,0 - 8678109,7; RPPN_19_885 - 632169,4 - 8678061,2; RPPN_19_886 - 632168,9 - 8678055,5; RPPN_19_887 - 632163,8 - 8678040,4; RPPN_19_888 - 632156,1 - 8678030,8; RPPN_19_889 - 632153,0 - 8678025,7; RPPN_19_890 - 632150,2 - 8678007,1; RPPN_19_891 - 632151,3 - 8677993,4; RPPN_19_892 - 632165,0 - 8677942,7; RPPN_19_893 - 632161,8 - 8677935,3; RPPN_19_894 - 632159,3 - 8677,783; RPPN_19_895 - 632159,3 - 8677916,3; RPPN_19_896 - 632161,6 - 8677904,3; RPPN_19_897 - 632167,3 - 8677892,3; RPPN_19_898 - 632171,1 - 8677887,1; RPPN_19_899 - 632179,6 - 8677879,2; RPPN_19_900 - 632191,9 - 8677872,6; RPPN_19_901 - 632198,1 - 8677870,8; RPPN_19_902 - 632207,0 - 8677869,7; RPPN_19_903 - 632223,9 - 8677856,5; RPPN_19_904 - 632234,1 - 8677850,6; RPPN_19_905 - 632272,5 - 8677804,6; RPPN_19_9 - 632296,6 - 8677746,6; RPPN_19_907 - 632297,0 - 8677730,9; RPPN_19_908 - 632298,8 - 8677711,2; RPPN_19_909 - 632298,7 - 8677699,5; RPPN_19_910 - 632278,5 - 8677661,8; RPPN_19_911 - 632265,6 - 8677622,6; RPPN_19_912 - 632259,8 - 8677595,7.

RPPN 20: Inicia-se no ponto RPPN_20_913 - 633086,8 - 8678234,4; RPPN_20_914 - 633087,3 - 8678224,7; RPPN_20_915 - 633079,6 - 8678230,5; RPPN_20_916 - 633069,2 - 8678233,7; RPPN_20_917 - 633061,4 - 8678233,6; RPPN_20_918 - 633054,5 - 8678229,1; RPPN_20_919 - 633055,1 - 8678220,9; RPPN_20_920 - 633051,6 - 8678207,7; RPPN_20_921 - 633045,6 - 8678218,4; RPPN_20_922 - 633039,6 - 8678224,7; RPPN_20_923 - 633034,3 - 8678227,9; RPPN_20_924 - 633037,6 - 8678230,9; RPPN_20_925 - 633048,3 - 8678235,7; RPPN_20_926 - 633079,8 - 8678245,3; RPPN_20_927 - 633085,1 - 8678245,8; RPPN_20_928 - 633086,8 - 8678234,4.

RPPN 21 Inicia-se no ponto RPPN_21_929 - 633028,9 - 8678231,1; RPPN_21_930 - 633003,5 - 8678236,0; RPPN_21_931 - 633019,9 - 8678243,6; RPPN_21_932 - 633034,4 - 8678249,0; RPPN_21_933 - 633046,3 - 8678251,3; RPPN_21_934 - 633069,4 - 8678262,0; RPPN_21_935 - 633074,3 - 8678265,1; RPPN_21_936 - 633080,1 - 8678258,7; RPPN_21_937 - 633084,5 - 8678251,8; RPPN_21_938 - 633078,4 - 8678251,1; RPPN_21_939 - 633046,3 - 8678241,4; RPPN_21_940 - 633034,2 - 8678235,9; RPPN_21_941 - 633028,9 - 8678231,1.

RPPN 22: Inicia-se no ponto RPPN_22_942 - 633303,3 - 8678149,4; RPPN_22_943 - 633295,5 - 8678149,4; RPPN_22_944 - 633288,9 - 8678155,5; RPPN_22_945 - 633285,8 - 8678162,3; RPPN_22_946 - 633285,7 - 8678174,8; RPPN_22_947 - 633287,4 - 8678194,6; RPPN_22_948 - 633286,9 - 8678215,0; RPPN_22_949 - 633291,4 - 8678243,7; RPPN_22_950 - 633307,5 - 8678251,4; RPPN_22_951 - 633329,3 - 8678265,5; RPPN_22_952 - 633327,9 - 8678262,5; RPPN_22_953 - 633328,4 - 8678250,7; RPPN_22_954 - 633336,3 - 8678225,6; RPPN_22_955 - 633334,1 - 8678219,7; RPPN_22_956 - 633313,0 - 8678177,9; RPPN_22_957 - 633307,1 - 8678161,7; RPPN_22_958 - 633304,9 - 8678150,5; RPPN_22_959 - 633303,3 - 8678149,4.

RPPN 23: Inicia-se no ponto RPPN_23_960 - 633356,5 - 8678272,4; RPPN_23_961 - 633347,4 - 8678254,6; RPPN_23_962 - 633339,7 - 8678234,3; RPPN_23_963 - 633334,3 - 8678251,7; RPPN_23_964 - 633333,9 - 8678261,5; RPPN_23_965 - 633339,1 - 8678271,156; RPPN_23_966 - 633356,5 - 8678272,4.

RPPN 24: Inicia-se no ponto RPPN_24_967 - 633095,4 - 8678253,8; RPPN_24_968 - 633090,5 - 8678252,7; RPPN_24_969 - 633085,0 - 8678262,2; RPPN_24_970 - 633079,4 - 8678268,4; RPPN_24_971 - 633112,8 - 8678288,6; RPPN_24_972 - 633136,6 - 8678301,4; RPPN_24_973 - 633135,6 - 8678292,6; RPPN_24_974 - 633132,2 - 8678284,4; RPPN_24_975 - 633128,5 - 8678279,1; RPPN_24_976 - 633120,5 - 8678272,7; RPPN_24_977 - 633115,0 - 8678261,3; RPPN_24_978 - 633095,4 - 8678253,8.

RPPN 25: Inicia-se no ponto RPPN_25_979 - 632021,5 - 8677958,1; RPPN_25_980 - 632019,2 - 8677954,0; RPPN_25_981 - 632020,4 - 8677966,4; RPPN_25_982 - 632020,6 - 8677986,1; RPPN_25_983 - 632178,3 - 8678324,7; RPPN_25_984 - 632200,2 - 8678324,3; RPPN_25_985 - 632172,1 - 8678269,9; RPPN_25_986 - 632161,0 - 8678243,1; RPPN_25_987 - 632164,3 - 8678238,9; RPPN_25_988 - 632158,4 - 8678229,8; RPPN_25_989 - 632155,5 - 8678223,0; RPPN_25_990 - 632147,4 - 8678216,4; RPPN_25_991 - 632126,6 - 8678171,4; RPPN_25_992 - 632108,9 - 8678140,7; RPPN_25_993 - 632102,9 - 8678133,0; RPPN_25_994 - 632093,0 - 8678110,2; RPPN_25_995 - 632050,0 - 8678021,7; RPPN_25_996 - 632021,5 - 8677958,1.

RPPN 26: Inicia-se no ponto RPPN_26_997 - 633464,3 - 8678082,6; RPPN_26_998 - 633459,4 - 8678075,9; RPPN_26_999 - 633458,8 - 8678084,2; RPPN_26_1000 - 633454,9 - 8678101,4; RPPN_26_1001 - 633415,8 - 8678184,1; RPPN_26_1002 - 633413,8 - 8678193,2; RPPN_26_1003 - 633413,5 - 8678205,6; RPPN_26_1004 - 633416,7 - 8678217,7; RPPN_26_1005 - 633423,1 - 8678231,7; RPPN_26_1006 - 633430,9 - 8678244,6; RPPN_26_1007 - 633457,6 - 8678283,1; RPPN_26_1008 - 633471,4 - 8678307,2; RPPN_26_1009 - 633478,9 - 8678325,1; RPPN_26_1010 - 633480,8 - 8678332,8; RPPN_26_1011 - 633484,0 - 8678332,2; RPPN_26_1012 - 633507,9 - 8678317,6; RPPN_26_1013 - 633500,9 - 8678306,7; RPPN_26_1014 - 633483,8 - 8678296,8; RPPN_26_1015 - 633475,2 - 8678284,3; RPPN_26_1016 - 633457,9 - 8678255,1; RPPN_26_1017 - 633450,3 - 8678240,3; RPPN_26_1018 - 633450,4 - 8678232,8; RPPN_26_1019 - 633452,4 - 8678226,3; RPPN_26_1020 - 633458,4 - 8678219,3; RPPN_26_1021 - 633480,3 - 8678208,0; RPPN_26_1022 - 633499,0 - 8678202,8; RPPN_26_1023 - 633522,8 - 8678191,3; RPPN_26_1024 - 633527,3206 - 8678187,3; RPPN_26_1025 - 633480,6 - 8678108,5; RPPN_26_1026 - 633464,3 - 8678082,6.

RPPN 27: Inicia-se no ponto RPPN_27_1027 - 633417,5 - 8678165,8; RPPN_27_1028 - 633438,3 - 8678123,7; RPPN_27_1029 - 633449,2 - 8678099,4; RPPN_27_1030 - 633452,9 - 8678083,1; RPPN_27_1031 - 633453,0 - 8678069,5; RPPN_27_1032 - 633448,2 - 8678083,0; RPPN_27_1033 - 633437,7 - 8678097,4; RPPN_27_1034 - 633414,5 - 8678116,4; RPPN_27_1035 - 633393,3 - 8678120,2; RPPN_27_1036 - 633385,4 - 8678117,0; RPPN_27_1037 - 633377,7 - 8678108,7; RPPN_27_1038 - 633366,1 - 8678085,8; RPPN_27_1039 - 633355,1 - 8678077,3; RPPN_27_1040 - 633353,1 - 8678065,6; RPPN_27_1041 - 633348,7 - 8678057,3; RPPN_27_1042 - 633339,0 - 8678052,4; RPPN_27_1043 - 633327,4 - 8678050,0; RPPN_27_1044 - 633314,8 - 8678059,0; RPPN_27_1045 - 633301,2 - 8678064,1; RPPN_27_1046 - 633287,7 - 8678065,3; RPPN_27_1047 - 633250,3 - 8678088,0; RPPN_27_1048 - 633225,8 - 8678110,5; RPPN_27_1049 - 633220,6 - 8678119,4; RPPN_27_1050 - 633219,5 - 8678128,3; RPPN_27_1051 - 633210,4 - 8678134,5; RPPN_27_1052 - 633200,0 - 8678139,1; RPPN_27_1053 - 633189,0 - 8678139,8; RPPN_27_1054 - 633177,3 - 8678141,7; RPPN_27_1055 - 633165,9 - 8678145,7; RPPN_27_1056 - 633144,4 - 8678147,1; RPPN_27_1057 - 633125,9 - 8678142,7; RPPN_27_1058 - 633116,8 - 8678139,7; RPPN_27_1059 - 633110,8 - 8678135,0; RPPN_27_1060 - 633095,7 - 8678136,6; RPPN_27_1061 - 633080,2 - 8678142,6; RPPN_27_1062 - 633073,4 - 8678153,2; RPPN_27_1063 - 633065,7 - 8678161,6; RPPN_27_1064 - 633057,3 - 8678177,3; RPPN_27_1065 - 633055,5 - 8678185,9; RPPN_27_1066 - 633056,3 - 8678196,9; RPPN_27_1067 - 633057,8 - 8678209,5; RPPN_27_1068 - 633061,2 - 8678220,2; RPPN_27_1069 - 633060,7 - 8678226,0; RPPN_27_1070 - 633063,2 - 8678227,6; RPPN_27_1071 - 633068,4 - 8678227,7; RPPN_27_1072 - 633076,8 - 8678225,1; RPPN_27_1073 - 633085,7 - 8678218,4; RPPN_27_1074 - 633091,4 - 8678211,5; RPPN_27_1075 - 633100,6 - 8678203,8; RPPN_27_1076 - 633103,8 - 8678195,0; RPPN_27_1077 - 633166,6 - 8678185,3; RPPN_27_1078 - 633176,4 - 8678185,9; RPPN_27_1079 - 633190,5 - 8678178,8; RPPN_27_1080 - 633207,4 - 8678173,4; RPPN_27_1081 - 633221,2 - 8678178,1 RPPN_27_1082 - 633233,5 - 8678177,8; RPPN_27_1083 - 633237,8 - 8678178,7; RPPN_27_1084 - 633247,4 - 8678184,1; RPPN_27_1085 - 633247,0 - 8678198,7; RPPN_27_1086 - 633249,1 - 8678216,3; RPPN_27_1087 - 633246,9 - 8678222,5; RPPN_27_1088 - 633247,0 - 8678229,3; RPPN_27_1089 - 633245,3 - 8678242,5; RPPN_27_1090 - 633246,4 - 8678247,9; RPPN_27_1091 - 633250,1 - 8678255,8; RPPN_27_1092 - 633255,3 - 8678262,1; RPPN_27_1093 - 633257,4 - 8678267,5; RPPN_27_1094 - 633260,4 - 8678267,6; RPPN_27_1095 - 633288,8 - 8678249,1; RPPN_27_1096 - 633285,7 - 8678246,5; RPPN_27_1097 - 633281,0 - 8678215,7; RPPN_27_1098 - 633281,4 - 8678194,7; RPPN_27_1099 - 633279,7 - 8678175,1; RPPN_27_1100 - 633279,8 - 8678161,1; RPPN_27_1101 - 633283,9 - 8678152,1; RPPN_27_1102 - 633292,4 - 8678144,2; RPPN_27_1103 - 633300,3 - 8678143,0; RPPN_27_1104 - 633305,4 - 8678143,6; RPPN_27_1105 - 633310,3 - 8678147,4; RPPN_27_1106 - 633312,8 - 8678159,9; RPPN_27_1107 - 633318,6 - 8678175,6; RPPN_27_1108 - 633339,5 - 8678217,1; RPPN_27_1109 - 633352,9 - 8678252,4; RPPN_27_1110 - 633366,0 - 8678277,8; RPPN_27_1111 - 633374,4 - 8678284,8; RPPN_27_1112 - 633404,5 - 8678314,9; RPPN_27_1113 - 633417,9 - 8678323,3; RPPN_27_1114 - 633434,2 - 8678329,1; RPPN_27_1115 - 633451,6 - 8678333,4; RPPN_27_1116 - 633463,3 - 8678334,7; RPPN_27_1117 - 633474,9 - 8678333,9; RPPN_27_1118 - 633473,3 - 8678327,2; RPPN_27_1119 - 633466,1 - 8678310,0; RPPN_27_1120 - 633452,6 - 8678286,4; RPPN_27_1121 - 633426,0 - 8678248,0; RPPN_27_1122 - 633417,8 - 8678234,7; RPPN_27_1123 - 633410,9 - 8678219,5; RPPN_27_1124 - 633407,5 - 8678206,3; RPPN_27_1125 - 633407,9 - 8678192,3; RPPN_27_1126 - 633410,1 - 8678182,2; RPPN_27_1127 - 633417,5 - 8678165,8.

RPPN 28: Inicia-se no ponto RPPN_28_1128 - 633501,1 - 8678346,2; RPPN_28_1129 - 633505,8 - 8678340,0; RPPN_28_1130 - 633514,4 - 8678332,4; RPPN_28_1131 - 633522,2 - 8678316,2; RPPN_28_1132 - 633487,7 - 8678336,9; RPPN_28_1133 - 633485,2 - 8678345,3; RPPN_28_1134 - 633492,4 - 8678345,9; RPPN_28_1135 - 633499,9 - 8678348,4; RPPN_28_1136 - 633501,1 - 8678346,2.

RPPN 29: Inicia-se no ponto RPPN_29_1137 - 633388,4 - 8678329,8; RPPN_29_1138 - 633394,4 - 8678330,3 RPPN_29_1139 - 633401,8 - 8678332,9; RPPN_29_1140 - 633423,5 - 8678347,1; RPPN_29_1141 - 633438,6 - 8678353,3; RPPN_29_1142 - 633457,6 - 8678353,5 RPPN_29_1143 - 633470,1 - 8678348,3; RPPN_29_1144 - 633450,3 - 8678339,3; RPPN_29_1145 - 633432,3 - 8678334,8; RPPN_29_1146 - 633415,1 - 8678328,6; RPPN_29_1147 - 633400,7 - 8678319,6; RPPN_29_1148 - 633370,2 - 8678289,1; RPPN_29_1149 - 633361,9 - 8678282,2; RPPN_29_1150 - 633353,9 - 8678277,8; RPPN_29_1151 - 633338,6 - 8678277,3; RPPN_29_1152 - 633333,2 - 8678280,9; RPPN_29_1153 - 633332,0 - 8678284,9; RPPN_29_1154 - 633331,6 - 8678298,8; RPPN_29_1155 - 633333,9 - 8678313,9; RPPN_29_1156 - 633340,1 - 8678338,4; RPPN_29_1157 - 633348,1 - 8678360,8; RPPN_29_1158 - 633350,0 - 8678381,3; RPPN_29_1159 - 633346,6 - 8678407,6; RPPN_29_1160 - 633342,3 - 8678413,4; RPPN_29_1161 - 633347,1 - 8678411,5; RPPN_29_1162 - 633349,2 - 8678398,1; RPPN_29_1163 - 633354,1 - 8678389,0; RPPN_29_1164 - 633351,9 - 8678381,1; RPPN_29_1165 - 633350,8 - 8678366,8; RPPN_29_1166 - 633352,9 - 8678354,9; RPPN_29_1167 - 633355,9 - 8678347,6; RPPN_29_1168 - 633362,3 - 8678339,0; RPPN_29_1169 - 633368,5 - 8678334,3; RPPN_29_1170 - 633377,6 - 8678330,8; RPPN_29_1171 - 633388,4 - 8678329,8.

RPPN 30: Inicia-se no ponto RPPN_30_1172 - 632992,2 - 8678237,4; RPPN_30_1173 - 632925,2 - 8678196,9; RPPN_30_1174 - 632890,0 - 8678164,5; RPPN_30_1175 - 632876,4 - 8678150,3; RPPN_30_1176 - 632862,5 - 8678140,0; RPPN_30_1177 - 632849,6 - 8678133,4; RPPN_30_1178 - 632832,5 - 8678129,7; RPPN_30_1179 - 632807,9 - 8678127,5; RPPN_30_1180 - 632786,0 - 8678123,6; RPPN_30_1181 - 632772,8 - 8678122,8; RPPN_30_1182 - 632755,7 - 8678123,3; RPPN_30_1183 - 632753,9 - 8678127,8; RPPN_30_1184 - 632743,5 - 8678135,8; RPPN_30_1185 - 632707,2 - 8678154,6; RPPN_30_1186 - 632723,9 - 8678171,9; RPPN_30_1187 - 632754,2 - 8678206,3; RPPN_30_1188 - 632762,8 - 8678217,2; RPPN_30_1189 - 632774,7 - 8678214,5; RPPN_30_1190 - 632785,6 - 8678214,6; RPPN_30_1191 - 632793,8 - 8678216,3; RPPN_30_1192 - 632805,5 - 8678221,5; RPPN_30_1193 - 632813,6 - 8678227,7; RPPN_30_1194 - 632819,6 - 8678234,4; RPPN_30_1195 - 632824,7 - 8678242,8; RPPN_30_1196 - 632828,3 - 8678253,4; RPPN_30_1197 - 632853,5 - 8678263,3; RPPN_30_1198 - 632874,9 - 8678277,2; RPPN_30_1199 - 632909,5 - 8678292,9; RPPN_30_1200 - 632935,0 - 8678309,9; RPPN_30_1201 - 632947,1 - 8678315,9; RPPN_30_1202 - 632966,6 - 8678327,9; RPPN_30_1203 - 633012,5 - 8678353,2; RPPN_30_1204 - 633027,3 - 8678362,6; RPPN_30_1205 - 633034,2 - 8678363,9; RPPN_30_1206 - 633119,7 - 8678428,9; RPPN_30_1207 - 633122,0 - 8678425,1; RPPN_30_1208 - 633122,7 - 8678421,3; RPPN_30_1209 - 633119,5 - 8678380,5; RPPN_30_1210 - 633100,0 - 8678351,8; RPPN_30_1211 - 633092,4 - 8678336,7; RPPN_30_1212 - 633089,5 - 8678322,3; RPPN_30_1213 - 633090,0 - 8678310,2; RPPN_30_1214 - 633094,6 - 8678300,1; RPPN_30_1215 - 633102,2 - 8678289,3; RPPN_30_1216 - 633066,7 - 8678267,3; RPPN_30_1217 - 633044,4 - 8678257,0; RPPN_30_1218 - 633032,5 - 8678254,7; RPPN_30_1219 - 633017,7 - 8678249,1; RPPN_30_1220 - 632992,2 - 8678237,4.

RPPN 31: Inicia-se no ponto RPPN_31_1221 - 632468,7 - 8678432,3; RPPN_31_1222 - 632473,96 - 8678432,7; RPPN_31_1223 - 632478,6 - 8678431,1; RPPN_31_1224 - 632482,9 - 8678427,1; RPPN_31_1225 - 632483,5 - 8678417,5; RPPN_31_1226 - 632480,0 - 8678406,0; RPPN_31_1227 - 632476,2 - 8678396,8; RPPN_31_1228 - 632456,1 - 8678387,4; RPPN_31_1229 - 632444,0 - 8678383,5; RPPN_31_1230 - 632433,6 - 8678379,0; RPPN_31_1231 - 632425,1 - 8678370,9; RPPN_31_1232 - 632400,6 - 8678362,6; RPPN_31_1233 - 632389,3 - 8678360,0; RPPN_31_1234 - 632381,5 - 8678359,2; RPPN_31_1235 - 632365,2 - 8678351,6; RPPN_31_1236 - 632338,7 - 8678334,5; RPPN_31_1237 - 632326,9 - 8678329,1; RPPN_31_1238 - 632317,9 - 8678326,2; RPPN_31_1239 - 632303,4 - 8678314,7; RPPN_31_1240 - 632301,6 - 8678311,2; RPPN_31_1241 - 632295,8 - 8678303,8; RPPN_31_1242 - 632293,0 - 8678293,8; RPPN_31_1243 - 632287,7 - 8678287,2; RPPN_31_1244 - 632284,9 - 8678279,8; RPPN_31_1245 - 632279,7 - 8678288,0; RPPN_31_1246 - 632276,7 - 8678289,8; RPPN_31_1247 - 632274,0 - 8678289,6; RPPN_31_1248 - 632271,5 - 8678288,8; RPPN_31_1249 - 632269,8 - 8678286,7; RPPN_31_1250 - 632269,2 - 8678284,0; RPPN_31_1251 - 632273,3 - 8678268,5; RPPN_31_1252 - 632273,8 - 8678256,5; RPPN_31_1253 - 632277,6 - 8678244,3; RPPN_31_1254 - 632281,3 - 8678237,1; RPPN_31_1255 - 632283,3 - 8678225,0;

RPPN_31_1256 - 632289,7 - 8678214,5; RPPN_31_1257 - 632294,7 - 8678193,5; RPPN_31_1258 - 632295,0 - 8678181,7; RPPN_31_1259 - 632291,2 - 8678157,0; RPPN_31_1260 - 632275,6 - 8678142,2; RPPN_31_1261 - 632272,6 - 8678135,0; RPPN_31_1262 - 632272,0 - 8678126,3; RPPN_31_1263 - 632275,2 - 8678110,1; RPPN_31_1264 - 632281,3 - 8678094,0; RPPN_31_1265 - 632286,4 - 8678085,3; RPPN_31_1266 - 632287,5 - 8678075,6; RPPN_31_1267 - 632290,5 - 8678066,6; RPPN_31_1268 - 632294,1 - 8678059,5; RPPN_31_1269 - 632310,2 - 8678039,9; RPPN_31_1270 - 632317,8 - 8678032,2; RPPN_31_1271 - 632320,6 - 8678030,8; RPPN_31_1272 - 632344,2 - 8678027,3; RPPN_31_1273 - 632375,2 - 8678031,5; RPPN_31_1274 - 632401,2 - 8678033,4; RPPN_31_1275 - 632414,8 - 8678032,0; RPPN_31_1276 - 632428,3 - 8678032,0; RPPN_31_1277 - 632443,3 - 8678029,9; RPPN_31_1278 - 632455,5 - 8678026,5; RPPN_31_1279 - 632464,4 - 8678025,9; RPPN_31_1280 - 632466,6 - 8678024,4; RPPN_31_1281 - 632446,2 - 8678021,5; RPPN_31_1282 - 632413,2 - 8678020,2; RPPN_31_1283 - 632403,5 - 8678015,6; RPPN_31_1284 - 632395,7 - 8678010,3; RPPN_31_1285 - 632372,3 - 8677991,3; RPPN_31_1286 - 632359,9 - 8677983,2; RPPN_31_1287 - 632339,3 - 8677972,5; RPPN_31_1288 - 632320,9 - 8677965,5; RPPN_31_1289 - 632309,5 - 8677963,5; RPPN_31_1290 - 632293,9 - 8677964,8; RPPN_31_1291 - 632280,5 - 8677968,0; RPPN_31_1292 - 632263,0 - 8677975,7; RPPN_31_1293 - 632246,7 - 8677985,8; RPPN_31_1294 - 632215,9 - 8678013,1; RPPN_31_1295 - 632198,5 - 8678029,7; RPPN_31_1296 - 632196,6 - 8678032,9; RPPN_31_1297 - 632199,4 - 8678034,9; RPPN_31_1298 - 632200,6 - 8678038,2; RPPN_31_1299 - 632199,4 - 8678060,4; RPPN_31_1300 - 632201,0 - 8678079,4; RPPN_31_1301 - 632201,0 - 8678092,7; RPPN_31_1302 - 632199,1 - 8678102,7; RPPN_31_1303 - 632199,9 - 8678112,3; RPPN_31_1304 - 632195,4 - 8678126,2; RPPN_31_1305 - 632200,0 - 8678136,3; RPPN_31_1306 - 632201,8 - 8678142,6; RPPN_31_1307 - 632209,4 - 8678150,3; RPPN_31_1308 - 632214,7 - 8678162,2; RPPN_31_1309 - 632215,0 - 8678166,7; RPPN_31_1310 - 632209,9 - 8678180,4; RPPN_31_1311 - 632208,1 - 8678183,0; RPPN_31_1312 - 632207,3 - 8678190,7; RPPN_31_1313 - 632200,6 - 8678196,8; RPPN_31_1314 - 632188,3 - 8678211,2; RPPN_31_1315 - 632176,3 - 8678242,0; RPPN_31_1316 - 632172,7 - 8678244,8; RPPN_31_1317 - 632168,1 - 8678244,2; RPPN_31_1318 - 632177,6 - 8678267,5; RPPN_31_1319 - 632202,2 - 8678315,9; RPPN_31_1320 - 632204,9 - 8678320,5; RPPN_31_1321 - 632208,9 - 8678324,4; RPPN_31_1322 - 632209,7 - 8678322,1; RPPN_31_1323 - 632211,5 - 8678320,1; RPPN_31_1324 - 632245,8 - 8678301,3 RPPN_31_1325 - 632259,6 - 8678296,3; RPPN_31_1326 - 632262,7 - 8678296,5; RPPN_31_1327 - 632265,0 - 8678297,9; RPPN_31_1328 - 632272,7 - 8678312,5; RPPN_31_1329 - 632281,1 - 8678326,0; RPPN_31_1330 - 632291,7 - 8678347,6; RPPN_31_1331 - 632296,5 - 8678354,8; RPPN_31_1332 - 632311,0 - 8678397,0; RPPN_31_1333 - 632318,8 - 8678406,8; RPPN_31_1334 - 632321,4 - 8678417,0; RPPN_31_1335 - 632328,8 - 8678423,2; RPPN_31_1336 - 632337,5 - 8678428,3; RPPN_31_1337 - 632341,7 - 8678429,4; RPPN_31_1338 - 632351,5 - 8678429,8; RPPN_31_1339 - 632379,6 - 8678425,5; RPPN_31_1340 - 632392,1 - 8678427,8; RPPN_31_1341 - 632403,7 - 8678432,4; RPPN_31_1342 - 632436,8 - 8678437,1; RPPN_31_1343 - 632449,9 - 8678434,5; RPPN_31_1344 - 632461,3 - 8678433,8; RPPN_31_1345 - 632468,7 - 8678432,3.

RPPN 32: Inicia-se no ponto RPPN_32_1346 - 634320,4 - 8678439,5; RPPN_32_1347 - 634285,9 - 8678351,5; RPPN_32_1348 - 634271,2 - 8678318,6; RPPN_32_1349 - 634258,1 - 8678275,9; RPPN_32_1350 - 634229,6 - 8678175,6; RPPN_32_1351 - 634225,1 - 8678169,8; RPPN_32_1352 - 634221,8 - 8678167,1; RPPN_32_1353 - 634216,3 - 8678165,9; RPPN_32_1354 - 634208,0 - 8678166,8; RPPN_32_1355 - 634205,6 - 8678169,0; RPPN_32_1356 - 634199,8 - 8678178,9; RPPN_32_1357 - 634192,4 - 8678199,4; RPPN_32_1358 - 634199,3 - 8678244,8; RPPN_32_1359 - 634202,8 - 8678256,8; RPPN_32_1360 - 634205,1 - 8678268,7; RPPN_32_1361 - 634208,6 - 8678318,8; RPPN_32_1362 - 634208,0 - 8678328,4; RPPN_32_1363 - 634204,6 - 8678337,7; RPPN_32_1364 - 634198,1 - 8678344,5; RPPN_32_1365 - 634191,8 - 8678349,3; RPPN_32_1366 - 634184,5 - 8678357,7; RPPN_32_1367 - 634179,3 - 8678371,1; RPPN_32_1368 - 634178,2 - 8678376,4; RPPN_32_1369 - 634179,1 - 8678390,4; RPPN_32_1370 - 634196,8 - 8678387,3; RPPN_32_1371 - 634203,2 - 8678387,9; RPPN_32_1372 - 634215,5 - 8678396,8; RPPN_32_1373 - 634234,4 - 8678408,1; RPPN_32_1374 - 634240,1 - 8678414,9; RPPN_32_1375 - 634245,8 - 8678420,1; RPPN_32_1 - 634254,6956 - 8678425,4; RPPN_32_1377 - 634263,5 - 8678433,9; RPPN_32_1378 - 634271,0 - 8678429,2; RPPN_32_1379 - 634279,9 - 8678426,6; RPPN_32_1380 - 634288,6 - 8678429,5; RPPN_32_1381 - 634298,0 - 8678439,8; RPPN_32_1382 - 634319,9 - 8678468,6; RPPN_32_1383 - 634324,2 - 8678471,6; RPPN_32_1384 - 634338,6 - 8678474,2; RPPN_32_1385 - 634330,2 - 8678461,8; RPPN_32_1386 - 634320,49 - 8678439,5.

RPPN 33: Inicia-se no ponto RPPN_33_1387 - 633213,6 - 8678481,2; RPPN_33_1388 - 633223,1 - 8678478,9; RPPN_33_1389 - 633215,3 - 8678479,1; RPPN_33_1390 - 633193,7 - 8678476,0; RPPN_33_1391 - 633173,5 - 8678470,9; RPPN_33_1392 - 633157,7 - 8678464,2; RPPN_33_1393 - 633140,5 - 8678450,5; RPPN_33_1394 - 633109,5 - 8678428,5; RPPN_33_1395 - 633125,4 - 8678448,2; RPPN_33_1396 - 633146,1 - 8678462,9; RPPN_33_1397 - 633155,7 - 8678472,8; RPPN_33_1398 - 633162,9 - 8678478,2; RPPN_33_1399 - 633173,8 - 8678482,1; RPPN_33_1400 - 633189,0 - 8678485,9; RPPN_33_1401 - 633200,6 - 8678485,05 RPPN_33_1402 - 633213,6 - 8678481,2.

RPPN 34: Inicia-se no ponto RPPN_34_1403 - 633790,9 - 8678380,0; RPPN_34_1404 - 633787,4 - 8678377,6; RPPN_34_1405 - 633783,8 - 8678396,4; RPPN_34_1406 - 633783,5 - 8678417,1; RPPN_34_1407 - 633780,3 - 8678436,0; RPPN_34_1408 - 633775,3 - 8678458,8; RPPN_34_1409 - 633769,1 - 8678480,1; RPPN_34_1410 - 633764,0 - 8678490,7; RPPN_34_1411 - 633776,9 - 8678494,8; RPPN_34_1412 - 633790,9 - 8678495,3; RPPN_34_1413 - 633817,8 - 8678492,7; RPPN_34_1414 - 633830,0 - 8678489,5; RPPN_34_1415 - 633851,0 - 8678486,5; RPPN_34_1416 - 633832,3 - 8678470,6; RPPN_34_1417 - 633825,1 - 8678460,9; RPPN_34_1418 - 633809,7 - 8678423,4; RPPN_34_1419 - 633795,7 - 8678386,3; RPPN_34_1420 - 633790,9 - 8678380,0.

RPPN 35: Inicia-se no ponto RPPN_35_1421 - 634185,2 - 8678496,0; RPPN_35_1422 - 634200,3 - 8678495,8; RPPN_35_1423 - 634208,7 - 8678497,6; RPPN_35_1424 - 634215,9 - 8678494,2; RPPN_35_1425 - 634221,4 - 8678488,8; RPPN_35_1426 - 634234,7 - 8678459,3; RPPN_35_1427 - 634242,9 - 8678449,0; RPPN_35_1428 - 634253,0 - 8678439,9; RPPN_35_1429 - 634258,1 - 8678437,0; RPPN_35_1430 - 634250,9 - 8678430,1; RPPN_35_1431 - 634241,9 - 8678424,7; RPPN_35_1432 - 634235,9 - 8678419,1; RPPN_35_1433 - 634230,5 - 8678412,7; RPPN_35_1434 - 634212,3 - 8678401,9; RPPN_35_1435 - 634200,5 - 8678393,5; RPPN_35_1436 - 634197,4 - 8678393,3; RPPN_35_1437 - 634179,7 - 8678396,4; RPPN_35_1438 - 634179,6 - 8678411,6; RPPN_35_1439 - 634151,4 - 8678500,7; RPPN_35_1440 - 634165,0 - 8678497,6; RPPN_35_1441 - 634185,2 - 8678496,0.

RPPN 36: Inicia-se no ponto RPPN_36_1442 - 634173,7 - 8678369,1; RPPN_36_1443 - 634179,3 - 8678354,6; RPPN_36_1444 - 634187,5 - 8678345,2; RPPN_36_1445 - 634194,0 - 8678340,1; RPPN_36_1446 - 634199,6 - 8678334,3; RPPN_36_1447 - 634202,1 - 8678327,362; RPPN_36_1448 - 634202,6 - 8678319,0; RPPN_36_1449 - 634199,1 - 8678269,3; RPPN_36_1450 - 634197,0 - 8678258,1; RPPN_36_1451 - 634193,4 - 8678245,9; RPPN_36_1452 - 634188,5 - 8678213,4; RPPN_36_1453 - 634180,3 - 8678235,9; RPPN_36_1454 - 634173,7 - 8678249,3; RPPN_36_1455 - 634166,6 - 8678258,5; RPPN_36_1456 - 634131,4 - 8678288,4; RPPN_36_1457 - 634117,1 - 8678297,8; RPPN_36_1458 - 634102,4 - 8678304,8; RPPN_36_1459 - 634093,0 - 8678308,0; RPPN_36_1460 - 634076,2 - 8678312,0; RPPN_36_1461 - 634060,1 - 8678313,5; RPPN_36_1462 - 634046,4 - 8678310,9; RPPN_36_1463 - 634032,3 - 8678307,5; RPPN_36_1464 - 634007,7 - 8678298,341; RPPN_36_1465 - 633967,0 - 8678284,8; RPPN_36_1466 - 633964,1 - 8678285,3; RPPN_36_1467 - 633960,6 - 8678287,3; RPPN_36_1468 - 633958,2 - 8678290,1; RPPN_36_1469 - 633957,4 - 8678298,6; RPPN_36_1470 - 633968,5 - 8678325,0; RPPN_36_1471 - 633974,6 - 8678333,2; RPPN_36_1472 - 633988,9 - 8678347,1; RPPN_36_1473 - 633989,7 - 8678348,8; RPPN_36_1474 - 633989,5 - 8678355,2; RPPN_36_1475 - 633986,3 - 8678360,4; RPPN_36_1476 - 633975,2 - 8678363,4; RPPN_36_1477 - 633962,8 - 8678358,0; RPPN_36_1478 - 633951,5 - 8678346,6; RPPN_36_1479 - 633930,5 - 8678330,6; RPPN_36_1480 - 633905,7 - 8678317,0; RPPN_36_1481 - 633872,7 - 8678288,8; RPPN_36_1482 - 633858,5 - 8678271,8; RPPN_36_1483 - 633850,2 - 8678268,7; RPPN_36_1484 - 633845,7 - 8678268,0; RPPN_36_1485 - 633845,4 - 8678269,2; RPPN_36_1486 - 633851,2 - 8678277,9; RPPN_36_1487 - 633926,4 - 8678372,1; RPPN_36_1488 - 633994,7 - 8678456,7; RPPN_36_1489 - 634003,4 - 8678465,4; RPPN_36_1490 - 634013,0 - 8678480,1; RPPN_36_1491 - 634020,2 - 8678493,7; RPPN_36_1492 - 634038,9 - 8678494,2; RPPN_36_1493 - 634052,9 - 8678496,0; RPPN_36_1494 - 634089,4 - 8678503,1; RPPN_36_1495 - 634104,6 - 8678502,2; RPPN_36_1496 - 634144,7 - 8678501,9; RPPN_36_1497 - 634173,8 - 8678410,1; RPPN_36_1498 - 634173,9 - 8678399,8; RPPN_36_1499 - 634171,9 -8678378,9; RPPN_36_1500 - 634173,7 - 8678369,1.

RPPN 37: Inicia-se no ponto RPPN_37_1501 - 634662,9 - 8678359,6; RPPN_37_1502 - 634680,4 - 8678347,9; RPPN_37_1503 - 634698,4 - 8678337,8; RPPN_37_1504 - 634716,5 - 8678330,5; RPPN_37_1505 - 634732,1 - 8678326,8; RPPN_37_1506 - 634789,2 - 8678320,5; RPPN_37_1507 - 634805,9 - 8678320,2; RPPN_37_1508 - 634820,5 - 8678322,2; RPPN_37_1509 - 634829,9 - 8678326,5; RPPN_37_1510 - 634858,1 - 8678349,0; RPPN_37_1511 - 634862,4 - 8678351,4; RPPN_37_1512 - 634867,0 - 8678351,3; RPPN_37_1513 - 634870,2 - 8678349,8; RPPN_37_1514 - 634874,6 - 8678344,6; RPPN_37_1515 - 634877,6 - 8678335,4; RPPN_37_1516 - 634881,2 - 8678316,4; RPPN_37_1517 - 634884,3 - 8678293,4; RPPN_37_1518 - 634877,5 - 8678280,4; RPPN_37_1519 - 634868,3 - 8678257,8; RPPN_37_1520 - 634863,5 - 8678252,0; RPPN_37_1521 - 634857,1 - 8678246,5; RPPN_37_1522 - 634848,7 - 8678241,2; RPPN_37_1523 - 634837,0 - 8678236,0; RPPN_37_1524 - 634804,5 - 8678225,9; RPPN_37_1525 - 634765,9 - 8678217,0; RPPN_37_1526 - 634751,4 - 8678211,4; RPPN_37_1527 - 634716,2 - 8678188,4; RPPN_37_1528 - 634699,6 - 8678176,0; RPPN_37_1529 - 634667,3 - 8678149,5; RPPN_37_1530 - 634650,5 - 8678139,9; RPPN_37_1531 - 634639,2 - 8678134,5; RPPN_37_1532 - 634620,0 - 8678128,8; RPPN_37_1533 - 634594,7 - 8678124,7; RPPN_37_1534 - 634558,0 - 8678121,4; RPPN_37_1535 - 634546,1 - 8678117,9; RPPN_37_1536 - 634538,4 - 8678112,6; RPPN_37_1537 - 634531,5 - 8678105,2; RPPN_37_1538 - 634526,4 - 8678096,9; RPPN_37_1539 - 634520,1 - 8678083,8; RPPN_37_1540 - 634515,3 - 8678068,9; RPPN_37_1541 - 634511,9 - 8678050,1; RPPN_37_1542 - 634510,8 - 8678035,2; RPPN_37_1543 - 634511,3 - 8678019,4; RPPN_37_1544 - 634513,8 - 8678000,8; RPPN_37_1545 - 634518,4 - 8677989,1; RPPN_37_1546 - 634528,3 - 8677976,4; RPPN_37_1547 - 634541,1 - 8677964,0; RPPN_37_1548 - 634567,0 - 8677941,8; RPPN_37_1549 - 634605,6 - 8677919,5; RPPN_37_1550 - 634608,1 - 8677885,1; RPPN_37_1551 - 634612,0 - 8677855,9; RPPN_37_1552 - 634614,3 - 8677845,7; RPPN_37_1553 - 634620,7 - 8677837,7; RPPN_37_1554 - 634624,8 - 8677834,7; RPPN_37_1555 - 634631,5 - 8677832,1; RPPN_37_1556 - 634646,7 - 8677831,2; RPPN_37_1557 - 634659,2 - 8677832,0; RPPN_37_1558 - 634690,5 - 8677838,2; RPPN_37_1559 - 634708,0 - 8677847,1; RPPN_37_1560 - 634716,7 - 8677852,7; RPPN_37_1561 - 634727,8 - 8677863,9; RPPN_37_1562 - 634776,2 - 8677922,5; RPPN_37_1563 - 634792,0 - 8677944,9; RPPN_37_1564 - 634806,2 - 8677970,0; RPPN_37_1565 - 634823,7 - 8677996,6; RPPN_37_1566 - 634829,1 - 8678009,3; RPPN_37_1567 - 634841,9 - 8678021,3; RPPN_37_1568 - 634854,7 - 8678038,0; RPPN_37_1569 - 634871,9 - 8678055,7; RPPN_37_1570 - 634891,3 - 8678069,0; RPPN_37_1571 - 634914,6 - 8678079,9; RPPN_37_1572 - 634934,8 - 8678086,9; RPPN_37_1573 - 634950,8 - 8678089,8; RPPN_37_1574 - 634978,5 - 8678089,0; RPPN_37_1575 - 635007,9 - 8678069,8; RPPN_37_1576 - 635013,9 - 8678064,2; RPPN_37_1577 - 635040,4 - 8678019,8; RPPN_37_1578 - 635046,9 - 8678002,7; RPPN_37_1579 - 635054,1 - 8677978,6; RPPN_37_1580 - 635055,8 - 8677965,3; RPPN_37_1581 - 635056,0 - 8677953,5; RPPN_37_1582 - 635052,9 - 8677939,9; RPPN_37_1583 - 635052,8 - 8677917,9; RPPN_37_1584 - 635060,4 - 8677877,6; RPPN_37_1585 - 635061,3 - 8677840,8; RPPN_37_1586 - 635059,8 - 8677820,9; RPPN_37_1587 - 635054,6 - 8677800,6; RPPN_37_1588 - 635050,9 - 8677788,6; RPPN_37_1589 - 635045,9 - 8677779,1; RPPN_37_1590 - 635036,1 - 8677764,3; RPPN_37_1591 - 635028,4 - 8677755,2; RPPN_37_1592 - 635007,2 - 8677741,3; RPPN_37_1593 - 634996,9 - 8677732,3; RPPN_37_1594 - 634981,5 - 8677711,464; RPPN_37_1595 - 634975,9 - 8677699,9; RPPN_37_1596 - 634973,9 - 8677690,1; RPPN_37_1597 - 634973,7 - 8677679,3; RPPN_37_1598 - 634975,8 - 8677656,7; RPPN_37_1599 - 634972,9 - 8677646,7; RPPN_37_1600 - 634930,0 - 8677602,1; RPPN_37_1601 - 634920,3 - 8677592,9; RPPN_37_1602 - 634910,6 - 8677585,9; RPPN_37_1603 - 634891,8 - 8677575,6; RPPN_37_1604 - 634811,8 - 8677543,3; RPPN_37_1605 - 634798,0 - 8677535,1; RPPN_37_1606 - 634787,8 - 8677526,4; RPPN_37_1607 - 634776,8 - 8677508,7; RPPN_37_1608 - 634749,3 - 8677456,0; RPPN_37_1609 - 634744,2 - 8677442,1; RPPN_37_1610 - 634743,0 - 8677434,6; RPPN_37_1611 - 634743,4 - 8677430,7; RPPN_37_1612 - 634745,7 - 8677425,7; RPPN_37_1613 - 634748,9 - 8677422,6; RPPN_37_1614 - 634805,5 - 8677394,7; RPPN_37_1615 - 634816,5 - 8677388,1; RPPN_37_1616 - 634826,0 - 8677377,3; RPPN_37_1617 - 634842,1 - 8677354,3; RPPN_37_1618 - 634856,3 - 8677336,6; RPPN_37_1619 - 634877,7 - 8677316,3; RPPN_37_1620 - 634887,3 - 8677301,3; RPPN_37_1621 - 634892,6 - 8677292,8; RPPN_37_1622 - 634898,4 - 8677275,3; RPPN_37_1623 - 634901,0 - 8677263,7; RPPN_37_1624 - 634901,1 - 8677238,3; RPPN_37_1625 - 634902,3 - 8677217,5; RPPN_37_1626 - 634912,1 - 8677171,2; RPPN_37_1627 - 634916,6 - 8677162,1; RPPN_37_1628 - 634920,3 - 8677158,8; RPPN_37_1629 - 634926,3 - 8677157,9; RPPN_37_1630 - 634935,4 - 8677159,2; RPPN_37_1631 - 634945,7 - 8677166,3; RPPN_37_1632 - 634949,4 - 8677173,3; RPPN_37_1633 - 634950,2 - 8677180,0; RPPN_37_1634 - 634950,3 - 8677184,7; RPPN_37_1635 - 634943,5 - 8677237,2; RPPN_37_1636 - 634944,3 - 8677257,1; RPPN_37_1637 - 634947,2 - 8677271,3 RPPN_37_1638 - 634947,2 - 8677287,8; RPPN_37_1639 - 634944,2 - 8677311,5; RPPN_37_1640 - 634943,8 - 8677322,5; RPPN_37_1641 - 634949,6 - 8677335,7; RPPN_37_1642 - 634958,8 - 8677351,4; RPPN_37_1643 - 634968,9 - 8677364,5; RPPN_37_1644 - 634976,6 - 8677378,8; RPPN_37_1645 - 634985,9 - 8677402,1; RPPN_37_1646 - 634991,7 - 8677411,0; RPPN_37_1647 - 634994,2 - 8677413,3; RPPN_37_1648 - 634986,3 - 8677387,2; RPPN_37_1649 - 634980,1 - 8677361,1; RPPN_37_1650 - 634973,9 - 8677312,6; RPPN_37_1651 - 634973,0 - 8677289,7; RPPN_37_1652 - 634975,6 - 8677258,2; RPPN_37_1653 - 634983,0 - 8677223,1; RPPN_37_1654 - 634993,4 - 8677192,0; RPPN_37_1655 - 635001,3 - 8677164,7; RPPN_37_1656 - 635004,7 - 8677152,4; RPPN_37_1657 - 635005,4 - 8677144,2; RPPN_37_1658 - 635006,2 - 8677142,4; RPPN_37_1659 - 634949,3 - 8677085,1; RPPN_37_1660 - 634851,5 - 8676996,0; RPPN_37_1661 - 634800,9 - 8676934,9; RPPN_37_1662 - 634793,2 - 8676944,1; RPPN_37_1663 - 634786,6 - 8676949,8; RPPN_37_1664 - 634777,0 - 8676955,6; RPPN_37_1665 - 634768,7 - 8676958,6; RPPN_37_1666 - 634773,1 - 8676971,0; RPPN_37_1667 - 634773,2 - 8676983,6; RPPN_37_1668 - 634769,7 - 8676993,6; RPPN_37_1669 - 634761,5 - 8677003,2; RPPN_37_1670 - 634753,2 - 8677008,3; RPPN_37_1671 - 634742,2 - 8677011,5; RPPN_37_1672 - 634730,6 - 8677013,2; RPPN_37_1673 - 634717,4 - 8677013,8; RPPN_37_1674 - 634708,1 - 8677018,4; RPPN_37_1675 - 634693,0 - 8677028,9; RPPN_37_1676 - 634682,0 - 8677076,5; RPPN_37_1677 - 634690,4 - 8677131,6; RPPN_37_1678 - 634680,9 - 8677203,0; RPPN_37_1679 - 634649,0 - 8677321,5; RPPN_37_1680 - 634624,4 - 8677366,7; RPPN_37_1681 - 634623,3 - 8677381,2; RPPN_37_1682 - 634628,9 - 8677386,8; RPPN_37_1683 - 634635,7 - 8677397,4; RPPN_37_1684 - 634639,6 - 8677409,3; RPPN_37_1685 - 634640,6 - 8677418,9; RPPN_37_1686 - 634639,7 - 8677428,0; RPPN_37_1687 - 634635,9 - 8677440,0; RPPN_37_1688 - 634629,2 - 8677450,6; RPPN_37_1689 - 634625,0 - 8677455,2; RPPN_37_1690 - 634614,9 - 8677462,6; RPPN_37_1691 - 634607,7 - 8677465,9; RPPN_37_1692 - 634599,3 - 8677468,1; RPPN_37_1693 - 634584,5 - 8677468,5; RPPN_37_1694 - 634572,4 - 8677465,5; RPPN_37_1695 - 634565,6 - 8677462,2; RPPN_37_1696 - 634558,4 - 8677457,2; RPPN_37_1697 - 634552,3 - 8677451,0; RPPN_37_1698 - 634548,5 - 8677445,9; RPPN_37_1699 - 634543,1 - 8677434,5; RPPN_37_1700 - 634541,3 - 8677427,6; RPPN_37_1701 - 634540,6 - 8677418,9; RPPN_37_1702 - 634541,3 - 8677410,2; RPPN_37_1703 - 634543,0 - 8677403,7; RPPN_37_1704 - 634547,3 - 8677393,9; RPPN_37_1705 - 634556,2 - 8677382,6; RPPN_37_1706 - 634563,5 - 8677377,0; RPPN_37_1707 - 634565,5 - 8677349,4; RPPN_37_1708 - 634593,0 - 8677298,9; RPPN_37_1709 - 634622,0 - 8677191,3; RPPN_37_1710 - 634629,8 - 8677132,2; RPPN_37_1711 - 634620,9 - 8677074,3; RPPN_37_1712 - 634632,2 - 8677025,4; RPPN_37_1713 - 634626,7 - 8677019,4; RPPN_37_1714 - 634621,5 - 8677012,0; RPPN_37_1715 - 634611,5 - 8677016,0;

RPPN_37_1716 - 634603,8 - 8677024,0; RPPN_37_1717 - 634592,0 - 8677031,5; RPPN_37_1718 - 634575,3 - 8677037,6; RPPN_37_1719 - 634559,3 - 8677041,0; RPPN_37_1720 - 634542,7 - 8677041,4; RPPN_37_1721 - 634521,4 - 8677037,7; RPPN_37_1722 - 634512,5 - 8677033,7; RPPN_37_1723 - 634502,0 - 8677024,6; RPPN_37_1724 - 634497,0 - 8677030,6; RPPN_37_1725 - 634490,9 - 8677041,0; RPPN_37_1726 - 634507,8 - 8677056,7; RPPN_37_1727 - 634511,6 - 8677061,2; RPPN_37_1728 - 634518,8 - 8677073,7; RPPN_37_1729 - 634522,6 - 8677086,2; RPPN_37_1730 - 634523,7 - 8677097,2; RPPN_37_1731 - 634522,9 - 8677109,1; RPPN_37_1732 - 634519,4 - 8677120,2; RPPN_37_1733 - 634512,7 - 8677130,6; RPPN_37_1734 - 634521,7 - 8677137,1; RPPN_37_1735 - 634528,5 - 8677145,9; RPPN_37_1736 - 634533,0 - 8677154,8; RPPN_37_1737 - 634536,3 - 8677165,2; RPPN_37_1738 - 634537,1 - 8677179,2; RPPN_37_1739 - 634534,9 - 8677198,5; RPPN_37_1740 - 634533,2 - 8677204,2; RPPN_37_1741 - 634526,9 - 8677216,8; RPPN_37_1742 - 634521,8 - 8677224,7; RPPN_37_1743 - 634511,6 - 8677236,6; RPPN_37_1744 - 634503,5 - 8677244,5; RPPN_37_1745 - 634481,5 - 8677261,0; RPPN_37_1746 - 634470,4 - 8677267,1; RPPN_37_1747 - 634463,2 - 8677272,8; RPPN_37_1748 - 634455,3 - 8677277,0; RPPN_37_1749 - 634447,1 - 8677279,3; RPPN_37_1750 - 634435,9 - 8677279,7; RPPN_37_1751 - 634407,5 - 8677271,6; RPPN_37_1752 - 634410,8 - 8677285,4; RPPN_37_1753 - 634410,8 - 8677305,0; RPPN_37_1754 - 634404,9 - 8677337,5; RPPN_37_1755 - 634404,6 - 8677356,1; RPPN_37_1756 - 634403,3 - 8677365,6; RPPN_37_1757 - 634401,2 - 8677373,8; RPPN_37_1758 - 634394,0 - 8677394,7; RPPN_37_1759 - 634387,1 - 8677409,2; RPPN_37_1760 - 634379,4 - 8677420,3; RPPN_37_1761 - 634372,2 - 8677428,1; RPPN_37_1762 - 634366,0 - 8677432,9; RPPN_37_1763 - 634356,3 - 8677437,7; RPPN_37_1764 - 634332,9 - 8677442,3; RPPN_37_1765 - 634320,2 - 8677451,9; RPPN_37_1766 - 634306,0 - 8677458,0; RPPN_37_1767 - 634290,9 - 8677459,1; RPPN_37_1768 - 634276,0 - 8677456,5; RPPN_37_1769 - 634271,8 - 8677460,4; RPPN_37_1770 - 634255,9 - 8677471,9; RPPN_37_1771 - 634249,3 - 8677474,8; RPPN_37_1772 - 634247,9 - 8677475,2; RPPN_37_1773 - 634246,8 - 8677475,6; RPPN_37_1774 - 634239,3 - 8677479,1; RPPN_37_1775 - 634237,3 - 8677481,3; RPPN_37_1776 - 634236,1 - 8677483,3; RPPN_37_1777 - 634235,3 - 8677487,1; RPPN_37_1778 - 634235,5 - 8677496,0; RPPN_37_1779 - 634252,1 - 8677488,7; RPPN_37_1780 - 634258,6 - 8677482,4; RPPN_37_1781 - 634270,5 - 8677475,7; RPPN_37_1782 - 634277,9 - 8677473,7; RPPN_37_1783 - 634292,4 - 8677472,3; RPPN_37_1784 - 634302,8 - 8677473,5; RPPN_37_1785 - 634315,1 - 8677479,2; RPPN_37_1786 - 634325,5 - 8677489,0; RPPN_37_1787 - 634331,9 - 8677499,8; RPPN_37_1788 - 634334,4 - 8677507,2; RPPN_37_1789 - 634335,4 - 8677515,4; RPPN_37_1790 - 634334,0 - 8677534,4; RPPN_37_1791 - 634332,1 - 8677544,2; RPPN_37_1792 - 634324,1 - 8677564,0; RPPN_37_1793 - 634314,7 - 8677580,3; RPPN_37_1794 - 634305,6 - 8677593,5; RPPN_37_1795 - 634296,8 - 8677603,3; RPPN_37_1796 - 634291,4 - 8677610,8; RPPN_37_1797 - 634276,2 - 8677625,8; RPPN_37_1798 - 634266,3 - 8677632,9; RPPN_37_1799 - 634297,7 - 8677660,8; RPPN_37_1800 - 634332,5 - 8677689,8; RPPN_37_1801 - 634399,2 - 8677646,7; RPPN_37_1802 - 634519,3 - 8677680,3; RPPN_37_1803 - 634629,2 - 8677697,9; RPPN_37_1804 - 634689,4 - 8677720,0; RPPN_37_1805 - 634704,3 - 8677690,2; RPPN_37_1806 - 634729,1 - 8677652,9; RPPN_37_1807 - 634750,1 - 8677647,7; RPPN_37_1808 - 634756,3 - 8677641,6 RPPN_37_1809 - 634761,5 - 8677634,05; RPPN_37_1810 - 634767,7 - 8677627,8; RPPN_37_1811 - 634774,8 - 8677622,8; RPPN_37_1812 - 634782,7 - 8677619,2; RPPN_37_1813 - 634793,3 - 8677616,6; RPPN_37_1814 - 634805,9 - 8677616,5; RPPN_37_1815 - 634816,9 - 8677619,2; RPPN_37_1816 - 634824,8 - 8677622,8; RPPN_37_1817 - 634833,9 - 8677629,5; RPPN_37_1818 - 634841,9 - 8677639,1; RPPN_37_1819 - 634846,8 - 8677649,0; RPPN_37_1820 - 634848,9 - 8677656,5; RPPN_37_1821 - 634849,8 - 8677666,1; RPPN_37_1822 - 634849,1 - 8677674,8; RPPN_37_1823 - 634846,8 - 8677683,2; RPPN_37_1824 - 634842,2 - 8677692,7; RPPN_37_1825 - 634838,1 - 8677698,3; RPPN_37_1826 - 634829,4 - 8677706,5; RPPN_37_1827 - 634818,49 - 8677712,587; RPPN_37_1828 - 634808,5613 - 8677715,429; RPPN_37_1829 - 634799,8789 - 8677716,189; RPPN_37_1830 - 634787,6639 - 8677714,665; RPPN_37_1831 - 634775,9 - 8677710,1; RPPN_37_1832 - 634768,4 - 8677704,9; RPPN_37_1833 - 634766,2 - 8677705,5; RPPN_37_1834 - 634756,3 - 8677720,4; RPPN_37_1835 - 634742,7 - 8677747,5; RPPN_37_1836 - 634786,1 - 8677777,4; RPPN_37_1837 - 634865,4 - 8677796,0; RPPN_37_1838 - 634905,1 - 8677851,0; RPPN_37_1839 - 634916,4 - 8677852,4; RPPN_37_1840 - 634929,2 - 8677857,6; RPPN_37_1841 - 634938,2 - 8677864,3; RPPN_37_1842 - 634947,5 - 8677875,9; RPPN_37_1843 - 634951,2 - 8677883,8; RPPN_37_1844 - 634953,2 - 8677891,3; RPPN_37_1845 - 634954,1 - 8677903,8; RPPN_37_1846 - 634951,2 - 8677918,0; RPPN_37_1847 - 634947,5 - 8677925,9; RPPN_37_1848 - 634942,5 - 8677933,1; RPPN_37_1849 - 634936,3 - 8677939,2; RPPN_37_1850 - 634929,2 - 8677944,2; RPPN_37_1851 - 634921,3 - 8677947,9; RPPN_37_1852 - 634912,9 - 8677950,2; RPPN_37_1853 - 634904,2 - 8677950,9; RPPN_37_1854 - 634895,5 - 8677950,2; RPPN_37_1855 - 634887,1 - 8677947,9; RPPN_37_1856 - 634880,3 - 8677944,8; RPPN_37_1857 - 634870,1 - 8677937,5; RPPN_37_1858 - 634860,9 - 8677925,9; RPPN_37_1859 - 634856,7 - 8677916,6; RPPN_37_1860 - 634854,3 - 8677904,3; RPPN_37_1861 - 634854,9 - 8677892,2; RPPN_37_1862 - 634856,5 - 8677886,1; RPPN_37_1863 - 634829,9 - 8677849,3; RPPN_37_1864 - 634761,4 - 8677833,2; RPPN_37_1865 - 634690,3 - 8677784,3; RPPN_37_1866 - 634679,5 - 8677780,3; RPPN_37_1867 - 634672,0 - 8677778,6; RPPN_37_1868 - 634663,0 - 8677774,2; RPPN_37_1869 - 634613,9 - 8677756,2; RPPN_37_1870 - 634506,4 - 8677739,0; RPPN_37_1871 - 634409,1 - 8677711,7; RPPN_37_1872 - 634377,1 - 8677732,4; RPPN_37_1873 - 634414,5 - 8677771,8; RPPN_37_1874 - 634429,1 - 8677839,8; RPPN_37_1875 - 634447,9 - 8677915,2; RPPN_37_1876 - 634433,4 - 8677992,6; RPPN_37_1877 - 634416,8 - 8678050,8; RPPN_37_1878 - 634416,8 - 8678127,3; RPPN_37_1879 - 634422,2 - 8678170,6; RPPN_37_1880 - 634479,5 - 8678174,7; RPPN_37_1881 - 634487,7 - 8678167,1; RPPN_37_1882 - 634500,1 - 8678160,5; RPPN_37_1883 - 634508,5 - 8678158,2; RPPN_37_1884 - 634517,0 - 8678157,5; RPPN_37_1885 - 634529,4 - 8678159,0; RPPN_37_1886 - 634542,2 - 8678164,1; RPPN_37_1887 - 634549,4 - 8678169,1; RPPN_37_1888 - 634555,5 - 8678175,3; RPPN_37_1889 - 634560,5 - 8678182,4; RPPN_37_1890 - 634564,2 - 8678190,3; RPPN_37_1891 - 634566,5 - 8678198,8; RPPN_37_1892 - 634567,2 - 8678207,4; RPPN_37_1893 - 634566,5 - 8678216,1; RPPN_37_1894 - 634564,2 - 8678224,5; RPPN_37_1895 - 634560,5 - 8678232,4; RPPN_37_1896 - 634555,5 - 8678239,6; RPPN_37_1897 - 634549,4 - 8678245,7; RPPN_37_1898 - 634542,2 - 8678250,7; RPPN_37_1899 - 634534,3 - 8678254,4; RPPN_37_1900 - 634525,9 - 8678256,7; RPPN_37_1901 - 634511,2 - 8678257,1; RPPN_37_1902 - 634499,0 - 8678254,0; RPPN_37_1903 - 634492,2 - 8678250,7; RPPN_37_1904 - 634485,1 - 8678245,7; RPPN_37_1905 - 634478,9 - 8678239,6; RPPN_37_1906 - 634475,2 - 8678234,5; RPPN_37_1907 - 634425,5 - 8678231,0; RPPN_37_1908 - 634425,5 - 8678263,2; RPPN_37_1909 - 634433,8 - 8678271,0; RPPN_37_1910 - 634437,6 - 8678276,1; RPPN_37_1911 - 634442,5 - 8678286,0; RPPN_37_1912 - 634444,7 - 8678294,4; RPPN_37_1913 - 634445,4 - 8678306,0; RPPN_37_1914 - 634442,5 - 8678320,2; RPPN_37_1915 - 634437,8 - 8678329,7; RPPN_37_1916 - 634429,9 - 8678339,4; RPPN_37_1917 - 634420,5 - 8678346,4; RPPN_37_1918 - 634414,1 - 8678349,5 RPPN_37_1919 - 634404,2 - 8678352,3; RPPN_37_1920 - 634395,5 - 8678353,1; RPPN_37_1921 - 634386,8 - 8678352,3; RPPN_37_1922 - 634378,4 - 8678350,1; RPPN_37_1923 - 634370,5 - 8678346,4; RPPN_37_1924 - 634363,3 - 8678341,4; RPPN_37_1925 - 634357,2 - 8678335,2; RPPN_37_1926 - 634353,4 - 8678330,1; RPPN_37_1927 - 634348,0 - 8678318,8; RPPN_37_1928 - 634346,2 - 8678311,8; RPPN_37_1929 - 634345,5 - 8678303,1; RPPN_37_1930 - 634346,3 - 8678293,9; RPPN_37_1931 - 634350,2 - 8678282,0; RPPN_37_1932 - 634357,2 - 8678271,0; RPPN_37_1933 - 634365,5 - 8678263,1; RPPN_37_1934 - 634365,5 - 8678200,6; RPPN_37_1935 - 634356,8 - 8678131,1; RPPN_37_1936 - 634356,8 - 8678042,4; RPPN_37_1937 - 634374,9 - 8677978,8; RPPN_37_1938 - 634386,5 - 8677917,1; RPPN_37_1939 - 634370,6 - 8677853,4; RPPN_37_1940 - 634359,2 - 8677800,4; RPPN_37_1941 - 634309,8 - 8677749,0; RPPN_37_1942 - 634258,5 - 8677706,3; RPPN_37_1943 - 634220,9 - 8677673,0; RPPN_37_1944 - 634210,7 - 8677680,7; RPPN_37_1945 - 634197,4 - 8677687,3; RPPN_37_1946 - 634193,9 - 8677696,5; RPPN_37_1947 - 634189,2 - 8677702,7; RPPN_37_1948 - 634181,2 - 8677708,4; RPPN_37_1949 - 634173,9 - 8677711,4; RPPN_37_1950 - 634167,4 - 8677712,8; RPPN_37_1951 - 634158,4 - 8677724,3; RPPN_37_1952 - 634165,3 - 8677725,8; RPPN_37_1953 - 634172,5 - 8677730,3; RPPN_37_1954 - 634174,2 - 8677730,2; RPPN_37_1955 - 634188,3 - 8677735,5; RPPN_37_1956 - 634198,9 - 8677742,0; RPPN_37_1957 - 634211,6 - 8677758,0; RPPN_37_1958 - 634217,3 - 8677773,0; RPPN_37_1959 - 634214,5 - 8677792,6; RPPN_37_1960 - 634208,0 - 8677810,0; RPPN_37_1961 - 634200,1 - 8677821,0; RPPN_37_1962 - 634206,2 - 8677829,7; RPPN_37_1963 - 634210,1 - 8677843,3; RPPN_37_1964 - 634210,6 - 8677855,6; RPPN_37_1965 - 634208,6 - 8677868,4; RPPN_37_1966 - 634204,3 - 8677885,6; RPPN_37_1967 - 634192,2 - 8677904,8; RPPN_37_1968 - 634180,0 - 8677915,6; RPPN_37_1969 - 634170,0 - 8677916,5; RPPN_37_1970 - 634172,0 - 8677926,9; RPPN_37_1971 - 634165,7 - 8677943,5; RPPN_37_1972 - 634158,9 - 8677959,4; RPPN_37_1973 - 634146,6 - 8677977,7; RPPN_37_1974 - 634151,9 - 8677986,4; RPPN_37_1975 - 634152,2 - 8678006,5; RPPN_37_1976 - 634155,5 - 8678024,4; RPPN_37_1977 - 634156,5 - 8678039,3; RPPN_37_1978 - 634155,2 - 8678051,7; RPPN_37_1979 - 634151,7 - 8678064,8; RPPN_37_1980 - 634145,1 - 8678081,7; RPPN_37_1981 - 634141,9 - 8678087,7; RPPN_37_1982 - 634139,5 - 8678095,5; RPPN_37_1983 - 634138,2 - 8678119,9; RPPN_37_1984 - 634134,7 - 8678130,6; RPPN_37_1985 - 634123,2 - 8678157,3; RPPN_37_1986 - 634121,0 - 8678164,7; RPPN_37_1987 - 634110,3 - 8678179,6; RPPN_37_1988 - 634095,7 - 8678186,5; RPPN_37_1989 - 634082,1 - 8678188,0; RPPN_37_1990 - 634070,7 - 8678186,0; RPPN_37_1991 - 634058,6 - 8678185,3; RPPN_37_1992 - 634026,1 - 8678174,7; RPPN_37_1993 - 634003,8 - 8678175,7; RPPN_37_1994 - 633989,3 - 8678174,3; RPPN_37_1995 - 633976,0 - 8678171,6; RPPN_37_1996 - 633946,0 - 8678160,2; RPPN_37_1997 - 633925,0 - 8678155,0; RPPN_37_1998 - 633870,3 - 8678152,5; RPPN_37_1999 - 633859,1 - 8678149,6; RPPN_37_2000 - 633852,6 - 8678156,9; RPPN_37_2001 - 633844,2 - 8678163,5; RPPN_37_2002 - 633832,4 - 8678168,1; RPPN_37_2003 - 633824,8 - 8678169,6; RPPN_37_2004 - 633812,5 - 8678169,2; RPPN_37_2005 - 633774,9 - 8678159,5; RPPN_37_2006 - 633758,4 - 8678157,8; RPPN_37_2007 - 633747,1 - 8678156,8; RPPN_37_2008 - 633728,0 - 8678160,2; RPPN_37_2009 - 633723,1 - 8678164,8; RPPN_37_2010 - 633713,7 - 8678180,9; RPPN_37_2011 - 633711,2 - 8678187,0; RPPN_37_2012 - 633713,0 - 8678218,3; RPPN_37_2013 - 633711,2 - 8678233,1; RPPN_37_2014 - 633711,4 - 8678239,8; RPPN_37_2015 - 633713,9 - 8678252,4; RPPN_37_2016 - 633713,8 - 8678265,2; RPPN_37_2017 - 633717,4 - 8678275,4; RPPN_37_2018 - 633719,2 - 8678287,4; RPPN_37_2019 - 633719,5 - 8678306,5; RPPN_37_2020 - 633714,4 - 8678322,9; RPPN_37_2021 - 633716,5 - 8678324,5; RPPN_37_2022 - 633728,3 - 8678331,3; RPPN_37_2023 - 633734,9 - 8678336,2; RPPN_37_2024 - 633745,6 - 8678336,6; RPPN_37_2025 - 633756,2 - 8678341,2; RPPN_37_2026 - 633784,7 - 8678361,4; RPPN_37_2027 - 633787,1 - 8678345,9; RPPN_37_2028 - 633790,9 - 8678338,1; RPPN_37_2029 - 633800,8 - 8678326,7; RPPN_37_2030 - 633819,4 - 8678311,3; RPPN_37_2031 - 633831,9 - 8678298,0; RPPN_37_2032 - 633836,5 - 8678286,2; RPPN_37_2033 - 633837,7 - 8678275,6; RPPN_37_2034 - 633840,5 - 8678263,9; RPPN_37_2035 - 633842,0 - 8678262,0; RPPN_37_2036 - 633843,9 - 8678261,7; RPPN_37_2037 - 633852,0 - 8678263,0; RPPN_37_2038 - 633862,1 - 8678266,8; RPPN_37_2039 - 633876,8 - 8678284,4; RPPN_37_2040 - 633909,3 - 8678312,1; RPPN_37_2041 - 633934,0 - 8678325,7; RPPN_37_2042 - 633955,3 - 8678342,0; RPPN_37_2043 - 633966,3 - 8678353,1; RPPN_37_2044 - 633975,0 - 8678357,3; RPPN_37_2045 - 633982,2 - 8678355,8; RPPN_37_2046 - 633983,6 - 8678353,4; RPPN_37_2047 - 633983,7 - 8678350,4; RPPN_37_2048 - 633970,2 - 8678337,3; RPPN_37_2049 - 633963,5 - 8678328,3; RPPN_37_2050 - 633955,0 - 8678309,0; RPPN_37_2051 - 633951,5 - 8678299,7; RPPN_37_2052 - 633951,3 - 8678293,9; RPPN_37_2053 - 633952,6 - 8678287,6; RPPN_37_2054 - 633956,8 - 8678282,7; RPPN_37_2055 - 633962,0 - 8678279,7; RPPN_37_2056 - 633967,9 - 8678278,8; RPPN_37_2057 - 634009,8 - 8678292,6; RPPN_37_2058 - 634033,9 - 8678301,7; RPPN_37_2059 - 634047,7 - 8678305,0; RPPN_37_2060 - 634060,7 - 8678307,1; RPPN_37_2061 - 634075,0 - 8678306,1; RPPN_37_2062 - 634091,2 - 8678302,3; RPPN_37_2063 - 634100,0 - 8678299,3; RPPN_37_2064 - 634114,4 - 8678292,5; RPPN_37_2065 - 634128,0 - 8678283,5; RPPN_37_2066 - 634162,4 - 8678254,1; RPPN_37_2067 - 634168,5 - 8678246,2; RPPN_37_2068 - 634174,9 - 8678233,4; RPPN_37_2069 - 634181,3 - 8678217,1; RPPN_37_2070 - 634188,5 - 8678190,9; RPPN_37_2071 - 634194,3 - 8678176,4; RPPN_37_2072 - 634200,7 - 8678165,6; RPPN_37_2073 - 634204,9 - 8678161,6; RPPN_37_2074 - 634210,3 - 8678160,0; RPPN_37_2075 - 634216,9 - 8678159,9; RPPN_37_2076 - 634224,7 - 8678161,8; RPPN_37_2077 - 634229,5 - 8678165,8; RPPN_37_2078 - 634235,2 - 8678173,4; RPPN_37_2079 - 634263,9 - 8678274,2; RPPN_37_2080 - 634276,9 - 8678316,6; RPPN_37_2081 - 634291,4 - 8678349,3; RPPN_37_2082 - 634325,9 - 8678437,3; RPPN_37_2083 - 634335,5 - 8678458,8; RPPN_37_2084 - 634355,9 - 8678487,6; RPPN_37_2085 - 634365,7 - 8678496,8; RPPN_37_2086 - 634379,4 - 8678506,3; RPPN_37_2087 - 634391,9 - 8678512,1; RPPN_37_2088 - 634420,8 - 8678515,5; RPPN_37_2089 - 634443,2 - 8678514,5; RPPN_37_2090 - 634468,1 - 8678506,0; RPPN_37_2091 - 634545,6 - 8678468,6; RPPN_37_2092 - 634552,9 - 8678463,5; RPPN_37_2093 - 634559,9 - 8678455,3; RPPN_37_2094 - 634577,4 - 8678425,3; RPPN_37_2095 - 634588,7 - 8678413,2; RPPN_37_2096 - 634601,3 - 8678404,4; RPPN_37_2097 - 634617,3 - 8678394,8; RPPN_37_2098 - 634642,4 - 8678376,3; RPPN_37_2099 - 634662,9 - 8678359,6.

RPPN 38: Inicia-se no ponto RPPN_38_2100 - 633744,1 - 8678342,5; RPPN_38_2101 - 633741,4 - 8678342,4; RPPN_38_2102 - 633747,8 - 8678348,1; RPPN_38_2103 - 633754,0 - 8678355,3; RPPN_38_2104 - 633764,2 - 8678376,3; RPPN_38_2105 - 633767,41 - 8678391,1; RPPN_38_2106 - 633767,9 - 8678405,5; RPPN_38_2107 - 633765,5 - 8678423,2; RPPN_38_2108 - 633759,6 - 8678441,0; RPPN_38_2109 - 633750,1 - 8678456,4; RPPN_38_2110 - 633740,5 - 8678464,9; RPPN_38_2111 - 633735,0 - 8678468,6; RPPN_38_2112 - 633723,3 - 8678491,1; RPPN_38_2113 - 633716,1 - 8678513,5; RPPN_38_2114 - 633721,8 - 8678515,6; RPPN_38_2115 - 633726,8 - 8678518,7; RPPN_38_2116 - 633731,4 - 8678523,1; RPPN_38_2117 - 633735,0 - 8678528,6; RPPN_38_2118 - 633740,3 - 8678519,0; RPPN_38_2119 - 633750,9 - 8678504,0; RPPN_38_2120 - 633763,5 - 8678478,2; RPPN_38_2121 - 633769,5 - 8678457,4; RPPN_38_2122 - 633774,4 - 8678434,8; RPPN_38_2123 - 633777,5 - 8678416,8; RPPN_38_2124 - 633777,9 - 8678395,6; RPPN_38_2125 - 633783,5 - 8678367,7; RPPN_38_2126 - 633774,8 - 8678362,2; RPPN_38_2127 - 633753,2 - 8678346,4; RPPN_38_2128 - 633744,1 - 8678342,5.

RPPN 39: Inicia-se no ponto RPPN_39_2129 - 633109,2 - 8678569,1; RPPN_39_2130 - 633116,6 - 8678569,3; RPPN_39_2131 - 633123,4 - 8678561,8; RPPN_39_2132 - 633127,4 - 8678556,3; RPPN_39_2133 - 633139,0 - 8678533,4; RPPN_39_2134 - 633132,7 - 8678530,2; RPPN_39_2135 - 633118,2 - 8678519,7; RPPN_39_2136 - 633107,0 - 8678508,7; RPPN_39_2137 - 633084,1 - 8678491,9; RPPN_39_2138 - 633098,8 - 8678522,9; RPPN_39_2139 - 633101,2 - 8678533,3; RPPN_39_2140 - 633101,6 - 8678542,5; RPPN_39_2141 - 633100,1 - 8678553,9; RPPN_39_2142 - 633093,1 - 8678572,5; RPPN_39_2143 - 633100,4 - 8678570,2; RPPN_39_2144 - 633109,2 - 8678569,1.

RPPN 40: Inicia-se no ponto RPPN_40_2145 - 633266,0 - 8678533,4; RPPN_40_2146 - 633270,9 - 8678530,0; RPPN_40_2147 - 633241,6 - 8678536,2; RPPN_40_2148 - 633208,4 - 8678544,5; RPPN_40_2149 - 633190,4 - 8678564,3; RPPN_40_2150 - 633177,9 - 8678589,1; RPPN_40_2151 - 633169,8 - 8678599,8; RPPN_40_2152 - 633160,7 - 8678610,0; RPPN_40_2153 - 633161,4 - 8678615,2; RPPN_40_2154 - 633177,1 - 8678601,5; RPPN_40_2155 - 633190,7 - 8678590,8; RPPN_40_2156 - 633208,9 - 8678578,9; RPPN_40_2157 - 633266,0 - 8678533,4.

RPPN 41: Inicia-se no ponto RPPN_41_2158 - 632204,4 - 8678330,7; RPPN_41_2159 - 632181,1 - 8678330,6; RPPN_41_2160 - 632214,1 - 8678401,5; RPPN_41_2161 - 632318,7 - 8678616,0; RPPN_41_2162 - 632326,2 - 8678617,0; RPPN_41_2163 - 632335,8 - 8678620,7; RPPN_41_2164 - 632345,72 - 8678622,3; RPPN_41_2165 - 632355,2 - 8678625,1; RPPN_41_2166 - 632346,9 - 8678606,2; RPPN_41_2167 - 632343,1 - 8678599,7; RPPN_41_2168 - 632336,2 - 8678591,9; RPPN_41_2169 - 632304,7 - 8678567,0; RPPN_41_2170 - 632297,6 - 8678556,8; RPPN_41_2171 - 632294,6 - 8678546,3; RPPN_41_2172 - 632293,3 - 8678507,23; RPPN_41_2173 - 632291,7 - 8678502,9; RPPN_41_2174 - 632289,0 - 8678489,6; RPPN_41_2175 - 632284,8 - 8678479,8; RPPN_41_2176 - 632284,6 - 8678476,8;

RPPN_41_2177 - 632282,7 - 8678473,8; RPPN_41_2178 - 632282,4 - 8678465,9; RPPN_41_2179 - 632236,7 - 8678379,3; RPPN_41_2180 - 632222,2 - 8678348,1; RPPN_41_2181 - 632213,9 - 8678335,0; RPPN_41_2182 - 632204,4 - 8678330,7.

RPPN 42: Inicia-se no ponto RPPN_42_2183 - 633579,3 - 8678565,9; RPPN_42_2184 - 633583,1 - 8678558,3; RPPN_42_2185 - 633592,4 - 8678547,7; RPPN_42_2186 - 633598,4 - 8678543,2; RPPN_42_2187 - 633607,4 - 8678539,3; RPPN_42_2188 - 633615,1 - 8678537,8; RPPN_42_2189 - 633629,6 - 8678538,1; RPPN_42_2190 - 633635,4 - 8678539,1; RPPN_42_2191 - 633648,3 - 8678543,2; RPPN_42_2192 - 633650,1 - 8678542,0; RPPN_42_2193 - 633648,6 - 8678536,1; RPPN_42_2194 - 633647,6 - 8678526,4; RPPN_42_2195 - 633649,8 - 8678508,6; RPPN_42_2196 - 633656,8 - 8678481,3; RPPN_42_2197 - 633666,8 - 8678454,2; RPPN_42_2198 - 633684,7 - 8678426,1; RPPN_42_2199 - 633689,5 - 8678421,5; RPPN_42_2200 - 633700,4 - 8678413,9; RPPN_42_2201 - 633701,4 - 8678399,8; RPPN_42_2202 - 633699,0 - 8678391,3; RPPN_42_2203 - 633674,2 - 8678375,1; RPPN_42_2204 - 633660,4 - 8678361,1; RPPN_42_2205 - 633652,3 - 8678347,9; RPPN_42_2206 - 633648,1 - 8678330,3; RPPN_42_2207 - 633643,7 - 8678336,8; RPPN_42_2208 - 633634,6 - 8678345,8; RPPN_42_2209 - 633624,7 - 8678353,5; RPPN_42_2210 - 633604,5 - 8678372,3; RPPN_42_2211 - 633583,6 - 8678387,7; RPPN_42_2212 - 633565,3 - 8678396,1; RPPN_42_2213 - 633554,0 - 8678398,1; RPPN_42_2214 - 633537,9 - 8678399,3; RPPN_42_2215 - 633540,7 - 8678408,6; RPPN_42_2216 - 633540,5 - 8678417,6; RPPN_42_2217 - 633538,7 - 8678424,0; RPPN_42_2218 - 633535,7 - 8678429,9; RPPN_42_2219 - 633529,4 - 8678437,5; RPPN_42_2220 - 633531,4 - 8678452,2; RPPN_42_2221 - 633529,8 - 8678461,2; RPPN_42_2222 - 633526,1 - 8678470,2; RPPN_42_2223 - 633511,6 - 8678489,3; RPPN_42_2224 - 633478,1 - 8678518,6; RPPN_42_2225 - 633470,4 - 8678523,9; RPPN_42_2226 - 633463,8 - 8678532,1; RPPN_42_2227 - 633462,4 - 8678539,4; RPPN_42_2228 - 633451,5 - 8678567,4; RPPN_42_2229 - 633447,1 - 8678581,8; RPPN_42_2230 - 633438,42 - 8678618,4; RPPN_42_2231 - 633463,9 - 8678599,0; RPPN_42_2232 - 633469,9 - 8678593,6; RPPN_42_2233 - 633477,4 - 8678584,1; RPPN_42_2234 - 633488,1 - 8678574,0; RPPN_42_2235 - 633500,6 - 8678567,0; RPPN_42_2236 - 633509,6 - 8678564,3; RPPN_42_2237 - 633517,5 - 8678564,3; RPPN_42_2238 - 633529,5 - 8678567,6; RPPN_42_2239 - 633537,2 - 8678572,2; RPPN_42_2240 - 633552,9 - 8678588,4; RPPN_42_2241 - 633558,1 - 8678596,7; RPPN_42_2242 - 633559,8 - 8678602,3; RPPN_42_2243 - 633561,2 - 8678612,5; RPPN_42_2244 - 633560,6 - 8678618,4; RPPN_42_2245 - 633558,5 - 8678625,1; RPPN_42_2246 - 633553,4 - 8678633,6; RPPN_42_2247 - 633546,3 - 8678640,2; RPPN_42_2248 - 633535,3 - 8678646,3; RPPN_42_2249 - 633517,3 - 8678650,0; RPPN_42_2250 - 633502,4 - 8678656,7; RPPN_42_2251 - 633494,4 - 8678662,3; RPPN_42_2252 - 633492,3 - 8678669,3; RPPN_42_2253 - 633499,4 - 8678670,4; RPPN_42_2254 - 633512,8 - 8678674,2; RPPN_42_2255 - 633528,1 - 8678682,3; RPPN_42_2256 - 633540,9 - 8678694,9; RPPN_42_2257 - 633550,4 - 8678705,9; RPPN_42_2258 - 633554,7 - 8678714,5; RPPN_42_2259 - 633559,4 - 8678707,2; RPPN_42_2260 - 633558,4 - 8678695,2; RPPN_42_2261 - 633559,1 - 8678684,4; RPPN_42_2262 - 633560,4 - 8678678,6; RPPN_42_2263 - 633565,3 - 8678666,7; RPPN_42_2264 - 633561,0 - 8678651,4; RPPN_42_2265 - 633560,2 - 8678636,5; RPPN_42_2266 - 633561,4 - 8678624,3; RPPN_42_2267 - 633563,2 - 8678617,9; RPPN_42_2268 - 633569,6 - 8678604,3; RPPN_42_2269 - 633569,6 - 8678593,7; RPPN_42_2270 - 633572,0 - 8678579,8; RPPN_42_2271 - 633579,3 - 8678565,9.

RPPN 43: Inicia-se no ponto RPPN_43_2272 - 633304,0 - 8678643,3; RPPN_43_2273 - 633304,9 - 8678603,9; RPPN_43_2274 - 633303,5 - 8678598,8; RPPN_43_2275 - 633291,7 - 8678585,5; RPPN_43_2276 - 633264,7 - 8678613,7; RPPN_43_2277 - 633265,8 - 8678614,8; RPPN_43_2278 - 633268,8 - 8678614,8; RPPN_43_2279 - 633275,3 - 8678617,2; RPPN_43_2280 - 633282,3 - 8678621,1; RPPN_43_2281 - 633287,2 - 8678626,8; RPPN_43_2282 - 633289,1 - 8678634,2; RPPN_43_2283 - 633286,7 - 8678641,5; RPPN_43_2284 - 633277,0 - 8678656,6; RPPN_43_2285 - 633270,0 - 8678672,7; RPPN_43_2286 - 633266,2 - 8678683,6; RPPN_43_2287 - 633259,8 - 8678714,5; RPPN_43_2288 - 633259,7 - 8678727,0; RPPN_43_2289 - 633257,7 - 8678739,6; RPPN_43_2290 - 633258,3 - 8678744,9; RPPN_43_2291 - 633260,4 - 8678750,2; RPPN_43_2292 - 633268,4 - 8678758,9; RPPN_43_2293 - 633278,0 - 8678767,0; RPPN_43_2294 - 633290,7 - 8678787,7; RPPN_43_2295 - 633296,6 - 8678792,0; RPPN_43_2296 - 633296,6 - 8678781,4; RPPN_43_2297 - 633298,7 - 8678762,5; RPPN_43_2298 - 633298,0 - 8678749,3; RPPN_43_2299 - 633299,8 - 8678710,4; RPPN_43_2300 - 633304,05 - 8678643,3.

RPPN 44: Inicia-se no ponto RPPN_44_2301 - 633061,7 - 8678849,0; RPPN_44_2302 - 633063,6 - 8678849,2; RPPN_44_2303 - 633071,3 - 8678845,8; RPPN_44_2304 - 633090,1 - 8678828,6; RPPN_44_2305 - 633102,6 - 8678819,3; RPPN_44_2306 - 633110,9 - 8678811,2; RPPN_44_2307 - 633117,7 - 8678802,2; RPPN_44_2308 - 633123,4 - 8678787,1; RPPN_44_2309 - 633148,7 - 8678746,9; RPPN_44_2310 - 633149,6 - 8678741,5; RPPN_44_2311 - 633154,0 - 8678731,7; RPPN_44_2312 - 633158,5 - 8678709,3; RPPN_44_2313 - 633158,4 - 8678696,7; RPPN_44_2314 - 633161,0 - 8678691,9; RPPN_44_2315 - 633166,0 - 8678675,4; RPPN_44_2316 - 633168,4 - 8678670,0; RPPN_44_2317 - 633177,2 - 8678656,1; RPPN_44_2318 - 633183,1 - 8678642,2; RPPN_44_2319 - 633187,4 - 8678636,1; RPPN_44_2320 - 633198,0 - 8678628,4; RPPN_44_2321 - 633215,4 - 8678623,5; RPPN_44_2322 - 633231,1 - 8678614,8; RPPN_44_2323 - 633241,9 - 8678610,6; RPPN_44_2324 - 633249,3 - 8678609,5; RPPN_44_2325 - 633259,1 - 8678611,5; RPPN_44_2326 - 633268,5 - 8678600,7; RPPN_44_2327 - 633299,3 - 8678569,2; RPPN_44_2328 - 633323,1 - 8678547,5; RPPN_44_2329 - 633345,6 - 8678535,5; RPPN_44_2330 - 633406,0 - 8678517,8; RPPN_44_2331 - 633437,1 - 8678513,4; RPPN_44_2332 - 633451,9 - 8678515,9; RPPN_44_2333 - 633464,6 - 8678521,2; RPPN_44_2334 - 633474,3 - 8678514,0; RPPN_44_2335 - 633507,4 - 8678485,0; RPPN_44_2336 - 633512,9 - 8678476,8; RPPN_44_2337 - 633520,7 - 8678467,5; RPPN_44_2338 - 633524,1 - 8678459,4; RPPN_44_2339 - 633525,4 - 8678451,6; RPPN_44_2340 - 633524,2 - 8678441,6; RPPN_44_2341 - 633494,0 - 8678467,3; RPPN_44_2342 - 633481,2 - 8678474,4; RPPN_44_2343 - 633476,0 - 8678476,4; RPPN_44_2344 - 633449,3 - 8678484,0; RPPN_44_2345 - 633427,2 - 8678486,4; RPPN_44_2346 - 633415,2 - 8678484,4; RPPN_44_2347 - 633411,4 - 8678484,9; RPPN_44_2348 - 633405,9 - 8678483,9; RPPN_44_2349 - 633394,4 - 8678479,8; RPPN_44_2350 - 633389,5 - 8678479,0; RPPN_44_2351 - 633375,7 - 8678479,0; RPPN_44_2352 - 633338,0 - 8678494,4; RPPN_44_2353 - 633322,4 - 8678502,5; RPPN_44_2354 - 633269,5 - 8678538,3; RPPN_44_2355 - 633212,5 - 8678583,7; RPPN_44_2356 - 633194,1 - 8678595,8; RPPN_44_2357 - 633180,9 - 8678606,1; RPPN_44_2358 - 633161,3 - 8678623,1; RPPN_44_2359 - 633159,2 - 8678634,2; RPPN_44_2360 - 633155,1 - 8678643,5; RPPN_44_2361 - 633150,2 - 8678650,7; RPPN_44_2362 - 633141,1 - 8678659,3; RPPN_44_2363 - 633131,8 - 8678664,7; RPPN_44_2364 - 633119,5 - 8678668,3; RPPN_44_2365 - 633111,6 - 8678669,0; RPPN_44_2366 - 633100,4 - 8678667,7; RPPN_44_2367 - 633087,7 - 8678662,9; RPPN_44_2368 - 633078,0 - 8678656,0; RPPN_44_2369 - 633073,5 - 8678651,4; RPPN_44_2370 - 633069,5 - 8678645,9; RPPN_44_2371 - 633064,1 - 8678634,7; RPPN_44_2372 - 633062,5 - 8678628,5; RPPN_44_2373 - 633061,7 - 8678619,8; RPPN_44_2374 - 633058,6 - 8678621,4; RPPN_44_2375 - 633050,1 - 8678623,1; RPPN_44_2376 - 633039,3 - 8678622,7; RPPN_44_2377 - 633032,5 - 8678619,8; RPPN_44_2378 - 633027,7 - 8678615,5; RPPN_44_2379 - 633024,9 - 8678611,0; RPPN_44_2380 - 633025,4 - 8678602,8; RPPN_44_2381 - 633038,9 - 8678570,9; RPPN_44_2382 - 633041,8 - 8678558,2; RPPN_44_2383 - 633042,9 - 8678522,2; RPPN_44_2384 - 633045,7 - 8678513,5; RPPN_44_2385 - 633051,6 - 8678506,4; RPPN_44_2386 - 633065,7 - 8678497,2; RPPN_44_2387 - 633078,1 - 8678491,6; RPPN_44_2388 - 633076,7 - 8678486,5; RPPN_44_2389 - 633044,1 - 8678452,9; RPPN_44_2390 - 633026,4 - 8678438,5; RPPN_44_2391 - 633004,6 - 8678423,02; RPPN_44_2392 - 632990,8 - 8678410,4; RPPN_44_2393 - 632936,6 - 8678379,9; RPPN_44_2394 - 632918,2 - 8678368,5; RPPN_44_2395 - 632904,4 - 8678361,7; RPPN_44_2396 - 632879,9 - 8678345,3; RPPN_44_2397 - 632847,3 - 8678330,7; RPPN_44_2398 - 632826,9 - 8678317,1; RPPN_44_2399 - 632810,7 - 8678310,8; RPPN_44_2400 - 632802,6 - 8678308,5; RPPN_44_2401 - 632793,8 - 8678312,2; RPPN_44_2402 - 632787,5 - 8678313,6; RPPN_44_2403 - 632773,5 - 8678313,9; RPPN_44_2404 - 632762,3 - 8678311,2; RPPN_44_2405 - 632756,4 - 8678308,6; RPPN_44_2406 - 632745,9 - 8678301,3; RPPN_44_2407 - 632737,6 - 8678291,5; RPPN_44_2408 - 632732,1 - 8678280,0; RPPN_44_2409 - 632729,6 - 8678267,5; RPPN_44_2410 - 632730,4 - 8678255,1; RPPN_44_2411 - 632734,5 - 8678242,6; RPPN_44_2412 - 632740,9 - 8678232,6; RPPN_44_2413 - 632750,0 - 8678224,0; RPPN_44_2414 - 632757,1 - 8678219,6; RPPN_44_2415 - 632749,7 - 8678210,2; RPPN_44_2416 - 632719,4 - 8678175,9; RPPN_44_2417 - 632701,4 - 8678157,2; RPPN_44_2418 - 632677,6 - 8678165,2; RPPN_44_2419 - 632671,8 - 8678168,4; RPPN_44_2420 - 632663,1 - 8678171,2; RPPN_44_2421 - 632653,0 - 8678175,8; RPPN_44_2422 - 632649,8 - 8678178,5; RPPN_44_2423 - 632635,6 - 8678186,7; RPPN_44_2424 - 632613,7 - 8678194,4; RPPN_44_2425 - 632577,8 - 8678209,5; RPPN_44_2426 - 632566,6 - 8678211,6; RPPN_44_2427 - 632565,4 - 8678223,6; RPPN_44_2428 - 632562,4 - 8678228,2; RPPN_44_2429 - 632558,8 - 8678231,2; RPPN_44_2430 - 632555,3 - 8678235,8; RPPN_44_2431 - 632533,3 - 8678267,6; RPPN_44_2432 - 632528,5 - 8678278,7; RPPN_44_2433 - 632524,2 - 8678283,7; RPPN_44_2434 - 632516,0 - 8678302,5; RPPN_44_2435 - 632514,1 - 8678313,7; RPPN_44_2436 - 632513,7 - 8678325,9; RPPN_44_2437 - 632514,2 - 8678330,8; RPPN_44_2438 - 632516,3 - 8678336,9; RPPN_44_2439 - 632519,3 - 8678359,6; RPPN_44_2440 - 632522,2 - 8678363,5; RPPN_44_2441 - 632526,5 - 8678366,6; RPPN_44_2442 - 632543,5 - 8678375,4; RPPN_44_2443 - 632568,8 - 8678374,9; RPPN_44_2444 - 632585,2 - 8678378,0; RPPN_44_2445 - 632590,1 - 8678380,7; RPPN_44_2446 - 632599,9 - 8678383,6; RPPN_44_2447 - 632615,7 - 8678385,9; RPPN_44_2448 - 632647,9 - 8678384,8; RPPN_44_2449 - 632669,9 - 8678386,0; RPPN_44_2450 - 632686,1 - 8678388,1; RPPN_44_2451 - 632707,9 - 8678399,2; RPPN_44_2452 - 632718,1 - 8678413,3; RPPN_44_2453 - 632731,6 - 8678421,7; RPPN_44_2454 - 632741,8 - 8678426,6; RPPN_44_2455 - 632763,5 - 8678428,4; RPPN_44_2456 - 632787,4 - 8678432,9; RPPN_44_2457 - 632799,8 - 8678433,8; RPPN_44_2458 - 632816,8 - 8678442,0; RPPN_44_2459 - 632835,1 - 8678458,2; RPPN_44_2460 - 632843,6 - 8678467,5; RPPN_44_2461 - 632855,7 - 8678478,6; RPPN_44_2462 - 632859,3 - 8678484,4; RPPN_44_2463 - 632866,0 - 8678503,8; RPPN_44_2464 - 632878,0 - 8678526,7; RPPN_44_2465 - 632881,6 - 8678540,1; RPPN_44_2466 - 632880,1 - 8678552,6; RPPN_44_2467 - 632877,1 - 8678559,7; RPPN_44_2468 - 632868,7 - 8678568,4; RPPN_44_2469 - 632862,3 - 8678576,8; RPPN_44_2470 - 632854,0 - 8678585,3; RPPN_44_2471 - 632842,2 - 8678599,4; RPPN_44_2472 - 632833,5 - 8678605,2; RPPN_44_2473 - 632829,9 - 8678606,0; RPPN_44_2474 - 632830,7 - 8678613,1; RPPN_44_2475 - 632833,7 - 8678613,9; RPPN_44_2476 - 632836,1 - 8678616,5; RPPN_44_2477 - 632840,7 - 8678626,3; RPPN_44_2478 - 632842,9 - 8678636,4; RPPN_44_2479 - 632865,9 - 8678681,5; RPPN_44_2480 - 632882,2 - 8678692,3; RPPN_44_2481 - 632893,7 - 8678702,1; RPPN_44_2482 - 632899,5 - 8678709,8; RPPN_44_2483 - 632925,9 - 8678729,5; RPPN_44_2484 - 632931,7 - 8678735,0; RPPN_44_2485 - 632936,1 - 8678746,1; RPPN_44_2486 - 632935,1 - 8678761,6; RPPN_44_2487 - 632936,6 - 8678772,1; RPPN_44_2488 - 632936,2 - 8678778,1; RPPN_44_2489 - 632932,8 - 8678789,4; RPPN_44_2490 - 632934,7 - 8678799,9; RPPN_44_2491 - 632933,2 - 8678812,5; RPPN_44_2492 - 632937,2 - 8678829,6; RPPN_44_2493 - 632958,0 - 8678853,3; RPPN_44_2494 - 632968,3 - 8678858,3; RPPN_44_2495 - 632973,3 - 8678858,8; RPPN_44_2496 - 632984,5 - 8678863,0; RPPN_44_2497 - 632990,9 - 8678867,8; RPPN_44_2498 - 632998,0 - 8678876,4; RPPN_44_2499 - 633001,4 - 8678877,6; RPPN_44_2500 - 633005,7 - 8678878,1; RPPN_44_2501 - 633010,0 - 8678876,2; RPPN_44_2502 - 633018,0 - 8678869,9; RPPN_44_2503 - 633023,1 - 8678868,7; RPPN_44_2504 - 633027,3 - 8678865,8; RPPN_44_2505 - 633037,1 - 8678861,5; RPPN_44_2506 - 633051,4 - 8678852,1; RPPN_44_2507 - 633061,7 - 8678849,0.

RPPN 45: Inicia-se no ponto RPPN_45_2508 - 634148,4 - 8678890,8; RPPN_45_2509 - 634179,9 - 8678892,0; RPPN_45_2510 - 634194,7 - 8678894,1; RPPN_45_2511 - 634286,3 - 8678884,5; RPPN_45_2512 - 634305,6 - 8678883,5; RPPN_45_2513 - 634322,8 - 8678886,3; RPPN_45_2514 - 634342,6 - 8678891,3; RPPN_45_2515 - 634374,8 - 8678901,7; RPPN_45_2516 - 634376,1 - 8678897,6; RPPN_45_2517 - 634379,4 - 8678893,9; RPPN_45_2518 - 634385,4 - 8678890,0; RPPN_45_2519 - 634396,5 - 8678885,1; RPPN_45_2520 - 634442,0 - 8678868,5; RPPN_45_2521 - 634455,0 - 8678862,9; RPPN_45_2522 - 634463,0 - 8678857,7; RPPN_45_2523 - 634466,5 - 8678854,0; RPPN_45_2524 - 634471,9 - 8678833,3; RPPN_45_2525 - 634480,2 - 8678819,1; RPPN_45_2526 - 634485,2 - 8678815,4; RPPN_45_2527 - 634503,4 - 8678809,3; RPPN_45_2528 - 634509,4 - 8678808,5; RPPN_45_2529 - 634533,6 - 8678808,5; RPPN_45_2530 - 634556,0 - 8678813,3; RPPN_45_2531 - 634577,3 - 8678823,5; RPPN_45_2532 - 634580,6 - 8678824,0; RPPN_45_2533 - 634588,1 - 8678822,1; RPPN_45_2534 - 634593,1 - 8678819,7; RPPN_45_2535 - 634594,5 - 8678817,8; RPPN_45_2536 - 634596,2 - 8678809,2; RPPN_45_2537 - 634606,1 - 8678750,7; RPPN_45_2538 - 634613,0 - 8678725,4; RPPN_45_2539 - 634621,5 - 8678702,5; RPPN_45_2540 - 634628,2 - 8678689,1; RPPN_45_2541 - 634635,6 - 8678678,8; RPPN_45_2542 - 634647,0 - 8678671,1; RPPN_45_2543 - 634651,8 - 8678669,2; RPPN_45_2544 - 634665,4 - 8678666,3; RPPN_45_2545 - 634685,6 - 8678664,6; RPPN_45_2546 - 634692,7 - 8678662,9; RPPN_45_2547 - 634698,5 - 8678660,0; RPPN_45_2548 - 634699,8 - 8678658,0; RPPN_45_2549 - 634704,1 - 8678642,7; RPPN_45_2550 - 634702,2 - 8678622,9; RPPN_45_2551 - 634695,8 - 8678599,4; RPPN_45_2552 - 634696,2 - 8678582,2; RPPN_45_2553 - 634700,5 - 8678561,5; RPPN_45_2554 - 634694,1 - 8678554,0; RPPN_45_2555 - 634686,9 - 8678547,9; RPPN_45_2556 - 634676,9 - 8678543,0; RPPN_45_2557 - 634664,7 - 8678539,5; RPPN_45_2558 - 634613,6 - 8678515,4; RPPN_45_2559 - 634592,3 - 8678507,5; RPPN_45_2560 - 634580,4 - 8678504,5; RPPN_45_2561 - 634556,8 - 8678503,6; RPPN_45_2562 - 634533,8 - 8678509,1; RPPN_45_2563 - 634514,2 - 8678518,5; RPPN_45_2564 - 634506,9 - 8678522,8; RPPN_45_2565 - 634494,5 - 8678532,0; RPPN_45_2566 - 634431,3 - 8678559,0; RPPN_45_2567 - 634350,9 - 8678590,0; RPPN_45_2568 - 634325,6 - 8678598,9; RPPN_45_2569 - 634309,7 - 8678600,2; RPPN_45_2570 - 634290,4 - 8678599,8; RPPN_45_2571 - 634246,8 - 8678595,5; RPPN_45_2572 - 634219,0 - 8678594,6; RPPN_45_2573 - 634197,3 - 8678588,8; RPPN_45_2574 - 634183,9 - 8678584,0; RPPN_45_2575 - 634171,0 - 8678577,9; RPPN_45_2576 - 634161,7 - 8678570,0; RPPN_45_2577 - 634156,0 - 8678562,7; RPPN_45_2578 - 634083,9 - 8678557,0; RPPN_45_2579 - 634009,8 - 8678547,8; RPPN_45_2580 - 633979,3 - 8678546,0; RPPN_45_2581 - 633919,5 - 8678540,1; RPPN_45_2582 - 633909,2 - 8678535,5; RPPN_45_2583 - 633898,3 - 8678528,3; RPPN_45_2584 - 633857,9 - 8678491,9; RPPN_45_2585 - 633843,4 - 8678493,3; RPPN_45_2586 - 633818,7 - 8678498,6; RPPN_45_2587 - 633791,2 - 8678501,3; RPPN_45_2588 - 633775,8 - 8678500,8; RPPN_45_2589 - 633761,4 - 8678496,2; RPPN_45_2590 - 633755,9 - 8678507,3; RPPN_45_2591 - 633745,3 - 8678522,3; RPPN_45_2592 - 633739,8 - 8678532,3; RPPN_45_2593 - 633739,2 - 8678538,1; RPPN_45_2594 - 633741,4 - 8678547,9; RPPN_45_2595 - 633743,7 - 8678550,7; RPPN_45_2596 - 633747,6 - 8678552,4; RPPN_45_2597 - 633771,2 - 8678550,8; RPPN_45_2598 - 633789,8 - 8678552,0; RPPN_45_2599 - 633800,6 - 8678557,4; RPPN_45_2600 - 633810,7 - 8678568,0; RPPN_45_2601 - 633827,4 - 8678604,0; RPPN_45_2602 - 633836,5 - 8678613,1; RPPN_45_2603 - 633847,8 - 8678617,6; RPPN_45_2604 - 633881,7 - 8678626,1; RPPN_45_2605 - 633936,6 - 8678635,0; RPPN_45_2606 - 634021,9 - 8678636,4; RPPN_45_2607 - 634030,6 - 8678638,8; RPPN_45_2608 - 634042,7 - 8678639,9; RPPN_45_2609 - 634089,5 - 8678659,7; RPPN_45_2610 - 634112,6 - 8678667,1; RPPN_45_2611 - 634136,4 - 8678678,6; RPPN_45_2612 - 634157,6 - 8678686,7; RPPN_45_2613 - 634208,7 - 8678701,8; RPPN_45_2614 - 634259,7 - 8678713,4; RPPN_45_2615 - 634305,6 - 8678707,9; RPPN_45_2616 - 634341,2 - 8678696,8; RPPN_45_2617 - 634368,3 - 8678676,5; RPPN_45_2618 - 634404,62 - 8678652,1; RPPN_45_2619 - 634440,1 - 8678642,6; RPPN_45_2620 - 634487,5 - 8678620,1; RPPN_45_2621 - 634512,9 - 8678604,6; RPPN_45_2622 - 634516,9 - 8678590,8; RPPN_45_2623 - 634523,9 - 8678579,8; RPPN_45_2624 - 634532,7 - 8678571,6; RPPN_45_2625 - 634545,1 - 8678564,9; RPPN_45_2626 - 634553,6 - 8678562,7; RPPN_45_2627 - 634562,2 - 8678561,9; RPPN_45_2628 - 634570,9 - 8678562,7; RPPN_45_2629 - 634579,3 - 8678564,9; RPPN_45_2630 - 634587,2 - 8678568,6; RPPN_45_2631 - 634594,4 - 8678573,6; RPPN_45_2632 - 634600,5 - 8678579,8; RPPN_45_2633 - 634604,3 - 8678584,9; RPPN_45_2634 - 634609,2 - 8678594,8; RPPN_45_2635 - 634611,5 - 8678603,2; RPPN_45_2636 - 634612,2 - 8678611,9; RPPN_45_2637 - 634611,46 - 8678621,0; RPPN_45_2638 - 634609,2 - 8678629,0; RPPN_45_2639 - 634604,6 - 8678638,5; RPPN_45_2640 - 634596,6 - 8678648,2;

RPPN_45_2641 - 634587,2 - 8678655,2; RPPN_45_2642 - 634574,9 - 8678660,3; RPPN_45_2643 - 634562,5 - 8678661,9; RPPN_45_2644 - 634550,0 - 8678660,4; RPPN_45_2645 - 634541,6 - 8678657,3; RPPN_45_2646 - 634516,0 - 8678673,0; RPPN_45_2647 - 634460,9 - 8678699,1; RPPN_45_2648 - 634429,8 - 8678707,5; RPPN_45_2649 - 634406,5 - 8678723,1; RPPN_45_2650 - 634401,2 - 8678728,4; RPPN_45_2651 - 634390,9 - 8678736,3; RPPN_45_2652 - 634380,3 - 8678742,5; RPPN_45_2653 - 634369,0 - 8678751,0; RPPN_45_2654 - 634351,8 - 8678756,4; RPPN_45_2655 - 634340,5 - 8678762,2; RPPN_45_2656 - 634321,8 - 8678766,7; RPPN_45_2657 - 634271,0 - 8678772,5; RPPN_45_2658 - 634248,8 - 8678778,2; RPPN_45_2659 - 634244,9 - 8678780,4; RPPN_45_2660 - 634237,4 - 8678782,3; RPPN_45_2661 - 634231,5 - 8678782,3; RPPN_45_2662 - 634219,7 - 8678779,7; RPPN_45_2663 - 634196,5 - 8678771,8; RPPN_45_2664 - 634152,3 - 8678759,6; RPPN_45_2665 - 634117,2 - 8678743,2; RPPN_45_2666 - 634078,5 - 8678723,6; RPPN_45_2667 - 634057,8 - 8678711,5; RPPN_45_2668 - 634015,1 - 8678882,0; RPPN_45_2669 - 634027,6 - 8678885,4; RPPN_45_2670 - 634040,6 - 8678886,9; RPPN_45_2671 - 634069,9 - 8678887,9; RPPN_45_2672 - 634076,4 - 8678891,1; RPPN_45_2673 - 634080,7 - 8678896,4; RPPN_45_2674 - 634082,6 - 8678903,4; RPPN_45_2675 - 634127,8 - 8678893,8; RPPN_45_2676 - 634148,4 - 8678890,8.

RPPN 46: Inicia-se no ponto RPPN_46_2677 - 632395,7 - 8678687,7; RPPN_46_2678 - 632387,7 - 8678684,6; RPPN_46_2679 - 632399,7 - 8678710,7; RPPN_46_2680 - 632439,4 - 8678786,9; RPPN_46_2681 - 632455,6 - 8678814,6; RPPN_46_2682 - 632477,6 - 8678856,6; RPPN_46_2683 - 632502,3 - 8678905,2; RPPN_46_2684 - 632528,9 - 8678961,4; RPPN_46_2685 - 632542,6 - 8678958,9; RPPN_46_2686 - 632591,8 - 8678954,1; RPPN_46_2687 - 632634,9 - 8678948,1; RPPN_46_2688 - 632641,3 - 8678946,3; RPPN_46_2689 - 632646,2 - 8678940,1; RPPN_46_2690 - 632648,6 - 8678933,0; RPPN_46_2691 - 632647,2 - 8678919,1; RPPN_46_2692 - 632643,2 - 8678911,7; RPPN_46_2693 - 632637,9 - 8678895,2; RPPN_46_2694 - 632633,0 - 8678885,3; RPPN_46_2695 - 632621,2 - 8678870,6; RPPN_46_2696 - 632607,8 - 8678856,1; RPPN_46_2697 - 632594,3 - 8678851,5; RPPN_46_2698 - 632585,0 - 8678847,1; RPPN_46_2699 - 632580,0 - 8678844,0; RPPN_46_2700 - 632571,7 - 8678836,8; RPPN_46_2701 - 632563,7 - 8678827,3; RPPN_46_2702 - 632556,7 - 8678814,8; RPPN_46_2703 - 632548,7 - 8678808,0; RPPN_46_2704 - 632538,5 - 8678795,4; RPPN_46_2705 - 632519,5 - 8678767,1; RPPN_46_2706 - 632486,4 - 8678734,6; RPPN_46_2707 - 632462,7 - 8678721,2; RPPN_46_2708 - 632451,1 - 8678715,9; RPPN_46_2709 - 632427,0 - 8678709,5; RPPN_46_2710 - 632413,6 - 8678703,2; RPPN_46_2711 - 632407,1 - 8678698,9; RPPN_46_2712 - 632395,7 - 8678687,7.

RPPN 47: Inicia-se no ponto RPPN_47_2713 - 632861,0 - 8678833,2; RPPN_47_2714 - 632859,4 - 8678829,9; RPPN_47_2715 - 632852,8 - 8678842,2; RPPN_47_2716 - 632848,4 - 8678870,2; RPPN_47_2717 - 632850,4 - 8678887,6; RPPN_47_2718 - 632854,2 - 8678902,3; RPPN_47_2719 - 632857,9 - 8678909,0; RPPN_47_2720 - 632868,4 - 8678922,5; RPPN_47_2721 - 632878,4 - 8678940,3; RPPN_47_2722 - 632881,9 - 8678956,7; RPPN_47_2723 - 632879,2 - 8678967,3; RPPN_47_2724 - 632892,2 - 8678971,8; RPPN_47_2725 - 632902,5 - 8678972,1; RPPN_47_2726 - 632910,6 - 8678969,5; RPPN_47_2727 - 632925,0 - 8678961,8; RPPN_47_2728 - 632944,4 - 8678948,6; RPPN_47_2729 - 632956,1 - 8678939,2; RPPN_47_2730 - 632981,6 - 8678910,2; RPPN_47_2731 - 632978,5 - 8678905,0; RPPN_47_2732 - 632978,1 - 8678902,0; RPPN_47_2733 - 632952,4 - 8678896,7; RPPN_47_2734 - 632933,5 - 8678888,0; RPPN_47_2735 - 632902,0 - 8678870,3; RPPN_47_2736 - 632888,2 - 8678860,4; RPPN_47_2737 - 632874,4 - 8678848,4; RPPN_47_2738 - 632861,0 - 8678833,2.

RPPN 48: Inicia-se no ponto RPPN_48_2739 - 632383,7 - 8678690,1; RPPN_48_2740 - 632380,3 - 8678683,2; RPPN_48_2741 - 632367,4 - 8678685,3; RPPN_48_2742 - 632352,9 - 8678686,1; RPPN_48_2743 - 632496,1 - 8678979,5; RPPN_48_2744 - 632511,3 - 8678968,8; RPPN_48_2745 - 632523,2 - 8678963,3; RPPN_48_2746 - 632497,0 - 8678907,9; RPPN_48_2747 - 632472,3 - 8678859,3; RPPN_48_2748 - 632450,4 - 8678817,4; RPPN_48_2749 - 632434,1 - 8678789,7; RPPN_48_2750 - 632394,3- 8678713,4; RPPN_48_2751 - 632383,7 - 8678690,1.

RPPN 49: Inicia-se no ponto RPPN_49_2752 - 632847,6 - 8678777,3; RPPN_49_2753 - 632854,2 - 8678761,2; RPPN_49_2754 - 632863,7 - 8678743,9; RPPN_49_2755 - 632866,2 - 8678737,2; RPPN_49_2756 - 632854,0 - 8678741,1; RPPN_49_2757 - 632847,6 - 8678745,1; RPPN_49_2758 - 632840,3 - 8678751,6; RPPN_49_2759 - 632822,1 - 8678763,2; RPPN_49_2760 - 632811,5 - 8678767,7; RPPN_49_2761 - 632799,6 - 8678767,8; RPPN_49_2762 - 632788,8 - 8678761,5; RPPN_49_2763 - 632786,9 - 8678759,7; RPPN_49_2764 - 632780,3 - 8678749,0; RPPN_49_2765 - 632772,5 - 8678728,1; RPPN_49_2766 - 632763,9 - 8678715,5; RPPN_49_2767 - 632763,1 - 8678703,2; RPPN_49_2768 - 632753,8 - 8678697,2; RPPN_49_2769 - 632745,8 - 8678690,3; RPPN_49_2770 - 632737,0 - 8678685,1; RPPN_49_2771 - 632723,4 - 8678678,0; RPPN_49_2772 - 632713,3 - 8678676,0; RPPN_49_2773 - 632705,5 - 8678672,8; RPPN_49_2774 - 632700,5 - 8678665,9; RPPN_49_2775 - 632675,1 - 8678657,1; RPPN_49_2776 - 632662,0 - 8678645,0; RPPN_49_2777 - 632655,4 - 8678642,2; RPPN_49_2778 - 632648,4 - 8678637,7; RPPN_49_2779 - 632642,6 - 8678630,7; RPPN_49_2780 - 632635,9 - 8678625,1; RPPN_49_2781 - 632626,6 - 8678619,1; RPPN_49_2782 - 632599,6 - 8678606,3; RPPN_49_2783 - 632574,6 - 8678588,0; RPPN_49_2784 - 632544,4 - 8678572,4; RPPN_49_2785 - 632542,5 - 8678569,9; RPPN_49_2786 - 632538,7 - 8678559,6; RPPN_49_2787 - 632536,0 - 8678547,7; RPPN_49_2788 - 632531,7 - 8678534,7; RPPN_49_2789 - 632517,0 - 8678521,1; RPPN_49_2790 - 632510,6 - 8678517,0; RPPN_49_2791 - 632501,4 - 8678518,0; RPPN_49_2792 - 632490,5 - 8678524,2; RPPN_49_2793 - 632479,7 - 8678527,1; RPPN_49_2794 - 632433,6 - 8678523,3; RPPN_49_2795 - 632421,9 - 8678520,2; RPPN_49_2796 - 632411,3 - 8678516,3; RPPN_49_2797 - 632390,1 - 8678505,9; RPPN_49_2798 - 632372,9 - 8678496,0; RPPN_49_2799 - 632363,5 - 8678493,9; RPPN_49_2800 - 632352,3 - 8678492,9; RPPN_49_2801 - 632337,0 - 8678496,2; RPPN_49_2802 - 632311,9 - 8678503,8; RPPN_49_2803 - 632303,2 - 8678505,0; RPPN_49_2804 - 632299,3 - 8678506,4; RPPN_49_2805 - 632300,6 - 8678545,8; RPPN_49_2806 - 632303,0 - 8678554,2; RPPN_49_2807 - 632309,1 - 8678562,9; RPPN_49_2808 - 632340,2 - 8678587,4; RPPN_49_2809 - 632347,8 - 8678595,9; RPPN_49_2810 - 632352,4 - 8678603,6; RPPN_49_2811 - 632358,7 - 8678618,2; RPPN_49_2812 - 632397,1 - 8678622,7; RPPN_49_2813 - 632414,2 - 8678627,4; RPPN_49_2814 - 632462,6 - 8678656,7; RPPN_49_2815 - 632473,3 - 8678660,1; RPPN_49_2816 - 632489,8 - 8678667,6; RPPN_49_2817 - 632513,3 - 8678680,4; RPPN_49_2818 - 632524,1 - 8678687,9; RPPN_49_2819 - 632535,7 - 8678698,3; RPPN_49_2820 - 632564,4 - 8678727,3; RPPN_49_2821 - 632620,4 - 8678796,8; RPPN_49_2822 - 632630,7 - 8678800,1; RPPN_49_2823 - 632641,3 - 8678805,9; RPPN_49_2824 - 632650,5 - 8678813,8; RPPN_49_2825 - 632666,0 - 8678830,7; RPPN_49_2826 - 632683,3 - 8678852,4; RPPN_49_2827 - 632693,1 - 8678871,5; RPPN_49_2828 - 632698,4 - 8678875,9; RPPN_49_2829 - 632764,9 - 8678956,9; RPPN_49_2830 - 632787,2 - 8678973,7; RPPN_49_2831 - 632794,4 - 8678976,4; RPPN_49_2832 - 632805,3 - 8678983,0; RPPN_49_2833 - 632829,3 - 8679005,8; RPPN_49_2834 - 632838,2 - 8678995,5; RPPN_49_2835 - 632849,8 - 8678984,6; RPPN_49_2836 - 632865,2 - 8678973,8; RPPN_49_2837 - 632873,8 - 8678964,4; RPPN_49_2838 - 632875,8 - 8678956,8; RPPN_49_2839 - 632872,7 - 8678942,4; RPPN_49_2840 - 632863,3 - 8678925,6; RPPN_49_2841 - 632853,1 - 8678912,5; RPPN_49_2842 - 632848,8 - 8678904,8; RPPN_49_2843 - 632844,5 - 8678888,5; RPPN_49_2844 - 632842,4 - 8678870,2; RPPN_49_2845 - 632847,0 - 8678840,7; RPPN_49_2846 - 632854,2 - 8678826,6; RPPN_49_2847 - 632856,6 - 8678824,0; RPPN_49_2848 - 632853,0 - 8678816,6; RPPN_49_2849 - 632852,0 - 8678810,4; RPPN_49_2850 - 632850,3 - 8678808,1; RPPN_49_2851 - 632847,6 - 8678799,4; RPPN_49_2852 - 632847,6 - 8678777,3.

RPPN 50: Inicia-se no ponto RPPN_50_2853 - 632718,8 - 8679004,9; RPPN_50_2854 - 632704,1 - 8679004,1; RPPN_50_2855 - 632648,9 - 8679008,7; RPPN_50_2856 - 632562,3 - 8679019,7; RPPN_50_2857 - 632568,1 - 8679036,7; RPPN_50_2858 - 632574,2 - 8679051,7; RPPN_50_2859 - 632614,5 - 8679123,8; RPPN_50_2860 - 632646,9 - 8679186,8; RPPN_50_2861 - 632660,1 - 8679210,9; RPPN_50_2862 - 632688,6 - 8679196,8; RPPN_50_2863 - 632705,0 - 8679177,5; RPPN_50_2864 - 632726,0 - 8679166,5; RPPN_50_2865 - 632738,7 - 8679156,5; RPPN_50_2866 - 632761,4 - 8679142,6; RPPN_50_2867 - 632816,9 - 8679112,3; RPPN_50_2868 - 632846,0 - 8679100,8; RPPN_50_2869 - 632842,3 - 8679092,9; RPPN_50_2870 - 632831,0 - 8679089,9; RPPN_50_2871 - 632818,9 - 8679083,8; RPPN_50_2872 - 632814,1 - 8679080,4; RPPN_50_2873 - 632790,9 - 8679052,1; RPPN_50_2874 - 632774,6 - 8679036,9; RPPN_50_2875 - 632767,5 - 8679032,3; RPPN_50_2876 - 632756,7 - 8679031,0; RPPN_50_2877 - 632742,7 - 8679026,1; RPPN_50_2878 - 632736,5 - 8679021,4; RPPN_50_2879 - 632723,8 - 8679007,4; RPPN_50_2880 - 632718,8 - 8679004,9.

RPPN 51: Inicia-se no ponto RPPN_51_2881 - 633144,0 - 8679217,1; RPPN_51_2882 - 633142,2 - 8679202,2; RPPN_51_2883 - 633139,1 - 8679189,6; RPPN_51_2884 - 633141,9 - 8679166,2; RPPN_51_2885 - 633141,2 - 8679148,8; RPPN_51_2886 - 633146,0 - 8679125,2; RPPN_51_2887 - 633150,3 - 8679109,7; RPPN_51_2888 - 633158,6 - 8679095,6; RPPN_51_2889 - 633162,7 - 8679085,8; RPPN_51_2890 - 633165,5 - 8679071,4; RPPN_51_2891 - 633170,0 - 8679058,0; RPPN_51_2892 - 633176,2 - 8679049,5; RPPN_51_2893 - 633180,4 - 8679040,9; RPPN_51_2894 - 633183,1 - 8679032,8; RPPN_51_2895 - 633182,4 - 8679024,3; RPPN_51_2896 - 633186,0 - 8679011,1; RPPN_51_2897 - 633196,5 - 8678998,2; RPPN_51_2898 - 633198,6 - 8678986,0; RPPN_51_2899 - 633215,9 - 8678959,5; RPPN_51_2900 - 633222,9 - 8678952,5; RPPN_51_2901 - 633227,6 - 8678949,1; RPPN_51_2902 - 633231,8 - 8678947,8; RPPN_51_2903 - 633243,8 - 8678947,7; RPPN_51_2904 - 633246,2 - 8678946,6; RPPN_51_2905 - 633247,6 - 8678944,0; RPPN_51_2906 - 633247,7 - 8678939,8; RPPN_51_2907 - 633249,1 - 8678935,9; RPPN_51_2908 - 633252,5 - 8678930,7; RPPN_51_2909 - 633260,7 - 8678927,0; RPPN_51_2910 - 633270,1 - 8678926,8; RPPN_51_2911 - 633273,0 - 8678925,2; RPPN_51_2912 - 633285,0 - 8678915,0; RPPN_51_2913 - 633300,8 - 8678905,6; RPPN_51_2914 - 633323,0 - 8678889,0; RPPN_51_2915 - 633333,1 - 8678885,5; RPPN_51_2916 - 633336,1 - 8678885,3; RPPN_51_2917 - 633347,3 - 8678877,4; RPPN_51_2918 - 633352,9 - 8678867,3; RPPN_51_2919 - 633350,1 - 8678839,7; RPPN_51_2920 - 633351,1 - 8678827,5; RPPN_51_2921 - 633349,1 - 8678812,8; RPPN_51_2922 - 633346,6 - 8678803,8; RPPN_51_2923 - 633348,7 - 8678791,4; RPPN_51_2924 - 633346,6 - 8678757,3; RPPN_51_2925 - 633342,7 - 8678746,6; RPPN_51_2926 - 633340,3 - 8678735,3; RPPN_51_2927 - 633341,9 - 8678713,1; RPPN_51_2928 - 633341,9 - 8678699,4; RPPN_51_2929 - 633346,6 - 8678683,2; RPPN_51_2930 - 633350,3 - 8678676,9; RPPN_51_2931 - 633356,2 - 8678672,9; RPPN_51_2932 - 633359,0 - 8678667,7; RPPN_51_2933 - 633359,0 - 8678659,5; RPPN_51_2934 - 633357,5 - 8678646,2; RPPN_51_2935 - 633361,7 - 8678622,4; RPPN_51_2936 - 633364,8 - 8678617,1; RPPN_51_2937 - 633370,1 - 8678611,4; RPPN_51_2938 - 633390,3 - 8678599,6; RPPN_51_2939 - 633402,9 - 8678589,7; RPPN_51_2940 - 633410,1 - 8678586,5; RPPN_51_2941 - 633411,9 - 8678584,8; RPPN_51_2942 - 633413,7 - 8678581,3; RPPN_51_2943 - 633420,5 - 8678575,0; RPPN_51_2944 - 633431,9 - 8678571,3; RPPN_51_2945 - 633437,4 - 8678572,1; RPPN_51_2946 - 633442,8 - 8678575,2; RPPN_51_2947 - 633445,9 - 8678565,3; RPPN_51_2948 - 633456,7 - 8678537,6; RPPN_51_2949 - 633458,2 - 8678530,0; RPPN_51_2950 - 633460,7 - 8678526,1; RPPN_51_2951 - 633450,0 - 8678521,6; RPPN_51_2952 - 633437,4 - 8678519,4; RPPN_51_2953 - 633407,5 - 8678523,6; RPPN_51_2954 - 633347,7 - 8678541,1; RPPN_51_2955 - 633326,9 - 8678552,2; RPPN_51_2956 - 633295,9 - 8678581,2; RPPN_51_2957 - 633308,8 - 8678595,9; RPPN_51_2958 - 633310,9 - 8678602,9; RPPN_51_2959 - 633311,0 - 8678609,4; RPPN_51_2960 - 633310,0 - 8678643,7; RPPN_51_2961 - 633304,0 - 8678749,5; RPPN_51_2962 - 633304,7 - 8678762,9; RPPN_51_2963 - 633302,5 - 8678781,9; RPPN_51_2964 - 633302,9 - 8678788,7; RPPN_51_2965 - 633301,9 - 8678806,4; RPPN_51_2966 - 633300,0 - 8678818,8; RPPN_51_2967 - 633295,9 - 8678831,5; RPPN_51_2968 - 633292,9 - 8678837,1; RPPN_51_2969 - 633288,8 - 8678841,9; RPPN_51_2970 - 633284,2 - 8678845,4; RPPN_51_2971 - 633279,7 - 8678846,8; RPPN_51_2972 - 633269,0 - 8678846,9; RPPN_51_2973 - 633251,7 - 8678849,6; RPPN_51_2974 - 633225,7 - 8678846,6; RPPN_51_2975 - 633203,4 - 8678845,7; RPPN_51_2976 - 633186,3 - 8678846,0; RPPN_51_2977 - 633174,8 - 8678847,5; RPPN_51_2978 - 633162,4 - 8678850,6; RPPN_51_2979 - 633152,0 - 8678856,0; RPPN_51_2980 - 633143,6 - 8678863,6; RPPN_51_2981 - 633134,7 - 8678880,3; RPPN_51_2982 - 633124,1 - 8678895,6; RPPN_51_2983 - 633120,6 - 8678907,4; RPPN_51_2984 - 633115,4 - 8678919,2; RPPN_51_2985 - 633092,0 - 8678966,0; RPPN_51_2986 - 633084,1 - 8678986,8; RPPN_51_2987 - 633082,6 - 8678996,5; RPPN_51_2988 - 633079,6 - 8679006,8; RPPN_51_2989 - 633077,5 - 8679009,7; RPPN_51_2990 - 633071,0 - 8679013,3; RPPN_51_2991 - 633056,9 - 8679015,9; RPPN_51_2992 - 633049,0 - 8679013,5; RPPN_51_2993 - 633043,2 - 8679008,7; RPPN_51_2994 - 633038,9 - 8679002,7; RPPN_51_2995 - 633035,5 - 8678996,0; RPPN_51_2996 - 633031,9 - 8678960,8; RPPN_51_2997 - 633030,5 - 8678954,9; RPPN_51_2998 - 633027,6 - 8678949,6; RPPN_51_2999 - 633011,3 - 8678936,7; RPPN_51_3000 - 633000,6 - 8678927,0; RPPN_51_3001 - 632984,7 - 8678915,5; RPPN_51_3002 - 632960,1 - 8678943,8; RPPN_51_3003 - 632947,9 - 8678953,5; RPPN_51_3004 - 632928,3 - 8678966,9; RPPN_51_3005 - 632913,2 - 8678975,0; RPPN_51_3006 - 632903,4 - 8678978,1; RPPN_51_3007 - 632891,2 - 8678977,8; RPPN_51_3008 - 632874,9 - 8678972,1; RPPN_51_3009 - 632869,1 - 8678978,3; RPPN_51_3010 - 632853,8 - 8678989,2; RPPN_51_3011 - 632842,4 - 8678999,7; RPPN_51_3012 - 632833,7 - 8679009,9; RPPN_51_3013 - 632853,6 - 8679033,9; RPPN_51_3014 - 632863,7 - 8679035,9; RPPN_51_3015 - 632874,4 - 8679041,5; RPPN_51_3016 - 632881,0 - 8679046,5; RPPN_51_3017 - 632888,3 - 8679054,2; RPPN_51_3018 - 632896,7 - 8679067,6; RPPN_51_3019 - 632911,4 - 8679073,7; RPPN_51_3020 - 632932,7 - 8679086,4; RPPN_51_3021 - 632941,7 - 8679095,2; RPPN_51_3022 - 632954,8 - 8679105,0; RPPN_51_3023 - 632966,7 - 8679119,6; RPPN_51_3024 - 632973,5 - 8679133,2; RPPN_51_3025 - 632983,6 - 8679136,1; RPPN_51_3026 - 632992,6 - 8679142,5; RPPN_51_3027 - 632999,4 - 8679150,0; RPPN_51_3028 - 633005,0 - 8679161,4; RPPN_51_3029 - 633007,8 - 8679165,1; RPPN_51_3030 - 633027,8 - 8679184,1; RPPN_51_3031 - 633036,6 - 8679190,7; RPPN_51_3032 - 633050,6 - 8679199,1; RPPN_51_3033 - 633079,8 - 8679206,2; RPPN_51_3034 - 633085,2 - 8679208,7; RPPN_51_3035 - 633092,1 - 8679213,5; RPPN_51_3036 - 633101,9 - 8679215,1; RPPN_51_3037 - 633118,0 - 8679215,1; RPPN_51_3038 - 633144,0- 8679217,1; RPPN_51_3039 - 633144,0 - 8679217,1.

RPPN 52: Inicia-se no ponto RPPN_52_3039 - 633322,7 - 8679221,7; RPPN_52_3040 - 633331,2 - 8679222,7; RPPN_52_3041 - 633346,7 - 8679228,9; RPPN_52_3042 - 633351,5 - 8679232,3; RPPN_52_3043 - 633355,5 - 8679236,6; RPPN_52_3044 - 633362,8 - 8679249,5; RPPN_52_3045 - 633367,1 - 8679248,3; RPPN_52_3046 - 633370,9 - 8679244,2; RPPN_52_3047 - 633370,3 - 8679238,2; RPPN_52_3048 - 633366,2 - 8679221,1; RPPN_52_3049 - 633365,0 - 8679205,7; RPPN_52_3050 - 633366,7 - 8679197,5; RPPN_52_3051 - 633371,1 - 8679189,4; RPPN_52_3052 - 633394,7 - 8679162,7; RPPN_52_3053 - 633399,3 - 8679159,0; RPPN_52_3054 - 633404,5 - 8679156,2; RPPN_52_3055 - 633416,9 - 8679153,0; RPPN_52_3056 - 633424,1 - 8679152,4; RPPN_52_3057 - 633438,0 - 8679153,3; RPPN_52_3058 - 633446,9 - 8679156,3; RPPN_52_3059 - 633445,8 - 8679147,7; RPPN_52_3060 - 633446,5 - 8679132,8; RPPN_52_3061 - 633448,4 - 8679126,4; RPPN_52_3062 - 633454,0 - 8679114,3; RPPN_52_3063 - 633459,2 - 8679108,4; RPPN_52_3064 - 633468,6 - 8679101,1; RPPN_52_3065 - 633489,0 - 8679092,8; RPPN_52_3066 - 633494,1 - 8679086,1; RPPN_52_3067 - 633486,7 - 8679073,8; RPPN_52_3068 - 633483,4 - 8679062,1; RPPN_52_3069 - 633482,98 - 8679056,4; RPPN_52_3070 - 633484,3 - 8679040,4; RPPN_52_3071 - 633488,9 - 8679028,3; RPPN_52_3072 - 633493,27 - 8679021,8; RPPN_52_3073 - 633500,0 - 8679015,2; RPPN_52_3074 - 633504,7 - 8679011,8; RPPN_52_3075 - 633519,9 - 8679006,1; RPPN_52_3076 - 633527,8 - 8679005,6; RPPN_52_3077 - 633538,0 - 8679007,1; RPPN_52_3078 - 633550,1 - 8679012,1; RPPN_52_3079 - 633557,1 - 8679016,9; RPPN_52_3080 - 633568,5 - 8679006,8; RPPN_52_3081 - 633573,5 - 8679003,7; RPPN_52_3082 - 633583,6 - 8679000,4; RPPN_52_3083 - 633591,3 - 8678999,8; RPPN_52_3084 - 633584,0 - 8678983,8; RPPN_52_3085 - 633581,1 - 8678973,3; RPPN_52_3086 - 633580,6 - 8678965,5; RPPN_52_3087 - 633584,0 - 8678947,7; RPPN_52_3088 - 633592,6 - 8678929,8; RPPN_52_3089 - 633596,7 - 8678924,1; RPPN_52_3090 - 633596,6 - 8678921,1; RPPN_52_3091 - 633579,6 - 8678920,2; RPPN_52_3092 - 633570,7 - 8678918,4; RPPN_52_3093 - 633563,1 - 8678915,4; RPPN_52_3094 - 633554,5 - 8678909,4; RPPN_52_3095 - 633544,7 - 8678896,5; RPPN_52_3096 - 633542,3 - 8678891,1; RPPN_52_3097 - 633540,9 - 8678884,7;

RPPN_52_3098 - 633541,2 - 8678864,0; RPPN_52_3099 - 633544,0 - 8678854,6; RPPN_52_3100 - 633550,0 - 8678845,3; RPPN_52_3101 - 633540,2 - 8678829,8; RPPN_52_3102 - 633532,9 - 8678839,2; RPPN_52_3103 - 633526,1 - 8678844,6; RPPN_52_3104 - 633518,8 - 8678847,6; RPPN_52_3105 - 633509,0 - 8678849,0; RPPN_52_3106 - 633501,1 - 8678848,5; RPPN_52_3107 - 633493,7 - 8678845,9; RPPN_52_3108 - 633487,2 - 8678841,6; RPPN_52_3109 - 633480,7 - 8678834,4; RPPN_52_3110 - 633469,0 - 8678808,9; RPPN_52_3111 - 633465,7 - 8678788,8; RPPN_52_3112 - 633466,8 - 8678781,0; RPPN_52_3113 - 633470,9 - 8678771,5; RPPN_52_3114 - 633482,6 - 8678755,9; RPPN_52_3115 - 633475,2 - 8678758,5; RPPN_52_3116 - 633467,5 - 8678759,5; RPPN_52_3117 - 633459,7 - 8678758,5; RPPN_52_3118 - 633452,9 - 8678755,9; RPPN_52_3119 - 633447,7 - 8678753,2; RPPN_52_3120 - 633443,2 - 8678749,4; RPPN_52_3121 - 633437,2 - 8678743,4; RPPN_52_3122 - 633428,5 - 8678732,2; RPPN_52_3123 - 633423,9 - 8678723,6; RPPN_52_3124 - 633421,2 - 8678710,9; RPPN_52_3125 - 633425,1 - 8678676,7; RPPN_52_3126 - 633418,0 - 8678711,8; RPPN_52_3127 - 633406,8 - 8678758,8; RPPN_52_3128 - 633395,2 - 8678801,2; RPPN_52_3129 - 633383,5 - 8678854,7; RPPN_52_3130 - 633371,9 - 8678899,9; RPPN_52_3131 - 633360,4 - 8678952,0; RPPN_52_3132 - 633352,7 - 8678978,1; RPPN_52_3133 - 633344,8 - 8679013,9; RPPN_52_3134 - 633340,5 - 8679028,6; RPPN_52_3135 - 633314,3 - 8679077,9; RPPN_52_3136 - 633305,9 - 8679091,1; RPPN_52_3137 - 633273,3 - 8679133,4; RPPN_52_3138 - 633190,7 - 8679230,2; RPPN_52_3139 - 633174,9 - 8679247,1; RPPN_52_3140 - 633185,9 - 8679257,0; RPPN_52_3141 - 633194,7 - 8679267,8; RPPN_52_3142 - 633212,2 - 8679282,3; RPPN_52_3143 - 633228,2 - 8679298,4; RPPN_52_3144 - 633234,8 - 8679308,2; RPPN_52_3145 - 633247,8 - 8679333,6; RPPN_52_3146 - 633252,5 - 8679327,9; RPPN_52_3147 - 633254,4 - 8679309,9; RPPN_52_3148 - 633252,1 - 8679300,3; RPPN_52_3149 - 633252,7 - 8679286,9; RPPN_52_3150 - 633255,9 - 8679274,3; RPPN_52_3151 - 633259,4 - 8679267,3; RPPN_52_3152 - 633271,9 - 8679254,3; RPPN_52_3153 - 633285,4 - 8679237,7; RPPN_52_3154 - 633290,2 - 8679233,4; RPPN_52_3155 - 633306,3 - 8679224,1; RPPN_52_3156 - 633322,7 - 8679221,7

Área excluída da RPPN 52 - Inicia-se no ponto RPPN_52_3157 - 633470,3 - 8678865,8; RPPN_52_3158 - 633484,1 - 8678867,2; RPPN_52_3159 - 633498,6 - 8678871,3; RPPN_52_3160 - 633503,9 - 8678873,8; RPPN_52_3161 - 633512,3 - 8678879,6; RPPN_52_3162 - 633517,4 - 8678884,2; RPPN_52_3163 - 633520,8 - 8678889,0; RPPN_52_3164 - 633525,5 - 8678899,0; RPPN_52_3165 - 633527,07 - 8678906,7; RPPN_52_3166 - 633526,3 - 8678917,4; RPPN_52_3167 - 633524,9 - 8678923,1; RPPN_52_3168 - 633515,6 - 8678941,2; RPPN_52_3169 - 633511,2 - 8678952,8; RPPN_52_3170 - 633512,7 - 8678969,8; RPPN_52_3171 - 633510,3 - 8678983,1; RPPN_52_3172 - 633508,2 - 8678988,6; RPPN_52_3173 - 633503,8 - 8678995,1; RPPN_52_3174 - 633494,3 - 8679004,1; RPPN_52_3175 - 633487,3 - 8679007,6; RPPN_52_3176 - 633475,9 - 8679009,9; RPPN_52_3177 - 633468,1 - 8679009,4; RPPN_52_3178 - 633455,5 - 8679005,3; RPPN_52_3179 - 633449,0 - 8679000,9; RPPN_52_3180 - 633441,1 - 8678993,0; RPPN_52_3181 - 633437,8 - 8678987,5; RPPN_52_3182 - 633434,4 - 8678978,1; RPPN_52_3183 - 633427,5 - 8678947,7; RPPN_52_3184 - 633429,3 - 8678931,5; RPPN_52_3185 - 633435,1 - 8678917,9; RPPN_52_3186 - 633433,2 - 8678909,8; RPPN_52_3187 - 633433,0 - 8678903,9; RPPN_52_3188 - 633435,1 - 8678891,6; RPPN_52_3189 - 633437,1 - 8678886,1; RPPN_52_3190 - 633442,2 - 8678878,8; RPPN_52_3191 - 633451,7 - 8678870,6; RPPN_52_3192 - 633458,9 - 8678867,6; RPPN_52_3193 - 633470,3 - 8678865,8.

RPPN 53: Inicia-se no ponto RPPN_53_3194 - 632837,4 - 8679297,1; RPPN_53_3195 - 632852,6 - 8679300,7; RPPN_53_3196 - 632863,3 - 8679306,7; RPPN_53_3197 - 632867,8 - 8679314,6; RPPN_53_3198 - 632870,1 - 8679324,0; RPPN_53_3199 - 632870,6 - 8679335,6; RPPN_53_3200 - 632878,78 - 8679350,7; RPPN_53_3201 - 632888,2 - 8679375,6; RPPN_53_3202 - 632893,2 - 8679385,5; RPPN_53_3203 - 632895,8 - 8679387,7; RPPN_53_3204 - 632906,7 - 8679389,8; RPPN_53_3205 - 632929,4 - 8679386,2; RPPN_53_3206 - 632943,6 - 8679382,9; RPPN_53_3207 - 632956,6 - 8679381,9; RPPN_53_3208 - 632966,9 - 8679385,8; RPPN_53_3209 - 632980,8 - 8679395,8; RPPN_53_3210 - 633000,8 - 8679419,2; RPPN_53_3211 - 633015,3 - 8679417,0; RPPN_53_3212 - 633009,5 - 8679404,7; RPPN_53_3213 - 633002,0 - 8679394,0; RPPN_53_3214 - 632987,9 - 8679370,7; RPPN_53_3215 - 632978,3 - 8679361,8; RPPN_53_3216 - 632962,1 - 8679352,9; RPPN_53_3217 - 632947,9 - 8679350,1; RPPN_53_3218 - 632937,2 - 8679343,7; RPPN_53_3219 - 632929,6 - 8679334,4; PPN_53_3220 - 632920,0 - 8679326,8; RPPN_53_3221 - 632917,4 - 8679321,7; RPPN_53_3222 - 632916,5 - 8679316,4; RPPN_53_3223 - 632917,6 - 8679310,4; RPPN_53_3224 - 632921,4 - 8679305,9; RPPN_53_3225 - 632927,2 - 8679304,3; RPPN_53_3226 - 632968,1 - 8679302,4; RPPN_53_3227 - 633013,9 - 8679303,3; RPPN_53_3228 - 633025,4 - 8679304,6; RPPN_53_3229 - 633031,1 - 8679308,0; RPPN_53_3230 - 633033,3 - 8679308,5; RPPN_53_3231 - 633040,6 - 8679307,5; RPPN_53_3232 - 633047,9 - 8679305,0; RPPN_53_3233 - 633066,9 - 8679269,7; RPPN_53_3234 - 633061,3 - 8679266,4; RPPN_53_3235 - 633056,8 - 8679262,1; RPPN_53_3236 - 633032,9 - 8679256,9; RPPN_53_3237 - 633027,4 - 8679254,8; RPPN_53_3238 - 633003,8 - 8679240,9; RPPN_53_3239 - 632990,3 - 8679231,0; RPPN_53_3240 - 632963,8 - 8679205,9; RPPN_53_3241 - 632953,4 - 8679192,3; RPPN_53_3242 - 632942,2 - 8679188,3; RPPN_53_3243 - 632929,4 - 8679178,1; RPPN_53_3244 - 632925,2 - 8679172,0; RPPN_53_3245 - 632917,4 - 8679154,5; RPPN_53_3246 - 632913,9 - 8679149,2; RPPN_53_3247 - 632891,5 - 8679131,6; RPPN_53_3248 - 632883,6 - 8679127,0; RPPN_53_3249 - 632867,0 - 8679120,5; RPPN_53_3250 - 632858,1 - 8679115,3; RPPN_53_3251 - 632853,6 - 8679111,6; RPPN_53_3252 - 632849,2 - 8679106,1; RPPN_53_3253 - 632819,6 - 8679117,7; RPPN_53_3254 - 632764,4 - 8679147,8; RPPN_53_3255 - 632742,0 - 8679161,5; RPPN_53_3256 - 632729,1 - 8679171,7; RPPN_53_3257 - 632709,0 - 8679182,1; RPPN_53_3258 - 632692,0 - 8679201,7; RPPN_53_3259 - 632662,9 - 8679216,2; RPPN_53_3260 - 632676,6 - 8679242,4; RPPN_53_3261 - 632693,8 - 8679266,4; RPPN_53_3262 - 632703,5 - 8679261,5; RPPN_53_3263 - 632721,5 - 8679258,9; RPPN_53_3264 - 632740,3 - 8679259,1; RPPN_53_3265 - 632746,8 - 8679262,2; RPPN_53_3266 - 632754,7 - 8679276,2; RPPN_53_3267 - 632756,4 - 8679277,6; RPPN_53_3268 - 632759,5 - 8679277,8; RPPN_53_3269 - 632765,6 - 8679273,6; RPPN_53_3270 - 632773,9 - 8679274,1; RPPN_53_3271 - 632778,8 - 8679272,6; RPPN_53_3272 - 632782,3 - 8679269,8; RPPN_53_3273 - 632786,0 - 8679265,0; RPPN_53_3274 - 632791,3 - 8679262,6; RPPN_53_3275 - 632798,6 - 8679261,0; RPPN_53_3276 - 632808,6 - 8679261,7; RPPN_53_3277 - 632810,6 - 8679263,3; RPPN_53_3278 - 632810,8 - 8679265,4; RPPN_53_3279 - 632809,2 - 8679267,3; RPPN_53_3280 - 632798,6 - 8679267,0; RPPN_53_3281 - 632793,0 - 8679268,4; RPPN_53_3282 - 632789,7 - 8679269,9; RPPN_53_3283 - 632786,7 - 8679274,0; RPPN_53_3284 - 632781,5 - 8679278,0; RPPN_53_3285 - 632774,4 - 8679280,1; RPPN_53_3286 - 632767,2 - 8679279,6; RPPN_53_3287 - 632760,7 - 8679283,8; RPPN_53_3288 - 632753,2 - 8679282,8; RPPN_53_3289 - 632749,7 - 8679279,5; RPPN_53_3290 - 632742,6 - 8679266,7; RPPN_53_3291 - 632739,1 - 8679265,1; RPPN_53_3292 - 632721,8 - 8679264,9; RPPN_53_3293 - 632704,9 - 8679267,4 RPPN_53_3294 - 632698,1 - 8679270,9; RPPN_53_3295 - 632709,5 - 8679285,2; RPPN_53_3296 - 632716,7 - 8679309,8; RPPN_53_3297 - 632720,5 - 8679319,6; RPPN_53_3298 - 632731,4 - 8679334,9; RPPN_53_3299 - 632747,5 - 8679355,2; RPPN_53_3300 - 632760,1 - 8679369,5; RPPN_53_3301 - 632768,4 - 8679382,1; RPPN_53_3302 - 632782,2 - 8679407,5; RPPN_53_3303 - 632787,5 - 8679419,7; RPPN_53_3304 - 632789,6 - 8679432,5; RPPN_53_3305 - 632791,4 - 8679429,4; RPPN_53_3306 - 632792,8 - 8679418,6; RPPN_53_3307 - 632801,0 - 8679405,1; RPPN_53_3308 - 632812,1 - 8679390,1; RPPN_53_3309 - 632814,6 - 8679383,2; RPPN_53_3310 - 632813,0 - 8679369,5; RPPN_53_3311 - 632808,2 - 8679357,3; RPPN_53_3312 - 632808,4 - 8679353,0; RPPN_53_3313 - 632811,1 - 8679349,1; RPPN_53_3314 - 632816,9 - 8679314,7; RPPN_53_3315 - 632815,25 - 8679307,2; RPPN_53_3316 - 632817,9 - 8679302,7; RPPN_53_3317 - 632822,8 - 8679299,9; RPPN_53_3318 - 632827,3 - 8679298,1; RPPN_53_3319 - 632837,4 - 8679297,1.

RPPN 54: Inicia-se no ponto RPPN_54_3320 - 632555,8 - 8679019,0; RPPN_54_3321 - 632555,6 - 8679018,4; RPPN_54_3322 - 632549,3 - 8679018,6; RPPN_54_3323 - 632544,6 - 8679019,4; RPPN_54_3324 - 632531,9 - 8679028,4; RPPN_54_3325 - 632522,4 - 8679033,5; RPPN_54_3326 - 632729,2 - 8679457,5; RPPN_54_3327 - 632755,05 - 8679447,6; RPPN_54_3328 - 632783,8 - 8679439,8; RPPN_54_3329 - 632783,6 - 8679432,3; RPPN_54_3330 - 632781,9 - 8679421,7; RPPN_54_3331 - 632776,7 - 8679410,1; RPPN_54_3332 - 632763,1 - 8679384,9; RPPN_54_3333 - 632755,2 - 8679373,0; RPPN_54_3334 - 632742,8 - 8679359,0; RPPN_54_3335 - 632726,7 - 8679338,6; RPPN_54_3336 - 632715,2 - 8679322,5; RPPN_54_3337 - 632711,16 - 8679311,8; RPPN_54_3338 - 632704,2 - 8679288,0; RPPN_54_3339 - 632697,8 - 8679279,3; RPPN_54_3340 - 632686,8 - 8679267,7; RPPN_54_3341 - 632671,4 - 8679245,4; RPPN_54_3342 - 632641,5 - 8679189,5; RPPN_54_3343 - 632609,3 - 8679126,6; RPPN_54_3344 - 632568,9 - 8679054,5; RPPN_54_3345 - 632562,4 - 8679038,7; RPPN_54_3346 - 632555,8 - 8679019,0.

RPPN 55: Inicia-se no ponto RPPN_55_3347 - 632924,6 - 8679477,4; RPPN_55_3348 - 632916,3 - 8679458,5; RPPN_55_3349 - 632914,8 - 8679450,8; RPPN_55_3350 - 632915,9 - 8679436,0; RPPN_55_3351 - 632918,0 - 8679430,5; RPPN_55_3352 - 632921,8 - 8679424,7; RPPN_55_3353 - 632903,8 - 8679423,8; RPPN_55_3354 - 632884,6 - 8679425,5; RPPN_55_3355 - 632825,0 - 8679436,0; RPPN_55_3356 - 632756,7 - 8679453,3; RPPN_55_3357 - 632731,9 - 8679462,9; RPPN_55_3358 - 632752,5 - 8679505,2; RPPN_55_3359 - 632770,7 - 8679487,7; RPPN_55_3360 - 632783,3 - 8679480,0; RPPN_55_3361 - 632794,0 - 8679475,2; RPPN_55_3362 - 632803,9 - 8679472,3; RPPN_55_3363 - 632818,7 - 8679470,3; RPPN_55_3364 - 632830,7 - 8679470,7; RPPN_55_3365 - 632844,8 - 8679474,9; RPPN_55_3366 - 632854,4 - 8679480,2; RPPN_55_3367 - 632862,2 - 8679487,0; RPPN_55_3368 - 632867,0 - 8679493,3; RPPN_55_3369 - 632881,1 - 8679529,2; RPPN_55_3370 - 632882,6 - 8679541,8; RPPN_55_3371 - 632882,4 - 8679547,6; RPPN_55_3372 - 632879,6 - 8679562,8; RPPN_55_3373 - 632876,3 - 8679571,0; RPPN_55_3374 - 632880,00 - 8679570,4; RPPN_55_3375 - 632906,8 - 8679555,5; RPPN_55_3376 - 632910,3 - 8679545,7; RPPN_55_3377 - 632918,0 - 8679530,4; RPPN_55_3378 - 632927,3 - 8679517,8; RPPN_55_3379 - 632937,6 - 8679506,9; RPPN_55_3380 - 632946,6 - 8679500,2; RPPN_55_3381 - 632930,8 - 8679486,6; RPPN_55_3382 - 632924,6 - 8679477,4.

RPPN 56: Inicia-se no ponto RPPN_56_3383 - 633191,1 - 8679485,6; RPPN_56_3384 - 633201,4 - 8679487,0; RPPN_56_3385 - 633209,1 - 8679489,6; RPPN_56_3386 - 633215,6 - 8679494,017; RPPN_56_3 - 633222,2 - 8679501,3; RPPN_56_3388 - 633226,1 - 8679508,0; RPPN_56_3389 - 633228,0 - 8679515,2; RPPN_56_3390 - 633236,1 - 8679533,5; RPPN_56_3391 - 633237,6 - 8679541,2; RPPN_56_3392 - 633237,3 - 8679547,5; RPPN_56_3393 - 633269,8 - 8679530,4; RPPN_56_3394 - 633268,3 - 8679519,0; RPPN_56_3395 - 633268,5 - 8679513,1; RPPN_56_3396 - 633271,4 - 8679502,6; RPPN_56_3397 - 633273,8 - 8679497,2; RPPN_56_3398 - 633277,2 - 8679492,5; RPPN_56_3399 - 633288,2 - 8679480,9; RPPN_56_3400 - 633302,4 - 8679470,9; RPPN_56_3401 - 633312,3 - 8679467,1; RPPN_56_3402 - 633322,6 - 8679465,1; RPPN_56_3403 - 633328,5 - 8679464,9; RPPN_56_3404 - 633340,2 - 8679466,3; RPPN_56_3405 - 633345,9 - 8679468,0; RPPN_56_3406 - 633356,6 - 8679473,3; RPPN_56_3407 - 633365,9 - 8679482,3; RPPN_56_3408 - 633378,9 - 8679466,1; RPPN_56_3409 - 633373,4 - 8679463,4; RPPN_56_3410 - 633367,8 - 8679459,2; RPPN_56_3411 - 633360,4 - 8679451,7; RPPN_56_3412 - 633356,7 - 8679445,5; RPPN_56_3413 - 633346,7 - 8679441,9; RPPN_56_3414 - 633339,2 - 8679435,7; RPPN_56_3415 - 633334,8 - 8679429,2; RPPN_56_3416 - 633331,8 - 8679421,8; RPPN_56_3417 - 633330,5 - 8679416,1; RPPN_56_3418 - 633330,3 - 8679410,2; RPPN_56_3419 - 633331,9 - 8679399,5; RPPN_56_3420 - 633334,5 - 8679392,0; RPPN_56_3421 - 633341,2 - 8679379,0; RPPN_56_3422 - 633349,9 - 8679368,5; RPPN_56_3423 - 633354,4 - 8679364,8; RPPN_56_3424 - 633376,5 - 8679351,1; RPPN_56_3425 - 633393,3 - 8679345,6; RPPN_56_3426 - 633384,6 - 8679337,8; RPPN_56_3427 - 633379,5 - 8679329,5; RPPN_56_3428 - 633377,3 - 8679319,9; RPPN_56_3429 - 633377,9 - 8679307,8; RPPN_56_3430 - 633365,2 - 8679309,9; RPPN_56_3431 - 633346,8 - 8679308,5; RPPN_56_3432 - 633334,0 - 8679303,0; RPPN_56_3433 - 633325,0 - 8679296,7; RPPN_56_3434 - 633319,4 - 8679291,2; RPPN_56_3435 - 633313,6 - 8679297,8; RPPN_56_3436 - 633314,4 - 8679311,8; RPPN_56_3437 - 633311,6 - 8679338,8; RPPN_56_3438 - 633307,8 - 8679352,1; RPPN_56_3439 - 633302,5 - 8679362,8; RPPN_56_3440 - 633282,9 - 8679383,4; RPPN_56_3441 - 633271,4 - 8679392,4; RPPN_56_3442 - 633256,2 - 8679398,0; RPPN_56_3443 - 633242,9 - 8679398,7; RPPN_56_3444 - 633237,1 - 8679397,7; RPPN_56_3445 - 633223,7 - 8679393,3; RPPN_56_3446 - 633210,9 - 8679386,0; RPPN_56_3447 - 633206,3 - 8679382,2; RPPN_56_3448 - 633201,6 - 8679376,0; RPPN_56_3449 - 633181,7 - 8679336,6; RPPN_56_3450 - 633173,0 - 8679327,8; RPPN_56_3451 - 633167,0 - 8679323,5; RPPN_56_3452 - 633151,5 - 8679309,5; RPPN_56_3453 - 633138,6 - 8679294,9; RPPN_56_3454 - 633131,7 - 8679290,4; RPPN_56_3455 - 633124,5 - 8679302,3; RPPN_56_3456 - 633095,1 - 8679346,2; RPPN_56_3457 - 633064,6 - 8679384,8; RPPN_56_3458 - 633048,6 - 8679402,2; RPPN_56_3459 - 633039,2 - 8679411,4; RPPN_56_3460 - 633026,2 - 8679419,1; RPPN_56_3461 - 633015,6 - 8679423,3; RPPN_56_3462 - 632996,4 - 8679425,3 R;PPN_56_3463 - 633004,8 - 8679428,6; RPPN_56_3464 - 633011,1 - 8679433,3; RPPN_56_3465 - 633015,8 - 8679439,6; RPPN_56_3466 - 633019,3 - 8679447,3; RPPN_56_3467 - 633020,7 - 8679453,0; RPPN_56_3468 - 633021,5 - 8679463,4; RPPN_56_3469 - 633019,9 - 8679473,0; RPPN_56_3470 - 633017,5 - 8679478,4; RPPN_56_3471 - 633012,3 - 8679485,2; RPPN_56_3472 - 633003,6 - 8679492,4; RPPN_56_3473 - 633021,4 - 8679501,2; RPPN_56_3474 - 633022,9 - 8679494,7; RPPN_56_3475 - 633027,4 - 8679483,6; RPPN_56_3476 - 633032,5 - 8679475,3; RPPN_56_3477 - 633043,0 - 8679465,3; RPPN_56_3478 - 633057,2 - 8679458,2; RPPN_56_3479 - 633067,2 - 8679455,4; RPPN_56_3480 - 633077,2 - 8679454,7; RPPN_56_3481 - 633083,1 - 8679455,2; RPPN_56_3482 - 633094,1 - 8679458,1; RPPN_56_3483 - 633099,4 - 8679460,5; RPPN_56_3484 - 633104,2 - 8679464,0; RPPN_56_3485 - 633110,3 - 8679470,2; RPPN_56_3486 - 633116,1 - 8679478,5; RPPN_56_3487 - 633119,1 - 8679485,8; RPPN_56_3488 - 633120,9 - 8679497,6; RPPN_56_3489 - 633119,7 - 8679507,6; RPPN_56_3490 - 633114,2 - 8679524,2; RPPN_56_3491 - 633109,9 - 8679531,1; RPPN_56_3492 - 633096,2 - 8679548,9; RPPN_56_3493 - 633096,2 - 8679553,0; RPPN_56_3494 - 633096,8 - 8679556,7; RPPN_56_3495 - 633105,2 - 8679561,8; RPPN_56_3496 - 633112,7 - 8679569,2; RPPN_56_3497 - 633116,1 - 8679574,0; RPPN_56_3498 - 633120,2 - 8679581,9; RPPN_56_3499 - 633130,6 - 8679576,1; RPPN_56_3500 - 633136,1 - 8679574,1; RPPN_56_3501 - 633146,8 - 8679572,1; RPPN_56_3502 - 633160,4 - 8679571,0; RPPN_56_3503 - 633150,1 - 8679563,9; RPPN_56_3504 - 633145,8 - 8679559,8; RPPN_56_3505 - 633139,1 - 8679549,7; RPPN_56_3506 - 633136,1 - 8679542,4; RPPN_56_3507 - 633134,6 - 8679531,2; RPPN_56_3508 - 633135,1 - 8679523,4; RPPN_56_3509 - 633138,4 - 8679512,6; RPPN_56_3510 - 633142,3 - 8679505,8; RPPN_56_3511 - 633147,8 - 8679500,3; RPPN_56_3512 - 633157,3 - 8679494,6; RPPN_56_3513 - 633170,8 - 8679489,7; RPPN_56_3514 - 633185,2 - 8679486,2; RPPN_56_3515 - 633191,1 - 8679485,6.

Art. 3º A RPPN Pedra do São José II será administrada pela Empresa Copener Florestal LTDA.

Parágrafo único. A Empresa proprietária referida no caput será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto n.º 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 4º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criada sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 791, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8º do Decreto n.º 05, de 14 de janeiro de 1991 e o art. 19º da Portaria SIT n.º 03, de 01 de março de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a inscrição n.º 0129631, concedida ao empregador CJ DO BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA., CNPJ 07.450.031/0001-93, estabelecido na Estrada Professor Messias José Baptista, 2651, Caixa Postal 1218, Itaperu, Piracicaba/SP, CEP 13.432-700, no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, por execução inadequada, a partir de 01/01/2013, conforme disposto no Processo n.º 46259.000450/2018-17.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLAUDIO SECCHIN

PORTARIA Nº 792, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8º do Decreto n.º 05, de 14 de janeiro de 1991 e o art. 19º da Portaria SIT n.º 03, de 01 de março de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a inscrição n.º 1073915, concedida ao empregador LUIZA BARCELOS CALÇADOS S.A, CNPJ 25.915.190/0001-06, estabelecido na Rua Dinal, 300, Novo São Francisco, Belo Horizonte- MG, CEP 30.775-230, no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, a partir de 01/04/2010, conforme disposto no Processo Administrativo n.º 47753.000028/2018-35

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLAUDIO SECCHIN

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE - Substituta, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.000657/2016-77	208754105	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	AM
2	46202.000659/2016-66	208752889	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	AM
3	46202.000660/2016-91	208752854	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	AM
4	46202.000662/2016-80	208754644	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	AM
5	46202.000663/2016-24	208755845	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	AM
6	46202.000665/2016-13	208753851	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	AM
7	46202.000666/2016-68	208752901	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	AM
8	46202.002988/2016-41	208931694	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	AM
9	46202.002991/2016-65	208931601	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	AM
10	46203.004538/2015-01	207883599	Edifica Engenharia Ltda	AP
11	46203.004539/2015-47	207883629	Edifica Engenharia Ltda	AP
12	46203.004541/2015-16	207883670	Edifica Engenharia Ltda	AP
13	46203.004542/2015-61	207883581	Edifica Engenharia Ltda	AP
14	46203.004543/2015-13	207883530	Edifica Engenharia Ltda	AP
15	46203.004544/2015-50	207883441	Edifica Engenharia Ltda	AP
16	46203.004545/2015-02	207883378	Edifica Engenharia Ltda	AP
17	46203.004546/2015-49	207883262	Edifica Engenharia Ltda	AP
18	46203.004547/2015-93	207883254	Edifica Engenharia Ltda	AP
19	46203.004548/2015-38	207883246	Edifica Engenharia Ltda	AP
20	46203.004549/2015-82	207883203	Edifica Engenharia Ltda	AP
21	46203.004550/2015-15	207883190	Edifica Engenharia Ltda	AP
22	46203.004552/2015-04	207883688	Edifica Engenharia Ltda	AP
23	46203.000957/2016-46	209182733	Executiva Empreendimentos Ltda - ME	AP
24	46203.000959/2016-35	209172754	Executiva Empreendimentos Ltda - ME	AP
25	47904.009400/2014-74	203783107	C V T Construcoes Ltda	BA
26	47904.009401/2014-19	203783131	C V T Construcoes Ltda	BA
27	47904.009402/2014-63	203789342	C V T Construcoes Ltda	BA
28	47904.009403/2014-16	203789440	C V T Construcoes Ltda	BA
29	47904.009404/2014-52	203789555	C V T Construcoes Ltda	BA
30	47904.009405/2014-05	203789601	C V T Construcoes Ltda	BA
31	47904.016252/2014-44	205145361	Empresa Municipal de Aguas e Saneamento S.A	BA
32	47904.016967/2014-05	205239609	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
33	47904.016968/2014-41	205239552	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
34	47904.016972/2014-18	205241565	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
35	47904.016975/2014-43	205240020	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	BA
36	47904.008003/2014-85	203756266	Wagner Raimundo Kunzendorff	BA
37	47904.008157/2014-77	203755928	Wagner Raimundo Kunzendorff	BA
38	47904.008353/2014-41	203500881	Wagner Raimundo Kunzendorff	BA
39	47904.008356/2014-85	203500857	Wagner Raimundo Kunzendorff	BA
40	47904.008357/2014-20	203500849	Wagner Raimundo Kunzendorff	BA
41	47904.008358/2014-74	203500831	Wagner Raimundo Kunzendorff	BA
42	47904.008359/2014-19	203500822	Wagner Raimundo Kunzendorff	BA
43	46205.017527/2016-43	210954574	Compescal Comercio de Pescado Aracatiense Ltda	CE
44	46205.017528/2016-98	210954582	Compescal Comercio de Pescado Aracatiense Ltda	CE
45	46205.017529/2016-32	210954591	Compescal Comercio de Pescado Aracatiense Ltda	CE
46	46205.017530/2016-67	210954621	Compescal Comercio de Pescado Aracatiense Ltda	CE
47	46208.005883/2016-94	209711426	Compex Industrial Ltda - ME	GO
48	46208.005884/2016-39	209711493	Compex Industrial Ltda - ME	GO
49	46208.011953/2016-43	210880317	Instituto Gerir	GO
50	46208.006271/2016-19	209790067	JCAS Construtora e Prestadora de Serviços Eireli - Epp	GO
51	46208.014359/2014-42	204822131	Marfrig Global Foods S A	GO
52	46208.014374/2014-91	204822211	Marfrig Global Foods S A	GO
53	46208.014407/2014-01	204799074	Marfrig Global Foods S.A.	GO
54	46208.005546/2016-05	209489839	Usina Boa Vista S/A	GO
55	46223.001891/2017-54	211476200	Informar Construções & Consultoria Ltda - ME	MA
56	46223.001892/2017-07	211475637	Informar Construções & Consultoria Ltda - ME	MA
57	46223.001893/2017-43	211475386	Informar Construções & Consultoria Ltda - ME	MA
58	46223.001894/2017-98	211475220	Informar Construções & Consultoria Ltda - ME	MA
59	46223.001895/2017-32	211475017	Informar Construções & Consultoria Ltda - ME	MA
60	46223.001896/2017-87	211474771	Informar Construções & Consultoria Ltda - ME	MA
61	46223.001897/2017-21	211474703	Informar Construções & Consultoria Ltda - ME	MA
62	46223.001898/2017-76	211474606	Informar Construções & Consultoria Ltda - ME	MA
63	46223.001899/2017-11	211474410	Informar Construções & Consultoria Ltda - ME	MA
64	46223.001900/2017-15	211474215	Informar Construções & Consultoria Ltda - ME	MA
65	46223.001902/2017-04	211473324	Informar Construções & Consultoria Ltda - ME	MA
66	46223.001903/2017-41	211473162	Informar Construções & Consultoria Ltda - ME	MA
67	46237.001076/2016-55	209613718	Bom Jesus Manutencao e Usinagem Ltda - ME	MG
68	46237.001077/2016-08	209613629	Bom Jesus Manutencao e Usinagem Ltda - ME	MG
69	46237.001078/2016-44	209613653	Bom Jesus Manutencao e Usinagem Ltda - ME	MG
70	46237.001079/2016-99	209613670	Bom Jesus Manutencao e Usinagem Ltda - ME	MG
71	46237.001080/2016-13	209613688	Bom Jesus Manutencao e Usinagem Ltda - ME	MG
72	46237.001081/2016-68	209613751	Bom Jesus Manutencao e Usinagem Ltda - ME	MG
73	46237.001082/2016-11	209613823	Bom Jesus Manutencao e Usinagem Ltda - ME	MG
74	46237.001083/2016-57	209613831	Bom Jesus Manutencao e Usinagem Ltda - ME	MG
75	46237.001084/2016-00	209613840	Bom Jesus Manutencao e Usinagem Ltda - ME	MG
76	46237.001085/2016-46	209613866	Bom Jesus Manutencao e Usinagem Ltda - ME	MG
77	46237.001086/2016-91	209613882	Bom Jesus Manutencao e Usinagem Ltda - ME	MG
78	46237.001089/2016-24	209631139	Bom Jesus Manutencao e Usinagem Ltda - ME	MG
79	46237.001090/2016-59	209631147	Bom Jesus Manutencao e Usinagem Ltda - ME	MG
80	47747.008270/2015-93	207307431	DMA Distribuidora S/A	MG
81	47747.008271/2015-38	207307342	DMA Distribuidora S/A	MG
82	47747.008272/2015-82	207307296	DMA Distribuidora S/A	MG
83	47747.013973/2015-33	208638679	DMA Distribuidora S/A	MG
84	47747.013974/2015-88	208638709	DMA Distribuidora S/A	MG
85	47747.013975/2015-22	208638733	DMA Distribuidora S/A	MG
86	47747.013976/2015-77	208638768	DMA Distribuidora S/A	MG
87	47747.013977/2015-11	208638776	DMA Distribuidora S/A	MG
88	47747.013978/2015-66	208638784	DMA Distribuidora S/A	MG
89	47747.013979/2015-19	208638806	DMA Distribuidora S/A	MG
90	47747.013980/2015-35	208638814	DMA Distribuidora S/A	MG
91	47747.013981/2015-80	208638849	DMA Distribuidora S/A	MG
92	47747.013982/2015-24	208638865	DMA Distribuidora S/A	MG
93	47747.013983/2015-79	208638911	DMA Distribuidora S/A	MG
94	47747.013993/2015-12	208638938	DMA Distribuidora S/A	MG
95	47747.013994/2015-59	208638954	DMA Distribuidora S/A	MG
96	47747.013995/2015-01	208638997	DMA Distribuidora S/A	MG
97	47747.013996/2015-48	208639012	DMA Distribuidora S/A	MG
98	47747.013997/2015-92	208639021	DMA Distribuidora S/A	MG
99	47747.013998/2015-37	208639039	DMA Distribuidora S/A	MG
100	47747.000519/2015-12	205736203	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	MG
101	46245.003132/2017-78	211307548	Fedex Brasil Logistica e Transporte S.A.	MG
102	46245.003137/2017-09	212336941	Fedex Brasil Logistica e Transporte S.A.	MG
103	46245.003138/2017-45	212336932	Fedex Brasil Logistica e Transporte S.A.	MG
104	46245.003139/2017-90	212336924	Fedex Brasil Logistica e Transporte S.A.	MG
105	46245.003141/2017-69	212336797	Fedex Brasil Logistica e Transporte S.A.	MG
106	46245.003142/2017-11	212336789	Fedex Brasil Logistica e Transporte S.A.	MG
107	46245.003140/2017-14	212336819	Fedex Brasil Logistica e Transporte S/A	MG
108	46246.001379/2017-40	212266535	Ferro Velho Bahia Ltda - EPP	MG
109	46241.000668/2016-91	209824379	Guilherme Passos Monteiro Repoles	MG
110	46241.000669/2016-35	209822996	Guilherme Passos Monteiro Repoles	MG
111	46241.000670/2016-60	209825642	Guilherme Passos Monteiro Repoles	MG
112	46241.000671/2016-12	209824964	Guilherme Passos Monteiro Repoles	MG
113	46241.000672/2016-59	209823062	Guilherme Passos Monteiro Repoles	MG
114	46241.000673/2016-01	209823135	Guilherme Passos Monteiro Repoles	MG
115	46241.000674/2016-48	209823186	Guilherme Passos Monteiro Repoles	MG
116	46241.000675/2016-92	209823151	Guilherme Passos Monteiro Repoles	MG
117	46241.000676/2016-37	209824239	Guilherme Passos Monteiro Repoles	MG
118	46241.000677/2016-81	209824077	Guilherme Passos Monteiro Repoles	MG
119	46241.000678/2016-26	209824000	Guilherme Passos Monteiro Repoles	MG
120	46241.000679/2016-71	209825111	Guilherme Passos Monteiro Repoles	MG
121	46241.000739/2016-55	209931949	Guilherme Passos Monteiro Repoles	MG
122	46245.000329/2017-55	211160881	MRV Construcoes Ltda	MG
123	46245.000330/2017-80	211166758	MRV Construcoes Ltda	MG
124	46245.000331/2017-24	211167142	MRV Construcoes Ltda	MG
125	46245.000332/2017-79	211166651	MRV Construcoes Ltda	MG
126	46245.000333/2017-13	211166383	MRV Construcoes Ltda	MG
127	46245.000334/2017-68	211166456	MRV Construcoes Ltda	MG
128	46245.000343/2017-59	211194913	MRV Construcoes Ltda	MG
129	46243.002292/2016-39	210328029	PPS Plasticos e Papeis Reciclaveis Ltda - EPP	MG
130	46243.002293/2016-83	210310154	PPS Plasticos e Papeis Reciclaveis Ltda - EPP	MG
131	46243.002294/2016-28	210329769	PPS Plasticos e Papeis Reciclaveis Ltda - EPP	MG
132	46243.002297/2016-61	210130911	PPS Plasticos e Papeis Reciclaveis Ltda - EPP	MG
133	46243.002301/2016-91	210156686	PPS Plasticos e Papeis Reciclaveis Ltda - EPP	MG
134	46243.002302/2016-36	210156678	PPS Plasticos e Papeis Reciclaveis Ltda - EPP	MG
135	46243.002303/2016-81	210156651	PPS Plasticos e Papeis Reciclaveis Ltda - EPP	MG
136	46243.002304/2016-25	210156643	PPS Plasticos e Papeis Reciclaveis Ltda - EPP	MG
137	46243.002305/2016-70	210156627	PPS Plasticos e Papeis Reciclaveis Ltda - EPP	MG
138	46243.002311/2016-27	210155825	PPS Plasticos e Papeis Reciclaveis Ltda - EPP	MG
139	46243.002312/2016-71	210155396	PPS Plasticos e Papeis Reciclaveis Ltda - EPP	MG
140	46243.002313/2016-16	210155264	PPS Plasticos e Papeis Reciclaveis Ltda - EPP	MG
141	46243.002317/2016-02	210138815	PPS Plasticos e Papeis Reciclaveis Ltda - EPP	MG
142	46243.002320/2016-18	210138751	PPS Plasticos e Papeis Reciclaveis Ltda - EPP	MG
143	46243.002325/2016-41	210155418	PPS Plasticos e Papeis Reciclaveis Ltda - EPP	MG

144	46243.002326/2016-95	210155426	PPS Plasticos e Papeis Reciclaveis Ltda - EPP	MG
145	46243.002327/2016-30	210130695	PPS Plasticos e Papeis Reciclaveis Ltda - EPP	MG
146	46239.002660/2016-16	210379537	Togni S/A Materiais Refratarios	MG
147	46239.002661/2016-52	210379529	Togni S/A Materiais Refratarios	MG
148	46239.002662/2016-05	210379511	Togni S/A Materiais Refratarios	MG
149	46239.002698/2016-81	210723360	Togni S/A Materiais Refratarios	MG
150	46239.002699/2016-25	210723335	Togni S/A Materiais Refratarios	MG
151	46239.002700/2016-11	210723343	Togni S/A Materiais Refratarios	MG
152	46239.002701/2016-66	210569786	Togni S/A Materiais Refratarios	MG
153	46239.002702/2016-19	210723351	Togni S/A Materiais Refratarios	MG
154	46246.001107/2016-69	209386177	Uai Construcoes Ltda - ME	MG
155	46246.001108/2016-11	209386541	Uai Construcoes Ltda - ME	MG
156	46246.001109/2016-58	209386509	Uai Construcoes Ltda - ME	MG
157	46246.001110/2016-82	209386428	Uai Construcoes Ltda - ME	MG
158	46246.001111/2016-27	209386410	Uai Construcoes Ltda - ME	MG
159	46246.001112/2016-71	209386401	Uai Construcoes Ltda - ME	MG
160	46246.001113/2016-16	209386363	Uai Construcoes Ltda - ME	MG
161	46246.001114/2016-61	209386339	Uai Construcoes Ltda - ME	MG
162	46246.001115/2016-13	209386312	Uai Construcoes Ltda - ME	MG
163	46246.001116/2016-50	209386304	Uai Construcoes Ltda - ME	MG
164	46246.001117/2016-02	209386258	Uai Construcoes Ltda - ME	MG
165	46246.001120/2016-18	209386126	Uai Construcoes Ltda - ME	MG
166	46246.001121/2016-62	209386118	Uai Construcoes Ltda - ME	MG
167	46246.001122/2016-15	209386100	Uai Construcoes Ltda - ME	MG
168	46246.001123/2016-51	209386088	Uai Construcoes Ltda - ME	MG
169	46246.001124/2016-04	209386061	Uai Construcoes Ltda - ME	MG
170	46246.001125/2016-41	209386053	Uai Construcoes Ltda - ME	MG
171	46653.005182/2015-16	207402329	Flamboyan Modas Ltda	MT
172	46653.002660/2016-17	209703547	IEA - Industria, Comercio e Servicos de Materiais Eletricos Ltda	MT
173	46653.003177/2016-50	209901764	IEA - Industria, Comercio e Servicos de Materiais Eletricos Ltda	MT
174	46653.003178/2016-02	209901772	IEA - Industria, Comercio e Servicos de Materiais Eletricos Ltda	MT
175	46306.001055/2015-98	207084912	Transcamila Cargas Ltda	MT
176	46214.001550/2017-98	211539961	Evidence Modas Presentes e Servicos Ltda - ME	PI
177	46214.001553/2017-21	211540021	Evidence Modas Presentes e Servicos Ltda - ME	PI
178	46214.003070/2016-81	209724820	Francisco R da Costa - ME	PI
179	46214.003022/2017-73	212090500	Publica Consultoria, Contabilidade e Projetos Ltda - ME	PI
180	46214.003023/2017-18	212090704	Publica Consultoria, Contabilidade e Projetos Ltda - ME	PI
181	46214.003025/2017-15	212090780	Publica Consultoria, Contabilidade e Projetos Ltda - ME	PI
182	46214.003026/2017-51	212090836	Publica Consultoria, Contabilidade e Projetos Ltda - ME	PI
183	46215.029939/2014-45	205418015	Construtora OAS S.A.	RJ
184	46215.029940/2014-70	205417981	Construtora OAS S.A.	RJ
185	46215.029941/2014-14	205417965	Construtora OAS S.A.	RJ
186	46215.029942/2014-69	205417990	Construtora OAS S.A.	RJ
187	46215.029943/2014-11	205474951	Construtora OAS S.A.	RJ
188	46215.029944/2014-58	205474918	Construtora OAS S.A.	RJ
189	46215.029946/2014-47	205474861	Construtora OAS S.A.	RJ
190	46215.029952/2014-02	205475302	Construtora OAS S.A.	RJ
191	46215.020443/2014-14	204606535	Ferlim Servicos Tecnicos Ltda	RJ
192	46215.020444/2014-51	204606705	Ferlim Servicos Tecnicos Ltda	RJ
193	46217.005722/2016-91	209659530	A C de Souza Manutencao	RN
194	46217.005723/2016-36	209659564	A C de Souza Manutencao	RN
195	46217.005724/2016-81	209659220	A C De Souza Manutencao	RN
196	46217.005725/2016-25	209662549	A C de Souza Manutencao	RN
197	46217.005726/2016-70	209659106	A C de Souza Manutencao	RN
198	46217.005727/2016-14	209661267	A C de Souza Manutencao	RN
199	46217.009706/2016-78	210666048	B P S da Silva Me	RN
200	46217.009707/2016-12	210666099	B P S Da Silva ME	RN
201	46217.010489/2016-69	210837128	Fruto da Serra Industria e Comercio Ltda - EPP	RN
202	46217.010490/2016-93	210837071	Fruto da Serra Industria e Comercio Ltda - EPP	RN
203	46291.000493/2016-26	209581204	Henrique Lage Salineira do Nordeste S/A.	RN
204	46217.006120/2016-51	209761270	Norte Construções Ltda	RN
205	46217.006124/2016-30	209760753	Norte Construções Ltda	RN
206	46217.000836/2017-26	211277461	Sociedade Educacional do Rio Grande do Norte Ltda - EPP	RN
207	46217.000869/2017-76	211331988	Sociedade Educacional do Rio Grande do Norte Ltda - EPP	RN
208	46217.000870/2017-09	211331864	Sociedade Educacional do Rio Grande do Norte Ltda - EPP	RN
209	46217.000871/2017-45	211331732	Sociedade Educacional do Rio Grande do Norte Ltda - EPP	RN
210	46217.000872/2017-90	211331449	Sociedade Educacional do Rio Grande do Norte Ltda - EPP	RN
211	46225.006334/2016-29	211048488	Asatur Turismo Ltda	RR
212	46225.006331/2016-95	211048283	Caburai Transportes Ltda - EPP	RR
213	46225.003457/2015-27	207535469	Faccio Alimentos Ltda	RR
214	46225.003777/2015-87	207569347	Faccio Alimentos Ltda	RR
215	46225.003785/2015-23	207593329	Faccio Alimentos Ltda	RR
216	46225.003789/2015-10	207593434	Faccio Alimentos Ltda	RR
217	46225.003852/2015-18	207612684	Faccio Alimentos Ltda	RR
218	46225.003864/2015-34	207627291	Faccio Alimentos Ltda	RR
219	46225.003865/2015-89	207627274	Faccio Alimentos Ltda	RR
220	46218.014812/2016-63	210368306	Almeida & Almeida Advogados	RS
221	46218.000940/2017-19	211166871	Cia Semeato de Acos C S A	RS
222	46218.193189/2016-04	211032182	Exito Pinturas Especiais Ltda	RS
223	46218.193190/2016-21	211032212	Exito Pinturas Especiais Ltda	RS
224	46218.193191/2016-75	211032310	Exito Pinturas Especiais Ltda	RS
225	46218.193192/2016-10	211032280	Exito Pinturas Especiais Ltda	RS
226	47157.001625/2016-44	210306734	Jaqueline Bordin - ME	RS
227	47157.001626/2016-99	210306408	Jaqueline Bordin - ME	RS
228	47157.001627/2016-33	210306050	Jaqueline Bordin - ME	RS
229	47157.001628/2016-88	210306785	Jaqueline Bordin - ME	RS
230	46218.015651/2016-25	210472235	Lojas Quero-Quero S.A.	RS
231	46218.016083/2016-80	210532793	Lojas Quero-Quero S.A.	RS
232	46218.017035/2016-17	210611022	Luis Fernando Santos de Almeida - ME	RS
233	46218.017036/2016-53	210636149	Luis Fernando Santos de Almeida - ME	RS
234	46218.011810/2014-51	204135320	M.H.B Radiologia Ltda - EPP	RS
235	47182.000330/2016-43	210532980	Portobello Saneamento e Construcoes Ltda - EPP	RS
236	47182.000331/2016-98	210532971	Portobello Saneamento e Construcoes Ltda - EPP	RS
237	47182.000332/2016-32	210532998	Portobello Saneamento e Construcoes Ltda - EPP	RS
238	47182.000273/2016-01	209921561	Prato Feito - Alimentacao e Servicos Ltda	RS
239	47182.000274/2016-47	209921587	Prato Feito - Alimentacao e Servicos Ltda	RS
240	47182.000275/2016-91	209921595	Prato Feito - Alimentacao e Servicos Ltda	RS
241	46271.002377/2016-80	210126981	Rodaros Indústria de Rodas Ltda.	RS
242	47157.001339/2016-89	210067535	Simone Frantz & Cia Ltda - Me	RS
243	46218.191785/2016-41	210959177	T.G. Log Ltda - EPP	RS
244	46218.191787/2016-31	210959193	T.G. Log Ltda - EPP	RS
245	46218.191786/2016-96	210959185	T.G. Log Ltda - EPP	RS
246	46220.005930/2006-80	11733641	Bassani Comércio de Parades e Divisórias Ltda.	SC
247	46304.001425/2015-15	207085218	Mannplastic Industria de Plasticos Ltda - ME	SC
248	46304.001426/2015-51	207085731	Mannplastic Industria de Plasticos Ltda - ME	SC
249	46304.001427/2015-04	207086711	Mannplastic Industria de Plasticos Ltda - ME	SC
250	46304.001579/2015-07	207255164	Mannplastic Industria de Plasticos Ltda - ME	SC
251	46304.001580/2015-23	207255113	Mannplastic Industria de Plasticos Ltda - ME	SC
252	46221.001592/2016-59	208891587	Associação Beneficência Amparo de Maria	SE
253	46221.012218/2015-06	208336648	BTS Terceirizacao de Servicos Ltda	SE
254	46221.004646/2014-76	203621182	Exlab - Exames Laboratoriais Ltda. - ME	SE
255	46221.004542/2015-42	206574665	San Genys Calçados Ltda.	SE
256	46221.009982/2015-96	207602395	San Genys Calçados Ltda.	SE
257	46221.009986/2015-74	207602379	San Genys Calçados Ltda.	SE
258	46264.001640/2015-21	207277451	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	SP
259	46261.003687/2016-31	209506750	Brasil Terminal Portuario S.A.	SP
260	46261.003787/2016-67	209506768	Brasil Terminal Portuario S.A.	SP
261	46261.003792/2016-70	210365536	Brasil Terminal Portuario S.A.	SP
262	46261.003793/2016-14	210361913	Brasil Terminal Portuario S.A.	SP
263	46261.003796/2016-58	210362006	Brasil Terminal Portuario S.A.	SP
264	46261.003798/2016-47	210361905	Brasil Terminal Portuario S.A.	SP
265	46264.002239/2014-28	205077005	Empresa Pioneira de Televisao S/A	SP
266	46262.000892/2015-53	206192592	General Motors do Brasil Ltda	SP
267	46262.000893/2015-06	206192614	General Motors do Brasil Ltda	SP
268	46262.000894/2015-42	206192657	General Motors do Brasil Ltda	SP
269	46257.000206/2017-85	210888636	GG Construe Construcao Civil Ltda - EPP	SP
270	46257.000207/2017-20	210888644	GG Construe Construcao Civil Ltda - EPP	SP
271	46260.003588/2015-88	207294429	Habiarte Barc Construtores Ltda	SP
272	46253.000147/2017-85	210939281	IEA - Industria, Comercio e Servicos de Materiais Eletricos Ltda	SP
273	46253.000150/2017-07	210939311	IEA - Industria, Comercio e Servicos de Materiais Eletricos Ltda	SP
274	46253.000151/2017-43	210939320	IEA - Industria, Comercio e Servicos de Materiais Eletricos Ltda	SP
275	46253.000152/2017-98	210939338	IEA - Industria, Comercio e Servicos de Materiais Eletricos Ltda	SP
276	46253.000154/2017-87	211115584	IEA - Industria, Comercio e Servicos de Materiais Eletricos Ltda	SP
277	46261.003412/2015-16	207260753	MSC Cruzeiros do Brasil Ltda.	SP
278	46261.003415/2015-50	207260630	MSC Cruzeiros do Brasil Ltda.	SP
279	46261.003416/2015-02	207260656	MSC Cruzeiros do Brasil Ltda.	SP
280	46261.003417/2015-49	207260613	MSC Cruzeiros do Brasil Ltda.	SP
281	46261.003424/2015-41	207260826	MSC Cruzeiros do Brasil Ltda.	SP
282	46261.003425/2015-95	207260800	MSC Cruzeiros do Brasil Ltda.	SP
283	46261.003849/2015-50	207483612	MSC Cruzeiros do Brasil Ltda.	SP
284	46261.003850/2015-84	207483159	MSC Cruzeiros do Brasil Ltda.	SP
285	46257.005230/2016-20	210778644	Portico Real Industria, Comercio e Locacao de Equipamentos Ltda	SP
286	46226.005118/2015-75	208269711	Cooperativa dos Produtores de Carne e Derivados de Gurupi	TO
287	46226.003989/2016-35	210767278	Indaia Agronegocio Ltda	TO
288	46226.003990/2016-60	210767022	Indaia Agronegocio Ltda	TO
289	46226.003991/2016-12	210767553	Indaia Agronegocio Ltda	TO
290	46226.003992/2016-59	210767723	Indaia Agronegocio Ltda	TO
291	46226.003996/2016-37	210733454	Indaia Agronegocio Ltda	TO
292	46226.003997/2016-81	210732776	Indaia Agronegocio Ltda	TO
293	46226.003998/2016-26	210731982	Indaia Agronegocio Ltda	TO
294	46226.001051/2014-19	203226232	Municipio de Palmeiras do Tocantins	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	47747.001557/2015-92	200.457.632	Adriana Teixeira de Almeida Caldeira - ME	MG
2	46239.001687/2015-01	200.572.458	Espólio de Firmino Rocha de Feritas	MG
3	47747.001186/2015-49	200.451.821	M Log Transportes e Logística Ltda.	MG
4	47747.000449/2016-63	200.654.241	Tributare Gestão e Consultoria Tributária Ltda.	MG
5	47747.003359/2014-82	200.270.656	Uberaba Supermercado Ltda.	MG
6	46213.001123/2015-58	200.431.561	Cinzel Engenharia Ltda.	PE
7	46212.012644/2016-21	200.741.331	Viação Cidade Sorriso Ltda	PR
8	46218.193188/2016-51	200.840.622	Exito Pinturas Especiais Ltda. - EPP	RS
9	46218.018331/2015-46	200.621.599	Ferrobras Peças e Serivços Ferroviários Ltda - ME	RS
10	46277.001073/2015-64	200.576.887	Gabrielly Lopes Pereira - Serviços - ME	RS
11	46277.001065/2015-18	200.576.909	Homero Luzardo Pereira Filho	RS
12	46265.003148/2016-61	200.819.607	Associação São José de Mirandopolis	SP
13	46265.001066/2016-82	200.691.881	Autdrive Assistência e Montagem de Paineis Elétricos Eireli EPP	SP
14	46265.001060/2016-13	200.691.759	Autdrive Assistência em Equipamentos Eletrônicos Eireli - ME	SP
15	46473.007537/2006-39	505.772.426	Citypark Estacionamentos Ltda.	SP
16	46266.001779/2016-36	200.688.138	Gressit Revestimentos Indústria e Comércio Ltda.	SP
17	46265.001111/2016-07	200.695.711	Lidermotores Assistência Técnica e Comércio de Motores	SP
18	46263.000902/2014-60	200.246.437	Prol Editora Gráfica Ltda.	SP
19	46263.003672/2014-91	200.335.456	Prol Editora Gráfica Ltda.	SP
20	46265.002755/2016-12	200.795.511	Talita Bueno Industria e Comercio de Confecções Ltda.	SP
21	46226.001062/2015-80	200.456.091	Jehovah Wolney Araújo Cial Ltda. - ME	TO

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.006637/2014-01	203477839	Varner Indústria Comércio e Serviços Ltda. - EPP	BA
2	47904.006643/2014-51	203477774	Varner Indústria Comércio e Serviços Ltda. - EPP	BA
3	47904.006655/2014-85	203477910	Varner Indústria Comércio e Serviços Ltda. - EPP	BA
4	46237.000453/2015-58	206246633	Brix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - ME	MG
5	46240.001164/2016-06	210449969	Escola Garatuba Ltda. - ME	MG
6	46222.004793/2015-17	207259364	Terraplena Ltda.	PA
7	46212.020478/2016-37	210542462	JJGC Indústria e Comércio de Materiais Dentários S.A.	PR

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.000172/2016-93	208592491	Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde	AL
2	46246.001376/2017-14	212266489	Ferro Velho Bahia Ltda - Epp	MG
3	46246.001380/2017-74	212266586	Ferro Velho Bahia Ltda - Epp	MG
4	46653.004228/2017-41	212721216	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
5	46653.003781/2017-67	212645251	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
6	46653.004056/2017-14	212659316	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
7	46653.004027/2017-44	212709721	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
8	46653.004054/2017-17	212718347	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
9	46653.004053/2017-72	212717961	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
10	46653.004033/2017-00	212658204	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
11	46653.004037/2017-80	212708015	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
12	46653.003973/2017-73	212682288	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
13	46653.004404/2017-45	212798260	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
14	46653.004407/2017-89	212798154	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
15	46653.004225/2017-16	212721682	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
16	46653.001903/2017-81	211973688	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
17	46653.004042/2017-92	212709186	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
18	46653.004040/2017-01	212709062	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
19	46653.003978/2017-04	212680145	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
20	46653.004227/2017-05	212721488	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
21	46653.003985/2017-06	212658221	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
22	46653.004031/2017-11	212696700	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
23	46653.004329/2017-12	212766678	Agropecuária Água Azul Ltda	MT
24	46263.003217/2016-57	210581484	Jaloto Transportes Ltda	SP

3) Pelo arquivamento em razão de:
3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46206.003421/2001-76	2946459	Centro de Formação de Condutores a Sinal Verde Ltda.	DF
2	46206.002840/2003-52	7007388	Printwork Comunicação Ltda.	DF
3	46206.002182/2002-18	7000758	Rosilda Pereira Araújo - Creche Jardim de Infância Pequeno Polegar	DF
4	46206.004681/2001-69	4703375	Rosilda Pereira Araújo - Creche Jardim de Infância Pequeno Polegar	DF
5	46206.007945/2001-36	5306591	WT Comércio e Representação Ltda.	DF
6	46286.000386/2005-14	10124802	WT Comércio e Representação Ltda.	DF
7	46221.008528/2011-94	17980372	Meta Distribuidor Ltda.	SE

LAURA LEÃO OLIVEIRA

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Tendo em vista a decisão proferida no Processo Judicial nº 0000965-37.2015.5.10.0005 da 5ª Vara do Trabalho de Brasília - DF do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, a Portaria 326/2013 e a Nota Técnica n.° 95/2018/CIP/GAB/SRT/MTb, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve suspender o registro sindical do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santa Helena - SC., CNPJ n.º 86.891.165/0001-16, Processo n° 46220.001910/2011-87, até que seja incluída em seu estatuto social a limitação da área de exploração, até dois módulos rurais, de acordo com o Decreto-lei nº 1.166/71 c/c a Lei nº 9.701/98.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA
Secretário de Relações do Trabalho

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIAS DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010. resolve:

Nº 306 - Conceder autorização à Empresa KYLY INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 78.855.830/0011-60, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Luiz Pisetta, nº 400, Bairro Centro, na cidade de Rodeio - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.
Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.
A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.004245/2018-50, protocolado no dia 13/06/2018.

Nº 307 - Conceder autorização à Empresa DURIN INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.128.161/0001-04, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rodovia SC 301 - Km 37 , nº 6.500, Bairro Itinga, na cidade de Araquari - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.
Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.
A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46304.001420/2018-27, protocolado no dia 14/06/2018.

Nº 308 - Conceder autorização à Empresa BUTZKE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 86.375.078/0001-06, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Fritz Lorenz , nº 4879, Bairro Industrial , na cidade de Timbó - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.
Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.
A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46305.001137/2018-95, protocolado no dia 28/06/2018.

Nº 309 - Conceder autorização à Empresa BRASIL BOTÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.480.257/0001-01, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Alwin Meier , nº 77, Bairro Jaraguá 99 , na cidade de Jaraguá do Sul - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.
Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.
A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.004729/2018-07, protocolado no dia 28/06/2018.

Nº 310 - Conceder autorização à Empresa KYLY INDÚSTYRIA TÊXTIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 78.855.830/0047-70, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Faustino Piazera , nº 595, Bairro Seminário , na cidade de Taió - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.
Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.
A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.004244/2018-13, protocolado no dia 13/06/2018.

Nº 311 - Conceder autorização à Empresa NGT TOP TOOLS INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.013.749/0001-12, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Friedrich Wilhelm Sonnenhohl , nº 835, Bairro Vila Lalau , na cidade de Jaraguá do Sul - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.
Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.
A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.003991/2018-26, protocolado no dia 05/06/2018.

Nº 312 - Conceder autorização à Empresa MANFER FERRAMENTARIA E USINAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.547.214/0001-61, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Dona Francisca , nº 10.190, Galpão 01, Zona Industrial Norte , na cidade de Joinville - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.
Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.
A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46304.001479/2018-15, protocolado no dia 21/06/2018.

Nº 313 - Conceder autorização à Empresa ELIANE S/A REEVSTIMENTOS CERÂMICOS , inscrita no CNPJ sob o nº 86.532.538/0029-63, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rodovia Luiz Rosso , s/nº, Km 04,Bairro Quarta Linha, na cidade de Criciúma - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.
Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.
A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.003972/2018-08, protocolado no dia 05/06/2018.

Nº 314 - Conceder autorização à Empresa FADEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.732.704/0001-47, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na RUA Edgar Von Buettner , nº 350, Bairro Bateas, na cidade de Brusque - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.
Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.
A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.004251/2018-15, protocolado no dia 13/06/2018.

Nº 315 - Conceder autorização à Empresa ELIANE S/A REVESTIMENTOS CERÂMICOS, inscrita no CNPJ sob o nº 86.532.538/0032-69, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Maximiliano, nº 245, Bairro Centro, na cidade de Cocal do Sul - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.
Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.
A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.003970/2018-19, protocolado no dia 05/06/2018.

Nº 316 - Conceder autorização à Empresa ELIANE S/A REVESTIMENTOS CERÂMICOS, inscrita no CNPJ sob o nº 86.532.538/0030-05, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Ambrósio Dallo, nº 330, Bairro Centro, na cidade de Cocal do Sul - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.
Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.
A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.003971/2018-55, protocolado no dia 05/06/2018.

Nº 317 - Conceder autorização à Empresa COSTA RICA MALHAS E CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.944.599/0028-67, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua José Adolfo Mafra, nº 180, Bairro Indaiá, na cidade de Nova trento - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.
Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.
A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.004122/2018-19, protocolado no dia 07/06/2018.

Nº 318 - Conceder autorização à Empresa A MALHAS MENEGOTTI INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.474 .553/0001-30, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Joaquim Francisco de Paula, nº 4.850, Prédio 1, Bairro Chico de Paula, na cidade de Jaraguá do Sul - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.
Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.
A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.004399/2018-41 protocolado no dia 15/06/2018.

Nº 319 - Conceder autorização à Empresa AB PLAST MANUFATURADOS PLÁSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 76.343.748/0001-59, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Blumenau, nº 1.030,na cidade de Joinville - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.
Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.
A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46304.001517/2018-30 protocolado no dia 26/06/2018.

Nº 320 - Conceder autorização à Empresa BRASMART INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.011.349/0001-80, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Luiz Eleodoro da Silva, nº 196,na cidade de Blumenau - SC, nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.
Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.
A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46220.004533/2018-12 protocolado no dia 26/06/2018.

CLEY CAPISTRANO MAIA DE LIMA

Ministério do Turismo

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 183, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GM/MTur nº 170, de 5 de outubro de 2015, bem como o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao acompanhamento do 2º trimestre da experiência-piloto da modalidade de trabalho remoto do Ministério do Turismo, realizado pelo Comitê Gestor do Trabalho Remoto - CGT, referente ao período de 25 de julho de 2018 a 25 de outubro de 2018, na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ALVES

ANEXO

Unidade Organizacional	Processo SEI	Servidores	Período Aferido
Coordenação-Geral de Convênios	72031.002084/2018-05	Ana Cláudia Carneiro Pereira	25/07/2018 a 25/10/2018
		Paula Moraes Niquini	
		Vanderly Ramos Ventura de Souza	
		Bruno Gomes de Figueiredo	17/09/2018 a 25/10/2018

Ministério dos Direitos Humanos

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 365, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

Instituir o Programa de Gestão em experiência-piloto na modalidade teletrabalho no âmbito das unidades do Ministério dos Direitos Humanos.

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1590, de 10 de agosto de 1995 e Instrução Normativa MPDG nº 1, de 31 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Instituir o programa de gestão em experiência-piloto na modalidade teletrabalho, para a realização de atividades integralmente fora das dependências físicas das Unidades do Ministério dos Direitos Humanos - MDH , em caráter facultativo, mediante a certificação dos processos de trabalho aptos a atender o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 1995 e o Inciso III, do art. 9º da Instrução Normativa MPDG nº 1, de 31 de agosto de 2018.

§ 1º A realização da modalidade teletrabalho ocorrerá, por até um ano, a título de experiência-piloto, nas unidades do MDH.

§ 2º O disposto nesta Portaria aplica-se aos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, em exercício nas unidades do MDH, cuja gestão de pessoal compete à Coordenação- Geral de Gestão de Pessoas - CGGP, da Subsecretaria de Administração - SSA, da Secretaria Executiva - SE.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I - programa de gestão: metodologia de gestão fundada em plano de trabalho e autorizada em ato normativo de Ministro de Estado, que disciplina o exercício de atividades determinadas, em situações especiais em que os resultados possam ser efetivamente mensuráveis, cuja execução possa ser realizada por servidores públicos com dispensa de controle de frequência;

II - programa de gestão em experiência-piloto: fase experimental do programa de gestão, baseada em plano de trabalho que disciplina o exercício de atividades determinadas, em situações especiais em que os resultados possam ser efetivamente mensuráveis, cuja execução possa ser realizada por servidores públicos com dispensa de controle de frequência;

III - modalidade teletrabalho: categoria de implementação do programa de gestão em que o servidor público executa suas atribuições funcionais integralmente fora das dependências da unidade, mediante o uso de equipamentos e tecnologias que permitam a plena execução das atribuições remotamente, dispensado do controle de frequência, nos termos da Instrução Normativa MPDG nº 1, de 31 de agosto de 2018;

IV- servidor público participante: servidor ocupante de cargo efetivo regido pela Lei nº 8.112, de 1990, em exercício na unidade, submetido ao programa de gestão, inclusive na fase de experiência-piloto;

V - chefe imediato: autoridade imediatamente superior ao servidor público;

VI - autoridade máxima da unidade: Secretário Nacional, Chefe de Gabinete Ministerial e Secretário-Executivo.

VII - plano de trabalho: documento preparatório aprovado pelo dirigente da unidade que delimita a atividade, estima o quantitativo de servidores públicos participantes, define a modalidade, as metas e a metodologia de mensuração efetiva de resultados para implementação do programa de gestão, inclusive na fase de experiência piloto;

VIII - termo de ciência e responsabilidade: documento assinado pelo servidor público, que sintetiza seus direitos e deveres, a modalidade e as metas vigentes enquanto participar do programa de gestão;

IX - relatório de acompanhamento: documento elaborado pelo dirigente da unidade que avalia o desempenho e o alcance de metas pelos servidores públicos participantes e pela unidade durante o programa de gestão, inclusive na fase de experiência-piloto; e

X - unidade: setor de nível não inferior às Secretarias Nacionais, ao Gabinete Ministerial e à Secretaria-Executiva.

Art. 3º O programa de gestão abrangerá as atividades cujas características permitam a mensuração da produtividade e dos resultados das respectivas unidades e do desempenho do servidor público participante.

Parágrafo único. O programa de gestão não poderá:

I - abranger as atividades para as quais a presença física na unidade seja estritamente necessária;

II - implicar redução da capacidade plena de funcionamento dos setores em que haja atendimento ao público; e

III - obstruir o convívio social e laboral, a cooperação, a integração e a participação do servidor, nem dificultar o direito ao tempo livre.

Art. 4º Na fase inicial de implementação do programa de gestão, o Secretário-Executivo, mediante ato publicado no Boletim de Serviço:

I - delimitará as atividades a integrarem programa de gestão em experiência-piloto;

II - estabelecerá o limite máximo de servidores em teletrabalho, considerando a força de trabalho de cada unidade do MDH, arredondadas as frações para o primeiro número inteiro imediatamente superior; e

III - fixará meta de desempenho do servidor público participante que será, no mínimo, 20% (vinte por cento) superior à estipulada para os servidores que executarem as mesmas atividades nas dependências da respectiva unidade no MDH.

Art. 5º Uma vez publicado o ato de que trata o artigo anterior, a unidade interessada em executar atividades em programa de gestão em experiência-piloto deverá elaborar plano de trabalho, conforme formulário constante do Anexo I - PLANO DE TRABALHO - MODALIDADE TELETRABALHO.

§ 1º Os setores subordinados à unidade poderão elaborar propostas de plano de trabalho à parte, a serem compiladas pela autoridade máxima da unidade.

§ 2º O servidor público participante do programa de gestão na modalidade teletrabalho, quando estiver fora das dependências da unidade, deverá comparecer pessoalmente à unidade nas situações de especial necessidade de sua presença física, quando convocado pelo chefe imediato com antecedência mínima prevista no plano de trabalho e no termo de ciência e responsabilidade, observada a razoabilidade.

Art. 6º A autoridade máxima da unidade, após declarar sua concordância, encaminhará o processo à CGGP, que avaliará sua conformidade com os termos desta Portaria e o encaminhará para a autorização do Secretário-Executivo.

§ 1º Caso sejam identificados requisitos não atendidos por ocasião da avaliação de que trata o caput, a CGGP devolverá o processo para que seja corrigido.

§ 2º Concluídas as eventuais correções e após deferida a autorização, o Secretário-Executivo encaminhará o processo à CGGP para fins de publicação no Boletim de Serviço.

Art. 7º A autoridade máxima da unidade identificará os processos de trabalho passíveis de efetivação na modalidade teletrabalho e selecionará os servidores públicos que participarão da modalidade teletrabalho.

§ 1º A seleção é ato discricionário e será feita a partir da avaliação de compatibilidade entre o perfil adequado previsto no plano de trabalho e o perfil dos servidores públicos interessados, atendendo aos critérios a seguir:

I - capacidade de organização e autodisciplina;

II - capacidade de cumprimento das atividades nos prazos acordados;

III - capacidade de interação com a equipe;

IV - atuação tempestiva;

V - pró-atividade na resolução de problemas;

VI - abertura para utilização de novas tecnologias; e

VII - orientação para resultados.

§ 2º Havendo limitação do número de participações e razoável igualdade de habilidades e características entre servidores públicos interessados, poderão ser observados os seguintes critérios de priorização:

I - com jornada reduzida, nos termos do § 2º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 1990;

II - gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação;

III - que tenham filhos, cônjuge ou dependentes com deficiência, nos termos do § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 1990;

IV - com dependentes econômicos que constem do assentamento funcional com idade até seis anos ou acima de sessenta e cinco anos de idade;

V - com horários especial nos termos do artigo 98 da Lei nº 8.112, de 1990;

VI - com maior tempo de exercício no órgão; ou

VII - residentes em localidades mais distantes da Unidade, no âmbito do Distrito Federal e entorno.

§ 3º Sempre que possível, será promovido o revezamento de servidores públicos interessados em participar do programa de gestão em experiência-piloto.

Art. 8º O servidor público selecionado para participar do programa de gestão em experiência-piloto deverá assinar previamente termo de ciência e responsabilidade, conforme Anexo II - TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE - MODALIDADE TELETRABALHO.

Parágrafo único. A qualquer momento, por recomendação do chefe imediato, a autoridade máxima da unidade poderá redesignar os servidores públicos participantes do programa de gestão em experiência-piloto, visando ao melhor cumprimento das regras do plano de trabalho e à escolha do perfil adequado.

Art. 9º A unidade elaborará relatório de acompanhamento do programa de gestão trimestralmente, conforme Anexo III -RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO - MODALIDADE TELETRABALHO, e providenciará sua divulgação na página oficial do órgão ou entidade.

Art. 10. Alcançado grau de maturação razoável e decorrido, no mínimo, um ano da efetiva implementação do programa de gestão em experiência-piloto em cada unidade, a respectiva autoridade máxima elaborará relatório de acompanhamento, conforme Anexo IV - RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO - MODALIDADE TELETRABALHO.

Parágrafo único. O relatório de acompanhamento será submetido à manifestação técnica da área de gestão de pessoas que poderá considerar o programa de gestão em experiência-piloto:

I - apto à conversão em programa de gestão em definitivo;

II - apto à conversão em programa de gestão em definitivo, com ressalvas, ficando a conversão do programa de gestão em definitivo condicionada à reformulação do plano de trabalho; ou

III - não apto à conversão em programa de gestão em definitivo, devendo o plano de trabalho ser reformulado e o programa de gestão em experiência-piloto implementado pelo prazo adicional mínimo de seis meses, findo o qual haverá novo juízo de aptidão para conversão em definitivo.

Art. 11. O Ministro de Estado poderá, a qualquer tempo, suspender, alterar ou revogar o plano de trabalho e o programa de gestão, por razões técnicas ou de conveniência e oportunidade.

§ 1º O servidor público participante deverá atender às novas regras do plano de trabalho e do programa de gestão alterados, de imediato ou após prazo razoável para sua adaptação.

§ 2º Na hipótese de suspensão ou revogação do plano de trabalho e do programa de gestão, o servidor público participante deverá imediatamente voltar a se submeter ao controle de frequência, ressalvada a concessão de prazo razoável pela autoridade máxima da unidade aos servidores públicos participantes que executavam o programa de gestão na modalidade teletrabalho.

Art. 12. O relatório de acompanhamento do programa de gestão em experiência-piloto, a manifestação técnica da área de gestão de pessoas, o plano de trabalho, reformulado quando for o caso, e o projeto de ato normativo que o reflita serão submetidos ao Ministro de Estado para avaliação da conveniência e a oportunidade na conversão do programa de gestão em definitivo, considerando os benefícios para a Administração Pública e o nível de maturação do processo de acompanhamento de metas e resultados.

Parágrafo único. O ato a que se refere o caput deverá ser publicado no Diário Oficial da União.

Art. 13. O servidor público participante será desligado do programa de gestão mediante decisão da autoridade máxima da unidade, nos seguintes casos:

I - por necessidade do serviço;

II - pelo descumprimento das obrigações previstas no plano de trabalho e no termo de ciência e responsabilidade;

III - pelo decurso de prazo de participação no programa de gestão, quando houver, salvo se deferida a prorrogação do prazo;

IV - em virtude de remoção, com alteração da lotação de exercício;

V - em virtude de aprovação do servidor para a execução de outra atividade não abrangida pelo programa de gestão; e

VI - pela superveniência das hipóteses que vedam a permanência de sua condição de habilitação.

§ 1º O servidor poderá ser desligado do programa, a pedido.

§ 2º O servidor continuará em regular exercício das atividades no programa de gestão até que seja notificado do ato de desligamento e que efetivamente retome o controle de frequência no prazo de até trinta dias, conforme concedido na notificação.

Art. 14. Compete à autoridade máxima da unidade:

I - dar ampla divulgação do plano de trabalho aos servidores públicos em sua unidade, elaborando lista de servidores públicos interessados e selecionados em participar do programa de gestão;

II - analisar resultados da experiência-piloto em sua unidade;

III - supervisionar a aplicação e a disseminação do processo de acompanhamento de metas e resultados;

IV - controlar os resultados obtidos em face das metas fixadas para sua unidade;

V - colaborar com a área de gestão de pessoas para melhor execução do programa de gestão; e

VI - sugerir suspensão, alteração ou revogação do plano de trabalho e do programa de gestão ao Ministro de Estado correspondente, com base no relatório de acompanhamento.

Art. 15. Compete à chefia imediata:

I - acompanhar a qualidade e a adaptação dos servidores públicos no programa de gestão;

II - manter contato permanente com os servidores públicos participantes do programa de gestão para repassar instruções de serviço;

III - aferir o cumprimento das metas estabelecidas;

IV - dar ciência ao dirigente da unidade sobre a evolução do programa de gestão, dificuldades encontradas e quaisquer outras situações ocorridas, para fins de consolidação do relatório de acompanhamento;

V - registrar a evolução das atividades do programa de gestão no relatório de acompanhamento periodicamente;

VI - informar a CGGP a habilitação de servidor público participante, de forma individual; e

VII - comunicar a CGGP sobre a ocorrência de situações de que tratam os arts. 18 e 19 desta Portaria.

Art. 16. Compete à Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI, no âmbito de suas competências, viabilizar o acesso remoto e controlado do servidor público participante aos sistemas do MDH, bem como divulgar os requisitos tecnológicos mínimos para o referido acesso.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DO VALE ROCHA

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO - MODALIDADE TELETRABALHO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE	
Nome da autoridade máxima da unidade:	
Matrícula SIAPE:	Unidade:
2. ATIVIDADES EM TELETRABALHO	
a) Detalhamento e descrição das atividades a serem desempenhadas:	
b) Quantitativo total de servidores públicos na unidade e o quantitativo que poderá participar do programa de gestão em experiência-piloto:	
c) Perfil do servidor público participante adequado às atividades a serem executadas em programa de gestão em experiência-piloto:	
d) Prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal do servidor público participante à unidade, observada a razoabilidade:	

e) Metas a serem alcançadas e a periodicidade para acompanhamento:
f) Cronograma trimestral de entregas de resultados:
g) Cronograma de reuniões com o chefe imediato para avaliação de desempenho e eventual revisão ou ajustes das metas, se necessários:
h) Resultados e benefícios esperados para a instituição:
_____ Nome da Autoridade Máxima da Unidade Descrição do Cargo da Autoridade da Unidade Assinatura da Autoridade Máxima da Unidade

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE - MODALIDADE TELETRABALHO

1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR PARTICIPANTE		
Nome:		
Telefone fixo:	Telefone móvel:	E-mail:
Matrícula SIAPE:	Unidade de Exercício:	
2. declaraÇÃO DE QUE ATENDE ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DE GESTÃO		
Declaro não estar enquadrado em nenhuma das situações abaixo relacionadas: I - estar em estágio probatório; II - desempenhar há menos de seis meses, na unidade, a atividade submetida ao programa de gestão; III - estar obrigado a permanecer no exercício das funções por período igual ao do afastamento concedido para estudo no exterior ou participação em programa de pós-graduação stricto sensu no País, nos termos do § 1º do art. 95 e do § 4º do art. 96-A da Lei 6.112, de 1990;		
IV - ocupar cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de Natureza Especial, ou equivalente, Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, Função Gratificada - FG, inclusive substituição destes, ou Função Comissionada Técnica; V - ter sido desligado de programa de gestão pelo não atingimento de metas nos últimos doze meses anteriores à data de manifestação de interesse em participar; VI - desempenhar suas atividades no atendimento ao público externo e interno, ou outras atividades em que a presença física seja necessária; e VII - ter equipe de trabalho sob sua responsabilidade e coordenação.		
3. 3. PRAZO DE ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE CONVOCAÇÃO PARA COMPARECIMENTO PESSOAL DO SERVIDOR PÚBLICO PARTICIPANTE À UNIDADE:		
4. METAS E RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS:		
5. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO PARTICIPANTE:		
I - cumprir a meta de desempenho estabelecida no plano de trabalho; II - assinar termo de ciência e responsabilidade; III - atender às convocações para comparecimento à unidade sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da Administração Pública, quando convocado com antecedência mínima prevista no plano de trabalho; IV - manter dados cadastrais e de contato permanentemente atualizados e ativos; V - consultar diariamente a sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional, a Intranet e demais formas de comunicação do órgão ou entidade de exercício;		
VI - permanecer em disponibilidade constante para contato, nos horários de funcionamento da unidade; VII - manter o chefe imediato informado, de forma periódica e sempre que demandado, por meio de mensagem dirigida à caixa postal individual de correio eletrônico institucional, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento; VIII - comunicar ao chefe imediato a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas de desempenho e prazos ou possível redistribuição do trabalho;		
IX - zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas de segurança da informação e adoção de cautelas adicionais necessárias; X - retirar processos e demais documentos das dependências da unidade, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, e mediante termo de recebimento e responsabilidade do servidor; e XI - desenvolver suas atividades no Distrito Federal e entorno e destes não se ausentar, em dias de expediente.		
6. DECLARO DE TER CONHECIMENTO DAS REGRAS DO PROGRAMA DE GESTÃO E DO CONTEÚDO DO PLANO DE TRABALHO.		
7. DECLARO, AINDA DISPOR DE ESTRUTURAS FÍSICA E TECNOLÓGICA NECESSÁRIAS, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS ADEQUADOS E ERGONÔMICOS, ASSUMINDO, INCLUSIVE, OS CUSTOS REFERENTES À CONEXÃO À INTERNET, À ENERGIA ELÉTRICA E AO TELEFONE, ENTRE OUTRAS DESPESAS DECORRENTES.		
8. DECLARO ESTAR CIENTE QUE A ALTERAÇÃO SUPERVENIENTE DO PLANO DE TRABALHO OU DO PROGRAMA DE GESTÃO NÃO ENSEJA O DEVER DE ASSINATURA DE NOVO TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE, BASTANDO SER NOTIFICADO QUANTO AO TEOR DA ALTERAÇÃO PROMOVIDA.		
_____ Nome do servidor público participante Assinatura do servidor público participante		

ANEXO III

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO - MODALIDADE TELETRABALHO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE	
Nome da autoridade máxima da unidade:	
Matrícula SIAPE:	Unidade:
2. AVALIAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO:	
2.1. DO GRAU DE COMPROMETIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS PARTICIPANTES:	
2.2. DA EFETIVIDADE NO ALCANCE DE METAS E RESULTADOS:	
2.3. DOS BENEFÍCIOS E PREJUÍZOS PARA A UNIDADE:	
2.4. DA CONVENIÊNCIA E DA OPORTUNIDADE EM IMPLEMENTAR O PROGRAMA DE GESTÃO EM DEFINITIVO:	
3. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO NA UNIDADE: (preenchimento livre)	
_____ Nome da Autoridade Máxima da Unidade Descrição do Cargo da Autoridade da Unidade Assinatura da Autoridade Máxima da Unidade	

ANEXO IV

RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO - MODALIDADE TELETRABALHO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE	
Nome da autoridade máxima da unidade:	
Matrícula SIAPE:	Unidade:
2. AVALIAÇÃO CONSOLIDADA DOS RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DO PLANO DE TRABALHO:	
2.1. DO GRAU DE COMPROMETIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS PARTICIPANTES:	
2.2. DA EFETIVIDADE NO ALCANCE DE METAS E RESULTADOS:	
2.3. DOS BENEFÍCIOS E PREJUÍZOS PARA A UNIDADE:	
2.4. DA CONVENIÊNCIA E DA OPORTUNIDADE EM IMPLEMENTAR O PROGRAMA DE GESTÃO EM DEFINITIVO:	
3. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO NA UNIDADE: (preenchimento livre)	
4. MANIFESTAÇÃO TÉCNICA DA UNIDADE SOBRE O PROGRAMA DE GESTÃO EM EXPERIÊNCIA PILOTO (escolha um subitem e justifique):	
4.1. APTO À CONVERSÃO EM PROGRAMA DE GESTÃO EM DEFINITIVO:	
4.2. APTO À CONVERSÃO EM PROGRAMA DE GESTÃO EM DEFINITIVO, COM RESSALVAS:	
4.3. NÃO APTO À CONVERSÃO EM PROGRAMA DE GESTÃO EM DEFINITIVO:	
_____ Nome da Autoridade Máxima da Unidade Descrição do Cargo da Autoridade da Unidade Assinatura da Autoridade Máxima da Unidade	

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 3.718, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.568564/2017-47, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Ângelo Ponzoni;

II - código OACI: SSVI;

III - município (UF): Videira (SC); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 26° 59' 59"S / 051° 08' 53"W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria n° 431/SOP, de 29 de outubro de 1987, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 1987.

GIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 3.781, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º, inciso XII, da Portaria nº 1.751/SIA, de 06 de julho de 2015, tendo em vista o disposto nos arts. 33, inciso XV, alínea "b", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e 1º da Resolução nº 206, de 16 de novembro de 2011, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.035244/2018-85, resolve:

Art. 1º Validar as curvas de ruído para o Aeródromo Público Campo de Marte / São Paulo, SP (código OACI: SBMT), apresentadas pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

Art. 2º As curvas de ruído descritas no art. 1º desta Portaria servirão de base para o Plano Específico de Zoneamento de Ruído - PEZR do SBMT, de acordo com o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 161 (RBAC nº 161), Emenda nº 01.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 6.587, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.019062/2018-16 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 927-ANTAQ, de 20 de dezembro de 2012, de titularidade do empresário individual DIRCEU C. FERREIRA - ME, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 15.787.710/0001-80, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em virtude de alteração no esquema operacional autorizado.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.588, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.017922/2018-87 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.170-ANTAQ, de 15 de abril de 2015, de titularidade da empresa MANAUS NAVEGAÇÃO E AGENCIAMENTO MARÍTIMO - EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.755.273/0001-53, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em virtude da substituição de embarcação no esquema operacional autorizado.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.595, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.020454/2018-28 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 564-ANTAQ, de 7 de agosto de 2009, de titularidade da empresa PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.065.767/0001-85, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 6º Termo Aditivo, em virtude da exclusão de embarcação no esquema operacional autorizado.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.596, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.020455/2018-72 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 839-ANTAQ, de 15 de março de 2012, de titularidade da empresa PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.065.767/0001-85, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em virtude da substituição de embarcação no esquema operacional autorizado.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO Nº 61, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo nº 50300.004988/2017-26. Fiscalizada: PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 06.065.767/0001-85. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, dada a sua tempestividade e, no mérito, negar-lhe provimento, aplicando a penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 1.452,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e dois reais), pela prática das infrações tipificadas nos incisos XVIII e XXIX do artigo 23 da Resolução nº 1.274/2009-ANTAQ.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

N.º 299 - Alterar os artigos 1º e 9º da Portaria n.º 115/2016/SUINF, de 09/06/2016, publicado no Diário Oficial da União de 13/06/2016. Processo n.º 50505.041312/2016-36.

N.º 300 - Autorizar a implantação de Acesso na Rodovia BR-040/MG, km 524+000m, Pista Sul em Contagem/MG, de interesse da empresa BII Empreendimentos Imobiliários.. Processo n.º 50510.035008/2018-42.

N.º 301 - Alterar o art. 1º da Portaria n.º 269/2018/SUINF/ANTT, de 19/10/2018, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União de 23/10/2018. Processo n.º 50515.058481/2018-58.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço www.antt.gov.br

FÁBIO LUIZ LIMA DE FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 150, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695/2008, com a Resolução nº 4.131/2013 e alterações e com o que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.612912/2017-12, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de obras referentes à implantação de 06 (seis) passagens em nível de pedestres (PNP) no município de Betim/MG, conforme referências descritas no Quadro 1, constantes do escopo da Solução Integrada Betim, na malha ferroviária concedida à Concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA, integrante da Prioridade 3 da relação de projetos indicados no Anexo I da Resolução ANTT nº 4.131/2013, alterada pela Resolução ANTT nº 4.750/2015.

Art. 2º O valor reconhecido para o orçamento das obras fica limitado a R$ 1.026.525,68 (um milhão, vinte e seis mil, quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos), conforme o Quadro 1 a seguir, com data-base de março de 2017, para o estado de Minas Gerais, cujos registros contábeis básicos das transações deverão ser realizados em conformidade com a Deliberação ANTT n° 29, de 21 de janeiro de 2016.

Parágrafo único O valor apresentado no caput do art. 2º já contempla o impacto do benefício do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.

Art. 3º A Concessionária deverá apresentar mensalmente à ANTT os relatórios de monitoramento da implantação do objeto autorizado, bem como, informar esta Agência acerca da conclusão da obra em até 30 (trinta) dias após o seu término.

§1º Verificado o efetivo término da obra, a ANTT expedirá documento constatando a sua conclusão.

§2º Após constatada a conclusão da obra, a Concessionária deverá transferir a propriedade do ativo ao Poder Concedente no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

ANEXO

Quadro 1 - Orçamentos dos projetos

Referência	Valor
PNP Capelinha 1	R$ 236.803,81
PNP Capelinha 2	R$ 222.726,43
PNP Duque de Caxias	R$ 136.333,96
PNP Alterosa 1	R$ 127.635,81
PNP Alterosa 2	R$ 181.559,52
PNP URPV	R$ 121.466,15
TOTAL	R$ 1.026.525,68

PORTARIA Nº 151, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Autorizar a Concessionária MRS Logística S.A a transformar 2 (dois) vagões arrendados da série GPS, em vagões da série PNS.

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, com base na Resolução nº 5.818, de 03/05/2018 e, no que consta no Processo nº 50501.342225/2018-03, resolve:

Art. 1º Autorizar a concessionária MRS Logística S.A a transformar 2 (dois) vagões arrendados da série GPS, inscritos pelo Número de Bem Patrimonial - NBP: 614869 e NBP: 614906, em vagões da série PNS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

RETIFICAÇÃO

Nas Portarias nºs 144, 145, 146, 147, 148 e 149, de 20.11.2018, disponibilizadas no site www.antt.gov.br e publicadas no DOU nº 229, seção 1, de 29.11.2018, pág. 91. Onde se lê: "...DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018..."; leia-se: "... DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018..."

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 2.074, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 91, inciso XXI, da Lei Complementar nº75, de 20 de maio de 1993, considerando a necessidade de redistribuição temporária de ofícios no âmbito do Ministério Público do Trabalho, conforme o artigo 12 do Ato Conjunto PGR/CASMPU N° 1/2014, resolve:

Art. 1º. Redistribuir, temporariamente, o 1º Oficio Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Sobral/CE, provido pela Procuradora do Trabalho Ana Valéria Targino de Vasconcelos, para a Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região.

Art. 2°. A redistribuição temporária se dará pelo prazo de 1 (um)ano, prorrogável por igual período, limitada ao máximo de 4 (quatro) anos, em atendimento ao art. 12 do Ato Conjunto nº 1/2014 PGR/CASMPU.

Art. 3º. Fixar o prazo de trânsito de 15 dias, a contar de 5.12.2018, para o deslocamento da Procuradora do Trabalho Ana Valéria Targino de Vasconcelos para a Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região.

RONALDO CURADO FLEURY

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 31, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

A Unidade Especial de Proteção de Dados e Inteligência Artificial, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/93, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SISPROWEB sob o nº 08190.141028/18-66, para investigar as circunstâncias do novo comprometimento de dados pessoais dos usuários brasileiros da rede social Google+, bem como apurar as responsabilidades pelos danos causados.

FREDERICO MEINBERG CEROY
Promotor de Justiça

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 29, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

A Unidade Especial de Proteção de Dados e Inteligência Artificial, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/93, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SISPROWEB sob o nº 08190.141026/18-31, para investigar as circunstâncias do suposto incidente de segurança envolvendo os dados da empresa TIVIT, bem como apurar as responsabilidades pelos danos causados.

FREDERICO MEINBERG CEROY
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 30, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

A Unidade Especial de Proteção de Dados e Inteligência Artificial, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/93, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SISPROWEB sob o nº 08190.141027/18-01, para investigar as circunstâncias do suposto incidente de segurança envolvendo o banco de dados da empresa Sky Brasil, bem como apurar as responsabilidades pelos danos causados.

FREDERICO MEINBERG CEROY
Promotor de Justiça

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

RETIFICAÇÃO

Na Ata nº 14, de 02/05/2018, publicada no D.O.U. de 07/5/2018, Seção 1, pág. 81:

Onde se lê:

ACÓRDÃO Nº 3121/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.126/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Rone Braz Santos Silva (CPF 021.097.151-70); Roniel Ferreira Lopes (CPF 845.158.133-15); Ronivaldo Lopes da Cruz (CPF 046.774.344-41); Rony Jose dos Santos (CPF 084.779.126-29); Rosa Maria Pastor de Oliveira (CPF 018.062.135-16); Rose Marie Atalla (CPF 013.569.678-09); Roseli Avila Vargas Rodrigues (CPF 951.663.430-34); Roseli Silva dos Santos (CPF 010.806.825-03); Rosemary Emilia do Nascimento Santos (CPF 270.365.198-86); Rosinete Sousa dos Santos (CPF 049.311.591-92).

1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Leia-se:

ACÓRDÃO Nº 3121/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-010.126/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Rone Braz Santos Silva (CPF 021.097.151-70); Roniel Ferreira Lopes (CPF 845.158.133-15); Ronivaldo Lopes da Cruz (CPF 046.774.344-41); Rony Jose dos Santos (CPF 084.779.126-29); Rosa Maria Pastor de Oliveira (CPF 018.062.135-16); Rose Marie Atalla (CPF 013.569.678-09); Roseli Avila Vargas Rodrigues (CPF xxx.xxx.xxx-xx); Roseli Silva dos Santos (CPF 010.806.825-03); Rosemary Emilia do Nascimento Santos (CPF 270.365.198-86); Rosinete Sousa dos Santos (CPF 049.311.591-92).

1.3. Unidade: Departamento de Polícia Federal.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 508, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 45 da Lei n. 13.473, de 08 de agosto de 2017, e tendo em vista a autorização contida no inciso II, alínea "a", item "2", do art. 4º da Lei n. 13.587, de 02 de janeiro de 2018, e os procedimentos estabelecidos na Portaria n. 487/SOF/MP, datada do dia 15 subsequente, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal, crédito adicional suplementar, no valor de R$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.900.000
		Atividades							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.900.000
02 301	0569 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							1.900.000
			S	3	1	90	0	100	1.900.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.900.000
TOTAL - GERAL									1.900.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							3.500.000
		Atividades							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							3.500.000
02 301	0569 2004 6015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC							3.500.000
			S	3	1	90	0	100	3.500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.500.000
TOTAL - GERAL									3.500.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.900.000
		Atividades							
02 122	0569 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							400.000
02 122	0569 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							400.000
			F	3	2	90	0	100	400.000
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							1.500.000
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							1.500.000
			F	3	2	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.900.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							3.500.000
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							3.500.000
02 061	0569 4257 6015	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC							3.500.000
			F	3	2	90	0	100	3.500.000
TOTAL - FISCAL									3.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.500.000

RESOLUÇÃO Nº 509, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 45 da Lei n. 13.473, de 08 de agosto de 2017, e tendo em vista a autorização contida no inciso II, alínea "a", item "1", do art. 4º da Lei n. 13.587, de 02 de janeiro de 2018, e os procedimentos estabelecidos na Portaria n. 487/SOF/MP, datada do dia 15 subsequente, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 918.412,00 (novecentos e dezoito mil e quatrocentos e doze reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							870.155
		Atividades							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							472.640
02 301	0569 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							472.640
			S	3	1	90	0	100	472.640
02 331	0569 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							397.515
02 331	0569 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							397.515
			F	3	1	90	0	100	397.515
TOTAL - FISCAL									397.515
TOTAL - SEGURIDADE									472.640
TOTAL - GERAL									870.155

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							48.257
		Atividades							
02 331	0569 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							48.257

02 331	0569 212B 6012	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO	F	3	1	90	0	100	48.257
									48.257
TOTAL - FISCAL									48.257
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									48.257

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							918.412
		Atividades							
02 331	0569 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							918.412
02 331	0569 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							918.412
			F	3	1	90	0	100	918.412
TOTAL - FISCAL									918.412
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									918.412

RESOLUÇÃO Nº 510, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 45 da Lei n. 13.473, de 08 de agosto de 2017, e tendo em vista a autorização contida no inciso II, alínea "a", item "1", do art. 4º da Lei n. 13.587, de 02 de janeiro de 2018, e os procedimentos estabelecidos na Portaria n. 487/SOF/MP, datada do dia 15 subsequente, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 33.383.920,00 (trinta e três milhões, trezentos e oitenta e três mil e novecentos e vinte reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							10.451.216
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							10.451.216
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							10.451.216
			S	1	1	90	0	100	10.451.216
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.451.216
TOTAL - GERAL									10.451.216

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							340.935
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							340.935
09 272	0089 0181 6012	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							340.935
			S	1	1	90	0	100	340.935
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.173.863
		Atividades							
02 122	0569 20TP	Ativos Civis da União							1.173.863
02 122	0569 20TP 6012	Ativos Civis da União - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							1.173.863
			F	1	1	90	0	100	1.173.863
TOTAL - FISCAL									1.173.863
TOTAL - SEGURIDADE									340.935
TOTAL - GERAL									1.514.798

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							11.527.571
		Atividades							
02 122	0569 20TP	Ativos Civis da União							11.527.571
02 122	0569 20TP 6013	Ativos Civis da União - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							11.527.571
			F	1	1	90	0	100	11.527.571
TOTAL - FISCAL									11.527.571
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.527.571

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							795.745
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							795.745
09 272	0089 0181 6014	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							795.745

			S	1	1	90	0	100	795.745
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							4.054.505
		Atividades							
02 122	0569 20TP	Ativos Civis da União							4.054.505
02 122	0569 20TP 6014	Ativos Civis da União - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							4.054.505
			F	1	1	90	0	100	4.054.505
TOTAL - FISCAL									4.054.505
TOTAL - SEGURIDADE									795.745
TOTAL - GERAL									4.850.250

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							506.128
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							506.128
09 272	0089 0181 6015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC							506.128
			S	1	1	90	0	100	506.128
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							3.618.198
		Atividades							
02 122	0569 20TP	Ativos Civis da União							3.618.198
02 122	0569 20TP 6015	Ativos Civis da União - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC							3.618.198
			F	1	1	90	0	100	3.618.198
TOTAL - FISCAL									3.618.198
TOTAL - SEGURIDADE									506.128
TOTAL - GERAL									4.124.326

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região
ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							555.302
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							555.302
09 272	0089 0181 6016	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							555.302
			S	1	1	90	0	100	555.302
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							360.457
		Atividades							
02 122	0569 20TP	Ativos Civis da União							360.457
02 122	0569 20TP 6016	Ativos Civis da União - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							360.457
			F	1	1	90	0	100	360.457
TOTAL - FISCAL									360.457
TOTAL - SEGURIDADE									555.302
TOTAL - GERAL									915.759

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							33.383.920
		Atividades							
02 122	0569 20TP	Ativos Civis da União							33.383.920
02 122	0569 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							33.383.920
			F	1	1	90	0	100	33.383.920
TOTAL - FISCAL									33.383.920
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									33.383.920

PORTARIA Nº 503, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a instituição de incentivos funcionais aos servidores do Conselho da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de valorização, estímulo e reconhecimento dos servidores pelos anos de trabalho dedicados ao Conselho da Justiça Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de reconhecimento dos servidores aposentados pelo trabalho dedicado ao Conselho da Justiça Federal;

CONSIDERANDO o que preconiza o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do Conselho da Justiça Federal, instituído pela Portaria n. CJF-POR-2016/00029, de 21 de janeiro de 2016; e

CONSIDERANDO o que consta no Processo n. CJF-PPN-2018/00029, , resolve:

Art. 1º Instituir incentivos funcionais de valorização e reconhecimento, configurados nos seguintes termos:

I - homenagem de valorização e reconhecimento a servidor ativo do Conselho da Justiça Federal por tempo de serviço prestado;

II - homenagem de reconhecimento a servidor aposentado do Conselho da Justiça Federal por serviço prestado.

Art. 2º A homenagem de valorização e reconhecimento por tempo de serviço prestado destina-se a servidores em atividade no Conselho da Justiça Federal, com mais de 20 anos de efetivo exercício, e consistirá na entrega de certificados expedidos pelo Presidente do Conselho da Justiça Federal e bóton comemorativo.

§ 1º Para os fins previstos neste artigo considera-se efetivo exercício o tempo de serviço dedicado ao Conselho da Justiça Federal, conforme disposto nos artigos 101 e 102 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º Somente farão jus à homenagem de que trata este artigo os servidores que, durante o período avaliado, não:

I - tenham sofrido sanção disciplinar, cujo registro ainda não tenha sido cancelado, conforme dispõe o art. 131 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - possuam falta injustificada;

III - estejam respondendo a processo administrativo disciplinar ou sindicância.

§ 3º Os efeitos restritivos do disposto no item III do § 2º deste artigo cessam com o arquivamento do processo administrativo disciplinar ou da sindicância pela autoridade competente sem que tenha havido sanção.

§ 4º A homenagem prevista no caput deste artigo estende-se aos servidores cedidos ao Conselho da Justiça Federal, desde que preencham os requisitos previstos nos parágrafos anteriores.

§ 5º A Secretaria de Gestão de Pessoas elaborará listagem com os dados dos servidores a serem homenageados e a encaminhará, até 30 de agosto do ano em que se dará a homenagem, à Secretaria-Geral para apreciação da presidência do Conselho da Justiça Federal.

§ 6º A listagem fornecida pela Secretaria de Gestão de Pessoas será revista até a véspera da homenagem para atualização quanto às restrições previstas no § 2º deste artigo.

§ 7º A homenagem de que trata o caput deste artigo será consignada nos assentamentos funcionais do servidor contemplado.

Art. 3º A homenagem de reconhecimento por serviço prestado destina-se a servidores aposentados do quadro efetivo do Conselho da Justiça Federal e consistirá na entrega de certificados expedidos pelo Presidente do Conselho e de placa comemorativa.

Art. 4º A Comissão de Qualidade de Vida no Trabalho coordenará as homenagens previstas nesta portaria, observada a existência de recursos orçamentários disponíveis.

Art. 5º As homenagens por tempo de serviço e por serviço prestado instituídas por esta portaria serão realizadas em solenidade nas comemorações do Dia do Servidor Público.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 300, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Abre, em favor da Justiça Militar da União, Crédito Suplementar para reforço de dotações consignadas no orçamento do Exercício de 2018.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e

Considerando o disposto no art. 4º, inciso III, alínea "d", item "1", da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018 (Lei Orçamentária de 2018 - LOA/2018), e art. 45, § 1º, inciso II, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 - LDO/2018);

Considerando os termos da Portaria nº 487/SOF/MP, de 15 de janeiro de 2018; e

Considerando os termos do Processo SEI nº 023447/18-00.16, de 04 de dezembro de 2018,resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento da Fiscal da Justiça Militar da União crédito suplementar no valor global de R$ 1.295.000,00 (um milhão duzentos e noventa e cinco mil reais) para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários à execução do disposto no artigo 1º provêm de cancelamentos de dotações conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ COÊLHO FERREIRA

ÓRGÃO: 13000 - Justiça Militar da União
UNIDADE: 13101 - Justiça Militar da União

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0566	Prestação Jurisdicional Militar							1.295.000
		Atividades							
02 061	0566 4225	Processamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Militar da União							1.295.000
02 061	0566 4225 0001	Processamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Militar da União - Nacional							1.295.000
			F	4	2	90	0	100	1.295.000
TOTAL - FISCAL									1.295.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.295.000

ÓRGÃO: 13000 - Justiça Militar da União
UNIDADE: 13101 - Justiça Militar da União

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0566	Prestação Jurisdicional Militar							1.295.000
		Atividades							
02 061	0566 4225	Processamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Militar da União							1.295.000
02 061	0566 4225 0001	Processamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Militar da União - Nacional							1.295.000
			F	3	2	90	0	100	1.295.000
TOTAL - FISCAL									1.295.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.295.000

ATO NORMATIVO Nº 302, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Abre, em favor da Justiça Militar da União, Crédito Suplementar para reforço de dotações consignadas no orçamento do Exercício de 2018.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e

Considerando o disposto no art. 4º, inciso II, alínea "a", item "2" da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, Lei Orçamentária de 2018 - LOA/2018, e art. 45, § 1º, II, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 - LDO/2018;

Considerando os termos da Portaria nº 487/SOF/MP, de 15 de janeiro de 2018; e

Considerando os termos do Processo SEI nº 024011/18-00.16, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento da Seguridade Social da Justiça Militar da União crédito suplementar no valor global de R$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários à execução do disposto no art. 1º provêm de cancelamentos de dotações conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ COÊLHO FERREIRA

ÓRGÃO: 13000 - Justiça Militar da União
UNIDADE: 13101 - Justiça Militar da União

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0566	Prestação Jurisdicional Militar							2.600.000
		Atividades							
02 301	0566 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.600.000
02 301	0566 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							2.600.000
			S	3	1	90	0	100	2.600.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.600.000
TOTAL - GERAL									2.600.000

ÓRGÃO: 13000 - Justiça Militar da União
UNIDADE: 13101 - Justiça Militar da União

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0566	Prestação Jurisdicional Militar							2.600.000
		Atividades							
02 061	0566 4225	Processamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Militar da União							2.600.000
02 061	0566 4225 0001	Processamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Militar da União - Nacional							2.600.000
			F	3	2	90	0	100	2.600.000
TOTAL - FISCAL									2.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.600.000

ATO NORMATIVO Nº 303, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Abre, em favor da Justiça Militar da União, Crédito Suplementar para reforço de dotações consignadas no orçamento do Exercício de 2018.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e

Considerando o disposto no art. 4º, inciso II, alínea "a", item "1", da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018 (Lei Orçamentária de 2018 - LOA/2018), e art. 45, § 1º, inciso II, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 - LDO/2018);

Considerando os termos da Portaria nº 487/SOF/MP, de 15 de janeiro de 2018; e

Considerando os termos do Processo SEI nº 023411/18-00.16, de 04 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento da Seguridade Social da Justiça Militar da União crédito suplementar no valor global de R$ 14.750.000,00 (quatorze milhões, setecentos e cinquenta mil reais) para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários à execução do disposto no art. 1º provêm de cancelamentos de dotações conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Ato Normativo nº 301, de 11 de dezembro de 2018.

JOSÉ COÊLHO FERREIRA

ÓRGÃO: 13000 - Justiça Militar da União

UNIDADE: 13101 - Justiça Militar da União

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.750.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							14.750.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							14.750.000
			S	1	1	90	0	100	14.750.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									14.750.000
TOTAL - GERAL									14.750.000

ÓRGÃO: 13000 - Justiça Militar da União

UNIDADE: 13101 - Justiça Militar da União

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0566	Prestação Jurisdicional Militar							14.750.000
		Atividades							
02 122	0566 20TP	Ativos Civis da União							14.750.000
02 122	0566 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							14.750.000
			F	1	1	90	0	100	14.750.000
TOTAL - FISCAL									14.750.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.750.000

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA 2.471, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 45, § 1º, inciso II, da Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017, combinado com o art. 4º da Lei nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018, e considerando os procedimentos contidos na Portaria SOF/MP nº 485, de 15 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º - Abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R$ 6.670.000,00 (seis milhões seiscentos e setenta mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária do Órgão, no valor R$ 6.670.000,00 (seis milhões seiscentos e setenta mil reais), conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMÃO C. OLIVEIRA

Anexo

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO I — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0567	**Prestação Jurisdicional no Distrito Federal**							**6.625.000**
		Projetos							
02 122	**0567 13ZW**	**Construção do Complexo de Armazenamento do TJDFT**							**6.625.000**
02 122	0567 13ZW 0053	Construção do Complexo de Armazenamento do TJDFT - No Distrito Federal							6.625.000
			F	4	2	90	0	100	6.625.000
TOTAL - FISCAL									**6.625.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.625.000**

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UNIDADE: 16103 - Justiça da Infância e da Juventude

ANEXO I — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0567	**Prestação Jurisdicional no Distrito Federal**							**45.000**
		Atividades							
02 061	**0567 4234**	**Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal**							**45.000**
02 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal							45.000
			F	3	2	90	0	100	45.000
TOTAL - FISCAL									**45.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**45.000**

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	NDG	PR	MOD	IU	FTE	VALOR
	0567	**Prestação Jurisdicional no Distrito Federal**							**6.625.000**
		Atividades							
02 061	**0567 4234**	**Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal**							**6.625.000**
02 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal							6.625.000
			F	3	2	90	0	100	4.000.000
			F	4	2	90	0	100	2.625.000
TOTAL - FISCAL									**6.625.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.625.000**

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16103 - Justiça da Infância e da Juventude
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	NDG	PR	MOD	IU	FTE	VALOR
	0567	**Prestação Jurisdicional no Distrito Federal**							**45.000**
		Atividades							
02 061	**0567 4234**	**Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal**							**45.000**
02 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal							45.000
			F	4	2	90	0	100	45.000
TOTAL - FISCAL									**45.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**45.000**

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 487, 7 DE DEZEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e Considerando a decisão do Plenário na 343ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 7 de dezembro de 2018; resolve: Art. 1º Aprovar a Proposta Orçamentária do Conselho Federal de Biologia - CFBio para o exercício de 2019, conforme abaixo:

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio

RECEITAS		DESPESAS	
Receitas Correntes	7.810.000,00	Despesas Correntes	6.184.000,00
Receitas de Capital	1.290.000,00	Despesas de Capital	2.916.000,00
TOTAL	9.100.000,00		9.100.000,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WLADEMIR JOÃO TADEI

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

PORTARIA Nº 411, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o Crédito Adicional Suplementar de dotações orçamentárias ao orçamento analítico do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para o exercício de 2018.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a competência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em aprovar o seu Plano de Trabalho, Orçamento e Respectivas Modificações e as operações de crédito e baixa de bens móveis previstas no inciso XX do Art.17 da Resolução CFC n.º 1.370/2011 e no inciso VI do Art. 12 da Resolução CFC n.º 1.458/2013;

Considerando o que preceitua a Resolução CFC n.º 1.161/2009, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, de 13 de fevereiro de 2009, e a Lei n.º 4.320/1964;

Considerando a Resolução CFC n.º 1.535/2017, que aprovou o orçamento do CFC para o exercício de 2018;

Considerando a necessidade de suplementar a despesa estimada anteriormente, para corrigir a falta de previsão no planejamento para o exercício de 2018, resolve:

Art. 1º Aprova o Crédito Adicional Suplementar no orçamento do CFC para o exercício financeiro de 2018, no valor de R$ 2.320.000,00 (dois milhões, trezentos e vinte mil reais) para as seguintes rubricas:

SUPLEMENTAÇÃO

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
6.3	EXECUÇÃO DA DESPESA	2.320.000,00
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	2.320.000,00
6.3.1.5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.320.000,00
6.3.1.5.01	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.320.000,00
6.3.1.5.01.01	SUBVENÇÕES	2.320.000,00
6.3.1.5.01.01.001	SUBVENÇÕES	2.320.000,00

Art. 2º O valor a ser utilizado será coberto com recursos provenientes da anulação das seguintes dotações:

ANULAÇÃO

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
6.3	EXECUÇÃO DA DESPESA	2.320.000,00
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	600.000,00
6.3.1.4	FINANCEIRAS	600.000,00
6.3.1.4.01	FINANCEIRAS	600.000,00
6.3.1.4.01.02	SERVIÇOS BANCÁRIOS	600.000,00
6.3.1.4.01.02.002	DESPESAS COM COBRANÇA	600.000,00
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL	720.000,00
6.3.2.1	INVESTIMENTOS	720.000,00
6.3.2.1.03	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	520.000,00
6.3.2.1.03.01	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	520.000,00
6.3.2.1.03.01.005	VEÍCULOS	520.000,00
6.3.2.1.05	INTANGÍVEL	200.000,00
6.3.2.1.05.01	INTANGÍVEL	200.000,00
6.3.2.1.05.01.002	SOFTWARES	200.000,00
6.3.3	RESERVA DE CONTINGÊNCIA ORÇAMENTÁRIA	1.000.000,00
6.3.3.1	RESERVA DE CONTINGÊNCIA ORÇAMENTÁRIA	1.000.000,00
6.3.3.1.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA ORÇAMENTÁRIA	1.000.000,00
6.3.3.1.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA ORÇAMENTÁRIA	1.000.000,00
6.3.3.1.01.01.001	RESERVA DE CONTINGÊNCIA ORÇAMENTÁRIA	1.000.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES		2.320.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ZULMIR IVÂNIO BREDA

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 1.997, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2018

Regulamenta o registro profissional junto aos Conselhos Regionais de Economia dos egressos de cursos de graduação em grau de bacharelado e conexos ao de Economia, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto 31.794, de 17 de novembro de 1952 e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofecon nº 1.832, de 30 de julho de 2010; CONSIDERANDO que os Conselhos Federal e Regionais de Economia foram criados para fiscalizar e regulamentar o exercício das atividades abrangidas pela Lei nº 1.411/1951 e pelo Decreto nº 31.794/1952, cabendo-lhes a defesa dos interesses da sociedade; CONSIDERANDO a evolução do ensino da ciência Econômica desde a publicação da Lei nº 1.411/1951 e do Decreto nº 31.794/1952, e a profusão de cursos superiores conexos ao de Ciências Econômicas; CONSIDERANDO a Portaria nº 24, de 17 de julho de 2017, que designa a composição do Grupo de Trabalho responsável pela análise da possibilidade de absorção de cursos com forte conteúdo de Economia; CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação da ampliação das possibilidades de registro de profissional nos Conselhos Regionais de Economia de diversas áreas afins com o ramo da economia; CONSIDERANDO os dispositivos definidos na Resolução MEC/CNE 04/2007, de 13 de julho de 2007, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas; CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 18.259/2017; CONSIDERANDO o deliberado na 687ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do COFECON, realizada nos dias 29 de novembro de 2018 e 01 de dezembro de 2018; resolve:

Art. 1º Os egressos dos cursos de graduação em grau de bacharelado e conexos ao de Economia, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação, que sejam voltados ao exercício de atividades nos campos abrangidos pela Lei nº 1.411/1951 e pelo Decreto nº 31.794/1952, terão seus registros e atribuições regulados pela presente Resolução. Parágrafo Único. É facultativo o registro dos profissionais de que trata a presente resolução, sendo vedado o registro dos egressos dos cursos de graduação em grau de tecnólogo. Art. 2º Os registros que se tratam na presente resolução deverão obedecer os seguintes requisitos: I - a matriz curricular do curso deverá contemplar, no mínimo, 30% (trinta por cento) das disciplinas de conteúdo econômico, devendo ser considerado os seguintes aspectos: a) formação geral; b) métodos quantitativos; c) formação histórica; d) formação prática. II - cumulativamente, a matriz curricular deverá conter 20% (vinte por cento) de disciplinas afins à área econômica. Art. 3º O Corecon deverá solicitar ao Cofecon a análise dos cursos passíveis de registros nos termos da presente resolução. I - O Corecon deverá informar o curso, a instituição de ensino superior e a matriz curricular do curso a ser objeto de análise pelo Cofecon; II - O processo de avaliação será realizado pela Comissão de Educação do Cofecon, a qual analisará os requisitos exigidos e submeterá seu parecer ao Plenário do Cofecon para aprovação. § 1º. Na hipótese de haver mais de um egresso do mesmo curso, da mesma instituição de ensino superior, no mesmo período de solicitação, os processos de análise do curso passível de registro serão apensados e julgados conjuntamente. § 2º. Na hipótese de haver mais de um egresso, do mesmo curso, da mesma instituição de ensino superior, solicitado em período posterior de eventual habilitação do curso para fins do registro nos termos da presente resolução, o processo de análise deverá ser repetido, haja vista a necessidade de verificação da manutenção da matriz curricular e demais requisitos contido no art. 2º dessa Resolução. § 3º. A possibilidade de registro em outros conselhos de fiscalização profissional não impede a análise por parte do Cofecon para fins do registro previsto na presente resolução. Art. 4º A regulamentação específica de cada curso, por parte do Conselho Federal de Economia, será editada durante o processo de avaliação do curso, no qual serão analisadas as peculiaridades que cada curso demandará. Parágrafo único - Será definido, durante a regulamentação específica do curso, o layout da carteira profissional do egresso, o qual deverá se diferenciar do layout utilizado pelo economista. Art. 5º O valor da anuidade cobrada dos profissionais registrados nos moldes da presente resolução será de 70% (setenta por cento) sobre o valor anualmente fixado aos economistas. Art. 6º Os profissionais registrados nos termos da presente resolução não terão participação nos processos eleitorais de forma e tampouco para aprovação passiva no âmbito do Sistema Cofecon/Corecon. Art. 7º Os profissionais abrangidos nessa Resolução receberão a titulação e nomenclatura provenientes de seu curso, não podendo, em qualquer hipótese, receberem a titulação de economistas. Art. 8º. A atuação dos profissionais de que trata a presente Resolução é restrita à respectiva área de formação acadêmica, sendo vedado o desempenho das atividades privativas dos Economistas, sob pena de exercício ilegal da atividade e, consequentemente, punição. Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Economia. Art. 10. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
Presidente do Conselho

DELIBERAÇÃO Nº 4.907, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018

Homologa os Dossiês Eleitorais dos Conselhos Regionais de Economia referentes ao exercício de 2018, considerando as ressalvas e as condições constantes dos pareceres da Comissão Eleitoral do Cofecon.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 1.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978; CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 1.981, de 27 de outubro de 2017, que aprova o regramento relativo ao procedimento eleitoral do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Economia, publicada no Diário Oficial nº 208, Seção 1, páginas 96 a 99; CONSIDERANDO o que consta dos processos administrativos relativos aos dossiês eleitorais dos Conselhos Regionais de Economia referentes ao exercício de 2018; CONSIDERANDO o que foi deliberado na 687ª Sessão Plenária do Cofecon, realizada no dia 29 de novembro de 2018; resolve: Art. 1º Homologar os Dossiês Eleitorais abaixo relacionados, conforme pareceres da Comissão Eleitoral do Cofecon: 18.611/2018 - CORECON/RJ; 18.628/2018 - CORECON/GO; 18.614/2018 - CORECON/RS; 18.629/2018 - CORECON/RN; 18.616/2018 - CORECON/PR; 18.630/2018 - CORECON/MS; 18.617/2018 - CORECON/SC; 18.632/2018 - CORECON/PI; 18.620/2018 - CORECON/MG; 18.634/2018 - CORECON/RO; 18.622/2018 - CORECON/AM; 18.635/2018 - CORECON/TO; 18.623/2018 - CORECON/AL; 18.696/2018 - CORECON/RR. Art. 2º Homologar, com ressalvas, os Dossiês Eleitorais a seguir relacionados, conforme pareceres da Comissão Eleitoral do Cofecon: 18.613/2018 - CORECON/PE; 18.625/2018 - CORECON/MA; 18.615/2018 - CORECON/BA; 18.626/2018 - CORECON/SE; 18.618/2018- CORECON/CE; 18.627/2018 - CORECON/ES; 18.621/2018 - CORECON/DF; 18.631/2018 - CORECON/PB; 18.624/2018 - CORECON/MT. Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor nesta data.

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
Presidente do Conselho

DELIBERAÇÃO Nº 4.908, 3 DE DEZEMBRO DE 2018

Homologa processos contábeis apreciados na 687ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978; CONSIDERANDO o que consta dos processos apreciados na 687ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon, realizada nos dias 29 e 30 de novembro e dia 1º de dezembro de 2018, em Brasília-DF; CONSIDERANDO o disposto nos pareceres da Contabilidade e da Comissão de Tomada de Contas do Cofecon; resolve: Art. 1º Homologar os Balancetes Trimestrais do Cofecon e dos Conselhos Regionais de Economia listados abaixo. Processo: 18.591/2018 (Corecon-PR) Assunto: Balancete 1º Trimestre 2018; Processo: 18.604/2018 (Corecon-TO) Assunto: Balancete 1º Trimestre 2018; Processo: 18.596/2018 (Corecon-MT)Assunto: Balancete 1º Trimestre 2018; Processo: 18.663/2018 (Corecon-GO)Assunto: Balancete 1º Trimestre 2018; Processo: 18.597/2018 (Corecon-MT) Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.643/2018 (Corecon-SC) Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.588/2018 (Corecon-MS) Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.649/2018 (Corecon-MG) Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.605/2018 (Corecon-SP)Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.660/2018 (Corecon-ES) Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18606/2018 (Corecon-RS) Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.662/2018 (Corecon-RO) Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.608/2018 (Corecon-RJ) Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.665/2018 (Corecon-MA) Assunto: Balancete do 2º Trimestre 2018; Processo: 18.609/2018 (Corecon-AL) Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.679/2018 (Corecon-PA/AP) Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.637/2018 (Corecon-SE) Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.685/2018 (Corecon-AM) Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.638/2018 (Corecon-RN) Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.686/2018 (Corecon-PB) Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.640/2018 (Corecon-DF) Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.695/2018 (Corecon-TO) Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.641/2018 (Corecon-BA) Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.696/2018 (Corecon-GO) Assunto: Balancete 2º Trimestre 2018; Processo: 18.683/2018 (Cofecon) Assunto: Balancete 3º Trimestre 2018; Processo: 18.729/2018 (Corecon-MG) Assunto: Balancete 3º Trimestre 2018; Processo: 18.718/2018 (Corecon-MS) Assunto: Balancete 3º Trimestre 2018; Processo: 18.730/2018 (Corecon-BA) Assunto: Balancete 3º Trimestre 2018; Processo: 18.719/2018 (Corecon-PA/AP) Assunto: Balancete 3º Trimestre 2018; Processo: 18.733/2018 (Corecon-AL) Assunto: Balancete 3º Trimestre 2018; Processo: 18.721/2018 (Corecon-RS) Assunto: Balancete 3º Trimestre 2018; Processo: 18.738/2018 (Corecon-RJ) Assunto: Balancete 3º Trimestre 2018;Processo: 18.723/2018 (Corecon-SC) Assunto: Balancete 3º Trimestre 2018; Processo: 18.739/2018 (Corecon-SP) Assunto: Balancete 3º Trimestre 2018; Processo: 18.725/2018 (Corecon-RN) Assunto: Balancete 3º Trimestre 2018. Art. 2º Homologar as Propostas e as Reformulações Orçamentárias do Cofecon e dos Conselhos Regional de Economia listados abaixo. Processo: 18.402/2018 (Corecon-MT) Assunto: Proposta Orçamentária 2018; Processo: 18.737/2018 (Corecon-RJ) Assunto: Proposta Orçamentária 2019; Processo: 18.690/2018 (Cofecon) Assunto: Proposta Orçamentária 2019; Processo: 18.740/2018 (Corecon-MS) Assunto: Proposta Orçamentária 2019; Processo: 18.722/2018 (Corecon-RS) Assunto: Proposta Orçamentária 2019; Processo: 18.744/2018 (Corecon-DF) Assunto: Proposta Orçamentária 2019; Processo: 18.724/2018 (Corecon-SC) Assunto: Proposta Orçamentária 2019; Processo: 18.6778/2018 (Corecon-PE) Assunto: Reformulação Orçamento 2018; Processo: 18.726/2018 (Corecon-RN) Assunto: Proposta Orçamentária 2019; Processo: 18.680/2018 (Corecon-PA/AP) Assunto: Reformulação Orçamento 2018; Processo: 18.728/2018 (Corecon-MG) Assunto: Proposta Orçamentária 2019; Processo: 18.704/2018 (Corecon-RS) Assunto: Reformulação Orçamento 2018; Processo: 18.731/2018 (Corecon-SP) Assunto: Proposta Orçamentária 2019; Processo: 18.727/2018 (Corecon-RN) Assunto: Reformulação Orçamento 2018; Processo: 18.735/2018 (Corecon-PE) Assunto: Proposta Orçamentária 2019. Art. 3º Homologar as Prestações de Contas de Auxílios Financeiros abaixo listadas. Processo: 18.052/2017 (Corecon-MG) Evento: XXII CBE; Processo: 18.548/2017 (Corecon-ES) Evento: Prêmio ES de Economia; Processo: 18.142/2017 (Corecon-MA) Evento: Prêmio Maranhão de Economia; Processo: 18.562/2018 (Corecon-PE) Evento: XII Prêmio Pernambuco de Economia; Processo: 18.312/2017 (Corecon-DF) Evento: XXIV Prêmio Corecon-DF; Processo: 18.573/2017 (Ange) Evento: XXXIII - Congresso; Processo: 18.489/2018 (Corecon-PR) Evento: 28º Prêmio Paraná de Economia; Processo: 18.670/2018 (Corecon-PE) Evento: Curso de Perícia. Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
Presidente do Conselho

DELIBERAÇÃO Nº 4.910, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018

Não conhecer e não dar provimento ao recurso apresentado ao Plenário do Conselho Federal de Economia, e homologar o Dossiê Eleitoral do Conselho Regional de Economia da 9ª Região - PA/AP, referente ao pleito de 2018.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Lei nº 6.537, de 19 de julho de 1978, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, pelo Regimento Interno do Cofecon, aprovado pela Resolução nº 1.832, de 30 de julho de 2010 e pelo Regramento Eleitoral aplicado ao Sistema Cofecon/Corecon, aprovado pela Resolução nº 1.981, de 23 de outubro de 2017. CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 18.619/2018/Cofecon, bem como no Parecer Jurídico nº 168/2018/Cofecon e no Parecer da Comissão Eleitoral do Cofecon; CONSIDERANDO que o recurso apresentado pela chapa recorrente não preenche os requisitos necessários à admissão, sobretudo o da tempestividade e da legitimidade da parte, conforme estabelece o § 1º do artigo 24 da Resolução nº 1.981/2017; CONSIDERANDO que a irregularidade arguida, além de carecer de elementos caracterizadores de dolo, fraude, abuso de poder econômico ou qualquer outro expediente ilegal, também representa ocorrência isolada e incapaz de alterar o resultado do pleito; CONSIDERANDO o deliberado na 687ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, realizada no dia 29 de novembro de 2018; resolve: Art. 1º Não conhecer e não dar provimento ao recurso apresentado ao Plenário do Conselho Federal de Economia e homologar o Dossiê Eleitoral do Conselho Regional de Economia da 9ª Região - PA/AP, referente ao pleito de 2018. Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na presente data.

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
Presidente do Conselho

DELIBERAÇÃO Nº 4.911, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Homologa os processos administrativos apreciados na 687ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA - COFECON, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, e o que consta nos processos apreciados na 687ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon, realizada no dia 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro de 2018, em Brasília-DF; resolve: Art. 1º Homologar as decisões exaradas nos processos abaixo relacionados: Comissão de Fiscalização e Registro Profissional. Indefere Recurso: Remissão de débitos: Processo: 17.712/2016 (Corecon-PA/AP) Interessado: Paulo Roberto Gama Barros; Processo: 17.908/2016 (Corecon-RJ) Interessada: Alice Maria Nunes Pereira; Processo: 17.945/2017 (Corecon-DF) Interessado: Diego Martins Silva; Processo: 17.967/2017 (Corecon-RJ) Interessado: José Raimundo Nobre de Mesquita. Defere Recurso: Cancelamento de registro: Processo: 18.037/2017 (Corecon-RS) Interessada: Thais Waideman Niquito; Processo: 18.040/2017 (Corecon-RS) Interessado: Lauro Aloysio Marmitt; Processo: 18.173/2017 (Crorecon-RS) Interessado: Paulo Andrade Jacinto. Indefere Recurso: Cancelamento de registro: Processo: 17.862/2016 (Corecon-SP) Interessada: CMI-Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários; Processo: 17.871/2016 (Corecon-SP) Interessado: Banco Safra S/A; Processo: 17.872/2016 (Corecon-SP) Interessado: Ademar Nunes de Oliveira; Processo:

17.873/2016 (Corecon-SP) Interessado: Daniel Araujo Consultoria e Comércio LTDA; Processo: 17.888/2016 (Corecon-SP) Interessada: JS Administração de Recursos S/A; Processo: 18.042/2017 (Corecon-MS) Interessado: Felipe Lakatos Melo; Processo: 18.043/2017 (Corecon-MS) Interessado: Gelson Felipe Franco Ribeiro; Processo: 18.100/2017 (Corecon-RJ) Interessado: Gabriel Silva de Goes Rodrigues; Processo: 18.110/2017 (Corecon-RS) Interessado: Tamires Kryszczun Goller; Processo: 18.111/2017 (Corecon-RS) Interessado: João Antônio Wielens Athaides; Processo: 18.112/2017 (Corecon-RS) Interessado: Thiago Augusto Grapiglia; Processo: 18.126/2017 (Corecon-MG) Interessada: Alessandra Aparecida da Silva; Processo: 18.162/2017 (Corecon-SP) Interessada: Vera Lúcia Conceição de Oliveira; Processo: 18.171/2017 (Corecon-RS) Interessado: Daniel Quoos Pedro; Processo: 18.172/2017 (Corecon-RS) Interessada: Lilian Ester Lohmann; Processo: 18.174/2017 (Corecon-RS) Interessado: Victor Vanir da Silveira; Processo: 18.185/2017 (Corecon-RJ) Interessado: José Maria Ribeiro de Almeida. Defere recurso: cancelamento de registro e indefere remissão de débitos: Processo: 17.853/2016 (Corecon-PA/AP) Interessado: João Sérgio Marques e Silva. Indefere recurso: cancelamento de registro e defere remissão de débitos: Processo: 17.854/2016 (Corecon-PA/AP) Interessada: Ana Cristina Carvalho Barbosa. Defere recurso: cancelamento de registro e remissão de débitos: Processo: 17.929/2016 (Corecon-PR) Interessado: Antonio Amilton Massaneiro; Processo: 17.963/2017 (Corecon-SP) Interessado: Rodrigo Sayegh. Indefere recurso: cancelamento de registro e remissão de débitos: Processo: 18.129/2017 (Corecon-ES) Interessada: Raquel Ferrari Passamani. Indefere Recurso: exercício ilegal da profissão: Processo: 18.196/2017 (Corecon-RJ) Interessada: White Martins Gases Industriais Ltda. Recurso: exercício ilegal da profissão - remessa ao regional para diligência: Processo: 17.931/2016 (Corecon-PR) Interessado: Evandro de Santa Cruz Arruda. Comissão de Educação. Defere Auxílio Financeiro nos termos do voto da Relatora: Processo: 18.715/2018 (Corecon-DF) XXV Prêmio de Monografia Corecon-DF, Valor Solicitado: R$ 3.000,00; Processo: 18.743/2018 (Corecon-PB)70 anos do Curso de Ciências Econômicas da UFPB, Valor Solicitado: R$ 3.000,00. Indefere Auxílio Financeiro nos termos do voto da Relatora: Processo: 18.574/2018 (Corecon-GO) XII Prêmio de Monografia "Leopoldo de Bulhões". Processo: 18.698/2018 (IMESC), XXIII Encontro ANIPES.

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA

DECISÃO Nº 1.896, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10402/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 28 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 252/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-AC para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 5.806.400,00 (cinco milhões, oitocentos e seis mil e quatrocentos reais), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	4.411.900,00	Correntes	3.901.900,00
Capital	1.394.500,00	Capital	1.506.500,00
Superávit	0,00	Reservas	398.000,00
Total	5.806.400,00	Total	5.806.400,00

CARMINDA LUZIA SILVA PINHEIRO
Presidente do CREA-AC

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.897, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10404/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 28 novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 253/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-AL para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 6.987.366,23 (seis milhões, novecentos e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais e vinte e três centavos), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	6.987.366,23	Correntes	6.259.322,10
Capital	0,00	Capital	678.044,13
Superávit	0,00	Reservas	50.000,00
Total	6.987.366,23	Total	6.987.366,23

FERNANDO DACAL REIS
Presidente do CREA-AL

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.898, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10405/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 28 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 254/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-AM para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 12.116.287,44 (doze milhões, cento e dezesseis mil, duzentos e oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	12.116.287,44	Correntes	11.562.143,19
Capital	0	Capital	554.144,25
Total	12.116.287,44	Total	12.116.287,44

AFONSO LUIZ COSTA LINS JÚNIOR
Presidente do CREA-AM

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.899, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10406/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 28 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 255/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-AP para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 4.332.405,21 (quatro milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e cinco reais e vinte centavos), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	4.296.521,64	Correntes	3.874.405,21
Capital	35.883,57	Capital	458.000,00
Total	4.332.405,21	Total	4.332.405,21

ABIGAIL DA SILVA PANTOJA
Presidente do CREA-AP
Em exercício

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.900, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10407/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 28 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 256/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-BA para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 39.898.971,80 (trinta e nove milhões, oitocentos e noventa e oito mil, novecentos e setenta e um reais e oitenta centavos), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	39.648.971,80	Correntes	38.963.971,80
Capital	250.000,00	Capital	935.000,00
Total	39.898.971,80	Total	39.898.971,80

LUIS EDMUNDO DE PRADO CAMPOS
Presidente do CREA-BA

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.923, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 9844/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 29 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 5017/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-CE para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 26.395.430,00 (vinte e seis milhões, trezentos e noventa e cinco mil e quatrocentos e trinta reais), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	26.335.430,00	Correntes	26.046.230,00
Capital	60.000,00	Capital	349.200,00
Superávit	0	Reservas	50.000,00
Total	26.395.430,00	Total	26.395.430,00

EMANUEL MAIA MOTA
Presidente do CREA-CE

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.901, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10409/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 28 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 257/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-DF para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 20.755.265,00 (vinte milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e cinco reais), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	19.304.265,00	Correntes	18.244.389,00
Capital	1.451.000,00	Capital	2.510.876,00
Total	20.755.265,00	Total	20.755.265,00

MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ
Presidente do CREA-DF

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.902, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10410/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 28 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 258/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-ES para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 23.346.785,13 (vinte e três milhões, trezentos e quarenta e seis mil, setecentos e oitenta e cinco reais e treze centavos), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	23.346.785,13	Correntes	23.346.785,13
Capital	0,00	Capital	0,00
Total	23.346.785,13	Total	23.346.785,13

LÚCIA HELENA VILARINHO RAMOS
Presidente do CREA-ES

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.903, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10411/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 28 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 259/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-GO para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 48.800.0000,00 (quarenta e oito milhões e oitocentos mil reais), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	44.900.000,00	Correntes	42.307.000,00
Capital	3.900.000,00	Capital	6.493.000,00.
Total	48.800.000,00	Total	48.800.000,00

FRANCISCO ANTÔNIO SILVA DE ALMEIDA
Presidente do CREA-GO

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.904, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10412/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 28 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 260/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-MA para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 13.473.656,00 (treze milhões, quatrocentos e setenta e três mil e seiscentos e cinquenta e seis reais), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	13.140.736,00	Correntes	11.912.792,00
Capital	332.920,00	Capital	1.560.864,00
Total	13.473.656,00	Total	13.473.656,00

BERILO MACEDO DA SILVA
Presidente do CREA-MA

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.905, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10413/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 28 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 261/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-MG para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 91.226.400,00 (noventa e um milhões, duzentos e vinte e seis mil e quatrocentos reais), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	91.156.400,00	Correntes	84.972.400,00
Capital	70.000,00	Capital	5.342.000,00
Superávit	0,00	Reservas	912.000,00
Total	91.226.400,00	Total	91.226.400,00

LÚCIO FERNANDO BORGES
Presidente do CREA-MG

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.906, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10414/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 28 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 262/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-MS para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 19.041.811,53 (dezenove milhões, quarenta e um mil, oitocentos e onze reais e cinquenta e três centavos), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	18.035.670,47	Correntes	18.035.670,47
Capital	1.006.141,06	Capital	1.006.141,06
Total	19.041.811,53	Total	19.041.811,53

DIRSON ARTUR FREITAG
Presidente do CREA-MS

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.907, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10415/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 28 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 263/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-MT para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 36.336.920,89 (trinta e seis milhões, trezentos e trinta e seis mil, novecentos e vinte reais e oitenta e nove centavos), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	30.336.920,89	Correntes	26.259.099,24
Capital	6.000.000,00	Capital	5.885.000,00
Superávit	0,00	Reservas	4.192.821,65
Total	36.336.920,89	Total	36.336.920,89

JOÃO PEDRO VALENTE
Presidente do CREA-MT

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.925, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo CF - 10666/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 29 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 5027/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária da MÚTUA CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2018, no valor total de R$ 414.884.133,00 (quatrocentos e quatorze milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil e cento e trinta e três reais), conforme demonstrado abaixo:

R ECEITAS	Valor R$	D ESPESAS	Valor R$
Operacio-nais	408.764.533	Operacionais	410.320.583
Não Opera-cionais	6.119.600	Reservas Técnicas	4.563.550
Total	414.884.133	Total	414.884.133

PAULO ROBERTO DE QUEIROZ GUIMARÃES
Diretor Presidente da MÚTUA

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.911, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10417/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 28 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 271/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-PB para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 12.097.731,00 (doze milhões, noventa e sete mil e setecentos e trinta e um reais), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	11.557.731,00	Correntes	11.467.731,00
Capital	540.000,00	Capital	630.000,00
Superávit	0,00	Reservas	60.000,00
Total	12.097.731,00	Total	12.097.731,00

ANTÔNIO CARLOS DE ARAGÃO
Presidente do CREA-PB

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.910, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10418/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 28 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 270/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-PE para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 21.416.159,95 (vinte e um milhões, quatrocentos e dezesseis mil, cento e cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	20.716.159,95	Correntes	20.716.159,95
Capital	700.000,00	Capital	700.000,00
Total	21.416.159,95	Total	21.416.159,95

FERNANDO ANTÔNIO BELTRÃO LAPENDA
Presidente do CREA-PE
Em exercício

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.909, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10419/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 28 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 269/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-PI para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 9.183.504,33 (nove milhões, cento e oitenta e três mil, quinhentos e quatro reais e trinta e três centavos), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	8.883.504,33	Correntes	8.883.504,33
Capital	300.000,00	Capital	300.000,00
Total	9.183.504,33	Total	9.183,504,00

RAIMUNDO ULISSES DE OLIVEIRA FILHO
Presidente do CREA-PI

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.912, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10420/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 28 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 272/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-PR para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 89.500.000,00 (oitenta e nove milhões e quinhentos mil reais), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	87.970.000,00	Correntes	83.608.400,00
Capital	1.530.000,00	Capital	4.891.600,00
Superávit	0,00	Reservas	1.000.000,00
Total	89.500.000,00	Total	89.500.000,00

RICARDO ROCHA DE OLIVEIRA
Presidente do CREA-PR

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.915, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10421/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 29 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 5009/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-RJ para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 77.180.000,00 (setenta e sete milhões e cento e oitenta mil reais), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	**Valor R$**	**DESPESAS**	**Valor R$**
Correntes	77.180.000,00	Correntes	76.818.000,00
Capital	0,00	Capital	362.000,00
Total	77.180.000,00	**Total**	77.180.000,00

LUIZ ANTÔNIO COSENZA
Presidente do CREA-RJ

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.916, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10422/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 29 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 5010/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-RN para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 14.580.330,00 (quatorze milhões, quinhentos e oitenta mil e trezentos e trinta reais), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	14.280.330,00	Correntes	13.151.830,00
Capital	300.000,00	Capital	884.000,00
Superávit	0,00	Reservas	544.500,00
Total	14.580.330,00	Total	14.580.330,00

ANA ADALGISA DIAS PAULINO
Presidente do CREA-RN

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.919, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10423/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 29 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 5013/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-RO para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 13.698.140,91 (treze milhões, seiscentos e noventa e oito mil, cento e quarenta reais e noventa e um centavos), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	10.858.140,91	Correntes	8.776.415,95
Capital	2.840.000,00	Capital	300.000,00
Superávit	0,00	Reservas	4.621.724,96
Total	13.698.140,91	Total	13.698.140,91

CARLOS ANTÔNIO XAVIER
Presidente do CREA-RO

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.917, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10424/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 29 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 5011/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-RR para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	2.613.000,00	Correntes	2.613.000,00
Capital	87.000,00	Capital	87.000,00
Total	2.700.000,00	Total	2.700.000,00

KÁTIA LORENA BEZERRA GOMES
Presidente do CREA-RR
Em exercício

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.918, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10425/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 29 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 5012/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-RS para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 82.650.000,00 (oitenta e dois milhões e seiscentos e cinquenta mil reais), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	80.130.000,00	Correntes	79.230.000,00
Capital	2.520.000,00	Capital	2.520.000,00
Superávit	0,00	Reservas	900.000,00
Total	82.650.000,00	Total	82.650.000,00

GUSTAVO ANDRÉ LANGE
Presidente do CREA-RS

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.921, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10426/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 29 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 5015/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-SC para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 55.581.703,00 (cinquenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e um mil e setecentos e três reais), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	50.483.967,00	Correntes	52.861.703,00
Capital	5.097.736,00	Capital	2.720.000,00
Total	55.581.703,00	Total	55.581.703,00

ARI GERALDO NEUMANN
Presidente do CREA-SC

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.922, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10427/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 29 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 5016/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-SE para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 9.755.000,00 (nove milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil reais), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	8.750.000,00	Correntes	8.210.000,00
Capital	1.005.000,00	Capital	1.395.000,00
Superávit	0,00	Reservas	150.000,00
Total	9.755.000,00	Total	9.755.000,00

ARÍCIO RESENDE SILVA
Presidente do CREA-SE

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.920, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10428/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 29 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 5014/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-SP para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 310.200.000,00 (trezentos e dez milhões e duzentos reais), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	307.626.915	Correntes	304.383.500
Capital	2.573.085	Capital	5.816.500
Total	310.200.000	Total	310.200.000

VINÍCIUS MARCHESE MARINELLI
Presidente do CREA-SP

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.924, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10669/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 29 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 5018/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-TO para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 17.500.000,00 (dezessete milhões e quinhentos mil reais), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	**Valor R$**	**DESPESAS**	**Valor R$**
Correntes	14.720.000,00	Correntes	6.582.000,00
Capital	2.780.000,00	Capital	2.913.000,00
Superávit	0,00	Reservas	8.005.000,00
Total	17.500.000,00	**Total**	17.500.000,00

MARCELO COSTA MAIA
Presidente do CREA-TO

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

DECISÃO Nº 1.908, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018

Processo SEI- 10416/2018

O Plenário do Confea, reunido em Brasília-DF, no dia 28 de novembro de 2018, apreciando a Deliberação nº 264/2018-CCSS, que trata da Proposta Orçamentária do CREA-PA para o exercício de 2019, considerando a Resolução nº 1.037/11, decidiu aprovar a Proposta Orçamentária por unidade de centro de custos para o exercício de 2019, no valor total de R$ 24.142.482,07 (vinte e quatro milhões, cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e sete centavos), conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	Valor R$	DESPESAS	Valor R$
Correntes	24.142.482,07	Correntes	21.284.693,08
Capital	0	Capital	2.857.788,99
Total	24.142.482,07	Total	24.142.482,07

CARLOS RENATO MILHOMEM CHAVES
Presidente do CREA-PA

JOEL KRÜGER
Presidente do Confea

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

ACÓRDÃO Nº 925, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e pela Resolução-COFFITO nº 413/2012, em que:

ACORDAM os Conselheiros do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, reunidos na sessão da 301ª Reunião Plenária Ordinária, à unanimidade, na forma do art. 5º, inciso IV, da Lei nº 6.316/75 e do art. 7º, inciso I da Resolução COFFITO nº 323/2006 e suas alterações, aprovar o repasse de valor orçamentário para o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 17ª Região, para a respectiva aquisição e ou reforma de bem imóvel para instalação do Conselho Regional, na forma do que foi requerido no Ofício CREFITO-17/GAPRE/ nº 050/2018.

Quórum: Dr. Roberto Mattar Cepeda - Presidente; Dra. Patrícia Luciane Santos de Lima - Vice-Presidente; Dr. Cássio Fernando Oliveira da Silva - Diretor-Secretário; Dr. Wilen Heil e Silva - Diretor-Tesoureiro; Dra. Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão - Conselheira Efetiva; Dr. Marcelo Renato Massahud Júnior - Conselheiro Efetivo; Dra. Ana Rita Costa de Souza Lobo - Conselheira Efetiva; Dra. Daniella Lobato Nazaré Muniz - Conselheira Efetiva.

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

ACÓRDÃO Nº 926, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e pela Resolução-COFFITO nº 413/2012, em que:

ACORDAM os Conselheiros do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, reunidos na sessão da 301ª Reunião Plenária Ordinária, à unanimidade, na forma do art. 5º, inciso IV, da Lei nº 6.316/75 e do art. 7º, inciso II da Resolução COFFITO nº 323/2006 e suas alterações, aprovar o repasse de valor orçamentário para o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 17ª Região, para a respectiva aquisição de bens móveis para instalação do Conselho Regional, na forma do que foi requerido no Ofício CREFITO-17/GAPRE/ nº 051/2018.

Quórum: Dr. Roberto Mattar Cepeda - Presidente; Dra. Patrícia Luciane Santos de Lima - Vice-Presidente; Dr. Cássio Fernando Oliveira da Silva - Diretor-Secretário; Dr. Wilen Heil e Silva - Diretor-Tesoureiro; Dra. Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão - Conselheira Efetiva; Dr. Marcelo Renato Massahud Júnior - Conselheiro Efetivo; Dra. Ana Rita Costa de Souza Lobo - Conselheira Efetiva; Dra. Daniella Lobato Nazaré Muniz - Conselheira Efetiva.

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

ACÓRDÃO Nº 927, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e pela Resolução-COFFITO nº 413/2012, em que:

ACORDAM os Conselheiros do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, reunidos na sessão da 301ª Reunião Plenária Ordinária, à unanimidade, considerando o interesse tributário do próprio Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e ainda, diante da necessidade premente de realizar a cobrança já no início do ano de 2019 e a completa ausência de recursos do CREFITO-17, que ainda está em fase de transição, acolher o pedido contido no Ofício CREFITO-17/GAPRE/ nº 48/2018, para custear a impressão e envio dos boletos de anuidades gerados pelo próprio CREFITO-17 para os profissionais da circunscrição do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 17ª Região.

Quórum: Dr. Roberto Mattar Cepeda - Presidente; Dra. Patrícia Luciane Santos de Lima - Vice-Presidente; Dr. Cássio Fernando Oliveira da Silva - Diretor-Secretário; Dr. Wilen Heil e Silva - Diretor-Tesoureiro; Dra. Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão - Conselheira Efetiva; Dr. Marcelo Renato Massahud Júnior - Conselheiro Efetivo; Dra. Ana Rita Costa de Souza Lobo - Conselheira Efetiva; Dra. Daniella Lobato Nazaré Muniz - Conselheira Efetiva.

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

DECISÃO Nº 46, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Realiza intervenção no Conselho Regional de Odontologia de Rondônia e designa diretoria provisória.

O Presidente do Conselho Federal de Odontologia, no uso de suas atribuições, considerando a decisão, unânime, do Plenário tomada em Assembleia Extraordinária realizada no dia 05 de dezembro de 2018, às 09h00, com base no que dispõe o a Lei Federal nº 4.324/64, artigo 4º, alínea "e", o Decreto nº 68.704/71, artigo 55, e no Regimento Interno, aprovado pela Resolução CFO-34/2002, artigo 8º, inciso XIV, decide:

Art. 1º. Realizar intervenção no Conselho Regional de Odontologia de Rondônia, com a destituição dos seus conselheiros efetivos e suplentes e designar Diretoria provisória.

§ 1º. A Diretoria provisória terá todos os direitos e deveres previstos no Regimento Interno do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia.

§ 2º. Conforme previsto no Decreto, a Diretoria provisória terá o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para sanar as irregularidades encontradas e convocar a eleição dos novos membros do Conselho Regional de Odontologia de Rondônia, sendo vedado a qualquer dos seus integrantes a participação nas chapas concorrentes.

§ 3º. A Diretoria provisória será composta pelos cirurgiões-dentistas Rodrigo Jacon Jacob (CRO-CD-RO-1629), brasileiro, solteiro, CPF: 217.682.818-66, como Presidente; Gumercindo das Neves Júnior (CRO-CD-RO-530), brasileiro, casado, CPF: 413.441.119-04, como Tesoureiro; e Maria Angélica Meira Borre (CRO-CD-RO-1068), brasileira, solteira, CPF: 509.885.812-72, como Secretária.

Art. 2º. Esta decisão entra em vigor nesta data.

CLÁUDIO YUKIO MIYAKE
Secretário-Geral

JULIANO DO VALE
Presidente

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018

Revisão e Ampliação do Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis do Sistema Conselhos de Psicologia. (Resolução CFP nº 10/2007)

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971 e;

CONSIDERANDO a necessidade de revisão, ampliação e adequação das normas administrativas, financeiras e contábeis do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) realizada no dia 25 de maio de 2018;

CONSIDERANDO da decisão do XVII Plenário em sessão realizada no dia 23 de novembro de 2018;, resolve:

Art. 1º. Instituir a revisão e ampliação do Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis do Conselhos Federal e Regionais de Psicologia.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CFP nº 010/2007.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente
Conselho Federal de Psicologia

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

DELIBERAÇÃO N.º 2.804, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do CRCMG para o exercício de 2019.

O CONSELHO DIRETOR DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) para que os conselhos de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas elaborem um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), inclusive enfatizando essa questão nas instruções para a elaboração do Relatório de Gestão;

Considerando que, com a definição de seu PDTI, o CRCMG espera reforçar e gerar valor por meio da atuação estratégica da Tecnologia da Informação (TI), favorecendo a adoção de novas tecnologias e a inovação de seus processos e serviços; Delibera:

Art. 1º Aprovar o Plano de Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais para o exercício de 2019, elaborado pelo Comitê de Tecnologia da Informação do CRCMG, instituído pela Portaria CRCMG n.º 037/2017.

ROSA MARIA ABREU BARROS
Presidente do Conselho

Aprovada na 16ª Reunião do Conselho Diretor de 2018, realizada em 22 de novembro de 2018.

O Plano de Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do CRCMG para o exercício de 2019 está disponível, na íntegra, no portal do CRCMG, www.crcmg.org.br .

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

RESOLUÇÃO Nº 590, DE 25 DE MAIO DE 2018

ALTERA A RESOLUÇÃO CRCRS Nº 437/2005

O Plenário do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a necessidade de revisão dos critérios para ressarcimento de despesas com deslocamento, em veículo próprio, entre cidades do Estado, no que se refere a Delegados do CRCRS, membros de Comissões de Estudos ou de Grupos de Trabalho, assim como outros colaboradores não-vinculados ao CRCRS, mas que a este prestam serviço relevante, em razão do nível cultural, capacidade técnica e destaque na área contábil; CONSIDERANDO a orientação contida no ofício nº 1862/05/GABIN-CFC, de 29/06/2005, de que o CRCRS é competente para fixar as diárias e os critérios de pagamento de despesas para atendimento de encargos institucionais; CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Diretor, em reunião realizada no dia 24/05/2018, resolve:

Art. 1º Os dispositivos a seguir enumerados da Resolução CRCRS nº 437/2005, com as alterações, passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º Ao Delegado do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, quando convocado pelo CRCRS para desempenho de encargo institucional, serão concedidas diárias para cobrir despesas de hospedagem e alimentação. (?) § 3º As despesas com transporte terrestre, relativas ao deslocamento entre cidades, no Estado, serão pagas pelo Regional de acordo com a tabela anexa. (?) § 5º As despesas com transporte referidas no § 3º deste artigo englobarão passagens de ônibus ou locomoção em veículo próprio, traslados locais (táxi) e pedágios, se houver. Art. 2º Aos palestrantes e instrutores de cursos, remunerados ou não, ao Ouvidor(a), bem como aos membros de Comissões de Estudos e Grupos de Trabalho, não-pertencentes ao corpo de Conselheiros, que, a convite ou por convocação da Presidência, viajarem para o cumprimento de tarefa do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, serão concedidas diárias para atender às despesas com hospedagem e alimentação.(?) § 3º Em sendo utilizado meio próprio de transporte, às pessoas a que se refere o caput deste artigo será aplicado o disposto no § 3º do art. 1º."

Art. 2º Fica revogado o § 4º do artigo 1º.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANA TÉRCIA L. RODRIGUES
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

DECISÃO Nº 14, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o pagamento de anuidades referentes ao Exercício de 2019, no âmbito do COREN-BA.

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno do Coren-BA, aprovado pela Decisão Coren-BA n.º 11, de 02 de agosto de 2016, e homologado pela Decisão Cofen n.º 301, de 29 de novembro de 2016; e

CONSIDERANDO a Lei nº 5.905/73 em seus artigos 15, incisos III, XI e XIV e artigo 16;

CONSIDERANDO os artigos 4º, 5º, e 6º, da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011;

CONSIDERANDO a Resolução COFEN nº 494/2015 de 10 de novembro de 2015;

CONSIDERANDO a Resolução COFEN nº 496/2015 de 26 de novembro de 2015;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, inciso X, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 589, de 18 de outubro de 2018, que fixa o percentual de reajuste do valor das anuidades, taxas e emolumentos para o exercício de 2019, devidas aos Conselhos Regionais de Enfermagem pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas e dá outras providências;

CONSIDERANDO, por fim, a deliberação do Plenário do Coren-BA em sua 554ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de novembro de 2018;

decide:

Art. 1º Fixar o valor das anuidades de pessoas físicas e jurídicas a serem cobradas pelo COREN-BA, para o exercício do ano de 2019, conforme descrito abaixo:

Pessoa Física: I - Enfermeiros.....R$ 292,47;

II - Obstetriz .....R$ 277,85;

III - Técnicos de Enfermagem.....R$ 204,78;

IV - Auxiliares de Enfermagem.....R$ 175,52.

Pessoa Jurídica: Até R$ 50.000,00 de capital social - .....R$ 585,10;

Acima de R$ 50.000,00 e até R$ 200.000,00 - .....R$ 1.170,19;

Acima de R$ 200.000,00 e até R$ 500.000,00 - .....R$ 1.755,29;

Acima de R$ 500.000,00 e até R$ 1.000.000,00 -.....R$ 2.340,40;

Acima de R$ 1.000.000,00 e até R$ 2.000.000,00 -....R$ 2.925,49;

Acima de R$ 2.000.000,00 e até R$ 10.000.000,00 -. R$ 3.510,59;

Acima de R$ 10.000.000,00 -.....R$ 4.680,76.

§ 1º Será concedida isenção de anuidade aos profissionais atingidos por calamidade pública oficialmente decretada no local de moradia, até 12(doze) meses após a data da calamidade, desde que atenda um dos seguintes requisitos:

a) ter sido oficialmente decretada a calamidade pública;

b) ser referente ao ano da calamidade pública;

c) ter recebido isenção do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU;

d) autorizado a sacar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em razão dos fatos motivadores da calamidade pública;

e) seja atestada por órgão ou entidade da Administração Pública a lesão a bens do profissional em razão da situação calamitosa.

§ 2º Na hipótese de o profissional vítima de calamidade pública ter efetuado o pagamento da anuidade, assiste-lhe o direito de reembolso do valor da anuidade paga, atendido um dos requisitos do parágrafo anterior.

Art. 2º As anuidades terão vencimento em 31 de março de 2019 e poderão ser recolhidas da seguinte forma:

I - Desconto de 15% em cota única para pagamento até 31 de janeiro de 2019;

II - Sem desconto, em cota única até 31 de março,

III - Sem desconto, parcelado, em até 05 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com o primeiro vencimento em 31 de janeiro.

Parágrafo Único - Caso o pagamento não seja realizado até 31 de março ou se o parcelamento previsto no inciso III deste artigo se iniciar após esta data, o valor da anuidade será corrigido pelo Índice Nacional de Preço do Consumidor - INPC e acrescido de multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 3º - Aos profissionais recém-inscritos será concedido o desconto de 30% (trinta por cento) para enfermeiro e 50% (cinquenta por cento) para técnico e auxiliar de enfermagem, no valor da primeira anuidade, que será paga proporcionalmente quando solicitada a partir do mês de abril.

Parágrafo Único - A anuidade referente à primeira inscrição profissional poderá ser paga parceladamente, caso assim deseje o interessado, não devendo o parcelamento exceder o exercício financeiro correspondente, e o valor mínimo da parcela de R$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 4º São isentos do pagamento de anuidades os profissionais:

I - portadores de inscrição remida;

II - portadores de doença grave prevista em Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil que estiver em vigor para Imposto de Renda;

§ 1º Para efeito de reconhecimento da isenção prevista no inciso II deste artigo pela Diretoria do Conselho Regional, a doença deve ser comprovada mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, devendo ser fixado o prazo de validade do laudo pericial, no caso de doenças passíveis de controle.

§ 2º A isenção prevista no inciso II deste artigo será válida enquanto durar a doença, devendo a comprovação ser feita anualmente pelo profissional inscrito até a efetiva cura.

§ 3º As isenções previstas neste artigo não impedem a cobrança de débitos dos exercícios anteriores.

Art. 5º - Esta Decisão, após homologada pelo Conselho Federal de Enfermagem, entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial, e seus efeitos passarão a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2019.

MARIA INEZ M A DE FARIAS
Presidente do Conselho

KEYLA DA SILVEIRA PINTO
Secretária

DECISÃO Nº 15, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018

Fixa os valores das taxas e emolumentos de pessoas físicas e jurídicas referentes ao Exercício de 2019, no âmbito do COREN-BA.

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno do Coren-BA, aprovado pela Decisão Coren-BA n.º 11, de 02 de agosto de 2016, e homologado pela Decisão Cofen n.º 301, de 29 de novembro de 2016; e

CONSIDERANDO o artigo 16 da Lei nº 5.905/73, que define a receita do Conselho Regional de Enfermagem;

CONSIDERANDO a Lei 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos Conselhos Profissionais em geral;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, inciso IX, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem fixar os valores das anuidades, e homologar os valores de taxas de serviços e emolumentos para os Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, inciso X, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 589, de 18 de outubro de 2018, que fixa o percentual de reajuste do valor das anuidades, taxas e emolumentos para o exercício de 2019, devidas aos Conselhos Regionais de Enfermagem pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas e dá outras providências;

CONSIDERANDO, por fim, a deliberação do Plenário do Coren-BA em sua 554ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de novembro de 2018, decidem:

Art. 1º Fixar os valores das taxas emolumentos e documentos de pessoas físicas e jurídicas no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia, restritas aos abaixo discriminados:

Descrição	Valor
I-Autorização estrangeiro	R$ 154,34;
II - Inscrição e registro de pessoa física	R$ 94,19;
III - Inscrição e registro de pessoa jurídica	R$ 394,92;
IV - Inscrição secundária	R$ 94,19;
V - Inscrição remida / remida secundária	R$ 56,74;
VI - Expedição de carteira profissional	R$ 56,74;
VII - Substituição de carteira / expedição de 2ª via	R$ 56,74;
VIII - Anotação/registro de especialização, qualificação ou título	Isenção;
IX - Transferência de inscrição	R$ 94,19;
X - Reinscrição/revalidação de registro	R$ 94,19;
XI - Renovação de autorização	R$ 154,34;
XII - Suspensão temporária de inscrição	R$ 24,97;
XIII - Cancelamento de inscrição e registro	Isenção;
XIV - Anotação de Responsabilidade Técnica	R$ 209,94;
XV - Certidão de Responsabilidade Técnica	R$ 70,36;
XVI - Emissão de declaração ou validação de registro para outros países ...	R$ 224,70;
XVII - Desarquivamento de autos/documentos	R$ 14,07.

Art. 2º - É vedada a cobrança de taxa para expedição de certidões: negativa, de transferência, de regularidade e/ou nada consta.

Art. 3º - Esta Decisão, após homologada pelo Conselho Federal de Enfermagem, entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial, e seus efeitos passarão a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2019.

MARIA INEZ M A DE FARIAS
Presidente do Conselho

KEYLA DA SILVEIRA PINTO
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE GOIÁS

DECISÃO Nº 878, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a atualização e a concessão de descontos nas anuidades pessoas físicas e jurídicas para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providencias.

O Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Goiás, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 12.514 de 28 de outubro de 2011 e; Considerando a Lei nº 5.905/73 em seus artigos 15, incisos III, XI e XIV e artigo 16; Considerando os artigos 4º, 5º, e 6º, da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011; Considerando a Resolução COFEN nº 494/2015 de 10 de novembro de 2015; Considerando a Resolução COFEN nº 496/2015 de 26 de novembro de 2015; Considerando o disposto no art. 22, inciso X, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia; Considerando a Resolução Cofen que fixa o valor das anuidades, taxas e emolumentos para o exercício de 2019, devidas aos Conselhos Regionais de Enfermagem pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas e dá outras providências; Considerando a variação integral do índice nacional de preços ao consumidor - INPC dos últimos 12 meses (outubro/2017 a setembro/2018) que ficou estabelecido em 3,97% conforme Resolução do Cofen; Considerando a deliberação do plenário em sua sexcentésima décima quarta reunião ordinária realizada no dia 23 de outubro do ano de dois mil e dezessete. decide:Art.1º A anuidade para os profissionais de enfermagem inscritos no Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Goiás referente ao exercício de 2019 fica atualizada: I - no valor de R$ 389,47 (trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos) para os Enfermeiros; II - no valor de R$ 369,99 (trezentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos) para os Obstetrizes; III - no valor de R$ 240,81 (duzentos e quarenta reais e oitenta e um centavos) para os técnicos de enfermagem; IV - no valor de R$ 193,24 (cento e noventa e três reais e vinte e quatro centavos) para os auxiliares de enfermagem; Art. 2º A anuidade devida por pessoas jurídicas no exercício de 2019 fica atualizada para empresas com capital social declarado em seu contrato: I - com capital social até R$ 50.000,00 o valor de R$ 594,63 (Quinhentos e noventa e quatro reais e sessenta e três centavos); II - com capital social de R$ 50.001,00 até R$ 200.000,00 o valor de R$ 1.189,26 (mil cento e oitenta e nove reais e vinte e seis centavos); III - com capital social de 200.001,00 até o valor de R$ 500.000,00 o valor de R$ 1.783,89 (mil setecentos e oitenta e três reais e oitenta e nove centavos); IV - com capital social de R$ 500.001,00 até o valor de R$ 1.000.000,00 o valor de R$ 2.378,54 (dois mil trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos); V - com capital social de R$ 1.000.001,00 até o valor de R$ 2.000.000,00 o valor de R$ 2.973,16 (dois mil novecentos e setenta e três reais e dezesseis centavos); VI - com capital social de R$ 2.000.001,00 até o valor de R$ 10.000.000,00 o valor de R$ 3.567,80 (três mil quinhentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos); VII - com capital social acima de R$ 10.000.000,00 o valor de R$ 4.757,05 (quatro mil setecentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos). Art.3º Conceder o desconto nos valores das anuidades do exercício financeiro 2019 da seguinte forma: I - Desconto de 10% em cota única para pagamento até 28 de fevereiro de 2019; Art.4º Fica assegurado o parcelamento do valor integral sem qualquer desconto ou acréscimo de juros ou correções monetárias, em no máximo 5 parcelas mensais, iguais e sucessivas, desde que o último vencimento ou parcela não ultrapasse o dia 31 de maio de 2019. Art.5º Os parcelamentos realizados ou com vencimentos após 31 de maio de 2019, aplica-se a correção monetária pelo IGP-M, multa de 2% (dois por cento) e juros de 0,033 (zero vírgula zero trinta e três centésimo por cento) ao dia. Parágrafo Único - Caso o pagamento não seja realizado até 31 de março de 2019 ou se o parcelamento previsto no caput deste artigo se iniciar após esta data, o valor da anuidade será corrigido pelo IGP-M, multa de 2% (dois por cento) e juros de 0,033 (zero vírgula zero trinta e três centésimo por cento) ao dia. Art.6º A inscrição que for solicitada até 31 de março de 2019 deverá ser cobrada no seu valor integral, já a inscrição realizada após esta data deverá a anuidade ser calculada proporcionalmente aos meses restantes para findar o ano. Art.7º Esta Decisão, após homologada pelo Conselho Federal de Enfermagem, entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial e seus efeitos apenas passarão a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2019.

IVETE SANTOS BARRETO
Presidente do Conselho

SILVIO JOSÉ DE QUEIROZ
Secretário

MARLI APARECIDA DE ÁVILA
Tesoureira

DECISÃO Nº 879, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre taxas e emolumentos referente aos serviços requeridos por pessoas físicas e jurídicas no exercício financeiro de 2019 na circunscrição do Estado de Goiás e dá outras providências.

O Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Goiás, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 5.905 de 12 de julho de 1973 e; Considerando a Resolução Cofen que fixa o valor das anuidades, taxas e emolumentos para o exercício de 2019, devidas aos Conselhos Regionais de Enfermagem pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas e dá outras providências; Considerando a deliberação do plenário em sua sexcentésima décima quarta reunião ordinária realizada no dia 23 de outubro do ano de dois mil e dezessete. decide:

Art.1º As taxas e emolumentos referentes aos serviços prestados pelo Conselho Regional de Goiás terão os seguintes valores para o exercício de 2019: I - Autorização para atendente ou estrangeiro o valor de R$ 107,24 (cento e sete reais e vinte e quatro centavos); II - Inscrição e registro de pessoa física o valor de R$ 107,24 (cento e sete reais e vinte e quatro centavos); III - Inscrição e registro de pessoa jurídica o valor de R$ 304,78 (trezentos e quatro reais e setenta e oito centavos); IV - Inscrição secundária o valor de R$ 107,24 (cento e sete reais e vinte e quatro centavos); V - Inscrição remida ou remida secundária o valor de R$ 62,27 (sessenta e dois reais e vinte e sete centavos); VI - Expedição Cédula de Identidade Profissional o valor de R$ 38,05 (trinta e oito reais e cinco centavos); VII - Expedição de segunda via da Cédula de Identidade Profissional o valor de R$ 38,05 (trinta e oito reais e cinco centavos); VIII - Transferência de inscrição o valor de R$ 69,19 (sessenta e nove reais e dezenove centavos); IX - Revalidação de registro o valor de R$ 69,19 (sessenta e nove reais e dezenove centavos); X - Renovação de autorização o valor de R$ 107,24 (cento e sete reais e vinte e quatro centavos); XI - Anotação de Responsabilidade Técnica o valor de R$ 152,16 (cento e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos); XII - Expedição de Certidão de Responsabilidade Técnica o valor de R$ 32,28 (trinta e dois reais e vinte e oito centavos); XIII - Emissão de declaração ou validação de registro para outros países o valor de R$ 172,95 (cento e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos); XIV - Expedição de certidões narrativa, eleitoral ou de inteiro teor o valor de R$ 36,85 (trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos); Art.2º As remessas de documentos particulares e de interesse privativo do profissional somente poderá ser realizada com a autorização expressa deste e com Aviso de Recebimento devendo todas as despesas serem suportados pelo destinatário e os valores deverão ser os praticados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Paragrafo único: Os serviços de postagens previsto no caput somente serão executados após a comprovação do recolhimento do respectivo valor das postagens requeridas e em carteira específica para fins de prestação de contas junto ao Conselho Federal de Enfermagem. Art.3 º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019, revogando-se especialmente a Decisão 689 de 31 de outubro de 2017.

IVETE SANTOS BARRETO
Presidente do Conselho

SILVIO JOSÉ DE QUEIROZ
Secretário

MARLI APARECIDA DE ÁVILA
Tesoureira

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 11ª REGIÃO

ACÓRDÃOS

PED 44/2013
P. V. Z. C.

EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.

Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente ao não cumprimento das obrigações pecuniárias inerentes ao exercício da Fisioterapia, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 29 da Resolução COFFITO nº 424/2013, bem como nos artigos 15 e 16, VI, da Lei 6.316/75, razão pela qual aplica-se a pena de suspensão até a quitação dos débitos, nos termos do artigo 17, IV da Lei 6.316/75.

ACÓRDÃO nº 3618

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão do registro profissional até a quitação dos débitos. Unânimes.

Brasília, 10 de junho de 2017.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED 38/2013
K. R. B.
ADV: Ludmila Resende Braz OAB/DF 44.554; Célia Resende Braz OAB/GO 13.658

EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. AUSÊNCIA DE PROVAS.

Ausência de demonstração de cometimento de faltas éticas. Perda do objeto. Absolvição. Extinção.

ACÓRDÃO nº 3718

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em absolver a profissional extinguindo o processo ético-disciplinar por perda do objeto.

Brasília, 10 de junho de 2017.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED DPVAT 008/2014
F. L. V.
ADV: Weverson Donizete Nunes da Silva OAB/GO 33.565
Representante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
ADV: Barbara Souza Silva Monteiro OAB/MT 15.833

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. AUSÊNCIA DE PROVAS.

Ausência de demonstração de cometimento de faltas éticas. Absolvição.

ACÓRDÃO nº 3818

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, pela absolvição. Unânime.

Brasília, 10 de junho de 2017.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED DPVAT 003/2015
M. R. M. e D. R. de M. C.
ADV: Alaison Kaio de Jesus OAB/GO 34.238
Representante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
ADV: Barbara Souza Silva Monteiro OAB/MT 15.833

EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.

Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética consubstanciada em assinar trabalho que não executou, bem como utilizar da profissão para corromper a moral e os costumes, verifica-se a prática das infrações ética-disciplinares descrita nos artigos 10, VII e 25, VII da Resolução COFFITO nº 424/2013, razão pela qual aplica-se a pena de suspensão pelo período de 12 (doze) meses, nos termos do artigo 17, IV da Lei 6.316/75.

ACÓRDÃO nº 3918

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão do registro profissional pelo período de 12 (doze) meses. Maioria.

Brasília, 10 de junho de 2017.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED DPVAT 005/2015
M. R. M.
ADV: Alaison Kaio de Jesus OAB/GO 34.238
Representante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
ADV: Barbara Souza Silva Monteiro OAB/MT 15.833

EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. AUSÊNCIA DE PROVAS.

Ausência de demonstração de cometimento de faltas éticas. Absolvição.

ACÓRDÃO nº 4018

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, pela absolvição. Unânime.

Brasília, 10 de junho de 2017.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED DPVAT 32/2015
M. S. V.
ADV: Marcos Sérgio Santos Moura OAB/GO 26.311; Pedro Henrique Vieira Rosa OAB/GO 34.868
Representante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
ADV: Barbara Souza Silva Monteiro OAB/MT 15.833

EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. AUSÊNCIA DE PROVAS.

Ausência de demonstração de cometimento de faltas éticas. Absolvição.

ACÓRDÃO nº 4118

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, pela absolvição. Maioria.

Brasília, 10 de junho de 2017.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

PED 25/2013
D. L. de M. V. B. M.

EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.

Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética decorrente ao não registro de empresa junto ao CREFITO-11, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no parágrafo único do artigo 12 da Lei 6.316/75 e no artigo 1º da Resolução COFFITO nº 37/84, razão pela qual aplica-se a pena de suspensão pelo período de 12 (doze) meses, nos termos do artigo 17, IV da Lei 6.316/75.

ACÓRDÃO nº 4218

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de suspensão do registro profissional pelo período de 12 (doze) meses. Unânime.

Brasília, 10 de junho de 2017.
AFONSO JORGE VENUTOLO DUARTE
Relator

Quórum: Dr. Bruno Metre Fernandes - Presidente, Dra. Ângela Maria Sacramento - Vice-presidente, Dr. Allan Keyser de Souza Raimundo - Diretor Tesoureiro, Dr. Afonso Jorge Venutolo Duarte - Diretor Secretário, Dr. Renato de Freitas Hoelzle Junior - Conselheiro, Dr. João Daniel Ferreira Mendes - Conselheiro, Dr. Rogério de Souza Alves de Castro - Conselheiro.

PED DPVAT 20/2013
L. A. D.
ADV: Weverson Donizete Nunes da Silva OAB/GO 33.565
Representante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
ADV: Barbara Souza Silva Monteiro OAB/MT 15.833; Bianca P. M. Viana OAB/RJ 195.929; Élcio José Domingos OAB/MT 12.907

EMENTA

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. COMPROVAÇÃO.

Quando restar comprovado nos autos que o profissional incorreu em falta ética consubstanciada em assinar trabalho que não executou, verifica-se a prática da infração ética-disciplinar descrita no artigo 25, VIII da Resolução COFFITO nº 424/2013, razão pela qual aplica-se a pena de cancelamento do registro profissional, nos termos do artigo 17, V da Lei 6.316/75.

ACÓRDÃO nº 4318

Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, na conformidade da ata dos julgamentos, em aplicar a pena de cancelamento do registro profissional. Unânime.

Brasília, 18 de março de 2017.
LÍZIA FABÍOLA ALMEIDA SILVA
Relatora

Quórum: Dr. Bruno Metre Fernandes - Presidente, Dra. Ângela Maria Sacramento - Vice-presidente, Dr. Allan Keyser de Souza Raimundo - Diretor Tesoureiro, Dr. Afonso Jorge Venutolo Duarte - Diretor Secretário, Dra. Lízia Fabíola Almeida Silva - Conselheira, Dr. Levy Aniceto - Conselheiro, Dr. Renato de Freitas Hoelzle Junior - Conselheiro, Dr. João Daniel Ferreira Mendes - Conselheiro.

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

Altera o Anexo I da Resolução nº 7, de 27 de outubro de 2016, e dá outras providências.

O Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4 Região (CREFITO-4), no exercício de suas atribuições legais e regimentais, cumprindo deliberação ocorrida durante sua 118 Reunião Ordinária, realizada no dia 23 de novembro de 2018, na sede do órgão, situada na Rua da Bahia, nº 1148, 8º andar, Centro, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais,

Considerando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), em especial aquelas do Título III, Capítulo I, Seção XI - Dos Jornalistas Profissionais (arts. 302 a 316);

Considerando a solicitação de alteração de jornada de trabalho formulada por ocupante do cargo de Assessor de Comunicação, cuja posse decorrera de aprovação no Concurso Público nº 001/2016;

Considerando o Parecer nº 60/2018, elaborado pelo Assessor Jurídico Gustavo Oliveira Chalfun, cuja conclusão relata que "o entendimento majoritário da Justiça do Trabalho aponta no sentido de que a jornada do profissional que exerce atividades [...] de jornalismo se limita a 05 horas diárias e 25 semanais" e indica que a nomenclatura do respectivo cargo deve ter "afinidade às atividades efetivamente desempenhadas"; resolve:

Art. 1º A vaga de Assessor de Comunicação prevista no Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2016 é transformada no cargo de Jornalista.

Art. 2º O Anexo I da Resolução nº 7, de 27 de outubro de 2016, passa a vigorar com a seguinte alteração e acrescido do cargo de Jornalista, com a respectiva descrição:

"ANEXO I - DESCRIÇÃO DOS CARGOS

.....

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO

> Carga horária semanal: jornada livre ou definida pela Presidência, conforme art. 62, II, do Decreto-Lei nº 5.452/1943

> Requisitos de escolaridade/habilitação: ensino superior completo (graduação em Comunicação Social ou áreas afins)

.....

JORNALISTA

> Carga horária semanal: 25 horas

> Requisitos de escolaridade/habilitação: ensino superior completo (graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo)

> Descrição analítica das atribuições:

- Realizar checagem diária de notícias a respeito da fisioterapia e da terapia ocupacional;
- Executar desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico para divulgação de informações sobre ambas as profissões em meios eletrônicos e impressos;
- Publicar diariamente conteúdo informativo por meio da rede mundial de computadores;
- Produzir reportagens para as publicações impressas e os boletins eletrônicos do Conselho;
- Realizar cobertura jornalística de reuniões, visitas e atividades institucionais promovidas pelo CREFITO-4 ou a ele relacionadas;
- Produzir vídeos institucionais por meio do emprego de técnicas jornalísticas;
- Executar clipagem de notícias veiculadas na mídia a respeito do CREFITO-4;
- Enviar informativos eletrônicos aos profissionais registrados no Conselho;
- Encaminhar releases a órgãos de comunicação sobre atividades institucionais do CREFITO-4;
- Enviar mensagens eletrônicas com conteúdo informativo e institucional aos profissionais inscritos no Conselho;
- Redigir relatórios, ofícios, memorandos, correspondências técnico-administrativas e outros textos, com observância das regras gramaticais e das normas e instruções de comunicação oficial, dispostas no Manual de Redação Oficial do CREFITO-4;
- Atualizar-se a respeito da legislação pertinente à área de atuação e das normas internas;
- Manter o devido sigilo profissional sobre assuntos inerentes ao CREFITO-4 ou respectivo órgão interno, bem como executar tarefas que forem determinadas por seus superiores."

Art. 3º Esta resolução entra em vigor no dia 1º de dezembro de 2018, resguardando-se eventuais direitos adquiridos.

ANDERSON LUÍS COELHO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018

Altera a Resolução nº 18, de 28 de setembro de 2018, para ampliar as hipóteses de não comparecimento ao serviço sem prejuízo do salário.

O Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região (CREFITO-4), no exercício de suas atribuições legais e regimentais, cumprindo deliberação ocorrida durante sua 60ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 28 de novembro de 2018, na sede do órgão, situada na Rua da Bahia, nº 1148, 8º andar, Centro, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, resolve:

Art. 1º O caput do art. 6º da Resolução nº 18, de 28 de setembro de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

"Art. 6º .....

.....

VII - na data de seu aniversário natalício."

Art. 2º Esta resolução entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2019.

ANDERSON LUÍS COELHO
Presidente do Conselho

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO FEDERAL

CONSELHO PLENO

DESPACHO DE 5 DE DEZEMBRO DE 2018

REPRESENTAÇÃO N. 49.0000.2018.003627-0/COP. Assunto: Representação. Repte: W.M.G.S. (Advs: Wanda Marisa Gomes Siqueira OAB/RS 11060 e Ronaldo Luíz Ponzi OAB/RS 62944). Repdo: F.S.C. (Adv: Felipe Sarmento Cordeiro OAB/AL 5779, OAB/RJ 115173, OAB/DF 40917 e OAB/AP 4148-A); J.F.C. (Adv: João Francisco de Camargo OAB/AL 6805, OAB/DF 55589 e OAB/RJ 223662); R.L.C.A. (Adv: Ricardo Lôbo Cavalcanti de Albuquerque OAB/AL 6277 e OAB/DF 18005); A.N.A.B. (Adv: Antonio Nabor Areias Bulhões OAB/AL 1109, OAB/RJ 2251-A e OAB/DF 01465/A); e E.M. (Adv: Eduardo Mariotti OAB/RS 25672, OAB/SP 230912, OAB/RJ 166316, OAB/SC 24618 e OAB/DF 20540). Relator: Conselheiro Federal Joaquim Felipe Spadoni (MT). DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo ilustre Relator, Conselheiro Federal Joaquim Felipe Spadoni (MT), adotando seus jurídicos fundamentos, e, nos termos do art. 58, § 4º, do Código de Ética e Disciplina, determino o arquivamento liminar da representação".

CLAUDIO LAMACHIA
Presidente

2ª CÂMARA

ACÓRDÃO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

HOMOLOGAÇÃO DE REGIMENTO INTERNO N. 49.0000.2017.000932-0/SCA. Assunto: Homologação do Regimento Interno do Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). EMENTA N. 031/2018/SCA. Homologação do Regimento Interno do Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Art. 74 do Código de Ética e Disciplina. Norma regimental devidamente aprovada pelo Conselho Seccional. Disposições normativas internas que se encontram em harmonia com as normas de regência da advocacia. Delegação da admissibilidade a outro diretor da Seccional deve constar nos Regimentos Internos do Conselho Seccional e do TED, nos termos do art. 58, § 1º do CED. Regimento interno que se homologa, para que produza todos os seus efeitos legais, com a recomendação de que esteja disponível em site de internet do Conselho Seccional e seja publicado, na íntegra, na imprensa oficial, para que se dê ampla publicidade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em homologar o Regimento Interno, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 10 de dezembro de 2018. Carlos Roberto Siqueira Castro, Presidente em exercício. Elton Sadi Fülber, Relator.

MARCELO LAVOCAT GALVÃO
Presidente da Câmara
Em exercício

ATENÇÃO PARA AS PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS NORMAS DE PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO QUE JÁ ESTÃO VALENDO COM A ENTRADA EM VIGOR DA PORTARIA Nº 283, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018

Formatação de textos, tabelas e imagens
- O texto deverá ser formatado em fonte Calibri e corpo 9
- As tabelas passarão e ser em largura de 12 ou 25 centímetros
- No tratamento de imagens, os novos padrões são largura de 12 ou 25 centímetros e altura máxima de 37 centímetros
- Arquivos em formato JPG passam a ser aceitos para envio de imagens, enquanto o EPS não poderá mais ser encaminhado

Envio de matérias
- O horário limite para transmissão ou sustação dos atos para publicação na edição seguinte será estendido até as 19 horas
- Os atos para o INCom poderão ser transmitidos por sistemas de processo eletrônico de órgãos e entidades da administração pública, como o Sistema Eletrônico de Informação - SEI

Pagamento/isenção das publicações
- Não serão mais cobradas as republicações e retificações de atos normativos e de pessoal originários de órgãos da administração direta

Cadastramento no INCom
- Os formulários para cadastramento de órgãos e entidades no INCom, bem como do gerente, estão disponíveis apenas no portal da Imprensa Nacional e não mais como anexo à portaria

IMPRENSA NACIONAL 1808